

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

---

Cristina de Moraes

**Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880/1940)**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO –  
CAMPUS RIO CLARO

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Programa De Pós-Graduação Em Geografia

UMA VELHA MOLDURA HABITADA POR SILÊNCIOS, UM FUNDO  
TERRITORIAL E SEIS VERBOS PARA INTEGRAR – A FORMAÇÃO  
TERRITORIAL DO OESTE CATARINENSE (1880-1940)

Tese de Doutorado apresentada ao Pós-Graduação  
em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências  
Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como  
requisito parcial para obtenção do título de Doutora  
em Geografia

Orientação: Professor Doutor Paulo Roberto  
Teixeira de Godoy;

Co-Orientadora: Professora Doutora Carla Mariana  
Lois (UBA/CONICET)

Rio Claro - SP

2018

918.164 Moraes, Cristina de  
M827u Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do oeste catarinense (1880-1940) / Cristina de Moraes. - Rio Claro, 2018  
352 f. : il., figs.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Coorientadora: Carla Mariana Lois

1. Santa Catarina - Geografia. 2. Formação territorial. 3. Oeste catarinense. 4. Ideologias geográficas. 5. Práticas espaciais. 6. Fundo territorial. I. Título.

Doutorado  
Cristina de Moraes

UMA VELHA MOLDURA HABITADA POR SILÊNCIOS, UM FUNDO  
TERRITORIAL E SEIS VERBOS PARA INTEGRAR – A FORMAÇÃO  
TERRITORIAL DO OESTE CATARINENSE (1880-1940)

Tese de Doutorado apresentada ao Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Comissão Examinadora:

**Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy**  
IGCE – Unesp/Rio Claro

**Profª Drª Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro**  
IGCE – Unesp/Rio Claro

**Prof. Dr. Manoel Fernandes Sousa Neto**  
FFLCH – USP, São Paulo/SP

**Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado**  
CFCH – UFSC, Florianópolis/SC

**Profª Drª Rogata Soares Del Gaudio**  
IGC – UFMG, Belo Horizonte/MG

**Resultado: Aprovada**

Rio Claro, SP, 05 de março de 2018.

## Agradecimentos

O trabalho da pesquisa é um caminhar solitário, porém, não se faz sozinho. E nesse andar, longe de terras e hábitos *templanos* há presenças, apoios e companheirismos que ficam para além da escrita. E, portanto, é necessário agradecer aqueles/aquelas que tornaram possível a feitura desta tese e deste caminho.

Com enorme carinho e satisfação por tê-los na minha vida, agradeço o apoio, amizade, as longas, agradáveis e construtivas conversas tecidas com Tiago Cavalcanti, Raiane Florentino, Rafael Henrique Teixeira da Silva, Camila Benatti e Guilherme Caruso. Pessoas que sem sombra de dúvidas tornaram mais agradável esta jornada.

Sou grata ainda a Pati Martinelli, Messias de Lira, Lisa Farias, Rodrigo Cavalcanti e aos colegas do CEGeo: Beatriz, José Renato, Ricardo, Adma e Jéssica, bem como a todos os demais colegas, funcionários e professores que convivi.

Em especial, minha gratidão ao professor e amigo Fabrício Gallo pela amizade acolhedora e incentivo constante. Sempre pronto e disposto a oferecer uma mão amiga.

Minha gratidão também para com os funcionários de todos os acervos que realizei a pesquisa documental. Igualmente as funcionárias da Biblioteca da Unesp de Rio Claro, sempre gentis e prestativas, transformando o simples ato de retirar um livro um “encontro” que carinhosamente ficou em minhas lembranças deste ambiente.

Em especial aos professores Manoel Fernandes Sousa Neto e Paulo Pinheiro Machado pelo aceite de participar do desenvolvimento deste estudo enquanto avaliadores na qualificação e defesa. Sou grata ainda as professoras: Bernadete de Castro, que além de avaliadora deste trabalho final, sempre colaborou com seu carinho, acolhimento e exemplo de pessoa. Minha admiração por ti é enorme. Sou grata ainda a professora Rogata Soares del Gaudio pelas importantes contribuições, apontamentos e correções realizadas. Embora sou a única responsável pelo o que é afirmado neste trabalho, acredito que a pesquisa não seria a mesma se não tivesse recebido as orientações e sugestões que recebi de vocês. Portanto, ofereço os parcos resultados desta pesquisa, bem como, expresso minha imensa gratidão e estima.

Para a professora e co-orientadora Carla Lois fica uma nota especial por sua inestimável ajuda, pelo respeito recebido e pelo incentivo constante que serviram para tornar mais palpável o desenvolver desta pesquisa e evitar que “eu ficasse cega a luz da procura”. Suas

contribuições foram valorosas para além da pesquisa, mas também como exemplo de pesquisadora e pessoa.

Meus agradecimentos ao CNPq, agência de fomento responsável pelo financiamento desta pesquisa. Sem referido apoio financeiro este estudo seria praticamente impossível. Sou grata e desejosa que este auxílio seja multiplicado e distribuído para outros/outras pesquisadoras. A ciência é fundamental para o desenvolvimento social e para isto, é igualmente primordial que ciência, educação e tecnologia sejam âmbitos acessíveis a um amplo e diversificado conjunto populacional.

Por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos aos meus familiares e aqueles que mesmo distante torceram por mim.

Muito obrigado!!

Era um fim de dia quieto  
Para quem quisesse ouvi-lo  
Apesar do céu sangrando  
Alguns mateavam tranquilos.  
Foi quando cascos nas pedras  
E constâncias de esporas  
Quebraram o calmo das casas  
Chamando olhares pra fora.

Iam adentrando o povoado  
Quatro homens bem montados  
Três baios de cabos-negros  
Bem à direita um gateado

Ponchos negros sobre os ombros,  
Chapéus batidos na face  
Silhuetas desconhecidas  
Pra qualquer um que olhasse.

*Traziam vozes de mandos  
Nas suas bocas cerradas  
E aparecendo nos ponchos  
Pontas de adagas afiadas.  
Olhavam sempre por perto  
Até mirarem um "ranchito"  
E sofrenarem os cavalos  
Onde um apeou solito.*

Primeiro um rangido fraco  
Depois um grito "prendido"  
E a intenção da adaga  
Tinha mostrado sentido.  
E os quatro em seus silêncios  
Voltaram no mesmo tranco  
Deixando junto a soleira  
Vermelho num lenço branco.

Era mais um que ficava  
Depois que os quatro partiam  
*Por certo em baixo dos ponchos  
Algum mandado traziam.  
Traziam fios de adagas  
E silêncios pra entregar...  
-era um gateado e três baios  
Foi o que deu pra enxergar!!*

Ninguém sabe, ninguém viu  
Notícias viram depois.  
Alguém firmava na adaga  
Só não se sabe quem foi.  
E o povoado segue o mesmo  
Dormindo sempre mais cedo  
Dormem ouvindo o silêncio  
E silenciam por medo!

**“No silêncio das janelas do povoado”.**  
**Luiz Marengo.**

Aquele ali, se aquecendo,  
Que parece estar dormindo,  
É o velho "seu" Esmelindro  
Que ao pé do fogo se esconde,  
Quando lhe falam, responde,  
Mas senão, vive calado,  
Olhar triste, entrecerrado  
Perdido, não sei onde!

*É desses índios de estância  
Que ninguém conhece o drama.*  
Tem só os arreios da cama  
E um poncho velho que o cobre.  
E embora nunca se dobre,  
Nem ao guascaço mais duro,  
Pouco lhe importa o futuro,  
Pois já nasceu pra ser pobre!

Conhece de tudo um pouco,  
Trança, laça e gineteia  
Não fala da vida alheia  
Nem se mete em discussão  
E já ao primeiro clarão,  
A estrela d'alva saindo  
Encontra o velho Esmelindro  
De pé, batendo tição!

É quem recolhe os cavalos  
Bem antes que o dia venha,  
Puxa água e corta lenha  
Pra as chinocas da cozinha.  
É quem cuida de galinha  
E dá quirera pra pinto.  
Sabe tudo por instinto



E o que não sabe, adivinha!

Surgiu um dia na estância  
Ao tanco dum baio-ruano  
E ficou. Passou-se um ano,  
Foi ficando, até ficar...  
*E ao fim de tanto penar  
Só tem, além da ossamenta,  
Esse fogo onde se esquentam  
E esse galpão que é o seu lar.*

A ninguém diz de onde veio  
Nem tampouco pra onde vai.  
Não tem mãe, nem teve pai  
Que lhe acolherasse um nome  
E à medida que se some  
No tremedal da amargura  
Vai vendo que sem ternura  
As almas morrem de fome.

Por isso é que ao pé do fogo  
Cabisbaixo e silencioso  
Vive a pensar no repouso  
Da cruz do campo, sozinha,  
Quando ali de tardezinha  
*O vento for repetindo:  
Dorme aqui um tal de Esmelindro  
Que nem sobrenome tinha!*

**“Seu Esmelindro”  
Gabriel Ortaça**

## Resumo

Esta pesquisa procurou analisar a formação territorial do Oeste de Santa Catarina, no período de 1880/1940, com o objetivo de desconstruir a interpretação de que os processos de formação possuem seu momento de gênese na implantação dos núcleos coloniais (a partir da segunda metade do século XX). Para isso, em um primeiro momento, constrói uma reflexão sobre como esta interpretação (da origem do Oeste catarinense a partir da colonização) produz uma moldura interpretativa que coloca em silêncio um significativo conjunto de eventos, agentes, relações e conflitos e acaba produzindo uma significação da “colonização” como evento fundador dessa região. Propõe-se como hipótese de investigação que essa perspectiva, de certo modo ainda vigente, acaba por tornar robusta a interpretação historiográfica proposta pela ideologia dominante. Sustenta-se, ainda, que a adoção do espaço-tempo de 1880-1940 como um fundo territorial em processo de integração corresponde a um fio investigativo que permite ultrapassar os silenciamentos produzidos pela historiografia. Também permite incorporar no enfoque acerca da formação dessa região alguns elementos que têm sido expurgados do passado oestino (como os conflitos advindos das relações de poder, os litígios territoriais, a atuação dos engenheiros militares na formação regional, o processo de mapeamento e racionalização etc). Conjuntamente com a ideia de fundo territorial, propõe-se que sejam consideradas as práticas espaciais que permitem a integração deste fundo. São identificadas seis práticas, as quais estão escritas na forma de verbos com o intuito de remeter a necessidade de compreendê-las sempre em uma perspectiva histórica, considerando-as sempre em movimento. São: partilhar, alinhar, conhecer, significar, tecer e cultivar.

Palavras-chave: Fundo territorial – Oeste catarinense – formação territorial – moldura interpretativa - práticas espaciais – ideologias geográficas.

## **Abstract:**

This research intended to analyze the West territory formation of the State of Santa Catarina – Brazil, in the period of 1880 – 1940, aiming to break up the interpretation that the formation processes have their genesis moment in the implementation of colonial centers (from the second half of the XX Century). In this regard, at a first moment, it builds a reflection about how this interpretation (of the Santa Catarina West origin from the colonization) produces an interpretative frame that puts in silence a significant set of events, agents, relations and conflicts. Also produces a significance of the “colonization” as the founder event of this region. As an investigation hypothesis it is proposed that this perspective, in a certain way still valid, turns robust the historiographic interpretation suggested by the dominant ideology. It is argued yet that the adoption of the time-space 1880-1940 as a territorial fund in integration process agrees to an investigative line which allows to overcome the silences produced by historiography. Also allows to incorporate some elements that have been pushed out of the West past in the approach about this region formation (such as the conflicts from power relations, territorial disputes, military engineers performance in the regional formation, mapping and rationalization process, etc). Together with the idea of territorial fund, it is offered that all the space practices which allow the fund integration should be considered. Six practices are identified, in verb form, with the goal of contemplate the necessity of understanding them always under a historical perspective, always in movement: to divide, to baste, to know, to mean, to weave and to cultivate.

Key-words: territorial fund – Santa Catarina Wes – territory formation – interpretative frame – space practices – geographical ideologies.

## Lista de Ilustrações

Figura 01: Carta da Província de Corrientes do Território de Misiones de autoria de Martin de Moussy.....	109
Figura 02: Parte do Mapa das Cortes (1749) “Pepiri” e o rio Santo Antônio.....	112
Figura 03: Carta “Le Paraguay”- Parte S. D’Anville.....	116
Figura 04: Mapa do Território Nacional de Misiones.....	120
Figura 05: “American Progress” .....	136
Figura 06: Mosaico de imagens capturadas durante os trabalhos demarcatórios entre os dois países, sob o título de “Cataratas do Iguazu ou Salto de Santa Maria” .....	140
Figura 07: Mosaio com o Mapa do Estado do Paraná.....	143
Figura 08: Caricatura - República brasileira se opõe a partilha de Missões .....	146
Figura 09: Caricatura sobre o Mapa das Cortes.....	153
Figura 10: Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina.....	174
Figura 11: Detalhe do Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina.....	175
Figura 12: Legenda do Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina.....	175
Figura 13: Mapa do Estado do Paraná (1896).....	177
Figura 14: Planta de Viação do Estado do Paraná no ano de 1906.....	178
Figura 15: Carta do Estado de Santa Catharina (1907).....	179
Figura 16: Mapa Geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranaguá a Coritiba e seu prolongamento até a Foz do rio Iguassu nos limites imperais com as Repúblicas do Paraguay e Argentina.....	182
Figura 15: Detalhe da porção Oeste do Mapa Geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranaguá a Coritiba.....	183
Figura 18: Plano urbanístico de 1938, assinado por Serafim Bertaso.....	188
Figura 19: Imagem do monumento “o Desbravador” .....	192

Figura 20: Mosaico composto com imagens do Actas da Segunda Partida (Argentina/Brasil).....	205
Figura 21: Segundo mosaico composto com imagens do Actas da Segunda Partida.....	206
Figura 22: Imagens das cadernetas de campo.....	209
Figura 23: Mosaico de imagens referentes aos trabalhos demarcatórios da fronteira entre Santa Catarina e Paraná.....	211
Figura 24: Fazendas Registradas pela Comissão Demarcatória em 1916.....	213
Figura 25: Mapa da distribuição magnética da serra divisória da fronteira entre Brasil e Argentina divisor das águas do S.(anto) Antônio do Pepery Guassu, kilometro 09.....	217
Figura 26: Levantamento expedido pelo Coronel José B. Bormann como parte dos trabalhos da Colônia Militar do Chapecó.....	229
Figura 27: Detalhes do Levantamento expedido pelo Coronel José B. Bormann como parte dos trabalhos da Colônia Militar do Chapecó.....	229
Figura 28: Parte da Carta Corográfica do Paraná, ano de 1882.....	230
Figura 29: Mosaico de imagens relativas a Viagem de 1929.....	239
Figura 30: Propaganda usada pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia com emprego de mapas, plantas cadastrais e fotografias.....	251
Figura 31: Litografia “Os assentamentos alemães no Norte do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil”.....	252
Figura 32: Localização das Fazendas, Colônias e concessões territoriais no período de 1910-1920.....	260
Figura 33: Representação da mesma área, mas a partir de uma carta da localização das colônias militares nos Campos de Palmas.....	260
Figura 34 – Localização de algumas das concessões de terras “devolutas” do Estado e das fazendas.....	262

Figura 35: Foto do edital expedido pela Brazil Railway proibindo a ocupação e posse das terras situadas às margens do rio do Peixe.....	271
Figura 36: Caminhos e vias em 1880.....	279
Figura 37: “Schema da Parte do Sul do Brazil demonstrando a localização geral e linhas da Brazil Railway Company” .....	292
Figura 38: Mapa do Estado de Santa Catarina em 1927, com destaque para as comunicações construídas até o período.....	307
Figura 39: Mosaico comparativo de imagens das vias em 1880, 1882 (Campos de Palmas) e 1927 (Oeste catarinense).....	306
Figura 40: Destaque para a região Oeste catarinense a partir do “Mapa do Estado de Santa Catarina em 1927”, com as vias de comunicação existentes ao final da integração do fundo territorial Oeste catarinense.....	309
Figura 41: Propaganda da Colônia Bom Retiro em Concórdia – SC.....	318
Figura 42: Propaganda da Colônia Rio Branco.....	319
Figura 43: Propaganda da Colônia Concordia.....	320
Figura 44: Os assentamentos alemães no norte do Estado de Santa Catarina (Sul do Brasil), datada de 1898.....	322
Figura 45: Mosaico com detalhe de certificado de Técnico Agrícola e a Direita Brasão da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.....	328

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 01. DA PROBLEMÁTICA, HIPÓTESE E TESE.....</b>	<b>21</b>
01.01. Alinhavando ideias, incômodos e estranhamentos.....	21
01.02. O atual conhecimento sobre a formação do Oeste catarinense.....	23
01.03. Do desconforto ao esboço de uma nova interpretação – o conceito de fundo territorial.....	35
<b>CAPÍTULO 02. DO MÉTODO E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA DESFAZER A MOLDURA. ....</b>	<b>55</b>
02.01. A apresentação da proposta construída.....	63
<b>CAPÍTULO 03. CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL E SOBRE OS CAMPOS DE PALMAS NO FINAL DO OITOCENTOS.....</b>	<b>83</b>
03.01. Considerações sobre a formação do território brasileiro no final do Oitocentos.....	83
03.02. Os “ <i>Campos de Palmas e territórios contíguos</i> ” no final do Oitocentos.....	100
<b>CAPÍTULO 04. INTERESSES, MAPAS E LINHAS A PARTILHAR ESPAÇOS. O LITÍGIO DE MISIONES/PALMAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA INSERÇÃO DO FUNDO TERRITORIAL OESTE CATARINENSE.....</b>	<b>106</b>
04.01. Em busca de estabilidade política e territorial na Bacia platina: o caso do litígio de Misiones/Palmas.....	106
04.02. La tierra del oro verde: a importância de Misiones na formação territorial da República Argentina.....	119

04.03. A interiorização do Império e defesa das fronteiras: a importância das Colônias Militares para o expansionismo imperial brasileiro .....	129
04.04. O Peperi vale mais que o Nicarágua” ou “as Cataratas do Iguazú valem mais que as Quedas de Niágara”? Os interesses nas disputas territoriais da Questão de Misiones/Palmas.....	137
04.05. Aproximações políticas: a moeda de troca territorial.....	144
04.05. “Vitória dos mapas” – a moldura cartográfica para (não) entendimento das práticas de poder no litígio.....	152

**CAPÍTULO 05. AJUSTES DE INTERESSES ENTRE TRILHOS, TERRAS E MATE: A QUESTÃO DE LIMITES ENTRE OS ESTADOS DE SANTA CATARINA E PARANÁ.....159**

05.01. Origens e a construção dos limites territoriais entre os dois Estados.....	160
05.02. Limites demarcados pelos enredos políticos e econômicos: o desenlace e alguns possíveis interesses.....	179
05.03. Partilhar e cultivar: a criação dos novos municípios, instituição dos poderes locais e incorporação das ideologias geográficas.....	183

**CAPÍTULO 06. ALINHAVAR, CONHECER E SIGNIFICAR: COLOCAR LINHAS, SIGNIFICADOS E PODER NOS CONFINS.....195**

06.01. Alinhavar: a geometrização do espaço e o controle estatal.....	198
06.01.02. As definições dos limites: práticas, questões técnicas, leituras e discursos territoriais.....	202
06.02. Linhas, imagens e plantas cadastrais: a formação de um novo saber territorial.....	218
06.03. A criação de significações geográficas funcionais a formação territorial.....	227

**CAPÍTULO 07. AS TERRAS DO “SERTÃO” À ESPERA DOS “OBREIROS DA NAÇÃO”: LEIS E AGENTES DA COMERCIALIZAÇÃO DE TERRAS NO OESTE CATARINENSE.....242**



07.01. Terras para agricultura comercial: o fundamento da lei imperial de terras.....	243
07. 02. Constituição de 1891: autonomia para as oligarquias regionais.....	253
<b>CAPÍTULO 08. TECER: O VERBO A COSTURAR OS SERTÕES.....</b>	<b>278</b>
08. 01. Por terras, por águas: Os caminhos do domínio territorial e “descaminhos” do isolamento econômico dos Campos de Palmas em finais do século XIX.....	279
08.02. Caminho de ferro, mais caminhos por terra: intensificação da integração do fundo territorial por meio do ajuste espacial.....	292
08.03. Tempos e espaços entre as “costuras”: algumas leituras possíveis.....	304
<b>CAPÍTULO 09 – CULTIVAR: A TERRA E O MITO FUNDANTE.....</b>	<b>312</b>
09.01: Retratos do paraíso e “terras de fertilidade”: discursos a tecer o comércio e cultivar significações.....	313
09.02. Rupturas e expropriação: elementos constituintes da colonização no e do Oeste catarinense.....	329
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>347</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>352</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>365</b>

## **Introdução**

Este trabalho apresenta o resultado da pesquisa de doutoramento que teve como estudo a formação territorial do Oeste catarinense, com o intuito de construir uma abordagem distinta daquela que permanece até contemporaneamente sobre esse processo. A concepção existente e majoritária aponta, direta ou indiretamente, a adoção do evento da colonização como “marco zero”, o que funciona como um arquétipo de interpretação que acaba por impor uma interdição histórica, designando os eventos que são considerados como pertencentes a essa interpretação. Por conseguinte, acaba por indicar o que não é considerado como elemento do Oeste catarinense, bem como propõe que alguns eventos pertencem a um passado sem vínculo com a implantação dos núcleos coloniais e daquilo que hoje conhecemos como a região Oeste de Santa Catarina. Essa visão, funciona como uma moldura interpretativa, que dentre as consequências mais notáveis, têm-se a existência de saltos explicativos (com intervalos de décadas), os quais são apresentados apenas justapostos, e a não investigação de práticas espaciais e suas articulações desenvolvidas durante a transição do século XIX para o XX.

O resultado desta pesquisa está exposto em nove capítulos. A apresentação da problemática, da hipótese e da tese está explícita no Capítulo 01, o qual possui uma exposição sobre reflexões acerca do emprego conceitual referente a pesquisas que abordam a presente temática. Trata de conceitos como os de sertão, colonização e fronteira, para, a partir desses pensamentos, apresentar de forma sucinta a tese construída. Uma apresentação das obras de caráter regional que são referência para estudo da área de pesquisa também integra esse capítulo.

No Capítulo 02, discorro sobre método, procedimentos metodológicos e diálogos afins, os quais julgo pertinentes para explicar sobre a construção desta pesquisa. É nesse mesmo capítulo que apresento uma proposta alternativa de interpretação, visto que além da crítica, convém indicar outras possibilidades de estudo e investigação. De certa forma, o Capítulo 01 e o Capítulo 02 estão muito relacionados, de modo que as suas ideias somente são compreendidas de maneira satisfatória com a leitura de ambos.

A partir do Capítulo 03, expõe-se a proposta de investigação elaborada. Especificamente esse terceiro capítulo, intitulado “Considerações sobre a formação territorial do Brasil e sobre os Campos de Palmas no final do Oitocentos” foi construído com o objetivo de fornecer um panorama da formação territorial brasileira, por meio da qual a integração do

fundo territorial adquiriu caráter processual. É a contar dessa estrutura que o projeto de modernização do território e da sociedade foi construído, sendo importante o entendimento deste para contextualizar as intervenções territoriais e sociais que posteriormente foram realizadas nos Campos de Palmas.

Os Capítulos 04 e 05 exploram as intervenções e os interesses que caracterizaram os dois litígios territoriais que integraram as áreas em estudo, sendo a querela das Misiones/Palmas e a formação dos limites entre Paraná/Santa Catarina. A resolução da soberania e da administração de um espaço corresponde a um evento primordial para o desenvolvimento de políticas que visam à formação territorial, visto que somente após essas resoluções é que as práticas de integração podem ser desenvolvidas com maiores efetividade e investimento.

O Capítulo 06, denominado “Alinhavar, conhecer e significar: colocar linhas, significados e poder nos confins”, tem como objetivo descrever sobre o que identifico como *segundo, terceiro e quarto verbos* da inserção de um fundo territorial. O primeiro refere-se ao processo de geometrização do espaço, com o intuito de torná-lo passível de uma leitura que atenda às demandas do Estado territorial, bem como a episteme do capital. Conjuntamente, o ato de *conhecer* as feições geográficas consubstancia esse processo de tornar conhecido o espaço para melhor exercício do poder e também do desenvolvimento do referido modelo econômico. O ato de *conhecer* não corresponde necessariamente a uma leitura fidedigna daquilo que é observado. Por fim, a construção de *significações* funcionais à formação territorial integra e finaliza esse capítulo.

O Capítulo 07, “As terras do “sertão” à espera dos “obreiros da nação”: Leis e agentes da comercialização de terras no Oeste catarinense”, versa sobre alguns agentes que orquestraram a colonização do Oeste catarinense, bem como sobre os aportes jurídicos e relacionais que ancoraram a produção de espaço sob os moldes capitalistas, destacando as alianças políticas que funcionaram como domínio de classes.

O Capítulo 08, intitulado “Tecer: o verbo a costurar os sertões”, contempla especificamente a construção dessas estradas de rodagens, estradas vicinais e ferrovias construídas, sobretudo, a partir da expansão territorial do capitalismo, cuja integração de fundo territorial é um processo elementar. Isso ocorreu mediante a ruptura das barreiras geográficas e a atribuição de fluidez do espaço, regularidade dos fluxos, dinamicidade dos povoados já existentes. Permite a produção do espaço a partir da articulação de padrões espaciais distintos.

Por fim, o Capítulo 09, “Cultivar: a terra e o mito fundante”, tem como objetivo discorrer sobre as leituras sociais tecidas em relação aos caboclos e colonos-migrantes, consistindo em uma expressão do conflito advindo das diferentes formas de organização social desencadeadas a partir da privatização da terra. Essas leituras tecidas e inseridas com fortes ingredientes de animosidade e desprezo para o grupo já residente podem ser compreendidas como estruturas que definem os papéis e as hierarquias dos grupos a partir de certa ideologia veiculada. Ao final do item, tento mostrar como essas representações também estruturam relações de poder, outorgando aos “desbravadores” (e agentes que adotam postura semelhante) a função de direcionar a sociedade, seja como modelo, seja por meio das instituições políticas locais.

## **Capítulo 01 – Da problemática, hipótese e tese.**

Neste Capítulo, apresento a problemática da pesquisa, a hipótese, algumas indagações e a proposta da tese construída. Após uma breve exposição feita nos parágrafos a seguir, o segundo subcapítulo esboça um panorama de alguns trabalhos e obras acadêmicos que versam sobre o Oeste catarinense, os quais se constituem como parte das referências fundamentais que vêm sendo utilizadas. O terceiro subitem, “Do desconforto ao esboço de uma nova interpretação - o conceito de fundo territorial” traz exposição de algumas ideias subjacentes à tese construída. Embora essa tese construída seja a tese aqui apresentada, uma explicação esmiuçada da mesma está no Capítulo 02, em razão de o desenvolvimento da explicação parecer mais adequado quando apresentado junto à exposição sobre método e reflexões agregadas.

### **01.01. Alinhavando ideias, incômodos e estranhamentos**

Com algum tempo vivido em ambiente acadêmico, intrigava a minha atenção o fato de que alguns assuntos, aos quais minha curiosidade era (e é) cativa, não integravam grande parte das temáticas discutidas em eventos científicos regionais. Também não integravam o conteúdo de disciplinas ofertadas para entendimento da região Oeste e, assim, essa ausência se prolongava para outros espaços/momentos: discussões, diálogos, seminários de pesquisas e pesquisas demonstravam a mesma carência para com a temática. Tal constatação deixava a interpretação de que estava implícito que o pensamento científico partilhava da concepção de que o Oeste catarinense tem seu surgimento após e com a colonização, de modo que os eventos precedentes ao movimento migratório eram concebidos como não integrantes do Oeste, situados em um passado desvinculado, sem conexão com o contexto atual e mesmo com o espaço produzido durante a colonização (início do século XX).

Nessa abordagem majoritária<sup>1</sup>, é raro conceber, em um mesmo campo analítico, a colonização com os seguintes eventos: o litígio de Palmas/Misiones – quando aparece é abordado somente nos seus aspectos diplomáticos –, o litígio entre as oligarquias paranaense e catarinense pela definição das divisas territoriais, ou ainda a importância da Colônia Militar

---

<sup>1</sup> Essa abordagem majoritária que me refiro é a proposição que o Oeste catarinense tem na colonização o seu momento fundante. Essa ideia aparecerá ao longo do texto identificada como moldura interpretativa.

do Chapecó para formação do território<sup>2</sup>. Esses eventos são parcamente explorados como constituintes da formação territorial e, quando são incorporados, formam uma construção interpretativa e enunciativa que os coloca como momentos “do antes do Oeste”, propondo, implicitamente, que não integram o que hoje é realidade naquele referido espaço, ou que não há relação com a colonização. Embora existam referências a esses eventos, parece que ainda demandam uma análise mais acurada de suas relações, das articulações estabelecidas entre as práticas espaciais, dos desígnios, dos discursos desses momentos, que (majoritariamente) são postos como separados. A impressão é a de que existia (e existe) um campo temático com uma metodologia e estrutura de abordagem que orienta como o Oeste catarinense deve ser analisado, interpretado ou como devem ser efetuadas as suas temporalidades.

Diante dessa constatação, algumas inquietações foram tecidas concomitantemente à própria construção da problemática. Dessas indagações, é possível destacar a relação entre essa visão acadêmica e a visão da historiografia oficial construída nos entremeios da política, das classes e da ciência. A resposta, ou algumas explicações que nos permitem considerar como uma dúvida sanada não é (são) uma peculiaridade ao objeto de estudo desta Tese, visto que integra (m) uma prática discursiva e de poder que é comum a boa parte da formação brasileira. As aproximações na origem da interpretação que atribuiu ênfase às datas e aos eventos oficiais criados pelo estado, a estrutura de entendimento associada à história local (com ênfase nos primeiros moradores da colonização ou da fundação), com as propostas de construção da identidade, indicavam as proximidades com a ideologia da classe dominante e a vigência dessa concepção.

Disso emerge outra indagação: Qual (ou quais) a implicação que a permanência dessa concepção ainda possui no desenvolvimento de pesquisas e de conceitos, visões e métodos investigativos, para uma compreensão do Oeste catarinense, no seu passado e no seu presente? A inexpressiva presença de pesquisas que englobam a Questão de Misiones/Palmas, litígio entre Paraná e Santa Catarina, é uma das mais evidentes e óbvias consequências desse corte histórico-geográfico. Porém, também parecia ser ainda necessário realizar um esforço para refletir sobre as potencialidades e retrações/fechamentos de investigação e entendimento que a adoção de determinados conceitos e abordagens acabava por ocasionar. Em outras palavras: a atual concepção, majoritária e consolidada de que o Oeste tem seu início a partir da colonização permite explorar quais campos analíticos, quais temáticas e como estas têm sido submetidas metodologicamente. Convém realizar um esforço de indagação sobre como

---

<sup>2</sup> Dos três eventos mencionados, a atuação da Colônia Militar é aquela que tem menor incidência.

conceitos empregados ampliam ou reduzem o ângulo de investigação e permitem que um conjunto de problemas seja analisado.

Diante desse quadro de questões, adotou-se como premissa de trabalho que as atuais propostas de interpretação sobre a formação do Oeste catarinense não rompem com a proposição incrustada na ideologia disseminada durante o século XX, construída a partir da articulação entre ciência e classe social. Portanto, servindo como sustentação das referidas concepções construídas pelas fracções da classe dominante brasileira e catarinense. Essa sustentação ocorre mediante o corte histórico-espacial que adota a colonização como marco zero, bem como pela expressiva produção historiográfica vinculada à memória coletiva desses colonos<sup>3</sup>. A partir dessa premissa, buscou-se construir uma abordagem alternativa para romper com a visão emoldurada.

Antes de explorar um pouco mais alguns conceitos empregados para abordar a formação territorial e suas capacidades investigativas, apresento, no item seguinte, algumas obras que versam sobre o Oeste catarinense, as quais são muito empregadas para os estudos regionais. Isso auxiliará o leitor a entender uma parte do contexto acadêmico do qual minhas reflexões partiram.

### **01.02. O atual conhecimento sobre a formação do Oeste catarinense**

No item anterior foram apresentados dois apontamentos pertinentes de serem retomados. Em um deles afirmo que a proposta de compreender a formação do Oeste a partir da colonização advém da combinação do discurso proferido pelas classes dominantes e estado, mediante a historiografia produzida naquele período e a forma como esta última foi incorporada ao saber escolar. Pode ser identificado como o momento da constituição desta moldura, ou conforme será apresentado no Capítulo 02, o ato e momento do silenciamento das informações indesejadas.

O outro apontamento importante é que afirmo que devido à característica do conjunto de pesquisas acadêmicas que se debruçaram sobre eventos que ocorreram no tempo entre 1880 e 1940 e pela baixa expressividade de pesquisas, sobretudo na Geografia, que exploram

---

<sup>3</sup> Sobre as memórias dos colonos, é interessante assinalar que são importantíssimas, seja para as questões de memórias familiares, seja para entendimento do valor de determinados objetos, saberes e relações no âmbito do patrimônio. Elas também são uma das chaves de entendimento da própria contradição do discurso enrobustecido pela ideologia que coloca essa migração sob véus de heroísmo e grandiosidade, quando a concretude da vida era outra. Todavia, se a história da região se reduz somente ao resgate ou à análise a partir dessas memórias, acaba por conferir a elas uma condição de fundante da região, quando defendo que elas são partes de um momento importante, mas que não é o início da região Oeste.

os eventos antes da colonização, não houve ruptura da proposta criada pelo discurso hegemônico. É importante salientar que esses dois apontamentos se referem a posturas políticas e acadêmicas distintas, cuja diferença advém exatamente da escolha da forma de abordagem sobre a temática. Se o primeiro conjunto de abordagens refere-se ao momento da criação, o segundo apontamento e todo o conjunto de autores e obras que engloba são mais complexos de se entender por qual razão, mesmo dotados de postura crítica, não produziram uma ruptura com a moldura. Trata-se de uma consequência advinda da escolha de objeto de pesquisa, geralmente muito mais centrado em um evento apenas, como a atuação de uma empresa colonizadora, do Movimento Social do Contestado, do movimento migratório, da criação dos núcleos coloniais etc. De imediato, é possível identificar que esses trabalhos possuem um recorte espacial e, principalmente temporal distinto daquele que assumi nesta pesquisa. Logo, o enfoque e a reflexão também irão diferir.

O evento da colonização ao mesmo tempo em que é considerado pela historiografia oficial como marco zero, é, por outro lado, também excessivamente estudado, visando apontar críticas, em especial, aos conflitos decorrentes da especulação e privatização de terras que caracterizam o processo. Neste último caso, mesmo que motivados por interesses distintos, produzem uma ênfase significativa em um único evento, que, ao meu ver, reforça os interesses integrantes da ideologia dominante.

Com o intuito de fornecer um rápido panorama da produção acadêmica sobre o Oeste catarinense na transição do século XIX ao XX, os parágrafos a seguir apresentam um sucinto resumo de algumas obras que são frequentemente empregadas para fundamentar a formação da região Oeste. Algumas delas possuem um recorte histórico que abrange eventos antes da colonização, outras um recorte temporal menor.

O livro “Ciclos econômicos regionais – modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense”, de Paulo Ricardo Bavaresco, é construído através da Geografia Regional e com perspectiva econômica sobre os ciclos econômicos regionais: na divisão proposta pelo autor engloba a pecuária, atividade ervateira, madeireira e o ciclo agroindustrial. Com o objetivo de “compreender e analisar a relação entre o desenvolvimento econômico e a situação social da região” (2005, p.19), ainda possui como proposta “contribuir no debate e buscar aprofundar o entendimento sobre a relação entre cada um dos quatro ciclos econômicos e o desenvolvimento regional, com destaque para a situação atual” (2005, p.19). Ao longo da análise, dialoga com os aspectos populacionais e sociais. Inspirado em Waibel (1949) adota a paisagem cultural como categoria de análise, assim “a paisagem cultural criada pelos colonos é, portanto, o nosso ponto de partida para a realização desse trabalho” (2005,



p.20). É um dos trabalhos que apresenta um amplo tempo analisado, com informações que subsidiam a compreensão da formação territorial. Com enfoque notório no âmbito econômico, possui uma proposta que propõe a interpretação a partir de inícios e rupturas, as quais acabam por forçar uma ideia de descontinuidade<sup>4</sup>.

O livro “A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira<sup>5</sup> no Oeste catarinense”, da antropóloga Arlene Renk, traz como contribuição o estudo dos “brasileiros no oeste catarinense, que se estabeleceram no hiato de dois povoamentos locais” (2006, p.09). O primeiro povoamento está atrelado à atividade pecuária, e o posterior, à implantação dos núcleos coloniais. Tem como objetivo “traçar a trajetória do grupo de brasileiros, na tentativa de reconstituição da expropriação desse grupo étnico e sua transformação em ervateiro/tarefeiro, o que por sua vez, implica abordar também a sua diferenciação étnica” (2006, p.11), que foi construída em contraposição aos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e que também são abordados no livro. Esta comparação permite uma visão ampla das complexas relações estabelecidas durante a colonização. A noção de trajetória empregada é compreendida como “uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo grupo ou agentes no espaço social, ele próprio em constantes transformações” (2006, p.12). É um trabalho rico em informações sociais e culturais desses dois grupos, sobretudo dos caboclos, uma vez que são objetos de pesquisa de forma reduzida. Inegavelmente, traz informações que subsidiam o entendimento da formação territorial – como a concessão de títulos de terras, conflitos entre oligarquias e questões limítrofes, mas sem aprofundá-las.

O trabalho de Jaci Poli denominado “Caboclo: pioneirismo e marginalização” foi construído com a finalidade de “interpretar as características da ocupação cabocla, geralmente relegada a segundo plano em função de sua pouca expressão econômica” (POLI, 2014, p.150). Informa que a compreensão de Oeste catarinense adotada no trabalho é o primitivo Chapecó<sup>6</sup>, dividindo o povoamento regional em três fases: indígena, cabocla e colonização. O desenvolvimento do trabalho traz informações sobre a ocupação dos Campos de Palmas e da Colônia Militar do Chapecó, colocando em foco aspectos econômicos (também em fases: erva-mate, madeira etc.) e sociais (descendência étnica, costumes e relação com a terra).

---

<sup>4</sup> A ideia de descontinuidade é intrínseca a interpretação de ciclos, porém, considerando a proposta ainda vigente de interpretar o início do Oeste a partir da colonização, essa noção de início/fim pode funcionar (mesmo que não desejada pelo autor) como um reforço a historiografia. Em uma aproximação com a ideia de Bavaresco e para evitar transferências de interpretações de um campo temático a outro, poderíamos indagar quais funções para a formação territorial o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas está cumprindo.

<sup>5</sup> Brasileiros é a designação que os caboclos/sertanejos se identificam, portanto a autora usa esta designação. A mesma é fruto das relações de identificação e diferenciação criadas a partir da colonização que introduziu no Oeste catarinense descendentes de imigrantes europeus.

<sup>6</sup> Corresponde à abrangência territorial da criação do município de Chapecó, em 1917.

Em relação a esses três primeiros trabalhos, já é possível tecer algumas considerações. São trabalhos que efetuam um recorte temporal antes da colonização, ou que integram claramente o caboclo como objeto central de pesquisa (no caso, o livro da Renk). Logo, perpassam temáticas que no interior da visão hegemônica “não integram” o Oeste de Santa Catarina – SC. Então, por quais razões esses trabalhos não rompem com a moldura? A primeira razão, e que servirá para todos os demais trabalhos analisados, é acerca do objetivo que moveu a construção da pesquisa e a exposição da mesma. O segundo motivo é que, por diferentes causas, os três colocam de forma muito demarcada o que ocorreu antes e durante a colonização, seja pela proposta de ciclos, seja pela proposta de fases de povoamento. Tal tratamento metodológico, com uma demarcação temporal que coincide com a proposta da historiografia oficial, é que acaba funcionando (mesmo que não intencionalmente) como um reforço ou aceitação da abordagem temporal. Compete, ainda, assinalar que quando afirmo que ocorre esse reforço, o mesmo provém do tratamento metodológico atribuído ao tempo. É válido salientar, também, que quando sustento a afirmação de não ruptura, esta não é sinônimo de afirmar que esses trabalhos partilham da mesma concepção do discurso oficial. Ao contrário, é notório o conjunto de críticas e reflexões que levantam, as quais permitem compreender os conflitos que caracterizaram aquela sociedade.

Prosseguimos. A obra “A colonização de Santa Catarina”, de Walter Piazza, é rica em informações, inclusive algumas não muito disseminadas. Com exposição mais pontual, não traz o aprofundamento de alguns assuntos, nem os submete a um processo reflexivo. O recorte temporal efetuado pelo autor é feito desde os primeiros movimentos migratórios, com a invasão do continente americano pelos ibéricos. É importante ressaltar que o termo “colonização” é empregado para designar todo o movimento de uma população avançar sobre outra, e não apenas para a implantação dos núcleos coloniais no Oeste do estado. Especificamente sobre esta região é possível identificar que o autor considera o povoamento realizado antes da criação dos núcleos no século XX.

O livro de Renilda Vicenzi, “Mito e história na colonização do Oeste catarinense”, traz no título a proposta de discutir os mitos existentes acerca da colonização, proposta reforçada pelo prefácio de Maestri ao afirmar que:

uma das múltiplas contribuições deste livro é o sensível trabalho de desconstrução das narrativas míticas assinaladas sobre o processo colonizador, sobretudo, mas não apenas, no que se refere à região estudada. Através de segura revisão e crítica historiográfica, a autora impugna as apresentações da ocupação pioneira ítalo-sulina de um oeste catarinense falsamente sugerido como sertão (MAESTRI apud VICENZI, 2008, p. 09).

O trabalho explora pouco essa discussão sobre o “mito” do sertão e centra mais em suas contribuições na análise da colonização. Nas considerações iniciais afirma que

investigou-se o processo migratório dos pequenos proprietários colonos de ascendência italiana no oeste catarinense em geral, e em especial no município de Chapecó, nos anos de 1920 a 1950, procurando elucidar a forma de colonizar dessa comunidade humana, no contexto da apropriação da terra demarcada, loteada e vendida pela Companhia Colonizadora Bertaso. (VICENZI, 2008, p. 19)

O trabalho de Radin, “Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão”, investigou a atuação das companhias colonizadoras na reconstrução do espaço no antigo município de Cruzeiro (hoje Joaçaba), no período da construção da ferrovia, no final da primeira década, até meados do século XX” (2006, p.iii). Nessa mesma perspectiva, estão os trabalhos de Werlang (2002) e Valentini (2009). Do primeiro autor, a tese “Atuação da Cia Territorial Sul Brasil – 1925-1954” ,que também resultou na obra intitulada “A colonização do Oeste catarinense<sup>7</sup>”, teve como objetivo “estudar o processo de colonização do Oeste catarinense a partir da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil” (1992, p. iv). A tese de Valentini (2009), “Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado”, analisou a “atuação da Brazil Railway Company, *olding* criada por Percival Farquhar em 1906 nos EUA e que atuou na Região do Contestado nos ramos ferroviário, madeireiro e colonizador” (2009, p.08). Esta última, assim como a tese de Radin, possui um recorte espacial distinto daquele que aqui investigamos. Entretanto, ambos são citados para fundamentar trabalhos sobre a atuação desta ou de outras empresas colonizadoras no Oeste catarinense, devido à semelhança do processo e procedimentos adotados por essas<sup>8</sup>.

Os trabalhos de Radim, Valentini e Werlang possuem o objeto de estudo centrado no momento da implantação dos núcleos coloniais. Salientam com rigor os conflitos sociais e culturais, advindos das relações entre caboclos e migrantes, que se estabeleceram a partir da privatização da terra. E é exatamente por centrar o objeto de pesquisa neste momento histórico que não existem argumentos para que essas pesquisas realizassem uma crítica acerca do recorte espaço-temporal semelhante ao que estou a realizar.

---

<sup>7</sup> Que compõe a série “Oeste Catarinense – Paradidáticos”, da Editora Argos (UnoChapecó).

<sup>8</sup> E também porque a *Brazil Railway Company* atuou em outras concessões de “terras devolutas” que estão no Oeste.

Diante desse quadro composto pelos dois grandes grupos mencionados acima, fica a indagação acerca das possibilidades de pesquisa e seus enfoques a partir do panorama apresentado acima. Diretrizes, recortes, conceitos e abordagens permitem reflexão e entendimento que pressupõem uma linha evolutiva (convergindo com o discurso oficial), ou permitem explorar outros enfoques? Quais são as interpretações existentes quando é necessário realizar uma busca de obra acadêmica sobre a formação do Oeste catarinense no final do Oitocentos e início do Novecentos?

Nesta mesma linha de argumentação, acrescento mais duas considerações. A primeira é a ausência de trabalhos de Geografia que contemplem o período aqui estudado, nas diferentes possibilidades de investigação (regional, territorial, conhecimento geográfico e cartográfico, atuação dos engenheiros militares na formação territorial etc.). Isso pode ser constatado ao se avaliarem as temáticas dos trabalhos de pós-graduação em geografia das Instituições de Ensino Superior do Sul do Brasil, nos quais a presença dessa temática é baixa.

Essa inexpressividade de trabalhos que investigam o final do Oitocentos e início do Novecentos pode estar vinculada, ainda, aos seguintes fatores: a) ideia de que a Geografia está mais voltada para discussões contemporâneas<sup>9</sup>, o que explica a inexistente discussão sobre a formação territorial do passado nas pesquisas; b) pela historiografia oficial que ainda permanece em partes dos trabalhos que não emergem da descrição e que enfocam os grandes atos sobre o processo de ocupação e povoamento; c) a adoção da ideia de território dado, e não a partir da noção de formação territorial. Este último caso ocorre quando a leitura geográfica é destituída de um olhar histórico e passa a considerar o território já formado (com as divisas estaduais acordadas em 1916), sem levar em consideração as práticas espaciais e os conflitos políticos que resultaram nessas divisas. A manifestação mais evidente disso é a ausência de trabalhos que estudaram a formação territorial do Sudoeste do Paraná, como referência para entendermos a própria formação do Oeste de Santa Catarina, visto que até 1916, ambas correspondiam aos Campos de Palmas. Trabalhos como o de Cristiane Szesz (1997), intitulado “A invenção do Paraná – o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)”; o de Liliane Freitag, sob o título “Extremo-Oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re) ocupação”; o de Cecília Westphalen e Ruy Wachowski fornecem um cabedal de informações e reflexões que permite ampliar o entendimento para o finessecular do século XIX, considerando a escala geográfica de ocorrência dos eventos e não a unidade territorial delimitada.

---

<sup>9</sup> “(...) muitas comunidades acadêmicas de geografia, notadamente do Brasil, parecem ter instalado uma regra informal de que a geografia deve tratar unicamente do presente”. SILVA, 2012, p.02

Ainda é possível encontrar algumas publicações mais recentes, como de Xavier (2015), Martinello (2016), Petrolli (2018) e Aranha (2014). Do primeiro autor, tem-se o livro “O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó – Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste catarinense”, que tem como foco “a administração da Colônia Militar do Chapecó, de 1900 a 1903, quando dirigida pelo então Major João José de Oliveira Freitas” (p.17), possui informações importantes sobre essa instituição, embora sejam breves e careçam de maior fundamentação científica. É um livro com aspectos biográficos, visto que o maior enfoque está mais na pessoa do Coronel Freitas do que propriamente nos aspectos históricos, geográficos ou sociais da Colônia Militar do Chapecó. Todavia, permite ao leitor o acesso a informações interessantes sobre o funcionamento da instituição, as quais podem ser aproveitadas para impulsionar a elaboração de pesquisas com viés mais acadêmico.

Do autor Martinello (2016), tem-se o trabalho de doutoramento com a tese intitulada “Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina”, a qual buscou “mapear alguns momentos relevantes, circunstâncias e situações na constituição histórica de “um espaço catarinense” e suas territorializações [...] defende uma ideia, a tese de como a localização da capital e sua sede administrativa é resultado de arranjos do período colonial, sendo herança que resistiu ao tempo (mais do que a conjuntura que a tornou lócus de poder) e permaneceu às mudanças.” O trabalho abrange desde o período colonial até o republicano.

Sob o título “De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882-1898)”, a dissertação de Aranha traz importantes contribuições para entender o jogo de interesses entre Brasil e Argentina para dominar os Campos de Palmas. Na mesma perspectiva, é possível citar o trabalho de Alcaráz (2013), intitulado “La gestacion de una elite local durante la explotacion yerbatera-maderera en el Alto Paraná (1870-1920)” que:

Rompiendo con una tradición del historicismo local corriente, cuyo problema ha sido por lo general el de explicar el hiato entre la organización misional jesuítica y el poblamiento desplegado por el impulso del gobierno central y las empresas privadas de colonización desde 1897 en adelante, el autor parte del supuesto de una ordenación territorial y consolidación de los grandes patrimonios a la luz de un capitalismo sui generis, característico de las regiones subalternas respecto de los centros de poder mundial.

Diante da riqueza desse trabalho, é possível indicar o conjunto de informações e reflexões sobre a formação do capitalismo nas proximidades da Fronteira Sul brasileira, em

especial a atuação dos empresários ervateiros, principalmente Barthes, que exploraram ervais nos Campos de Palmas.

Outro trabalho interessante é de autoria de Petrolli (2018), que estuda a questão de limites entre as Províncias do Paraná e Santa Catarina durante o período de 1853 até 1889. Coloca como enfoque de análise um importante evento da formação territorial dos dois estados, o que também tem recebido poucos estudos. Nesta pesquisa<sup>10</sup>

Defende-se que, a contenda entre catarinenses e paranaenses se constituiu num problema de significativa importância política e econômica na Fronteira Sul, pois contemplava assuntos considerados centrais – “consideração política”, administração pública, desenvolvimento fiscal e expansão da colonização – inerentes ao processo de constituição da unidade nacional a partir das relações estabelecidas entre o centro (Corte) e as partes (províncias). A partir daí, sustenta-se que a não resolução da pendência de limites pode ser explicada através da própria natureza da organização política brasileira daquele período. [...] Nesse sentido, a continuidade de problemas com pendências territoriais entre muitas das províncias era vista como prejudicial para o desenvolvimento econômico e para a manutenção da estabilidade política. Assim, ao contrário do que se possa imaginar, a *Questão de Limites* revelou-se como um tema importante para se compreender – guardadas as devidas proporções de um caso específico – a organização política e econômica provincial, bem como o próprio processo de formação do território do Brasil.

Este último arrolamento de autores cujas pesquisas são mais recentes (Szesz, Freitag, Aranha, Alcaráz, Petrolli e Martinello), são trabalhos que exploram enfoques que ainda não haviam sido estudados, fornecendo importantes reflexões e debates e ampliando cada vez mais o horizonte de entendimento acerca da formação territorial do Oeste catarinense. Ainda assim, observou-se que a hipótese de trabalho que foi levantada para delinear a presente pesquisa não integrou os objetivos de pesquisa desses autores – o que não reduz a contribuição para o desenvolvimento científico que cada trabalho possui. Com esta nota pretendo apenas reforçar que a problemática deste trabalho permaneceu em aberto, mesmo com as importantes e recentes pesquisas, cuja permanência se deve aos objetivos de estudo de cada autor.

Uma segunda observação advém da análise de trabalhos acadêmicos que realizam a tradicional (e necessária) contextualização histórica do seu objeto de estudo (região Oeste), para depois explorar como a sua temática principal (esta temática pode ser desde a agrária, rural, algum setor econômico etc). Observa-se que essa contextualização histórica possui grandes saltos explicativos – da Questão de Palmas ao início da colonização, que é o mais

---

<sup>10</sup> Até a finalização da pesquisa apresentada, a tese de Petrolli estava nos trabalhos finais para a defesa. Logo, o trecho citado foi gentilmente fornecido pelo autor (ao qual sou imensamente grata).

recorrente. Trazem mais informações sobre os primeiros anos da implantação e do desenvolvimento dos núcleos coloniais, o que perpassa a ideia de que é este o “início”. Estão mais atrelados aos eventos oficiais do que propriamente ao processo de formação territorial.

Como resultado desse somatório está a interpretação do início do Oeste catarinense a partir da colonização, por conseguinte, isso implica que os processos e sujeitos antecedentes a isso não são vistos como partes dessa formação territorial e social. Foram transformados em elementos exóticos, silenciados ou mesmo em inexistentes. Assim, não afirmo que os autores que mencionei, que compõem o primeiro grupo (Radim, Bavaresco, Werlang, Renk, Valentini, Piazza etc.), possuíam a intenção de corroborar essa historiografia oficial. Os mesmos, além de possuir posicionamento distinto da historiografia oficial, cumpriram os objetivos assumidos no interior de suas respectivas pesquisas, as quais não se propunham a discutir a formação do território no período de 1880 a 1940. Afirmo que, como um somatório de fatores, a historiografia oficial recebe continuidade nos trabalhos de Geografia, mesmo que indiretamente (por não questionar alguns conceitos, escalas espaciais e temporais, etc). É oportuno destacar que referidos autores deixaram uma significativa contribuição a questões importantes e fundamentais para se entender essa região, o que pode ser comprovado pelo relevante emprego dessas obras como referências para o desenvolvimento de outras pesquisas acadêmicas.

Outra ocorrência é o uso de expressões que tem subentendida a ideia de início do Oeste a partir da colonização. Como exemplo temos a expressão “antes do Oeste”<sup>11</sup> (a qual adota a colonização como divisor de águas) que inculca a pensar e interpretar de forma fragmentada e desconexa um passado caracterizado por conflitos de poder e que não pertence a um processo diferente daquele que fundamenta a privatização da terra: que é a formação territorial de um mercado circunscrito e administrado pelo estado nos seus diferentes regimes políticos. Nesse contexto, saliento, ainda, a necessidade de se efetuar a análise considerando o todo: desde a identificação de Ibiturunas, Campos de Palmas ou Oeste, a região não estava esquecida dos interesses e projetos direcionados ao território. É evidente que existem diferenças entre os períodos em que o espaço está sob a identificação de Ibiturunas, Campos de Palmas ou Chapecó/Oeste. Todavia, compete investigar e questionar as suas mudanças, funcionalidades e relações existentes entre os nomes e o espaço produzido.

---

<sup>11</sup> Aqui compete uma ressalva: O livro “Antes do Oeste Catarinense”, de Miriam Carbonera, é uma exceção, visto que possui foco na ocupação indígena que antecedeu a colonização lusitana. Logo, é totalmente plausível a autora empregar a expressão “antes do Oeste”, pois este Oeste é oriundo da colonização portuguesa e não está vinculado à sociedade indígena antes do advento da colonização.

Ainda nesta perspectiva, é importante atentarmos para a estrutura dos discursos políticos e como os mesmos funcionaram como chaves de leitura dos processos sociais e territoriais. A interpretação de Costa (1929) realizada em uma expedição político-simbólica do Presidente do Estado (Adolfo Konder) indicava que “chegarão os primeiros colonos, os imigrantes, os obreiros da civilização, com estes à fartura e o progresso a um trecho fadado pela natureza para ser o verdadeiro Éden”. Uma concepção que não é um ato individual do autor, mas amplamente enraizada na identidade regional. Isso pode ser reforçado com a afirmação de Picolli<sup>12</sup> quando menciona que:

Para quem, como eu (...), cresceu no oeste catarinense, está aí uma síntese da epopeia colonizadora<sup>13</sup>. Empreendida por tão bravas gentes às quais é imprescindível prestar honrarias. Reforçada em hinos, monumentos, literaturas, rituais, datas comemorativas, etc., esta representação preserva-se – com atualizações – hodiernamente. A suposta superioridade auto-atribuída é defendida fervorosamente pelos guardiões da memória coletiva. Estes, por sua vez, encontram respaldo em autores clássicos e locais (PICOLLI, 2011, p.01).

Diante desse contexto, duas implicações são identificadas. A primeira é a permanência dos saltos explicativos conforme já indicado. A segunda decorrência é a concepção de que o Oeste catarinense surge somente após a colonização; esta última, com todo o discurso produzido pelos políticos ilustrados e vinculados às ciências, é concebida como o momento fundante dessa região. É uma visão que implica na produção do conhecimento, pois funciona como uma estrutura interpretativa que torna inapropriados alguns elementos que estavam nessa região antes, durante e até mesmo depois do processo colonizador<sup>14</sup>. O caboclo, as relações de poder e as disputas territoriais (sobretudo entre as oligarquias paranaense e catarinense) são exemplos de temáticas que não são contempladas com essa postura teórico-metodológica.

Expressão como “Antes do Oeste catarinense”<sup>15</sup> demonstra com precisão uma interpretação que funciona como um corte epistemológico, que impõe aquilo que pode ou não ser estudado ou considerado como parte dessa sociedade. Esta última consequência dialoga

<sup>12</sup>PICOLI, Bruno Antônio. Sono tutti buona gente: a invenção da superioridade italiana. In: Revista Semiva. Vol 10. 2º Sem/2011.

<sup>13</sup> A síntese da epopeia que o autor menciona é semelhante à afirmação de COSTA (1929): “chegarão os primeiros colonos, os imigrantes, os obreiros da civilização, com estes à fartura e o progresso a um trecho fadado pela natureza para ser o verdadeiro Éden.”

<sup>14</sup> Com esta classificação de inapropriado ou não constituinte deixa subentendido que “não convém estudar isso pois não faz parte dessa região”.

<sup>15</sup> SILVA, Augusto; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. In: Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011)



diretamente com os interesses das oligarquias nas suas diferentes escalas durante a transição do Oitocentos para o Novecentos, caracterizada pela construção de uma sociedade eurocêntrica e inserida na ordem social competitiva (FERNANDES, 1987)<sup>16</sup>. A partir da inserção dessa região no conjunto de políticas territoriais após a década de 20 (século XX), foi construída uma *id-entidade*<sup>17</sup> para o Oeste catarinense que expressa os fundamentos da colonialidade (capitalismo e eurocentrismo): enquanto entidades foram desdobradas em um conjunto de políticas territoriais (dimensão material) que viabilizaram a conformação de uma sociedade que atendesse aos interesses do estado: consolidação do mercado (com a implantação da pequena propriedade para abastecimento interno), europeização populacional com forte discurso e identidade ligada ao trabalho como criação de valor, economia de mercado e construção da ordem social aquisitiva. Contemporânea a essas políticas, a proliferação de discursos feitos pelos membros da classe dominante consistiu uma reflexão sobre a região, visando recriá-la. É mediante esta reflexão sobre si, processo típico das sociedades modernas (CHAUÍ, 2003), que foi elaborada a construção da própria *identidade*, sem desvincular-se da *entidade*: a formação regional como parte da formação territorial.

Isso pode ser identificado como um arquétipo advindo de um padrão de relações de poder provocando um processo de silenciamento nos eventos, fatos, escalas geográficas, agentes que é concebido como ideal a uma sociedade. No caso do caboclo, que foi claramente um desses elementos indesejados, observa-se que são relocados em determinados papéis, claramente hierárquicos, contudo são expostos como naturais – ou como um “*ofício étnico*”<sup>18</sup>. Com essa visão, são efetuados uma seleção e um ocultamento de fatos, dados cartográficos, vozes, atribuindo relevo às informações que convergiam com os interesses das oligarquias regionais sincrônicas à formação de uma dada sociedade. É possível afirmar que se trata de uma perspectiva que não permite compreender o processo em sua essência (conflitos por poder, seja entre diferentes classes ou entre frações da classe dominante), fazendo com que o

---

<sup>16</sup> Corresponde à ordem social aquisitiva ou, ainda, à ordem da civilização burguesa. Envolve ética racional, igualdade legal-formal, competição, luta. É a apropriação da lógica de mercado como princípio fundamental das relações societárias. Neste processo, o sistema de produção se adapta às potencialidades econômicas e socioculturais do espaço (país, região etc.) – O sociocultural pode ser exemplificado pela lógica senhoril (no Brasil) que, além de ter permanecido como forte obstáculo e se relacionar diferentemente de acordo com a região (Nordeste e Sudeste), é a base do preconceito em relação ao negro e indígena – portanto, não permite que a igualdade e individualidade do sistema capitalista e do liberalismo aflorem com integridade, mas sim moldados pelas características socioculturais. O preconceito neste tipo de sociedade burguesa não se reduz ao preconceito de classe, nem se torna possível reduzir classe e preconceito um ao outro.

<sup>17</sup> QUIJANO, 2005. Esse autor constrói sua argumentação a partir da interpretação de uma hierarquia étnico-racial que privilegia europeus em detrimento de não-europeus. A minha análise não toma isso como central, mas dialoga com isso. Por essa razão, emprego o termo *id-entidade*, que escrito assim, com hífen no meio da palavra, parece-me ser mais representativo para o que se quer expor: a construção da identidade e da entidade conjuntamente.

<sup>18</sup> RENK, 2005.

mesmo acabe por corroborar o discurso legítimo construído pelas frações de classe dominante.

Essa construção discursiva de silenciamento não emerge inicialmente somente do meio acadêmico. Ela integrou um conjunto de práticas políticas muito utilizadas por autoridades políticas e por intelectuais vinculados a estas autoridades, cujas relações são presentes em diferentes momentos da história. Especificamente para o Oeste de Santa Catarina, a produção discursiva foi intensa no período do Estado Novo, que, no âmbito local, contou com significativa participação de agentes catarinenses. Um trabalho interessante para avaliarmos a atuação dos poderes locais na criação (material e significação) do Oeste catarinense, é o “Região, civilização e progresso” de Petrolli (2011)<sup>19</sup>. Este trabalho

[...] trata da criação da região Oeste de Santa Catarina, a partir da problematização das ações do poder público catarinense, do Acordo de Limites (1916) até o final do Estado Novo (1945). Grande parte das fontes analisadas são fontes oficiais pelo fato de que as iniciativas estatais foram imprescindíveis para que o Oeste Catarinense se tornasse “materialmente” possível. (PETROLI, p.01, 2011)

Ainda para o autor “de fato, do ponto de vista histórico, podemos falar na existência ‘material’ (enquanto região) do ‘Oeste Catarinense’ somente após 1916” (PETROLI, 2011, p.09-10), considerando a definição jurídica dos limites, os investimentos estatais que visavam transformar a realidade – o que não deixa de ser válido, pois é a construção da entidade que mencionamos acima; essa “existência material”, que Petrolli (2011) menciona é a busca da concretização dos interesses que compõem os projetos de modernização do território e da sociedade. O autor reitera a necessidade de investigar e compreender as relações de poder que contribuíram para a formação material do Oeste catarinense. Não discordo do autor acerca da importância dessa averiguação, mas acrescentaria que para desvelar esse jogo de poder, que também instituiu uma determinada significação do próprio processo da “criação” do Oeste, é pertinente ampliar o recorte temporal, englobando o período antecedente não como uma “fase” que não mantém relações com aquilo que foi posterior, mas como partes de um mesmo processo.

Ainda sobre a moldura interpretativa, tem como consequência dessa postura metodológica que as relações de poder e toda a engenharia social usada que antecedeu a comercialização de terras permanecem ocultas. Portanto, existe uma necessidade de discussão direcionada à formação territorial exatamente no período do finissecular Oitocentos e as primeiras décadas do século XX, para tentar romper com essa noção. Se pensarmos em escala

---

<sup>19</sup> PETROLI, F. Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945, 2011.

mundial, esta transição secular é o período da mundialização do capitalismo e consolidação da divisão internacional do trabalho. Um processo que direcionou intensas transformações espaciais, sociais e culturais em diferentes lugares do mundo. Ao meu ver, tais acontecimentos estão relacionados à produção do espaço que ocorreu nos Campos de Palmas exatamente neste mesmo período.

### **01.03. Do desconforto ao esboço de uma nova interpretação – o conceito de fundo territorial**

O objetivo da exposição neste item é apresentar um conjunto de reflexões elaboradas sobre o emprego terminológico que são geralmente presentes para explicar um processo de expansão territorial do capitalismo. Trata-se de item que perpassa algumas discussões. Ao final, tento sintetizar porque julgo mais adequado empregar o conceito de fundo territorial para nortear a compreensão do espaço-tempo do Oeste catarinense entre 1880 e 1940. Para tanto, é estabelecido um diálogo com conceitos como “sertão, fronteira e colonização”.

É necessário pontuar aqui como o cabedal teórico, ensaístico e literário, que pode ser usado para estudar a expansão realizada sobre fundo territorial, é compreendido a partir da sua capacidade explicativa para atender a problemática da pesquisa, que rapidamente pode ser retomada: evitar uma proposição que fragmente a integridade do processo da incorporação desse fundo territorial entre 1880 e 1940. É importante situar as aberturas ou os fechamentos de interpretações a partir dos empregos conceitual e teórico adotados, pois a temática espacial para além de reflexões científicas tem aparecido como um lugar de destaque no pensamento social e político brasileiro quando se aborda a formação do território e, também, a própria formação da sociedade brasileira. No íterim desta última vertente, a temática da fronteira agrícola tem sido empregada para discorrer sobre os momentos fundantes, ou sobre o início da formação de um lugar/município ou região. E se pensarmos a respeito do Oeste de Santa Catarina, o termo “colonização” pode ser identificado como o termo correlato que exerce a mesma estrutura explicativa daquela desempenhada pela palavra fronteira agrícola.

Nesta linha de pensamento, proponho como tese a ideia de que o Oeste catarinense não pode ser compreendido com início a partir da colonização, mas que esse espaço-tempo (o Oeste de Santa Catarina em 1880-1940) seja compreendido como um *fundo territorial em processo de integração*.

Essa postura permite atentar para os eventos que precedem a colonização, bem como incorporar uma análise que articule diferentes escalas para explicar o porquê de determinados eventos terem ocorrido. Sobretudo esta última permite emergir de um recorte estritamente regional e de forma quase isolada, como era pressuposto em alguns trabalhos, de modo que possibilita entender a relação dessa integração do fundo com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a mundialização do capital e a divisão internacional do trabalho. Como proposta para investigação e entendimento, sugiro que o espaço-tempo seja compreendido como fundo territorial em processo de integração, considerando as diferentes práticas espaciais (*identificadas por verbos*) que manifestam diferentes *naturezas do espaço (espaço absoluto, relativo e relacional)* e *escalas geográficas* que, conjuntamente, constituem o processo de integração e formação territorial. Visa-se, com isso, destacar a importância da diferenciação espacial, seja pela sua natureza (HARVEY, 2010) ou pela escala (SMITH, 2002), que neste trabalho, compreendemos como práticas que consolidam a formação territorial, logo, a inserção de um fundo territorial<sup>20</sup>.

É mister entender que, do ponto de vista do controle estatal, o processo de integração estava alicerçado, principalmente, no espraiamento da sociedade brasileira e no desenvolvimento econômico em áreas incorporadas e não incorporadas, os quais demandam um conjunto de intervenções territoriais (controle da terra e gestão territorial, cartografização, resolução das disputas territoriais etc). Esse processo de espraiamento demográfico é associado ao e tem sido estudado por meio do conceito de fronteira ou cognatas como frente/franja pioneira de autoria de Monbeig. A reflexão sobre os desdobramentos do uso dessas teorias espaciais ou de conceitos espaciais para entendimento da sociedade faz-se pertinente pois as representações geográficas do país foram parte do cabedal de temáticas que estão relacionadas à constituição da identidade brasileira (RAIMUNDO, 2004; 2000; MORAES, 2002; SOUZA, 1998, OLIVEIRA, 1998). Como expõe Oliveira

A conquista e a ocupação de terras oferecem uma longa genealogia retomada na construção da brasilidade. A referência ao espaço da América como o jardim do Éden e como "possessões maravilhosas" povoa o imaginário sobre o Novo Mundo e o Brasil. As imagens fantásticamente positivas ou terrivelmente ameaçadoras sobre os novos espaços aparecem na literatura que procurou dar conta da identidade do país

O Novo Mundo e o Brasil tiveram no domínio do espaço geográfico o processo básico que acompanhou a formação da sociedade e do Estado. A ausência de um passado histórico remoto, exemplificada na ausência de catedrais góticas, produziu a

---

<sup>20</sup> A apresentação mais esmiuçada da tese está no Capítulo 02, aqui apenas apresento-a para facilitar o entendimento.

busca de raízes em passados mitológicos ou em traços culturais primeiros do português, do índio e do negro. Entretanto, estas construções simbólicas têm produzido mais a consciência das distinções do que a da integração. A consciência do espaço, da territorialidade, em contrapartida, forneceu as bases da integração necessária à formulação de um projeto de nação. Esta premissa nos ajuda a entender a importância e a permanência do ufanismo como ideologia fundada na natureza e na relação desta com o caráter do povo, produzindo o sentimento de identidade nacional. A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil. O ufanismo baseado nos atributos da natureza não aparece sozinho. Seu reverso também faz parte do imaginário sobre o país desde seus primórdios e assinala os perigos e as ameaças relacionados à natureza dos trópicos (1998, p.03).

O território passou a ser o elemento estruturador da memória coletiva para arguir sobre a identidade nacional, sendo possível indicar como temáticas recorrentes a questão de integridade e dimensão do território, e a prática da conquista territorial das áreas “vazias” no interior do Brasil. A conquista de referidas áreas tem sido lançada como momento fundante das sociedades regionais e locais por repetir a mesma façanha na qual o pensamento social tem creditado a emergência da essência da identidade nacional: a conquista de áreas interioranas pelas bandeiras (tanto pelo espraiamento da população quanto pela criação material de condições para recorrer ao *uti possidetis* com a dilatação das fronteiras políticas). Conforme lembra Oliveira (2000), as bandeiras têm sido apresentadas como “o evento original que fez nascer a nação” (2000, p. 80), que “confirmando a importância do espaço na construção da identidade nacional, encontra-se a questão do ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação: as bandeiras” (OLIVEIRA, 2000, p.08).

Para interpretação dessa expansão espacial que ocorre nos séculos XX e XXI tem-se recorrido a interpretações que remetem ou demonstram alguma apropriação da *frontier thesis* elaborada por Frederick Jackson Turner (1893), quando o mesmo dissertou sobre a expansão ao Oeste dos EUA, retomando também o mito da fronteira daquele país. Desse conjunto de teorias é possível indicar a proposta de frentes pioneiras de Monbeig e também da fronteira/frente de expansão indicada por Martins – que versa de forma muito oposta a Monbeig/Turner, mas emprega o mesmo termo<sup>21</sup>.

A teoria de frentes pioneiras apresentada em 1966<sup>22</sup>, integra significativa parte da produção teórica de Monbeig (mas construída ao longo de toda estadia do geógrafo no Brasil)

<sup>21</sup> Ainda é possível indicar os seguintes autores que tentaram estabelecer aproximações entre a tese turniana e a expansão do capital no Brasil: Roy Nash (1926), J.F. Normano (1935), Lombardi (1975) e Katzman (1975). NOGUEIRA, 2013.

<sup>22</sup> Pierre Monbeig foi um geógrafo francês que integrou a missão francesa de criação de cátedras no Brasil. Especificamente Monbeig auxiliou a fundar a USP na década de 1930. Na França foi aluno de Vidal de La Blache e Albert Demangeon, importantes nomes da escola francesa. De 1937 a 1946 foi Presidente da Associação dos Geógrafos do Brasil.

é fonte de controvérsias sobre sua adesão ou não aos interesses de modernização do território elucubrados pela classe dominante do período, em especial a cafeeira. A Teoria das Frentes Pioneiras pode ser indicada como uma proposta interessante para o momento em que o país estava sendo alterado por uma série de políticas econômicas e territoriais<sup>23</sup>, cujos contexto histórico e assunto se convergiam. É interessante destacar que a elaboração teórica de Monbeig ocorre no próprio contexto da expansão territorial do capitalismo e trata-se de aspectos que são imbricados, inclusive implicando na elaboração teórica efetuada, visto a proximidade do autor com autoridades políticas do período<sup>24</sup>.

Na proposta que predominou a partir de Monbeig as franjas pioneiras ou fronteiras agrícolas podem ser compreendidas como áreas do mundo que estavam em processo de incorporação ao ecúmeno, áreas estas que eram representadas como de natureza hostil, bruta e ainda não dominada. Não destoando dessa leitura, as populações que ocupavam essas áreas também eram compreendidas de forma pejorativa seja no âmbito cultural, social, econômico ou tecnológico, por meio de uma interpretação que pressupõe uma naturalização do sujeito que a habita.

Convém indicarmos que existe uma diferença entre a tese das franjas pioneiras e a da fronteira de Turner. Esta última tem como central a ação particular dos pioneiros no processo de expansão espacial sobre as áreas “inóspitas” e os índios “bravios”, enquanto que Monbeig tem inclinações para a presença do Estado, na ação e no planejamento para ampliar as bordas do ecúmeno, partilhando do entendimento que essa expansão levaria os benefícios da civilização para aquelas populações ainda não incorporadas na órbita do poder estatal (NOGUEIRA, 2013). Essa distinção entre a presença do Estado na consecução do avanço do capital situa-se como uma influência de Isaiah Bowman (NOGUEIRA, 2013, p.43). Aqui é importante lembrar que a condição colonial que invenção a formação do Brasil, bem como o seu ingresso tardio na economia capitalista (MELO; NOVAIS, 2009) tem implicado na diminuição da espontaneidade dos processos sociais de valorização espacial (MORAES, 1999), em razão de os grupos dominantes (ou fracções destes), sobretudo através do Estado, terem passado a comandar os processos de valorização simbólica e material do espaço com o intuito de ajustá-lo às demandas de ordem econômica e/ou política. Esta diminuição da espontaneidade tem como função apressar as etapas do desenvolvimento do capitalismo.

---

<sup>23</sup> Além da análise pela paisagem, é coerente destacar a contribuição a partir da análise por redes e também da criação de regiões como etapa seguinte da expansão da frente pioneira.

<sup>24</sup> NOGUEIRA, 2013.

A construção teórica de Monbeig trata-se de uma postura que adotou um ponto de vista parcial da expansão do capital. Uma concepção que tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor como sendo os agentes de transformação da paisagem. Afirmar que referidas figuras não estão relacionadas às mudanças paisagísticas e dos arranjos que são construídos na expansão dessas populações seria incorrer em um (evidente) erro. Todavia, trata-se de uma perspectiva que, ao considerar as demais populações como transitórias, transforma a sua eliminação em uma fatalidade inevitável. Desconsidera, ainda, as diversidades de relações espaciais que podem ser estabelecidas. Essa abordagem é um ponto de vista que falava

de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital (MARTINS, 2012, p.137).

Para o autor, essa perspectiva traz como componente problemático o predomínio de uma única visão em relação aos sujeitos envolvidos nesse movimento territorial do capital.

Quando difundiram no Brasil o conceito de frente pioneira, os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido. Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo como precursores dessa mesma frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como café e o algodão (MARTINS, 2012, p.135).

O escopo da abordagem das franjas pioneiras não integra o conjunto de violência material e simbólica, parte intrínseca da expansão do capital. O enfoque de Martins é empregar de forma conjunta os agentes apreendidos na concepção de fronteira com aqueles que integram a frente de expansão. A fronteira para Martins pode ser compreendida como espaço de conflito, do encontro com o Outro, ou como sugere o próprio título da obra, dos confins do humano desvelado pelo contato e pela violência. A abordagem presente na argumentação desse autor contempla a exploração da força de trabalho camponesa, com diferentes meios de obtenção da renda da terra não-capitalista (OLIVEIRA, 1998), como a peonagem, parcerias e a imposição de trabalho cativo, atribuindo destaque à subordinação do trabalho camponês ao capital, especialmente no processo de formação das fazendas (com os trabalhos de desmatamento, destocamento, preparação e cultivo). Um dos pontos

fundamentais que o autor traz em significativa parte das suas publicações é a incorporação de terras e produção de mercadorias, as quais não são executadas a partir de relações de produção capitalista. Desse modo, a produção não-capitalista, mas subordinada ao capital, é um aspecto fundamental para a compreensão do processo de expansão territorial do capitalismo, como uma especificidade do desenvolvimento desse modelo econômico no Brasil<sup>25</sup>.

Para Martins (2012), são espaços que se transformam em fronteiras “de muitas e diferentes coisas: fronteiras da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteiras da história e da historicidade do homem. E sobretudo, “*fronteira do humano*” (2012, p.11). Essas fronteiras de contatos entre culturas e economias distintas podem ser compreendidas, também, como espaços de esperanças: de resistir, que se apoia nos elementos de sua cultura, na ânsia de resguardar para si e para os seus, sua identidade, suas topofilias e *farturas*. É também espaço de esperança para *acumular mais do mesmo* para grupos sociais que outorgam a si e seus semelhantes o direito de expansão sobre o Outro. São espaços em que residem esperanças de encontrar a *cocagna*<sup>26</sup>. Como bem destaca Martins a fronteira se constitui em um espaço-tempo de diversos agentes, diversas relações sociológicas que são entabuladas a partir da expansão da sociedade civilizada.

A contar da transição de um regime escravagista para um desenvolvimento de economia baseada no trabalho livre (1880-1930<sup>27</sup>), houve uma adaptação também no conjunto nas representações e nos discursos que consubstanciavam os processos territoriais de expansão desse modelo econômico. A passagem de Oliveira (1998) é exemplar para indicar esse acomodamento de termos.

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de "vazios demográficos". A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-

---

<sup>25</sup> E sobretudo para entendermos como o minifúndio e a mão-de-obra familiar, ambas especificidades do Oeste de Santa Catarina são articuladas a produção capitalista. Isso também pode ser estudado em “Os colonos do vinho” de Tavares dos Santos.

<sup>26</sup> Mito do imaginário medieval que remete à um país, terra de prazeres, abundância, harmonia social e liberdade social, onde não há lugar para o sofrimento, envelhecimento e o esforço para o trabalho. Com algumas alterações foi incorporado ao pensamento popular italiano, registrado nos imigrantes do século XIX e descendentes, que diante do desemprego da Revolução Industrial, os benefícios da Cocagna reduziam-se a satisfazer a alimentação. O tema é ilustrado a partir de obras literárias, valendo-se do personagem Nanetto Pipetta, jovem imigrante clandestino veneto, cujas aventuras eram publicadas semanalmente no jornal Stafetta Riograndense. Ver: BAGNO, Silvana (2009). FRANCO JUNIOR, Hilário, 1998.

<sup>27</sup> SAES, 2016; FERNANDES, 1981.



litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral a civilidade com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico.

“Sertão”<sup>28</sup> configura um conceito espacial e massivamente empregado no pensamento social-político brasileiro que pode ser situado como uma herança linguística e da política expansionista lusitana. Ou seja, o termo “sertão” indicando o espaço de avanço foi anterior ao emprego dos termos “fronteira” e “frente pioneira”. Para a incorporação do fundo territorial, Oeste catarinense é empregado conjuntamente com termos e referências que lembram as práticas expansionistas norte-americanas e suas ideologias correspondentes – destino manifesto, doutrina Monroe, *frontier thesis* e mito da fronteira. Ou seja, no espaço-tempo deste fundo territorial observamos elementos do pensamento luso (sertão) e da nova influência norte-americana captada pela intelectualidade. O ensaio de Arthur Ferreira da Costa<sup>29</sup> que integrou a Bandeira Konder, é exemplar nessa associação. A nomeação da comitiva que sai da capital Florianópolis para passar por várias localidades até chegar no Extremo Oeste já é sugestiva dos arcaísmos interpretativo e associativo que foram realizados na mesma. No artigo “O Oeste Catharinense – visões e sugestões de um excursionista” é possível verificar essa associação:

Essa jornada, verdadeira “**bandeira**” empreendida nos dias que vivemos, tem características de coragem, de ousadia, de resistência, de abnegação, que lembram os gestos de nossos maiores, quando se internavam pelos **sertões**, desbravando o desconhecido e levando aos rincões mais afastados o cunho de conquista brasileira, assegurando pela posse largos domínios para a nossa nacionalidade. Também se fizeram conquistas, se não de terras, pelo menos de populações brasílicas que se estavam desnacionalizando, pelo abandono completo em que viviam, sem a mínima ligação com a nossa pátria e totalmente alheias da **comunhão nacional**. (COSTA, 1929, p.07)

Quando observamos aquela riqueza imensa e morta por falta da vivificação da inteligência e do trabalho do homem, nos lembrávamos de tantas pessoas que se apoquentam pela ânsia de um miserável emprego público e comparávamos aquele cenário e as recompensas que ele encerra ao que se vê em magníficas películas cinematográficas americanas, sobre os tesouro do mesmo **Oeste** daquele grande país, formulas admiráveis de propaganda em favor do trabalho dos campos e da possibilidade que o homem tem de fazer fortuna pessoal e de contribuir para a grandeza de sua pátria (...) (COSTA, 1929, p.48).

O Oeste, neste caso, não aparece como a direção a ser conquistada, como ocorreu com a produção discursiva da Marcha para Oeste, no Governo Vargas. Mas faz referência à região dos Estados Unidos. Aqui, a relação entre Oeste e avanço territorial é mais histórica do que simbólica – como passou a ser após a política varguista. Em outras passagens, o termo refere-

<sup>28</sup> No Capítulo 06, o mesmo será melhor conceituado.

<sup>29</sup> O autor ocupava o cargo de Chefe de Polícia do estado de Santa Catarina no referido período.

se à localização geográfica em oposição ao Leste. Para o Oeste de SC é possível observar uma mistura desses usos. Encontramos o termo “sertão” – que lembra mais o cabedal discursivo da Colônia e Império – e, também encontramos termos e associações que remetem à recente influência do pensamento social norte-americano, possivelmente advindo da aproximação política entre Brasil e EUA naquele contexto. Aqui inevitavelmente fica a indagação se a integração do fundo territorial Oeste catarinense pode ser observada como um espaço-tempo de transição dos mitos e representações empregados como impulsionadores e justificativas para a incorporação de áreas na economia dominante, demarcando uma transição entre uma influência europeia (e monárquica) para norte-americana (também influenciada pela instauração do regime republicano). Entre 1870 e 1940, o termo “sertão” se constituiu como “uma categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira” (AMADO, 1995, p.02).

Ao que indica, após a conclamação da *Marcha para o Oeste* realizada pelo Presidente Vargas e a produção literária e teórica em torno desse movimento (seja Centro-Oeste brasileiro ou especificamente Oeste paulista), a expansão sobre áreas economicamente não incorporadas ao interior do território passaram a ser explicadas (teoricamente ou ideologicamente) a partir da proposição da fronteira agrícola/frentes pioneiras, empregando o termo *Oeste* para designar a direção do avanço. Em momentos anteriores, em vez do termo Oeste, poderíamos encontrar a expressão “sertão” como condição atribuída para indicar o local a ser alcançado pela expansão, independentemente de suas características físicas. O termo “sertão”, como destaca Amado (1995), designava áreas distintas:

O conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de "sertão". Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois "sertão" permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categoria espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de "Nordeste" se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais. Que seria de Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso sem seus sertões, como pensa-los? Em Santa Catarina, ainda hoje se emprega a expressão "sertão" para referir-se ao extremo oeste do Estado. Em partes do Paraná, a mesma expressão identifica uma área do interior de outro Estado, São Paulo, próxima a Sorocaba (provavelmente, uma reminiscência dos antigos caminhos das tropas). No Amazonas, "sertão de dentro" refere-se à fronteira do estado com a Venezuela, enquanto, no interior do Rio Grande do Sul "sertão de fora" também nomeia área de fronteira, porém situada... no Uruguai! (AMADO, 1995, p.145)

A partir do final da década 1930 é possível encontrar uma significativa mudança no uso e entendimento dos conceitos espaciais para um ajustamento das formulações discursivas

para abordar os movimentos de expansão. De uma massiva presença do termo “sertão”, o declínio, a partir de 1950, deste é acompanhado pela emergência do termo “fronteira” designando uma zona móvel no interior de limites territoriais de um país.

As interpretações das bandeiras e dos bandeirantes, com suas epopeias, foram retomadas em diversos momentos da histórica brasileira, inclusive mesclando-se com outras influências – como a de fronteira norte-americana, justamente no momento de realinhamento das relações externas, concretizando uma aproximação política com os EUA<sup>30</sup>. Essa retomada constante é associada a uma variante da formação nacional brasileira, que tem como eixo comum a conquista de espaços. Decorre daí a possibilidade das teorias sobre fronteira/franjas/frentes serem indicadas com uma manifestação de gêneros literários cujo conteúdo converge com os desígnios políticos que estavam incrustados no desenvolvimento territorial do capitalismo, mas disseminados como fundamentais e inexoráveis à formação de uma nação.

Essa aproximação entre a teoria das fronteiras e essência da nacionalidade é também encontrada nos EUA com a *frontier thesis* de Turner e tem servido como inspiração para que setores tecessem aproximações dessa teorização com os movimentos de expansão para os fundos territoriais no Brasil. Para Turner, foi a conquista das terras abertas situadas no Oeste que serviu como condicionante para transformar o imigrante europeu em uma personalidade essencialmente *yankee*, demarcada pela conquista espacial. Essa última passa, então, a fornecer as condições econômicas para o crescimento e pujança dos EUA. Percebe-se, portanto, uma tentativa de aproximar ou de notabilizar uma importância semelhante entre os pioneiros norte-americanos e os grupos sociais que no Brasil desempenharam uma função parecida: desde os bandeirantes a colonos-migrantes no Oeste de Santa Catarina e Paraná, fazendeiros a ocupar o Oeste paulista ou ainda o Centro-Oeste na conhecida Marcha para Oeste. Nessas aproximações são forjadas as atribuições para esses sujeitos de fundação e instituição dos espaços sociais e arranjos geográficos decorrentes dessa marcha.

Para Turner, existe uma distinção entre fronteiras europeias e norte-americanas, dado que aquelas estão localizadas em espaços mui densamente povoados, de modo que ao avançarem territorialmente, avançam sobre povos, ao contrário das fronteiras norte-americanas em que se encontram as margens das terras abertas para a expansão<sup>31</sup>. Considerava como parte da franja fronteira a porção habitada pelos índios e o limite externo da área colonizada informada nos censos. Dentre seus objetivos, também situava o interesse de

---

<sup>30</sup> Conforme Capítulo 04.

<sup>31</sup> O mesmo não reconhece o território indígena.

refletir sobre as implicações que as condições materiais na linha fronteiriça exerciam sobre os homens que passavam a ocupá-la. A capacidade de conversão da natureza em paisagem antropomorfizada não era resultado dos aspectos germânicos (os gérmenes, como ele menciona), mas de uma simbiose entre as ações tomadas por esses diante das condições encontradas. Ao internalizar os elementos explicativos na relação do homem com a natureza na fronteira, também permite instituir um viés explicativo para a particularidade norte-americana em relação ao seu contínuo desenvolvimento econômico com a ocupação das terras do poente.

É sabido que o Presidente Getúlio Vargas instituiu a ocupação do Centro-Oeste como política nacional durante o século XX, alicerçada na modernização e no desenvolvimento econômico, também creditando nesse movimento expansionista de caráter econômico a consolidação das bases da Nação, que no discurso varguista traduzia o verdadeiro significado brasileiro como a Marcha para o Oeste. No discurso proferido em 31 de dezembro de 1937<sup>32</sup>, Vargas convidava a população para seguir os passos dos primeiros pioneiros que atingindo o coração do continente que conquistaram as fronteiras territoriais. Ainda, discursava que na conquista da fronteira econômica estava a essência da brasilidade.

Uma retórica muito próxima com aquela tecida por Turner. Vejamos:

El desarrollo social norteamericano ha recommenzado continuamente en la frontera. Ese renacimiento perenne, esa fluidez de la vida norteamericana, esa expansion hacia el Oeste con sus nuevas oportunidades y su contacto · ininterrumpido con la simplicidad de la sociedad primitiva, proporciona las fuerzas que dominan la idiosincrasia norteamericana. La verdadera mira en la historia de esta nacion no es la costa atlantica, sino el Gran Oeste (TURNER, 1893, p. 03)

A mensagem do Presidente Getúlio Vargas, expressa o vínculo criado entre a espraiamento social e o avanço econômico como uma manifestação na nacionalidade brasileira que remonta a ação dos bandeirantes a definir as fronteiras internacionais. Assim, ao associar o significado “verdadeiro” da identidade nacional brasileira às bandeiras criam-se chaves explicativas que possibilitam a replicação dessa interpretação para outros contextos. A “Marcha para o Oeste”, transcorrida durante o Governo Vargas (1930-1945), compartilhou temporalmente com a produção literária, que visava contribuir para o projeto de modernização territorial e da sociedade. Assim, vários setores culturais afinados com a ideologia do Estado Novo contribuíram para a edificação de uma perspectiva interpretativa que reforçava a

---

<sup>32</sup> No limiar do ano de 1938 (Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanaraba e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937), Brasil: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getuliovargas/discursos-1/1937/08.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getuliovargas/discursos-1/1937/08.pdf/at_download/file)

nacionalidade brasileira na conquista de espaços e na sua inserção na órbita do Estado e economia capitalista. Esses setores articulavam-se como importantes elementos que legitimavam a decisão político-administrativa e o conjunto de produção literária que, além de um possível endosso, serviram como disseminadores da interpretação que toma a conquista capitalista de espaços como manifestação da essência nacional.

Compete, ainda, fazer mais algumas considerações sobre o emprego político-estratégico de significações geográficas, e as interpretações acerca dos mesmos. O objetivo aqui é pontuar algumas especificidades visualizadas para a inserção do fundo territorial Oeste catarinense, sobretudo quanto ao emprego do termo “sertão”. Conforme é apresentado no Capítulo 05, na transição do regime monárquico para o republicano, houve uma aproximação com os Estados Unidos que foi vivenciado não apenas no âmbito das relações diplomáticas e dos acordos comerciais, mas também servindo de inspiração para seguir um modelo de crescimento econômico, dado que esse país, assim como os demais do continente americano, também esteve sob exploração colonial, mas que desfrutava um processo de franco crescimento econômico desde meados do Oitocentista. A influência que a *thesis frontier* exerceu sobre o pensamento social e político brasileiro como parte dessa aproximação pode ser identificada nos escritos da Bandeira Konder, anteriormente exposta.

Desse movimento narrado e lembrado com tonalidades épicas, emergem, então, os *bandeirantes* como a figura mais representativa da nacionalidade, a qual tem recebido constantemente atualizações ao longo dos movimentos de expansão do capital no Brasil, para identificar qual é o outro protagonista que no seu devido tempo repete a função de conquistar espaços e fundar sociedades. Para esses “novos bandeirantes”, encontramos correspondência aos colonos-migrantes, imigrante, fazendeiros, empresas-colonizadoras, ou seja, aquele conjunto de agentes que ao ocuparem um novo espaço, passam a desenvolver práticas econômicas capitalistas (ou submetidas a esse pela mercadoria) e ampliam o controle do estado nessa área, tendo sido associados a termos como “desbravadores, pioneiros” e, em alguns casos, como *bandeirantes*.

Se retomarmos o contexto da produção intelectual na primeira metade do século XX, observa-se que o ambiente de investigação e debates empregava de forma recorrente e com importância o aporte geográfico (conceitual ou explicativo) para interpretação dos processos analisados, seja de cunho científico ou político-ideológico. Nessa imbricação entre os projetos político-territoriais e a produção literária, as aproximações ou dissidências indicavam a possibilidade de filiações entre os interesses da burguesia, dado que a proposta teórica de fronteiras/franjas pioneiras floresceu em um contexto em que se debatia sobre a sociedade

brasileira. Em outras palavras, para a produção intelectual do período o grande parâmetro para se pensar os aspectos sociais e geográficos baseavam-se nas problemáticas e preocupações da política brasileira, de modo, que haviam aproximações.

Nas condições do capitalismo tardio e no âmbito da formação sócio-econômica brasileira (MELO; NOVAIS, 2009), a dimensão do mercado dos bens simbólicos não alcança uma expressão autônoma em relação à burguesia (FERNANDES, 1981)<sup>33</sup>, de modo que não se visualiza uma nítida separação entre a produção literária restrita (campo acadêmico) e outro campo de produção ampliada (ORTIZ, 2001, p.25). “Isso significa uma fraca divisão do trabalho intelectual e uma confusão das fronteiras entre as diversas áreas culturais” (ORTIZ, 2001, p.26). De forma que no interior de um gênero literário, encerram também outros discursos dentro de si, como o político, o social (CÂNDIDO, 2000, p.134<sup>34</sup>), e também acrescentam um discurso geográfico (ESCOLAR, 1996; MORAES, 1996).

Assim como o saber de caráter empírico, produzido demasiadamente pelos engenheiros militares (BUENO, 2011; GOLIN, 2011) serviu para orientar ações, intervenções territoriais e demarcar limites, em conjunto com outros gêneros literários (como ensaios, crônicas de viagens etc.) serviram para a produção de imagens geográficas dos espaços. Estas últimas sejam elas a manifestação de um conjunto de saberes e técnicas para conhecer o espaço, sejam um conjunto de representações para sustentar discursos e projetos ideológicos, consubstanciaram a formação material dos territórios, ressaltando o duplo caráter que se soma nesse processo<sup>35</sup>. Nessas condições, são imagens que comportam um discurso que visa orientar relações sócio espaciais, leituras, projetos e sentimentos de identidade (ANDERSON, 2008)<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> Para FERNANDES, nos países de passado colonial, em que o ingresso no capitalismo é tardio, esse é instituído antes do desenvolvimento da ordem social competitiva, implicando na subordinação do conhecimento a interesses ideológicos. Afirma ainda que a burguesia nacional implantada em uma democracia restrita, a qual se caracteriza por não estender o direito à cidadania a toda população. Nessas condições, os distintos gêneros literários permanecem subordinados a uma classe específica e não vivenciam uma institucionalização plena de um campo do saber. Aqui é possível dialogar novamente com Ortiz quando afirma que “é conhecido o fato de que no Brasil o desenvolvimento da literatura se encontra estreitamente ligada a burocracia do Estado” (ORTIZ, 2001, p.28). As agremiações surgidas desde o regime imperial, tais como IHGB e Sociedade de Geografia, têm servido para a criação de discursos geográficos, conforme será evidenciado adiante.

<sup>34</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, 2000.

<sup>35</sup> Vinculada ainda com esse trabalho de produção e leituras espaciais está a própria conformação da ciência geográfica que caracterizada pelo levantamento empírico, descrição, classificação e investigação precedeu a Geografia Moderna (CAPEL, 1999).

<sup>36</sup> Benedict Anderson em “Comunidades Imaginadas” propõe que a criação da comunidade nacional, como um conjunto de pessoas que compartilham um sentimento comunitário e de pertencimento ocorre mediante um conjunto de ações discursivas entre do mapa, museu e censo. Não compartilho da ideia que o Brasil corresponda a uma nação – como proposto nos moldes do pensamento ocidental, mas compreendo-o como um Estado territorial, no qual o termo e concepção de Nação funcionam como ideologia para encobrir aos conflitos de classes estabelecidos. Como um exemplo é só observarmos a articulação entre a disseminação das relações

Dessa maneira, observa-se que o conjunto de memórias, personagens e eventos que integram a colonização tem sido explorado como o momento fundante do Oeste catarinense. E que, portanto, a colonização recebeu significação cognata à fronteira ou à franja pioneira (mesmo que o evento da colonização oestina de SC ocorreu antes da Marcha para o Oeste, a função explicativa a partir da significação atribuída é semelhante). Para esse evento, é coerente retomar que a criação oficial do município de Chapecó em 1917 (que nas proporções originais correspondia a praticamente todo o Oeste catarinense), logo após o acordo de limites com o estado paranaense, demarca a implantação e o desenvolvimento de uma série de políticas públicas territoriais e não territoriais, estando dentre as consequências um expressivo aumento demográfico e a criação de núcleos coloniais que posteriormente tornaram-se municípios. A memória regional tem sido alicerçada a partir da historicidade desses agentes e de suas memórias: não raro encontra-se em festejos municipais homenagem aos “primeiros moradores”, aos “primeiros casamentos”, assim como festejos ao dia do colono que estende, quando não confunde a homenagem ao agricultor. E como não haveria de ser diferente, os próprios agricultores, filhos e netos daqueles que experienciaram a colonização, ainda assim se autodenominam de colonos, pois no seu entendimento, o termo refere-se àquele que “vive da lavoura”, agricultor e não aquele que coloniza a terra (como um evento historicamente datado), demonstrando que na personificação regional, esses termos adquirem sentidos próprios, soando estranho para quem se baseia ao significado descontextualizado ou soando ridículo aquele “cientista” que observa o mundo com o “olhar de sobrevoo”. Também não é incomum encontrarmos textos acadêmicos de caráter histórico ou que em algum momento da estrutura retomam memórias dos colonos e de suas famílias como um procedimento de contextualização, que é composto por uma exaustiva e já conhecida abordagem acerca das dificuldades que compuseram a consolidação dos núcleos coloniais e o cotidiano de cada unidade familiar: “que no início era tudo mais difícil...”<sup>37</sup>

A construção de uma memória regional e nacional, tem consistido em realização de festejos, celebração de datas, construção de heróis e materialização em monumentos, obras e museu (ou casa da cultura). Integram o que Hobsbawn chama de tradições inventadas que são

---

capitalistas e o discurso de “obreiros da nação” presente nas falas das oligarquias catarinenses quando se referiam aos colonos migrantes.

<sup>37</sup> Essa ênfase nos primeiros tempos não ficou restrita apenas a memória familiar, correspondeu também ao conteúdo escolar de história local orientada pelo Estado. Conforme Capítulo 05.

um conjunto de elementos criados<sup>38</sup> e formalmente institucionalizados, os quais para o Oeste catarinense tornaram robusta a ideia de início a partir da colonização.

Deve-se considerar que, como a memória adotada no discurso oficial e na historiografia é inserida na identidade/história/memória de Santa Catarina, o ângulo de abordagem tende a ser a partir da definição dos limites, dado que a partir dessa data que legalmente o controle catarinense é estabelecido nessa área. Porém, para uma perspectiva territorial do capitalismo, do controle estatal brasileiro e, sobretudo, do conjunto de eventos cumulativos que não desaparecem da geografia material quando é alterado o domínio sobre essa área esse enfoque é limitado. E além da limitação, consubstancia o discurso da classe dominante que tende a reforçar os ditos heróis, ocultando o conjunto de intervenções territoriais e ideológicas necessárias para que essa área fosse brasileira e catarinense. Oculta, igualmente, o conjunto de conflitos estabelecidos entre Estados e do Estado/oligarquias e capital estrangeiro/nacional com a população local. Ao suprimir esse conjunto de embates e violências que atravessaram grupos sociais dessa região (e Vale do Rio do Peixe), recusa-se um exercício de buscar na história as origens das condições sociais que esses grupos atualmente enfrentam. Em 2014, durante o “Seminário do Contestado: Fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014)”, realizado na Universidade Federal Fronteira Sul, Campus Chapecó – SC, em uma das mesas, após a apresentação de um projeto de pesquisa que visava mapear a pobreza na Região do Contestado, a pergunta lançada pelo historiador Rogério Rosa solicitava explicações entre a possível correlação entre acontecimento do Contestado (do conflito ocorrido há um século) e a existência de pobreza nessa região. A interrogativa deixava evidente a necessidade de, além de uma compreensão dotada de perspectiva histórica, também entender a magnitude das consequências que os processos de expropriação e manutenção das relações de poder<sup>39</sup> têm implicado em condições concretas para segmentos sociais por décadas. Em outra possibilidade de refazer o raciocínio, poderíamos refletir sobre o grau de violência do evento que resultou em condições concretas, as quais permitem um processo de regionalização marcado pelas assimetrias e pobreza.

É ainda perturbador o fato de que parte do trabalho escravo contemporâneo registrado nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul esteja vinculado à extração de erva-mate.

---

<sup>38</sup> A construção de hábitos e costumes também perpassa o momento da criação, todavia, essa é dotada de espontaneidade ou engendrada no próprio viver, instituída pela repetição no cotidiano (como o hábito do mate). A invenção refere-se ao ato de escolher deliberadamente algum evento, personalidade e cultuá-lo. Nesse último caso, trata-se de uma prática que integra as sociedades históricas (CHAUI, 2000), ou seja, aquelas que refletem sobre si no tempo passado e futuro.

<sup>39</sup> Vale assinalar que essa região possui além das maiores assimetrias sociais, a maior presença de latifúndio no Estado. Esse quadro acarreta uma maior concentração dos meios de produção se comparado com as demais regiões que são caracterizadas por minifúndio.



O constrangedor, além do desconforto da notícia de qualquer trabalho cativo<sup>40</sup>, é que ao longo da formação territorial instaurou-se uma visão que associa o trabalho da colheita de ervais à população sertaneja. Assim discorre Renk para abordar a hierarquização do trabalho a partir do conceito bourdiniano de trajetória dos grupos sociais:

Coube aos italianos a colônia, a lavoura, o comércio e a indústria, ocupando as posições dominantes do espaço social. A situação dos brasileiros ou caboclos passa a apresentar particularidades e, pela distância social com os italianos, de nativos são transformados em estrangeiros [na própria terra]. A condição de alienígena é externada pelas representações dos colonizadores, como: “não são filhos daqui”, “não são filhos de italianos”, “estes que hoje estão aqui e amanhã ali”. Voltados à atividade extrativa, que é o espaço por onde os italianos não transitam, estes classificam a posição estrutural daquele ofício como a mais baixa na hierarquia das atividades laborativas e de exclusividade dos brasileiros. Fazem suas leituras: “eles [caboclos] só sabem fazer isso”, “só fazem isso”: naturalizando este ofício como “coisa” ou “trabalho de caboclo” (RENK, 2006, p.11).

Para além do fato de que era majoritariamente dessa atividade que esse grupo obtinha os recursos financeiros para eventuais atividades de mercancia<sup>41</sup>, instaurou-se que esse trabalho mal remunerado e extenuante correspondia a um “ofício étnico da nação brasileira<sup>42</sup>”. A naturalização desse contexto omite a influência das condições sociais, de modo que são apresentadas como naturais, normais e decorrentes de um inatismo biológico, tornando-as convenientes com os interesses das fracções da classe dominante. Essa naturalização de questões sociais refere-se a um processo de dominação social, que para concretizar seus interesses, emprega também um conjunto discursivo ideológico que lhe confere condição privilegiada. Para Bourdieu, a constituição de conceitos que visam à imposição da natureza humana se inscreve no campo das ideologias, devido ao fato de, ao imputar comportamentos inatos, o que ocorre é o mascaramento dos processos sociais de socialização<sup>43</sup>, das relações sociais e das condições concretas de vida que resultam nesse comportamento. Desse modo, a naturalização da colheita da erva-mate como um trabalho sertanejo se inscreve no interior de

<sup>40</sup> Da sua concretude também obviamente, mas é como notícia e objeto de estudo que a academia experiencia isso. As atividades de ambos os Estados nas quais há mais registros de trabalho escravo são nas atividades primárias (erva, madeira, cultivo temporários, etc). De trabalhos acadêmicos que versam especificamente sobre trabalho cativo nesta atividade não foi localizado nenhum, apenas o projeto de pesquisa “O gosto amargo do escravo: os trabalhadores da colheita da erva-mate em Santa Catarina” de Poliana Dallabrida Wisentainer, mas sem publicação do trabalho final. Como site de notícias é possível acessar <http://reporterbrasil.org.br/2011/07/erva-mate-cinco-casos-de-trabalho-escravo-em-20-dias/>

<sup>41</sup> Mas não era exclusivamente desta como é possível constatar com leituras de Jaci Poli, que destaca o trabalho junto as fazendas. Ainda são dispersos os registros sobre sítiantes, posseiros. Essas condições indicam a exploração da agricultura de autoconsumo.

<sup>42</sup> O trabalho de Arlene Renk, “A luta da erva. Um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense” expõe sobre essa concepção e outras leituras sociais que foram construídas durante o convívio de diferentes grupos sociais.

<sup>43</sup> PIERRE BOURDIEU. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 10<sup>a</sup> ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

uma ideologia que postulava como condizente com a natureza desses indivíduos a exploração intrínseca nesse trabalho. Do outro lado, isso evidencia a aceitação de lugares hierárquicos entre os sujeitos dos grupos que convivem. Há aqui uma construção daquilo que compete a cada grupo, que é tornado legítimo por mecanismos sociais que adotam o aspecto étnico como diferenciador (BOURDIEU, 2011) que, no interior da economia capitalista, se manifesta pela atribuição de salário, de domínio de meios de produção etc (WALLERSTEIN, 1985). Assim, o que há de Oeste de Santa Catarina é construído através de recursos ideológicos, inclusive lançando mão de ocultamentos de fatos históricos, os quais traduzem o signo da violência que constitui a sociedade brasileira, afinal, *tutti buona gente*<sup>44</sup>.

Nessa perspectiva, observa-se que a colonização tem sido lançada como o mito fundante (CHAUÍ, 2000), no sentido antropológico em que se torna uma resolução para resolução de conflitos. O mito fundador pode ser compreendido como “aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p.09). É importante destacar que este discurso fundador tem sua pertinência articulada não necessariamente com sua materialidade, mas sim com a sua força histórica. Ou seja, a capacidade de significação veiculada possui para influenciar relações sociais, leituras e relações com o espaço, bem como a interpretação que é construída sobre essa sociedade. Ainda é da própria Chauí (2000) a distinção entre fundação e formação, pensando a partir de mito fundador.

Quando os historiadores falam em formação, referem-se não só as determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. Numa palavra o registro da formação é a história propriamente dita, aí incluídas suas representações, sejam aquelas que conhecem o processo histórico, sejam as que o ocultam (isto é, as ideologias).

Diferentemente da formação, a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar (CHAUÍ, 2000, p.09-10).

---

<sup>44</sup> A expressão “*tutti buona gente*” é recorrente no cotidiano local e também integra temática de PICOLI, 2011 (PICOLLI, Bruno Antônio. Sono tutti buona gente: a invenção da superioridade italiana. In: Revista Semiva. Vol 10. 2º Sem/2011). Embora escrita em italiano, o que poderia remeter que se trata somente destes e seus descendentes, emprego a mesma para referenciar discursos que privilegiam a existência de harmonia social ou povo brasileiro ordeiro (com todas as suas composições) que escreveu “sua história” sem derramamento de sangue para contrapor com informações que remetem a existência da violência, seja em conflitos armados, rebeliões ou mesmo na sua forma cotidiana: pobreza e exploração.

A diferenciação entre fundação e formação que a filósofa faz é fundamental e pertinente para pensarmos sobre a constituição das entidades espaciais e suas “histórias oficiais”. No ano de 2017, no centenário da fundação do município de Chapecó, foi lançado um livro intitulado “Chapecó: 100 anos. Histórias plurais”, composto por 16 artigos, dos quais um, assinado por RADIM; VICENZI (2017), versa sobre “A colonização em perspectiva no centenário do Chapecó”. A abertura do artigo explora a distinção de fundação e formação realizada por Chauí (2000). É evidente que existe uma diferença entre fundação e formação, logo, o próprio evento da colonização que consubstancia a data da fundação adquire outros significados do que a formação. Porém, acredito e muito, que além de destacar as diferenças das palavras (na perspectiva abstrata da língua), é preciso pensar sobre a capacidade explicativa que esses conceitos adquiriram no interior de campos temáticos já consolidados, atentando para a materialidade da linguagem. As formas de abordagem já formatadas, com ênfase na colonização como marco zero ou como momento fundante (que é posto como explicador de tudo, mas em uma explicação restrita a uma escala local), implicam não apenas na justaposição das palavras, dos itens dos textos, mas funcionam, também, como tomadas de posição investigativa, um espectro de visão que é fornecido pelo teor dos conceitos. Logo, se não questionarmos como o conceito da colonização (e o evento que o moldou) tem sido inserido e como isto está implicando diretamente no norteamento das pesquisas acerca do contexto histórico-geográfico em que o Oeste catarinense passou a ser assim representado, creio que ficamos atrelados a um significado superficial, não questionado, embora muito empregado.

Parece ser crucial entendermos como a construção dos sentidos das palavras, da própria linguagem como materialidade, é fundamental para apreendermos os processos histórico-geográficos na sua concretude. Isto evita partir da premissa de que a linguagem seja um bloco homogêneo (acatando a dimensão abstrata da língua), cujo significado seja universal, sempre único e asséptico a qualquer dimensão histórica. Além da mudança de significados que pode ocorrer ao longo do tempo, também precisamos estar atentos para a dimensão política que alguns significados passam a compor, bem como observar como referidas significações podem estruturar perspectivas interpretativas e/ou produzir silenciamentos<sup>45</sup>.

Para Bosi, autor que reflete sobre como os eventos concretos constituem e moldam os significados nas palavras, afirma que a

---

<sup>45</sup> Esta discussão sobre a materialidade da língua e produção de silêncios será retomada e melhor explicada no Capítulo 02, quando integro as considerações de Orlandi (1992).

colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: *ela é a resolução de carências e conflitos da matriz* e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório (Grifos meu. BOSI, 1992, p.13)

Se pensarmos na resolução de conflitos que a colonização do Oeste catarinense resolvia, é possível encontrarmos na historiografia e também em trabalhos acadêmicos que a resolução era de caráter agrário, representada pelo esgotamento de terras disponíveis para novas unidades produtivas no Rio Grande do Sul. Mas, além disso, é preciso considerar que o momento de crise de acumulação no Velho Mundo na expansão territorial para desenvolver a própria resolução (temporária) engendra um desenvolvimento social e espacial desigual, mas articulado. A ampliação da escala de análise, rejeitando uma leitura local e regional (proposta pela historiografia oficial) permite apreender esse movimento territorial do capital e sua implicação nessa porção do mundo, situado nos confins do Brasil meridional. Logo, para além de identificar o significado de colonização, de fundação e de formação, é interessante pensar e repensar as aberturas e os fechamentos de interpretação que estão implícitos na forma como vem sendo empregado o momento da colonização no entendimento da formação do Oeste catarinense. E mais que realizar uma análise atrelada ao emprego das palavras no enredo textual, é salutar analisar como a enunciação das informações é organizada. São elas que permitem ver as diferenças de abordagem que aparecem em cada escolha teórico-metodológica das pesquisas.

Voltamos à reflexão iniciada a partir da pergunta de Rosa, ao questionar sobre qual a influência que os eventos transcorridos no passado ainda exercem sobre as realidades atuais. Para isso, é pertinente indagar como um itinerário intelectual de pesquisas, conceitos, desconstruções e revisões na ciência geográfica tem se posicionado frente aos acontecimentos histórico-geográficos. A forma como os conceitos (a exemplo fronteiras, franjas pioneiras, colonização etc.) e a postura metodológica (o recorrente corte a partir da colonização) têm sido submetidos a reflexões para avaliar o potencial explicativo tem contribuído ou não para que determinadas visões ideológica impostas pela classe dominante sejam ainda conservadas (intencionalmente ou não), o que torna cada vez mais robusta a sua consolidação.

Afirmar que no interior do pensamento social brasileiro tem-se consolidado a interpretação de origem, fundação e construção dos lugares (em suas diferentes escalas geográficas) é recorrente a atribuição para a chegada de (i) migrantes, é insistir em uma discussão praticamente consolidada. Disso, reitera-se que aqui e acolá nos deparamos com essa mesma

interpretação (consciente ou não) nas próprias investigações científicas. Para exemplificar o raciocínio, recorro a uma situação própria do desenvolvimento dessa pesquisa. Em uma das primeiras avaliações às quais esta pesquisa foi submetida, sustentava-se a construção de uma abordagem teórica e de um estudo sobre a formação territorial do Oeste catarinense entre 1840-1930. Em uma das primeiras avaliações às quais essa pesquisa foi submetida, ouvi como parecer a clara e decisiva resposta do avaliador de que não daria em nada, porque não há nada para estudar nessa região antes da colonização. A interpretação do avaliador não foi um acaso ou uma exceção, inclusive em outras ocasiões recebi indagações semelhantes<sup>46</sup>. Para além da recorrente e desnecessária prática da projeção – tão comum no meio acadêmico – essas abordagens expressam o quanto a interpretação de “marco zero” está consolidada no pensamento social e também no interior da academia. E para o Oeste catarinense, a colonização tem sido o marco zero, independentemente se for retomado versando sobre a criação dos municípios após o acordo limítrofe em 1916 (menos frequente e vinculada a historiografia oficial), ou a partir da criação dos núcleos coloniais (abordagem majoritária).

Afirmo que o fenômeno da expansão territorial do capitalismo (ou da fronteira como preferem adeptos de Monbeig ou Martins, ou a colonização como propõe o pensamento social regional oestino) é parte fundamental da integração de um fundo territorial, *mas a integração do fundo não começa com o alcance da fronteira*. Em afirmações mais próximas ao nosso objeto de estudo, a colonização é um momento importante para integração desse fundo territorial, mas a integração deste não começa com a colonização, mas sim com um conjunto de intervenções que ocorreram (e precisam ser efetuadas) anteriormente. Desse modo, pensando em questões teóricas, o conceito de fundo territorial empregado em uma perspectiva histórico-territorial amplia o escopo de abordagem, integrando um conjunto de intervenções territoriais que são fundamentais, prévias e também concomitantes a expansão (como a mensuração da terra para privatização e controle territorial e tributário, por exemplo). Igualmente, situa e integra os conflitos decorrentes da expansão, exemplificados pela expropriação como elementares e não como partes de um momento antecedente, evitando possíveis equívocos que reforçariam o próprio *mito* ou proposições similares. A proposta do *ajuste espacial/ spacial fix* de David Harvey é importante subsídio teórico para compreender o

---

<sup>46</sup> Outra abordagem recorrente ou a qual foi recorrentemente aconselhada para esta pesquisa, é a discussão e estruturação do trabalho a partir da dicotomia colono-migrante x caboclo, da migração. Essa temática fornece elementos e discussões interessantes para serem exploradas e que elucidam a formação territorial, porém, uma abordagem geográfica pode ir além disto, pode explorar os gradativos trabalhos de controle do espaço e do tempo, das representações geográficas, etc. A impressão que sentia era que o Sul, especificamente o Oeste de SC se reduzia a dicotomia (i)migrante x caboclo/índio/brasileiros, etc.

processo de integração desse fundo territorial. Uma indagação aqui é válida para explorar um pouco mais a discussão: Mas o ajuste espacial não corresponderia à construção de estradas, logo não seria tão próximo ao movimento da fronteira? A resposta no entendimento adotado é negativa. Porque para realizar o *ajuste espacial* é necessário o controle do espaço, seja em relação a questões de soberania (entre Estados), seja no controle da terra como propriedade privada. O controle demanda conhecimento, demanda partilha de espaços, demanda significação, demanda a ruptura de barreiras ideológicas e geográficas que Harvey menciona.

Ainda é importante destacar que fundo territorial e *spacial fix*, são conceitos criados e empregados no espaço acadêmico, o que evita confusões entre a conceituação elaborada no espaço acadêmico com as significações que os termos possam receber no pensamento social e/ou em discursos ideológicos. Não se objetiva, aqui, propor uma postura asséptica do pesquisador ou defender uma ideia que a ciência possa ser desenvolvida de maneira desvinculada das condições sociais, políticas e econômicas. O que se deseja pontuar é que, consciente de que uma mesma palavra empregada para se referir a eventos em comum pode ser empregada de forma muito distinta, considerando o lugar de enunciação<sup>47</sup> e o conjunto discursivo em que a mesma está inserida, podem-se empregar termos que não apresentam confusões com os usos e significados atribuídos no interior do pensamento social. Por fim, restaria dizer que embora muito tem-se estudado a partir da colonização, pouco tem sido pensando sobre as implicações do emprego do termo, dos seus tempos e espaços incrustados, da sua moldura. Bem como a proposta aqui apresentada não foi construída com o intuito de ou movida pela crença de conseguir explicar todas as indagações, mas de fornecer uma estrutura capaz de focalizar e desenvolver pesquisas, explorar temáticas “silenciadas pela moldura”. Enfim, compartilhar alguns questionamentos e ideias, para que, assim, quem sabe por ventura pela força ou fraqueza das mesmas, possam *conjug*ar novas ideias e inquietações, as quais lançadas novamente na condição processual da ciência, retornem ao seu local de origem. E assim como o vento que “vai para o sul, e faz seu giro para o norte; continuamente vai girando o vento e volta fazendo seus circuitos<sup>48</sup>”, também sejam feitos circuitos de pensamentos, saberes e dúvidas, de maneira que aqueles silêncios, “vez por outra, se ausentam das paredes de um rancho envelhecido<sup>49</sup>”.

---

<sup>47</sup> Lugar de enunciação: lugar social, científico, institucional, político etc., que é proferido o discurso.

<sup>48</sup> VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento.

<sup>49</sup> FERNANDES, Jairo Lambari. Dos meus pecados.

## **Capítulo 02. Do método e dos procedimentos metodológicos para desfazer a moldura**

Como é anunciado pelo próprio título, discorro aqui sobre método, procedimentos metodológicos e diálogos afins, que julgo pertinentes para expor sobre a construção desta pesquisa.

Para iniciar a exposição, retomo uma das questões centrais que motivaram a construção do presente estudo, a qual pode ser expressa sob a interrogação de “como sair da moldura”. A “moldura” é produto da historiografia oficial, construída mediante estreitas relações entre autoridades locais e estaduais com órgãos e instituições voltados à disseminação de informações e formação de opinião, como o jornal *A Voz do Chapecó* (PETROLI, 2008), as igrejas (SERPA, 1997), ao Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina (SILVA, 2014; SERPA, 1996, GONÇALVES, 2017) e as instituições de ensino. Tais instituições possuem em comum a possibilidade de serem empregadas como instrumentos para a veiculação de ideologias. Aqui, novamente lembramos a importante assertiva de Ortiz (2001) sobre a não democratização dos meios de comunicação, produção científica, pensamento social e de diferentes gêneros literários nos países de capitalismo tardio e atrasado. Estes países se imiscuem com interesses das fracções da classe dominante, reduzindo a sociabilidade moderna à aquisição e consumo (NOVAIS; MELLO, 2009). E que essa não democratização do conhecimento não deixa de ser uma produção científica, visto que se acata que existe *representante científico de classe*, ou seja, o fato de o saber produzido estar subordinado a um conjunto de interesses de classe não o deslegitima automaticamente como científico, mas uma ciência tecida de acordo com seus interesses. Ainda é interessante lembrar que o período em que o “mito fundante” do Oeste (a partir da colonização) foi construído também é o próprio período do nacionalismo, capitaneado pelo Estado-Novo, que amalgamava os interesses econômicos com a ideologia da Nação. Período este composto pelo discurso do civismo e patriotismo, estruturava-se, também, pela busca de figuras modelos, cuja ideia de “homem ideal, concentra alguns recursos culturais para uma sociedade a partir da qual são definidas as distâncias – como realizamos com o meridiano de Greenwich e a partir daí se pode dizer: “este homem é culto ou não é culto” (...)” (BOURDIEU, 2014, p.

109<sup>50</sup>). As comparações possíveis no nosso objeto de pesquisa são acerca de civilidade/barbárie, arcaico/moderno, trabalhador/indolente, patriota/não-patriota etc. Este tipo ideal, uma significação integrante da ideologia, serviria também para inculcar um comportamento (CHAUI, 2000; 2003) para prescrever um conjunto de práticas que caracterizam e conduzem o homem comum a ser o “homem ideal”.

A historiografia oficial que predominantemente serviu a dominações de classe mediante uma imposição da sua ideologia é merecedora de uma análise acurada, mais cuidadosa que depreciativa, que considere que o produzir do saber científico é tanto historicamente como socialmente influenciado. Ademais, é importante considerar como os discursos ideológicos ainda podem fazer-se presentes nas nossas bases de interpretação ou procedimentos metodológicos para entendimento do mundo concreto.

Além disso, a historiografia que é constituinte dessa moldura é inscrita nos pressupostos do positivismo. Portanto, partilha de arcabouço teórico que concebe que a sociedade assim como a natureza é regida por leis invariáveis que independem da ação humana, o que pode conduzir a naturalização dos processos sociais e geográficos. É fundamental conjecturar que na constituição dessa moldura positivista reside a doutrina da neutralidade axiológica do saber. Tal doutrina conduz a negação das contradições históricas e sociais da produção do conhecimento, e dentre suas consequências está a não incorporação da relação entre ciência e classes sociais ou demais formas de dominação. Como parte dessa doutrina, está a postura da objetividade ou neutralidade científica, que propunha que o cientista deveria se desprender de suas paixões para compreender os eventos. Por fim, como uma breve apresentação dos pressupostos filosóficos da moldura, está a defesa de uma postura metodológica empírica seria traduzida para a narração histórica atrelada aos grandes fatos vinculados ao Estado e à pátria. A ideologia do nacionalismo atribuiria um tom romântico às figuras ilustres e, no saber geográfico, seria traduzida por descrição, arrolamento exaustivo das características paisagísticas, corográficas etc., que diga-se de passagem, foram um saber muito útil ao controle dos espaços pelo Estado e para exploração econômica, porém foram insuficientes para nossos objetivos.

É importante evidenciar que a “moldura” é positivista, mas isso não é sinônimo de afirmar que os trabalhos que mencionei anteriormente (PETROLI, 2008; RADIM, 2006, BAVARESCO, 1995, e todos os demais arrolados) partilham desse método. Cada qual tem suas escolhas, especificidades e posturas teóricas e são obras de referência (algumas muito

---

<sup>50</sup> BOURDIEU, Pierre. Leitura Sociológica de Franz Kafka – Curso de 08/12/1990. In: Sobre o Estado. Pierre Bourdieu. Tradução de Rosa Freire d’Aguar. Companhia das Letras. 2014.



conhecidas regionalmente) que não contestam esse “marco zero”, dado que essa tarefa não integrava seus objetivos de pesquisa. E isso, obviamente não retira nem reduz o mérito e a validade dos trabalhos, inclusive alguns são empregados para a construção desta pesquisa. É sempre importante ter em mente que a criação da moldura envolveu um conjunto de agentes com especificidades discursivas e científicas próprias. E em outro polo estão os autores que mencionei, os quais construíram suas pesquisas com um viés interpretativo que produziu críticas à sociedade criada pela classe dominante. Reduzir a abordagem dos dois grupos a uma única perspectiva é um erro grave, pois são muito nítidas as suas diferenças e oposições.

Para perscrutar um possível caminho distinto de uma geografia que mira no tempo passado, observa-se que esta pesquisa está situada, obviamente, na Geografia Histórica e também na Cartografia Histórica. Ainda incorpora procedimentos interpretativos do materialismo dialético<sup>51</sup> em oposição ao método da moldura e, por fim, também se apoia em contribuições teóricas de autores da vertente marxista.

Assim, é oportuno efetuar uma abordagem sobre as indagações e produções teóricas, de forma geral, que delimitam esse campo de saber. E em um segundo momento, são apresentadas as contribuições específicas de alguns autores que são referência no desenvolvimento de pesquisas que se enquadram nesse ramo.

A Geografia Histórica é uma área do saber geográfico que ainda não desfruta de um reconhecimento pleno, sobretudo se avaliada especificamente a geografia produzida no Sul do Brasil – onde está situado o objeto de análise desta pesquisa. É frequente sua interpretação como excecência, com recorrentes acusações de que suas preocupações são do âmbito da ciência História e não Geografia. Algumas academias compreendem que tudo que aborda o passado é de responsabilidade da História, limitando os estudos geográficos ao tempo presente. É possível identificar duas causas para essa interpretação: a) pelo fato de que não detém um amplo desenvolvimento e uso, como as demais pesquisas geográficas, tais quais a Geografia Urbana, Rural, o Planejamento Ambiental etc e; b) porque no processo de sistematização do saber geográfico, por influência do método cartesiano (comum a todas as ciências no século XIX) e da definição do campo científico<sup>52</sup>, houve uma constante preocupação em delimitar o objeto da Geografia em relação à História. Isso advém, também,

---

<sup>51</sup> Essa concepção aparece sobretudo no entendimento do espaço-tempo como fundo territorial em processo de integração. Para evidenciar estas mudanças ao longo do processo optou-se por incorporar a descrição para explorar a transição.

<sup>52</sup> No capítulo anterior empreguei a definição de campo científico para designar uma “roteirização” das pesquisas sobre o Oeste de Santa Catarina e aqui emprego-o para designar a própria formação da geografia enquanto ciência. Mesmo com suas distinções não é possível afirmar uma exclusão de uma condição pela outra, ao contrário, são recortes de temáticas que se complementam.

da definição kantiana de considerar a Geografia como ciência empírica, logo seu método era empírico-sensorial, com características de ciências de estudam o presente (ERTHAL, 2003).

Trata-se de um problema de episteme que, na atuação das comunidades científicas, vem recebendo reforços sem muitas reflexões quanto às suas limitações. Para Abreu (2000), essa postura é tomada como castradora, visto que impele na direção exclusiva da interpretação do presente do lugar analisado (pode ser território, espaço, região, paisagem) e não na interpretação histórica, que pressupõe uma análise ao longo do tempo. Para isso, é preciso considerar que as formas sociais são produtos históricos que expressam a cada momento as relações que lhes originaram. Nos dizeres de Milton Santos o espaço é acumulação desigual de tempos (1996). Dessa forma, concordamos com Moraes (1988), quando afirma que “a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano associando objetos fixados ao solo e geneticamente datadas.”

Fica evidente que os pontos central, teórico e metodológico são evidenciar exatamente aquilo que Kant propôs separar: a relação do tempo e espaço nas geografias do passado nas suas diferentes formas de pesquisa (documental, factual, agentes territoriais, formação territorial, paisagística etc). A Geografia Histórica é, de fato, um estudo histórico, cujo interesse repousa em alguma geografia do passado, permitindo interpretações geográficas pretéritas, o que possibilita compreender os eventos no seu devido contexto geográfico, evitando a interpretação dos mesmos como se estivessem suspensos, sem vinculações geográficas. Igualmente, isso evita que efetuem leituras lineares, mediante uma abordagem evolucionista que desconsidera a importância do espaço na constituição dos processos.

É possível apontar que dentre as principais preocupações metodológicas em relação à Geografia Histórica, está o receio em periodizar o tempo passado a partir de um corte geográfico. Como apreender o que é geográfico e histórico nas geografias do passado. Convém considerarmos que periodizar não é simplesmente datar, mas efetuar divisões a partir dos conteúdos formados pelos fatos relevantes para o estudo – isso evita a armadilha da historiografia oficial, positivista e linear. Na pesquisa presente, primeiramente optou-se por iniciar o estudo e o recorte temporal a partir de 1840, até 1940. Porém, mesmo que esse espaço-tempo possa ser considerado como fundo territorial, somente a partir de 1880<sup>53</sup> que houve uma intensificação nas políticas territoriais. Dessa forma, essa alteração na quantidade

---

<sup>53</sup> Considero aqui como fundamental a criação do Território Nacional de Misiones e a divulgação de seu referido mapa como eventos que intensificam uma das primeiras intervenções a serem realizadas (partilhar), porém, deve-se se ampliarmos o recorte espacial para a bacia platina e não apenas Campos de Palmas, deve considerar que em 1879, foi implantada a Colônia Militar do Alto Uruguai (atual Três Passos), no Rio Grande do Sul, que pressiona as intervenções argentinas.

de intervenções para apropriação, aqui pensadas tanto no âmbito material e imaterial, acabaram por criar uma mudança qualitativa que demarca o processo de integração desse fundo territorial. Esse processo de integração iniciado em 1880 pode ser considerado como consolidado até 1940<sup>54</sup>, não apenas pela existência de uma unidade territorial administrativa, mas porque o espaço está dotado de órgãos do estado (delegacia, escolas etc.), significativamente povoado por “agentes transformadores” do espaço como parte de um projeto maior. Existem infraestruturas que atribuíram fluidez espacial e por mais que existissem crises econômicas (que configuram o que Bavaresco (2005) identifica como ciclos regionais), o processo era irreversível. Não apenas pelo povoamento advindo da colonização (O risco da moldura!), mas pelas infraestruturas implantadas, pelo conhecimento produzido, pelos instrumentos de controle da terra (saber territorial), pelo conjunto de discursos e representações que consolidaram as diferentes intervenções, pelas partilhas espaciais já estabelecidas<sup>55</sup>. Por mais mudanças que pudessem acontecer, as bases da integração já estavam lançadas e concluídas. Portanto, para definir o tempo, parte-se de uma microescala que quase coincide integralmente com o recorte sugerido por autores (MACHADO, 1995) para o Brasil, ao salientarem a importância do período de 1870/1930 para transformações sociais, políticas e geográficas.

Aqui tornam-se interessantes as contribuições de Moraes (2002), autor que, ao alinhar na Geografia Histórica do Brasil uma agenda de pesquisa, destaca o diálogo necessário entre o que foi passado e aquilo que do passado ainda se faz presente, configurando espaços, orientando ações, discursos e narrativas. É também desse autor a contribuição para os estudos geográficos e histórico-geográficos, em especial a categoria *ideologias geográficas* (MORAES, 1996), que salienta o fundamental papel que a ideologia tem no desenvolvimento dos fenômenos espaciais, pois possui um direcionamento político explícito para a produção material do espaço. Para Moraes (1996, p.44):

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua

---

<sup>54</sup> No Capítulo 05 é mencionado que como estratégia de pressão dos grupos locais em Chapecó, os mesmos produziam discursos que denunciavam a situação de abandono desse município por parte das autoridades estaduais e nacionais. Esse abandono, indiferente se real ou apenas sentido, não significa uma automática reversão e anulação das intervenções realizadas e do conhecimento produzido (fundamental para a integração territorial).

<sup>55</sup> De 1943 até 1946, essa região integrou o efêmero Território do Iguazú, que embora representava uma nova partilha espacial e acomodação de interesses, tratava-se de uma redivisão de uma área já integrada, cujas infraestruturas não seriam desconsideradas, ao contrário, poderiam até ser pensadas articuladamente com a integração do atual Noroeste do Paraná, que também integrou o Território do Iguazú.

relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política.

Da mesma forma, o geógrafo Maurício de Abreu (2000) chama a atenção para a não neutralidade de documentações, cartografias, discursos, iconografias etc. A existência de um programa oculto nas documentações cartográficas também foi apontada por Harley (2005), que igualmente indica a necessidade de contextualização histórico-geográfica para apreendermos os desígnios embutidos nesses documentos.

Moraes (2002) salienta a importância de compreendermos as categorias geográficas como processos, e não como produtos estáticos ou como produtos naturais que aí sempre estiveram. A exemplo, menciona o desenvolvimento de pesquisas acerca do território, para compreendê-lo a partir da noção de formação – postura que pressupõe o processo, o movimento, abrindo um campo fértil de diálogo com a História, sem reduzir uma área à outra. Seguindo essa mesma linha de recusa à naturalização dos processos sociais e geográficos, proponho desnaturalizar a concepção de que o Oeste inicia com a colonização, não porque desconsidero a importância material e imaterial desse evento, mas porque acredito: a) que no passado expurgado pela historiografia oficial residem muitas respostas para entender questões atuais, sobretudo na diferenciação socioespacial que é verificada no estado catarinense, em especial quando pensarmos em áreas como Vale do rio do Peixe e Oeste catarinense (recusome a mencioná-los como marginalizados, pois não o são, são parte, estão em relações hierárquicas com outros grupos que usufruem de melhores condições materiais e imateriais de existência, as quais são conquistadas em sua maioria a partir da exploração do *Outro*, por isso, não é marginalizado, é incorporado a partir de relações hierárquicas); b) porque acatar essa ideologia/narrativa consolidada no estado-novista, demarcada pelo nacionalismo e suas *paixões/distorções*, é abrir mão de importantes elementos explicativos que verificam-se antes da colonização, inclusive sem os quais nem mesmo a colonização seria possível.

Da corrente materialista emergem o enfoque na relação do homem com a natureza e a organização das relações dos sujeitos entre si, correspondendo à própria formação do homem. A produção do pensamento materialista constitui a unidade mediadora das relações que são construídas com outros sujeitos e com a natureza, conferindo feições e características que são próprias dessa produção. Aqui o modo de produção é uma categoria importante para

desvendar as motivações possíveis que estão por detrás das relações e da produção do espaço. O modo de produção pode ser compreendido como um padrão de relação econômica e social, que detém um modelo de trabalho. Todavia, a possibilidade realizada (materializada) envolve um conjunto de elementos particulares, os quais não se repetem de forma universal, pois estes elementos são existentes em condições diversas, produzindo um ajustamento entre o padrão e a realidade encontrada em um dado lugar. São, portanto, próprios de cada espaço, cada contexto, e nessa imbricação entre espaço, tempo e modo de produção tem-se aquilo que podemos denominar de formação socioespacial<sup>56</sup>. A importância de incorporar a realidade espacial no interior da análise ocorre em virtude de não existir uma continuidade no desenvolvimento histórico de forma igual e contemporânea em todos os espaços. De tal forma, em um mesmo período estão incorporadas ao capitalismo realidades espaciais muito distintas, visto que cumprem funções específicas no interior deste modo de produção. Aqui, torna-se oportuno flertar com as ideias literárias de Veríssimo (2004), quando este afirmou “o tempo histórico depende do espaço geográfico”<sup>57</sup>.

A dialética representa, primeiramente, o reconhecimento de que a realidade social é marcada e construída por conflitos, de modo que a compreensão deve perpassar as contradições. O âmago da dialética comporta um significado que remete à negação e superação, mas por outro lado carrega o entendimento de preservação. É um conceito que não pode ser entendido por meio de um pensamento dual ou na simplicidade do pensamento cartesiano, já que este último exige uma lógica que classifique uma proposição ou como falsa ou como verdadeira. No interior dessa conflituosidade, o que é supra-assumido perde a sua imediaticidade, todavia não é aniquilado, conservando sua essência<sup>58</sup>. Essa concepção contribui para entendimento e a investigação do espaço-tempo proposto, pois o mesmo comporta intervenções e práticas espaciais distintas e conflitantes que, gradativamente, caracterizam a formação territorial em um processo que desestrutura formações socioespaciais

---

<sup>56</sup> O desenvolvimento real do modo de produção depende das formações sociais e econômicas, as quais, são distintas no espaço, de modo, que as características espaciais são fundamentais para o desenvolvimento desse modelo socioeconômico, o que é possível de identificar como formação socioespacial.

<sup>57</sup> O autor fez essa afirmação ao explorar as diferenças culturais entre Europa, litoral brasileiro e interior rio-grandense, sem, todavia, acatar uma ideia de linearidade do tempo, mas destacando suas articulações (cartas entre moradores) e suas diferenças, resistências e mudanças. Faço referência a este trecho para designar as diferenças históricas da territorialização do modo de produção, bem como, as peculiaridades possíveis de serem encontradas no interior de uma mesma formação socioespacial. (Érico Veríssimo. O tempo e vento. O continente. Companhia das Letras, São Paulo, 2004).

<sup>58</sup> Smidt (2012) lembra que ideia de suprassunção da contradição, advém do conceito de *Aufheben des Widerspruchs*. “*Aufheben* significa: por um lado, negação e superação; por outro lado, preservação e colocação em um nível superior. Essa ambiguidade é completamente perdida na maioria das traduções: por exemplo, no Francês (*dépasser*) ou no Inglês (*transcend* ou *sublate*)”. (SMIDT, 2012, p. 92).

(embora alguns “resquícios” permaneçam) e inicia a produção espacial convergente com as demandas do Estado e do capital.

E para finalizar a apresentação do método e afins, alguns parágrafos finais que interpreto como pertinentes.

Acerca dos passeios entre os campos disciplinares, vale iniciar a discussão/apresentação retomando uma fala de Lefebvre (2016): cercamos nossos jardins a fim de cultivá-los com mais liberdade, ou de acordo com nossas crenças, direcionando nossos atos para a ação de cultivar ou de tolher vida de certos assuntos. Contudo, os campos disciplinares são tracejados de artificialidades, por isso é válido debruçar-se sobre seus contatos, por mais inseguros que os mesmos se apresentem aos nossos pés. Estes, ávidos por caminhos seguros, que raramente existem, são obrigados a “campear” por chãos nos quais o caminho se faz com o caminhar, e que têm no método uma natureza de lume, servindo para amenizar a condição de “mariposas cegas a luz da procura”. Assim, essa pesquisa incorpora conhecimentos da área das Ciências Humanas, com destaque para Geografia, História, Sociologia, Antropologia e Cartografia.

Etimologicamente, tanto cartografia quanto geografia sugerem uma ciência (ou saber) cuja forma de conhecer se apoia na escrita do mundo. Uma grafita o mundo através das palavras, a outra desenha formas para imitar o que vê, colore e também insere cálculos. Ambas constroem significados. Um conhecimento que não se sustenta apenas em especulações ideais, mas se coloca como o valsar/transitar entre complexos processos mentais e visuais com o mundo – objeto da concretude que se refaz, se desnuda ou se fecha, conforme as lentes metodológicas que adotamos para lê-lo. Aos arquivos, mapas, cartas e relatórios que demandavam esse ato de desvelar, cabia fazer o que Barros propôs a fazer com as palavras: “escová-las”, para encontrar nelas

os clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no quarto, trancado, a escovar palavras (BARROS, 2008, p.15).

Não fechada apenas nos aposentos do “ranchito”, mas em arquivos distintos, também me dediquei à tarefa de retirar significados, eventos e informações que estivessem silenciados pela moldura e nela emoldurados com uma abordagem já consagrada. Sendo os arquivos pesquisados: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; Arquivo Histórico do Ministério

das Relações Exteriores; Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores; Mapoteca da Biblioteca Nacional; Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins; e, por fim, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

As imagens, sejam elas cartografias, iconografias, fotografias ou os mosaicos compostos para esta pesquisa, refletem uma parte dos materiais analisados que auxiliaram a formar as interpretações que gradativamente eram construídas no movimento do transitar entre imagens, leituras, reflexões e escritas. São expostas aqui não apenas com o intuito de ilustração, mas porque objetivo fornecer ao leitor as mesmas informações em imagens que me auxiliaram a construir esta Tese. Elas não são apenas uma forma de linguagem que emprego como ilustração, mas por vezes provocaram a mente para pensar sobre o que era analisado. É na tentativa de fornecer a mesma inquietação, ou parte dela, que essas imagens estão integradas no trabalho.

Por fim, mas não menos importante, restava-me a tarefa de expor, de escrever o transpor-se, o expor-se. Retirar de dentro de mim uma interpretação de um momento do mundo, em forma de um conhecimento construído, e colocá-la sob forma de escrita, flertando com a arte do comunicar-se. Um flerte, uma tentativa dotada de possibilidades de concretude ou não, visto que o comunicar dependerá das lentes (intenções) também daquele que deslizará pelas palavras e ideias aqui expostas às suas próprias ideias e finalidades.

### **02.01. A apresentação da proposta construída**

No Capítulo 01, apresentei que a tese elaborada diante da hipótese de trabalho é a ideia de que a formação e o entendimento do Oeste catarinense não podem se iniciar a partir da colonização. Além de construir um conjunto de reflexões acerca desta moldura interpretativa constituída por silêncios, também foi apresentada uma proposta de interpretação para compreendermos o espaço-tempo em estudo. Propus que seja compreendido como um *fundo territorial em processo de integração (perspectiva histórica conforme Moraes [2002])*, considerando as diferentes *práticas espaciais (identificadas por verbos)* que manifestam diferentes *naturezas do espaço (espaço absoluto, relativo e relacional)* e *escalas geográficas*<sup>59</sup> que, conjuntamente, constituem o processo de integração e formação territorial.

---

<sup>59</sup> Uma escala vinculada não com as delimitações precisas das unidades territoriais (município, região, etc), mas da ocorrência dos eventos. Isso auxilia o estudo e análise da transição dos Campos de Palmas para a condição de

Visa, com isso, destacar a importância da diferenciação espacial, seja pela sua natureza (HARVEY, 2010), seja pela escala (SMITH, 2002), que nesse trabalho, compreendemos como práticas que consolidam a formação territorial, logo, a inserção de um fundo territorial.

Realizar uma investigação a partir do aspecto de formação territorial traz intrínseca uma posição metodológica específica em relação ao objeto, que é compreendê-lo numa perspectiva dialética que contempla o seu processo histórico. Com isso, objetiva romper ou evitar de tomar o território como uma categoria natural – como na proposta ainda vigente. Aqui é compreendido como um produto de um movimento incessante, construído por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995) que gradativamente territorializam o espaço. Trata-se de uma categoria historicamente instituída e fruto da ação humana (ALLIÈS, 1980), perpassando os âmbitos materiais e imateriais que são empregados pela sociedade que o construiu.

Frente a esta opção, torna-se relevante o emprego da totalidade como um recurso de método, como “um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões entre os fenômenos analisados” (MORAES, 2002, p.49). Uma postura investigativa que transita entre os níveis abstratos e concretos de reflexão e análise (MORAES, 2002, p.49), que busca explorar os anseios e desígnios pertencentes tanto às ações territoriais como às aspirações, aos imaginários e às ideologias. O recurso metodológico da totalidade perpassa a compreensão e diferenciação da produção do espaço social e apropriação do espaço natural. Este último pode ser compreendido como um processo universal, dado que toda sociedade cria formas para viabilizar sua reprodução. Um processo oriundo exclusivamente do trabalho humano e, sendo este um ato teleológico de incorporação e criação de valor, refere-se à valorização do espaço – categoria indicada por Moraes; Costa (1984) como a mais precisa e genérica para identificar a produção do espaço geográfico.

Se a valorização do espaço é identificada como a criação de valor a partir do trabalho humano, apropriando o espaço natural, criando espaço social ou ainda reapropriando o espaço social, é a fixação de valor que acaba por se transformar em qualitativo do lugar, em constantes construções e destruições que, ao longo do tempo, atendem às demandas que são direcionadas para a referida área. Um processo em que as particularidades do lugar funcionam como mediação, ou seja, mesmo que seja um processo comum a todas as sociedades, o resultado advindo da ação desta também está influenciado pelas características do lugar:



sejam elas naturais em um primeiro momento, sejam elas sociais (aqui se sobressaí as de natureza Estatal).

Em outras palavras:

Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. Do ângulo epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território. E neste, ou melhor, em sua produção às determinações mais especificamente econômicas associam-se injunções do universo da política. (MORAES, 2002, p.58)

Embora processos concomitantes, são dois níveis de abordagem: um mais genérico, dialoga com os macroindicadores que delimitam as estruturas de funcionamento; e outro que corresponde à “malha fina do desenrolar das conjunturas” (MORAES, 2002, p.60) e atribui ênfase à atuação política.

E é exatamente por colocar em foco as relações de poder que a perspectiva de formação territorial é empregada neste trabalho, o que permite colocar em análise as aspirações que motivaram as disputas territoriais que perpassam praticamente todo o objeto analisado. Embora recentemente a formação de territórios tenha recebido abordagens integradas mais às questões culturais (de identidade), o poder é inegavelmente um constitutivo do processo que investigamos.

Vale lembrar que se trata de um processo que apresenta suas especificidades para casos históricos, todavia possui elementos em comum, o que permite algumas generalizações teóricas advindas de permanência de traços estruturais que são encontrados majoritariamente. Dentre estes, sobressaí “a prioridade econômica dada a soberania territorial para usufruto excludente de certos estoques físicos de vantagens materiais e humanas, incorporáveis diferencialmente nas bases produtivas “nacionais” do processo de acumulação de capital” (ESCOLAR, 1996, p.99), sendo incorporado às bases produtivas da economia como parte do processo de acumulação de capital (ESCOLAR, 1996, p.99).

Para entendermos o processo de territorialização do espaço, que especificamente no nosso objeto tem como produto a incorporação de um fundo territorial à dinâmica da economia, torna-se interessante analisar as práticas socioespaciais que viabilizam este processo, considerando de forma articulada as naturezas da relação espacial construída. A interpretação das diferentes naturezas do espaço a partir das práticas é uma proposta de

Harvey (1973), constante do trabalho “O espaço como palavra-chave”<sup>60</sup>, que explora a natureza do espaço que pode ser usada para desvelar os fenômenos geográficos. Para a primeira noção, o espaço absoluto pode ser compreendido como uma coisa em si mesma, cuja existência é independente da matéria, cuja estrutura serve para distinguir ou classificar fenômenos (HARVEY, 1973 apud HARVEY, 2010).

*Espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Este é o espaço de Newton e Descartes e é usualmente representado como uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo. Geometricamente é o espaço de Euclides e, portanto, o espaço de todas as formas de mapeamento cadastral e práticas de engenharia. É o espaço primário de individuação – a *res extensa*, como afirma Descartes – e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves (Grifos meu. HARVEY, 2006, p.10).*

A economia capitalista tem no controle do espaço e do tempo um elemento constituinte fundamental que lhe garante as condições de funcionamento e também auxilia na expansão territorial. Logo, essa noção de mundo que propõe uma delimitação das entidades territoriais delimitadas inscritas e construídas com o auxílio da geometrização do mundo (que forneceu uma grade de linhas e pontos passíveis de inúmeros cálculos) é uma compreensão do espaço que converge com as demandas de controle advindas da economia supramencionada. Os fenômenos inscritos a partir dessa concepção podem ser encontrados na formação territorial do Brasil, pela própria formação do território com limites precisos, os quais foram reconhecidos e demarcados pelas Comissões Demarcatórias. O território do estado demanda essa precisão para que possa exercer sua soberania sobre uma determinada área da superfície terrestre, a qual, delimitada por linhas imaginárias excludentes, outorga-lhe o poder supremo nas questões políticas (oficiais), mesmo quando ocupa uma condição heteronômica economicamente. Bem como, o processo de territorialização do poder também demanda práticas ligadas à significação espacial convergente com a ideologia dominante (conforme é apresentado no Capítulo 05). Essa natureza de espaço pode ser encontrada na criação das

---

<sup>60</sup> Original: Harvey, D. 2006. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) *David Harvey: a critical reader*. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. Dada a formatação de nossa revista, optamos por incorporar a divisão em tópicos presente na tradução francesa (HARVEY, D. 2010. *Géographie et Capital: vers un matérialisme historicogéographique*. Paris: Syllepse).

unidades administrativas (seja a Colônia Militar do Chapecó, a definição dos limites do Estado catarinense ou os próprios municípios criados após o acordo limítrofe de 1916), pela propriedade privada da terra imposta com a colonização (e tão bem representada pelas plantas cadastrais, nas quais o espaço está retalhado em retângulos que nada expressam as características topográficas ou outras de existência concreta). E conforme expõe a primeira assertiva da citação acima, as ações são registradas e planejadas a partir da moldura e não a partir da própria relação: os sentidos de afetos, necessidade e simbologia que existem entre as comunidades tradicionais e elementos naturais (terra, recursos naturais, paisagem etc.) são fenômenos que não são apreendidos nessa noção, ao contrário, são conflitivos. A ideia de propriedade privada, delimitada (o que facilita a gestão territorial), facilita as questões de âmbito econômico, por isso a sua imposição em finais do século XIX.

Parece que fica evidente que essa noção de espaço permite um controle maior do espaço e de algumas relações espaciais e sociais, sobretudo quando pensamos na constituição de um *saber territorial* para consubstanciar um gerenciamento do patrimônio territorial, permitindo a cobrança de impostos e tributos, conforme consagrou a Constituição de 1891<sup>61</sup>.

Bem, quanto à noção de espaço relativo, reproduzo abaixo mais uma passagem de Harvey (2010), para na sequência explorar um pouco mais:

A noção de espaço relativo é associada principalmente ao nome de Einstein e às geometrias não-euclidianas que começaram a ser mais sistematicamente construídas no século XIX. O espaço é relativo em dois sentidos: de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e *de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem*. Quando Gauss estabeleceu pela primeira vez as regras da geometria esférica não-euclidiana para lidar com os problemas da descrição precisa da superfície curva da Terra, ele também afirmou a declaração de Euler de que um mapa com escala perfeita de qualquer porção da superfície terrestre é impossível. *Einstein tomou o argumento mais tarde pontuando que todas as formas de medição dependem do modelo de referência do observador. A ideia da simultaneidade no universo físico, ele disse, deve ser abandonada. Deste ponto de vista, é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, e isto implica uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade.* (...). Em um nível bem trivial da atividade do geógrafo, nós sabemos que o espaço das relações parece ser, e é, muito diferente dos espaços da propriedade privada. O caráter único da localização e da individualização, definido pelos territórios limitados do espaço absoluto, oferece um caminho para uma multiplicidade de localizações que são equidistantes de, digamos, alguma localização central da cidade. Podemos criar mapas completamente diferentes de localizações relativas diferenciando-as entre distâncias medidas em termos de custo, tempo, modo de transporte (carro, bicicleta ou skate) e mesmo interromper continuidades espaciais ao olhar para redes, relações topológicas (a rota ótima para o carteiro), e assim por diante. Sabemos, dadas as fricções diferenciais da distância encontradas na superfície terrestre, que a distância mais curta (medida em termos de tempo, custo, energia gastos) entre dois pontos não é necessariamente

---

<sup>61</sup> Que estipulou a cobrança de impostos sobre a transmissão de propriedade, sobre propriedade rural e urbana e arrecadação de emolumentos advindos da medição e regularização fundiária.

dada pela linha reta frequentemente imaginada (Grifos meu. HARVEY, 2010, p.10/11).

O conceito de espaço relativo incorpora noções a partir de um dado ângulo de observação, que pode alterar de acordo com o observador, propondo também uma aproximação do tempo no entendimento da noção de espaço. Ou seja, o entendimento do espaço não pode mais ser efetuado isoladamente, como algo em si (proposto no espaço absoluto), mas a partir da consideração do tempo. Essa proposta permite, a partir das individualizações e localizações do espaço absoluto (territórios estatais, uma determinada propriedade, uma determinada unidade administrativa, uma sede, uma fábrica), que sejam construídas leituras e experimentações espaciais levando-se em consideração a distância até outra localidade. A possibilidade de cartografias que representam trajetos variados para interligar localidades recebe uma significativa amplitude. Por outro lado, deve ser assinalado que entre o bosquejo em um mapa para construir um percurso e as condições reais do terreno para a construção dessa via existem grandes diferenças, as quais exigem adaptações, de modo que os cálculos/projetos no mapa não correspondem a sua fidedigna reprodução. Aqui, a padronização das formas de medida do espaço (como a unidade métrica) e do tempo (horas, minutos e segundos) também são importantes para conceber um certo controle do espaço-tempo, a qual possibilitou realizar cálculos para fins distintos. Essa concepção de espaço tem subsídios para compreendermos as questões de circulação de fluxos e a necessidade da economia capitalista de atribuir fluidez a um espaço. Todavia, é importante considerar que a natureza do fluxo possui ritmo espaço-temporais que podem ser peculiares.

A partir dessa perspectiva, de imediato se sobressai a importância da implantação de infraestruturas de circulação, como as estradas construídas em momentos e quantidades distintas, mas que em um somatório auxiliaram a integração do fundo territorial e, com isso, foram fundamentais para a produção do espaço convergente com os ditames do projeto estatal de modernização e da própria economia em expansão. A relação entre a construção dessas vias e a produção do espaço é claramente percebida quando comparamos os registros dos engenheiros militares diante da “inércia” da Colônia Militar com o desenvolvimento econômico posterior à construção da ferrovia e das estradas de rodagens pelas empresas colonizadoras. Para os mesmos, a Colônia não se desenvolvia (em questões econômicas, sociais, paisagísticas, demográficas etc.) devido às poucas alternativas de deslocamento, as quais, em virtude das suas características, acabavam por elevar os custos da produção e os preços para aquisição de mercadorias.

Já o espaço relacional refere-se àquele conjunto de relações que não podem ser medidas a partir de bases positivistas ou bases teóricas do materialismo vulgar. Nessa conceituação, as práticas não são compreendidas como apenas localizadas *no* espaço, destituídas de relação, interferência e trocas com o mesmo. Um conjunto de ações e práticas são internas ao espaço, de modo que o produzem. Coloca-se em destaque a ideia de relações internas, assim como é mister considerar a internalização das influências externas em determinados processos de escalas relacional.

Por extensão, a visão relacional do espaço sustenta que não há tais coisas como espaço ou tempo fora dos processos que os definem. (...) Processos não ocorrem *no* espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo. Devemos, portanto, focar no caráter relacional do espaço-tempo mais do que no espaço isoladamente. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto (por exemplo, em uma sala de conferência) para definir a natureza daquele ponto. A identidade, nesta argumentação, significa algo bastante diferente do sentido que temos dela a partir do espaço absoluto. Assim chegamos a uma versão ampliada do conceito de mônada de Leibniz (HARVEY, 2010, p.12/13).

Essa noção é importante para as pesquisas de formação territorial, pensando a partir do objeto desta pesquisa, porque permite considerar as diferentes relações (cosmologias, práticas, significados, formas de exploração e uso, vida coletiva etc.) que os diferentes grupos sociais constroem com o espaço e que não são compreensíveis a partir das concepções de espaço absoluto nem relativo. Nessa perspectiva, permite considerar as práticas espaciais norteadas por diferentes naturezas do espaço, bem como pelos conflitos advindos do encontro dessas diferentes concepções, como o uso e noção de espaço encetados pelos indígenas e caboclos que se conflitavam com a noção de propriedade privada – fundamental para a expansão do capitalismo e controle do estado. Quando acima mencionamos a importância dessa concepção sem a desvincular de um entendimento das relações que uma dada escala internaliza os processos externos, é possível recorrermos aos conflitos entre empresas colonizadoras com caboclos e indígenas advindos da privatização da terra e como esse espaço foi produzido a partir dessas novas demandas que foram intensificadas a partir implantação dos núcleos

coloniais. A produção do espaço, que o mudou qualitativamente a partir da colonização, não foi uma demanda interna, nascida do desejo de modernização nutrido pelos caboclos e indígenas. Ao contrário, a necessidade de criar um espaço para garantir a reprodução das relações sociais de produção é que impulsionou a imposição de uma nova sociabilidade nessa área facilitada pelo fluxo migratório oriundo do Rio Grande do Sul. E nessas condições, os valores culturais dos (i)migrantes europeus foram fundamentais para a produção desse espaço alinhado às demandas econômicas do período (FERNANDES, 1981), bem como do assentamento da propriedade privada. Na cultura ocidental, o acesso a terra por meio da aquisição onerosa e a titularidade mediante um papel com validade e reconhecimento pelo estado (cartórios e freguesias paroquiais) já era uma ideia aceita que já embasava as relações sociais e espaciais na expectativa de conseguir condições para a reprodução social da unidade familiar, cuja mobilidade geográfica foi motivada pelo desejo de conseguir condições materiais para melhores condições de vida.

As práticas que originam essas três formas de relação com o espaço podem coexistir, bem como é possível observar um conjunto de interações que são estabelecidas entre essas modalidades. Nessa perspectiva, o espaço-tempo analisado nesta pesquisa não pode ser compreendido como relacional, relativo ou absoluto, mas passível de comportar diferentes práticas espaciais em tensão dialética, que a partir dessas interações consubstanciam a formação territorial.

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana (HARVEY, 1973 apud HARVEY, 2010, p.14/15).

Das *práticas espaciais* pertinentes à integração do fundo territorial e que expressam articulações entre essas diferentes naturezas do espaço estão indicadas nessa pesquisa como *verbos*. Assim foram escolhidos para serem escritas formando uma gramática da integração

territorial, pois parece ser mais sugestivo para indicar movimento, ação – que é uma condição intrínseca do processo de alteração qualitativa que define esse espaço-tempo.

Para entendermos a importância das práticas no processo de territorialização, é pertinente considerar que o espaço é, ao mesmo tempo, tanto um produto como um produtor, condicionador das relações sociais que, por sua vez, implicam na produção espacial novamente. Nesse contexto, o espaço deixa de ser entendido como um mero receptáculo ou um quadro de referência, destituído da ação e presença dos homens conforme propôs Kant<sup>62</sup>. Eivado de implicações da sociedade concreta, a produção de um espaço que atenda a determinados desígnios é central para que um referido projeto seja viabilizado. Para isso, as práticas espaciais<sup>63</sup> que o produzem devem conter elementos destes desígnios. Logo, o conjunto de ações desencadeadas a partir de 1880 estava orientado a produzir uma mudança no espaço que viabilizasse a territorialização do capitalismo neste fundo territorial, portanto eram práticas carregadas de conteúdo espacial – mesmo que isto não esteja tão evidente em um primeiro olhar.

A transição da condição de um fundo territorial, caracterizado pela pouca produção econômica e pela baixa presença do poder estatal, para a condição de um espaço em que maior parte da economia está integrada ao mercado capitalista (em meados de 1940), advém das práticas que os agentes executam no e com o espaço. É pela prática que os agentes hegemônicos produzem alterações no espaço, as quais gradativamente passam a influenciar as demais práticas sociais (não necessariamente de agentes dominantes, mas que estão em condição heteronômica), em um processo que tende a produzir um espaço e a sociabilidade existente como convergentes com a ordem hegemônica. Isso porque toda prática social (ou socioespacial) é inscrita nas relações sociais, de modo que o principal elemento que a caracterize como prática é a capacidade de influenciar as demais práticas de outros agentes. Logo, a prática espacial, para ser entendida como produtora dos processos de territorialização, deve ser entendida de forma articulada à noção de relação social e ação social.<sup>64</sup>

Esta sincronia é fundamental para que o espaço seja transformado e operacionalizado sobre os ditames do capital. Essa noção engloba a perspectiva lefebvriana de espaço como produção e reprodução de conjuntos espaciais a cada formação social. Não existem práticas espaciais que não sejam sociais – o que pode existir é uma maior ou menor carga de espacialidade nas práticas.

---

<sup>62</sup> Crítica da Razão Pura. Ed. Ícone. São Paulo, 2007.

<sup>63</sup> “A prática espacial é uma prática social em que a espacialidade é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados”. (SOUZA, 2013, pg.241).

<sup>64</sup> SOUZA, 2013.

As práticas nas quais foco referem-se, especialmente, à atuação do Estado e do capital, pois coloco como foco principal a inserção desta região na dinâmica econômica e no controle político. Entretanto, isso não significa que são as únicas que existiram durante esse processo histórico. Uma mudança de escala, enfoque ou agentes já pode indicar outro conjunto de práticas. Além do que, enquanto as práticas de agentes hegemônicos são territorializadas, ocorre a reação dos demais agentes sociais, como o Movimento Social do Contestado expressa, além da existência de outras possíveis reações transcorridas no cotidiano.

Dessas práticas, algumas (como o *partilhar*) são específicas do Oeste catarinense, influenciadas pela sua localização na Bacia Platina – área caracterizada por disputas territoriais de longa data e contínuas revisões das delimitações das unidades territoriais. As outras práticas (*alinhar, conhecer, significar, tecer e cultivar*) são mais recorrentes e necessárias aos processos de integração de fundos territoriais. Nos parágrafos seguintes são bosquejadas algumas possíveis relações entre essas práticas espaciais, a partir da gramática escolhida para expressá-las.

A integração de um fundo territorial é constituída pela realização de um conjunto de intervenções geográficas e implantação de infraestruturas, as quais demandam expressivo valor financeiro aplicado. Se a área a ser integrada ainda está sob imprecisão soberana, uma das primeiras práticas a serem realizadas é a *partilha* espacial. Essa condição ordinal não deve ser compreendida de forma tão inflexível, como se efetivamente fosse a primeira ação. É a primeira fundamental para o desencadeamento das demais práticas de integração. Até ocorrer a *partilha*, as práticas materiais (intervenções, criação de povoados, incursões) ou apropriações imateriais por representação (como o “Mapa do Território Nacional de Misiones”, ou o mapa dos “Campos de Palmas e territórios contíguos”) estão voltadas a consolidar a conquista espacial. Inclusive, as representações do espaço são funcionais a essa demanda, que uma vez atingida, altera o conteúdo da significação<sup>65</sup>. Essas outras práticas que ocorrem para a conquista espacial são também exploradas nessa pesquisa porque são relevadoras dos desígnios e interesses que motivaram a disputa pela área, razão pela qual auxiliam o entendimento dos processos posteriores à instituição da unidade territorial.

A prática espacial da *partilha* está vinculada com a constituição de um espaço material de natureza absoluta, que autoriza e legitima a soberania de determinado estado sobre a área – logo, as suas práticas posteriores para o exercício do poder tendem a explorar essa autoridade, mas demandam a produção de significações e discursos para materializar as ideologias

---

<sup>65</sup> Conforme é demonstrado no Capítulo 06.



geográficas construídas para essa área. O território é a categoria espacial resultante dessa prática. E a conceituação de Souza (1995) é acertada quando o define “como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder. É para o exercício do poder para atingir os diversos interesses que ocorrem disputas espaciais para apropriação de espaços.

Antes de prosseguirmos sobre as demais práticas, pode ser interessante discorrer sobre uma indagação que parece ser oportuna. Se a soberania ainda é imprecisa, se é necessário um conjunto de ações que consolidem a partilha, é válido questionar se ainda é possível definir essa área como fundo territorial (1880) antes da definição dos limites internacionais (1895)? A resposta é encontrada nas práticas de intervenção territorial e significação que eram empreendidas. No caso brasileiro, as características das intervenções são de quem decididamente assume uma postura, como se referidas terras realmente incorporassem seu patrimônio territorial, visto que empreenderam políticas territoriais mais efetivas e realizadas pelo Estado para realizar o expansionismo territorial<sup>66</sup>. Logo, isso nos sugere interpretar que a área em 1880 era visualizada como um fundo territorial.

Ainda nessa mesma prática espacial está situado o litígio entre os estados paranaense-catarinense, cujo Estado também demandava a resolução sobre os limites interestaduais, motivados pela mesma necessidade de jurisdição precisa para investimentos e desenvolvimento de políticas públicas. Nesse caso, a partilha do espaço também ocorreu com a criação dos quatro municípios catarinenses logo após o término da querela, o que nos permite destacar que no interior de um Estado, a partilha também serve para melhor governabilidade e acomodação de interesses das frações envolvidas, a partir da divisão de áreas para que determinados grupos possam gerir uma certa área<sup>67</sup>.

Ainda como parte da delimitação do espaço de jurisdição de cada unidade administrativa está o processo de geometrização espacial, que compartilha da mesma natureza cartesiana. Uma prática que é identificada na pesquisa como *alinhar*, pois, além de desenhar as linhas sobre esses espaços a partir de um padrão universal de medidas geográficas (uma das manifestações da tentativa de homogeneização do mundo), também possibilita que os espaços geometrizados sejam colocados em sincronia com os desígnios criados pelo estado que usufruiu de soberania nesses espaços – que na Carta Magnética de autoria do astrônomo Henrique Morize é visualizada com a designação “meridiano verdadeiro”, que, de acordo com

<sup>66</sup> Cujo evento principal é a conquista dos Campos de Palmas em 1840.

<sup>67</sup> Para o leitor que conhece a querela em questão, fica a sugestão de pensar essa partilha para acomodação de interesses a partir das propostas de criar primeiramente o Estado das Missões, depois o Estado do Iguazu em pleno litígio entre Santa Catarina e Paraná. Era evidente que as propostas serviam apenas para pressionar os interesses, mas aqui, vale destacar como a partilha espacial é usada como trunfo, como possibilidade de poder econômico, político e social. Ver Licurgo Costa (1987) e Vitor Marcos Gregório (2012).

as instruções, correspondia ao meridiano do Rio de Janeiro<sup>68</sup>. Alinhar tem como sinônimos “pôr em ordem”, “costurar em pontos largos ou médios para depois ser cosido por pontos menores”. Esses “pontos largos ou médios” foram fundamentais para que posteriormente fossem criadas as demais peças cartográficas que representam o Brasil, ou mesmo documentos cartográficos mais localizados que representam um levantamento topográfico, o qual é fundamental para outras intervenções constituintes da integração de fundos territoriais (como a construção de estradas). Acato a assertiva de David Harvey (2011) que postula que o controle do espaço e do tempo é fundamental para o desenvolvimento da economia capitalista. E nessa perspectiva, a geometrização do mundo foi fundamental para a expansão territorial do capitalismo, não sendo distinto para o finessesecular Oitocentista que vivenciou a mundialização desse modelo econômico.

Da prática social, *conhecer* é inegavelmente uma antiga conhecida para quem tem a Ciência Geográfica e a história desta ciência como ofício de profissão. Tornar conhecida uma área ignota foi uma prática fundamental para aqueles que tomaram a empresa da conquista de terras desde as circunavegações até a contemporaneidade. O conhecimento dos lugares, representado em cartografias ou grafitado como narrativas de viagens e incursões, foi e é arma da conquista espacial e também da formação territorial. É uma prática que perpassa as três naturezas do espaço (absoluto, relativo e relacional), bem como permite estabelecer articulações entre essa condição tripartite. O conhecimento das feições geográficas foi fundamental para várias ações que ampliam a territorialização do poder. Vejamos: para produzir uma planta cadastral – documento cartográfico que foi fundamental para a formação de um saber territorial do patrimônio do Estado (e um documento que possui uma natureza absoluta), bem como para criar uma carta temática sobre as estradas de rodagens, que expressa uma natureza relativa (circulação e distância), ambas as peças cartográficas empregam um conhecimento produzido a partir da geometrização e do reconhecimento *in loco* dos recursos fluviais, das manchas de ervais (como na Carta da Província de Corrientes do Território de Misiones de autoria de Martin de Moussy<sup>69</sup>) ou da localização dos indígenas.

As práticas espaciais de significação são consubstanciadas em diferentes formas de expressão, feitas em locais diferentes de enunciação e que estão presentes no pensamento social brasileiro para propor um entendimento da constituição dessa sociedade. Também são empregadas habilmente para consolidar os projetos construídos em distintos contextos históricos, inclusive na transição do século XIX para o XX. As representações, além daquelas

<sup>68</sup> A imagem está disponível no Capítulo 06.

<sup>69</sup> Imagem disponível no Capítulo 04, que traz a informação “Imese floret vierge rempliè d’arbres à mate”.

passíveis de conversão em peças cartográficas próprias da cartografia moderna (como mapas cadastrais, mapas temáticos etc.), também podem ser de natureza simbólica e imagética, que denotam uma funcionalidade para as ideologias geográficas. Portanto, a prática de *significar* é ampla, desde a comercialização da imagem do Oeste catarinense como um “paraíso” ou “cocagna”<sup>70</sup>, presente nas propagandas das empresas colonizadoras, até a designação do Oeste como *espaço-tempo de fatura* pelos caboclos antes de sofrerem a expropriação da terra. No interior do processo de formação territorial do Brasil e da constituição da sociedade brasileira, é de suma importância a significação “sertão”, também incorporada a esta pesquisa. A prática do significar consegue abarcar a divisão tripartite do espaço que assumimos para desenvolver esta pesquisa.

O verbo *tecer* é visivelmente empregado aqui para designar a construção das redes geográficas, as quais têm como finalidade, no interior da formação territorial, criar conexões entre localidades, dotar o espaço de fluidez (condição fundamental para a realização do capital) e mobilidade (fundamental para o povoamento), que tem como consequência a maior presença do Estado. Embora as vias de circulação estejam muito relacionadas à condição relativa do espaço, possuem como consequência, também, mudanças nas funções e atividades desenvolvidas nas localidades conectadas às e ao longo das vias. Desse modo, é interessante compreender a construção das vias também pela perspectiva de produção do espaço, visto que é somente através dessas condições que ocorre a inserção da infraestrutura viária. O verbo *tecer* corresponde à prática espacial que, dos pontos alinhavados na geometrização e do conhecimento do espaço, vai produzir “costuras/tessituras” mais intensas, em maior quantidade e criar mais opções de conectividade do interior do Oeste com outras regiões brasileiras (como os espaços de repulsão demográfica, de desenvolvimento industrial etc.) e, por fim, estebelecerá mais conexão com o Velho Mundo, seja pela imigração, seja pela inserção da área como espaço de consumação de capital excedente. Para este último evento é importante considerar as diferentes escalas de diferenciação espacial para o desenvolvimento do capitalismo, que será abordado em seguida.

Por fim, por *cultivar*, pretende-se designar as práticas espaciais que ambicionavam consolidar a integração desse fundo territorial nos aspectos da economia, das leituras e das relações espaciais construídas pelos grupos sociais. Da memória coletiva e do próprio conhecimento historiográfico construído em conjunto resulta o cultivo do mito fundante a partir da colonização. *Cultivar* é uma palavra que remete associações semânticas a trabalhos

---

<sup>70</sup> Conforme é apresentado no Capítulo 09.

executados na alma e no solo. Algumas dessas práticas poderiam ser traduzidas geograficamente como a produção do espaço. Contudo, a palavra *cultivar* parece expressar práticas sociais cuja semântica desencadeia associações com uma das principais funções atribuídas aos antigos “Campos de Palmas e territórios contíguos”, a partir das conexões estabelecidas pelas vias de circulação e colonização: a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno. E o interesse de criar no interior do próprio território brasileiro um espaço destinado à referida função é que influencia uma das características marcantes até hoje: a grande presença do minifúndio como estrutura agrária e a forma como referida área foi e é integrada a divisão territorial do trabalho.

É também uma palavra que permite explorar o ajuste entre passado e futuro, pois remete à constituição de uma memória regional que orienta a interpretação do passado (do *cultus*). É também uma palavra que permite explorar o ajuste entre passado e futuro, pois remete à constituição de uma memória regional que orienta a interpretação do passado (do *cultus*). Esta interpretação tende a recusar uma série de eventos para adotar a colonização como marco zero. É o cultivo do mito fundante no âmbito regional, que também atribuiu papel primordial a uma figura que pode ser designada com a mesma função do bandeirante a nível regional: o colono, o desbravador, que no interior dessa interpretação lutou contra o sertão inculto<sup>71</sup>, levando a “civilização” através do “desmatamento civilizador”. Trata-se de um conjunto de estratégias ideológicas que ao mesmo que orienta a interpretação do passado, inculca determinadas práticas para o futuro (*culturus*), manifestadas nas relações com o espaço (acatando a concepção da terra como mercadoria, por exemplo), nas práticas produtivas (que mesmo nas condições de relação não-capitalistas viabilizam a incorporação da ordem social competitiva, pois atribuem maior importância à produção de excedentes, sobretudo para pagar a terra) e nas relações com os demais sujeitos (refiro-me aos caboclos que foram rotulados como invasores, desordeiros e indolentes). Essas associações e práticas não deixam de empregar *significações*, as quais optamos por destacar separadamente. A escolha por separá-las parte do interesse e da interpretação de que, especificamente, essas imagens vinculadas ao futuro (mesmo quando versam sobre o passado) demandam ser frequentemente celebradas e lembradas, ou seja, é necessário reativar sempre o mito fundante. O que objetivo explorar aqui é a condição de participação futuro que está presente na raiz da palavra *culto*, que corresponde ao *culturus*.

---

<sup>71</sup> A ideia de luta é representada pelo porte do machado no monumento “O desbravador” localizado no centro da cidade de Chapecó. No capítulo 09 este monumento é melhor analisado.

Por se tratar de uma abordagem que permite situar as expectativas, as relações socioculturais e afetivas com o espaço, foi possível explorar o confronto entre as diferentes visões e relações com a natureza que colonos e caboclos estabeleceram com o avanço da territorialização do capitalismo. Este, por ser assentado no avanço da privatização da terra, representou o desencadeamento de sentimentos e relações diversas entre os sujeitos e também com o espaço, fazendo jus à designação que Martins (2012) atribuiu à expansão territorial do capitalismo (que o autor chama de *fronteira*): um espaço essencialmente de conflitos, que desvela o Outro nos confins do humano.

Após essa apresentação das práticas espaciais que estão presentes no processo de integração do fundo territorial, resta, ainda, salientar que embora estejam majoritariamente trabalhadas por capítulos separados, elas se articulam, e o entendimento desse processo de formação territorial deve ser efetuado considerando-se as relações estabelecidas. Bem como, é importante considerar que o avanço de práticas autoritárias e violentas não ficou sem reação daqueles que eram despejados do seu espaço.

No início deste item informou-se, também, sobre a importância de considerar as práticas que consubstanciam a diferenciação espacial em diferentes *escalas* para a integração de um fundo territorial. Essa proposta está inspirada em Smith (1988) na obra “Desenvolvimento desigual e combinado”<sup>72</sup>, bem como no trabalho “Geografía, diferencia y las políticas de escala”<sup>73</sup>. De ambos os trabalhos, o que é apropriado e inserido nessa pesquisa é a consideração de que o desenvolvimento do capitalismo ocorre mediante a diferenciação espacial. Essas diferenças não expressam diferentes estágios do desenvolvimento desse modelo de produção, mas sim espaços produzidos e articulados hierarquicamente, nos quais a diferença é parte desse desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento desigual e combinado aparece com maior notoriedade no presente trabalho, nos Capítulos 07 e 08, bem como quando considerarmos que a integração do fundo territorial Oeste catarinense ocorreu no mesmo contexto (e vinculado) com a consolidação da divisão internacional do trabalho.

Outra questão interessante construída a partir da diferenciação espacial é pensarmos como a escala das práticas espaciais também permite construirmos conceitualmente o recorte espacial (e temporal) analisado, o que implica no foco de investigação, devido às interações que passam a serem consideradas ou desconsideradas na pesquisa. Especificamente para a pesquisa que ora apresentamos, isso aparece quando se discute sobre a construção da ferrovia

---

<sup>72</sup> Desenvolvimento desigual e combinado. Natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

<sup>73</sup> In: Terra Livre. Ano 18, nº19, jul/dez 2002, p.127-146.

São Paulo-Rio Grande pelo capital estrangeiro (Grupo Farquhar), articulando áreas com desenvolvimento social e econômico distintos. Um evento que é explicado pela teoria do ajuste espacial de Harvey (2006), que pressupõe que ocorra uma produção do espaço, a fim de dotá-lo de fluidez e de uma estrutura social passível de garantir a reprodução das relações sociais de produção, em áreas que, antes de um conjunto de intervenções, eram dotadas de economia simples, ou que especificamente no nosso caso podemos designar como *fundo territorial*. Concomitantemente, esse ajuste resolve o problema de superacumulação em espaços com economia mais desenvolvida. No caso da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, a resolução das crises de acumulação beneficiou as economias belga, inglesa e francesa.

Se observarmos as colocações de Harvey acerca desse ajuste, é possível identificar que o processo demanda: a) ruptura das barreiras ideológicas; b) ruptura das barreiras geográficas; c) produção do espaço. Como ruptura das barreiras ideológicas, pode ser compreendida a produção de ideologias que visavam incentivar a ocupação da área, empregando termos como *sertão*, ou como a disseminação de uma imagem de terra promissora efetuada pelas empresas colonizadoras que designei como “retratos do paraíso”. Nesse ponto e considerando a conjuntura em que transcorreu o processo, também é possível destacar o importante papel que teve a disseminação de uma imagem do Brasil, seus estados e produtos específicos de cada estado nas Exposições Universais, as quais foram espaços privilegiados para a realização de atividades e acordos comerciais. O termo barreira ideológica é encontrado nos trabalhos de Harvey (2006), o qual pode ser compreendido como o conjunto de valores socioculturais que servem como impeditivo ao desenvolvimento do capitalismo. Concretamente, tem-se como exemplo a noção de uso da terra de forma coletiva, a inexistência da ideia de propriedade privada (como é no pensamento indígena), os padrões de medida regionalizados antes da adoção do Sistema Métrico Decimal Francês etc. Uma estratégia rápida e eficaz de romper as barreiras ideológicas é realizar a migração de população que já partilha dos valores e das relações sociais capitalistas – o que foi concretizado com a imigração europeia ainda no século XIX<sup>74</sup>. A ruptura das barreiras geográficas pode ser também compreendida como parte da *produção do espaço*, visto que a implantação de infraestruturas para atribuir fluidez ao espaço é também produzir espaço para concretizar essa condição<sup>75</sup>. Tem o mérito de colocar em destaque a questão da circulação, dada a importância que possui para impulsionar a

<sup>74</sup> Que corresponde ao que Marx denominou de colonização moderna (MARX, Karl. O capital. 1978).

<sup>75</sup> “O aniquilamento do espaço pelo tempo”, ou seja, a possibilidade de aceleração do deslocamento de mercadorias, pessoas e informações que produz a sensação de redução do espaço não é produzida sem realizar a própria produção do espaço. Trata-se de uma noção de espaço relativo, mas que logicamente demanda da própria produção do espaço.

produção propriamente dita e a produção do espaço, que resulta na intensificação do processo de integração, pois torna possível elevar os índices da mobilidade geográfica para a área em estudo.

Ainda nessa perspectiva de avaliar a estruturação das relações espaciais a partir da diferenciação, é válido lembrar que a construção dessa ferrovia facilitou a conexão com outras localidades internas em vias de desenvolvimento industrial (Sudeste e cidades litorâneas em Santa Catarina), o que implicou na constituição de um mercado interno.

Ademais é possível explorarmos como o recorte espaço-temporal adotado é definido pela escala geográfica das atuações e intervenções realizadas durante o processo de formação territorial. Isso evita um trabalho investigativo a partir de recortes de natureza espacial absoluta, mas a partir da escala real de ação das práticas espaciais, por considerar que são essas últimas que significam e explicam as realidades analisadas. Acredito que também auxilia a consubstanciar um entendimento que *desnaturaliza o surgimento* do Oeste após 1917, incorporando os conflitos, as relações de poder, as diferenças e, sobretudo, como essa *id-entidade* é uma invenção, não apenas o seu aspecto visível criado para atender as demandas do capital e do controle estatal, mas em especial pela forma como esse processo foi explicado e significado pela historiografia. Isso permite considerar eventos que não seriam passíveis de integrar à pesquisa se considerássemos as escalas das unidades administrativas atuais: por exemplo, considerar como válida a análise a partir da criação oficial do município de Chapecó, que originalmente correspondia a todo o Oeste de Santa Catarina. Ou considerar apenas suas delimitações atuais. Portanto, iniciamos discorrendo sobre os Campos de Palmas e finalizamos com o Oeste catarinense, que possuem delimitações diferentes, mas processos e práticas semelhantes, que acabam por conformar cada um deles.

Após essa longa apresentação das escolhas metodológicas, parece ser válido apresentar a composição do título da pesquisa, embora possivelmente já tenha ficado evidente. O nome do trabalho é: “Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar – a formação territorial do Oeste catarinense”. Sendo que: “Uma velha moldura habitada por silêncios<sup>76</sup>” corresponde à moldura interpretativa construída por diversos agentes sociais, políticos e científicos, que adotam a colonização

---

<sup>76</sup> Esta parte do título possui influência na música “Dos meus pecados” de Jairo “Lambari” Fernandes. Aqui é importante assinalar uma diferenciação entre a música tradicionalista gaúcha e música nativista (gaúcha). Ambas são semelhantes nas temáticas, como a vida campeira, amor/encanto a pessoa amada e melodias em comum: polca, chamamé, milongas etc. Todavia, dentre suas diferenças é válido salientar que enquanto a tradicionalista incorpora o enaltecimento a figuras ilustres (semelhante a historiografia) a nativista recusa esta característica (que converge com a historiografia que constitui a moldura aqui analisada).

como marco zero, sendo o Oeste predominantemente explicado e investigado a partir dessa moldura.

Os “silêncios”, obviamente, correspondem ao conjunto de eventos, os diferentes enfoques de análise, os diferentes agentes e suas respectivas histórias e falas, que não é possível de ser compreendido/abordado por essa “moldura”, visto que foram postos em silêncio. Como exemplo, é possível mencionar: os conflitos sociais entre as oligarquias, entre os diferentes residentes desse espaço-tempo (caboclos, indígenas), as representações geográficas construídas para operacionalizar a formação territorial etc.

Compete, ainda, tecer algumas considerações sobre os “silêncios que habitam a velha moldura”. Conforme foi exposto anteriormente, trata-se de um silêncio construído em conjunto com a referência a alguns eventos, desde as questões litigiosas até a própria colonização. Portanto, a primeira consideração a ser feita é que o significado produzido não advém de uma negação, ocultação completa daquilo que ocorreu antes da colonização. Mas de um silêncio construído sem negar a existência de tais fatos, todavia estruturado no entremeio das palavras e do significado que delas se faz uso. Observando o quadro de pesquisas, artigos, explicações, discursos etc., o evento da colonização, logo, a própria palavra *colonização* se destacam como um primeiro elemento a ser pensando sobre a emolduração interpretativa.

O significado que a palavra *colonização* recebeu no interior da historiografia, bem como a sua manutenção via moldura interpretativa, permitem a construção de uma determinada significação (o início do Oeste a partir da colonização) que coloca em silêncio aquilo que, no interior da ideologia dominante, não é considerado como elemento adequado para significar uma perspectiva histórico-geográfica. Para entender a produção advinda deste silêncio e do silenciamento, é necessário conceber que o silêncio não é algo vazio, sem sentido, como algo passivo que nada produz. O silêncio como significação refere-se ao sentido que é construído mesmo quando se diz algo. Conforme expõe Orlandi (1992), “há silêncio nas palavras”. Diria, ainda, que há também silêncio entre as palavras. Há, portanto, uma relação fundamental entre o dizer e o não-dizer. De difícil localização, ao contrário de outro objeto, o silêncio passa pelas palavras, bem como pode estar nestas. O silêncio escorre e se localiza entre as tramas das falas. Pensando no conjunto do dito, se situa não na ausência das palavras, mas nos movimentos destas, nos limites entre os campos temáticos, entre as falas, entre os eventos que evocam. O silêncio presente em uma perspectiva que postula a gênese do Oeste de Santa Catarina é um silêncio fundante de sentido e que passa a ser o cerne pelo qual se estrutura a perspectiva interpretativa. É o conjunto de palavras que, ao mesmo



tempo em que institui um sentido de interpretação, institui também um sentido de silêncio no qual esta visão se consolidou.

Nessa perspectiva, as palavras são atravessadas de silêncios, cujo sentido deve ser investigado a partir da premissa de considerar a linguagem na sua materialidade e não na sua forma abstrata. A língua não é um bloco homogêneo que é sempre empregada de forma igual. A constituição discursiva está construída a partir de um trabalho entre a língua e o discurso (contexto do emprego), entre a abordagem construída colocando em consideração: os eventos/fatos contemplados, a ordem dos eventos, suas relações. Aqui, uma indagação pode ser válida: como tudo isso se relaciona a partir do discurso da produção de um determinado pensamento? A ordem das coisas é construída, organizada de acordo com o discurso que postula a gênese daquela região. Trata-se de uma produção de silêncio através do uso da linguagem e não da ausência da mesma. É um conjunto enunciativo que, ao significar um evento (a colonização), tem como efeito o ato de ocultar uma série de eventos anteriores, tendo também tem como efeito a estruturação de uma determinada perspectiva. O silêncio mantém, assim, uma relação constitutiva com a significação, portanto, fundamental para a construção discursiva ligada a ideologia.

Se observado o significado que a palavra *colonização* recebeu no interior da historiografia do Oeste catarinense, parece ser coerente afirmar que ao mesmo tempo em que é fundada a partir dela uma perspectiva de interpretação, também ocorreu um silenciamento. Este último, entendido como “pôr em silêncio”, estabelece relação entre o não-dizer com a história e a ideologia. Ou seja, o silenciamento<sup>77</sup> produzido em determinadas condições históricas para atender determinados fins. A ideologia aparece como o elemento histórico diretamente relacionado à produção de sentido no discurso. “A ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade histórica. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação” (ORLANDI, 1992, p.20). Seguindo essa perspectiva de abordagem, é mister salientar que a língua deve ser sempre compreendida como materialidade histórica, cuja significância advém das condições histórico-geográficas, sendo portanto, um meio de manifestação das relações de forças e sentidos que refletem os confrontos ideológicos (ORLANDI, 1992, p.21).

---

<sup>77</sup> O silenciamento, ou a política do silêncio pode ser entendida como conjunto de práticas discursivas e diálogos tecidos em espaços de validade de discurso que devido a este status acabam por conferir legitimidade ao significado produzido. Diz a autora sobre o silenciamento: “aí entra toda a questão de “tomar a palavra”, “tirar a palavra”, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc” (p.31).

O “fundo territorial” corresponde ao conceito-chave empregado para compreender o espaço-tempo (1880-1940) analisado e romper com essa interpretação emoldurada (de início do Oeste a partir da colonização) e sobre os “seis verbos para integrar” correspondem a uma gramática escolhida pela autora para designar as práticas espaciais que articulam os diferentes usos e a representação do espaço que acabam por consubstanciar a integração desse fundo territorial. Escritos como verbos, têm o interesse de frisar a importância de considerar essas práticas em movimento (perspectiva histórica do território) para que a proposta aqui apresentada seja realmente compreendida como processo, como algo que tem movimento, que se inscreve na complexidade das ações, do tempo e do espaço.

### **Capítulo 03. Considerações sobre a formação territorial do Brasil e sobre os Campos de Palmas no final do Oitocentos**

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, é proposto que o espaço-tempo em estudo seja compreendido como um fundo territorial em processo de integração a uma determinada dinâmica econômica e política. Ao adotar essa proposta, de imediato emerge a indagação sobre qual era o contexto territorial, econômico e social do Brasil no início dessa integração, o que é relevante para entendermos as políticas territoriais em curso. Sendo a conjuntura e as permutas advindas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil importantes determinantes das políticas territoriais que foram realizadas nos “Campos de Palmas e territórios contíguos” para transformá-los em uma região integrada, este item visa apresentar qual era o contexto brasileiro e da área quando foi iniciado o processo de integração do fundo territorial em questão. De certo modo, fornece-se um quadro geral e superficial de alguns temas que são aprofundados conforme se avança nos demais capítulos. o que explica o ato de retomar alguns assuntos ao longo da exposição. Igualmente, o último subitem traz informações das características dos Campos de Palmas no início do Oitocentos.

#### 03.01. Considerações sobre a formação do território brasileiro no final do Oitocentos

O processo de formação territorial brasileiro adquiriu maior envergadura a partir da segunda metade do Oitocentos, especificamente a contar da década de 1870. Até esse período, o trabalho realizado pelo Poder Central consistia na tentativa de evitar fracionamentos, bem como realizar ajustes e acomodações de interesses com as oligarquias locais para evitar que as oligarquias regionais organizassem seus próprios territórios soberanos. Pode-se afirmar que a situação de instabilidade política foi superada no Segundo Reinado, mediante a dialética da centralização-descentralização, que possibilitou uma consolidação política.

É partir desse período que o poder central aprofundou suas relações com os poderes locais, pela burocratização que instituiu outros procedimentos administrativos (a exemplo da padronização) como também a sua inserção em áreas interioranas<sup>78</sup>. No entanto, em momento algum conseguiu governar sem efetuar alianças e acomodações – até mesmo porque um

---

<sup>78</sup> A exemplo da instalação das vinte e nove Colônias Militares durante o período imperial em diferentes locais do território (BRUGGMANN, 2013).

governo viável dependia do atendimento de, pelo menos, uma parte das demandas locais. Nesse momento, foram criadas condições organizacionais no aparato administrativo que levassem a cabo a execução de políticas territoriais e não territoriais – dado que a manutenção do território estava razoavelmente assegurada<sup>79</sup>. Porém, ainda existia um conjunto significativo de medidas práticas a serem desenvolvidas em relação ao território, sobretudo na expansão e integração da economia, bem como resolução de questões litigiosas (a exemplo da divisa entre Santa Catarina e Paraná, e Santa Catarina com Rio Grande do Sul).

A condição de um território herdado haveria de representar as estruturas a partir das quais as classes dirigentes se apoiariam para lograr a construção de um estado territorial. Assim, é possível encontrar práticas que, embora com algumas vicissitudes, possuem na essência a mesma funcionalidade que desempenharam durante a condição colonial. A exemplo disso, podem-se citar as ações de reconhecimento e expansão territorial desenvolvidas pelos países europeus durante o período 1870-1914. Também era prática desenvolvida pelos Estados latino-americanos na formação de seus estados territoriais (ZUSMAN, 2000, p.62-63)<sup>80</sup> – um processo de expansionismo ao seu próprio interior<sup>81</sup>.

A formação territorial, enquanto produto que advém das intencionalidades tecidas em relação a determinados espaços possui como elemento fundamental a presença de ideologias geográficas que serviram como impulsionadoras e, sobretudo, como legitimadoras de expansionismos territoriais. A construção de uma entidade cartográfica e imagética do Brasil foi estruturada a partir de uma intrincada relação entre os conhecimentos geográficos, o imaginário e os desejos expansionistas e/ou capitalistas que, conjuntamente, estruturaram as leituras e políticas territoriais que demarcam as fases da formação territorial brasileira. Essa tripartite se relaciona com a realidade concreta visto que, ao mesmo tempo em que são influenciadas pela conjuntura, também ela consegue influenciar, num contínuo processo de reformulação recíproca. No que tange aos aspectos geográficos que predominam no imaginário brasileiro, a grosso modo é possível identificar dois grandes grupos. Um

---

<sup>79</sup> Após 1850, mais especificamente a partir de 1870 houve redistribuição no orçamento imperial, com maior investimento que “reflete a criação de um aparato institucional adequado à operação e organização da nova ordem legal que se começa a estabelecer com um pé mais firme na sociedade brasileira, particularmente no segundo quartel do século, quando o ciclo econômico inaugurado pela indústria cafeeira facilitou a penetração do capitalismo e de novas relações de produção no campo.” (URICOECHEA, 1987, p.100)

<sup>80</sup> ZUSMAN, Perla Brígida. *Tierras para El Rey*. Tese de Doutorado, Barcelona, Universidade Autònoma, 2000.

<sup>81</sup> Se é possível traçar paralelos entre as práticas das metrópoles com os Estados independentes, deve-se também considerar a reformulação dessas ações com elementos próprios de cada momento histórico, político, geográfico e aspectos que denotam as características de cada aparato administrativo. O exemplo pode ser a criação das colônias militares, que ao mesmo tempo que permitem o expansionismo e a criação do *uti posse ditis*, são pertencentes à um determinado regime político (Império do Brasil), que foram desativadas com a consolidação do regime republicano.

relacionado ao expansionismo e às questões de posses territoriais, cotejando as extensões do país, demarcando uma herança imaginária que esboçou as fronteiras do Tratado de Madrid. E um segundo grupo, relacionado aos aspectos mais edênicos, que atribuem enfoque à diversidade e riqueza natural que compõem o país. Nesse segundo conjunto, atribuem maior ênfase a questões edênicas, colocando como central no pensamento o exótico, a diversidade, as riquezas e belezas naturais – atuantes como motivadores para incursões às áreas desconhecidas, continuam presentes contemporaneamente nos processos de expansão interna. Com diferentes proporções, essas duas variantes de imaginário geográfico se entrecruzam a fornecer importantes motivadores para ações expansionistas, ora motivados mais pelas posses territoriais, ora pela exploração dos recursos naturais.

Nos processos de demarcações, partilhas territoriais e expansão territorial, estão mais presentes ideologias que apelam para aspectos e entidades espaciais, que proporcionam a identificação de contiguidade para demonstrar a existência de uma área já esboçada e com unidade territorial. A incorporação do mito da Ilha-Brasil na crença luso-colonizadora, bem como nos fundamentos do expansionismo imperial, demonstra a presença de fundamentação territorial-natural para legitimação das ações cunhadas no embalo dos processos histórico-geográficos. Uma análise nos documentos e cartografias luso-americanas destaca a presença de uma ideia de entidade territorial segregada, entrelaçada por limitações fluvio-lacustres, cujas fontes situavam-se em um lago unificador.

A presença do mito da Ilha-Brasil foi identificada a partir de análises dos documentos e das cartas quinhentistas e seiscentistas<sup>82</sup>, observando os contornos esboçados de uma ilha, emoldurada pelos Rios da Prata e do Amazonas, que lhes atribuem dimensões continentais, os quais divergem das limitações impostas por Tordesilhas<sup>83</sup>. Da condição imaginária como uma entidade natural, indivisa e isolada, foi transformada em mito territorial, alicerçada sob a concepção de fronteiras e território natural – nesse caso, definido pelos dois rios. O mito acabava por funcionar como um legitimador e impulsionador expansionista – o que concordava com os desejos expansionistas da Coroa lusitana – dado que invocava que a existência da Ilha era anterior ao “descobrimento”, uma entidade geográfica que existia antes da colonização, que competia aos luso-portugueses.

---

<sup>82</sup> Na carta de Lopo Homem, de 1519, Terra Brasilis; A América Austral de Luis Teixeira; Mapa mundi de Bartolomeu Velho, de 1561 com a América identificada como Quarta Pars Orbis são mencionados por Magnolli como documentos que figuram a análise proposta por Jaime Cortesão.

<sup>83</sup> “Já na primeira metade do século XVI, entre 1528 e 1543, João Afonso, piloto português ao serviço da França, fala nas suas obras da existência duma ilha Brasil, tão perfeitamente rodeada pelo Amazonas e o Prata, os quais ligavam por um grande lago, que se podia navegar e já se tinha navegado, respectivamente da foz de um para a de outro.” (Cortesão, 1956, p.135 apud MAGNOLLI, 1997, p.46)

Durante o Império, mantém com considerável vigor a ideia da necessidade de manutenção das posses herdadas de Portugal, diluindo as revoltas separatistas que deflagram ao longo do território, inclusive com apoio no regime político para evitar o desencadeamento de posturas regionais em um momento de necessária centralidade. Desfrutando de uma relativa estabilidade política a partir de 1850 (MATTOS, 1994), o Estado pôde lançar-se na consecução de políticas territoriais que visassem formar o território<sup>84</sup>, através da dotação de sistemas de engenharias, bem como da criação de instituições científicas e técnicas que servissem para profissionalizar o corpo técnico, responsável por pensar pragmaticamente o território. A existência de um espaço a ser transformado animava a profusão de propostas teóricas e projetos técnicos com o intuito de indicar as melhores alternativas para determinadas situações e, ao mesmo tempo, constituíam-se como campo de embates teóricos, políticos e ideológicos compartimentados por diferentes visões e interesses.

Essa postura foi aguçada com a adição de questões suscitadas com a Guerra do Paraguai (1864-1870), que colocava como peça central das preocupações políticas a questão da integridade territorial e da comunicação entre as diferentes porções desse território, sobretudo as faixas de fronteiras – das quais algumas ainda se encontravam sob litígio.

A ocupação do território nesse contexto ainda evidenciava a prática colonial, marcada por uma concentração litorânea, com aspectos filiformes (MORAES, 2002) e a existência de vastos fundos territoriais, os quais eram parcamente interligados às áreas da costa leste. Assim caracterizado com a existência de vários arquipélagos econômicos, a ocupação do território era posta como uma medida urgente. Para Fernandes (1981), a reestruturação do espaço era de uma necessidade evidente, sobretudo quando se considera que, além dos processos e turbulências internas que marcaram o Oitocentos, ainda estava em curso a manutenção das fronteiras.

O conflito bélico ainda salientou a precariedade do aparato tecnológico, quando das vias de comunicação e de deslocamento, o que fez com que diferentes leituras geográficas esquadrinhassem o território na proposição de planos de viação (SOUSA NETO, 2012)<sup>85</sup>. Dentre os quais, compete destacar que os Planos de Queiroz (de 1874 e 1882), bem como de Rebouças (1874), cada qual com suas diferenças, desaguavam na semelhança de projetar

---

<sup>84</sup> Isso não quer dizer que o desenho de controle do território não fosse desejado em momentos precedentes – o que faltava era as condições para referidas tarefas fossem realizadas.

<sup>85</sup> “E, embora os Planos de Viação não tenham sequer saído do papel, sua importância está justamente nas questões às quais propunham resolver e, nesse sentido, em um debate entre as elites imperiais do que se poderia fazer com relação a constituição de vias de comunicação que permitissem realizar tarefas políticas de um Estado centralizado e que o fizesse integrado de maneira efetiva ao mercado mundial desde os confins do Mato Grosso aos portos do Atlântico.” (SOUSA NETO, 2012, p.25).

sobre um imaginário Campos de Palmas linhas ferroviárias desenhando no papel o desejo de interligá-lo a alguma direção possível no plano cardeal.

Embora os portos mais importantes para o Brasil estivessem localizados à sua costa oriental (como Rio de Janeiro e ao nordeste do país, Salvador), o acesso à Província do Mato Grosso era realizado pelo deslocamento por meio da Bacia Platina, o que tornava ainda mais delicada a possibilidade de perder parte de um território que já considerava como seu. A importância do domínio brasileiro também pode ser observada no conjunto de planos/propostas de viação/transportes que visavam integrar as diferentes regiões do país.

Para Moraes (1873), o Rio Paraná era o principal e mais adequado elo de comunicação entre as porções orientais e ocidentais brasileiras.

A via de comunicação mais curta e econômica à Mato Grosso é sem contestação, aquela que, partindo do litoral de um ponto conveniente, situado entre os paralelos austrais de 25°26'15" se dirige ao rio Paraná. E com efeito, oferecendo este grande rio, na região puramente brasileira, desde a sua origem até acima da famosa cachoeira das Sete Quedas, uma navegação desimpedida na maior parte de seu curso, a qual se prolonga por alguns se seus principais afluentes de uma e outra margem, está destinado para tornar-se a principal artéria das relações internas entre o ocidente e o oriente do Brasil (Moraes, 1873, p.06)<sup>86</sup>

A avaliação das linhas telegráficas em meados de 1870 também demonstraria a existência de espaços desconexos. A Carta “Brazil – Linhas Telegraphicas” de 1875<sup>87</sup>, assinada pelo Imperial Instituto Artístico, também demonstraria uma costura territorial presa à costa litorânea, na qual somente na Província de São Pedro é identificado um adentramento no continente, atingindo vilas em localizações centrais – como Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo.

Das questões que receberam a continuidade e, sobretudo, por estar diretamente relacionada ao objeto de estudo desta pesquisa, ressalta-se a manutenção das práticas territoriais que visavam assegurar as fronteiras, sobretudo através da criação de materialidades que pudessem ser evocadas como manifestações do *uti posse di tis*. A criação de vilas e cidades, ou a elevação de povoados à condição de vilas foi uma prática do Império Luso que possibilitava assegurar possessões territoriais em áreas estratégicas por representarem pontos de adentramento continental ou, ainda, para tarifar e controlar o desenvolvimento de atividades econômicas (DELSON, 1997).

---

<sup>86</sup> A via de comunicação com Mato Grosso. Memória apresentada ao Governo Imperial pelo Engenheiro Eduardo José de Moraes, Rio de Janeiro, Tipografia Comercial, 1873.

<sup>87</sup> Disponível em: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Coleção Biblioteca Fluminense.

Trata-se de um espaço produzido a partir de diferentes relações e mesmo complementares que conjuntamente formaram o pano de fundo sobre o qual foram desenvolvidas as políticas territoriais para a inserção desse espaço na lógica do capitalismo. Já indicamos como o alvorecer da década de 1870 é concebido como um divisor de águas no decurso da Monarquia brasileira e nos seus elementos constitutivos – seja pelas vicissitudes econômicas, ideológicas e também pela configuração de um Estado territorial.

O período que vai de 1870 a 1930 comportou significativas permutas na sociedade brasileira, em âmbitos distintos, como desenvolvimento do trabalho assalariado, alterações do acesso a terra, disseminação da ordem social competitiva, instauração do regime republicano (SCHWARCZ, 1993; MACHADO, 1995); décadas nas quais também se gestava um projeto modernizador do território e das atividades econômicas. Essa redefinição era parte da consolidação do capitalismo, construída em conjunto com os interesses da oligarquia, que forjava o repensar sobre as questões sociais (SAES, 2016; FERNANDES, 1981, MACHADO, 1995). Discussões que giravam em torno da necessidade de mudança do quadro social brasileiro que referenciado, principalmente, pelos seus aspectos geográficos, econômicos e demográficos<sup>88</sup>.

Nos aspectos econômicos, a atividade principal restringia a agricultura de exportação, cujo principal produto era o café. O espaço rural brasileiro para esse período ainda detinha as características e os elementos do que Silva<sup>89</sup> identifica como Complexo Rural, cujas propriedades definidoras podem ser arroladas como: atividade desenvolvida para comercialização, com o exterior, do produto in natura ou beneficiamento básico; baixo emprego tecnológico, sistema de terras sesmarias ou posses e emprego de trabalho escravizado (SILVA, 1996; MELO, 2011<sup>90</sup>). O desenvolvimento industrial era incipiente<sup>91</sup>, entretanto, a sua importância para a inserção no circuito econômico mundial já tinha sido percebida por alguns setores, que passaram paulatinamente a investir a renda da atividade cafeeira em outros setores: transportes, energia etc (FERNANDES, 1981;).

---

<sup>88</sup> A composição populacional até 1870, dos seus 10.145 milhões de pessoas, distribuía-se em negros (submetidos ao trabalho escravo), miscigenados (alocados em diferentes organizações socioespaciais), remanescentes de indígenas e brancos (cujo contingente elevou-se gradativamente a partir de 1870 devido a imigração europeia) (NADALIN, 1994).

<sup>89</sup> SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, Unicamp, 1996.

<sup>90</sup> Nildo Aparecido Melo. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira. In: GeoAtos, n11, v.01. Presidente Prudente, 2011.

<sup>91</sup> Para o período de 1870 até 1930, embora existiram o desenvolvimento de indústrias de diferentes portes, bem como é possível perceber que gradativamente essa atividade passou a ser pauta das preocupações do pensamento político e econômico brasileiro, não é possível falar em política de industrialização até 1930. É somente com o Governo Vargas que foram desenvolvidas políticas públicas para fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro. (SAES, 2016)



Quanto aos aspectos geográficos, a ocupação era concentrada ao longo de todo o litoral, com a existência de ocupações isoladas no interior. Esse quadro criava o que pode ser identificado como enclaves que mantinham poucas conexões entre si. A comunicação desses estava direcionada, predominantemente, aos portos de comercialização e centros maiores. Ainda caracteriza esse quadro geográfico a existência de áreas não exploradas, logo não incorporadas ao circuito econômico brasileiro. Referidas áreas eram majoritariamente ocupadas por populações indígenas ou tradicionais (quilombolas, sertanejos, caiçaras etc.) que, por possuírem organização espacial vinculada à economia de autoconsumo, eram identificadas como áreas desocupadas, bárbaras ou atrasadas.

Para consolidação desse sistema de relações sociais de produção, era necessário o desenvolvimento de uma ordem convergente com essa premissa. Portanto, é no período de 1870-1930, que se observa o acomodamento do novo nas velhas estruturas (FAORO, 1995; MARTINS, 1996), que implique em um equilíbrio dinâmico que possibilite à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, abarcando as potencialidades econômicas e também socioculturais. O desenvolvimento da ordem social competitiva ou aquisitiva (FERNANDES, 1987) se dá no interstício das estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial e do projeto de sociedade burguesa, que tem nas primeiras a determinação das proporções e alcances dos dinamismos que são absorvidos da economia mundo, bem como nas configurações internas.

É tentador realizar a abordagem sobre esse período com uma reinterpretação da metáfora de Kafka. A metáfora kafkiana tem objetivo de introduzir o leitor ao ambiente de turbulências e antagonismos que demarcam o espaço-tempo em tela, realizando ajustes entre a metáfora e o que se observou em condições histórico-geográficas. A parábola é a seguinte:

Ele tem dois adversários: o primeiro acoisa-o por trás, da origem. O segundo bloqueia-lhe o caminho à frente. Ele luta com ambos. Na verdade, o primeiro ajuda-o na luta contra o segundo, pois quer empurrá-lo para a frente, e, do mesmo modo, o segundo o auxilia na luta contra o primeiro, uma vez que empurra para trás. Mas isso é assim apenas teoricamente. Pois não há ali apenas os dois adversários, mas também ele mesmo, e quem sabe realmente de suas intenções? Seu sonho, porém, é em alguma ocasião, num momento imprevisto – e isso exigiria uma noite mais escura do que jamais o foi nenhuma noite –, saltar fora da linha de combate e ser alçado, por conta da sua experiência de luta, à posição de juiz sobre os adversários que lutam entre si<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Essa passagem está em Hannah Arendt, na obra “Entre o passado e o futuro”. (Editora Perspectiva S.A. São Paulo – SP, 1988).

Se considerarmos o espaço-tempo brasileiro de 1870-1930, o mesmo pode ser compreendido como um período em que pulsavam, simultânea e articuladamente, ideários e ações que contemplavam o futuro, apoiados sobre os alicerces de um robusto conservadorismo do passado. Desse modo, assim como o homem da metáfora foi um momento de antagonismo travado entre dois polos de força, o embate instaurado nesse período pode ser representado pelas disputas político-ideológicas entre liberalismo-conservadorismo, positivismo – industrial e, com menor intensidade, o jacobinismo à francesa (CARVALHO, 2004; BOSI, 1992; FAORO, 1995). Feita uma breve explicação, antes de prosseguir convém assinalar algumas ressalvas. A primeira é que se o homem que luta está atemporal e “aespacial”, para nossa transposição, referida condição é impossível. Se o figurante consegue se deslocar e situar-se acima do embate, esse movimento é um procedimento impossível inclusive para análise. Os figurantes do contexto que analisamos referem-se a personalidades que, direta ou indiretamente, atuaram sobre o processo de integração do fundo territorial Oeste catarinense, que correspondem ao jogo de forças que demarca esse período: o Brasil arcaico, composto por um conjunto populacional (escravizados, ex-escravizados, mestiços livres {caboclos, sertanejos, caiçaras, caipiras etc.}, porém enlaçados por relações de mandonismo e compadrio, as quais também eram uma parte vivíssima desse passado) e seus sistemas socioespaciais que eram interpretados como atrasados. Em um outro polo de forças, situa-se o desejo de um Brasil moderno pensado e cobiçado por fracções da classe dominante que podem ser representadas pelas ações dos seguintes agentes: Barão do Rio Branco como representante ímpar dos interesses da República, mesmo sendo um monarquista; falamos das oligarquias que atuaram no Governo de Santa Catarina que estabeleceram relações de clientelismo com as empresas colonizadoras (como *Brazil Raiwlay Company*, Companhia Territorial Sul Brasil, Companhia Colonizadora Oeste Catarinense etc.) e das oligarquias do Estado brasileiro, falamos dos engenheiros militares que atuaram na conquista dos Campos de Palmas, falamos de empresas colonizadoras com seus agrimensores que mensuraram a terra para impor uma outra forma de relação com o espaço (convergente com o capitalismo), falamos dos grupos locais que gradativamente se formaram no Oeste catarinense.

Nessa perspectiva, também é impraticável desconsiderar as condições geográficas, como se o embate transcorresse em ambiente isolado de qualquer elemento que está justaposto no seu entorno – a participação do e no capitalismo histórico é fundamental para o embate de que o "nosso objeto" é composto<sup>1</sup>. Dessas condições geográficas, além daquelas

supramencionadas que conformavam a organização do território brasileiro, é interessante destacar a existência de questões litigiosas de fronteiras internacionais (o que forçava novamente a repensar a ocupação das áreas fronteiriças vinculando-a à importância desses recursos em disputas com o desenvolvimento da economia no referido momento). Ainda como outra condição geográfica, pode-se mencionar que a existência de fundos territoriais suscetíveis a investimentos internacionais era adicionada como fatores que impeliam as transformações espaciais mediante a presença significativa de capital estrangeiro, de modo que o território brasileiro passou a ser lido como um ambiente ideal para a consumação do capital em acúmulo nos países centrais. Outra condição importante para o embate entre passado e futuro é o perfil da economia comercial. Em finais da década de 1870, a economia ainda muito vinculada ao Complexo Rural em um contexto em que a mercado internacional já havia alinhavado seus passos para um modelo industrial e capital financeiro.

Prosseguimos. O passado não pode ser compreendido como um fardo que fatalmente está condenado a ser carregado de forma imóvel e estática. Ao contrário, é uma força que interage reciprocamente com o presente e com o futuro. O passado não pode sair do tempo, nem do espaço, e como um cenário, estira-se longamente sobre esse para atingir o futuro, que por sua vez, se volta contra o passado. O seu estiramento se dá apoiado no espaço, afinal, como bem lembrou Santos (1996), o espaço é um acúmulo desigual de tempos. O acomodamento de forças é coordenado pelos agentes hegemônicos que decidem quais elementos do passado permanecerá para construir o futuro desejado por esses agentes. Trata-se de um espaço-tempo delimitado a partir do entrelaçamento do passado e do futuro, a partir do qual a burguesia haveria de ordenar a relação entre ambos, mediando as continuidades e rupturas, quais elementos daquele passado arcaico (cujos exemplos concretos foram acima arrolados) deveriam permanecer no futuro a ser construído. Logo, a relação aqui, por mais que seja de uma contínua negação desses elementos indesejados, não poderá concretamente tomá-los como inexistentes, pois ali estavam para atuar como freios ou entraves ao desenvolvimento da “modernização” do território. Se buscarmos um exemplo a partir do fundo territorial Oeste catarinense, podemos recorrer aos caboclos, cujo momento emblemático é a deflagração do Movimento Social do Contestado, ou ainda podemos recorrer ao Movimento dos Quebra-Quilos<sup>93</sup> - ambos os eventos mencionados servem para ilustrar como esses elementos constituídos em contexto pretérito poderiam atuar como barreiras ao desenvolvimento dos projetos em curso. Ou ainda a inexistências de vias de comunicação que

---

<sup>93</sup> Ambos movimentos serão melhor abordados ao longo da tese.

pudessem estabelecer maior comunicação e fluidez do espaço – uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico que despontava no final Oitocentista, seja a nível mundial, seja brasileiro.

Ao longo de toda a exposição dessa pesquisa, reitero<sup>94</sup> que 1870-1930 é um período ímpar na sociedade brasileira, comportando mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais que não transcorrem em um vazio geográfico. Para resolver o ajuste *entre passado e futuro*, foi reinstaurada com maior ênfase e sistematicidade a ação colonizadora em três ordens: do cultivo, do culto e da cultura (BOSI, 1992, p.19). Bosi (1992) salienta que as três palavras derivam de *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e particípio futuro é *culturus*. *Colo* significa eu moro, eu ocupo a terra, e tem como extensão um plano semântico relacionado com o cultivar a terra, dar feições humanas. As três palavras derivadas têm associações semânticas relacionadas a trabalhos executados no solo e na alma (cultura). O encontro desses termos (cultura, culto e cultivo) foi constituinte do processo de colonização, dos que cultivam a terra, trabalham para extrair os recursos naturais, dar valor de troca aos produtos. Também se compõe pelo trabalho de “cultivar” o pensamento mediante artefatos ideológicos, compartilhar um conjunto de valores entre “cultivados<sup>95</sup>” e colonizadores. O encontro desses termos na dimensão histórico-geográfica traz reverberações de domínio e subjugo da natureza e dos povos – um entendimento de mundo fundamental ao desenvolvimento do capitalismo. Os fenômenos que talharam essas palavras, antigos que se confundem com a história da humanidade, eram respostas a tensões internas das sociedades de onde se originam, que indica que a

colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório (BOSI, 1992, p.13)

No século XIX, essa expansão geográfica resolveria problemas de um excedente populacional empobrecido e expropriado no Velho Mundo, que na América, mesmo em alguns casos de situações degradantes, encontrou possibilidades de ascensão social. E nesse

---

<sup>94</sup> A partir de outros autores, como Machado, 1995.

<sup>95</sup> Ao usar o termo “cultivados” espero que o leitor compreenda que se refere aos sujeitos que foram incorporados (positiva {mais raro} ou negativamente) à sociabilidade instaurada a partir da colonização, todavia, saliento a fim de evitar interpretações equivocadas que concebo que referidos sujeitos possuem sua própria cultura e que o cultivar seria a fim de mudar de cultura. Não defendo uma concepção evolucionista ou eurocêntrica de cultura.

novo espaço resolveria os problemas de criação de mercado interno de mão de obra e produção alimentícia para o mercado brasileiro. Igualmente, representava a internalização das relações sociais de produção do capitalismo, que gradativamente estava sendo delineado pelas normativas e políticas territoriais. Também serviu como atividade para investimento de capitais nas viagens transoceânicas (e o comércio de produtos realizado entre os imigrantes), investimentos em sistemas de engenharia para ocupar os “vazios demográficos”, especulação da terra etc. A imigração Europa-Brasil no Oitocentos foi pensada como um sistema que gradativamente recriava as condições para mobilidade interna, o que permitiria a contínua privatização da terra, no processo que é também identificado como expansão territorial do capitalismo. Ou seja, estavam sendo criadas condições para que, de tempos em tempos, uma leva migratória interna pudesse levar as relações sociais de produção capitalista para os espaços de economia simples existentes no Brasil e que ainda não estavam incorporados à referida economia. Também haveria de responder pelas demandas de mão de obra disponível para o trabalho assalariado ou outras modalidades possíveis, sobretudo nas grandes lavouras. Em destaque estava a atividade cafeeira, atividade agroexportadora que desfrutava de ótimo momento comercial e foi a qual mais explorou a mão de obra imigrante.<sup>96</sup>

No projeto de modernização social, econômica e territorial, era cobiçada a recomposição étnica e cultural da população, de modo que a imigração e colonização oitocentista também haveria de responder pelas questões de disseminar as relações sociais de produção ou as suas premissas no âmbito do cotidiano – mesmo que no interior de uma produção camponesa<sup>97</sup>. Pertencente e estruturada no eurocentrismo, esse projeto endossava a sobrevalorização das populações brancas, de modo que o branqueamento era visualizado como a alternativa mais rápida e eficaz para realizar a inserção de valores convergentes com a ordem social competitiva e aquisitiva, que por sua vez, cultivaria o solo, os recursos naturais, efetuar a produção do espaço em sincronia com os ditames da produção capitalista. Conforme destaca Moraes (1996), toda produção espacial perpassa em um dado momento, por uma construção mental, a atribuição de finalidade de acordo com os interesses dos grupos envolvidos. Para o autor “não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos espaços, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço” (1996, p15/16). Nessa perspectiva, o que se almejava também com a inserção da imigração era o desenvolvimento de produções voltadas ao mercado, era a presença de valores que se submetiam às lógicas do funcionamento legal-burocrático, dado

---

<sup>96</sup> MARTINS, 1996.

<sup>97</sup> Ver Tavares dos Santos (1984).

que essas concepções e regras não eram novidade ao imigrante europeu. Em resumo, tratava-se de internalizar as relações sociais de produção capitalistas e, para isso, a imigração europeia era uma importante alternativa, visto que já compartilhava desses valores.

Portanto, o cultivar ideológico em tela dava-se pelo reforço de concepções que não eram estranhas ao imigrante: a) reforçar a exploração e conversão da natureza em mercadoria com valores de troca; b) reforçar as concepções racistas em relação aos demais segmentos sociais – o que impedia aproximações ou mesmo a tomada de consciência de que ambos, com suas devidas proporções e lugares, eram explorados pela burguesia. Haveria de reforçar, recultivar essas visões a partir dos elementos e contextos espaço-temporais. O Outro, “degenerado” e “atrasado”, já não residia além das fronteiras das suas pátrias, mas morava ao lado: nos campos, nas canchadas, subúrbios, matas. Da xenofobia, instauravam-se relações a partir do racismo: esse não teme a presença do Outro, como a primeira. Ao contrário, insere-o subalternamente nas suas relações. Essa linha de raciocínio e atuação reforça cisões, impedindo aproximações possíveis para tomada de consciência frente a situações em que ambos, o colono-migrante e o brasileiro (em suas diversas composições étnico-sociais) fossem explorados – embora inegavelmente, não-brancos estão sempre na linha de fogo<sup>98</sup>.

Ao longo da expansão geográfica do capital pelo mundo, os agentes desse sistema não foram relutantes em explorar, senão promover, as fragmentações entre os grupos explorados adotando como parâmetros indicadores biológicos ou mesmo linguísticos para, desse modo, levarem a cabo uma organização social que não criasse novas barreiras à circulação de capital. Convém lembrar que a produção desses títulos de superioridade “natural”, predominantemente baseados na biologia, legitimaram as formas de poder hierárquico, usando também alegações religiosas ou seculares perante a entidade religiosa ou do Estado (HARVEY, 2011, p. 57/58).

Por outro lado, imputava ao colono-migrante a constituição da sua identidade com o Brasil, a partir da associação das suas práticas espaciais (com destaque para a relação com natureza) com o desenvolvimento da economia oculta na ideia de desenvolvimento e

---

<sup>98</sup> De acordo com Wallerstein (1985, p.66) “O racismo no capitalismo histórico não tinha nada a ver com “estrangeiros”. Muito pelo contrário. O racismo era a forma como vários setores da força de trabalho na mesma estrutura econômica eram obrigados a se relacionar entre si. O racismo era a justificação ideológica para a hierarquização da força de trabalho e suas contribuições enormemente desiguais do rendimento. O que entendemos por racismo é aquele conjunto de asserções ideológicas combinado com aquele conjunto de práticas contínuas, que resultaram na manutenção, ao longo do tempo, de uma alta correlação entre etnicidade e alocação da força de trabalho”.

progresso da Nação<sup>99</sup>. É válido incorporar nesta reflexão a frase “obreiros da Nação”, a qual foi registrada na excursão chefiada por Adolfo Konder<sup>100</sup>, bem como esteve presente em outros discursos que versaram sobre o Oeste de Santa Catarina. Tal expressão é emblemática em evidenciar como o discurso foi instrumento para operacionalizar a prescrição de práticas e comportamentos incorporando a ideia de Nação como importante instrumento ideológico para fins pedagógicos. Embora a nação é aqui compreendida como uma invenção (um recurso ideológico), isso não significa que as ações em torno desta ferramenta ideológica e em seu nome não sejam dotadas de concretude. O discurso da nação e seus derivados tem como finalidade a obtenção da lealdade dos habitantes ao sistema político e econômico, bem como visa diluir as demais formas de identificação coletiva: religiosidade, classes, grupo social, dialetos, regionais etc., ao propor uma nova comunidade de identificação – a Nação e não mais os antigos agrupamentos. Dessa forma, a nação foi incorporada como instrumento ideológico que visava orientar práticas convergentes com o desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, enaltecer essa natureza social, visto que classificava um determinado comportamento social como responsável pela construção do futuro e da grandeza do país. Com isso, o objetivo era impulsionar o desenvolvimento de práticas de economia de mercado, já que estabeleciam uma competição entre essas novas referências (as nações), para estipular aquela que estava agregando maior contribuição para o que determinavam como o futuro inexorável da humanidade: o progresso e a civilização a partir de pressupostos eurocêntricos (HOBSBAWN, 1980).

Ainda integrante do discurso veiculado durante o processo colonizador, a associação de uma terra que produz em abundância e onde quem não assume uma determinada postura não usufrui dessas condições (venda da força de trabalho ou ainda a produção de valor de troca) situava a pobreza e expropriação do negro, sertanejo e indígena como legítimas e justas, afinal interpretavam esse cenário com a ótica da burguesia de modo que conseguiram visualizar somente a aparência do processo.

Por requerer a cooptação e identificação dos indivíduos a partir da ideia de nação, pensar sobre os elementos e discursos vinculados a este instrumento ideológico exigia refletir sob as bases humanas que habitavam o território, mediante um exercício situado numa análise entre passado e futuro. Portanto, não poderia o discurso prescindir de tocar no âmago dos

---

<sup>99</sup> A nação é compreendida aqui como um elemento da ideologia que possui como função forjar um sentimento de camaradagem e ocultar os conflitos de classe que são estabelecidos no interior de um Estado territorial. Todas as vezes que este termo ou seus correlatos são empregados, é nesta perspectiva.

<sup>100</sup> Governador do Estado de Santa Catarina em 1929.

indivíduos, tampouco abster-se de questionar sobre a real potencialidade da população habitante em efetivamente desenvolver o projeto. Nessa perspectiva é que a interrogativa “*com qual povo contamos para construir o Brasil?*”<sup>101</sup> adquire sentido e também fornece subsídios para compreender os caminhos assumidos. Ainda com o objetivo de interferir nas práticas sociais, houve a criação de processos perceptivos, interpretativos e pragmáticos que orientassem as atitudes e os comportamentos sociais dos agentes, sobretudo daqueles aos quais foi creditada retoricamente a função de conduzir o processo de desenvolvimento.

A ordem escravocrata se abriu aos novos padrões de organização e produção com certas resistências, tecendo amplos debates em ambientes decisórios (assembleias, por exemplo, câmara de deputados, ambientes resguardados pela ciência) para pensar e projetar o futuro. A ordem burguesa não nasce como um novo, mas como uma reelaboração nos estamentos senhoriais, acatando o “novo” somente a partir da existência de caminhos claros e seguros para realizar a transição sem jamais tocar nas estruturas de poder. Nas interpretações construídas nessas condições, a livre iniciativa, ou mesmo a propriedade privada a partir do trabalho (posse) são reinterpretadas à luz da visão senhorial: elas são redefinidas econômica e politicamente a partir dos interesses patrimoniais usando da estrutura legal, de modo, que não abre caminhos para um novo agente, mas qualifica apenas o velho.

Assim, o exercício de pensar e discorrer sobre o Brasil e sua população no finissecular Oitocentista forçava que a intelectualidade do período permeasse pelas teorias raciais. Referidas presunções tiveram um papel importantíssimo para legitimar as hierarquias sociais em um contexto que o liberalismo se tornava paradigma político no país e a abolição assumia cada vez mais condições históricas de realização. A associação entre liberalismo e racismo produzia um paradoxo que corporificava modelos explicativos contraditórios. Enquanto o primeiro fundava-se no indivíduo e na sua responsabilidade pessoal/social, o segundo canalizava esse olhar para interpretar esse indivíduo como produto biológico, negando-lhe suas condições históricas (SCHWARCZ, 1993 p. 14). Propunham a naturalização das hierarquias, concebendo como natural a organização social extremamente desigual entre seus habitantes. É nessa perspectiva que, apesar de ser um tema espinhoso, o debate racial se transformava em assunto necessário, pois regulamentava as diferenças sociais.

Em torno das teorias eugenistas, gravitava um conjunto de interesses e valores sociais que se transmutavam em medidas políticas. Portanto, essas presunções não eram apenas o ato de pensar sobre a sociedade, mas correspondiam ao próprio fazer-se enquanto sociedade que

---

<sup>101</sup> MORAES, 2002.



os intelectuais estavam engajados. Tratava-se de uma discussão de caráter quixotesco. O contexto de preocupações articulava as teorias raciais com uma série de fenômenos e influências que conformavam o pensamento político brasileiro. Em 1871, a desmontagem da escravidão já prenuncia seu devir, exemplificada pela Lei do Ventre Livre. Influenciavam, também, a experiência marcada pela Guerra do Paraguai (colocando em debate a ocupação das áreas interioranas e planos de viação), pelas leis abolicionistas, pelos princípios da Revolução Francesa, pelo desenvolvimento da economia, além do desenvolvimento científico realizado pelos institutos de pesquisas – destaca-se Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Conforme ressalta Machado (1995) esses debates não se davam em um vazio geográfico.

Foram alimentados pelo surto de expansão das vias de comunicação e de crescimento urbano, provocando questões concretas e práticas de gestão que exigiam novas ideias e saberes. A construção de estradas de ferro, a introdução da navegação regular por barcos a motor, melhorias da comunicação com a Europa através da construção de cabos submarinos para a telegrafia, as obras de modernização dos portos, de pontes, de canais, indicam a intensificação das relações com o mercado internacional e o início da reordenação interna do território (MACHADO, 1995A, p.311).

Desse modo, pensar sobre a população era pensar também sobre as questões de acesso a terra, sobre a disposição de mão de obra para os trabalhos, pensar na ocupação e no povoamento do território brasileiro, vasto e cobiçado em seus limites. Para referida empreitada, buscavam na Europa a inspiração e as referências teóricas para clarear possíveis inquietações dos intelectuais e políticos brasileiros. Nos finais do século XIX<sup>102</sup>, a circulação de ideias entre o Velho e Novo Mundo conformava um ambiente de compartilhamento de ideias e interpretações acerca de temáticas em comum. Nessas condições, os teóricos e políticos brasileiros tomavam consciência das literaturas e teorias produzidas na Europa, das quais buscavam inspirações para estabelecer diálogo inclusive com pensadores que frequentavam o Brasil, como o Conde de Gobineau. As teorizações do período em tela eram prolongamentos e reformulações do pensamento social iluminista, agregando com maior ênfase a naturalização e hierarquização das diferenças a partir de vertente epistemológica que se assentava numa concepção étnica e culturalmente etnocêntrica. Destoavam do momento anterior por desejarem não apenas narrar as diferenças, mas também classificar, ordenar, organizar enrobustecendo as análises a partir de modelos teóricos que incorporaram elementos políticos e culturais. Nessas condições, a humanidade era observada a partir de um gradiente

<sup>102</sup> O século XIX conheceu uma notável ampliação no público leitor e uma extraordinária modificação tecnológica que alterou significativamente o modo de produção dos impressos e a relação com os livros.

linear, cuja base mais primitiva, simples e indesejada correspondia a grupos que possuíam relações socioespaciais mais harmônicas com a natureza. No outro polo, situava-se a civilização (SCHWARCZ, 1993).

Isso requeria que o viver do subalterno, dos pobres e esquecidos em seus mundos fosse invadido por inquirições e especulações teóricas para elaborar propostas práticas e concretas para, efetivamente, elaborar o “projeto nacional”. É nesse contexto que são observados, estudados, analisados práticas e ações do conjunto populacional que sempre esteve à margem do olhar intelectual. Mas esse movimento especulativo não representou uma permuta na interpretação, pois conduções advindas das circunstâncias econômicas, culturais e de instrução foram atribuídas a determinantes raciais. Conforme descreve o Conselheiro Menezes e Souza, quando disserta sobre projeto para a imigração europeia e colonização no Brasil: tratou-se de avaliar o préstimo e serventia que fora recebido como herança dos séculos passados<sup>103</sup>. Vale salientar que tais discussões ocorreram num período em que as diferenças sociais eram legal e amplamente aceitas como diferenças raciais – que foram respaldadas pelas instituições jurídicas e médicas (SCHWARCZ, 1993, p.18).

Se o elemento de unificação/identidade nacional é o território, a raça vai estar presente nas preocupações para superar entraves, e com tal afirmação já deixamos evidente que a raça pairava como negatividade, como uma preocupação latente e que gradativamente se mostrava insolucionável. Se tais teorias em seus locais originários afirmavam que a miscigenação era condenável, no Brasil, um país inegavelmente mestiço, tais teorias não poderiam ser acatadas em sua integralidade, pois representariam a aceitação de uma condição subalterna e bárbara, que o Brasil Império jamais aceitaria. Dessa forma, a mestiçagem é assumida como problema, contudo passível de correção – o branqueamento e, conseqüentemente, a colonização europeia. Assim, o ajuste às condições geográficas (país periférico), à realidade local (notoriamente impossível negar o contingente indesejado), implicava também em um ajuste às especulações teóricas: a teoria do branqueamento. A miscigenação só foi aceita enquanto transição para o branqueamento.

Os objetivos elaborados para a imigração extrapolavam a recomposição étnica da população, repousavam também como mecanismos para alargamento de processos para o

---

<sup>103</sup> Theses sobre a Colonização no Brasil – Projecto de solução as questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatório apresentado ao MACOP em 1875, pelo conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza. Typographia Nacional. Rio de Janeiro. 1875. Trata-se de um projeto que foi solicitado ao Conselheiro em 1873 e que somente dois anos após, o texto final foi apresentado. É um documento que versa sobre as temáticas que estavam no centro das preocupações da política e economia brasileira. O documento, com certeza não expressa a totalidade das opiniões tecidas no período, porém, nos fornece uma base para estabelecer diálogos entre a temática aqui investigada e as preocupações e leituras sociopolíticas realizadas no pensamento político do período.

acúmulo de capital. Alicerçado sobre as teorias raciais (SCHWARCZ, 1993) e os princípios liberais, o Estado assumiu o subsídio da imigração realizada, sobretudo, para as regiões do Sudeste e Sul brasileiros. Tais políticas levaram em consideração os interesses da grande lavoura, mas governando e pensando além desses empenhos imediatos. A imigração, desejada pelos grandes latifundiários, delineava uma política com enfoque para fornecimento de mão de obra assalariada, visto o término do trabalho cativo. Porém a administração imperial tratou de esboçar estratégias a longo prazo. Como exemplo, cita-se que a imigração estava associada também à formação de um mercado interno (que não deixa de vincular-se à produção agroexportadora), ao criar um constante fluxo imigratório (alcançando a “espontaneidade” desse) e produzir uma fronteira agrícola contínua (MENEZES E SOUZA, 1875).

O desejo do estabelecimento de uma corrente “espontânea”<sup>104</sup> elevava as expectativas de desenvolvimento de núcleos coloniais nas porções meridionais do país que, se em um primeiro momento não estavam vinculadas às necessidades da grande lavoura, a longo prazo seria desses núcleos populacionais a origem do fornecimento de trabalhadores. Para Oliveira (1871), a introdução contínua pelo prazo de 4 ou 5 anos no Sul do Brasil, próximo às colônias já existentes, além da formação de um mercado de “braços” para suprir os trabalhos da grande lavoura, indicava a “colonização de outras Províncias do Império se faça com extrema facilidade” (OLIVEIRA, 1871, p.16).

O aprofundamento do capitalismo que decorre principalmente da segunda metade do Oitocentos é um fenômeno estrutural que ao reorganizar o poder, reorganiza os instrumentos e as estratégias de própria formação territorial. Assim, de forma concomitante, enquanto gradativamente aparelha o Estado com a criação de corpos técnicos para desenvolvimento de políticas públicas, também constrói o território através de planos de ferrovias, mapeamentos e levantamento técnicos, bem como por meio da implantação de política econômicas (concessão de exploração de minas e outros recursos importantes para o período<sup>105</sup>). Repensa e legisla sobre a sociedade e economia –que podem ser representaas pelo término do trabalho compulsório, leis de imigração e colonização. Essas mudanças sociais almejadas, por mais diluídas, frágeis e longas que sejam, não são operacionalizadas sem a constituição de uma base psicocultural e política. Conforme ressalta Fernandes (1981, p.21):

---

<sup>104</sup> Ver a fonte bibliográfica Menezes e Souza, 1875.

<sup>105</sup> Para a pesquisa em foco pode-se mencionar como exemplo de concessão para exploração: os ervais e a madeira.

Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado.

Para isso, é preciso existir um conjunto de pessoas que possuem condições de atuar na direção do desenvolvimento do capitalismo com uma determinada intensidade. Aqui, interessa considerar que o capitalismo e o espírito capitalista são formações que se entrelaçam e amadurecem concomitantemente a partir das práticas e do espírito psicocultural. Isso rompe com a ideia de buscarmos o burguês pronto, acabado e nos moldes das formulações teóricas; ou ainda de tomarmos como anacronismo relações tecidas fora dos moldes do trabalho assalariado. Implica captar a atuação na condução dos processos que determinam a mudança nos regimes de produção, considerando as especificidades próprias de cada sociedade (FERNANDES, 1981).

### 03.02. Os “*Campos de Palmas e territórios contíguos*” no final do Oitocentos

A partir do exposto no item anterior, é válido pensarmos como “*Os Campos de Palmas e territórios contíguos*”, ao final do século XIX, estavam caracterizados e como poderiam ser interpretados pelos agentes hegemônicos no contexto de um ajuste entre o porvir e aquilo que caracterizava o Brasil. A partir da condição de Estado Imperial e territorial, cujo processo de interiorização da ocupação estava em franco movimento, o referido espaço só poderia ser visualizado como um fundo territorial, cujo processo de integração seria concluído somente no período estado-novista. Essa visão estava orientada e instigada por interesses de ampliar o controle estatal sobre a área, devido à potencialidade econômica advinda da sua integração – o que agradava também a agentes vinculados ao capital, os quais eram motivados por questões de cunho econômico. Entretanto, se para as burguesias brasileiras os Campos de Palmas eram fundos de um território delimitado e soberano, ambicionado, mas ainda em litígio, para as populações que nele e com ele desenvolveram suas formas de reprodução social, correspondia a uma parte de área bosquejada pelo endemismo da *ilex paraguariensis*, mais ampla do que as delimitações impostas nas fronteiras na América Ibérica. A exploração desse recurso conferiu a toda essa área traços semelhantes e significativas tessituras e câmbios

(LABALE, 1996; ALCARÁZ, 2013; BAVARESCO, 2005), bem como estava vinculada às principais práticas espaciais que conferiam funcionalização ao espaço, conjuntamente à atividade pecuária.

A presença do Estado Imperial ocorria, sobretudo, com a Vila de Palmas, que foi criada a partir da conquista dos campos homônimos em 1840 e, posteriormente, ampliou o domínio mediante a criação de um novo povoado, identificado como Campos de Êre. Era sob a jurisdição dessa Vila que toda a área mais ou menos circunscrita entre o Vale do Rio Iguaçu e Vale do Rio Uruguai era identificada pelas autoridades.

Na literatura acadêmica, ainda é possível encontrarmos afirmações quanto à ocupação rarefeita para o espaço-tempo em foco. São assertivas que devem ser tomadas com ressalvas, pois também os dados demográficos não são desprezíveis, bem como indicam a gradativa ocupação. Além disso, a área já era ocupada milenarmente pelos indígenas que eram computados separadamente do controle demográfico geral. No Recenseamento Geral do Império de 1872, a composição racial informava 1.571 brancos, 615 pardos, 156 pretos, 686 caboclos – totalizando 3.028 pessoas; sendo 3.009 brasileiros, 19 estrangeiros, dos quais 533 sabiam ler e escrever, o 2.395 não sabiam realizar essas atividades. No primeiro recenseamento na República, datado de 1890, a população praticamente dobrou, atingindo 7.068. Esse aumento de 114% pode ser justificado com a instalação da Colônia Militar de Chapecó e Chopim, em 1882. Após o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, essa última passou de 560.000 para 600.000 habitantes, visto que legitimou sua posse sobre parte da área cobiçada e suas pessoas residentes (PIAZZA, 1994). Quanto às formas de vida e atividade desenvolvidas, pode-se afirmar que eram distintas: sitiantes, posseiros, fazendeiros, peões, engenheiros militares, comerciantes, funcionários do Estado, caixeiro-comerciante, capelães etc.

Convém assinalar que a exploração de erva-mate era uma economia regional que não alcançava importância na economia brasileira, de modo que as políticas territoriais eram motivadas por questões geoestratégicas, mas não para o controle da atividade. Já para os argentinos, a situação era inversa – o mate era um produto de consumo ao longo de quase todo território. Contudo, eles eram dependentes da importação da erva-mate sul-brasileira. Com a descoberta de ervais na região das Missões, imputava a tarefa de incorporar essa área ao domínio de Buenos Aires, para viabilizar a exploração. Também identificada como “mesopotâmia argentina”, devido a sua localização entre os Rios Paraná e Uruguai, o governo central iniciou um processo de federalização do território com a finalidade de subordiná-lo ao Poder Central, o que ocorreu somente em 1881, criando o Território Nacional das Missões.

Considerando um espaço periférico, porém estratégico, foram patrocinadas várias expedições e viagens em busca de maiores informações e relatos (ARANHA, 2015).

A atividade ervateira era o grande *leitmotiv* que demarcava as formas de uso, relações e, adicionados às manchas de ervais, os trilhos para as tropas costuravam algumas tessituras que expandiam sobre o espaço uma determinada forma de relação com esse. Bem como, esta mesma atividade impulsionava a implantação a alteração da paisagem, mediante a implantação de infraestrutura para beneficiamento ou exportação. Assim, esses portos de embarcação pontilhavam a margem platina com acampamentos (obrages, comitivas ou barracóns) para a extração da folha de ervais que sazonalmente alteravam suas copas, que beneficiadas em erva cancheada prosseguiram nos lombos tropeando trilhos e portos. Longe de ser um marasmo, mostrava o desenvolvimento de trabalho articulado ao extrativismo, criando feições próprias das formas de vida estabelecidas, produzindo formas funcionais a essa atividade e às demandas advindas dos sujeitos que a praticavam. No período de entressafra dos ervais, a exploração da madeira para produção de energia e outras utilidades comerciais e domésticas retomavam parte da movimentação, mas inegavelmente de menor intensidade do que aquelas motivadas pelo “ouro verde”.

Desenvolvida em todo o planalto meridional, a comercialização da erva-mate seguia direções distintas, conforme a facilidade de escoamento da produção. Além do comércio com os argentinos, a produção realizada no vale do Uruguai e seus afluentes (Pelotas, Canoas, Chapecó e Peixe) escoava para a Província de São Pedro, associada ao comércio de mulas. A produção do Planalto Norte (vale do Rio Negro, vale do Iguaçu e seus afluentes: Negrinho, Canoinhas, Paciência e Timbó) era exportada pelo porto de Paranaguá e/ou São Francisco (MACHADO, 2004; MARTINHO, 2004).

A pecuária e o tropeirismo também foram atividades desenvolvidas no Brasil meridional, articuladas à política de ocupação desenvolvida ainda no Brasil Colônia, implantadas nos Campos de Palmas, no início do Oitocentos. Essa interiorização da atividade baseou-se na concessão de títulos de terra mediante a Conquista desses Campos. Em 1808 foi criada a “Real Expedição para a Conquista dos Campos de Palmas e Guarapuava”, com o objetivo de oficializar a posse desses campos e povoá-los. Efetivamente, essa expedição só foi realizada em 1840, chefiada pelo militar Manoel Marcondes de Sá. A concessão de títulos de terra com o desenvolvimento da pecuária compõe as estratégias de colonização mista que unifica interesses do Reino e de particulares – uma prática empregada ao longo de todo o processo colonizador e que também foi uma estratégia empregada na implantação dos núcleos coloniais no início do século XX. Ao Estado convinha consolidar a hegemonia luso-brasileira

na área, fortemente ambicionada em virtude da navegação no estuário platino. Em 1840, foram registradas 37 fazendas de pecuária<sup>106</sup> e, gradativamente, houve o incremento desses pastoreios, que eram registrados pela Coletoria de Palmas, ação administrativa que além do controle e da cobrança de impostos, serviu para acompanhar a ampliação dessas áreas pastoris, como foi com a ocupação dos Campos de Erê, localizados a Sudoeste de Palmas.<sup>107</sup> A Fazenda Santa Ana, a Campina do Gregório e a Fazenda Boa Vista, localizadas mais a sudoeste dos Campos de Erê, mas ainda muito próximas à Serra da Fartura, também eram referências de pequenos povoados e que poderiam servir para comércio de algum produto ou serviço.

Foi também na década de 1840 que ocorreu a abertura dos Caminhos de Goio-Ên (Chapecó) para os Campos de Vacaria (RS). Além de representarem um caminho alternativo para as tropas, para se evitar o pagamento de impostos em Lages, reforçavam o domínio espacial brasileiro das terras entre os Rios Iguazú e Uruguai, aliando as estratégias de comunicação e transportes, que se tornaram importantes após 1850, especialmente, diante da iminência de conflitos bélicos que também revelavam a fragilidade do sistema de transportes e comunicação para as áreas interioranas.

Para Roderjan apud Machado (2004), em 1842 foi aberto o caminho que ligava Palmas a Porto União, criando outra opção mais a Oeste. E em 1853, constitui-se o caminho de Corrientes: partindo da Argentina, as tropas adentravam em território brasileiro, por São Borja e Santa Maria, invernavam em Passo Fundo ou Cruz Alta, após seguiam pelo passo do Goio-Ên, se deslocando aos campos gerais do Paraná. Em 1865, foi construída uma segunda alternativa para o trânsito com Corrientes. Era um percurso mais curto, em comparação àquele criado em 1853. Essa nova rede tinha como uma das localidades inicial ou final, Corrientes (Argentina) que passavam por Entre-Ríos, posteriormente Missões e somente depois é que adentrava nos Campos de Palmas retomando o caminho anterior.

No percurso do caminho das tropas constituíam-se fazendas de internada (loais de engorda e repouso do gado) que atraíam o estabelecimento de pequenos proprietários, que além da produção de autoconsumo e colheita de erva-mate para o comércio, prestavam serviços e comércio aos tropeiros. D'Avila (apud Machado, 2004, p.70) menciona o desenvolvimento do sistema *biriva*<sup>108</sup>, que criava uma cadeia entre erva-mula-capital.

---

<sup>106</sup> PIAZZA, 1988.

<sup>107</sup> Rio Branco, p.221, nota de rodapé número 04.

<sup>108</sup> “O sistema biriva consistia num ciclo que podemos resumir na fórmula: erva-mula-capital. A erva-mate era fabricada no próprio erval ou em local próximo. Quando pronta era acondicionada em surrões (grandes bolsas de couro) e transportada até a fronteira sul em cargueiros ou em carretas [...]. Nas praças comerciais da fronteira a

Conjuntamente, essas atividades adicionadas às questões dos limites internacionais e interestaduais configuravam o espaço. Essas diferentes relações que co-existiam foram gradativamente alteradas em intensidade, direção ou inseridas outras de natureza distinta a partir de 1880, configurando a valorização espacial pertencente à formação territorial brasileira. Entendê-las e apreender o espaço-tempo advindo de cada uma requer que sejam consideradas a partir de suas especificidades e relações, formando um todo – mesmo que de naturezas díspares. Esse procedimento analítico remete-nos à compreensão do contexto e das práticas realizados pelos diferentes agentes constroem o espaço, para evitar enclausurá-las em uma única moldura. Torna-se, portanto, imprescindível pensar sobre a conceituação de espaço subjacente à perspectiva adotada. Encontramos novamente em Harvey (2006) pertinente e esclarecedora explanação sobre o emprego das concepções de espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional, com ênfase nas práticas e contextos observados.

Para finalizarmos essa breve apresentação das possíveis geografias materiais existentes previamente a 1880, convém discorrer sobre uma reflexão acerca do fracionamento de um povoado, dado que traz algumas práticas que posteriormente foram repetidas e gradualmente realizaram a inserção do fundo territorial. Acima, mencionamos que os acampamentos destinados à extração dos ervais podiam ser identificados como *obrages*, *comitivas* e *barracón*. A primeira nomenclatura remete à origem paraguaia, já as demais representavam organização efetuada pelos argentinos, cuja diferença estava na existência ou não de um domínio já efetivo de uma área de exploração. Para nomear os acampamentos itinerantes era empregada a nomenclatura de *comitivas* – as quais eram efêmeras e instaladas em qualquer lugar apto a extração do mate. Já para identificar uma benfeitoria que já possuía um domínio espacial de ervais era identificada como *barracón* – o mesmo nome atribuído a um povoado localizado entre os Campos de Palmas e Campo do Cavarú Goyá (nas Missões argentinas)<sup>109</sup>, cuja origem advém da implantação das benfeitorias básicas para coordenar e realizar a exploração de ervais na área. *Barracón* é uma denominação argentina para um acampamento de exploração de ervais, que pressupõe o controle do espaço de exploração<sup>110</sup>.

---

erva era negociada por mulas. As mulas adquiridas ficavam “estocadas” em alguma estância da campanha até que o número de animais fosse suficiente para compensar ser conduzido aos centros consumidores. Enquanto isto, o ervateiro-tropeiro continuava fabricando erva para poder adquirir mais mulas. Uma vez reunido o número suficiente de animais para compor uma tropa, essa era encaminhada à Província de São Paulo onde era vendida”. D’Avila (apud MACHADO, 2004, p.70).

<sup>109</sup> Campos localizados a Oeste do atual rio Peperý Guaçú. MARCONDES DE SÁ, 1864.

<sup>110</sup> Nomenclaturas diferenciadas foram atribuídas aos acampamentos de médio e maior porte que realizavam a colheita e primeiros beneficiamento. No Paraguai e Mato Grosso do Sul, é identificado como *obrages*. Na Argentina, primeiramente foram identificadas como *comitivas*, que tinham caráter transitório, porque referia-se exclusivamente aos locais de colheita. O *barracón*, organização posterior às *comitivas* pressupõe maior



Desse modo, o povoado e seu topônimo podem ser compreendidos como um *cronotopos* (ZAMORA, 1993) que atribuído como nome ao lugar consagra as relações tecidas com e a partir desse espaço de um determinado tempo, animadas pela extração do mate. Compreendido como um *cronotopos*, esse povoado representava a predominância de relações e espacialidades com certo grau de sedentarização (ao contrário das obrages e comitivas). Um conjunto de práticas não almejadas, ou mesmo temidas pelas autoridades brasileiras, dado que indicava o avanço das ocupações argentinas, mesmo que não fosse um povoado reconhecido legalmente pelo Governo de Buenos Aires.

Após as resoluções das questões limítrofes que marcam essa região, seja com a Argentina, seja com o Paraná, Barracón foi fragmentado por linhas imaginárias e renomeado conforme as ideologias daqueles que desfrutam do poder de traçar limites soberanos: segmenta-se em dois em 1895, partilhado em Dionísio Cerqueira (Brasil) e permanece como Barracón (Argentina). Após 1916, a porção brasileira fracionada em duas permanece como Dionísio Cerqueira para Santa Catarina, e a outra porção, no Paraná, retoma na grafia portuguesa o antigo nome Barracón. Porém, a Argentina atribuiria nova semântica: passou a chamá-lo de Bernardo de Irigoyen<sup>111</sup>. A palavra, que tem a capacidade de significar/dar conteúdo àquilo que nomeia, às vezes remete ao conjunto de experiências ou possibilidades, como é o caso em tela. Essa ruptura das formas de uso construídas pelas práticas sociais dos diferentes grupos que produziam esse espaço para imposição de relações temporo-espaciais, que convergem com os interesses de uma sociedade estatal e capitalista, foi uma constante: linhas imaginárias e topônimos investidos de poder, redes de triangulação, representações e ferros espalhados pelo chão como trilhos foram estratégias empregadas para partilhar espaços, resignificá-los, controlar fluxos e fomentar uma produção do espaço a fim de transformar parte dos Campos de Palmas em Oeste catarinense.

---

organização e domínio da cadeia produtiva, através do controle dos assentamentos de exploração que lhe fornecem a matéria-prima.

<sup>111</sup> A mudança de nome ocorreu em 1921.

## **CAPÍTULO 04. INTERESSES, MAPAS E LINHAS A PARTILHAR ESPAÇOS. O LITÍGIO DE MISIONES/PALMAS E SUAS IMPLICAÇÕES NA INSERÇÃO DO FUNDO TERRITORIAL OESTE CATARINENSE**

A definição jurídica do espaço de soberania para cada estado pode ser indicada como componente fundamental para o desdobramento de políticas que visam à formação territorial. Portanto, corresponde a uma ação essencial para a inserção das áreas não exploradas, mas que integram o patrimônio territorial de cada Estado. Afirmar isso não significa cogitar que até a definição, as áreas de soberania imprecisa ou os fundos territoriais em litígio não sejam objetos de valorização simbólica ou material é primordial é que esses limites sejam efetivamente reconhecidos juridicamente a nível internacional<sup>112</sup>. Somente após esse reconhecimento é que políticas territoriais de maior envergadura podem ser desenvolvidas.

Nessa linha de raciocínio, uma das primeiras tarefas a serem realizadas para que, posteriormente, sejam possíveis a exploração e a ocupação de um fundo territorial é o ato da partilha espacial. Especificamente para o Fundo Territorial Oeste Catarinense, a primeira partilha ocorreu entre a Argentina e o Brasil, mediante a definição da linha limítrofe entre os dois países, após a resolução do litígio de Misiones/ Palmas. Este Capítulo apresenta as motivações do litígio, as estratégias discursivas, bem como as intervenções territoriais que os Estados executaram para a conquista da área que, no período, era conhecida no Brasil como Campos de Palmas.

### **04.01. Em busca de estabilidade política e territorial na Bacia Platina: o caso de Misiones/Palmas**

A retomada de questões limítrofes representava sempre a possibilidade de ampliação das posses, facilidades geoestratégicas além de fins econômicos – alguns imediatos (erva e madeiras), outros a médio prazo (comercialização de terras e potencial energético). Essa

---

<sup>112</sup> A concepção que enfatiza o âmbito político-jurídico do território e de Jean Gottman (1975, p.01), para o qual o “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política”. Embora trabalhamos com a conceituação presente em Moraes (2002), destacar essa dimensão política jurídica é pertinente sobretudo quando as definições dos limites territoriais devem ser reconhecidas a nível internacional, o que requer considerar o conjunto de relações e políticas externas de cada Estado.

retomada estava alicerçada na indefinição de um dos rios limítrofes ainda durante o reconhecimento topográfico advindo do Tratado de Madri, devido à impossibilidade de acesso à cabeceira do rio, dadas as características topográficas.

Ambos os países, Brasil e Argentina, sustentavam que seus territórios correspondiam àqueles recebidos das antigas coroas europeias no momento da ruptura do vínculo colonial. Todavia, o expansionismo luso-brasileiro para além do meridiano de Tordesilhas condicionou mudanças nas divisões de posses iniciais, que mesmo atualizadas por acordos posteriores, os quais praticamente redefiniram os limites internacionais, não dirimiram pequenas dúvidas e serviram para instigar desacordos. A existência de ambiguidades e a ausência de informações precisas<sup>113</sup> foram tomadas como possibilidades de avanços territoriais e contestações jurídicas acerca das posses. De modo que observamos a construção de um discurso fronteiriço que invalidou as antigas definições. Exemplo disso é a Questão de Misiones/Palmas, que o ponto central da argumentação dos dois Estados recaía sobre a localização dos rios divisores acordados ainda para o Tratado de Madri, sendo eles o rio Pepery e o rio Santo Antônio. Em menor escala, apareceu a contestação em torno da toponímia acerca da área litigiosa: enquanto os argentinos identificavam como Misiones, por compreenderem que a referida área correspondia às antigas Missões Jesuíticas do Paraguay, o Estado brasileiro identificava como Campos de Palmas (RIO BRANCO, 2005).

Para os argentinos, as heranças aceitas pelo princípio de *uti possidetis* eram válidas somente para os Estados originados a partir da colonização espanhola. Para as fronteiras com o Brasil, os argentinos estipulavam que a demarcação correta deveria seguir as proposições de Tordesilhas, pois os acordos firmados em Madri (1750) foram invalidados em 1761 (pelo Tratado de El Pardo).

Os argumentos centrais do litígio giram em torno da toponímica fluvial e territorial, ou dualizados entre povoamento ou descobrimentos e, por fim, a veracidade dos mapas. É importante considerar que muitos eventos transcorridos nos séculos anteriores são fatores importantes para compreendermos as estratégias de conquista espacial que foram empregadas para afirmação de posses, portanto são retomados da forma mais pontual possível.

Conforme foi apresentado no Capítulo 03, a interiorização das posses lusitanas para além da indicação de Tordesilhas ao longo do período colonial, sobretudo no período da União das Coroas Ibéricas, atribuiu uma plasticidade de fronteiras que resultou nas conquistas

---

<sup>113</sup> Refiro-me aqui à não exploração do rio Santo Antônio durante o Tratado de Madri (1750).

de largas porções de terras. Estas materializadas, também, em diferentes litígios ao longo de toda a faixa fronteiriça, e coube aos Estados americanos resolvê-los.

Ambos os países viviam, no século XIX, um notório e agressivo processo expansionista, o que nos permite afirmar que ao final do Oitocentos os Campos de Palmas/Misiones se constituíram como um espaço geoestratégico. Esse espaço comportou um entrechoque de dois expansionismos de tempos e intensidades distintos, porém demandava uma urgente decisão. As motivações que impulsionavam essas políticas territoriais giravam em torno da exploração madeireira e ervateira, do domínio da navegação e, embora menos citado na bibliografia que trata desse litígio, implicitamente é perceptível que englobavam o potencial energético que as quedas do Iguaçu possuíam<sup>114</sup>. A Carta da Província de Corrientes do Território de Misiones, de autoria de Martin de Moussy<sup>115</sup>, e regiões adjacentes, que integra a Descrição Geográfica e Estatística da Confederação Argentina, do ano de 1865, traz grafado “Imese floret vierge rempliè d’arbres à mate”, ultrapassando as limitações jurídicas internacionais, não assinalando a possível existência de limites e de posses territoriais distintas. Trata-se de um documento que atribui ênfase aos recursos naturais passíveis de exploração, conforme pode ser observado nas grafias realizadas nas áreas adjacentes (consultar Figura 01).

Por acatar que as unidades espaciais herdadas eram as delimitações correspondentes das posses territoriais, alguns pontos que compõem esse litígio foram retomados como os rios limítrofes, enquanto outros que eram mais contemporâneos foram inseridos na querela, a exemplo da importância do povoamento.

Dos pontos antigos, recebidos como heranças coloniais e também indicados como centrais nos desentendimentos, é acerca da localização dos rios limítrofes, que é um ponto em que as argumentações são explícitas e buscam exploração com exaustão suas próprias suposições e, recusar do adversário. Ambos os Estados admitiam um critério hidrográfico ao considerarem que os rios Pepery e Santo Antônio eram os delimitadores das jurisdições territoriais, todavia, discordavam quanto à localização. Essa limitação advinha das decisões e explorações pertencentes ao Tratado de Madri (1750) que, embora anulado em 1761, serviu de base para a configuração dos limites internacionais.

---

<sup>114</sup> O que será melhor desenvolvido adiante.

<sup>115</sup> Com formação inicial em medicina, De Moussy foi contratado pelo Presidente Urquiza, como geógrafo para realizar uma expedição de reconhecimento do território da Confederação Argentina. Explorou áreas pertinentes para os litígios com o Estado brasileiro, como rio Uruguai, rio Paraná, território de Misiones, etc. Produziu conhecimento de diferentes áreas (geologia, etnografia, geografia, etc) e como resultado teve a publicação do Descrição Geográfica e Estatísticas da Confederação Argentina – do qual, a imagem incorporada nesse trabalho faz parte.



Ao instituir referida importância ao acordo anterior, algumas divergências foram também retomadas, como a toponímica hídrica, o que torna importante ressaltar circunstâncias em torno do tratado Setecentista. O momento da elaboração do Tratado de Madri (1750) foi marcado pelo esforço de sistematização dos conhecimentos geográficos, dado que os processos jurídicos cada vez mais incorporavam os documentos cartográficos e as descrições geográficas para arguição<sup>116</sup>.

O avanço do conhecimento acerca das posses ultramarinas justapostas às práticas efetivas de uso e disputas territoriais pelas mesmas gradativamente solapou um sistema de partilhas alicerçado em linhas meridianas, forçando a busca de referências mais concretas e ajustadas às realidades construídas. Assim, para a preparação do Acordo de Madri, observou-se o abandono das partilhas por linhas meridianas e a construção dos limites a partir de uma base empírica.

Rio Branco incorpora na argumentação do dossiê a decisão acordada entre as duas coroas ibéricas por ocasião do Acordo de Madrid, a qual (a decisão) afirmava a necessidade de abandonar as delimitações pelas linhas meridianas e estipulá-las pelas conquistas, avanços e usos efetivamente realizados. Conforme trecho reproduzido no dossiê:

como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana; e finalmente por outros muitos embaraços, quase invencíveis, que se ofereceriam para conservar sem controvérsia, nem excesso, uma demarcação regulada por linhas meridianas: e considerando ao mesmo tempo, que os referidos embaraços talvez foram pelo passado a ocasião principal dos excessos, que de uma e outra parte se alegam, e das muitas desordens, que perturbaram a quietação dos seus domínios; (RIO BRANCO, 2002, p.82)

O Tratado de 1750 optou por definir as posses, considerando as ocupações efetivas e as fronteiras naturais:

e querem que ao diante não se trate mais dela, reduzindo os limites das duas monarquias aos que se assinalaram no presente tratado; sendo o seu ânimo, que nele se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro, e mais principal é, que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis: o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias. (RIO BRANCO, 2002, p.82)

---

<sup>116</sup> Isso pode ser verificado em Kantor (2009, p.40), quando afirma que a “após a Paz de Westfália (1648) – que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos e garantiu a Independência das Províncias Unidas –, as reivindicações de posse de novas regiões passaram cada vez mais a exigir a apresentação de descrições geográficas e documentação cartográfica”.

A incorporação do empirismo nas limitações e no sistema jurídico internacional configura importância ainda maior para a atribuição dos topônimos. A partir de 1750, buscou-se empregar um sistema toponímico que registrasse efetivamente a ocupação do território, suscitando ainda mais disputas, dado que os nomes dos lugares passaram a caracterizar um elemento chave da definição das fronteiras (KANTOR, 2009). Portanto, a partir dessa mudança no sistema jurídico, tanto a Coroa Portuguesa como o Império Brasileiro efetuaram ressemantização dos topônimos jesuíticos. Exemplo disso foi a área de Ibituruna identificada pelos Jesuítas, que posteriormente foi designada Campos de Palmas. A identificação de Campos de Palmas aparece na designação da “Expedição Real para Conquista dos Campos de Palmas”, de 1808, ainda durante o período colonial, mas que foi realizada somente em 1839.

No Tratado de Madrid, Portugal cedia à Colônia do Sacramento e, em contrapartida, receberia o território dos Sete Povos das Missões, ao noroeste do Continente de São Pedro. Fato que acabou por desencadear a Guerra Guaranítica, tornando impossível realizar os trabalhos demarcatórios (GOLIN, 2011). A legalidade desse acordo foi invalidada em 1761, por meio do Tratado de El Pardo. Entretanto, as bases geográficas do Tratado de Madri permaneceram no Tratado Preliminar de Paz e Limites de Santo Ildefonso (1777), o qual sustentava a necessidade de se traçar limites a partir dos acidentes geográficos. A execução desses trabalhos demarcatórios competiu para a Primeira Partilha da área que possuía como ponto inicial o Arroio Chuí “até onde o Rio Iguaçu entra no Paraná” e daí “até junto a parte inferior do Salto Grande do mesmo Paraná”<sup>117</sup> (CORTESÃO, p.308), que na impossibilidade de palmilhar devido as condições topográficas, visando sobretudo reconhecer a cabeceira do rio Santo Antônio, o mesmo foi apenas esboçado de acordo com aquilo que acreditavam ser a sua localização no terreno.

A incerteza em relação aos acidentes geográficos e rios atribuiu certa fluidez na nomenclatura durante a execução do acordo. Isso é passível de constar nos trechos das orientações para trabalhos demarcatórios que evidenciam a incerteza em relação ao conhecimento da hidrografia-base dos limites. A instrução propõe buscar o rio mais próximo, ou encontrar aquele rio que se imaginava ser o mais próximo. A exemplo, é possível trazer um trecho do Artigo 3º da Instrução Especial do Tratado de Madri, de 27 de julho de 1757, que orientava os comissários e práticos a se deslocarem pelo Rio Uruguai até encontrarem,

---

<sup>117</sup> OFÍCIO (extrato) sobre a demarcação dos limites dos domínios espanhóis e portugueses na América, em conformidade com o tratado de 1º de outubro de 1777, designando-se os acidentes geográficos a servirem de marcos para a 1ª, 2ª e 3ª divisões, mencionando os respectivos artigos daquele tratado. Projeto Resgate Barão do Rio Branco - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826), AHU\_ACL\_CU\_059, Cx. 3, D.207. Acesso: 23/08/2016

pela margem esquerda, a foz do Rio Peperi e, através dele, moverem-se até sua cabeceira – depois “inviarão hũa Partida que vá à pé a reconhecer pelo terreno mais alto a cabeceira principal do *rio mais vezinho*, que desemboque em o Yguassû” (RIO BRANCO, 2005, p.58; grifos nossos). O rio mais vizinho corresponde ao Santo Antônio, que na época ainda estava inominado – conforme Figura 02. Devido às condições topográficas que dificultavam a exploração desse rio, ele permaneceu inexplorado até o levantamento técnico realizado pela Comissão Científico-Demarcatória Argentina-Brasil, em 1903.



Figura 02: Parte do Mapa das Cortes (1749) na qual é possível verificar a identificação “Peperi” e o rio Santo Antônio, mas ainda inominado. Fonte: Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

Em 1788, uma comissão composta apenas por comissários espanhóis identificou um rio à margem direita do Rio Uruguai, “acima da confluência do Peperi-Guaçú, e, portanto, mais para Leste, dentro do território português, a foz de outro rio que já figurava<sup>118</sup>, embora sem nome, nos mapas do começo desse século” (RIO BRANCO, 2002, p.5). Esses comissários passariam, então, a designar o Peperi-Guaçú como Peperi-Mini e denominar

<sup>118</sup> Rio Chapecó.



Peperi-Guaçú o que é o rio Chapecó, interiorizando a fronteira mais a Leste. Essa lógica também foi aplicada na porção Norte, denominando *Santo Antônio-Mini* o Rio Santo Antônio, enquanto que o rio Chopim passou a ser identificado como Santo Antônio-Guaçu. As classificações *guaçú* e *mini* correspondem a “maior” e “menor”, respectivamente. Essa troca de identificação consubstanciou a plasticidade da fronteira no sentido Leste, visando criar correspondência entre as diferenças presentes nos trabalhos demarcatórios.

Nessa exploração de 1788, na carta topográfica dos afluentes do Rio Uruguai, que foi elaborada pelos demarcadores espanhóis José Varela y Ulloa e Sebastião da Veiga Cabral, foi indicada a discordância entre os dois comissários, que solicitavam um novo tratado entre as cortes ibéricas (FURTADO, 2011), que registraram o seguinte texto:

não estão conformes os nomes de alguns rios e arroyos que correm pelos terrenos que se reconheceram desde a Barra do Arroyo Chuy até a entrada do rio Pepiriguaçu no Uruguai; por cujo motivo desejando os dois respectivos comissários evitar confusão que disto se pode seguir, quando se tratar nas Cortes de estabelecer definitivamente os limites, acordarão também expressar reciprocamente nos mesmos planos estas diferenças<sup>119</sup>.

A impossibilidade de realizar a mensuração *in loco* ainda no período Setecentista deixa em aberto a necessidade de reconhecimento, além das incertezas frente às representações cartográficas resultantes desses trabalhos. Esse contexto acabou por nutrir dúvidas quanto a sua capacidade de apreensão do real – visto que, conforme indicado acima, algumas partes foram apenas esboçadas de acordo com o que os demarcadores cogitavam a partir de observações auxiliares. Para os Estados americanos, essa condição foi interpretada como uma possibilidade para ambicionar possíveis expansões a partir da construção semântica, cartográfica e discursiva de argumentos que garantissem as pretensões que buscavam.

Para o Brasil, que já vinha desenvolvendo como estratégias política, jurídica e territorial a criação concreta de elementos que assegurassem o emprego do *uti possidetis*<sup>120</sup>, as quais podem ser identificadas em dois momentos principais que se somam até o desfecho do litígio. Em um primeiro momento, é em 1840 que ocorre a conquista dos Campos de Palmas que possuíam claríssimos interesses geoestratégicos – expressados pela conquista dos

<sup>119</sup> Plano Topográfico, 1784-1788, Biblioteca do Congresso, Washington in KANTOR, 2009, p. 47.

<sup>120</sup> Delson ao estudar a criação de vilas e cidades no Brasil Colônia “derivava do desejo luso-brasileiro de ampliar os domínios territoriais em detrimento dos espanhóis” (1997, p.14). Acrescenta ainda que muito antes do princípio de *uti possidetis* servir como instrumento jurídico, já era uma prática lusa.

campos, bem como pelas expedições para abertura de vias<sup>121</sup>. A partir da criação da Vila de Palmas, algumas expedições exploratórias eram realizadas, o que possibilitava observação da movimentação que transcorria na fronteira, seja em relação à atividade tropeira ou ervateira<sup>122</sup>. Em um segundo momento esta estratégia está na criação das quatro colônias militares próximas à área litigiosa, com o intuito de intensificar o povoamento e atribuir consistência às argumentações sustentadas.

O processo fronteiriço e a formação territorial estão intrinsecamente relacionados, de modo que a consecução de um discurso e de esforços político-territoriais podem conferir plasticidades às fronteiras, o que requer a reelaboração de um discurso fronteiriço que recuse a validade dos antigos acordos ou orientações para os limites internacionais. Parte-se da premissa que as ações geopolíticas estão relacionadas a um tipo específico de discurso territorial. Para Agnew; Cobridge (1995, p.46), “the term geopolitical discourse refers here to how the geography of the international political economy has been 'written and read' in the practices of foreign and economic policies during the different periods of geopolitical order<sup>123</sup>”. Mesmo que cada discurso seja diferente, de acordo com o contexto, pode ser considerado como a continuidade de velhos temas colocados em pauta com novas roupagens, dado que a cada nova ordem geopolítica, novas leituras geográficas são motivadas, assim como novos interesses econômicos e políticos.

Para ler e compreender o discurso geográfico é preciso considerá-lo além de sua textualidade, na qual os textos e outros documentos são esmiuçados. É preciso considerá-lo na sua contextualidade histórica, econômica, geográfica e da política internacional, atentando-se para a forma como foram escritos e lidos. A escrita refere-se à forma como as representações geográficas foram incorporadas às práticas políticas. Ela corresponde à construção das argumentações, a partir do conjunto de informações históricas cartográficas, geográficas, demográficas e outras que possam ser da singularidade de cada conjuntura. A leitura refere-se à forma como essas representações são comunicadas (AGNEW, CORBRIDGE, 1995, p.46), a como elas são lançadas no sistema político internacional, na política ideológica de cada país, enfim, a como circulam no imaginário e, por meio dessa circulação, como (re)moldam as leituras espaciais.

---

<sup>121</sup> “Relatório sobre abertura de uma picada desde o Chagu até o rio Paraná” pelo Major do Corpo Imperial de Engenheiros, Luis José Monteiro. 1848 ou 1849. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> “O termo discurso geopolítico refere-se aqui à forma como a geografia da economia política internacional foi “escrita e lida” nas práticas e nas políticas econômicas durante os diferentes períodos de ordem geopolítica”.

É em torno das demandas/pressões que surgem nessa circunstância de formação territorial que se constitui o momento oportuno para refazer um discurso fronteiriço sob o lastro de recusa dos acordos anteriores e tentativa de incorporação de uma área cobiçada, lançando mão de um discurso fronteiriço construído a partir de uma geopolítica toponímica. Esse discurso geográfico não estava desvinculado do conjunto das práticas territoriais efetuadas por ambos os Estados (já anteriormente citadas) que tinham como principal objetivo consubstanciar a territorialidade estatal de cada país.

A alteração era fator de suposição entre ambos os Estados, que se acusavam reciprocamente de efetuar uma manipulação toponímica como estratégia territorial, conforme é possível constar na seguinte passagem de Zeballos:

El Império del Brasil há cambiado ultimamente estes nombres oficiales del siglo XVIII, por los nombres del Yangada y Chapecó, como he dicho: pero el Arbitro notará que em ningun documento del siglo XVI, XVII y XVIII, se menciona dichos nombre, arbitrariamente introducidos em la discusión (ZEBALLOS, 1894, p.5).

Como estratégia para desconstrução dessa assertiva, Rio Branco buscou evidenciar como em representações prévias ao Tratado de Madri, já configurava a designação Pepery para o rio que o Estado brasileiro sustentava ser a linha limítrofe, logo a cabeceira mais próxima também correspondia a nascente daquele que compreendiam como Santo Antônio. O mapa empregado por Barão está representado na Figura 03, que traz o mapa “Le Paraguay – Surtes memoires des RR.PP Jesuites – Parte S. D’Anville, 1733<sup>124</sup>”, no qual é possível observar que a indicação do limite fluvial pelo Pepery (ou Pequeri) está a Oeste do topônimo Bituruna. Mencionando o Mapa de Olmedilla, reforça essa argumentação dado que o documento cartográfico também possui esse mesmo conjunto de informações para referida área.

---

<sup>124</sup> Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville foi geógrafo do rei da França, teve grande contribuição na compilação e crítica das informações que posteriormente seriam representadas em documentos cartográficos, com autoria de mais de 211 mapas, além de 23 obras sobre a cartografia. Teve um importante e reconhecido papel na ciência do seu tempo. A impressão e comercialização era realizada por terceiros. (FURTADO, 2011)



As documentações usadas pelo Barão Rio Branco retomam as estratégias usadas pelos lusitanos, a exemplo da Carta produzida por D'Anville. A Carte de l'Amérique Méridionale foi encomendada como estratégia lusitana para antever as negociações territoriais advindas do término da Guerra da Sucessão Espanhola<sup>125</sup>, que foi percebido por Dom Luís Cunha como oportunidade adequada para elaboração de uma base cartográfica. É desse contexto, que conjuntamente com D'Anville foi elaborada referida Carta e que posteriormente, culminou com as fronteiras propostas no Tratado de Madri (FURTADO, 2011). O que buscavam era construir uma imagem de América Portuguesa com as fronteiras desejadas pela Coroa Portuguesa, mesmo que ainda não efetivadas.

A partir dessa contextualização compreende-se como a origem da discórdia, torna-se notório que a qualificação dos topônimos foi assumida como estratégia geopolítica para afirmação das posses territoriais (KANTOR, 2009), isso porquê a atribuição de nomes aos lugares não ocorria desordenadamente, eles estavam inseridos em um modelo cultural que expressava práticas adotadas pelas coroas. Outra característica importante das questões territoriais e diplomáticas do setecentos é sobre o sistema cultural dos topônimos, influenciado pelas mudanças advindas dos tribunais europeus. A designação dos nomes dos lugares estava atrelada ao conjunto de práticas político-territoriais que visavam assegurar o domínio das posses, portanto, não se constituiu como algo espontâneo ou não pensado (KANTOR, 2009). Nesse sentido, a observação dos elementos que fundamentavam as concepções jurídicas tornou-se um ponto de referência para ajustar as práticas territoriais visando atribuir consistência entre o real e o “mundo no papel”. É possível afirmar que existia uma geopolítica toponímica em um trabalho constante e dialético entre o terreno, apropriando-se dos acidentes geográficos, elevações topográficas e demais elementos significativos que são registrados nos levantamentos e na possibilidade de expansão que isso poderia representar. Consequentemente, a designação dos topônimos foi assumida como estratégia geopolítica para afirmação das posses territoriais (KANTOR, 2009).

Para Kantor os espanhóis eram mais cuidadosos na atribuição dos topônimos, enquanto que os lusitanos o fizeram de maneira fortuita. Na interiorização das conquistas houve um amplo emprego dos nomes tupis, o que explica grande parte das nomenclaturas

---

<sup>125</sup> Essas trocas refere-se a Colônia do Sacramento e as Molucas, que de acordo com Dom Luís Cunha (foi embaixador do governo português e teve influências na elaboração da Carte de l'Amérique Méridionale) seriam as duas grandes moedas de trocas a oferecer nas negociações. Ideia compartilhada por D'Anville. (FURTADO, 2011).

observadas em torno do Prata. O fato desses topônimos não corresponderem à nenhuma prática comum das coroas, mas sim da onomástica tupi, situava-se como mais um fator que abria possibilidades para manipulações e contestações.

Outra mudança toponímica pode ser verificada quando se insere nas análises os primeiros mapas da América do Prata confeccionados pelos jesuítas, mas atentando para a designação atribuída para a área. Esse processo responde pela renomeação da área litigiosa apareceu nos primeiros mapas confeccionados pelos jesuítas com a designação de Ibiturunas/Bituruna, sendo posteriormente nomeada nos mapas do Império brasileiro como Campos de Palmas, o que indica que houve uma ressemantização, através da qual os lusitanos almejavam condições para fixar o *uti possidetis* – estratégia que posteriormente foi aproveitada por Barão do Rio Branco, ao propor a alteração do nome da querela da Questão das Missões para Questão de Palmas.

Contudo, essa identificação proposta retomava práticas adotadas ainda pela Coroa de Portugal, uma vez que no setecentos ocorreu um processo de ressemantização de alguns locais, inclusive dos Campos de Palmas. A partir de 1750, tornou-se oficial nos tribunais europeus a apresentação de documentos cartográficos e descrições textuais para integrar as alegações de posses territoriais, o que originou um sistema cultural próprio de cada momento. Além do emprego da hagiotoponímia como marca distintiva da expansão lusitana, a imposição de nomes portugueses para áreas já grafadas pelos jesuítas correspondeu a uma estratégia adotada que propendeu efetivar as possessões no ultramar. Assim “(...) a erradicação da toponímia missionária e a renomeação dos lugares e acidentes geográficos foi parte de uma política mais ampla de afirmação da soberania interna e externa da coroa portuguesa no continente americano” (KANTOR, 2009, p.47).

A toponímia atribuída pelos indígenas também foi usada por Rio Branco para esboçar as diferentes ocupações, distinguindo os caigangs dos guaranis (aldeados pelos jesuítas nas missões paraguaias). Para ele:

Os caigans ou coroados, impropriamente denominados tupis pelos jesuítas do Paraguai e pelos Espanhóis, falam língua muito diferente do abñeenga, e estão compreendidos no grupo dos Cress ou Guerengs, segundo a classificação de Martius, aceita por todos os antropologistas. Isto explica os nomes geográficos da região Leste do Peperi-Guaçu e Santo Antônio, desde o Campo Erê até o lado mais oriental do Chopim e Chapecó (RIO BRANCO, 2005, p.189/190).

Pode-se arriscar a afirmar que conscientes da importância da origem dos topônimos e de todo o sistema cultural e político em torno desses ainda no momento de fundação dessas divergências, houve a construção dos argumentos a partir das possibilidades de expansão: ou

almejando interiorização para o Leste, no caso argentino, ou reafirmando posse de terras usurpadas na costa platina, no caso brasileiro. Além dessa manipulação, a adjetivação *mini* e *guaçú* era de prática espanhola e não lusitana. Costumeiramente ressalta-se a possibilidade de extensão para o Leste no caso Argentino, todavia, uma análise conjunto dos topônimos e suas localizações, da localização de algumas riquezas naturais, momento econômico e tecnológico argentino, permite-nos indicar que muito mais importante que a saída para o Leste era a posse das Quedas do Iguaçú, além da possibilidade de conquista do território paraguaio.

#### **04.02. *La tierra del oro verde*: a importância de Misiones na formação territorial da República Argentina**

Na segunda Divisão Internacional do Trabalho, a participação da Argentina estava muito vinculada ao desenvolvimento de uma economia agroexportadora, com produtos de agricultura tropical, temperada e também com a extração de minerais. A formação territorial que o Estado empreendeu para consolidar referidas atividades, e por conseguinte, sua inserção na economia mundial exigiram uma adequação da sua organização institucional para viabilizar essa demanda, apoiando-se na estrutura administrativa do Estado – que enquanto organizava a própria formação territorial, criava a si próprio como instituição.

Uma etapa prolongada que teve na década de 1880 a criação dos Territórios Nacionais durante a presidência do General Júlio Roca (1880-1886) uma estratégia significativa para assegurar a posse em áreas conflituosas ou cobiçadas.

A criação dos Territórios Nacionais submetia essas áreas sob o domínio do Governo Central, como foi com a Conquista do Chaco resultou na divisão em dois territórios: de Chaco (LOIS, 1999) e de Formosa em 1889 (SOUVI, 2010, p.04). As populações nativas de Mapuche (Patagônia) Tobas e Mocovies (Chaco) foram expropriadas de suas condições sociais, lançadas em condições de exclusão caracterizadas inclusive por condições subhumanas – um processo que se repete ao longo de todo o continente americano até a contemporaneidade. A incorporação do “desierto” do pampa permitiu o desenvolvimento da exploração ganadeira em uma área de 15.000 léguas de terras, que foram repartidas entre chefes militares, famílias tradicionais e ilustres, bem como para estrangeiros a fim de efetivar uma ocupação baseada na produção de valor de troca, criando condições para o desenvolvimento econômico (SOUVI, 2010).

A partir da década de 70 do oitocentos do século XIX, o governo argentino criou sucessivas leis que organizaram a administração dos “espaços vazios” (ZUSMAN,

MINVILLE, s/d, p. 3), pois nesses era primordial impor outra organização, uma vez que foram antigos territórios dos indígenas ou organizações sociais que não estavam em total sincronia com os objetivos da elite argentina. Para Zusman e Minville (s/d, p.2) “la formación del Estado Nacional argentino fue un processo planificado que implico la “invención” de um território “legítimo” sobre el cual era posible ajercer el dominio”. Integrando um conjunto de medidas políticas, foram criados “mediante la ley 576, del 18-10-1872 se organiza el gobierno y la administración del Territorio del Chaco; a través de la ley 954, del 11-10-1878 se constituye el Territorio Nacional de la Patagonia y mediante la ley fechada el 24-12-1881 se establece el Territorio Nacional de Misiones” (ZUSMAN, MINVILLE, s/d, p. 3). Este último, composto por cinco departamentos: San Martín, Piray, San Xavier, Monteagudo e Iguazú.

Os departamentos de Monteagudo e Iguazú, tinham em sua jurisdição parte do território brasileiro inserido - em áreas que correspondem a partes dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina, como pode ser visualizado na Figura 04 - Mapa do Território Nacional de Misiones. A federalização foi compreendida como requisição oficial da Argentina acerca da soberania sobre os Campos de Palmas, tendo no Mapa do Território Nacional de Misiones uma produção cartográfica com importante conteúdo e relevância política para o período, visto que está carregado de conotações políticas e disputas territoriais.

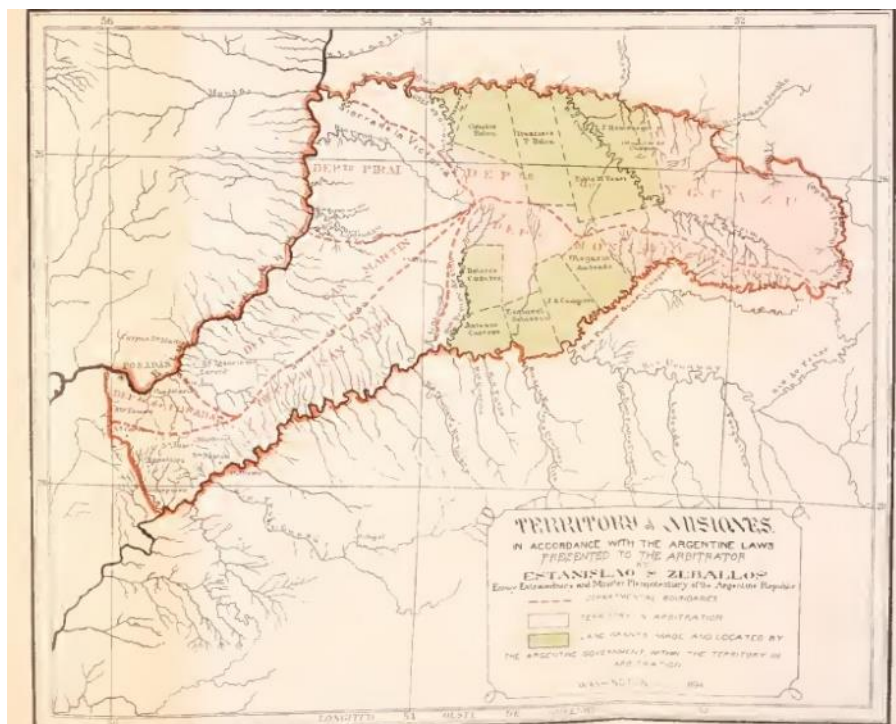




Figura 04: Mapa do Território Nacional de Misiones. Fonte: ZEBALLOS, 1894.

Na criação do Território de Misiones o Presidente Roca nomeou seu irmão Coronel Rudencido Roca, veterano da Guerra do Paraguai e da Campanha do Deserto. Nesse período, governado pela *generación del 80*, Argentina foi considerada como parte das 10 economias do mundo, sobretudo pela expansão do setor agropecuário com a conquista da Patagonia.

Quando afirmamos anteriormente que o MTNM fora uma ação ousada, sobretudo em questões diplomáticas, tal assertiva sustenta-se no fato de o Mapa contrapor-se a outras documentações oficiais argentinas. Em 20 de novembro de 1888, o Ministério das Relações Exteriores da Argentina publicou nota que, dentre outras manifestações, assegurava que “La República Argentina no tiene mapas oficiales, y si algunos invocan ese carácter, este Ministerio no los reconoce en materias internacionales, pues jamás los ha autorizado” (RIO BRANCO, 2002, p.225). No entanto, em 1876, por Ordem da Comissão Central da Argentina, foi produzido o Mapa da República Argentina, pelos Engenheiros Arthur von de Seelstrang e A. Tourment, para a Exposição de Filadélfia (1876), e confirma-se delimitação distinta daquela que está presente no MTNM. Esse desencontro de informações foi usado por Barão do Rio Branco para argumentar as alegações do Ministro Zeballos.

Para Souvi (2010) a federalização de Misiones, desanexando-a de Corrientes e subordinando-a diretamente ao Governo de Buenos Aires, está relacionada à questão litigiosa com o Brasil. Referida medida possibilitava fazer efetivos seus direitos sobre essas terras próximas à área litigiosa, colocando-a sob o controle federal. Essa medida foi amplamente debatida na imprensa e entre os políticos, dado que o contexto colocava não apenas a questão missioneira, mas a própria relação do poder central com as províncias. Pertencente a Corrientes desde 1832, o Presidente Roca, por meio do Artigo 1º do Projeto de Lei 1.149, de 20 de dezembro de 1881, determinou que “Declárase nacional el territorio de Misiones cuyo límite al oeste quedará fijado por el cauce principal del Río Aguapey, desde su desembocadura en el Uruguay hasta el Paralelo 28º de latitud sur y de allí por la línea meridiana hasta el Río Paraná”, assim, subordinando ao Governo de Buenos Aires e desencadeando protestos enérgicos, pois afetava os interesses dos fazendeiros que possuíam terras em Misiones (SOUVI, 2010 p.05). Para Aranha (2014) a Federalização foi também incentivada devido à implantação da Colônia Militar do Alto Uruguai<sup>126</sup> na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no ano de 1879, em área que hoje corresponde ao atual

---

<sup>126</sup> A importância da criação das Colônias Militares será debatida no próximo item.

município de Três Passos. Tinha como função “guardar as terras do Noroeste e observar a movimentação das picadas”, funcionando como um posto avançado do Estado nas proximidades de áreas cobiçadas e litigiosas. Dessa forma, o Território Nacional de Misiones foi construído em meio a interesses internacionais e internos, pois além da indefinição fronteiriça com o Brasil, desencadeava divergências e disputas internas na própria Argentina (assim como Paraná e Santa Catarina). Em certas medidas visualizamos aproximações e dissidências com a formação territorial brasileira, dado que a área litigiosa também foi espaço de disputas internas entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Porém, a política territorial empregada no Brasil tratou de conciliar os interesses do Paraná com o poder central, pois não desmembrou para governar, mas implantou um órgão que possibilitasse a administração em consonância com os interesses das oligarquias regionais. Somente após a resolução do litígio internacional é que a disputa interna adquiriu maior vigor, mas ainda entre as próprias oligarquias regionais.

Em 1879, ao tomar conhecimento da provável federalização de Misiones, a Província de Corrientes iniciou a comercialização das terras fiscais mais ricas e férteis a grandes latifundiários, a preços baixíssimos. Um total de 750 léguas foram comercializadas com 38 compradores, convertendo-as em latifúndios improdutivos, pois foram relegadas para exploração futura, restando poucas terras públicas que, devido à proximidade com as manchas de ervais, não poderiam ser comercializadas<sup>127</sup>. No somatório, isso representava impasses ao processo civilizador misionero, logo suscitava desconfortos dessa situação frente à questão litigiosa com o Brasil. A urgência para conquistar a vanguarda diante da federalização resultou em um processo de comercialização marcado por erros na mensuração da terra, problemas com os títulos emitidos e outras irregularidades, o que permitiu a recuperação de grande parte dessas áreas para a condição de terras fiscais, públicas.

Uma mensagem oficial para o Presidente da Província do Paraná, de autoria de Pedro Alves da Rocha Loures, autoridade policial de Guarapuava (PR), registrou, no ano de 1882 – um ano após a Federalização do Território de Misiones, a presença de colonos argentinos em posses brasileiras. Para Loures, havia um processo de assentamento de colonos estrangeiros, especialmente vindos da Argentina, sob a proteção das autoridades daquele país. A estrutura implantada por esses argentinos não se resumia a benfeitorias transitórias e efêmeras, como muitas vezes eram construídas para a colheita da erva. Compunha-se de assessoria de agrimensores para trabalhos de medição e de demarcação dos limites dos lotes a serem

---

<sup>127</sup> A legislação argentina impedia a comercialização de terras nas proximidades das manchas de ervais, para evitar a destruição dessas.

explorados (FREITAG, 2007, p.49<sup>128</sup>). Convém retomar que visando atuar antecipadamente em relação ao Governo central, a Província de Corrientes procedeu à comercialização de terras em território brasileiro – o reclame de Loures vem a confirmar a apropriação efetuada pelo governo corrientino.

Deve ser considerado, ainda, que Buenos Aires impôs sobre as regiões ervateiras legislação própria, com o intuito de evitar a devastação dos ervais, proibindo a colonização em áreas próximas – o que contribuiu para a perda de Misiones (ARANHA, 2014, p.90), dado que um dos argumentos usados pelo Presidente Grover Cleveland foi o *uti possidetis*. Outro empecilho à ocupação oficial argentina era a extensão do latifúndio para as áreas cobiçadas. O governo de Corrientes, percebendo que perderia território para o governo central, tratou de comercializar glebas de terras a particulares, criando, assim, uma camada de latifúndios. Aranha destaca que parte dessas áreas comercializadas se estendia, inclusive, ao território que foi dado ao Brasil após o Tratado de Palmas.

Essa ação de Corrientes implicou em dificuldades internas, em questões políticas e também no desenvolvimento de políticas territoriais relacionadas à integração missioneira, considerando-se o litígio internacional ali existente. Todavia, não significou a impossibilidade da exploração por empresas particulares, dado que estavam ligadas sobretudo ao mate, à madeira e à navegação. Das corporações, podem ser mencionadas a Cia Argentina de Navegacion, Cia Mercantil y Transporte Domingos Barthe, Nunes Gibaya e Juan B. Molla (FREITAG, 2007; ALCARÁZ, 2013).

A incorporação de Misiones à dinâmica da economia argentina tornou-se uma demanda urgente em finais da década de 1870, perseguido por meio de valorização simbólica e também de políticas territoriais. No que concerne às políticas territoriais, já abordamos acima a importância da Federalização do Território. Portanto, neste item será explicitado como a construção simbólica também integrava os trabalhos de apropriação territorial da região missioneira. Um trabalho desenvolvido por diferentes personagens, mas, sobretudo, por parte dos intelectuais e políticos argentinos, bem como dos viajantes patrocinados pelo Estado – uma relação que já fornece pistas sobre as intencionalidades subjacentes nas interpretações construídas.

Nesse contexto foram patrocinadas viagens e expedições de viajantes, seja pelo governo ou pelas instituições científicas (ARANHA, 2014), em razão da importância ímpar da atividade científica na construção do território. Isso possibilitava conhecer os espaços

---

<sup>128</sup> Extremo-Oeste Paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação. Tese de Doutorado em História, Unesp/Franca. 2007.

considerados ignotos, fornecendo um cabedal de informações, levantamentos e mapeamentos que serviam como estratégias de conquista e controle<sup>129</sup>. Aqueles patrocinados para a viagem até Misiones eram argentinos e não europeus, de modo que era muito comum no século XIX a realização de expedições estrangeiras no interior de territórios americanos. Embora possuem seus próprios interesses, havia alguns pontos compartilhados com a visão de mundo da ilustração europeia, tais como: exaltação da razão, da modernidade e da “raça” branca. O contexto e as relações políticas desses viajantes forneceriam o tônus que atribuiria contornos argentinos às leituras espaciais e simbólicas construídas, que giravam em torno da incorporação dessa área para efetivar o domínio na porção que estava em litígio com o Brasil. Os viajantes, com o respectivo ano da viagem, são: Ramón Lista (1882); Rafael Hernandez (1983); Eduardo Ladislao Holmberg (1886); Juan Batista Ambrosetti (1891;1892;1894); Florencio de Basaldúa (1897;1898) (ARANHA, 2014, p.21). Algumas dessas expedições possuíam outros interesses particulares, mas convergentes com aqueles aqui já citados. A exemplo, menciona-se Basaldúa, que na viagem de 1897/1898, tinha como objetivo coletar produtos de misiones para a exposição de Paris. Esse participou ativamente do ambiente das ciências naturais ligadas ao Museu de Ciência Natural de Buenos Aires, à Sociedade Científica Argentina e ao Instituto Geográfico Argentino. Foi designado para ser representante da Argentina nas exposições de Chicago (1893) e Paris (1900). Nessa última teve como temas os produtos de Misiones, Corrientes e Entre Rios (ARANHA, 2014).

Para a dimensão simbólica, a produção de ideologias geográficas em torno dessa área encontrou um momento profícuo e oportuno, devido ao expansionismo brasileiro para Oeste. Das inspirações mais notórias que influenciaram os ilustrados argentinos, situou-se, inegavelmente, a ideologia do Destino Manifesto – usada para identificar os contextos que julgavam como manifestação da “barbarie interna”. Essa influência é presente nas autoridades políticas, a exemplo de Sarmiento<sup>130</sup>, que buscou em Frederic Jackson Turner, autor da *Frontier Thesis*, inspiração para entender o contexto vislumbrado em finais do século XIX, alinhando a partir dessas fontes as ideias para o porvir. A influência da ideologia era notória também naqueles viajantes acima mencionados, que se deslocaram pelo Rio Paraná ou

---

<sup>129</sup> A importância da ciência na construção do território era tanto que em 1875 foi promulgada a lei de exploração científica dos territórios nacionais. (ARANHA, 2014, p.63)

<sup>130</sup> Domingos Faustino Sarmiento foi Presidente da Argentina no período de 1868-1874. Durante o período de governo federalista, permaneceu exilado no Chile onde escreveu “Facundo: Civilizacion y Barbarie”, uma biografia do caudilho Facundo Quiroga, o que demonstrava já postura política de Sarmiento contra o caudilhismo do Governo Rosas e seu regime. Defendia que os ideais da cidade e luzes deveriam se impor aos valores e costumes do campo, indícios de caudilhismo, atraso e barbárie. Simpático aos ideais do positivismo, é indicado como um expoente do romantismo argentino, integrando a *generacion del 37*.

Uruguai até atingirem a região missioneira. O termo “Destino Manifesto” foi cunhado pelo editor-jornalista John O’Sullivan no seu artigo *Annexation*, publicado na *Democratic Review*, em 1845, o qual visava legitimar a anexação do Texas aos Estados Unidos da América – EUA. Gradativamente, o termo ganhou sentido pragmático. Os EUA acreditavam ser uma nação escolhida por deus para levar adiante a civilização aos outros povos. Todavia, os argentinos compreendiam que não apenas os *yankees* foram escolhidos por deus cristão, mas eles próprios também (ARANHA, 2014).

Zeballos, importante figura política para a época e para o presente trabalho, que era integrante da *Generacion del 80*, também compartilhou do ideário do destino manifesto argentino, que, frente aos problemas fronteiriços com Chile e Brasil, demandava uma ação civilizadora capitaneada pela população branca e civilizada da Argentina para com essas áreas. A legitimidade desse protagonismo à população argentina devia-se ao fato de os outros dois países estarem mergulhados na mestiçagem das raças, sendo portanto, incapazes de levar a civilização aos povos ainda acometidos pela barbárie. É interessante assentar que exatamente esse ponto foi usado arditamente pelo governo brasileiro na fronteira com Argentina, ao instituir que durante a atuação das duas colônias militares na área litigiosa, a concessão de terras fosse para os nacionais (luso-brasileiros e demais que assim se identificassem), evitando inserir o elemento estrangeiro nessa área, nesse contexto de disputas territoriais. A busca por colonos de origem europeia aparece nos relatórios da Colônia Militar do Chapecó somente após o Tratado de Palmas, seja pela resolução dessa questão, seja pela conjuntura local<sup>131</sup>.

Esses viajantes, adotando a Europa como inspiração, mas com olhos a mirar o modelo advindo dos *yankees*, pensaram e interpretaram Misiones a partir de uma barbárie interna, uma vez que discordam que todo o país deve ser considerado como barbarie devido a porções do território (geralmente litoral) que já são tomadas como civilizadas. Não poderiam conceber a si, representantes da alta sociedade portenha, como bárbaros, porque isso seria acatar a inviabilidade e a impotência dos mesmos para conduzir o processo civilizador. Desse modo, o discurso recebe conotações internas, delineadas a partir do conjunto de interesses e valores compartilhados por aqueles que se auto-atribuíam a tarefa dirigente da sociedade. Ao mesmo tempo em que assumiam as rédeas do poder, assumiam as rédeas da “civilização”.

---

<sup>131</sup> Pela conjuntura local refiro-me a dificuldade de deslocamento de produtos agrícolas para comercialização, o que desmotivava os colonos-militares a desenvolver produção comercial. No relatório de 1904, indicando como possível solução para baixa produção agrícola, foi sugerido além da construção de vias, a concessão de títulos de terras a colonos europeus identificados pelo autor do relatório como mais inteligentes, laboriosos e industriais.

As expedições constituíram um dos meios para exploração geográfica do espaço envolto em um suposto objetivo de produzir um vasto e exaustivo conhecimento do território. Fato que demonstrava a capacidade do Estado de conquistá-lo não apenas com armas, mas também por meio do saber, dando a esse uma utilidade pragmática que consistia no desenvolvimento econômico como percurso para o desenvolvimento e o progresso. Sob influência do positivismo, enquanto sistema político e ideológico, entendia-se o progresso como crescimento econômico e modernização, além da manutenção da ordem pública, para se chegar ao destino resguardado pela providência, sem desavenças e com tranquilidade.

Conforme destacado anteriormente, a atividade voltada para o mercado externo, desenvolvida pelos grandes proprietários, era majoritariamente a pecuária e o plantio de cereais. Então, cabe aqui a interrogativa sobre qual razão Misiones era visto como importante espaço estratégico e se conectava com a ascensão econômica dos ganaderos da região pampeana. A Argentina foi inserida na Divisão Internacional do Trabalho no século XIX, vinculada ao modelo agroexportador, sobretudo por atividades de carnes e cereais, enquanto as demais províncias, que tinham suas economias “isoladas”, foram inseridas no mercado interno: Tucuman e Jujuy na produção de açúcar; Chaco e Formosa, algodão, vinho em Cuyo; e Misiones responsável pelo abastecimento de mate (ARANHA, 2014; SOUVI, 2010). Posto isso, o desenvolvimento dessa atividade com fins de atingir independência comercial era um objetivo evidente, o que reduziria os gastos com a importação do mate brasileiro, fortalecendo ainda mais a economia interna. Igualmente, as Quedas do Piray/Iguaçu eram cobiçadas como importantes fontes de energia para potencializar o desenvolvimento de diferentes atividades, conforme pode ser constatado com a citação de Basaldúa que já apresentamos há pouco.

Diante desse contexto, tornava-se necessário mapear, identificar, descrever e conhecer uma área que, de certa forma, permanecia ainda ignota. O conhecimento geográfico torna-se importante ferramenta para a valorização simbólica e elemento do discurso nacional dessa área. A combinação entre a política e ciência, tão comum nos processos de formação territorial, adquiria contornos e ênfases “do processo civilizador” e conteúdo “missioneiro”. A disseminação desses relatórios de viagens, ocorria, sobretudo, por meio do Instituto Geográfico Argentino, que atuava em consonância com as ideologias assumidas pelo governo (ARANHA, 2014).

O povoamento era uma temática pertinente no pensamento político, social e territorial do período, frequentemente associado à capacidade do Estado de efetivamente ocupar seu espaço. Por conseguinte, dar condições para o crescimento de sua sociedade também era

preocupação para com essa região. Para o geógrafo alemão Friedrich Ratzel<sup>132</sup> “a densidade populacional produz não somente a continuidade e certeza de um forte crescimento, mas também um imediato progresso da civilização”. A caracterização como espaço da barbárie também estava vinculada a essa questão, porquanto ocupada por guaranis e mestiços, a região não dispunha de uma ocupação efetiva e dentro dos padrões esperados – como núcleos urbanos, vilas etc. Assim, era tecido um discurso que a colocava como espaço de barbárie, que na linha evolutiva da humanidade, após a expulsão dos jesuítas, havia sofrido um recesso que devia ser retomado pelo processo civilizador.

Como pano de fundo do processo civilizador do século XIX, há um componente territorial sob uma ótica interna e externa também. O Estado brasileiro se fazia presente na fronteira de forma efetiva, ao contrário do país vizinho. A presença do Estado era reclamada pelos viajantes oficiais (como Ambroseti, Basaldúa, Lista), que interpretavam ser de extrema importância a presença não apenas na porção Oeste de Misiones, mas também no Leste, na proximidade da fronteira com o Brasil.

Quando Ambroseti (1893, p.133 apud ARANHA, 2014, p.81) ultrapassou a fronteira internacional, interpretou a ação do Estado brasileiro pela criação da Colônia Militar do Foz do Iguaçu como um expansionismo carregado de valores civilizadores que lembravam os norte-americanos.

Em la Colonia s notaba bastante movimiento. Aquel Pueblo formándose em médio de la selva virgen tenia algo de norte-americano. Por todas partes el sonido seco del hacha al herir los árboles, el ruido terpitante finalizando con el golpe rudo junto com la quebrazon de ramas de estos al caer, semejante à una fuerte detonación, los gritos de trundo de los hacheros, el chisporrotei de los rozados al arder, semejante à un flerte tiroteo entre espesas columnas de humo y al lado de eso, las sierras, martillos, etc., funcionando en la construccion de los ranchos, y el chilido de las alzaprimas tiradas por bueyes transportando madera, llevaba de animación en la construcción de los ranchos.

O mesmo Ambrosetti também percorreu outras vilas brasileiras<sup>133</sup> e também a Colônia Militar do Alto Uruguai, o que conseguia fazer por deslocar-se pelo rio Uruguai e não apenas pelo rio Paraná. O viajante apontava esse cenário como indício de que o Brasil estava na frente do processo civilizador, de modo que se fazia presente de forma efetiva nas extremidades de seu território. A ocupação brasileira, mais efetiva e muito próxima à área litigiosa, possuía uma carga simbólica considerável em um contexto em que o povoamento

---

<sup>132</sup> Ao longo de todo o trabalho a referência à Ratzel é motivada com o intuito de incorporar no texto partes do pensamento social, político e geográfico que circulava durante os finais do século XIX e início do XX.

<sup>133</sup> São Luiz das Missões, São Miguel das Missões, Santo Ângelo, Campo Novo, São Borja e Uruguaiana. O viajante realizou duas expedições, uma em 1881 e a outra em 1887.

servia como argumentação jurídica nas conquistas territoriais – o que, de fato, foi usado pelo plenipotenciário brasileiro no arbitramento de 1895.

Ao mesmo tempo em que a floresta era identificada como espaço de barbárie, também fornecia subsídios para a construção de discurso nacionalista. A paisagem natural era caracterizada por elementos de floresta subtropical, o que a tornava distinta em relação às demais, como o Pampa e a Patagônia. Fornecia elementos para construir a simbologia em torno da identidade, sobretudo as Cataratas do Piray/Iguaçu, em um discurso que articulava elementos do romantismo e questões geoestratégicas conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Tenia el projecto de subir el “Alto Paraná” hasta el Gran Salto de “Yguazú” ó “Victoria” que és uma de las maravilhas naturales que contiene nuestro pais. Me habia propuesto llegar à él, trepar à la cumbre y colocar la bandera Nacional sobre el grueso penhasco que se destaca como um colosso dormindo em el centro del torrente (HERNANDEZ [1893] apud ARANHA [2014]).

Por outro lado, a própria natureza era indicada como fundamental para levar o processo civilizador, em especial pelas águas que possibilitam a navegação. A natureza era um combustível e não um entrave. Assim, o Rio Paraná, como via fluvial que permitia ligação entre Buenos Aires à Misiones, possibilitando que o Estado, através de suas ações, ou mesmo empresários argentinos se deslocassem pelo rio Paraná para atuar nessa área em que “barbárie e riqueza” se confluem a espera da ação da Pátria Branca.

Para instigar possíveis investimentos, os viajantes usavam o emprego da iconografia para tornar conhecida a beleza e a magnitude das Cataratas, a exemplo de Lista que incorporou desenhos das Cataratas para que as mesmas fossem conhecidas pelo leitor. Essa construção simbólica em torno de Misiones e das Cataratas tinha como intuito incorporá-la como parte do Estado Argentino, tornando-a parte do discurso nacionalista com a disseminação de suas características paisagísticas. Desse modo, a paisagem, seja na representação, seja na descrição, era importante elemento sob o qual articulavam-se estratégias políticas e sociais para amalgamá-las aos sentimentos patrióticos. Dos seis viajantes que partem de Buenos Aires para o extremo nordeste argentino, apenas um não usa de iconografias.

Nas expedições desses viajantes, a fotografia foi usada como forma de registrar a veracidade de alguns argumentos, como: a existência das ruínas das missões jesuíticas que comprovavam o presença espanhola nessas paragens – essa era uma das argumentações usadas por Zeballos e que era já partilhada pela comunidade portenha (ARANHA, 2014); as recentes construções para demonstrar o avanço do processo civilizador orquestrado pela



burguesia argentina, além de despertar interesses nos empresários para efetuar investimentos na área – na atividade do mate, de madeiras. Assim, os relatórios desses viajantes eram compostos por imagens de residências, pelas ruínas de San Ignacio no Alto Paraná, portos existentes ao longo do Rio Paraná ou Rio Iguazú, clareiras na mata para indicar a existência prévia de picadas, bem como para a colheita e o deslocamento de erva-mate. Os portos ao longo do Rio Alto Paraná (Argentina), identificados com nomes dos *pioneers* que realizaram a construção desses empreendimentos, tais como Bertoni, Blosset e Tarascón, tinham o intuito de demonstrar que o avanço do processo civilizador estava em curso (ou seja, era o momento de fazê-lo), bem como mostrar a possibilidade de desenvolvimento de atividades comerciais em meio ao *desierto* para a conquista do “oro verde” (ARANHA, 2014, p.161).

#### 04. 03. A interiorização do Império e defesa das fronteiras: a importância das Colônias Militares para o expansionismo imperial brasileiro na bacia platina

A questão da fronteira Oeste na Bacia Platina era fundamental para a manutenção do território das oligarquias brasileiras, bem como pela importância do prestígio geopolítico que a mesma possuía<sup>134</sup>. Diferentemente das questões territoriais anteriores, como das Guianas, a disputa era com um país latino-americano e não mais um país europeu. Isso implicava nas questões de equilíbrio de poder e influência na Bacia Platina.

Nesse contexto, as colônias militares podem ser compreendidas como mais uma estratégia de conquista territorial e defesa de fronteiras que foi empregada no regime imperial, sobretudo após 1850. A prática de implantar povoados, sejam militares ou civis, foi uma estratégia recorrente na conquista da América portuguesa<sup>135</sup>, bem como na dilatação das fronteiras brasileiras. Essas criações visavam consolidar a posse de áreas que eram alvo de constantes disputas. Posteriormente, serviram de inspiração para que no interior da prática imperial, esse regime criasse sua forma de interiorização.

---

<sup>134</sup> A importância da Questão de Misiones/Palmas pode ser identificada na figura do Coronel José Bernardino Borman que foi comandante da colônia militar e também chefe de comando de fronteira quando eclodiu a Revolução Federalista que ocorreu. A trajetória de Bormann indica o caráter militar e fronteiriço. No IHGB registra-o como “foi desbravador de terras e demarcador de fronteiras, dedicando-se a estudos científicos da terra, da gente e da história militar”. Foi também Chefe do Estado Maior do Exército, Ministro da Guerra, ministro do Supremo Tribunal Militar e vice-governador do Paraná. A biografia demonstra que a problemática que envolvia essa fronteira era de alta significância para o Governo Brasileiro.

<sup>135</sup> Roberta Marx Delson. Novas Vilas para o Brasil Colônia. Planejamento espacial e Social no Século XVIII. Brasília; editora ALVA-CIORD, 1997.

Se observarmos os motivos da criação desses empreendimentos, existem algumas semelhanças e diferenças. Além da defesa em relação à expansão de territórios estrangeiros, também visavam ao controle da população interna: nativos, quilombolas e pobres livres e populações tradicionais que se formavam por diferentes áreas. Conquistada a estabilidade política com redução das possíveis revoltas regionais e centralização do poder, conformou-se como contexto adequado para o governo deliberar sobre questões territoriais e econômicas, nas quais as colônias militares são inseridas como estratégias que atendem à ambas demandas.

É nesse quadro que foi desenvolvida uma política de colonização militar, expressa em alguns preceitos jurídicos: em 1850, através da Lei Imperial nº555 foi aprovado que o orçamento do governo central o estabelecimento de presídios e colônias militares, atentando a sua mais adequada organização, indicando que deveriam ser implantadas dentro de uma “zona de dez léguas contígua aos limites do Império com Países estrangeiros, e em terras devolutas”<sup>136</sup>. Predominantemente, essas instituições tiveram a finalidade de catequizar os indígenas que residiam nessas áreas, servir como baluarte para o povoamento populacional. Portanto, concediam títulos de terras a colonos, militares ou não, para exploração do solo e das riquezas naturais localizadas nas proximidades, de modo que essas aglomerações poderiam ser convertidas em importantes estabelecimentos de produção econômica para o país. Dar apoio à circulação de mercadorias e pessoas, ou por meio da navegação fluvial, ou das tropas. Por fim, tornar exequível a exploração dos territórios, que ainda permaneciam sem exploração integrada ao sistema capitalista.

Era compreendida como uma medida mais adequada e cabível às condições orçamentárias do Império do que a criação de ferrovias – que também era um meio de para “dirigir pessoas para os desertos”, conforme pode ser visto em Couto Magalhães (pg.68 apud BRÜGGMANN, 2013, pg.37/38)

Além do meio de fazer estradas de ferro para desertos (meio que não esta ao nosso alcance) a colônia militar é o único de que dispomos para dirigir população para lugares desabitados. A experiência do tempo do domínio português o prova. Os presídios e registros militares (eram os nomes antigos) foram fundados com um destes quatro fins:

1º Impedir que os espanhóis ultrapassassem os limites de suas fronteiras.

2º Impedir incursões de selvagens contra nossas populações.

3º Criar núcleos de população ao longo do sertão, naqueles lugares onde uma solução de continuidade entre as populações podia impedir que o centro do governo se comunicasse com as extremidades.

4º Impedir o extravio dos direitos que a metrópole percebia sobre ouro e diamantes.

---

<sup>136</sup> BRASIL, Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

Ao total foram 29 colônias criadas, que possuíam objetivos comuns, como também alguns mais específicos. Para as colônias implantadas nas proximidades e nos Campos de Palmas, é muito evidente que dentre suas funções estava o exercício de poder, motivados sobretudo pelas relações internacionais, porém, sem desvincular-se com o poder interno. É relevante apontar que a divulgação do mapa em 1881, foi a pedra de toque para que o governo brasileiro efetivamente implantasse duas colônias militares (do Chapecó e do Chopim) próximas à área litigiosa no ano seguinte. As colônias tinham como objetivos defender a fronteira, realizar concessões de terras, desenvolver atividades econômicas, proteger os habitantes dos Campos de Palmas, Guarapuava, Erê e Xagu contra a incursão dos índios e chamar os ditos índios à catequese, à “civilização”.

Couto Magalhães (p.182, 1875) apud Bruggmann (2013, p. 74) acreditava que:

A colônia militar, promovendo a população e conseqüente indústria em terras centrais, é um instrumento de progresso e riqueza, que não será perdido para o futuro, criando valores onde eles não existem, e facilitando solo a sem número de braços que já o não possuem. Foi por meio desta instituição que povoamos partes muito importantes do nosso interior, das quais algumas estão hoje convertidas em florescentes cidades. Por meio delas catequizamos no Pará milhares de índios que, de bárbaros que eram, foram a princípio excelentes soldados, e depois extratores de produtos naturais, que no vale do Amazonas, representam hoje muitos mil contos. Estes fatos provam que, mesmo em nosso País, essa instituição não foi estéril nos tempos passados.

Eram identificadas como instrumentos que poderiam promover o desenvolvimento de atividades econômicas, bem como abrir novas frentes de colonização. É evidente que a prática da implantação das colônias militares não correspondeu a uma ação isolada no território meridional, mas parte de uma política de exercício de poder sobre as posses mais interioranas, próximas a limites não estabelecidos, cujas fronteiras eram demarcadas por porosidade e transitoriedade de pessoas e mercadorias. O comércio de mate, embora conferisse possibilidade de comercialização dos produtos confeccionados nas vilas e, e seguida, nas próprias Colônias Militares, pelos colonos-militar<sup>137</sup>, majoritariamente foi compreendido como atividade suspeita, pois para realizá-la era motivado um contingente significativo de pessoas (mais ou menos 600). A exemplo disso, é oportuno incorporar a mensagem do Coronel Marcondes de Sá, parte integrante do relatório que esse realizou ao explorar a estrada aberta entre Paraná<sup>138</sup> e Corrientes. Para Marcondes:

---

<sup>137</sup> FREITAG, 2007.

<sup>138</sup> No relatório ele não menciona textualmente de qual localidade do Paraná é iniciada essa exploração, porém se observada a planta de levantamento que integra esse relatório é possível afirmar (com certo grau de segurança) que parte da própria vila de Palmas.

Urge que o governo tome, quanto antes, medidas enérgicas para segurar a posse destes terrenos, aliás interessantes pela sua uberdade e pela navegabilidade dos rios dos rios que os regão, manancial de riquezas em um país central, sendo que de Corrientes penetra-se cada vez mais para o nosso lado em demanda da herva-matte, negócio rendoso nessas paragens. É digno de notar que os estabelecimentos de feitorias de herva são quase todos pertencentes a brasileiros estabelecidos em Corrientes. Parece ser política de Corrientes a favorecer a entrada da população por estas matas, ultimamente concede aos brasileiros terras nas costas do Alto Uruguai e que alguns possuem estabelecimentos próximos ao Xaçecó. (MARCONDES DE SÁ, 1864, p.09)

Nos parágrafos seguintes, o Coronel expressou qual medida compreendia como enérgica para não perder as posses desses terrenos: “uma colônia nas margens do Uruguai tras verdadeiras vantagens, e visa a antecipadamente que deve florescer, pois ali Collono acha o que exportar logo em sua entrada” (MARCONDES DE SÁ, 1864, p.09), e que nessas condições, a vila de Palmas também poderia funcionar como porto de exportação para controle e tributação das mercadorias. Quinze anos após a elaboração desse relatório, foi implantada a Colônia Militar do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, as margens do rio Uruguai.

A implantação de uma estrutura administrativa estável conferia maior presença e controle da área fronteira – diferentemente da Argentina que conseguiu presença estatal por meio das viagens oficiais. Essa presença constante imprimia uma nova relação entre sociedade e espaço a nível local, a partir da construção de uma base material e organizacional que ampliava sua influência para além da área da Colônia. Os trabalhos de exploração de terrenos adjacentes, o que demandava percorrer áreas não integradas à colônia, implicava na vigilância dos fluxos e acontecimentos que poderiam conferir suspeitas. Isso implicava também na instalação de uma estrutura que conferisse ao Império a vigilância da área e a elevação do controle dos fluxos areolares. Nessas circunstâncias, é possível considerar que sede da Colônia Militar do Chapecó representava a consolidação de uma nodosidade (RAFFESTIN, 1993) da tessitura do Estado Imperial que mantinha sob sua influência uma área além dos limites dessa sede.

O conceito de nodosidade advindo da ideia de uma rede/tessitura, que alguns pontos correspondem aos “nós” que consolidam essa rede<sup>139</sup>, além de contemplar a propriedade de ponto implantado e envolvido em uma tessitura de poder, também nos permite designar as ações e práticas de comandar, controlar uma extensão. Essa propriedade de influência ao entorno, consubstanciando uma área sob regência de um dado poder, advém não da ideia de

---

<sup>139</sup> Para Raffestin (1993) a composição de uma tessitura é feita por linhas e nós que compõe uma “rede”, a tessitura.

nó, mas da natureza do aparato administrativo implantado: o controle geoestratégico da fronteira se consolidava para além das delimitações da sede da colônia, mas no controle e vigília do entorno. Tratava-se, portanto, da consolidação de um campo operatório de ações militares e não militares, mas que em conjunto pudessem conferir uma diferenciação funcional ou impor um ordenamento/controle dos fluxos.

Desse modo, seria a representação espacial de um poder político que interioriza sua vigilância frente a um contexto de expansão e conseqüente litígio, cuja finalidade primordial, mas não única, era a construção de elementos materiais e imateriais que garantisse a incorporação ao patrimônio territorial do Império.

Havia, assim, uma concepção pragmática de que nessa área demandava-se a necessidade de implantar responsabilidades administrativas e militares para fins geoestratégicos. Era um mecanismo que além de marcar presença brasileira, quando adicionada a Vila de Palmas, ampliava a subordinação dessa área ao controle brasileiro.

O cumprimento da defesa de fronteira foi um objetivo traçado em conjunto com a necessidade de executar uma organização social, política e geograficamente nos moldes de um novo tempo orquestrado pelos conceitos de civilização e progresso<sup>140</sup>. Sem ignorar as especificidades dessas organizações políticas ibero-americanas e do lugar de que as mesmas dispunham na estruturação da economia-mundo, é possível identificar uma busca recorrente a alguns conceitos que serviam como modulares para o desafio de organizar-se política, social e geograficamente ao longo da toda segunda metade do Oitocentos, bem como início do século XX. A formação do estado territorial não deixava passar despercebido que as representações sócio-políticas do período eram consideradas como importantes balizas para identificar Estados que efetivamente conseguiam governar seu patrimônio territorial (ou aquele que julgavam sê-lo). Em outros termos, era a manifestação de qual Estado possuía mais capacidade de articular essa área com a própria expansão da economia que se alastrava pelo mundo por meio de ferros e fios. Essas representações foram incorporadas no discurso do Rio Branco como demonstrações da capacidade brasileira de colaborar com a missão de levar a civilização às áreas ainda ignotas. Bem como, não passaram despercebidas pelos viajantes argentinos conforme exposto no subitem anterior.

---

<sup>140</sup> A influência da Revolução Industrial, Revolução Francesa e o desenvolvimento da filosofia iluminista foram experiências históricas que alteraram a concepção e parâmetros para balizar o desenvolvimento das sociedades e a forma como essas se organizavam. Desse modo, visualiza-se que alguns dos seus vocábulos foram incorporados no pensamento político e social em períodos posteriores, servindo como indicador de um novo tempo desejado por segmentos sociais que comandavam os órgãos políticos ou faziam uso de instituições político.

O fato de o Brasil estar desenvolvendo povoados por meio das colônias militares na área fronteira era usado como indício de que estava cumprindo com a corrida para povoamento e cumprimento do destino e missão de levar a civilização aos diferentes recônditos da terra. Para Zeballos, a imensidão do território brasileiro tornava impossível a tarefa desse Estado efetuar o povoamento de toda a extensão territorial. A importância do povoamento e da construção dele via *uti possidetis* foi incorporada por Rio Branco no dossiê arbitral:

Em 31 de dezembro de 1890, data do último recenseamento a que se procedeu no Brasil, a população da comarca de Palmas era de 9.601 habitantes, dos quais 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros. A parte contestada dessa comarca tinha então 5.793 habitantes, sendo brasileiros 5.763 e estrangeiros 30. Entre esses não havia um só cidadão argentino. O número de prédios urbanos e rústicos era de 1.004. (RIO BRANCO, 2005, p.61)

Se no período Setecentista existia um ajuste entre as práticas toponímicas com os tribunais internacionais para decisão de posses territoriais, em finais do século XIX e início do século XX, esse ajuste vai desembocar muito sobre os conceitos de progresso e civilização. Nessa perspectiva, a implantação de povoados com estrutura que os interligasse alguma entidade administrativa era usado como importante demarcador de capacidade de produção territorial nos moldes nesses ideários modernos. Ainda dentro dessa concepção que investia em classificações e hierarquizações para as diferentes formas de organização espacial, conservando um viés dicotômico como sertão-litoral (Brasil) ou campo-cidade (Argentina), também era demarcador do progresso a presença de elementos tecnológicos representantes desse novo tempo histórico: como o telégrafo e ferrovia.

Os brasileiros já desfrutavam de uma linha de navegação de Curitiba, pelo Iguazu, que permitia chegar no Mato Grosso. Na corrida do processo civilizatório da região fronteira o Brasil já havia levado o telegrafo até a Vila de Palmas, Vila de Boa Vista e também nas quatro colônias militares<sup>141</sup>. Igualmente, o Brasil já dispunha de algumas ferrovias que interligavam o interior das Províncias com o litoral, como é o caso da estrada de ferro que ligava Uruguaiana à capital Porto Alegre<sup>142</sup>. Na Província do Paraná, havia ferrovia de Paranaguá com direções a Castro e também a Ponta Grossa. Na mesma carta que demonstrava esse trajeto, registrava-se a projeção de prolongamento para alcançar o limite internacional

---

<sup>141</sup> A República Argentina que, havia conseguido implantar até Corrientes as linhas telegráficas, todavia não existia ainda ligação com o extremo nordeste.

<sup>142</sup> Uruguaiana está situada não muito distante de São Borja, Cruz Alta e Santa Maria – sendo essas últimas vilas interligadas com os Campos de Palmas devido as tropas.

com o Paraguai e Argentina, margeando o curso do Rio Iguaçu<sup>143</sup>. Nessa representação cartográfica, a área litigiosa entre os dois países aparece em proporções menores, envolvendo apenas Campo Erê. Publicado durante o período mais crítico do litígio servia também para endossar a capacidade do Estado brasileiro em construir meios de ocupar as áreas interioranas.

A comparação com os EUA, pelo discurso do Destino Manifesto e toda a ideologia em torno do mesmo, servia para indicar o “curso natural” que a sociedade deveria tomar. Por outro lado, informava quais os valores e elementos que compunham o pensamento ilustrado do período acatado por diferentes países. A importância desses valores na própria composição simbólica no campo das relações internacionais pressionava para que os países em litígio, Argentina e Brasil, buscasse dar concretude no espaço poderia significar a conquista de porções territoriais em disputas.

Ainda tomando como base a importância da imagem do progresso e da civilização que eram ressaltadas no período, é válido recorrer a imagem da *American Progress* (1872), pintura de John Gast que representava a simbologia do Destino Manifesto. Uma pintura rica em detalhes, os quais enunciam os ideais e as interpretações sobre o processo de dilatação das fronteiras do ecúmeno. Há uma alusão clara ao avanço tecnológico que consubstancia a incorporação de áreas parcamente ocupadas ou ainda isoladas, como pode ser percebido nos elementos representativos da ferrovia e da navegação a vapor. As linhas do telégrafo são esticadas para estabelecer laços entre o espaço de origem e os locais que são envolvidos nessa tessitura. Os símbolos do progresso são levados rumo a Oeste, que sob tons escuros está envolto na escuridão da humanidade. Conforme a Columbia avança lança luz sob a escuridão desses espaços, cuja gradiente da claridade/escuro propõe uma noção de passagem histórica. Ainda é possível visualizar na mão direita um livro, emblema da educação e testemunho da sociedade iluminista.

---

<sup>143</sup> Mapa Geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba e seu prolongamento até a Foz do Rio Iguaçu nos limites do Império com as Repúblicas Argentinas e do Paraguay. Companhia Geral de Estradas de Ferro Brasileiras, 1883.



Figura 05: “American Progress” – pintura alegórica à marcha para o Oeste nos EUA. Pintura cromolitografia. Fonte: Library of Congress. Acessado em: <http://hdl.loc.gov/loc.pnp/cph.3b52137>

Era um momento de incremento das relações internas do país, acompanhada da montagem de um aparato administrativo, que permitisse a penetração no vasto território. As colônias serviriam de base de suporte para auxiliar as forças governamentais em situações de instabilidades e distúrbios civis ou agressões estrangeiras. Havia, ainda, o desígnio de auxílio para explorar e dominar o território, de modo, que “acreditava-se que as colônias militares poderiam auxiliar a pacificação do interior por meio do policiamento das estradas, rios e florestas, livrando-os de índios hostis, escravos fugitivos, bandidos e outros elementos incômodos para o controle da sociedade” (BRUGGMANN, 2013, p. 41).

Em relação ao objetivo econômico, acreditava-se que poderiam estimular o povoamento no interior expandindo o comércio, indústria e comunicação para o interior. Acrescenta-se, ainda, que estes adentramentos territoriais consistiam em estratégias para tornar apta a colonização propriamente dita (núcleos coloniais – venda de terras) inclusive fazendo as tribos indígenas se afastarem para evitar confrontos. Para Bruggmann as colônias militares “abririam novas áreas de colonização” (2013, pg.45), servindo também para testar o



potencial de cada região, uma vez que estes requisitos também eram observados para escolher a área de implantação das colônias militares.

#### **04.04. “O Peperi vale mais que o Nicarágua” ou “as Cataratas do Iguaçu valem mais que as Quedas de Niágara”? Os interesses nas disputas territoriais da Questão de Misiones/Palmas**

Ao longo da pesquisa, frequentemente foi lançada a interrogativa dos interesses por detrás da Questão de Misiones/Palmas. Não é novidade que as disputas territoriais são tecidas no bojo de interesses econômicos, no nosso estudo exemplificadas, especialmente, pela atividade ervateira, madeireira e por questões de deslocamento e circulação de mercadorias, a fim de atingir o interior do Brasil central ou o Atlântico, importância que o Barão do Rio Branco expressou no excerto que compõe o título desse item: “O Peperi vale mais que o Nicarágua<sup>144</sup>”. A referência que o plenipotenciário indica é claramente a navegação, apresentada como fundamento dos direitos soberanos brasileiros sobre esse território, conforme já foi explicitado no trecho em que o Barão do Rio Branco apresenta os fundamentos brasileiros. O domínio da navegação, bem como seu melhor aproveitamento e sua exploração, era condição ansiada em um período de intensas inovações tecnológicas, as quais poderiam implicar na agilização da circulação de mercadorias, pessoas e informações, o que resultava em maior dinamismo para as atividades econômicas e também maior integração com os demais centros econômicos distribuídos pelo território. O escoamento pelo Rio Jangada ou mesmo Chopim, que desemboca no Santo Antônio, permitia acesso tanto à porção central do Brasil, como à saída para o Prata, sem necessariamente ter que se chegar até o litoral. Igualmente, o raciocínio pode ser aplicado à navegação no Rio Uruguai, que transportaria mercadorias e pessoas do vale que o entorna (já cobiçado como área para povoamento) para atingir o estuário platino.

O levantamento técnico para averiguar as condições de navegabilidade do Rio Uruguai, com o intuito de melhorá-las, foi efetuado pela Colônia Militar do Alto Uruguai

---

<sup>144</sup> Mensagem dirigida a Salvador de Mendonça datada do ano de 1894: “Salvador [...] Abandonei-o hoje no Senado porque o discurso estava interminável. Cheguei no hotel tive conversa muito agradável sobre o Pepery, que vale mais que o canal da Nicarágua. A conversa foi com pessoa de maior competência n’este negócio de Pepery-Sto Antônio.” Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil. Salvador de Mendonça foi fundador do Clube Republicano, conjuntamente com Quintino e Saldanha Marinho, que divulgava os ideais do grupo. É indicado como o precursor da aproximação com os EUA antes desse alinhamento adquirir oficialidade através de convênios e acordos.

(XAVIER, 2013), bem como as condições de deslocamento fluvial foram observadas ao longo de todo os trabalhos demarcatórios, a exemplo do que consta no Relatório da Segunda Partida ao afirmar que “(...) a corredeira dos Macacos Brancos de perigosa navegação quando o rio está cheio a qual termina pouco acima da estação 12, dois insignificantes arroios entre as estações 7 e 9” (ARGENTINA/BRASIL, 1903, p.11). Os recursos fluviais mencionados como limítrofes pelos argentinos se constituíam para os brasileiros como alternativas importantes para os produtos de áreas interioranas, como Campos de Palmas, Mato Grosso, noroeste rio-grandense etc.

As vias terrestres que interligavam os Campos de Palmas a outras regiões do Brasil, seja em direção setentrional, seja em meridional ou oriental, eram escassas, de condições de deslocamento ínfimas, de modo que não conseguiam reduzir as “barreiras geográficas” que demarcavam a área fronteira. Nessas condições, o deslocamento fluvial permitia agregar alguma velocidade e se constituíam quase que a melhor opção desse espaço em questões de fluidez.

A despeito de todos esses elementos da navegação serem importantíssimos, expressos na correspondência entre Barão do Rio Branco e Salvador de Mendonça, não introduziam novos elementos que pudessem dar pistas para outras possíveis atividades ou explorações que eram vislumbradas e que justificassem a importância com que a Questão foi tratada no período.

Uma análise conjunta das documentações técnicas produzidas pela Comissão Científica Demarcatória Mista, com os relatos dos viajantes que realizaram expedições oficiais de Buenos Aires à Misiones<sup>145</sup>, ressaltaria a importância dos recursos fluviais para além da navegação, mas também para a geração de energia possibilitada pelas Quedas do Iguazú. Nos relatórios técnicos não há registro escrito que evidencie a importância geoestratégica e econômica em torno das Quedas, nem mesmo no dossiê do Barão – no qual poderíamos encontrar alguma anotação convergente com os interesses brasileiros. Entretanto, nos relatórios produzidos pela Comissão Demarcatória, é o lugar que teve maior número de registros fotográficos capturados, organizados na imagem abaixo, bem como outros registros dispersos e apresentados isoladamente. Dos demais locais registrados, o número máximo de fotografias capturadas foi de duas – como a Colônia Militar do Alto Uruguai. A Figura 06 está aqui reproduzida como se encontra no Livro de Atas da Segunda Partida. Com o título de “Cataratas do Iguassu” ou “Salto de S(anta). Maria”, sendo esta última identificação

---

<sup>145</sup> Acessados em Aranha (2014).

conhecida pelos argentinos e, inscritos em letras menores e com tonalidade mais clara, a imagem permite um panorama das Cataratas, bem como uma visão por diferentes ângulos. Embora cada imagem menor não possua identificação, deduzimos que são os registros dos diferentes saltos que existiam e que, conjuntamente, formavam as Cataratas. Registrados isoladamente, bem como compostos por uma visão maior das quedas (como nas duas imagens centrais das linhas superior e inferior), ou ainda capturadas com considerável afastamento do foco, possibilitando o registro da paisagem terrestre (como as duas últimas imagens da linha inferior, quando a contagem iniciada a partir do lado esquerdo), possibilitavam ao leitor, predominantemente pessoa pertencente ao Estado, devido à natureza do documento, uma prévia da paisagem que mesmo nos confins, pertencia ao patrimônio territorial.

Naquele momento, a tecnologia disponível não oferecia de imediato estrutura e engenharia para transformar o potencial energético, nem para assegurar sua transmissão. Contudo, o contexto histórico, constituído sob a ideologia do positivismo e de significativas heranças das Luzes da Ilustração, permitiu que uma fé inabalável na capacidade humana de atribuir pragmatismo à natureza situava as quedas e os saltos como um importante elemento para o progresso da Nação – aquela que tivesse ganho de causa da questão litigiosa. Mesmo que não fosse possível um imediato aproveitamento, tratava-se de um importante recurso a ser adicionado ao patrimônio territorial – ambição alimentada por ambos os países.

Basaldúa, efetuando comparação com as cataratas *yankees*, destaca que a situada na bacia platina era mais opulenta e, embora não apresentasse os dados de medição, cogitava-se que sua força motriz era dez vezes superior à da Niágara, medidas por Carl Wihlmen Siemens. Em paralelo, a referida afirmação trazia iconografias que demonstravam referida opulência.

Así como la belleza natural de las cataratas del Ú-guazú, con su esplendoroso marco de flores, de isipós y de orquídeas, bajo del dossel de un cielo espléndido, es inmensamente superior à la beleza del Niágara, encuadrada em la sombría vegetación borel; así también la fuerza de las mil cascadas em que se subdivide el Ú-guazú és por lo menos diez veces mayor que su rival norte-maericana, que el sábio Siemens há estimado em 16.800.000 – dieciséis millones ochocientos mil – caballos-vapor. El magnífico paisaje encierra, pues, tesoro inagotable de fuerzas latentes que em dia no lejano transformarán los ingenieros argentinos em manantiales de civilizacion, llevando á través de una red de cales à todos los âmbitos de la República torrentes de luz, de calor y de fuerza eléctrica recogidos em turbinas al pié de las cascadas. (BASALDÚA, 1901, p.166 apud ARANHA, 2014, p.148).

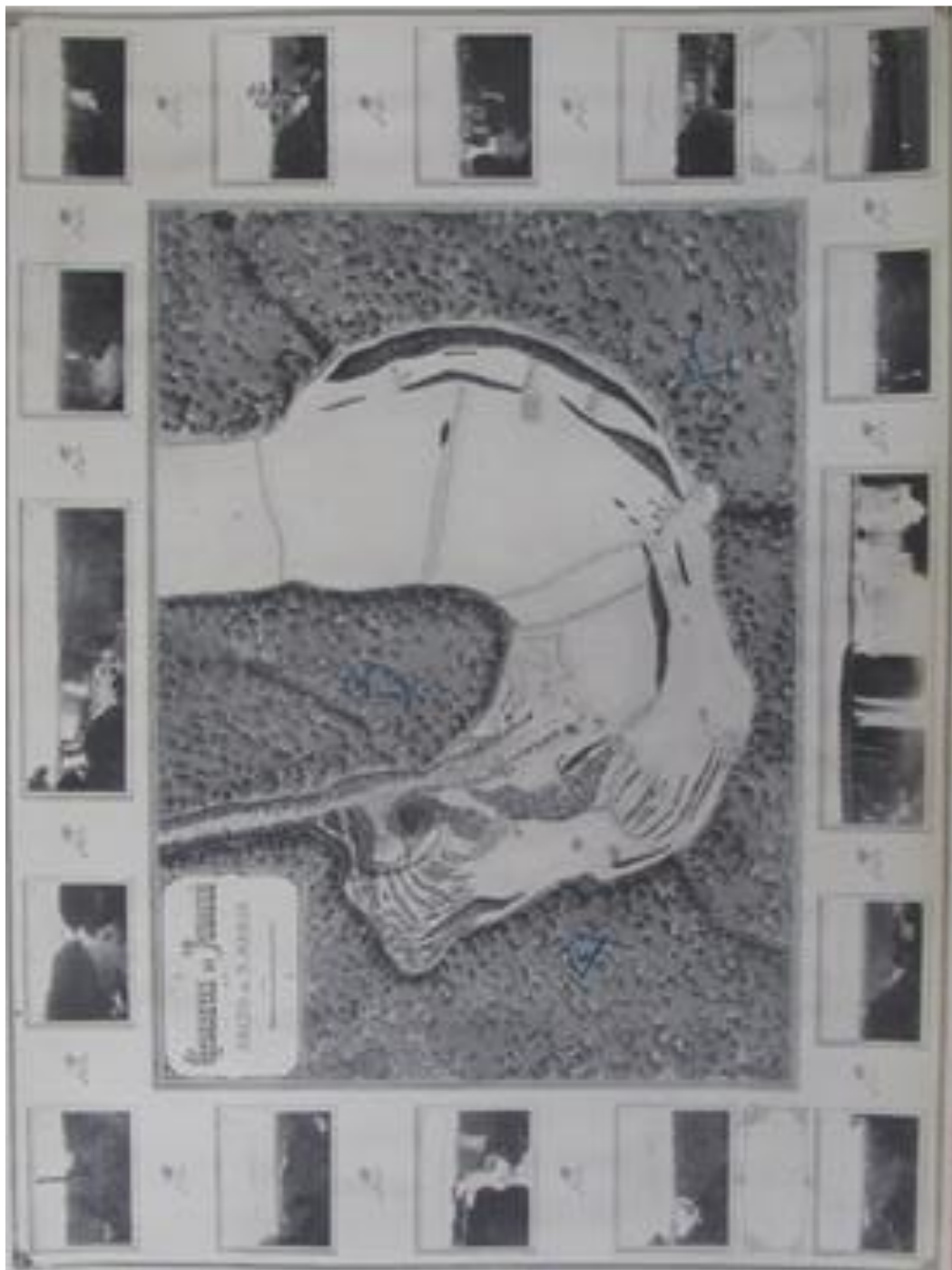


Figura 06: Página que contém o mosaico de imagens capturadas durante os trabalhos demarcatórios entre os dois países, sob o título de “Cataratas do Iguazu ou Salto de Santa Maria”. Fonte: Livro de Atas da Segunda Partida. Comissão de Limites entre o Império do Brasil e a República Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro, RJ.

Conforme demonstra o trecho acima, as Cataratas do Iguaçu foram comparadas às Cataratas do Niagará, e igualmente foram temas da Exposição Científica de Buffalo em 1901, nos EUA (ARANHA, 2014, p.16). Junto com o mate, são elementos de valorização do território de misioneiro, usado pelos argentinos tanto para atrair investidores, bem como para afirmação de sua posse sobre o território.

Para Lisboa Nobre (2012), a primeira república brasileira pode ser caracterizada por significativo esforço na modernização do setor elétrico no país, que visavam aproveitar os saltos na produção da “hulha branca”. Porém, ressalta Magalhães (2007B) que o setor mais serviu para busca de lucratividade do que verdadeiramente para propulsionar o esperado “progresso”, já que este exige políticas sociais incompatíveis com o pensamento liberal-conservador que comandava a política brasileira. Partilhava a ideia que a crença na ciência voltada para as questões nacionais era uma manifestação de patriotismo dos sujeitos.

Ao final do século XIX, foi construída a primeira hidroelétrica no Brasil, situada em Diamantina, utilizando as águas do Ribeirão do Inferno, afluente do Rio Jequitinhonha. No alvorecer do século XX, nas águas do Rio Tietê, na Cachoeira do Parnayba, foi construída, pela Light and Power, a primeira grande instalação hidroelétrica, com capacidade de fornecer 8.000 cavalos-vapor (NOBRE, 2012). Em 1901, a capacidade foi dobrada. Fomentadas pela demanda da indústria crescente, nos primeiros anos do século XX, inúmeras outras hidroelétricas foram criadas na região sudeste, aproveitando as cachoeiras e enconstas da Serra do Mar. Tornou-se fato raro a cidade, ou mesmo a fazenda, que não dispunha de suas própria hidroelétrica para o desenvolvimento da indústria (NOBRE, 2012). Sob as torres de transmissão e baragens construídas para controlar a vazão hídrica, o espaço era reconstruído imprimindo-se as feições de uma época movida pela esperança do progresso, mas sobretudo definida e composta por interesses mercantis.

O processo de urbanização e desenvolvimento industrial, principalmente no Sudeste do Brasil, exigia investimentos na busca de fontes energéticas para essas atividades. A introdução dessa energia, durante a República Velha, e suas aplicações domésticas, comerciais e industriais passaram a ser vistas como oportunidades para investimentos e obtenção de lucro, o que fomentou a formação de companhias para aquisição das concessões nesse setor. Assim, formavam-se importantes companhias que funcionavam como monopólios, a exemplo da Light and Power. Se no período anterior ao Tratado de Palmas, o

Estado não havia estatizado o setor de energia<sup>146</sup>, haveria ao menos de buscar manter sob sua jurisdição os recursos que instigassem o investimento de capitais estrangeiros e o desenvolvimento de atividades lucrativas – como foi em torno das Quedas do Iguaçu, consistindo em uma prática conciliatória entre os interesses industrializantes e simplesmente comerciais (MAGALHÃES, 2007)<sup>147</sup>.

Embora raramente sejam mencionadas as quedas e os saltos durante o litígio com a Argentina, em outras documentações posteriores a importância desses recursos naturais começa a tornar-se mais visível. A exemplo, observa-se, no Mappa do Estado do Paraná confeccionado por Romário Martins<sup>148</sup>, em 1919, que traz em escala menor do que aquela usada para representar o Estado, a representação das Quedas do Iguaçu, o que permite dar destaque às suas configurações geográficas, informando “Missões > Território da República Argetina”, do lado ocidental das Quedas, bem como informa Estado do Paraná e não Brasil para as posses brasileiras. Essa gradativa inserção e exibição das Quedas permitiu efetuar uma valorização simbólica circunscrita aos limites brasileiros e também paranaenses (FREITAG, 2007).

Tal peça cartográfica pode ser compreendida à luz dos dois litígios que caracterizaram os Campos de Palmas, sendo que com a Argentina, além de ter o domínio das Quedas como um dos motivos principais, também deve ser considerada a grande existência de obras distribuídas ao longo dos rios limítrofes e da ocupação, circulação e exploração que eram efetuadas a partir dessa atividade. O segundo litígio com o estado de Santa Catarina<sup>149</sup> foi resolvido apenas três anos antes da publicação desse mapa e por isso, pode justificar a escrita “Estado do Paraná”, como uma forma de reiterar sua soberania sobre áreas que haviam sido disputadas por longo período.

---

<sup>146</sup> O que realizou somente em 1937 durante o Estado Novo (NOBRE, 2012).

<sup>147</sup> Energia, industrialização e a ideologia do progresso. In: Projeto História, São Paulo, n.34, p.27-47, jun.2007

<sup>148</sup> Romário Martins foi intelectual e político que muito atuou nas práticas de apropriação simbólica da oligarquia paranaense durante o litígio territorial com o Estado de Santa Catarina, sendo contratado pelo Estado do Paraná para produzir a documentação que comprovasse os direitos paranaenses sobre os Campos de Palmas. Para mais informações sobre essa temática pode recorrer ao Capítulo 05.

<sup>149</sup> A ser analisado no próximo capítulo.

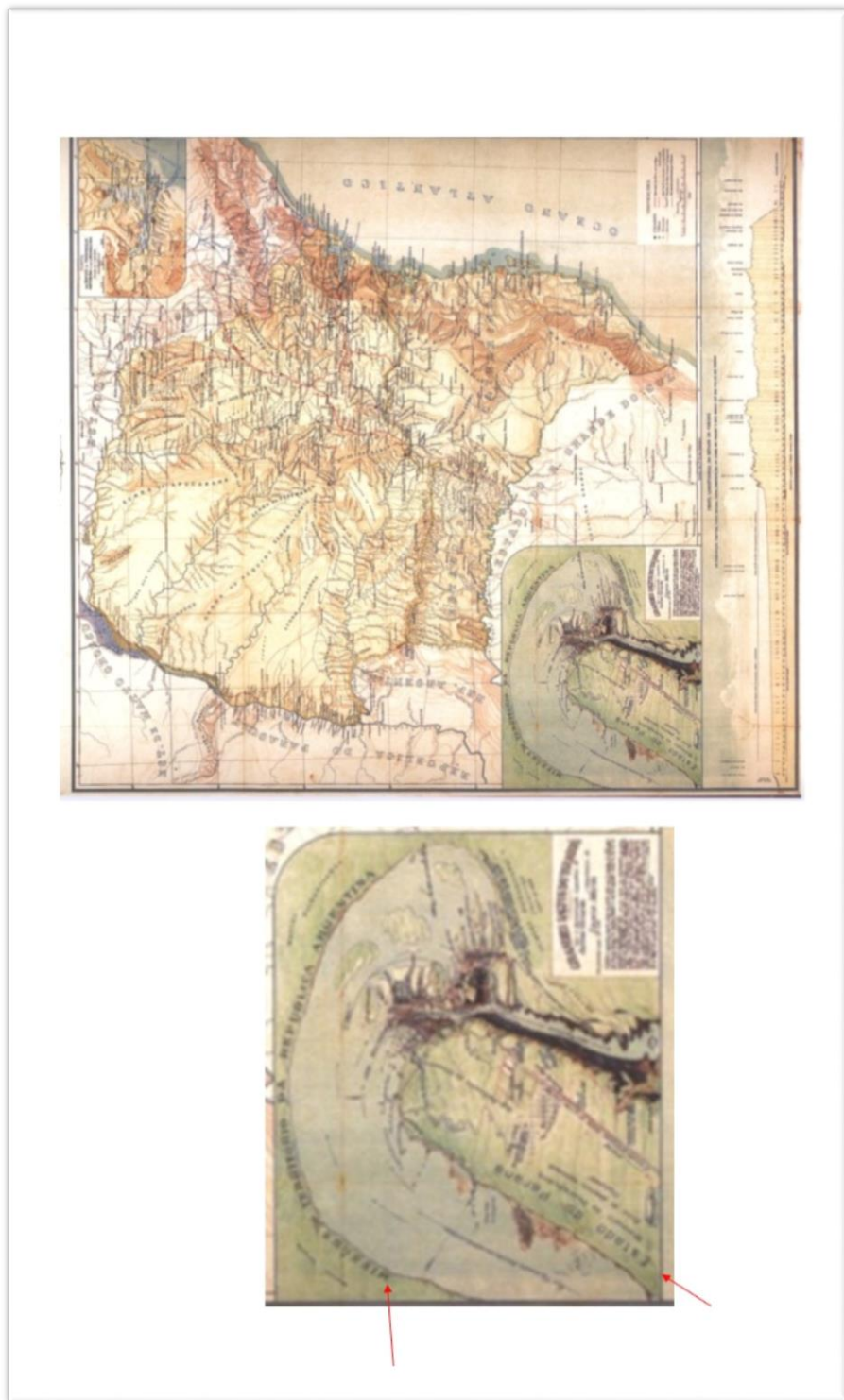


Figura 07: Mosaio com o Mapa do Estado do Paraná – 1919, feito por Romário Martins e a esquerda detalhe da representação das Quedas do Iguazú. Org: MORAES, C.

#### 04.05. Aproximações políticas: a moeda de troca territorial

Conforme exposto anteriormente, a resolução do litígio implicava em relações de poder econômico (potencial energético) e simbólico (fortalecimento da imagem do Estado vencedor). Da mesma forma, poderia resultar na estabilidade política territorial no Cone Sul. Este último fator era uma condição necessária para a realização de investimentos e desenvolvimento do mercado interno. Por outro lado, no contexto internacional, destaca-se para o enfraquecimento da Inglaterra e a emergência dos EUA como centro detentor da aplicação do capital financeiro (ARRIGUI, 2008). Adiciona-se a isso o fato de que desde a década de 1870, as transações comerciais entre Brasil e Estados Unidos da América cresciam, sobretudo para atividade cafeeira.

As aproximações e os alinhamentos políticos e econômicos com as Estados republicanos do continente americano também possuíam viés simbolista e representacional. A aproximação do Brasil com as demais Nações latino-americanas surgiu em conjunto com a própria representação e o simbolismo que eclodiu com a queda do regime monarquista. Com a emergência da República, buscaram os republicanos aproximar-se de tudo o que o Império havia afastado quanto às questões políticas: distanciado das demais Nações latino-americanas devido às suas revoltas civis que eclodiram conjuntamente com esse regime, mas que também se assemelhavam às revoltas regenciais, a República Brasileira, em um primeiro momento, buscou alterar sua postura em relação a todos e, gradativamente, é que as relações adotaram um tônus mais *yankee*.

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil no direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam {...} O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte<sup>150</sup>

No plano simbólico, o abandono da monarquia representava uma ruptura definitiva com o passado europeu para instauração de um novo tempo, no qual se aproximava dos demais países latino-americanos. Essa aproximação era caracterizada muito por questões políticas e ideológicas, a partir da adoção do mesmo regime governamental. Para Carvalho

---

<sup>150</sup> “Manifesto Republicano de 1870” apud PESSOA, Reynaldo Carneiro. A ideia republicana no Brasil através de documentos. São Paulo: Alfa-ômega, 1973, p.60.



(2013B), era o romantismo do Manifesto Republicano de 1870 que animava a inclinação dessas relações com os países até outrora desprezados.

Dentre essas aproximações, as relações com a República Argentina recebiam atenção especial, seja pela importância que a mesma possuía quando comparada às demais, seja pela existência de questão litigiosa. Na Revista Ilustrada<sup>151</sup>, na edição do dia 14 de dezembro de 1889, foi veiculada uma imagem que disseminava a ideia de aproximação e amizade zelada entre os dois Estados. De autoria de Pereira Neto, intitulada “08 de dezembro de 1889”, trazia a seguinte legenda: “Após um longo período de desconfianças, a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil sellam o pacto de uma franca e impenetrável amizade”. O acompanhamento das relações diplomáticas com a República Argentina efetuado pelos jornais e meios de comunicação reforça a importância que a causa já tinha adquirido no contexto da geopolítica platina. Eram estes mesmos jornais lidos e arquivados pelo Barão do Rio Branco para acompanhar o conjunto de informações, opiniões e ideias que pudessem servir de instrumentos na condução das decisões<sup>152</sup>.

No ano seguinte, ainda com premissas republicanas de boa cordialidade entre as Nações Republicanas, Quintino Bocaiúva<sup>153</sup> propôs à República Argentina a partilha da área contestada correspondendo à porção mais a Oeste para a Argentina e mais a Leste para o Brasil. Em 1890, por intermédio de uma negociação sigilosa de Bocaiúva, foi acordada a partilha amistosa do território. O acordo conhecido como Tratado de Montevideo foi uma proposta rejeitada pelo Congresso Nacional brasileiro, que compreendia a área como sua por direito. Referida posição de recusa da partilha foi compartilhada por demarcadores de limites, demais ministros do Estado, imprensa e plenipotenciários (CARVALHO, 2013), conforme ilustrou o Jornal Dom Quixote, cuja imagem está na Figura 08.

---

<sup>151</sup> A Revista Ilustrada foi uma publicação satírica, política, abolicionista e republicana fundada no Rio de Janeiro, que teve circulação de 1876 a 1898. Possuía uma tiragem semanal de 8 mil exemplares. Pereira Neto foi o caricaturista da Revista, dirigindo-a de 1889 a 1895, sendo que após essa data, passou novamente a ser dirigida por Ângelo Agostini, o fundador.

<sup>152</sup> Conforme é possível constatar ao observar o arquivo “Limites Setor Argentina – Questão das Missões – Retalhos de Jornais e Impressos – 1880/1894”. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

<sup>153</sup> Republicano e foi o primeiro ministro das Relações Exteriores no novo regime.



Figura 08: Caricatura do jornal Dom Quixote, na qual a República brasileira se opõe a partilha de Missões (criança). Legenda da Caricatura: Pelo Tratado de Montevideo em 25 de janeiro de 1890, o Sr. Cleveland teria de transformar-se em Salomão dando metade a cada parte contendora. A Nação brasileira, porém, oppoe-se a isso indignada, como boa mãe que era. Fonte: VASCONCELLOS, 1954.

Todavia, esse “romantismo” identificado por Carvalho não ficaria apenas nas questões imateriais – a aproximação política poderia servir como moeda de troca para acordos e apoios em situações que necessitassem de posicionamento dos demais países. Como caminho para reverter esse posicionamento hostil, até então sustendo em relação aos países mais próximos, competia uma aproximação, procurando inserir-se internacionalmente por meio de uma atuação no próprio continente americano – como a participação nas Confederações realizadas entre os países americanos. Buscou alinhar-se a Nações que adotaram o mesmo regime político, dado que partilhavam da mesma base teórica e ideológica que advém com a República. No imaginário da época, americanismo e republicanismo partiam de uma mesma base ideológica e simbólica, partilhavam de valores convergentes – o que explica o rápido reconhecimento do regime republicano pelas repúblicas latino-americanas, ao contrário das monarquias europeias (MAGNOLLI, 1997).

Por outro lado, os EUA já atuavam nesse rosário de políticas e ideologias de aproximações americanas com a Doutrina Monroe e também com a ideologia do Destino Manifesto. Sua presença era materializada tanto como parceiro de negócios quanto como

fonte inspiradora para a construção de projetos ideológicos a outros países que aspiravam construir um caminho próximo daquilo que era lido e discursado como o modelo ideal.

Como política *yankee*, a Destino Manifesto reincorporou concepções da Doutrina Monroe, fazendo desta a premissa para embasar suas relações exteriores com os países do continente americano. A doutrina Monroe foi elaborada em dezembro de 1823 pelo Presidente James Monroe, por meio de uma mensagem ao congresso norte-americano que, frente às reivindicações russas de intervenção na costa noroeste da América do Norte, repudiava uma nova colonização europeia, estabelecendo uma linha divisória entre o Novo e Velho Mundo. Propunha que as antigas colônias seguissem um curso autônomo às antigas metrópoles, mas não descartava a influência ou aproximação de outras relações, a fim de auxiliar o desenvolvimento dessas antigas colônias. O que está implícito nessa proposta é a circunscrição de áreas de influência para os países que desfrutavam de posições e funções centrais na economia mundial. Para a Europa, a atuação dos EUA a partir dessa premissa não desagradava no todo, dado que garantiria a estabilidade política para a continuidade das transações econômicas adquiridas por muitos investimentos ali efetuados (CARVALHO, 2013B).

Décadas mais tarde (1845), a ideologia do Destino Manifesto foi elaborada por O'Sullivan para legitimar a anexação do Texas aos EUA, agregando-se à Doutrina Monroe. Em conjunto atribuíram conteúdo às práticas imperialistas estadunidenses. Logo, o avanço da “marcha civilizadora” sobre espaços e povos que ainda estavam em condições compreendidas como bárbaros correspondia à materialização dos desígnios da humanidade atribuída pela providência divina. A doutrina do Destino Manifesto reconhecia a existência à sociedade norte-americana mesmo antes de sua consolidação, visto que foi atribuída pela providência divina (que a tudo criou com propósitos já pré-estabelecidos, inexoráveis no decurso da história), o que designava, portanto, uma excepcionalidade a esse povo. Competia aos mesmos levar o progresso, a civilização a outros povos que ainda permaneciam envoltos na “luz da escuridão”. Criaram-se modelos de posturas a partir de experiências sociais (os *pioneers*), que postulavam e prescreviam uma determinada conduta considerada como crucial ao desenvolvimento da Nação – em outras palavras: aderir a esse conjunto de valores e práticas era demonstração de patriotismo. Funcionou, portanto, como racionalizador do desenvolvimento do capitalismo em áreas de economia natural ou com baixa produção de valores de trocas. Desse modo, essa ideologia do Destino Manifesto garantia o direito de expansão territorial.

As duas ideologias, Monroe e Destino Manifesto, que se agregam à prática *yankee* e ao seu desdobramento no interior dos demais países, por suas classes dirigentes, formam o arcabouço das políticas territoriais dos países, sobretudo entre finais do século XIX e início do XX. Tratava-se da constituição de práticas imperialistas que não se restringiram apenas às relações econômicas, mas consideraram o âmbito cultural, o que as levou a elaborar (ou retomar) um conjunto de representações sobre as razões dessa presença, forjando uma comunidade imaginada em busca de atingir Estados democráticos e civilização à todos os povos americanos.

Dessa forma, visualizam-se as classes ilustradas, brasileiras e argentinas, ao conceberem e identificarem suas “próprias” barbáries, seus atrasos, a partir de uma escala interna para que, sob esses espaços e povos, pudessem atuar com base naquilo que consideravam válido<sup>154</sup>. Igualmente, os pressupostos do positivismo – como ordem, progresso, exaltação da indústria e da ciência – formaram o arcabouço interpretativo desses lugares considerados bárbaros (sobretudo no século XX), bem como a sustentação ideológica das políticas públicas. Ainda dentro dessa perspectiva, a natureza passa a ser contemplada não apenas por suas questões estéticas, mas por um olhar pragmático, que presente na ideologia do Destino Manifesto, era uma visão de mundo partilhada por diferentes países, incorporada em instituições científicas<sup>155</sup> que usavam do seu status de validade para reiterar concepções, tornando-as científicas e constituídas (supostamente) por interesses universais.

A constituição republicana nos Estados Unidos como organização social e política de êxito era um dos discursos mais difundidos no período, conquistando espaços das feiras, em critérios de ordem econômica, institucional ou civilizatória. Essa imagem apoiada em um discurso positivo se incutia como um modelo institucional para o Brasil no contexto da *Belle époque*. Essa ascensão e consolidação como protagonista nas relações internacionais já eram cobiçadas e construídas por conjuntos ideológicos internos que consagravam ao povo norte-americano uma função predestinada pela providência divina. A disseminação dessa concepção ocorria por meio da circulação de informações entre autoridades políticas e segmentos ilustrados, que muitas vezes atuavam em outros países em cargos públicos – como o próprio Barão. Ou, ainda, por meio das Exposições Universais, que se constituíam como espaços para

---

<sup>154</sup> Para o exemplo da Argentina pode ser mencionada a identificação do Chaco, Patagônia e Misiones como áreas bárbaras, empregando a significação de deserto. Para o Brasil, nomeando-as como sertão, pode-se mencionar diferentes áreas como o atual Oeste paulista, Oeste catarinense, Goiás e também áreas não litorâneas do estado da Bahia – como Canudos. Em suma: as áreas que naquele momento ainda não dispunham de uma organização social voltada para economia capitalista eram identificadas como sertão/bárbaras.

<sup>155</sup> Instituto Histórico Geográfico Catarinense, Sociedade de Geografia Brasileira e também da própria Sociedade Positivista.

reafirmar a categorização das nações, entre atrasadas e avançadas, compartilhando ideologias, interesses e negócios (ZUSMAN; 2013, SOUSA NETO; 2012, PESAVENTO, 1994).

A mudança no regime de governo em 1889 acarretou mudanças na condução da política externa, redefinindo o eixo de Londres para os EUA<sup>156</sup>. A impregnação de novos ideais em conjunto com o novo regime foi presente na atuação do Ministério das Relações Exteriores, consistindo no que pode ser identificado como “americanização” das relações exteriores. Contudo, essa mudança não foi facilmente construída, dado que os primeiros anos republicanos foram marcados pela turbulência, como no governo provisório (1889-1891), no governo constitucional (1891) e também no de Floriano Peixoto (1891-1894). A existência de diferentes vertentes no interior do pensamento republicano, como jacobinismo e positivismo, atribuía agitação aos anos iniciais da formação. As revoltas que eclodiram em diferentes regiões do país denunciavam a situação delicada da transição, demonstrando a vulnerabilidade do regime. Essas podem ser exemplificadas pela Revolta da Armada<sup>157</sup> no Rio de Janeiro, movimento de Canudos no estado da Bahia<sup>158</sup>, ou pela Revolta Federalista<sup>159</sup> que se instaurou no Rio Grande do Sul. Essa revolta próxima a uma área litigiosa tornou a situação internacional ainda mais crítica e preocupante, a ponto de ser unificada a atuação das quatro colônias militares (Alto Uruguai, Chapecó, Chopim e Iguaçu), sob a instituição do Comando Geral de Fronteira. Este último sob responsabilidade do Coronel Bormann na Colônia Militar do Chapecó atuou para conter o avanço da revolta para o sentido Noroeste do Rio Grande do Sul, mantendo-a em cerco na cidade de Nonoay<sup>160</sup>.

A estabilidade foi atingida em proporções razoáveis somente com o governo de Campos Salles (1898-1902) e também com Rodrigues Alves (1902-1906). Neste último governo é que novas estratégias e diretrizes foram introduzidas a partir da atuação do Barão

---

<sup>156</sup> Ainda para pressionar esse afastamento está o fato que Londres permanece como Monarquia, enquanto que EUA já havia aderido ao regime republicano, partilhando ideologicamente os mesmos valores e ideais que os estados latino-americanos passaram a incorporar no rol discursivo e político a partir da adesão à República. Embora são questões do âmbito ideológico e político, essa aproximação de regimes políticos aproxima os países, favorecendo a construção de alianças, inclusive econômicas.

<sup>157</sup> Instaurada após a renúncia do Presidente Deodoro, sendo que a presidência foi assumida por Floriano Peixoto que após assumir o governo destituiu Governos que apoiavam Deodoro. Esse fato foi o estopim para a eclosão de divergências, expressadas sobretudo na oposição dos militares da Marinha no Rio de Janeiro.

<sup>158</sup> Ocorreu entre os anos de 1896 e 1897. Foi movimento social que emergiu em um contexto de forte violência social e econômica, acirrada por relações de poder entre os latifúndios e sertanejos.

<sup>159</sup> Revolta Federalista, também conhecida como Revolta da Degola, foi organizada pelo Partido Federalista Brasileiro (de ordem ideológica liberal) e tinha como objetivo combater e destituir o Presidente do Estado do RS, Júlio Castilhos – adepto do Positivismo. Dentre os objetivos estava a instauração de uma república parlamentar, atribuição de maior poder ao governo central e eleição do Presidente dos Estados pelo Parlamento. A alcunha de Revolta da Degola, se deve à forma empregada para execução dos prisioneiros e combatentes inimigos (OLIVEIRA, 2013).

<sup>160</sup> Fundo Coronel Bormann, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundo Colônias Militares, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.

do Rio Branco, o que garantiu conquistas no cenário internacional e territorial. A aproximação com os EUA pode ser indicada como uma estratégia acertada para se obterem alguns benefícios almejados pelo governo e também por autoridades, intelectuais e políticos que partilhavam da mesma visão de situar os EUA como importante aliado, bem como se situar como um importante país. O exemplo mais notório desses resultados positivos reside nas questões fronteiriças com as demais repúblicas. O território é imprescindível para a formação dos Estados, da sua identidade e do reconhecimento de um direito de soberania e governo sobre o mesmo. Desse modo, fronteiras e limites não podem ser compreendidos apenas como questões geográficas, mas também como políticas e jurídicas.

Já no final do Império houve uma flexibilização nas questões jurídico-territoriais, sendo acatada a possibilidade do arbitramento como solução para os litígios instaurados, o que foi selado na I Conferência Internacional Americana, por atuação do republicano Salvador de Mendonça<sup>161</sup>. Para Carvalho (2013B), isso tinha como objetivo melhorar a imagem do país no sistema internacional. Esse princípio foi mantido durante o regime da República – cria-se através da aceitação do arbitramento uma “janela” para trocas e relações.

O novo regime político no Brasil foi reconhecido pelos Estados Unidos em 1890, e logo em seguida, em 1891, foi celebrado o tratado comercial entre os dois países, que acreditavam ser a melhor expressão de cordialidade (CARVALHO, 2013B). Em período muito próximo a esse acordo, foi realizada a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), convocada pelo governo norte-americano, teve um caráter essencialmente comercial. A conferência que era disseminada para tratar dos assuntos dos interesses das Nações americanas, todavia servia como instrumento para canalizar as relações a serviço dos objetivos econômicos e financeiros dos EUA, visto que essa economia se encontrava em crescimento, com o intuito de definir sua área de influência (CARVALHO, 2013B; ZUSMAN, 2013; MARIA RÉ, 2010).

O Tratado de 1891 previa um redirecionamento nas relações comerciais do Brasil, em virtude de há algum tempo esse permanecer com estreitas relações com Londres, de onde também recebia investimentos de capital, enquanto que com os EUA vendia mais do que comprava. Assim, visando diminuir essa desproporção, foi proposto o acordo firmado entre os ministros norte-americano e brasileiro, respectivamente Blaine e Mendonça, como um convênio bilateral – “Tratado de Reciprocidade”, permitindo a entrada de uma série de

---

<sup>161</sup> Fundador do Clube Republicano, conjuntamente com Quintino e Saldanha Marinho, que divulgava os ideais do grupo. É indicado como o precursor da aproximação com os EUA antes desse alinhamento adquirir oficialidade através de convênios e acordos.

produtos norte-americanos isentos de impostos e mais uma série com redução e 25% nas tarifas alfandegárias (MARIA RÉ, 2010). Como contrapartida, foi concedida a entrada, sem impostos, do açúcar e do couro brasileiros, bem como a continuação da isenção do café. Na visão de Mendonça, isso poderia trazer desenvolvimento para a agroindústria nordestina, não devendo o Brasil temer referido acordo, pois se os EUA não o fizessem com o Brasil, que abastecia 75% da demanda *yankee*, deveriam procurar outros parceiros, considerando que isso era um produto necessário no comércio norte-americano. Por outro lado, esse acordo tornava mais agradáveis as relações entre os fazendeiros nordestinos e o governo de Deodoro (MARIA RÉ, 2010)<sup>162</sup>.

De forma clara, o governo republicano adotou medidas que beneficiavam a economia da agroexportação, causando estabilidade econômica para os fazendeiros, buscando facilitar sua própria estabilidade política e as relações internas. Para Salvador de Mendonça<sup>163</sup>, as boas relações comerciais eram manifestações da amizade entre ambas as nações.

Sejam quais forem os argumentos da oposição que se levanta contra esse acordo – oposição que só pode nascer da ignorância dos fatos e desconhecimento das relações políticas e comerciais das duas repúblicas (o Brasil e os Estados Unidos) ou de interesses pessoais feridos pela modificação de nossa tarifa [...] esse acordo é o começo de uma nova era, quer nas suas relações internacionais, quer na economia interna dos nossos Estados, pois não só nos coloca à mão direita na poderosa União Norte-Americana, como sócia na sua política para manutenção das instituições republicanas, da paz e da prosperidade deste continente, como também nos garante o monopólio virtual deste grande mercado para os nossos principais produtos, abrindo especialmente as suas portas ao nosso açúcar e assim restaurando a riqueza dos nossos Estados do Norte.<sup>164</sup>

Todo esse contexto de aproximação política, comercial e simbólica, ao mesmo tempo que imputava mudanças no cenário interno, desfrutando de possibilidade de desenvolvimento econômico para a classe mais abastada, também servia como moeda de troca nas questões territoriais. Aqui, concordamos com Lins (1945)<sup>165</sup> e Carvalho (2013), para quem a manutenção de relações amistosas com os Estados Unidos era um meio de neutralizar os pedidos de apoio e intervenção nas questões de limites com o Brasil e as demais nações sul-americanas. A doutrina Monroe percebida com viés imperialista pelo Barão do Rio Branco

---

<sup>162</sup> A posterior livre entrada de açúcar antilhano no mercado estadunidense agravou as discussões que compreendiam o convênio como prejudicial ao Brasil, o que levou que o acordo foi anulado em 1894 devido ao seu fracasso. Antes dessa anulação, os governos da Bahia e do Pernambuco criaram uma taxa especial para os produtos norte-americanos como resposta a desvalorização do produto brasileiro (Carvalho, 2013B).

<sup>163</sup> Importante político na política de aproximação com os EUA, sendo inclusive apontado como precursor dessas relações. (CARVALHO, 2013B).

<sup>164</sup> Mendonça apud SUSSEKIND, Flora. Introdução a América Latina: males de origem. In: Santiago Silviano (Org.). Interpretes do Brasil. Vol. 01. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000.

<sup>165</sup> LINS, Álvaro.

(CARVALHO, 2013B) era também um instrumento de assegurar o território herdado do Império, mesmo que jamais expressasse essa mediação de forma clara e verbal, mas através de recursos simbólicos e ideológicos.

Nesse contexto econômico e político da República Velha, houve um realinhamento das relações internacionais para aquilo que tem sido designado como americanização das relações, sob a influência de um projeto político, econômico e ideológico dos EUA da Doutrina Monroe, que visava alinhar os países americanos em projetos convergentes, mas hierárquicos. Nessa aproximação, as noções de raça e civilização são peças importantes que devem ser levadas em consideração, pois integram o conjunto discursivo que atribui consistência aos alinhamentos tecidos por motivações econômicas. Essas outras peças, a questão do povoamento e um determinado modelo social (uma sociedade pragmática, industrializante e cientificista) se inserem em questões mais amplas do contexto que não apenas o econômico, mas o projeto de modernização social que essas autoridades buscavam. Desse modo, adquiria vigor a ideia de povoar os lugares, reforçando-o no pensamento positivista, dado que alguns elementos tomados como norteadores (tais como branquitude, hábitos culturais e sociais convergentes com a ordem social competitiva etc.), presentes nas políticas do Império, receberam continuidade e novos rótulos no período republicano. Convém salientar que esses componentes foram usados pelo Barão do Rio Branco na composição das argumentações brasileiras.

A importância do resultado positivo para o Brasil se estendia além dos 35.000 km<sup>2</sup> de território, mas simbolicamente atribuía força ao novo regime, na afirmação da certeza das posses herdadas do Império e que ainda detinham questões litigiosas a sanar. Na oportunidade, o presidente Prudente de Moraes enviou, por telegrama, suas congratulações associando-as a questões patrióticas: “Em nome da pátria brasileira agradeço inolvidável serviço pelo reconhecimento seus direitos”. As questões litigiosas seguintes levariam consigo a imagem construída em torno do Barão, atribuindo-lhe a cientificidade desejosa do período na condução das relações exteriores e litigiosas, sem centrar no quanto ao arbitramento poderia ser usado como moeda de troca entre interesses econômicos das classes hegemônicas dos países envolvidos.

#### **04.06. “Vitória dos mapas” – a moldura cartográfica para (não) entendimento das práticas de poder no litígio**



Após a leitura da decisão arbitral pelo Presidente Cleveland, que noticiou o resultado favorável ao Brasil, como resposta às congratulações tecidas por Zeballos, Rio Branco afirmou: “a vitória não é minha, não é do Brasil. É dos mapas!” (VASCONCELLOS, 1954). A peça central que o Mapa das Cortes teve na construção da argumentação brasileira não é novidade, pois foi amplamente disseminada tanto em meio acadêmico que se debruçou sobre esse evento ou personagens, como divulgado pela imprensa na época e que pode ser visualizada na Figura 09.

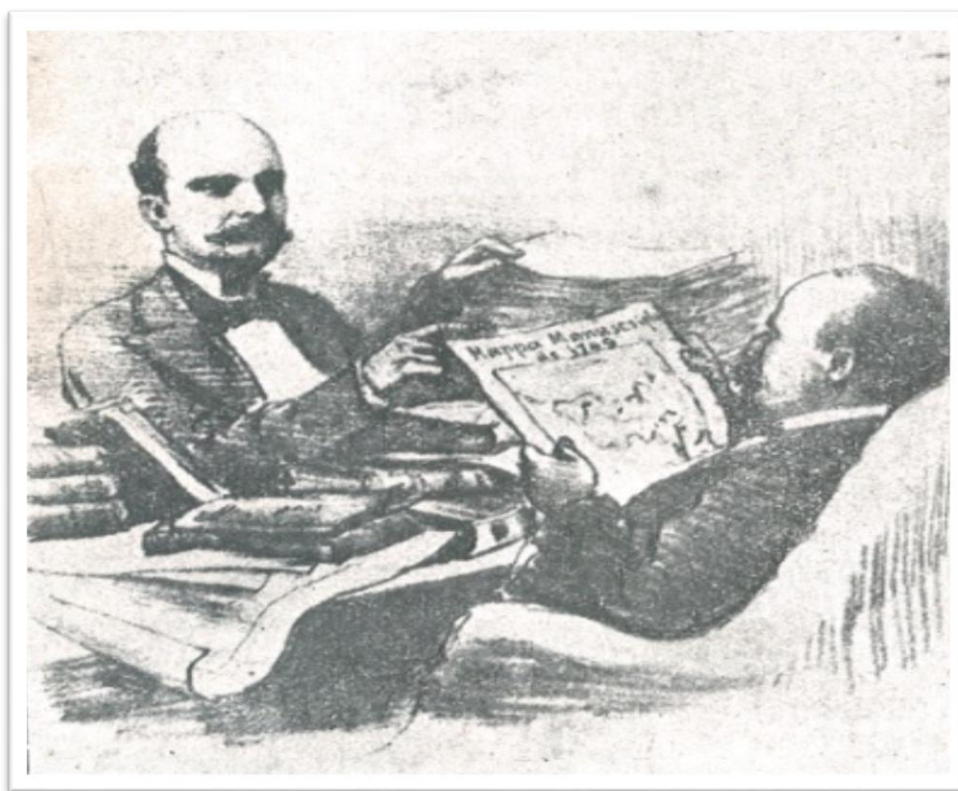


Figura 09: Imagem que circulou no Jornal Dom Quixote. Em destaque está o Mapa das Cortes disseminado como peça central para demonstrar a posse brasileira dos Campos de Palmas. Fonte: Vasconcellos, 1954.

A importância das leituras cartográficas não pode ser desconsiderada para entendimento dos trâmites e desdobramentos litigiosos, afinal realmente compuseram significativa parte das argumentações e das referências históricas daquilo que foi representado em um dado momento. Igualmente, integravam os dois documentos submetidos ao arbitramento de Grover. Não se pode desconsiderar, também, que os acordos entre as duas coroas, bem como as produções cartográficas e geográficas advindas dos tratados e das

expedições foram a referência para as decisões entre os dois Estados americanos, logo é inevitável que estejam referenciados nos documentos e na própria imprensa. Assim, existe uma coerência em mencionar alguns documentos históricos como peças centrais, como é o caso do Mapa das Cortes. Porém, a referência imediatista a esse documento, reduzindo as suas representações e linhas o potencial de resolução e definição de soberania para a área em disputa, oculta uma construção estratégica investida através da diplomacia, da cartografia e dos sistemas culturais jurídicos.

O Tratado de Madri foi inserido na historiografia das fronteiras brasileiras como muito próximo ao que é possível chamar de mito geográfico, o qual é retomado constantemente quando a discussão acerca das delimitações do território está em pauta. O aporte nessa estrutura analítica tem como consequência o ocultamento de que o próprio Tratado foi resultado condicionado pela superioridade dos conhecimentos lusos acerca da América meridional (FURTADO, 2011). Uma perspectiva que tem como consequência a minimização da moldura que o condicionava: a disputa entre as coroas por posses territoriais. Por ser indicado como fundacional das fronteiras, é nesse mesmo evento que tem repousado uma origem da constituição do território (MAGNOLLI, 1997), sem atentar para o fato de que o próprio acordo é uma conquista de um certo grupo em terras cobiçadas por outrem. Uma conquista que não foi estruturada no interior de uma cartografia desvinculada do contexto e dos interesses de sua produção. Nessa perspectiva, fica subentendido que os Campos de Palmas sempre foram da entidade geográfica brasileira. Nessas condições, os processos de disputas e embates são retirados de espectro de entendimento, repousando a análise nas questões diplomáticas e cartografia euclidiana.

Ressaltar os elementos científicos, culturais e políticos que compuseram as práticas ibéricas e que foram retomados nos permite inquirir sobre a importância da construção de uma imagem unificada dos espaços circunscritos pelas práticas de apropriação bem como valorização simbólica e representação cartográfica. Isso explica porque Rio Branco recorre às cartas de D'Anville para reforçar suas argumentações histórico-cartográficas. D'Anville em trabalho conjunto com o embaixador Luís Cunha foram responsáveis pela elaboração de uma carta que servisse de apoio para o Tratado de Madri. Logo, o percurso do discurso para sustentação das alegações brasileiras estaria mais seguro e sustentado se fosse norteado pelas práticas e decisões construídas ainda no período lusitano. Isso agrega conteúdo histórico, cartográfico e geográfico para compreendermos como as práticas territoriais metropolitanas se fizeram presentes na questão litigiosa.

Outro ponto fundamental e que encoberta toda essa prática geoestratégica dos topônimos e da atuação de D'Anville é a atribuição da *vitória aos mapas*. Essa expressão tem um valor crucial se considerarmos que no período Oitocentista, a ciência, logo a cartografia também estava envolta em uma compreensão de imparcialidade, de capacidade de representar o real assim como efetivamente correspondia. É assumida no discurso do Barão uma concepção positivista das cartografias, que tem como base uma concepção de incontestável veridicidade nos mapas, quando afirma que o ganho de causa advinha apenas a questões científicas. Isso implica em uma ocultação da construção dessas ações, sejam as representadas na cartografia, sejam as próprias práticas cartográficas, argumentativa-discursiva de Rio Branco e também as relações entre Brasil e EUA.

Essa estrutura argumentativa de recorrer à ciência para amenizar a intencionalidade de algumas práticas, é identificada na própria linguagem que o Barão emprega. Ao longo de todo o texto, dificilmente recusa as acusações direcionadas à prática luso-brasileira de interiorização e expansionismo, entretanto justifica-a pela ciência. Nessa perspectiva, a contextualidade científica é usada como uma condição dentro da qual as ações territoriais luso-brasileiras não foram motivadas com o intuito de usurpação territorial, mas pela falta de conhecimento ou de domínio técnico.

Assim, reforça a (suposta) “objetividade” na exposição brasileira, retomando desde as orientações acordadas pelas duas coroas como também na forma como interpretou as usurpações territoriais efetuadas por Portugal.

Não há dúvida que os portugueses no Brasil ocuparam uma grande extensão de terras a oeste dessa linha, mas essa ocupação se fez de boa fé durante o século XVII e princípios do XVIII, quando os cálculos de longitude não podiam ter a precisão de hoje e ainda não se tinha a medida exata de um grau equatorial. As antigas cartas da América do Sul colocavam esse continente muito mais a leste do que ele está. No último volume, da *Histoire de la Géographie de Madagascar*, M. Grandidier compara as posições indicadas em cartas dos séculos XVI e XVIII e encontra diferenças de mais de 32° de longitude (RIO BRANCO, 2002, p.72)

Ressaltou que os espanhóis também usurparam terras, como a ocupação das ilhas Filipinas, sendo, portanto, injusto acusar somente um dos lados como expansionista. Bem como o período da união das Coroas Ibéricas tornou inválida a existência de limites territoriais, o que se somaria para que as explorações adentrassem os “sertões”. Ressalta nesse período a inexatidão científica que não permitia que se conhecessem, com tamanha precisão, as reais delimitações das linhas imaginárias traçadas pela designação papal.

Outra mudança toponímica pode ser verificada quando se inserem nas análises os primeiros mapas da América do Prata confeccionados pelos jesuítas, mas atentando para a designação atribuída para algumas localidades. A exemplo da área litigiosa, apareceu nos primeiros mapas confeccionados pelos jesuítas com a designação de Ibiturunas, sendo posteriormente nomeada nos mapas do Império brasileiro como Campos de Palmas. Isso indica que houve uma ressemantização, a qual é possível indicar como hipótese sobre uma estratégia de criar condições para fixar o *uti possidetis* para as posses lusitanas.

Essa apropriação política através da toponímica foi estratégia que posteriormente foi aproveitada por Barão do Rio Branco, ao propor a alteração do nome da querela da Questão das Missões para Questão de Palmas. Para ele:

(...) o território brasileiro que a República Argentina deseja adquirir com a substituição do Peperi-Guaçú e Santo Antônio do Tratado de 1777 pelos dois rios mais orientais, inventados em 1788 e 1791, nunca fez parte da antiga Província das Missões da Companhia de Jesus no Paraguai, depois chamada pelos Espanhóis – Província de Misiones (RIO BRANCO, 2005, p.185)

A importância semântica foi retomada pelo próprio Barão do Rio Branco, quando construiu o dossiê para arbitramento. Até o final do século XIX, o litígio era conhecido no Brasil como Questão das Missões, uma vez que os argentinos alegavam que a área dos Campos de Palmas pertenceu ao domínio da antiga Missão da Companhia de Jesus do Paraguai. A Revista da Sociedade Brasileira de Geografia Tomo LII de 1945<sup>166</sup>, no artigo “O litígio entre o Brasil e a República Argentina – A questão do território de Palmas”, do ministro João Severino da Fonseca Hermes, sobre essa mudança de nome assim se refere:

O título, "A questão do Território de Palmas", que adotamos, se nos figura o único admissível para uma publicação na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, porquanto o território cuja propriedade o Brasil sustentou e o seu advogado defendeu, mantendo-o sob a soberania brasileira, constituía a maior parte da Comarca de Palmas, no Estado do Paraná. E Rio Branco assim o entendia. A nós, portanto, nos cumpre o dever de respeitar os fatos geográficos e históricos e, com eles, a razão incontestável de Rio Branco.

A mudança de nome é também uma forma de estratégia ideológica que não passou despercebida pelos meios de comunicação no período ou nos meios científicos posteriormente. As instituições do período viriam, assim, cumprir com sua função de tecer a memória histórica e geográfica da formação dos Estados territoriais, através da aceitação do

<sup>166</sup> Edição especial em homenagem a memória do Barão do Rio Branco.

discurso territorial que Rio Branco construiu naquele documento para impor uma interpretação favorável ao Brasil.

Discorrer sobre a Questão de Misiones/Palmas no final do século XIX é se debruçar sobre um evento em que foram intensificadas as ações de valorização e disputas, visando assegurar domínios, atentando para as práticas discursivas e territoriais que atribuíram conteúdo ao litígio. Não é novidade que grande parte das motivações estavam atreladas a fatores econômicos, especificamente a exploração do mate e da madeira, bem como a fatores de circulação – domínio da navegação. No entanto, permanecia com uma certa inquietação a possibilidade de existirem outros elementos a serem explorados, ou mesmo o porquê de o Tratado de Montevideo (1890) ter sido recusado pelo Congresso Brasileiro em um contexto em que o Governo brasileiro buscava demonstrar ter cessado as inimizades do Império em relação às Repúblicas Hispano-Americanas.

A resposta se estruturaria em três informações articuladas. Uma primeira é considerar que os topônimos atribuídos ainda pelas Coroas Ibéricas não eram feitos aleatoriamente durante todo o período das navegações. Mas a partir da importância dos topônimos no âmbito jurídico para a resolução de questões de posses territoriais, os topônimos passaram a ser realizados dentro de um sistema cultural e geopolítico visando demarcar as posses de cada dinastia. Kantor (2009) já chama a atenção para a existência de um sistema cultural de topônimos construídos observando as questões culturais que foram incorporadas nos espaços jurídicos internacionais – responsáveis pela definição dos limites litigantes. Como exemplo da presença cultural na atribuição de nomes a lugares, Kantor pontua de forma comparativa a prática dos ingleses com os ibéricos. Enquanto os primeiros e as vezes, os hispânicos

prevaleceu o costume de atribuir o nome da terra natal à nova pátria americana. Todavia, entre os ibéricos, a homenagem a santos e mártires cristão era uma prática comum, associando o calendário hagiográfico com as datas das “descobertas” ou da realização da primeira missa. A concessão do Padroado Régio – direito régio de controlar os rendimentos eclesiásticos e de promover a cristianização do Novo Mundo – fez com que as coroas ibéricas estimulasse a memória dos santos e mártires católicos (...) Acidentes geográficos, aldeamentos missionários e vilas coloniais apresentam as mais diversas composições entre a onomástica sacra e as línguas indígenas nativas. Veja-se os casos de: São Paulo de Piratininga (SP); Itacurussá (RJ), corruptela tupinizada da palavra cruz (curuçá + ita); Santo Antônio do Içá (AM); São Francisco de Arumã (AM), São Pedro do Jequetinhonha (MG), Santa Rita do Sapucaí (MG) (KANTOR, 2009, p.42).

A segunda informação surge diante de um argumento pontual e curto do Barão, submetido ao arbitramento. Para o plenipotenciário brasileiro era errôneo identificar a Questão como Missões como até então era chamada na Argentina e no Brasil, dado que para

ele, essa área nunca pertenceu as Companhias Jesuíticas do Paraguai. De forma mais sucinta que nos demais pontos debatidos, estrutura sua argumentação a partir dos mapas produzidos pelos jesuítas, indicando que a região se identificava como Ibiturunas. O nome atribuído simplesmente pelos jesuítas, indicava uma área externa aquela delimitada pelo povoado das Missões Paraguaias. A inquirição a ser feita nesse ponto reside em questionar sobre a importância de ressemantizar o próprio nome da questão litigiosa, se a pertinência seria somente simbólica ou poderia suscitar mais informações. Aqui consiste em uma alteração de informações, de um refazer o discurso geográfico sobre o passado e sobre o próprio acontecer dos fatos, para incrustar uma ideia que esse território jamais outra coisa que não luso-brasileiro.

A terceira informação da tentativa de identificar em uma carta as possibilidades de expansão, se a Questão de Palmas/Misiones tivesse laudo favorável para a Argentina. Ou seja, tratava-se de olhar para o mapa buscando identificar quais as leituras espaciais eram passíveis de serem efetuadas a partir de um conjunto de informações – no exercício proposto, os Campos de Palmas como pertencentes à Argentina. Caso o laudo fosse desfavorável ao Brasil, acatando inclusive a semantização de Missões para essa área e como herança argentina, e conseqüentemente toda a estrutura argumentativa realizada por Zeballos poderia atribuir instabilidade territorial à bacia platina. O que motiva esse procedimento nada mais é do que, inserir o jogo das relações de poder no cone sul. A instabilidade era um fator limitador para a realização de investimentos e empréstimos que serviam como impulsionadores para o desenvolvimento do sistema capitalista. Indefinições e disputas territoriais significavam

Isso se deve ao fato de que se reconheceria a níveis internacionais um conjunto de argumentos que poderiam ser novamente utilizados para requer a porção a Oeste do rio Paraná, interligando a área recém incorporada com o Território de Formosa – incorporado no século XIX também. Se efetuarmos uma linha imaginária que segue do Jangada para desembocadura no Santo Antônio e desse segue uma linha até Formosa verifica-se que ficaria as Quedas do Iguaçu ficaria totalmente sob a jurisdição argentina. Há uma descontinuidade na silhueta do território argentino na porção setentrional entre Formosa e Misiones – que poderia ser suprimida caso fosse incorporada a porção paraguaia ao território argentino. Remontaria a própria divisão territorial entre o Paraguai e a Argentina, após a Guerra do Paraguai.

Desse modo, o que fica evidente é que muito além de identificar efetivamente a quem pertencia a área litigiosa, integram-se como importantes questões as relações geopolíticas e de estabilidade para investimentos de capital. A aproximação brasileira com o EUA pode ser indicada como um fator positivo para que o laudo arbitral resultasse como favorável às propostas defendidas por Rio Branco.

## **Capítulo 05. Ajustes de interesses entre trilhos, terras e mate: a questão de limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná**

O presente Capítulo visa expor sobre a partilha interna do território brasileiro, especificamente sobre a definição de limites entre os estados paranaense e catarinense. De forma semelhante à Questão de Misiones/Palmas, o litígio entre os estados de Santa Catarina e Paraná foi acirrado com a expansão territorial do capitalismo que gradativamente incorporava áreas sobre sua dinâmica, sobretudo com a gradual diminuição das áreas de economia simples ou com a diminuição de áreas para novas colônias no Rio Grande do Sul, indicando a possível expansão para os fundos territoriais mais próximos. A imposição do controle estatal por parte do Governo Central perpassava a resolução desse litígio, visto que as políticas de povoamento e a criação de um espaço dedicado à produção de gêneros alimentícios demandavam a resolução dessa querela. Para os dois estados envolvidos, a posse significava ganhar ou manter significativas extensões territoriais que, assim como no litígio estudado no capítulo anterior, eram fomentadas por madeiras, mate e terras.

Conforme pôde ser observado no Capítulo 04, a atribuição de soberania sobre determinados espaços servia como moeda de troca de interesses e relações políticas, não sendo distinto quando as partilhas são realizadas no interior de um país. Assim como o controle e a posse serviriam para fins de poder econômico, a concessão de espaços serviria também como logro político<sup>167</sup>. Nessas condições, a criação de novas unidades administrativas logo após a resolução do litígio estava relacionada à gestão do território. Se considerarmos as diferentes escalas espaciais de administração territorial como cidades, vilas, comarcas etc., visualizamos que a formação do território esteve relacionada com a ampliação da partilha espacial, com o retalhamento do território, mas que conserva ou permite a conquista de uma unidade maior por parte do Poder Central.

Por envolver interesses econômicos e políticos, pode-se deduzir que a criação de províncias ou estados não era um processo simples, mas dotado de complexidade que, além de atravessar as instâncias administrativas estatal e territorial, também se incrustava nos interesses particulares dos diferentes grupos que conformavam as oligarquias.

---

<sup>167</sup> Estudando a criação das Províncias do Amazonas e Paraná no Brasil Império, Gregório destaca como a criação da província paranaense foi usada como retaliação aos liberais de Sorocaba. Ver: Gregório, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado Nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese em História Econômica, USP, São Paulo, 2012. Ver também: COSTA, 1988.

Especificamente para o caso do Brasil, sob Regime Imperial, o prolongamento da não resolução dos litígios ainda pode estar vinculado com um caminho para a manutenção da integridade territorial, evitando de colocar em disputa interna uma área que já estava em disputa internacional. A instituição de uma unidade administrativa em questões práticas poderia ser traduzida como maior autonomia para que esses grupos pudessem gerir as estratégias e os mecanismos para alcançar seus projetos, os quais, majoritariamente constituídos por questões econômicas, colocavam o domínio do espaço como elemento central. E, embora ambos já fossem reconhecidos como entidades administrativas, o embate se estabeleceu porque o maior domínio de recursos econômicos (seja naturais ou tributários) e a ampliação do patrimônio territorial também permitem um maior poder. Portanto, além da emancipação já conquistada, também era tarefa angariar um satisfatório patrimônio territorial sobre o qual pudessem ser desdobrados os projetos de cada oligarquia. Isso implicava diretamente na possibilidade de contestação ou revisão das definições limítrofes já existentes.

Compete indicar que a disputa territorial entre os dois estados – Paraná e Santa Catarina – também foi enviesada pela construção da identidade estadual, já que permitia a produção discursiva sobre o Outro e, ao mesmo tempo, sobre “*Nós*”, repleta de “construções narrativas e discursivas que inventam uma identidade” (SZESZ, 1997, p. 04)<sup>168</sup>. Isso se deve ao fato de que o litígio tem seu momento mais agudo e de resolução conjuntamente com a emergência do ideário e Regime Republicano, o qual imprimiria sua parcela de participação, sobretudo, nas estratégias empreendidas pelo estado de Santa Catarina. O que se percebe é que enquanto entabulavam os discursos em torno da questão litigiosa, também versavam sobre o futuro esperado, consolidando um profícuo diálogo entre os desígnios almejados para a modernização do Brasil. Já na produção discursiva paranaense há um visível emprego cartográfico, explorando a potencialidade da representação visual articulada a escrita-fala, associando as delimitações espaciais à sociedade.

#### **05.01. Origens e a construção dos limites territoriais entre os dois Estados**

O litígio entre os estados de Santa Catarina e Paraná pode ter sua origem atribuída a meados do Oitocentos, quando ocorreu a emancipação política da Província do Paraná (1853). Dentre suas consequências está a necessidade de fixar os limites político-territoriais desta nova província. A partir desse evento, com momentos de maior e menor disputa pelo espaço

---

<sup>168</sup> Para Janice Gonçalves as primeiras tentativas de construir a historiografia de Santa Catarina são carregadas de temáticas da etnicidades e identidades regionais.



limítrofe, ambas as oligarquias passaram a empreender estratégias visando assentar as pretensões defendidas. Com a mudança do regime político em 1889 e a atribuição de maior participação das unidades federadas na gestão e formação do território, as oligarquias estaduais e regionais foram mais presentes no processo de incorporação econômica das áreas concebidas como vazias. Com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, que inseriu alterações quanto ao direito de gestão fundiária e assegurava aos estados o direito ao recolhimento de taxas sobre as exportações, propriedades, profissões e industriais, a disputa territorial foi motivada, portanto, também pela busca da ampliação das arrecadações tributárias. É possível afirmar que a compartimentação do espaço em unidades administrativas menores está intimamente relacionada à formação territorial, não apenas porque acomoda os interesses oligárquicos, mas porque cria escalas de atuação, de gerência e de governo que conseguem consolidar melhor os projetos e políticas públicas.

Esses acontecimentos atribuíam notório papel aos estados e suas oligarquias e para que efetivamente essa conjuntura fosse aproveitada com êxito por referidos agentes tornava-se fundamental que os limites de atuação, os espaços de soberania estivessem delimitados. Caso assim não estivessem, de modo que existiam incertezas fronteiriças, a delimitação dos territórios estaduais era tarefa fundamental a ser realizada. Era na condição da incerteza e da cobiça por recursos naturais que os limites entre Santa Catarina e Paraná se encontravam no espaço-tempo em estudo.

Enquanto o estado paranaense alegava direito por *uti possidetis*, o estado de Santa Catarina alegava o *jure constituto*<sup>169</sup> (BOITEUX, 1890; MAFRA, 1899). Defendia Boiteux que

a divisa natural entre os dous Estados federares deve ser os rios Sahy-gussú, Negro e Iguassú, limites marcados quando, pela Provisão de 20 de novembro de 1749, foi creada a Ouvidoria da ilha de Santa Catharina, separada de Paranaguá. Essa Provisão existe em original na secretaria do governo, segundo consta do Relatório do ex-presidente João José Coutinho, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na sessão do anno de 1857 (BOITEUX, 1890, p. 08)<sup>170</sup>.

Boiteux (1890) alegava, ainda, que as fronteiras de Santa Catarina já estavam determinadas até os *espanhois confinantes* desde o período colonial, retomando inclusive a doação de terras feita a Pedro Lopez de Souza<sup>171</sup>, cujas delimitações recaíam até a fronteira. O desmembramento de Lages de São Paulo, em 1820, para pertencer a Santa Catarina, reforça

<sup>169</sup> Refere-se a direito jurídico já adquirido, já constituído e ainda válido.

<sup>170</sup> BOITEUX, José. Santa Catharina-Paraná. Questão de Limites. Rio de Janeiro. Typographia d'A Tribuna. Rio de Janeiro, 1890.

<sup>171</sup> Fidalgo português, navegador e militar foi donatário das capitânicas de Itamaracá, Santo Amaro e Santana. Essa última começava aproximadamente na divisa entre os atuais Estados de Paraná e São Paulo até Laguna (Santa Catarina).

esse argumentação, pois compreendia que Lages e os terrenos adjacentes passavam, então, pertencer a Santa Catarina. Disso resulta como consequência, na proposição de Boiteux, que “os campos de Palmas, pertencem a ex-Província, hoje estado federal de Santa Catarina, porque o seu território central se estende de leste a oeste *até as fronteiras hespanholas*” (grifos nossos. BOITEUX, 1890, p.10).

Percebe-se aqui o apoio na ideia de âmbito jurídico do território, que pode retomar algumas ideias trabalhadas por Gottman<sup>172</sup>, quando mostra que subentendida nesse conceito há a designação para que determinadas extensões espaciais, cujas delimitações territoriais foram acordadas e reconhecidas por autoridades políticas, todavia a soberania existente é apenas no âmbito jurídico, condicionada a uma condição de heteronomia. Atribuindo importância determinante ao critério jurídico das delimitações criadas em um contexto muito distinto, essa ideia permite indagar sobre as possibilidades de negociações e acordos que para atender determinados interesses acabam por desconsiderar outros elementos da constituição territorial (como usos e territorialidades construídas antes e após acordos). Esse caráter do território permite que essas delimitações sejam revisadas e questionadas mesmo após os acordos limítrofes, instigando uma produção discursiva das fronteiras conforme interesses econômicos (AGNEW; CORBRIDGE, 1995).

Os catarinenses usavam como argumento que a importância de Santa Catarina também findar-se com as possessões “espanholas” deve-se ao fato de que a fronteira brasileira ficaria protegida por três estados, e não apenas por dois, reforçando que o Paraná já havia a obrigação de resguardar as fronteiras da República com o Paraguai, devendo, portanto, as fronteiras missioneiras serem de responsabilidade do estado catarinense.

Durante o governo catarinense de 1894-1899, cuja liderança política estava com Hercílio Luz, visualizaram-se ações mais decisivas e intensas para alcançar a posse da área contestada<sup>173</sup>. Nesse quadriênio foi convidado Manoel da Silva Mafra para patrocinar a causa do referido estado, sendo de sua função o recolhimento e a organização de documentos que viabilizassem a defesa das propostas catarinenses. Como resultado desse trabalho, foi

---

<sup>172</sup> “Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política”. (GOTTMAN, 2012, p.523)

<sup>173</sup> Embora foi no Governo de Hercílio que ocorreram maiores esforços, isto não corresponde que até então, não houvesse interesse na área ou ações de apropriação simbólica (sobretudo discursiva).

elaborado o livro-dossiê “*Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná*”, editado em 1899, que faz uma reconstituição histórica desde a concessão das capitânicas hereditárias até aquele momento, visto que na concepção do autor, é na retomada das fontes históricas que está a evidência da posse legítima dos catarinenses sobre referida área.

Para Mafra<sup>174</sup>, “ a questão de litígio entre os dois estados é principalmente de história”, construindo a argumentação através da revisão documental que atesta os trâmites das divisões de domínio desde o período colonial, dando atenção à carta constitucional de 1824, que promulga que as delimitações provincionais passaram a ser as mesmas das capitânicas hereditárias. Através dessa Carta Imperial, os limites legais de Santa Catarina com São Paulo, definidos em 1824, eram os Rios Sahy-Guassú, Negro e Iguassú (MAFRA, 1899, p.05). Alega Mafra (1899) que em 1853, quando a Comarca de Curitiba foi elevada a Província, não foi concedido o direito de ampliação dos seus limites, permanecendo as mesmas delimitações das antigas Ouvidorias de Paranaguá e Santa Catarina (§§ 14º e 15º), fixadas pela Carta Régia, de 20 de novembro de 1749 (modificados pela convenção das Câmaras de São Francisco e Guaratuba em 1771) (MAFRA, 1899, p.665).

No trabalho encomendado pela Província de Santa Catarina<sup>175</sup>, de 1865, informa-se que tão logo a Província do Paraná empreendeu a ocupação nos anos de 1839, 1840 e 1841, a Província de Santa Catarina já reclamou direito através do Ofício de 25 de junho de 1841. Transcreve, ainda, que mediante leis e equivalentes a Província catarinense tinha domínio territorial atribuído em 1535, até o domínio d’El-Rei e mais tarde aos “hespanhoés confinantes”.

Mafra também retoma a atribuição territorial de 1535, mencionando a Carta Régia, que comprova a criação das capitânicas de São Vicente (doada a Martin Afonso) e a Santo Amaro (doada a Pero Lopes) e expõe acerca da discriminação da capitania de Santo Amaro, conforme segue:

As quaes 80 legoas se estenderão, e serão de largo ao longo da costa, e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto poderem entrar e forem de minha conquista, da qual terra e ilhas, pelas sobreditas demarcações lhe assim faço doação, e mercê de juro e herdade para todo o sempre como dito é. (MAFRA, 2002, p.17)

É notório que nessa passagem não estão problematizadas as delimitações a Oeste, visto que nem mesmo as capitânicas assim estavam conhecidas quando passaram a

<sup>174</sup> MAFRA, Manoel da Silva. *Exposição Histórica-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a Questão de Limites com o Estado do Paraná*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899.

<sup>175</sup> As leis em conflito com o direito de ocupação e conquista ou A Província de Santa Catarina e seus confins com a Província do Paraná. Tipografia Desterrense, Desterro (Florianópolis), 1865.

corresponder como as delimitações bases das províncias. Ao longo do trabalho, o jurista estabelece revisão histórica e construção argumentativa para deslegitimar a assertiva que os Campos de Palmas foram descobertos pelos paulistas ainda no século XVIII.

Procurando construir uma identidade geográfica e social, em um contexto de muitas intervenções para modernizar o território, intelectuais e políticos se dedicaram a construir a imagem e discursar sobre as fronteiras pretendidas pelo estado catarinense. É nesse contexto que instituições científicas, agremiações e sociedades intelectuais em geral atuaram com estreitas relações com o estado. Essa prática discursiva acabou por construir o que se tornou a base da historiografia oficial catarinense e brasileira, produzindo, também, um controle do conhecimento, dos saberes e, sobretudo, produzindo um conjunto de discursos de legitimação de perspectivas e interpretação próprias da classe dominante.

O que integrava a prática das instituições acima mencionadas era a construção de uma história específica e defesa de seus interesses, que de forma muito imediata, apresentavam-se na defesa das pretensões territoriais e na busca de apoio para os projetos de colonização e modernização do território<sup>176</sup>. A proposta metodológica defendida era do abandono das “refutações estéreis” e inscrita em tons épicos (SCHWARCZ, 1993), proposta que converge para fazer das práticas cotidianas revestidas de heroísmo o cerne das histórias regionais que estruturam a ideia da colonização como mito fundante.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina ocorreu em 1896, também durante o Governo de Hercílio Luz. O Instituto foi criado por José Arthur Boiteux<sup>177</sup>, que está vinculado à fundação também da Academia Catarinense de Letras, da Faculdade de Direito de Santa Catarina e, por fim, do Instituto Politécnico (FREITAS, 1996). Além da questão litigiosa, o contexto estava marcado pelos resquícios da Revolução Federalista de 1893, bem como por um incisivo reforço da necessidade de modernização e organização administrativa, especialmente da capital. A proposta de unificação e coesão territorial agregava interesses para resolver o litígio, a modernização territorial e a consolidação para dispersar possíveis fraccionamentos – um medo herdado das movimentações federalistas de 1893 (SERPA, 1996).

Pelo Estatuto criado em 1901, o Instituto se destinava a

---

<sup>176</sup> Das obras de modernização do território as mais recorrentes referem-se a possibilitar o desenvolvimento da economia e do escoamento da produção, seja na defesa da construção de estradas, portos ou ferrovias.

<sup>177</sup> Os três irmãos, Lucas Alexandre, Henrique Adolfo e José Arthur participaram ativamente das questões políticas que demarcaram a transição 1880-1930, sendo portanto, figuras recorrentes na historiografia durante esse período.

Recolhe e disciplinar os elementos dispersos que por aí jazem e que muito concorrerão para a documentação da história e da geografia desta terra, cuja gênese vagueia ainda envolta em trevas, e onde se elaborará toda a vida da nossa *individualidade social através das idades*<sup>178</sup>.

Tomando esse trecho como base para análise e conjuntura, sugere pensar que tratava-se de um esforço vinculado, também, às questões limítrofes, dado que no conhecimento do passado, de onde foi elaborada a *individualidade social através das idades*. Não raro encontramos o emprego do termo *infância* (idade) para os momentos iniciais de uma sociedade, que aqui pode ser interpretada como o próprio período colonial, a partir do qual se estruturaram os demais processos de formação social e territorial brasileiros, especificamente para Santa Catarina, momento em que reside a divisão das capitânicas para Pero Lopes – que é a parte da estrutura argumentativa defendida frente ao litígio.

O ato de disciplinar os elementos dispersos da “história e da geografia dessa terra” é compreendido aqui como o esforço para a construção de um discurso geográfico em torno de uma identidade catarinense e dos limites. É evidente que o Instituto, através de seus sócios, incorporou para si a responsabilidade de construir parte da história oficial de Santa Catarina. Concebia o próprio discurso como carregado de verdade, portanto, passível de empregar técnicas de convencimento, pois o Instituto se colocava como um espaço de saberes inquestionáveis. Acreditando que o “discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos”, portanto, seria correto compreender o discurso persuasivo como “expressão de um discurso institucional”<sup>179</sup>.

É notório que o IHGSC atribui um papel relevante para a história e se autoproclamava como fornecedor de bons exemplos de posturas e práticas para o futuro, a exemplo do enaltecimento dos “ilustres catarinenses”, como também como elemento comprobatório de seus direitos – seja no caso com o Rio Grande do Sul, seja com o emprego documental frente ao Paraná. Isso também nos sugere sobre a compreensão da função social do Instituto que os mesmos construía para si, pois ao outorgar tamanha estima para a história e ao se proporem como construtores da mesma, também depositavam para si a mesma relevância na construção da história na condução dos processos.

Na primeira fase de publicações do IHGSC há um predomínio de abordagem focalizada nos luso-brasileiros, ou seja, da sociedade constituída no litoral, em um momento

---

<sup>178</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. Restauração Republicana e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Diário de Cultura*. Diário Catarinense. 05/nov/1994, p. 2. apud SERPA, 1996, p.65.

<sup>179</sup> RIHGSC. O aparecimento da Revista. Florianópolis, vol.01, 1902, p.07 apud (SILVA, PERIN, 2012).

em que também partilham interesses em ampliar as posses do estado para o Oeste. Com interrupção das publicações em 1920, a Revista foi reativada em 1930, com publicações até 1945<sup>180</sup>. Período que coincide com o Estado-Novo – a influência açoriana será mais trabalhada inclusive para sobrepor a presença de alemães e italianos. O Oeste e Sul do estado, enquanto sociedades passaram apenas a ser objeto de artigos a partir de 1987, quando é possível identificar uma ampliação da escala espacial e social que foram considerados na elaboração dos artigos<sup>181</sup>.

Mesmo com um intervalo de mais de meio século da criação do IHGB (1838), este atendeu interesses semelhantes e também adotou práticas análogas, que podem ser identificadas como a partilha dos pressupostos de revelar a história e geografia do estado. Essa permanência pode ser compreendida como a própria consolidação de uma forma de fazer da ciência um instrumento de poder e gestão das estruturas de produção do conhecimento, dado que não apenas acatava a proposta de uma história oficial e branca<sup>182</sup>, que consagra ao colonizador luso como os sujeitos históricos da construção brasileira e catarinense, mas também produzia conhecimentos geográficos empregados orientar políticas territoriais. Observa-se que a deflagração de um discurso modernizador também esteve imiscuída nas letras e interpretações construídas pelo IHGSC. Para agregar com a peculiaridade já mencionada, também era talhado pelo desconforto que a classe dominante sentia diante da eclosão do Movimento Social do Contestado. Rejeitar a associação da história catarinense aos caboclos rebeldes (e qualquer segmento social semelhante) era um dos objetivos subentendido na construção forjada da identidade. Se a partir dos anos 90 (século XX) emergiu um multiculturalismo comercial para bosquejar a identidade catarinense, no início do século, o seu principal traço era a rejeição do elemento não-branco, sendo plausível afirmarmos que há uma influência da ideia de raça nesse enredo discursivo, que também foi materializado nas políticas públicas e decisões judiciais, sobretudo para resolver as questões de requisição e direito a terra e aos ervais<sup>183</sup>. Assim, o pressuposto da superioridade branca como argumento

---

<sup>180</sup> De 1945 até 1979, não houveram publicações.

<sup>181</sup> Embora não integrando o recorte temporal da nossa pesquisa, vale assinalar que essa ampliação da escala espacial e social “coincide” com políticas públicas do Governo de Espiridião Amim voltadas a sustentar uma identidade catarinense, inclusive com a publicação da Carta aos catarinenses e Cadernos de Cultura Catarinense, ambos produzidas pela Fundação de Cultura Catarinense – órgão vinculado ao Governo do Estado (SERPA, 1996). É um período conhecido como multiculturalismo comercial, visto que incorporou o discurso da diversidade étnica como composição do Estado. É nessa mesma época que o slogan “Santa e Bela Catarina”, durante o Governo de Pedro Ivo Campos (1987-1991) foi lançado para trabalhar o turismo, que incorpora essas diversidades étnicas, além das paisagísticas. Essa diversidade étnica é predominantemente ocidental.

<sup>182</sup> Freitas (1996) chama a atenção para as datas e temáticas das seções, as quais costumavam congratular eventos da história oficial como a chegada dos portugueses, abolição da escravatura, etc.

<sup>183</sup> Esse tema será apresentado nos Capítulos 07 e 09.

justificativo para a política da imigração e colonização foi incorporado, também, para tecer os discursos da identidade estadual, considerando os imigrantes sempre como bons produtores, bons trabalhadores. Logo eram interpretados como os “obreiros” não apenas da nação, mas da própria Santa Catarina. E quando as questões de ordem social e econômica lhe imputavam a precarização da vida social, esse fenômeno era lido como “acaboclamento” dos colonos-migrantes, atribuído às questões culturais e étnicas os problemas de ordem econômico- social.

No discurso catarinense, é mais presente a associação às questões de civilidade, patriotismo, modernização etc. possivelmente impulsionada pela tentativa de ser forjada pelo Paraná uma imagem de Santa Catarina como violenta, bárbara e atrasada, devido ao grande contingente de caboclos que residiam nesse estado. Ademais, era desejo da oligarquia catarinense expurgar de seu “espaço”, história e memória os elementos sociais indesejados. Assim, o discurso de civilidade, de sociedade europeizada, é tecido entre a identidade estadual e a definição do espaço de atuação.

Para Serpa, de 1902<sup>184</sup> a 1920 tinha-se uma primeira fase da Revista, cujas preocupações foram alinhadas em torno de criar um discurso com artigos sobre as figuras sociais e políticas que compreendiam as biografias dos “Catarinenses Ilustres” (artigo de autoria do próprio José Arthur Boiteux), efemérides do estado, flora medicinal, publicação de documentos e preocupações com a questão territorial com Paraná. A temática territorial pode ser identificada nos artigos que realizam um resgate histórico das posses das capitânicas de São Vicente e Santo Amaro e da subordinação dessa Província ao Governo no RJ, e não mais como parte de São Vicente, da publicação de descrição corográfica de autoria de Ayres Casal, porém muito restrita ao litoral<sup>185</sup>. Um artigo de autoria de Aroldo Caldeira traz de forma muito evidente um discurso limítrofe de SC, que foi publicado em 1943, em ocasião da criação do Território Federal do Iguçu, em que a Revista faz a seguinte introdução: “No presente trabalho, descreve o A., minuciosamente, *como até agora não havia sido feito*, os limites do nosso Estado, prestando destarte valioso serviço aos estudiosos de geografia e interessados pelas coisas catarinenses (RIHGSC, 1943)”. O artigo propõe que os limites a Oeste confinam com a Argentina e, portanto, recusando a proposta do Território do Iguçu. Esse ineditismo pode ser pela escrita realmente minuciosa (com coordenadas, marcos de fronteiras de 1920 etc.) ou pela ausência de outro artigo que abordasse claramente os limites de SC. Há um

---

<sup>184</sup> Embora o IHGSC foi criado em 1896, teve a primeira publicação da Revista somente em 1902, ano que contou com duas publicações. Com uma interrupção que perdurou até 1913 com publicações até 1920.

<sup>185</sup> Vale retomar que as argumentações do Estado catarinense estavam muito articuladas com as informações históricas das antigas posses das capitânicas, por isso, os artigos que versam sobre esta temática são tão expressivos quanto a associação entre as práticas do IHGSC e os interesses classistas deste Estado.

artigo de Lucas Alexandre Boiteux, intitulado “Achêgas para a bibliographia e cartographia de Santa Catarina”, que foi publicado em três partes, entre os anos de 1913 e 1914, ao qual não foi possível a incorporação de sua análise. De acordo com Silva (2014), a temática territorial aparece nesse trabalho versando sobre a integração de Santa Catarina ao Brasil, mediante a interpretação da relação entre região e nação – a autora não menciona especificamente que Boiteux tenha escrito algo específico sobre o litígio, embora o próprio Boiteux tivesse sido um dos membros da Comissão de Demarcação dos Limites.

Mesmo sem tomar conhecimento desse artigo, o qual é claramente de suma importância, é possível sugerir que uma das estratégias discursivas do estado e dos políticos catarinenses foi o embasamento histórico do critério jurídico defendido para a questão litigiosa. Isso porque sustentar um argumento que reconhecesse o *uti possidetis* era automaticamente acatar as argumentações paranaenses, não apenas porque de fato era esse o critério defendido, mas porque as vilas e os povoados (Palmas, Campo Êre, Boa Vista) e unidades administrativas (Colônia Militar, Toldos Indígenas) eram legalmente subordinadas à Província do Paraná ou reconhecidas como localizadas no território deste (a exemplo da Colônia Militar). Enquanto que no Planalto Norte, os dois estados estavam mais presentes, com vilas, estradas e estações fiscais próximas, para a porção Oeste uma análise documental como aquela que efetuamos para realizar essa pesquisa demonstra a ausência dos catarinenses.

O trabalho de Gonçalves (2017) reforça nossa assertiva de que a construção da defesa territorial ocorreu pelos meandros da história jurídica e documental. Relata a autora que durante o litígio houve a busca de documentos em Lisboa, realizada por José Arthur Boiteux, no mesmo ano da criação do Instituto, em 1896 (GONÇALVES, 2017). Ainda se referindo ao litígio com o Rio Grande do Sul, é localizado um artigo de autoria de Lucas Boiteux, de 1918, no qual o mesmo enfatizava a importância dos arquivos, do resgate histórico e documental para resolução favorável ao estado catarinense:

Por felicidade os nossos arquivos ainda guardam, embora maltratados pelo tempo, os documentos indispensáveis para a prova cabal do nosso direito. Corramos, pois, aos arquivos e, armados dos elementos indispensáveis, façamos face à desmedida pretensão do Estado gaúcho [...] o nosso direito, escudado em documentos autênticos de mór valia, é histórico, honesto e incontestável (BOITEUX, 1918c, p.78-79 e 88 apud GONÇALVES, 2017, p.56)

Embora a argumentação fosse embasada no critério jurídico do direito ao território, não significa que o estado de Santa Catarina permaneceu indiferente quanto à possibilidade de perder posses territoriais. Para tanto, empreendeu algumas políticas que tinham como objetivo a apropriação do espaço litigioso, das quais é possível destacar a criação da estrada de ferro



Dona Francisca e a criação da Colônia Agrícola São Bento (1873) no Planalto Norte, região cuja principal atividade era a exploração de ervais.

Parte dos conflitos advinha do domínio de exploração do mate nas oligarquias catarinense versus paranaense, sendo que esta última conseguia realizar maior extração dos ervais na porção Oeste. Os catarinenses que entraram no mercado ervateiro com maior envergadura ao final do século XIX (MAFRA, 2008) detinham as indústrias de beneficiamento mais localizadas no Planalto Norte, com destaque para a Companhia Industrial Catarinense<sup>186</sup>, com sede em Joinville. A gradativa criação de indústrias fez com que o fornecimento da erva em folha e cancheada<sup>187</sup> fosse redirecionado do Paraná para Santa Catarina, acirrando os conflitos territoriais existentes.

Até a construção da Estrada de Ferro Dona Francisca, ligando o litoral catarinense com a Vila de Rio Negro<sup>188</sup> (atual cidade de Mafra), não havia inserção catarinense nessa área, apenas pelos ervateiros paranaenses que faziam através das estradas e de rios navegáveis. A partir da construção dessa ferrovia, foi estabelecida uma comunicação entre o litoral, principalmente Porto de São Francisco e Joinville, importante centro comercial com parte da área interiorana. Também foi implantada uma Colônia Agrícola em São Bento (a cinquenta quilômetros de Joinville), em uma área cujos ervais eram explorados pelos paranaenses – que posteriormente (1890) criaram a Colônia Lucena (atual Itaipópolis), bem como ampliaram as barreiras fiscais próximas à estrada que possibilitava o deslocamento por São Bento ao litoral – especificamente implantou a estação fiscal de Ambrósios para a localidade identificada como Encruzilhada (1868). A concessão de títulos de terras na Colônia Lucena, possibilitava a construção de elementos que pudessem consubstanciar o *uti possidetis*<sup>189</sup>. Em 1883, a Colônia Agrícola de São Bento foi transformada em município, cujos limites eram a Serra do Mar, Serra Geral, Rio Negro e Rio Preto. O controle de acesso a terra, responsabilidade

---

<sup>186</sup> A Companhia Industrial Catarinense foi fundada a partir da Das empresas Abdon Baptista & Oscar, Augusto Ribeiro & Procópio, Oliveira & genro, Ernesto Canac & Cia, Mira & Ribeiro e F. Kaminsky & Cia no ano de 1890. No ano seguinte recebeu do Governo Federal a concessão dos ervais para sua exploração por um período de 20 anos nos terrenos que atualmente estão situados os municípios de São Bento do Sul, Blumenau, Curitibanos, Campos Novos, Tubarão, Lages e São Joaquim (MAFRA, 2008).

<sup>187</sup> Erva cancheada corresponde a segunda etapa de beneficiamento do produto, a qual, assim como o sapeco poderia ser realizada na mata ou próximo aos acampamentos pois ocorre através de aparato tecnológico simples e rudimentar. O beneficiamento final (moagem) ocorria junto as indústrias e soques que empregavam mais tecnologia e estavam localizadas em vilas, cidades, etc.

<sup>188</sup> Rio Negro era um município que em suas delimitações primevas abrangia os atuais municípios de São José dos Pinhais, Lapa e São Mateus no Estado do Paraná e no Estado de Santa Catarina, passa por São Bento, Serra Geral até o Rio Canoinhas, incluindo o município de Mafra criado após o acordo de Limites entre os dois Estados.

<sup>189</sup> Esse argumento jurídico já era empregado devido que os povoados existentes nos Campos de Palmas (como a própria vila de Palmas, Campo Erê, Boa Vista, etc) além das Colônias Militares estavam vinculados com a Província do Paraná. Isso pode ser confirmado quando nas pesquisas documentais para acessar informações da Colônia Militar do Chapecó (atual Xanxerê-SC) é necessário procurar na secção do Estado do Paraná.

transferida aos estados no regime republicano serviu como instrumento para acomodação das relações entre os fazendeiros e governantes: fazendo grandes concessões de largas extensões legalizando-as nos cartórios, ou do Paraná ou de Santa Catarina conforme as relações entre fazendeiro e governos<sup>190</sup>. Aos primeiros interessava ampliar as áreas de exploração; para os segundos era interessante a ampliação das fronteiras estaduais, galgada pela vinculação entre o averbamento da propriedade como o estado de origem do Cartório que executou o registro. Desse modo, aconteciam concessões nas áreas fronteiriças entre os dois estados, visando assegurar o controle desse estado sobre a área litigiosa – o que gerava desconforto aos políticos e proprietários que se sentiam ameaçados pelas concessões feitas.

Assim:

(...), se por um lado o acesso a terra, exclusivamente por meio da compra, paralisara o movimento expansionista de ocupação do território na região do oeste e do sudoeste contestado entre Paraná e Santa Catarina, muitas ocupações ainda se faziam por meio da posse. Muitos posseiros se apropriavam de largas extensões legalizando-as nos cartórios no Paraná ou em Santa Catarina. Na verdade, a grande maioria fazendeiros tinha a posse das terras as quais eram regularizadas pelos respectivos estados. O título dessas propriedades eram, porém, formalizados pelos governos republicanos de ambos os estados, por todos aqueles que estavam envolvidos no jogo econômico. Os governos em litígio, para afirmarem sua posse e domínio sob o território, realizavam concessões de terras. (SZESZ,1997, p.91-92)

Além da ampliação da posse jurídica, isso representava a ampliação de relações de poder das frações da classe dominante de cada Estado, levando em conta a localização das fazendas em relação a pretensões territoriais requeridas por cada Estado. Deste modo, quanto mais concessões de terras cada Estado realizava nas proximidades e na própria área litigiosa, acabava por ampliar a área de influência política também nos povoados que iam surgindo conjuntamente com cada fazenda implantada. . Isso porque os fazendeiros detinham influência em um significativo número de pessoas, no sistema do *mandonismo*, pois tinham relações de trabalho e compadrio, que serviam de milícia.

Igualmente, outras ações, como concessão de títulos de terras na área litigiosa ou ainda a nomeações de fiscais vinculados a um dos estados eram estratégias empregadas. Algumas desencadeavam reação semelhante (concessão) ou particular, como o aquartelamento de cidades (VOLTOLINI, 2009).

Adiciona-se, ainda, como impulso a esses conflitos, os excelentes índices de exportação que as atividades ervateira e madeireira desfrutavam no período. Sendo a principal fonte de renda da economia paranaense, as oligarquias defenderam arduamente a posse desta

---

<sup>190</sup> É em virtude dessa concessão em área que posteriormente foi definida como faixa de fronteira que durante os trabalhos demarcatórios foi necessário efetuar o levantamento das fazendas e títulos de terras concedidos nessa faixa. Isso é trabalhado no Capítulo 06.

área, buscando controlar o transporte e a concessão das “terras devolutas” para a exploração campestre e dos ervais. Quanto ao transporte, a produção próxima a Palmas e Chapecó era transportada por cargueiro, por União da Vitória, sendo posteriormente levada aos portos do litoral (Desterro e São Francisco), o que evitava o pagamento de impostos ao Paraná.

É muito claro que o fomento para os desentendimentos alimentados pelos jornais locais era predominantemente de âmbito econômico, visto que visualizavam na exploração da natureza um importante percurso para o “progresso” do estado. Isso pode ser visualizado na fala de Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretário do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná, que no ano de 1908 afirmou que:

O grande desenvolvimento que nestes últimos tempos tem tido o Paraná, a proveitosa propaganda que de suas riquezas tem-se feito não só no País, como fora, o lugar proeminente que ocupou no certame nacional deste ano, na Capital da República, na divulgação assombrosa de seus produtos, em determinado, na sua administração, mais amplas esferas, horizontes mais vastos de atividade e vida. Consoante com este impulso, com toda esta movimentação, crescem diariamente os encargos e suas responsabilidades.

A apropriação e a exploração da natureza para desenvolver a economia eram associadas à ideia de construção de um futuro (promissor), o que estimulava a disputa da área contestada, sobretudo porque para ambos os estados uma mesma atividade detinha importante participação na balança comercial.

A publicação de alguns mapas durante esse período litigioso também pode ser incorporada análise, reforçando a assertiva de que a produção cartográfica está relacionada à disputa de poder. A produção cartográfica foi frequentemente empregada para assegurar posses territoriais, de modo que, em contextos de indefinição limítrofe os documentos cartográficos correspondiam à importantes instrumentos políticos. Ao comparar a produção cartográfica durante o litígio paranaense e catarinense, torna-se evidente a supremacia do Estado do Paraná na produção e uso de mapas para tentar legitimar os seus interesses.

A construção discursiva paranaense atribuiu papel de destaque à produção cartográfica, de elemento estruturador das fronteiras defendidas pelo referido estado. Para SZESZ (1997), a prática já era realizada desde meados do século XIX e foi intensificada com o litígio com a Argentina. O conhecimento geográfico foi claramente utilizado para defender os interesses, de modo que é possível afirmar que o discurso geográfico passa a se constituir uma das maiores fontes de esquadramento do Paraná.

Na reconstrução da memória territorial, defendiam que os limites da província do Paraná deveriam ser estabelecidos pelas divisas legais e convencionais dos municípios já

estabelecidos na província quando esta pertencia a Província de São Paulo. Para Orville Derby, geógrafo que elaborou o primeiro mapa da Província do Paraná:

A tentativa do senado imperial, em 1856, visando declinar em lei os limites da Província e para esse fim dirigindo consultas às câmaras interessadas, não pode significar que faltasse ao Paraná o requisito necessário de uma demarcação legal. Nem isso poderia ser o pensamento do legislador brasileiro, atendendo-se a que o exposto na lei n. 704, mandando conservar a mesma extensão e limites da antiga Comarca, revela, muito ao contrário, que existiam e eram reconhecidas as divisas comarcais, que passaram à categoria de limites provinciais (DERBY apud SZEZS, 1997, p.42)

Compreendiam, portanto, que após a emancipação de 1853, os limites ao Sudoeste eram aqueles que já estavam definidos quando pertenciam a São Paulo.

Empenhado em solver dúvidas sempre novas a respeito das fronteiras do Paraná, e prevenir conflitos futuros, o governo geral nomeou em agosto do ano próximo passado, (1875) uma comissão composta do capitão imperial e um corpo de engenheiros da marinha Dr. Felipe Hypólito Aché, como chefe e dois agrimensores Antônio Augusto da Costa Lacerda e Henrique Rivierre como ajudante para o levantamento. O mapa compete em demarcar definitivamente a linha que deve ligar os dois pontos fixos da divisa desta província e de São Paulo, a saber o isthmo do varadouro, no litoral, e a nascente do Itararé na serra do Itapirapuan segundo indica como a mais natural, o rio Itapirapuan e Ribeira, até a foz do rio Pardo subindo por este até a nascente na serra negra e rio Araripa (PARANÁ, 1876)<sup>191</sup>

Ao mesmo em tempo que as limitações setentrionais eram alvo de cuidados, as posses no Vale do Iguaçu também integravam o conjunto de práticas, as quais se tornaram mais expressivas após a República. Essa argumentação se apoiava na peça cartográfica de autoria de Candido de Abreu, que por meio de uma delimitação muito precisa (com contornos bem definidos em todos os limites representados) incorpora as vilas e áreas cobiçadas tanto no atual Planalto Norte catarinense como em todo o Vale do Iguaçu.

A reivindicação paranaense afirmava que os limites compreendiam as terras limitadas pelos Rios Peixe, Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antonio, Negro e Petro até as suas nascentes. A partir disso, seguia pelo divisor de água da Escarpa Geral até as nascentes do rio Canoinhas, afluente do Rio Iguaçu. Daí, seguia o divisor de Escarpa até o Espigão, e as nascentes do Rio do Peixe (SZEZS, 1997). Essa leitura colocava em disputa aproximadamente 48000 km de superfície. Em 1895, o Presidente do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, cogitou a necessidade da construção de um novo mapa do estado, visto que o único mapa existente até 1894 era o construído pelo Engenheiro Henrique

<sup>191</sup> Mensagem do Governador da Província do Paraná, Lamenha Lins à Assembleia Legislativa da Província. Ano de 1876. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

Rivierre, publicado em 1876. Este último estava sendo considerado “incompleto” pois não abrangia o território litigioso.

O relatório apresentado pelo secretário de obras públicas João Batista da Costa Carvalho Filho<sup>192</sup>, em 1895, registrava que esse mapa deveria:

explorar os rios e as zonas ainda desconhecidas. Há zonas completamente desconhecidas e rios cujos cursos são ignorados; de forma que notícia alguma, se possui em relação aos mesmos. Para preencher estas lacunas será de grande proveito iniciar algumas explorações e para que desse trabalho possa o Estado auferir maiores vantagens. (SILVA apud SZESZ, 1997, p.69)

A cartografia não tinha um papel fortuito, mas era elementar na conceituação e afirmação de posses territoriais. Assim, o novo mapa a ser confeccionado, concebido como uma atualização das representações, necessariamente deveria portar configuração distinta do seu antecedente, servindo como um instrumento para dilatação limítrofe equalizada pelos interesses das oligarquias. Igualmente, trazia o desejo de legalização dessas divisas.

A partir de uma comparação com algumas peças cartográficas publicadas durante o litígio, as diferentes representações acerca das divisões representadas manifestam a existência de uma querela territorial. Esse desencontro de informações entre mapas não pode ser compreendido como erros fortuitos ou casuais. O desencontro destas linhas limítrofes são manifestações que estes documentos são produzidos em um contexto particular, cujos significados podem ser acessados quando estes mapas são lidos em diálogo com outros objetos ou imagens de sua época (LOIS; MENDOZA, 2009). Diante destas diferenças é fundamental que o pesquisador observe os mapas como produtos sociais de um determinado contexto, tomando a cartografia como um indicador sobre o domínio do conhecimento geográfico para a confecção destes produtos. Aqui, compete destacar que o domínio destes saberes, bem como posses das tecnologias da produção cartográfica poderia ser crucial para a resolução de indefinições territoriais (FURTADO, 2011), em virtude que a produção cartográfica advém da posse e intersecção de dados e conhecimentos (FERREIRA, DANTAS, SIMONINI, 2013).

Da produção de Romário Martins, além do Mapa do Estado do Paraná (1919)<sup>193</sup> é elucidativo incorporar o “Mappa da Questão de Limites entre Paraná e St<sup>a</sup>. Catharina, demonstrada na evolução da Geographia do Sul do Brazil”, elaborado por Romário Martins

---

<sup>192</sup>Relatório apresentado ao Ex. Sr. Francisco Xavier da Silva- pelo secretário de obras públicas e colonização. João Baptista da Costa Carvalho. Curitiba: Imprensa Paranaense em 25/10/1895. p. 47

<sup>193</sup> Conforme apresentado no Capítulo 04.



Figura 10: Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina, demonstrada na evolução da geografia política do Sul do Brasil. Fonte: Arquivo Digital de Mapas Catarinenses. Secretaria do Estado do Planejamento.

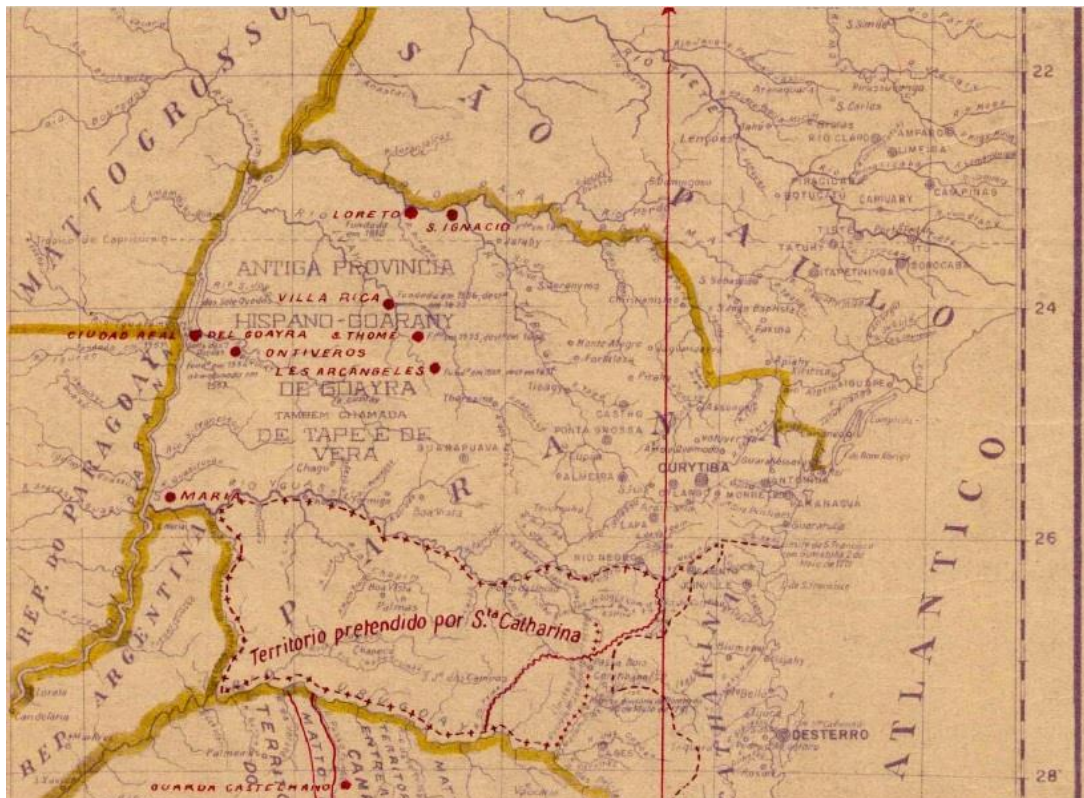


Figura 11: Detalhe do Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina, demonstrada na evolução da geografia política do Sul do Brasil. Fonte: Arquivo Digital de Mapas Catarinenses. Secretaria do Estado do Planejamento.



Figura 12: Detalhe da Legenda do Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina, demonstrada na evolução da geografia política do Sul do Brasil. Fonte: Arquivo Digital de Mapas Catarinenses. Secretaria do Estado do Planejamento.

Em 1896, o Mapa do Estado do Paraná traz a área litigiosa como pertencente a este estado, contornando-a com delimitações muito visíveis, inclusive com a informação de “território invadido pelos catharinenses”, o que deixa evidente que se tratava de um documento para disputas territoriais. Esse documento cartográfico era assinado pelos engenheiros militares Alberto Ferreira de Abreu, Cândido Ferreira de Abreu e Manoel Francisco Ferreira Correia. De Norte a Sul, o Paraná estendia-se desde a foz do Itararé, no Paranapanema, à barra do Peperi-Guaçú, no Uruguai. Ao Norte e ao Nordeste, o Paraná limitava-se com a Província de São Paulo. A Leste com o Oceano Atlântico, e a Sudeste com a Província de Santa Catarina. Ao Sul, o Paraná limitava-se com a de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Ao Sudoeste com Corrientes (Argentina), a oeste com o Mato Grosso e a república do Paraguai.



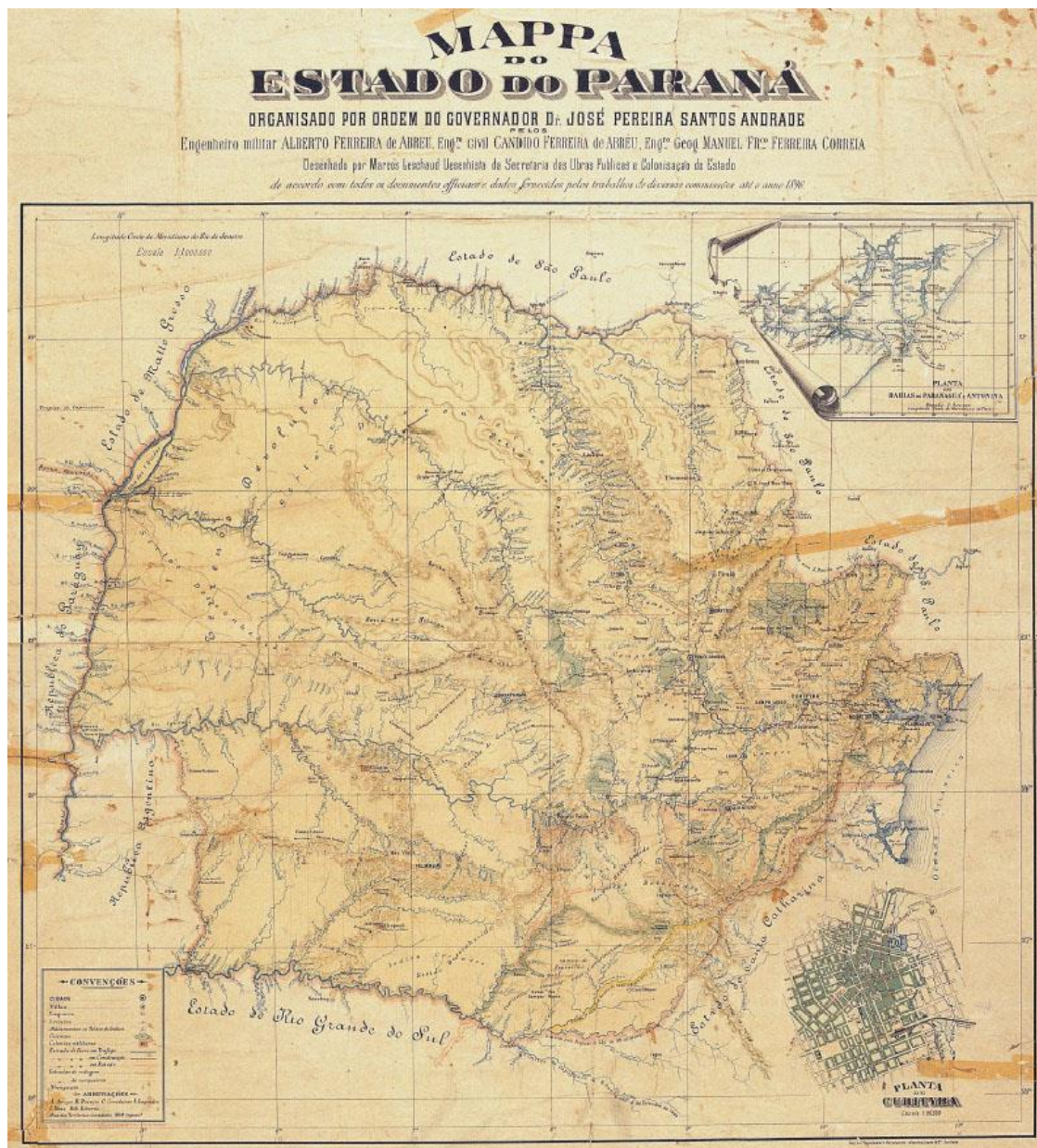


Figura 13: Mapa do Estado do Paraná (1896);

A Planta de Viação do Estado do Paraná (1906), além de manter os mesmos limites presentes no mapa confeccionado por Abreu, traz a disposição das estradas existentes, a evidenciar a comunicação e circulação a partir de uma perspectiva que realça uma integração com o Estado paranaense. A existência de redes de comunicação é um elemento de significativa importância para os processos de formação territorial, sobretudo quando considerarmos que referida área foi cobiçada internacionalmente.

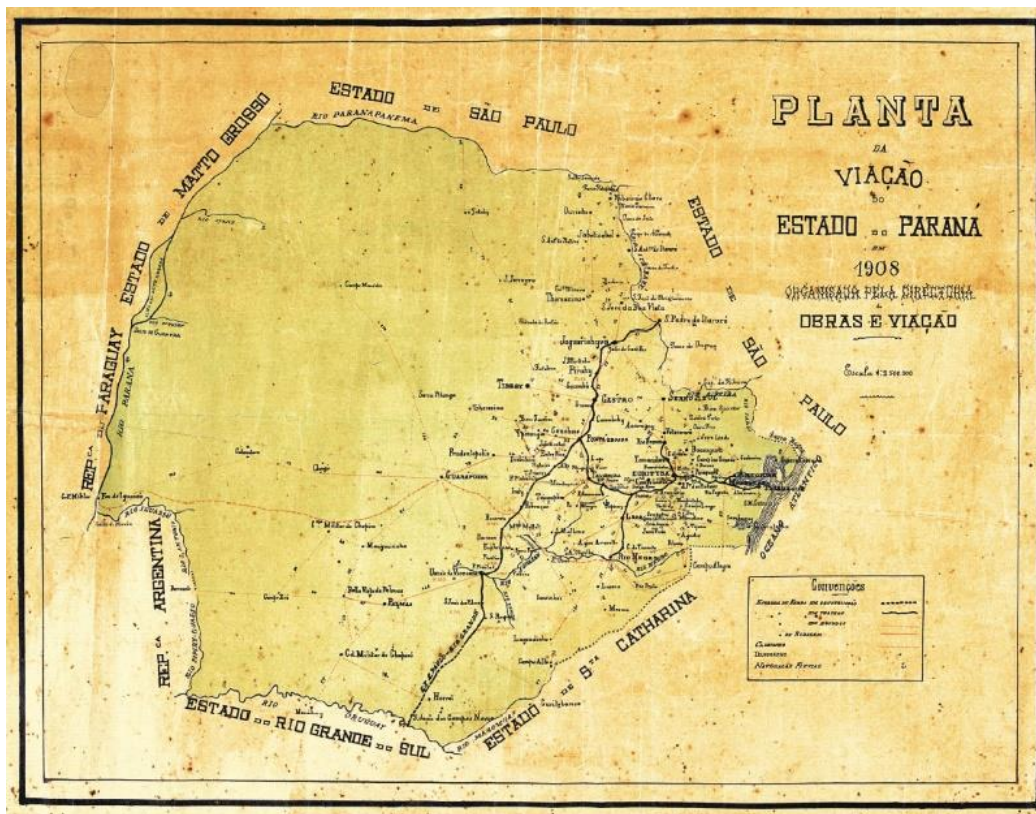


Figura 14: Planta de Viação do Estado do Paraná no ano de 1906.

No ano seguinte, foi publicada a Carta do Estado de Santa Catarina (1907), a qual possui as delimitações conforme o entendimento das oligarquias catarinense. Para além da tradicional prática de assinalar o nome do Estado sob a área pretendida, o que chama a atenção neste documento é que o mesmo traz apenas o Estado catarinense representado, sem evidenciar a presença do Estado paranaense. Este documento foi o único localizado da produção cartográfica de Santa Catarina para a Questão de Limites e trabalha-se com a sugestão que essa baixa confecção está vinculada com o domínio do conhecimento sobre a área, dado que desde a emancipação política da Província do Paraná foi responsável pela administração dos Campos de Palmas. Isso pode ter representado maior disponibilidade de argumentos para entabular o jogo político entre as duas oligarquias, bem como, pode ser mais um elemento para entender o porquê as argumentações catarinenses empregam inexpressivamente este instrumento.



Figura 15: Carta do Estado de Santa Catharina (1907)

Desse modo, pode-se afirmar que as estratégias empregadas eram semelhantes, porém se distinguem quanto à intensidade com que foram utilizadas. Enquanto Paraná emprega o recurso visual com ênfase, o Governo de Santa Catarina recorre ao escrito através de um aporte mais jurídico-histórico, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal.

#### **05.02. Limites demarcados pelos enredos políticos e econômicos: o desenlace e alguns possíveis interesses**

No ano de 1901, Santa Catarina apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma ação reivindicando a fronteira com o Paraná, interpretada com delimitações pelos Rios Sahy-Guaçu, Negro e Iguaçu, o que reiterava a reivindicação dos terrenos situados entre os rios Iguaçu e Uruguai até a fronteira com a Argentina obtendo resultado favorável. O segundo ganho de causa favorável a Santa Catarina, ocorrido em 1904, teve como reação por parte do Governo do Paraná conjuntamente com personalidades locais do município de Porto União, e instalou uma Junta Governativa com o propósito de criar o Estado das Missões. O fato, que não logrou êxito, tinha como intuito que, se seu pedido fosse deferido pelo Congresso Nacional, seria posteriormente incorporado ao estado do Paraná (COSTA, 1987, p.40/41).

Foi então assinada uma Ata em que o Comitê de Limites existente no Paraná se comprometia a emprestar todos o seu apoio à Junta Governativa, na hipótese de ser desfavorável ao Paraná a decisão judiciária. Prestigiavam, assim, altas autoridades do Estado a preconcebida desobediência ao mais alto Tribunal, caso viesse o mesmo a julgar o feito a descontento seu, “aplaudindo o nobre gesto dos habitantes do Contestado”.

O que se projetava, depois de criado um novo Estado era mediante plebiscito, simulado, naturalmente, a sua incorporação ao Paraná. A burla, entretanto, não deu certo.

A terceira vitória de Santa Catarina no Tribunal Federal ocorreu em 1910, reforçando que os limites do lado norte eram o Sahy Guassu, Rio Negro e o Iguassu, e este, desde a foz do Rio Negro com a fronteira argentina. Após essa terceira vitória, assumiu o governo do estado catarinense o político Vidal Ramos, que encontrou a questão litigiosa em um contexto de adiantado trabalho de negociações a partir do Governo do Paraná para que o caso fosse resolvido por arbitragem ou acordo, fazendo letra morta a decisão do Supremo Tribunal. Para tanto, como Ramos mostrava oposição à ideia do acordo, as manobras políticas eram realizadas através da pessoa de Lauro Müller<sup>194</sup> para pressionar a aceitação das proposições de solucionar através do acordo. Diante da contínua resistência de Ramos, a saída foi o prolongamento do litígio até a próxima escolha do novo chefe do estado. A partir de 1914, Santa Catarina tinha como representante Felipe Schmidt no Governo, que apesar de indicado como sucessor de Vidal Ramos, era primo-irmão de Lauro Müller, estreitando os laços para o estabelecimento de um acordo para aceitação da resolução por arbitramento.

Para Costa (1987), o acordo da divisão do espaço litigioso era resultado de um acordo entre os dois governadores, Felipe Schmidt (SC) e Affonso Camargo (PR) do que o cumprimento de uma sentença do Supremo Tribunal, visto que este sempre exigiu o reconhecimento da soberania do estado catarinense sobre essas terras.

O contexto histórico desse litígio, conforme já destacamos, era demarcado pelo projeto de modernização, caracterizado por uma significativa construção de obras de infraestrutura pelo território, às quais as execuções dos planos viários atribuíram condições materiais para a circulação de mercadorias, pessoas e demais fluxos. Também serviam para dinamizar as atividades econômicas desenvolvidas por agentes políticos ou ligados a estes. Para o estado do Paraná, um dos alicerces da sua economia foi a exploração extrativa, sobretudo da erva-mate, permitindo a formação de uma oligarquia ervateira (SZESZ, 1996), logo, a ampliação da área de exploração e a criação de condições para realizar o escoamento da produção que gradativamente era incorporada à atividade. Nessas condições, o domínio dos vales do Rio

---

<sup>194</sup> Irmão do vice-governador de Santa Catarina e também Ministro das Relações Exteriores após falecimento do Barão do Rio Branco.

Uruguai e Rio Iguaçu facilitava o desenvolvimento de atividades, bem como ampliava os postos de arrecadação fiscal. Nesse contexto, foram construídas as estradas São Paulo-Rio Grande (1901), Ferrovia Norte do Paraná (1906), o ramal do Paranapanema (1912), Estrada de Ferro Mate Laranjeiras (1918) e, por fim, a estrada Guarapuava<sup>195</sup>. Nesta última, construída somente em 1951, desde finais do século XIX, foram realizadas algumas projeções de trajetos para interligar ao porto de Paranaguá – Curitiba – Guarapuava - Paraguai.

Na Figura 14 é possível identificar uma projeção<sup>196</sup> a partir de Porto União até a fronteira com Vila Rica no Paraguai, com percurso que passa muito próximo às margens do Rio Iguaçu, que praticamente coincidem com os limites territoriais defendidos por Santa Catarina, que posteriormente passou a pertencer ao Paraná (visto que os limites seguiram praticamente a Serra da Fatura). A imagem é a reprodução do “Mapa Geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba e seu prolongamento até a Foz do Rio Iguassu nos limites imperiais com as Repúblicas do Paraguay e Argentina” assinado pela Companhia Geral das Estradas de Ferro Brasileira.

---

<sup>195</sup> Vale lembrar que na década de 1910-1919, as ferrovias brasileiras atingiram o seu maior percentual de acréscimo: 31,9%. A rede ferroviária brasileira atingiu nessa década uma extensão de 18.633 km, equivalentes a 50,33% do desenvolvimento que esta mesma rede iria atingir em 1950. Por outro lado, 1910 caracteriza-se por ter sido o ano em que o país inaugurou o maior número de linhas com 2.225 km (KROETZ, 1985).

<sup>196</sup> Dos vários projetos que visaram interligar o litoral até a fronteira Oeste foram realizados estudos viários ou retomados antigos projetos efetuados no Império. “Vários foram os projetos de estrada de ferro, que unindo o litoral ao planalto se dirigiam rumo ao Oeste, para atingir o Paraguai, passando por Guarapuava. Muitas autoridades ferroviárias pronunciaram-se a favor dos estudos realizados no tempo do Império pelo Capitão Christiano Palm (1871), por William Lloyd (1872) e pelo engenheiro Antônio Pereira Rebouças Filho (1873). Nestes projetos parte do trajeto seria ferrovia e parte por navegação fluvial, utilizando-se a rede hidrográfica disponível. Além desses três projetos, André Rebouças após analisar os estudos do Capitão Monteiro Tourinho, preconizou em 1876 o traçado com uma estrada de ferro ligando o Atlântico, passando por Curitiba e Guarapuava indo em direção a Assunção, no Paraguai” (KROETZ, 1985, p. 98/99).





Figura 17: Detalhe da porção Oeste do Mapa Geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba e seu prolongamento até a Foz do Rio Iguassu nos limites imperiais com as Repúblicas do Paraguay e Argentina” assinado pela Companhia Geral das Estradas de Ferro Brasileira. O trajeto tracejado corresponde as linhas projetadas, mas não executadas.

Se por um lado o crescimento das atividades econômicas instigava medidas entre oligarquias e Estado para ampliar a exploração econômica, acirrando as animosidades frente à questão litigiosa, por outro lado também imputavam uma crescente violência aos caboclos mediante a expropriação das terras e dos ervais. Todavia é importante distinguir que o Movimento Social do Contestado, organizado pelos caboclos é contra a violência social e econômica, não sendo especificamente contra o estado catarinense ou paranaense. É a deflagração de uma crise aguda e violenta que desencadeia a luta armada e não implicações limítrofes-territoriais. Mesmo que o primeiro conflito tenha surgido em Irani, quando caboclos do estado de Santa Catarina se deslocam até Irani – Paraná, cujo movimento foi interpretado como invasão catarinense para tentar criar elementos do *uti possidetis* catarinense. A interpretação de que a presença cabocla no Irani foi como uma investida catarinense contra a soberania paranaense parte da oligarquia deste último estado, dando contornos político-estatais para um movimento social.

### **05.03. Partilhar e cultivar: a criação dos novos municípios, instituição dos poderes locais e incorporação das ideologias geográficas.**

A produção discursiva territorial que foi construída por ambos os estados era composta pela influência dos ideais do projeto concebido para o Brasil. Assim, a semântica construída em torno das fronteiras também versava sobre a modernidade, a civilização e o progresso e seus antônimos: arcaísmo, barbárie e natureza. Ainda detinha como função consolidar os

poderes locais mediante o controle da história local, atribuindo voz à perspectiva que convergia com os interesses da burguesia.

Para reforçar o controle estatal e influenciar a produção do espaço, a criação de unidades administrativas que partilham a gestão territorial está vinculada a um melhor exercício do poder no desenvolvimento das políticas que possam corroborar a formação do território, incluindo tanto a gestão do território quanto a formação da identidade. Nesse sentido, observou-se que a criação desses municípios seria propulsora da própria criação de relações políticas entre o poder estatal e um possível poder local a ser instituído, visando convergir interesses entre esses grupos. Assim, logo após o acordo limítrofe entre os dois estados, foram criados quatro municípios, sendo eles: Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba), Mafra e Porto União.

Como exemplo dessa possibilidade aberta para a instituição de poderes locais, basta recorrermos à constante troca da sede do município de Chapecó no período de 1917 a 1931, cujas permutas obedeciam a conflitos das relações locais e correspondia a um dos seus aspectos visíveis. Inicialmente fixada em Passo Bormann (localizada abaixo da sede da Colônia Militar do Chapecó), posteriormente foi transferida para Xanxerê (que correspondia a povoação constituída a partir da Colônia Militar do Chapecó). Em 1923, a sede retornou para Passo Bormann, e em 1930, foi novamente fixada em Xanxerê. No ano seguinte, foi definitivamente fixada em Passo dos Índios (atual centro de Chapecó). Representando o acolhimento do poder central e a sua própria espacialização, a localidade escolhida como centro emerge da condição de efemeridade, pois detém um poder simbólico importante e estratégico para o assentamento dos interesses particulares daqueles que conseguem se inserir nas estruturas administrativas locais. Em questões materiais também representaria um crescente investimento na localidade de Passo dos Índios, tornando-a beneficiada com o desempenho de referida função política, benefícios que também se transmutavam em prestígio aos grupos locais.

Essa mudança que pode ser compreendida como expressão das animosidades dos poderes locais, também evidenciava a escolha por determinados projetos em detrimentos de outros. Para Hass (2001), a ascensão de projetos e poderes políticos localizados manteve relações muito estreitas com o processo de ocupação desse espaço, sobretudo quando considerarmos que uma das características da estruturação administrativa do território da Primeira República era seu aspecto coronelista vinculado ao mandonismo local. Conforme destaca a autora:



A base estadual da organização e estrutura política, na Primeira República, acentua-se com a política, acentua-se com a “política dos governadores”, implantada no governo de Campos Salles (1898-1902), que consistia fundamentalmente em conferir uma dominação política aos executivos estaduais, em troca da eleição de deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal. Contudo, para fechar o circuito da estrutura de dominação, o desdobramento desse compromisso que envolvia o governo federal e o estadual teve de chegar ao município abrangendo o governo estadual e o local, onde o coronel determinava a orientação política e eleitoral, através do domínio que exercia sobre o eleitorado rural (HASS, 2001, p.70).

Essa necessidade de articular-se aos poderes locais acabava por conferir poder simbólico especial a estes, impulsionando também disputas pelas estruturas de mando local. Essa articulação pode ser compreendida como capital social na perspectiva de Bourdieu, que corresponde aos elementos, estratégias e instrumentos que um dado grupo social detém para o “jogo social”. É no interior dessas relações que a contínua mudança da sede do município é explicada, deixando de ser apenas um acaso, mas adquirindo uma conotação simbólica de poder. Com o objetivo de facilitar a governabilidade local, o estado catarinense atribuiu a responsabilidade de organização político-administrativa ao Coronel Manoel dos Santos Marinho, que exercia atividades ligadas à extração da madeira e erva-mate. Com as eleições municipais de 1918 e as eleições para Presidência da República em 1919, o desencadeamento de conflitos e disputas foi intensificado, abalando o poder do Coronel Marinho (HASS, 2001)<sup>197</sup>. Para além de questões eleitorais e políticas, o desprestígio da administração do referido coronel representava o enfraquecimento do controle estatal, que colocava o projeto colonizador sob ameaça, o que representava também diminuição das receitas obtidas por emolumentos e tributos fundiários<sup>198</sup>. Frente a esse contexto e com o objetivo de consolidar os esforços da colonização nos *sertões do poente* catarinense, o Governo do estado alia-se aos colonizadores, nomeando Manoel dos Passos Maia como delegado de polícia de Chapecó em 1919. Passos Maia era sócio da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, única empresa colonizadora que transferiu sua sede para o território catarinense. Com a renda auferida dos negócios territoriais passou a investir em atividades industriais e comerciais no recém-criado município. Vale ressaltar que competia a qualquer colonizadora a responsabilidade da implementação das obras de infraestrutura que geralmente competem ao estado<sup>199</sup>, o que serve de mais um exemplo histórico-concreto de que a formação do território brasileiro consistiu em

<sup>197</sup> É válido salientar que além dos conflitos e intrigas políticas, o desenvolvimento da comercialização de terras também ocasionava a expropriação de posseiros, fomentando conflitos de ordem social.

<sup>198</sup> Uma consulta nas diferentes mensagens de governadores ao Congresso Representativo do Estado durante o período da colonização, sobretudo após a resolução do litígio e Movimento Social do Contestado é possível verificar a recorrente menção aos valores tributários arrecadados com a colonização. Essas mensagens podem ser acessadas no site da Center for Research Libraries. [www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa\\_catarina](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina)

<sup>199</sup> Mais informações sobre as empresas colonizadoras estão disponíveis no Capítulo 07.

uma atuação conjunta e combinada do poder público e privado. Sobre a figura de Passos Maia e do Coronel Bertaso é possível ainda indicar que:

Sob o respaldo da colonizadora e de seu cargo de delegado, que lhe proporciona ligações diretas com o governo estadual, o coronel Passos Maia conquistou prestígio na região e tornou-se um importante líder político no Oeste e meio-oeste catarinense, também à frente do Partido Republicano, ocupando espaço político, no reduto dos Marinho (HASS, 2001, p.84).

No Oeste catarinense, o coronel Bertaso era um colonizador, que utilizava a maior parte das suas terras para comercialização, existindo uma relação de paternalismo entre ele e os migrantes que incentivou a explorarem a região. Na verdade, os colonos, apesar de serem donos de suas terras, acabam subordinados a uma classe possuidora, legitimando mais tarde sua ação política. (HASS, 2001, p.68)

A fixação da sede administrativa em Passo dos Índios (local onde estava a sede da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia a partir de 1922) e as informações acima descritas sobre as relações de poder local-estadual são representativas da consolidação tanto de lideranças locais vinculadas às atividades urbano-industriais (HASS, 2001) que faziam oposição ao poder agrário-madeireiro<sup>200</sup>, como de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, sociais e geográficas que consubstanciavam o projeto de modernização do território, “livrando-o” do jugo do passado arcaico, ainda atrelado às atividades agrárias e extrativas. Ainda como outra relação expressiva dessa proximidade entre agentes locais e estaduais, é possível mencionar a ligação de amizade e interesses entre os Bertaso e Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina (PETROLI, 2008, p.44)<sup>201</sup>.

Portanto, além de representar a ampliação do poder do estado, também evidenciavam a construção da *id-entidade* oestina a partir das novas políticas territoriais, consubstanciando como um elemento constituinte da conversão do “sertão” em Oeste<sup>202</sup>. Um processo que tem forte emprego da representação do espaço com a articulação da figura ideal de sujeito a construir esse futuro.

Conforme destaca Petrolli (2008), a partir da inserção de novos sujeitos sociais em Chapecó, houve de ser inserido e cultivado um “desejo” de modernizar o espaço, romper com

---

<sup>200</sup> Para melhor entendimento da conformação dos poderes locais em Chapecó, pode-se recorrer para duas obras de Mônica Hass, sendo elas: “Os partidos políticos e a elite chapecoense” (2001) e “O linchamento que muitos querem esquecer” (2013). Com um recorte temporal distinto daquele trabalhado aqui, são obras que fornecem importantes subsídios para compreensão da política local e suas articulações.

<sup>201</sup> Ver também: Jali Meirinho. República e Oligarquias.

<sup>202</sup> Sobre o papel dos imaginários na formação territorial consultar o Capítulo 06, especificamente o subitem “06.03. A criação de imaginários geográficos funcionais a formação territorial”.

o passado demarcado pelo “sertão”, acatando o projeto de modernizador do território e da sociedade brasileira. Isso implicava diretamente na produção do espaço local articulado com as demandas de outras localidades que passaram a estar conectadas ao Oeste catarinense. A ascensão desse projeto de modernização e progresso dos “sertões” pode ser analisada também pela criação da planta urbana que deveria corresponder à sede do município de Chapecó.

A elevação de Passo dos Índios como distrito sede coincide com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, momento que representa uma ascensão nas políticas públicas visando à modernização do estado e intensificação na modernização do território, com significativa valorização do urbano como percurso para criação de uma cidade moderna, ideal e do futuro (PETROLI, 2008). Mais do que desejada, sentida e almejada como cidade do futuro para impor uma mudança ao espaço, composto com resquícios do passado, essa representação de cidade é inculcada em um enlace entre os desígnios dos projetos do Estado brasileiro e interesses particulares (comércio de terras, negócios de infraestruturas etc.) que paulatinamente contribuem para a subordinação do trabalho (sobretudo camponês) ao capital.

A Figura 18 traz não exatamente a planta de 1931, mas um plano urbanístico de 1938 que conserva a proposta inicial (restrita ao X no tecido central e algumas quadras no entorno). A imposição da geometrização do espaço através da linearidade em contraposição à espontaneidade e sinuosidade das paisagens naturais era vista como avanço da civilização, isso que o traço retilíneo é uma manifestação da racionalidade e não da natureza. Ainda tem importância para a discussão que agregamos nas práticas de partilhar o espaço o fato de que foi assinada pelo engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso, filho do proprietário da Colonizadora Bertaso, colocando novamente em evidência que alguns grupos sociais acendem no poder local mediante a criação de unidades administrativas, visto que essas demandam um conjunto de políticas públicas, as quais também se constituem nos trunfos do poder.



progresso regionais. Além do Coronel Ernesto Francisco Bertaso e de seu filho Serafim Enoss Bertaso, foram fundadores do jornal o Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Dr. Antônio Selistre de Campos, e o advogado da colonizadora Bertaso e diretor do periódico, Vicente Cunha, além de outros colaboradores, como o advogado Cid Loures Ribas e o gerente comercial do jornal, Octavio Silva (PETROLI, 2008, p.18)

Denominado semanário independente, “a serviço de uma terra e de uma gente”, o jornal seria apenas uma publicação modesta, segundo seus articulistas, como o seu pequeno formato fazia ver (periódico de apenas quatro páginas). Desse modo, de acordo com o editorial da primeira edição, o jornal não estaria sendo direcionado às “pessoas letradas”, mas aos “homens simples”, os quais eram a maioria dos patrícios (colonos) da região de Chapecó. A esses colonos, pretendia-se transmitir conhecimento, na medida do alcance intelectual de seus fundadores. Através dos artigos jornalísticos, dar-se-iam “[...] *noções de ciências, artes, higiene, estatísticas bem como exigências fiscais, modificação na legislação e o que for ocorrendo no comércio, indústria, inclusive agricultura [...]*”. Assumindo as “concepções de propaganda”, de Vargas, seus fundadores afirmavam o compromisso com a Constituição Brasileira de 1937, por entenderem ter sido está a garantia da segurança nacional (PETROLI, 2008, p.71/72).

Essas aproximações entre desejos de mudanças inculcados e disseminados a nível local, a produção do espaço advindo da integração territorial, um considerável ataque a alguns elementos linguísticos e étnicos da região (como o medo do “perigo alemão” durante o Estado Novo), a busca por disseminar a civilização pelo estado capitaneado pelo IHGSC, bem como a reinvenção da “pequena pátria” durante o alvorecer dos ideais republicanos são fatores que se somam para, conjuntamente, delinear uma interpretação e um culto a determinados elementos sociais. Destes emerge a associação de figuras sociais cujas práticas sociais implicam na conquista do espaço – uma prática que implica a mobilidade geográfica, tal qual muitos colonos migrantes haviam efetuado recentemente. Logo, isso acaba por criar associações semânticas permitindo que um determinado grupo social reconhecesse nesses discursos uma importância que poderia internalizar na construção da sua identidade.

A importância do culto aos fundadores das localidades também teve espaço nos currículos escolares através da mediação do IHGSC, o qual manteve relações próximas com o setor educacional durante as primeiras décadas do século XX (SILVA; ZAMBONI 2013). Essa proximidade entre o Instituto e o conteúdo escolar pode ser percebida nas orientações para a abordagem em sala de aula da história local, que contempla um entendimento a partir da atuação dos fundadores<sup>203</sup>

01º – o que era a localidade a princípio, o seu aspecto primitivo qual deveria ter sido, *os seus fundadores o quanto sofreram para a povoarem.*

<sup>203</sup> Lembrando que fundação e formação são conceitos distintos e fornecem campos de entendimento diversos entre si (CHAUI, 2000).

02º – que o Brasil é hoje um grande país, mas que não o era a princípio, pois só era habitado por selvagens;  
3º - que o modo de vida dos selvagens era diferente do nosso e em que consistia essa diferença (SANTA CATARINA, 1914, pg. 26 apud SILVA; ZAMBONI 2013, p.149)

A emergência do regime republicano forjou que fossem buscados novos elementos para constituir a historiografia do país e das regiões, que com o diferencial dos discursos efetuados no período imperial, haveriam por dar destaque à população – dado que a categoria “povo” passa ser um importante recurso empregado na construção discursiva, narrativa das ideologias para o assentamento e consolidação do regime e políticas. Conforme já expomos no Capítulo 03, esses discursos sobre o povo seriam talhados pela “potencialidade” que os mesmos detinham para incorporar a modernização, realizar a transformação do quadro social e produção do espaço de acordo com as demandas do capital.

Nessa construção dos discursos sobre as identidades nacionais, regionais e mesmo locais, as paisagens, sobretudo dos espaços públicos, passaram a incorporar esse ideário republicano de construção identitária e consagração das personalidades políticas. A nível regional, percebe que foram utilizadas as características paisagísticas construídas pelos colonos-migrantes para enaltecer o acerto das decisões e a grandiosidade da ação das autoridades que haviam se dedicado à referida empreitada. A paisagem foi acatada como um elemento importante para constatação da efetiva inserção do fundo territorial ao projeto modernizador elaborado nos finais do século XIX, que também é incessantemente buscada e retratada nas memórias de Costa (1929) e Boiteux (1929), que funcionavam como atualizações temporo-espaciais das descrições tecidas por viajantes, como Avé-Lallement ou Saint-Hilaire sobre outros “sertões” de Santa Catarina. Costa (1929) e Boiteux (1929), enquanto descreveram suas memórias e impressões durante o deslocamento da Bandeira Konder não deixavam de ressaltar essa transformação paisagística e a ampliação da presença do estado ao longo de toda região Oeste: conforme deslocam-se, é narrada a visitação à casa de coletoria de impostos, hospitais, escolas públicas, delegacias, prefeituras, sede das empresas colonizadoras, estabelecimentos comerciais e de serviços, entre outros.

A interpretação de que o desenvolvimento da colonização e as alterações espaciais advindas da caolonização eram expressões visíveis do progresso e da conquista de um novo tempo não ficou restrita aos discursos políticos. A trajetória da migração e colonização é frequentemente inserida nos discursos localistas e regionalistas como uma “epopeia” marcada pela bravura, atribuindo tons de heroísmo aos elementos da identidade regional. Isso pode ser

verificado nas datas comemorativas, sobretudo as cívicas<sup>204</sup>, em que os municípios realizam homenagens aos primeiros moradores, primeiros colonizadores etc., fazendo da memória familiar o alicerce da memória regional. Salientando diretamente sobrenomes/famílias ou não, essas cerimônias reconstituem e reforçam o discurso oficial, bem como reforçam os poderes locais constituídos no interior das sociedades municipais.

Nessa perspectiva é interessante um diálogo com a representação em torno do monumento Desbravador situado no centro da cidade de Chapecó. A obra foi inaugurada em 1981, com o objetivo de homenagear “os primeiros desbravadores que colonizaram e construíram o município”. A figura é composta por um homem, vestido com poncho e chapéu santafesino, o que nos remete à representação do gaúcho<sup>205</sup>. O mesmo traz empunhado um machado na mão direita, simbolizando o trabalho, bem como remete ao “desmatamento civilizador” realizado durante os primeiros anos de colonização. Na mão esquerda, segura um louro que simboliza a vitória<sup>206</sup>. Além da evidente associação e reforço do heroísmo atribuído a esse grupo social, existem outros elementos espaciais que podem ser inseridos na análise.

---

<sup>204</sup> Nas comemorações de 07 de setembro existem grupos que retomam a história municipal, mediante homenagem aos primeiros moradores e ao passado construído por esses. O cenário compõe das ferramentas e utensílios usados nos cultivos agrícolas ou domésticos, vestimentas, bem como expressões culturais – geralmente reduzidas ao acordeom e violão. Os fatos históricos e agentes são anunciados pelo orador que descreve o desfile como um todo. Em algumas comemorações do aniversário da emancipação munícipe ocorrem festividades nas primeiras comunidades ocupadas pelos colonos-migrantes, que prestam homenagens aos primeiros moradores (geralmente citando sobrenomes e famílias), quando não inserem outros tipos de primeiros: primeiros casamentos, primeiro professor (a).

<sup>205</sup> A significação proposta pela obra sugere uma associação com o gaúcho desejando remeter ao descendente do imigrante europeu, trata-se de uma associação equivocada, dado que existe uma diferenciação entre estas duas figuras. O primeiro é resultado da miscigenação entre ibéricos (espanhol e luso) e indígenas (charruas, minuanos e guaranis), cuja constituição social e cultural ocorre antes da imigração Oitocentista. Já o descendente do imigrante, que deveria ser designado de rio-grandense, chega somente no século XIX, mas acaba por apropriar-se de hábitos dos primeiros. A sutileza das diferenças e conflitos podem ser consultadas em *O Tempo e o Vento*. Veríssimo.

<sup>206</sup> Além desse monumento, também é possível recorrermos para os nomes de praças, sedes comunitárias, nomes de ruas etc., que consagram cotidiana e silenciosamente a vitória de um modelo de organização social. Isso é uma prática encontrada também em outros municípios, que em alguns casos também possuem um monumento aos colonizadores, como é o caso do município de Itapiranga.



Figura 19: Imagem do monumento “o Desbravador”. Centro de Chapecó – SC.  
 Fonte: <http://www.hotelbertaso.com.br/Fotos>

Finalizo este item recorrendo ao uso da paisagem como meio e condição para o desenvolvimento de relações de poder político, econômico e ideológico, dado que o monumento claramente venera um modelo de organização social organizada em torno do projeto modernizador elaborado nos finais do século XIX. Para Correa (2011, p.10), a paisagem “(...) não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores”, cuja compreensão dos seus sentidos deve ser buscada no seu significado. Pode ser compreendida como portadora de um sentido político, como veículo de uma ideologia visual. Para Cosgrove (2002), são produtos históricos que expressam as marcas de mudanças que uma dada sociedade vivencia em determinado período.

A paisagem na perspectiva dos significados permite a construção de leituras que podem variar de acordo com a capacidade interpretativa e imaginativa do observador, portanto não são reproduzidas mimeticamente por quem as observa. Porém, elas possuem uma tendência de leitura e relações que é imposta pelo conteúdo que a paisagem comporta, devido ao seu simbolismo.

A materialização da imagem do Desbravador, além da dimensão ideológica em torno dos agentes ideais, conforme o louro empunhado no monumento expressa a vitória de



uma dada classe econômica, a qual, através das instâncias legais-burocráticas, constrói o espaço social gravitando em torno de suas trajetórias. O homem representado também não é universal, ao apropriar-se da imagem do gaúcho, informa sobre a direção geográfica de origem daqueles que são simbolizados como construtores daquela sociedade – não permite compartilhar a glória com aqueles que já residiam ali antes da chegada desses colonos-migrantes.

Para compreender a força histórica e ideológica do monumento, deve ser considerada a iconografia das paisagens, a perspectiva que Cosgrove (2002) retoma de Panofsky. Propõe que as paisagens sejam interpretadas como textos codificados a serem decifrados a partir da cultura do lugar onde a obra foi produzida, articulando com essa leitura a própria interpretação dos elementos que integram esse monumento-texto. A composição que articula o louro, o machado, o tipo de homem representado, a postura altiva é uma articulação harmônica que retoma heroica narrativa dos colonizadores. Para Cosgrove a visão está intrinsecamente relacionada à ação, o que nos sugere afirmar que o conteúdo discursado através da paisagem também teve (e tem) sua influência nas políticas para construir a nação/região. Enfim, para inculcar determinado conjunto de práticas sociais na produção do espaço. A força também reside na localização dessa paisagem icônica: centro da cidade, possui grande visibilidade e acessibilidade.

Há ainda mais uma particularidade a ser inserida nessa leitura. Ao mesmo tempo em que a imagem retoma a história coletiva dos colonizadores e dos colonos-migrantes, atribui ênfase a uma figura política de Chapecó, redirecionando a imagem para os conflitos dos poderes locais. Além de situar-se no centro da cidade, a obra está na Praça Coronel Bertaso, e também entre a catedral católica<sup>207</sup> e o Hotel Bertaso, conforme pode ser confirmado no letreiro sobre o edifício (conforme Figura 19). A figura dos Bertaso é recorrente na história e historiografia do Oeste catarinense e revela como a imagem do Desbravador foi apropriada para identidade regional. Sendo a única empresa colonizadora que transfere sua sede para a região, bem como investe nesse local os capitais para o desenvolvimento de outras atividades, sobretudo a industrial, a atuação também se expande para os campos do poder local. Hass (2001; 2013) identifica que a partir da introdução de novos agentes sociais com a colonização, as antigas relações sociais e de poder foram tensionadas e reconfiguradas mediante conflitos e disputas locais. Isso ocorreu nos locais em que os antigos moradores permaneceram – como o atual Chapecó – dado que eram pessoas que conseguiram legalizar suas posses territoriais e

---

<sup>207</sup> Importante agente de organização social e atuação política regional (SERPA, 1997).

que desfrutavam de prestígio político constituído devido às patentes de coronéis e ao desenvolvimento de atividades de extração madeireira, ervateira e de pecuária. Foi a partir dessa atuação, que agrega poder econômico e prestígio sócio-político em relação aos novos moradores (os colonos) e acabou por criar uma variante do coronelismo. Hass (2001) propõe que neste caso a especificidade do coronelismo é através das relações entre os colonos com as empresas colonizadoras (como a figura de Bertaso ou ainda Carlos Culmey). Neste caso, o latifundiário não está envolvido nas relações coronelísticas, mas é influenciada pela estrutura socioeconômica construída em cada espaço.

A ressignificação simbólica, seja por meio da criação ou da ressemantização de topônimos, seja pela significação de paisagens, configura elemento importante para a territorialização do poder, tornando robusta a presença do estado (quando comparada ao início do processo da integração), bem como da sociedade que estava em constituição. Aqui se sobressai o entendimento do território também na sua dimensão imaterial, como um produto da imbricação das condições materiais e imateriais, que além de estipular a superfície de atuação de uma entidade política, cria mecanismos simbólicos, tributários e jurídicos para desenvolver um modelo econômico e social.

## Capítulo 06. Alinhavar, conhecer e significar: colocar linhas, significados e poder nos confins

Este capítulo tem como objetivo descrever o que identifico como *segundo, terceiro e quarto verbos* da inserção de um fundo territorial. O primeiro refere-se ao processo de geometrização do espaço, ou como exposto no título, o ato de *alinhavar*, de desenhar linhas na terra para tornar o espaço passível de uma leitura que atenda às demandas do Estado territorial, bem como a episteme do capital. Aqui, o desenvolvimento dos mapeamentos na perspectiva euclidiana, empregados de forma crescente na América Latina sobretudo no século XIX (GARAVAGLIA; GAUTREAU, 2011<sup>208</sup>), foram alicerces fundamentais para a consolidação dessa forma de ver e relacionar-se com o espaço. Conjuntamente, o ato de *conhecer* as feições geográficas, as riquezas naturais e as características etnográficas consubstancia esse processo de tornar conhecido o espaço para melhor exercício do poder e, também, do desenvolvimento do referido modelo econômico. O ato de conhecer não corresponde necessariamente a uma leitura fidedigna daquilo que é observado. Ao mesmo tempo em que se refere à produção de um conhecimento descritivo, que enumera, elenca, classifica os elementos que vai encontrando, o conhecer também é acompanhado pela ação de produzir documentos cartográficos e sobretudo *significar* os espaços. É, em suma, a construção de uma imagem a partir de uma referida leitura talhada pelo conjunto de valores e interesses daquele que se debruça sobre o “desconhecido”. Essas imagens, mesmo que elaboradas a partir de visões parciais da realidade, não deixam de ser importantes para apreender os elementos que foram motivados para a construção dos projetos políticos, como o projeto de modernização do território que demarca a transição do Oitocentos para o século XX, que, por sua vez, acabou por produzir tensões com a realidade encontrada.

Alinhavar, conhecer e significar são elementos e práticas que estão intrinsecamente relacionados. Ao separá-los, objetiva-se chamar a atenção para a importância da geometrização do espaço realizado mediante a atuação dos engenheiros militares e das comissões demarcatórias. Aqueles e estas como agentes e práticas fundamentais na elaboração de saberes que viabilizaram a comercialização de terras posteriormente – ou seja, insistimos com recorrência que existem relações intrínsecas entre aquilo que a historiografia tem posto como o Oeste catarinense e aquilo que tem sido recusado como elemento da sua formação. No desenvolvimento da pesquisa, sobretudo quando surgiam algumas

---

<sup>208</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre (Org). Mensurar la tierra, controlar el territorio. America Latina, siglos XVIII-XIX. PosHistoria Ediciones. Rosário. 2011.

interrogações, persistia a inquietação entre a transição de um espaço representado como um espaço em “aberto”, vazio de informação<sup>209</sup>, sem identificar as medições topográficas, mostrando apenas os principais rios, limites ou serras para, posteriormente, ser representado em um espaço fracionadíssimo em lotes territoriais, como é possível visualizar nas propagandas confeccionadas pelas empresas colonizadoras ou pelas plantas cadastrais. Ou seja, de onde e como surgiu todo esse conjunto de conhecimentos que permitiu incorporar esse fundo territorial. Aqui, reside um somatório entre as ações do cotidiano (como as expedições dos engenheiros militares) e as eventualidades (menos corriqueiras), como as comissões demarcatórias que, conjuntamente, conformaram um arsenal de conhecimentos geográficos que possivelmente foram aproveitados para consubstanciar o processo de concessão das glebas para as empresas colonizadoras. Dentre os objetivos dessa operação de alinhar, está o intuito de exercer o poder e o controle territorial na forma de elementos explicativos da pertinência dessas práticas, a fim de se compreender a integração desse fundo territorial. Um processo muito apoiado na cartografia militar e diplomática, as quais são realizadas por instituições oficiais, o que demonstra como a ciência pode ser revestida de poder conforme os usos.

É relevante considerarmos a influência destas práticas desempenharam tanto para o desenvolvimento de um saber cartográfico como também para consolidar o controle econômico e político do espaço. A territorialização da economia monetária seria praticamente inviável se não fossem alteradas as relações e referências espaciais, incorporando nestas últimas a premissa do controle absoluto e da delimitação precisa.

Em questões histórico-geográficas será explorada a importância desse processo por meio da atuação dos engenheiros militares alocados na Colônia Militar do Chapecó, das Comissões Científico-Demarcatórias e das empresas colonizadoras. O segundo verbo, *conhecer*, além dos agentes e práticas supramencionados, comporta, ainda, o conjunto de viajantes que passaram pelas redondezas dos Campos de Palmas. Ao o mesmo tempo em que teciam leituras sociográficas, balizadas pelo agregado de valores próprio de cada viajante, também construíam um acervo de descrições que tornava menos desconhecidos os *Campos de Palmas e territórios contíguos*.

Na perspectiva do Estado de poder soberano sobre uma dada superfície terrestre e todo o conjunto de elementos naturais que a compõem, o controle desse espaço é imprescindível

---

<sup>209</sup> Como exemplos de mapas pode-se recorrer ao “Mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos” (1843) de Tito Alves de Brito (disponível no site Biblioteca Digital Luso-Brasileira) ou ainda do “Mapa do Estado do Paraná” (1896) de autoria de Alberto Ferreira de Abreu, Cândido Ferreira de Abreu e Manuel Ferreira Correia.

para se executarem as operações e intervenções, a fim de se formar o território. Sob essa premissa, elevar o controle sobre uma área, dominando o conjunto de informações, bem como impondo os elementos do sistema estatal adotado, correspondia a uma tarefa necessária, senão primordial. Em termos concretos, podemos identificar o desenvolvimento desse sistema de controle territorial através das práticas de mensuração e conhecimento geográfico que caracterizaram todo o período de inserção do fundo territorial em questão. É a partir dessa base espacial definida que o Estado deu continuidade às operações de formação territorial, seja para a resolução dos litígios internos, aprofundamento do conhecimento para orientar os processos de comercialização de terras e construção das vias. Tratava-se de uma base matemática, deixando o espaço suscetível a cálculos, a projeções de obras de infraestruturas, à imposição das plantas cadastrais para composição das propagandas.

A linearidade e a inscrição do poder sobre a superfície terrestre são convergidas na instituição do limite<sup>210</sup> – etapa e condição cara para que um Estado possa garantir seu patrimônio territorial e as condições das etapas seguintes<sup>211</sup>. O desenvolvimento de intervenções e políticas no âmbito da geografia material são ações caras e necessárias para que, posteriormente, uma dada fracção se coloque na condição de classe dirigente na construção do Estado-Nação. Não serve apenas para delimitar, segue num contínuo trabalho de gerenciamento do patrimônio territorial que demanda a constituição de vínculos afetivos da população para com os contornos conquistados<sup>212</sup>.

A discussão sobre o território em formação, sejam suas fronteiras recém acordadas, sejam os espaços percorridos, contribuía para esboçar uma imagem do Brasil, que por sua vez também era usada para nortear a construção material. Nessa perspectiva, é pertinente a atuação de entidades dedicadas ao conhecimento, à leitura e à produção discursiva sobre determinados espaços, pois forneciam uma determinada imagem espacial, tornando-o menos desconhecido para aqueles que apreciavam referidas leituras, agregando-se ao conhecimento produzido pelos trabalhos *in loco*. Dentre as entidades, destacam-se, no Brasil, a Sociedade de Geografia, o Instituto Histórico Brasileiro e seus congêneres pelos diferentes estados, bem como o Clube de Engenharia. Para os trabalhos mais técnicos, com expedições a campo, é

---

<sup>210</sup> Para Allières, limite corresponde a uma linha imaginária de natureza política que torna perceptível o terreno de atuação do poder do Estado. Pode-se ainda acrescentar que ao contrário da fronteira política, que carrega em si a noção de zona de contato, de transição, o limite ressalta a separação.

<sup>211</sup> Como ações posteriores além do desenvolvimento de um mercado que o mantenha inserido na economia mundial, destaca-se para os trabalhos que girando em torno da Nação e seus derivados (JANCSÓ, 2003), processo em que o desenho do território nacional assume papel importante na perspectiva de Anderson (2008).

<sup>212</sup> É em virtude dessa constituição de vínculos que são produzidos uma quantidade significativa de discurso cuja enunciação emprega termos coletivos (como Nação, Povo, Pátria, etc) disseminando os interesses particulares como universais ou nacionais (Fernandes, 1981). Isso aparecerá no Capítulo 09.

possível destacar a atuação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do Observatório Astronômico Nacional (1827) – atuou em diferentes atividades científicas, desenvolvendo pesquisas, atuando em atividades práticas como a definição dos limites internacionais e das divisas entre estados<sup>213</sup> – mediante a concessão dos instrumentos<sup>214</sup>. Adiciona-se, também, o Ministério das Relações Exteriores nesse rol de instituições com participação por meio de empréstimos de instrumentos.

### **06.01. Alinhavar: a geometrização do espaço e o controle estatal**

A interiorização do Governo Imperial a partir da segunda metade do século XIX esteve igualmente articulada a um processo de elevação do conhecimento do território para subsidiar políticas territoriais e não-territoriais. As ações para efetivar tal intenção foram realizadas por diferentes agentes e em diferentes contextos. Para essa pesquisa, destaca-se a atuação das Colônias Militares criadas na área da fronteira meridional Oeste, que dentre suas finalidades, comportavam, também, o trabalho de tornar conhecido o interior brasileiro, além de elevar as condições de controle territorial e populacional de referidas áreas do Brasil. Ao final, resultaram na consolidação de um saber sobre essa área, o que permitiria a constituição de uma memória territorial para direcionar esforços, visando a uma maior integração com o restante do país e, sobretudo, a um maior controle sobre a mesma.

O conhecimento dos espaços ignotos perante os olhos do ator sintagmático<sup>215</sup> sempre consistiu um instrumento de poder. Isso porque as informações são trunfos do poder (RAFFESTIN, 1993), ao possibilitar que mediante esse elemento podem ser tecidos projetos, ações de controle e intervenções territoriais, ainda que o agente que concebe essas ações esteja distante do local de intervenção. A formação de um território é um projeto que está intrinsecamente relacionado ao domínio do conhecimento, o qual demanda ser produzido, buscado, levantado e sistematizado que tem na produção de descrições sociográficas (como descrições dos viajantes), ou mesmo através de representações espaciais uma prática fundamental. A cartografia assume um papel fundamental nesse processo, pois permite dar visibilidade ao espaço representado, sobre o qual podem ser imaginadas e projetadas

---

<sup>213</sup> O capitão Alpidio Gama foi o astrônomo chefe da Comissão, sendo que Enrique Morize foi o segundo Comissário. Posteriormente, em 1902, Morize assume a chefia com a saída do Major Botafogo.

<sup>214</sup> Livro 05 (431.07) da Questão de Limites entre Brasil e Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

<sup>215</sup> Ator sintagmático é empregado por Raffestin (1993) para designar aquele que comanda uma ação de formação territorial.

intervenções. Trata-se de um sistema sêmico de representação. São comunicações que, quando analisadas no interior desses projetos, visam assegurar a “ligação entre os objetivos intencionais e as realizações” (RAFFESTIN, 1993, p.145).

Grande parte da cartografia moderna surgiu no período renascentista, muito próximo à gênese do Estado Moderno – o que explica bastante sobre suas relações e proximidades, especialmente para estabelecer relações de controle, visto que “essa cartografia privilegiou uma ‘sintaxe’ euclidiana que certamente não deixou de contribuir para modelar os comportamentos do poder”<sup>216</sup>. Nadal; Urteaga destacam que o século XIX foi crucial para o desenvolvimento da cartografia moderna, capitaneada pela ação dos Estados Modernos europeus em formação que empregavam redes geodésicas normatizadas e também acresciam a quantidade de publicação de mapas de grande escala (1:10.000 a 1:100.000). Fundamental para as ações militares, esse tipo de mapa foi considerado indispensável não somente para as ações geomilitares, mas “también por su primordial importancia para las tareas de gobierno en ámbitos como las obras públicas, la modernización de las redes de transporte o el fomento de la agricultura, y en general para la organización de la administración pública” (NADAL; URTEAGA, 1990, p.48).

A cartografia sempre foi uma ciência vinculada às estratégias de poder, seja financiando, seja estimulando a produção de cartas, ou mesmo exercendo o controle sobre as informações a serem representadas e veiculadas nesses documentos (em outros termos, criando um acervo “secreto”, sigiloso). Contudo, a partir de uma gradativa institucionalização dessa prática, o Estado se faz presente também na exigência de produção do conhecimento territorial<sup>217</sup>. Conhecer e construir uma imagem do Estado via mapa, bem como construir, por meio dessas ações de cartografização, uma memória territorial. Sobre os traços peculiares da cartografia Oitocentista, que foi empregada no Brasil na transição XIX-XX, novamente é possível recorrer a Nadal; Urteaga (1990, p.02):

(...) suelen subrayarse aquellos que son testimonio de su avance técnico-científico. Entre otros, el mayor detalle y expresividad de los mapas que se publican, la creciente precisión lograda por el empleo de grandes escalas, la mejora en los sistemas de representación del relieve, y la generalización de levantamientos topográficos que se apoyan en redes geodésicas homologadas internacionalmente. Todo ello es cierto, como también lo es la creciente uniformidad de la producción cartográfica, propiciada por la homogeneización de la simbología y la internacionalización del sistema métrico-decimal. Falta, no obstante, añadir lo principal. La cartografía del siglo XIX no es tan sólo una cartografía expresiva,

<sup>216</sup> RAFFESTIN, 1993, p.145.

<sup>217</sup> É no século XIX, durante o primeiro meado na Europa e no segundo verificado também na América que os mapas deixam de serem conhecidos pelo nome pessoal de seus produtores, mas apresentados como empresas estatais ou de órgão estatais. (NADAL; URTEAGA, 1990; GARAVAGLIA; GAUTREAU, 2011).

precisa y de base científica, es, sobre todo, una cartografía "sin nombres", una empresa del Estado.

Para Raffestin, a cartografia euclidiana tem sua eficácia para as relações de poder, por comportar um sistema sêmico que se “trata de um puro jogo estrutural que transcende os objetos representados, mas que preserva seus contatos, suas relações” (1993, p.145). Propõe o autor, que a axiomática euclidiana é um sistema que viabiliza as relações de poder que são materializadas ou ainda estão em vias de ser. Como exemplo, podemos recorrer à missão da elaboração da Carta Itinerária assumida pelo MACOP. Essa peça cartográfica, que deveria essencialmente demonstrar as vias existentes, as projetadas e os percursos aptos à construção de estradas, forneceria uma imagem de uma rede lançada e a lançar sobre o território, trabalhando principalmente com o controle de fluxos e do patrimônio a ser explorado. As intencionalidades projetadas nas representações são passíveis de apreensão quando se consideram as circunstâncias da produção e do uso cartográfico em questão (HARLEY, 2005, p. 89), o que permite, também, desvelar a força histórica desses documentos<sup>218</sup>.

No interior de seus projetos territoriais – como alcançar determinados espaços, controlar os fluxos, integrar e funcionalizar regiões – os Estados modularam suas políticas a partir das informações reais e daquelas representadas cartograficamente. Independentemente de sua natureza empírica ou não, a importância é que, para além disso, os mapas permitiram e permitem uma leitura que orienta a ação no terreno. Nessas condições, pode-se afirmar que “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p.147).

Para essa prática, a visão do espaço a partir da perspectiva euclidiana foi fundamental, por fornecer subsídios para o modelo estatal em formação e para a disseminação do modelo capitalista de produção, que possui, entre seus pilares, o controle do espaço e do tempo (HARVEY, 2011). A conformação do Estado territorial demanda a constituição de um espaço de atuação cuja circunscrição seja precisa para o exercício de sua soberania. Desse modo, conjuntamente com a *partilha dos espaços*<sup>219</sup>, o ato de conhecer e medir também é formar o território.

A representação cartográfica do espaço permitiu visualização e sintaxe do conhecimento sobre os lugares, o que também implicou na possibilidade de elaboração de

---

<sup>218</sup> Um exemplo emblemático foi o Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) que implicou em políticas territoriais no Brasil, porém, as representações das vias, riquezas, etc também conseguem influenciar em ações.

<sup>219</sup> Capítulos 04 e 05.



ações a partir das informações dispostas. Assim, os conteúdos que compõem os mapas poderiam ser lidos para além da sua representação, mas percebidos como informações que subsidiariam as ações no terreno, a orientação de políticas territoriais etc.

Nessa concepção, é importante considerar que existe uma relação entre a produção do conhecimento cartográfico (advindo das mensurações) e o seu emprego em relações de poder. Para apreender essa relação é necessário considerar o contexto histórico de sua produção ali representado, “a maneira pela qual o exercício do poder estrutura o conteúdo dos mapas e a maneira pela qual a comunicação cartográfica, num nível simbólico, pode reforçar este poder por intermédio do conhecimento cartográfico (HARLEY, 2004, p.04)”. Assim, uma peça cartográfica pode ter seu discurso desvelado a partir da correlação desses três elementos, colocando em cena a organização social que determina e funda a organização social representada. Aqui, tornar-se significativa a passagem de Raffestin para o qual

produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Dessa forma as representações são como dispositivos que orientam uma dada leitura, bem como induzem a um certo conjunto de ações. Logo, mesmo que construídos sob os pilares de uma ciência que se autoconcebia como dotada de objetividade e neutralidade, reporta um agrupamento de finalidades em suas linhas e entrelinhas. Ao se tomar como base a afirmativa anterior, considera-se que as intencionalidades presentes na forma de elaboração (aqui considerada desde os trabalhos *in loco*) e seus usos, uma maneira de consolidar um conjunto de valores disseminado na forma de discurso. Isso pode ser exemplificado na relação entre a linearidade precisa do Estado territorial e os trabalhos de sua definição após o Tratado de Palmas (1895), ou entre Paraná e Santa Catarina (1916), bem como na concepção da propriedade privada.

A ciência passou a ser um instrumento para viabilizar o elemento “precisão”, que constituiu o Estado territorial. Há uma confiança extrema na cartografia enquanto instrumento que poderia minimizar as dúvidas e orientar as leituras – conforme pode ser visualizada na passagem de Orville Derby<sup>220</sup> (1897), ao afirmar que a Questão de Palmas era uma questão

---

<sup>220</sup> Orville Derby foi importante cientista durante o regime Imperial e primeiros anos republicanos. Graduado em Geologia em 1873 e em 1874 obteve o grau de “Master of Sciences”, cuja tese abordou sobre o rio Tapajós – Pará. Integrou a Comissão Geológica do Império, cuja principal missão era confecção de um mapa geológico do Brasil. Após a Comissão ser extinta, em 1877, Derby atuou junto ao Museu Imperial e Nacional do Brasil. Até o seu suicídio, sua biografia no Brasil é composta por atuação de diferentes projetos, pesquisas de campos e

cartográfica, a partir da recuperação e interpretação correta dos mapas<sup>221</sup>. A moldura explicativa em torno dos mapas, que foi habilmente empregada por Rio Branco, não era uma exclusividade do pensamento do diplomata, mas de todo um contexto que acreditava na objetividade das técnicas e dos aportes que a ciência ofertava.

O aperfeiçoamento da “ciência da demarcação” está relacionado à necessidade de se fixarem limites territoriais e às práticas em torno dessa atividade (GOLIN, 2002; p.11). Durante todo o processo de colonização e de instituição dos Estados independentes, a formação dos territórios esteve alicerçada no aperfeiçoamento das técnicas de medição da terra, o que nos permite afirmar que a cartografia também pode ser indicada como uma arma de conquista (BUENO, 2005<sup>222</sup>) e de formação territorial. Além da demarcação de posses em questões litigiosas, pode-se indicar, ainda, o emprego de trabalhos cartográficos (levantamentos, mapeamentos, descrições etc.) na interiorização do poder estatal para áreas em estudo.

De forma concreta, o que estava em questão era o grau de centralização e homogeneização da informação territorial, bem como a primazia de determinados organismos do Estado no controle das informações e no equilíbrio entre a administração civil e estatal sobre o patrimônio. Como será mostrado adiante, essa tarefa não foi consolidada somente com a ação institucional, mas desenvolvida na ação conjunta de profissionais privados e estatais que eram motivados por interesses que, em um somatório, permitiram que esse saber e esse poder fossem consolidados.

#### **06.01.02. As definições dos limites: práticas, questões técnicas, leituras e discursos territoriais.**

Após a partilha dos espaços entre Argentina e Brasil, foi desenvolvido o processo de consolidação dos limites validados no Tratado de Palmas (1895). Para demarcação das linhas limítrofes entre países litigantes, fazia-se necessário o comum entendimento de uma

---

produção de trabalhos científicos, predominantemente em mineralogia e geologia. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

<sup>221</sup> Revista Brasileira, 1897. Essa ideia de questão cartográfica para resolução do litígio com a Argentina também foi explorada pelo Barão do Rio Branco, conforme destacado no item anterior.

<sup>222</sup> Ao fazer essa afirmação, a autora recorre a imagem do cartucho da Carta da Comarca de Sabará (MG), no qual é representado um indígena que munido de arco mira a flecha a um homem de traços ocidentais que está portando prancheta e compasso. A imagem é riquíssima para discorrer sobre como o conhecimento ocidental serviu para consolidar seu próprio poder e disseminar para novos espaços a sua forma particular de relacionar-se com o mundo.

cartografia referencial apta a subsidiar essa tarefa, a partir da qual uma série de instruções foram elaboradas para orientar os trabalhos na definição dos limites no terreno. A adoção de uma cartografia euclidiana, com emprego de linguagem matemática e abandono da inserção de elementos visuais diversos (como iconografias, pinturas de paisagens, símbolos estatais etc.), já se tinha alcançado lugar privilegiado para orientar os trabalhos de representação espacial (BLACK, 2011; CARAVAGLIA; GAUTREAU, 2011). Desse modo, as instruções elaboradas para orientar os trabalhos *in loco* indicam a realização de atividades que permitiriam produzir, mais tarde, peças cartográficas que tanto reforçam o discurso do espaço de soberania preciso, quanto subsidiam leituras cartográficas a partir de uma visão de mundo que toma o espaço como passível de cálculos e medições.

Os trabalhos foram deliberados pelo Protocolo de 1900, com exigências de tarefas topográficas, geodésicas e astronômicas<sup>223</sup>. A partir da instrução primária elaborada em 1900, ficou definido que os trabalhos concernentes à Comissão estavam divididos em: sondagem dos rios, delimitação, estabelecimentos de marcos, elaboração de documentação cartográfica – um mapa de fronteira, bem como outros menores para representar as ilhas, rios, seções transversais dos rios e as sondagens que possuíam mais detalhes. Determinava, ainda, que as notas de cadernetas de serviço de campo deveriam ser conferidas para não permitirem diferenças nos elementos de cálculos e não criarem condições para novas divergências (ARGENTINA/BRASIL, 1900, p.14).

O fato de adotarem como princípio limítrofe o critério fluvial não tornava desnecessário o processo de medição, sendo empregados as sondagens e um amplo conjunto de cálculos que foram lançados sobre rios, sobretudo na definição do talvegue. Quando se tornou impossível empregar os instrumentos ou técnicas de medidas (sinais de fogo), optou-se pelo emprego dos mapas confeccionados pela Comissão Mista Exploradora de 1887-1888<sup>224</sup>, a qual efetuou o reconhecimento dos rios indicados como possíveis limites (Peperi-Guaçú, Santo Antônio, Chapecó e Chopim). A definição a partir dos trabalhos realizados entre 1887-1888 foi aplicada no trecho entre a Vila de Santo Ângelo (RS) e a foz do Rio Peperi-Guaçú.

A existência de uma linha de telegrafia próxima à faixa de fronteira, especificamente na Vila de Boa Vista e Comarca de Palmas, permitiu que algumas medições fossem realizadas

---

<sup>223</sup> A comissão iniciou os trabalhos em 1901 e encerrou em 1905. Era composta por pessoal especializado como cientistas (Henrique Morize, Cruls, etc), engenheiros militares, foi chefiada pelo General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, que posteriormente foi homenageado com a ressemantização de parte do povoado de Baracón para Dionísio Cerqueira (Santa Catarina).

<sup>224</sup> A Comissão Mista foi instituída para efetuar o reconhecimento do território litigioso entre Argentina e Brasil, resultando em produção cartográfica e trabalhos astronômicos que foram posteriormente utilizados para definição dos limites no século XX.

a partir dessa tecnologia, reforçando a importância desse aparato técnico na administração do território. Esse ponto telegráfico também era usado para comunicação feita pela Comissão aos Ministérios da Guerra, Marinha e Negócios para encaminhar pedidos e requerimentos<sup>225</sup>.

No “Livro de Actas da Segunda Partida” consta uma carta da fronteira com escala de 1:500.000, que é ricamente acompanhada de outras informações, por mapas menores e também fotografias das paisagens, marcos, cerimônias etc (ver Figura 20). Os trabalhos finais das expedições demarcatórias passaram a incorporar as fotografias como instrumentos para auxiliar não apenas nos registros cerimoniais, mas em especial naquilo que era observado. Como parte da racionalidade instrumental que predominava no século XIX, as fotografias representavam a confiança na objetividade do instrumento, nelas residia a confiança que poderia apreender o real tal como era sem interferência do homem. Desse modo, o “Atlas”, que é resultado dos trabalhos de campo registrados nas cadernetas, é utilizado no interior da mesma racionalidade do emprego técnico para medição dos limites: um pensamento que era concebido como dotado de objetividade. Refere-se a uma intrincada relação entre os artefatos empregados para a execução das tarefas e a concepção de que os agentes usavam os instrumentos na leitura e na elaboração científica/ discursiva da área analisada.

É interessante observar que na transição da cartografia antiga (que predomina até o século XVII) para a cartografia com traços euclidianos (cuja linguagem matemática foi sendo aperfeiçoada paulatinamente), houve o abandono da inserção de elementos decorativos (que variam desde desenhos de paisagens<sup>226</sup> a símbolos, brasões etc.). Porém, para as produções cartográficas advindas da demarcação limítrofe, os trabalhos eram compostos por significativa presença de fotografias. O que reforça a tese de Toral (2001) sobre a objetividade depositada nas fotografias, conferindo a elas um papel especial na construção do conhecimento sobre os espaços ignotos do Estado.

O emprego de fotos também foi uma prática adotada para tornar conhecida a fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, cujo acordo de limites foi firmado em 1916. Se realizarmos um comparativo com a Comissão Demarcatória dos Limites entre Santa Catarina e Paraná, é possível traçar algumas semelhanças entre as tarefas, principalmente as questões técnicas. O levantamento das fazendas situadas na faixa de fronteira e as descrições dos lugares percorridos são indicados como ações necessárias. De acordo com a instrução, competia às comissões demarcatórias:

---

<sup>225</sup> Livro 05 (431.03) da Questão de Limites entre Brasil e Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

<sup>226</sup> Exceção é observada na composição das propagandas das empresas colonizadoras mas deve-se a finalidade das propagandas.



Figura 20: Mosaico composto com imagens do Actas da Segunda Partida. A primeira coluna corresponde a (da superior a inferior): Marcos Secundários na Ilha do Uruguay; Colônia Militar do Alto Uruguay; Colônia Militar do Alto Uruguay. Na segunda coluna (da superior a inferior): Construção de marco; Marco brasileiro da foz do Peperyguaçu. Na terceira coluna (da superior a inferior): Desembarque da Comissão em Piray (1903); Inauguração do marco da cabeceira do Peperyguaçu. Fonte: Actas da Segunda Partida, Arquivo Histórico do Itamaraty. Org: Moraes, C.

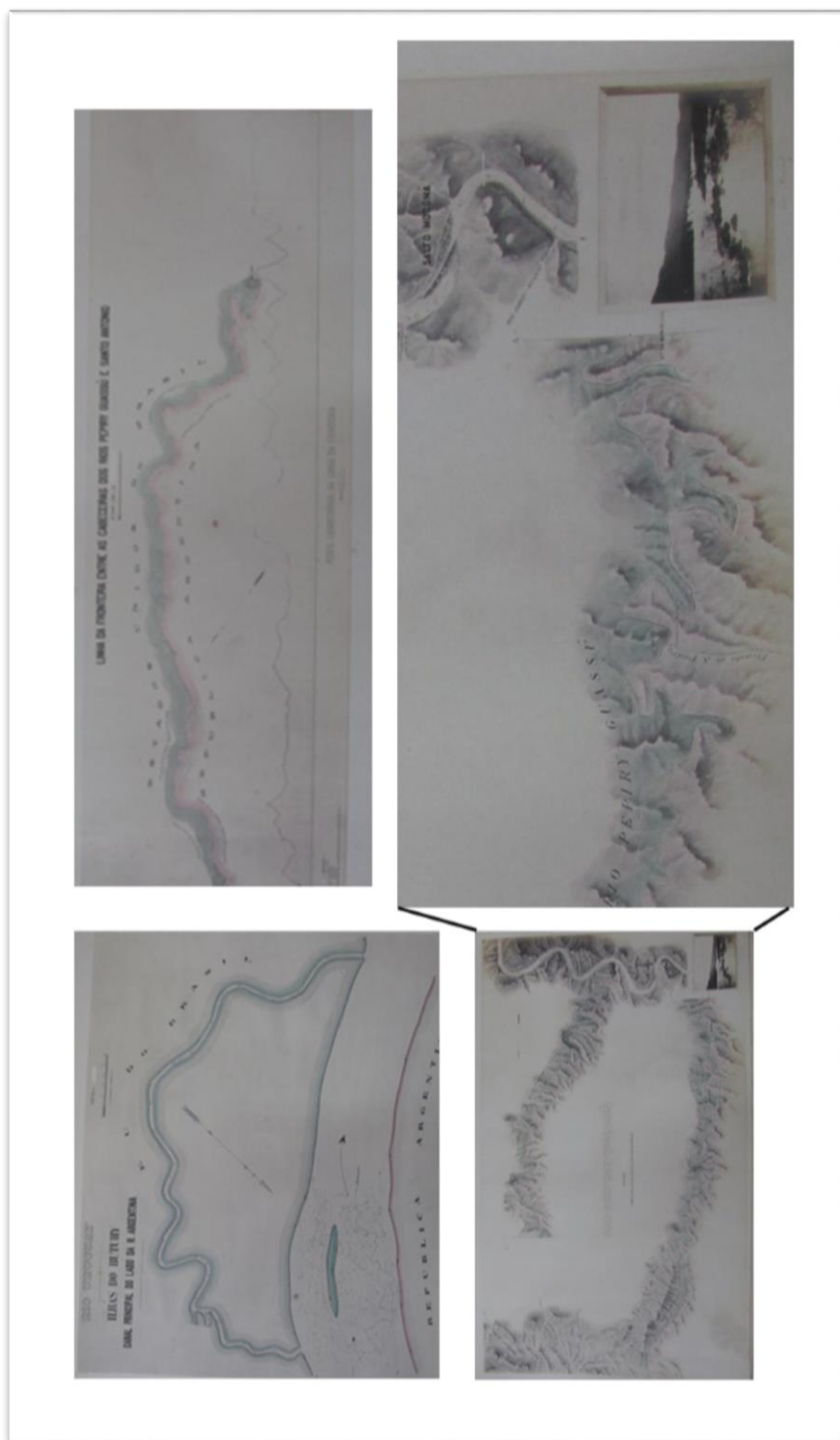


Figura 21: Segundo mosaico composto com imagens do Actas da Segunda Partida (da esquerda para direita na primeira linha): mapa do Rio Uruguay – Ilhas do Butuy – Canal principal do lado da R. Argentina; Linha da Fronteira entre as cabeceiras do rio Pepery Guassú e Santo Antônio. Na linha inferior (no lado esquerdo) traz o rio Pepery Guassú e (no lado direito) traz a parte inferior e direita dessa imagem, mas ampliada para destacar o emprego de fotos. Também é possível ver a indicação de saltos. Fonte: Actas da Segunda Partida, Arquivo Histórico do Itamaraty. Org: Moraes, C.

É interessante observar que na transição da cartografia antiga (que predomina até o século XVII) para a cartografia com traços euclidianos (cuja linguagem matemática foi sendo aperfeiçoada paulatinamente), houve o abandono da inserção de elementos decorativos (que variam desde desenhos de paisagens<sup>227</sup> a símbolos, brasões etc.). Porém, para as produções cartográficas advindas da demarcação limítrofe, os trabalhos eram compostos por significativa presença de fotografias. O que reforça a tese de Toral (2001) sobre a objetividade depositada nas fotografias, conferindo a elas um papel especial na construção do conhecimento sobre os espaços ignotos do Estado.

O emprego de fotos também foi uma prática adotada para tornar conhecida a fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, cujo acordo de limites foi firmado em 1916. Se realizarmos um comparativo com a Comissão Demarcatória dos Limites entre Santa Catarina e Paraná, é possível traçar algumas semelhanças entre as tarefas, principalmente as questões técnicas. O levantamento das fazendas situadas na faixa de fronteira e as descrições dos lugares percorridos são indicados como ações necessárias. De acordo com a instrução, competia às comissões demarcatórias:

- i) Levantar e nivelar o trajeto percorrido, sendo estes divididos por trechos para cada turma. Nos trabalhos de levantamento e nivelamento também foram atribuídos aos cursos fluviais, sobretudo as nascentes;
- ii) Determinar as coordenadas geográficas de vários pontos situados na “linha de fronteira”, previamente escolhidos, sobretudo no Extremo Oeste entre os dois Estados;
- iii) Construir os marcos (de diferentes ordens). Ao total foram 148;
- iv) Levantar as plantas das cidades de Rio Negro, villa de Clevelândia, Mafra, Dionísio Cerqueira; Porto União e União da Vitória;
- v) Determinar as latitudes de alguns pontos que ainda demandavam de referido trabalho;
- vi) Levantamento planimétrico e altimétrico da linha divisória;
- vii) Também constavam como encargos comuns a todas as turmas era o registro fotográfico, documentais, dados estatísticos e descritivos “uteis ao Estado Maior do Exército”.

---

<sup>227</sup> Exceção é observada na composição das propagandas das empresas colonizadoras mas deve-se a finalidade das propagandas.

Ao que consta no relatório final, composto pela descrição das atividades, das paisagens percorridas e das efemeridades que acompanharam a Comissão durante o tempo de trabalho, é possível chegar à conclusão que as tarefas supramencionadas foram realizadas.

Os trabalhos de gabinete consistiam em cálculo das cadernetas da topografia, elaboração de mapas, avaliação de possíveis erros de cálculos empregados em conformidade com o Estado Maior do Exército. Por conveniência do serviço, bem como visando atingir uniformidade dos documentos cartográficos, os trabalhos foram desenvolvidos de acordo com as diretrizes da Comissão da Carta Geral do Brasil<sup>228</sup>. A elaboração da Carta Geral do Brasil retomou, durante o período republicano, a importância da cartografia atualizada para consecução da modernização territorial e social desejada no período, bem como para os objetivos de defesa territorial, possuindo como protagonistas os engenheiros do recém-criado Exército brasileiro<sup>229</sup>.

Os dados presentes nas cadernetas nos revelam o “inventário realizado ao rés do chão, o trabalho bruto do topógrafo, antes de toda lapidação do trabalho de gabinete (GOMES<sup>230</sup>, 2017)”. Constituem-se, predominantemente, como um material que, após a produção da cartografia final, é descartado, pois é compreendido como rascunhos, esboços e rasuras, cujas informações se misturam com marcas de terras. Foram materiais imprescindíveis para se efetivar o *alinhar as linhas na terra*.

Ao olharmos para as marcações registradas nas cadernetas de campo produzidas durante as expedições demarcatórias, se por um lado são cálculos a partir de astros, cores, traçados, linhas (que rabiscam rios e acidentes topográficos) e linguagem matemática, por outro lado podem expressar mais do que técnicas para medir a terra. Expressam a consolidação de uma dada visão de mundo, possuindo como eixo principal uma noção de espaço. Enuncia propósitos, intenções que se inscrevem conjuntamente com a confecção das cadernetas, assim como as demais efemérides de tais eventos.

Na Figura 22, constam duas imagens de cadernetas, sendo que a segunda foi usada durante o trabalho de agrimensura das empresas colonizadoras para a comercialização de terras. Embora muito mais simples no conjunto de informações que traz, também é

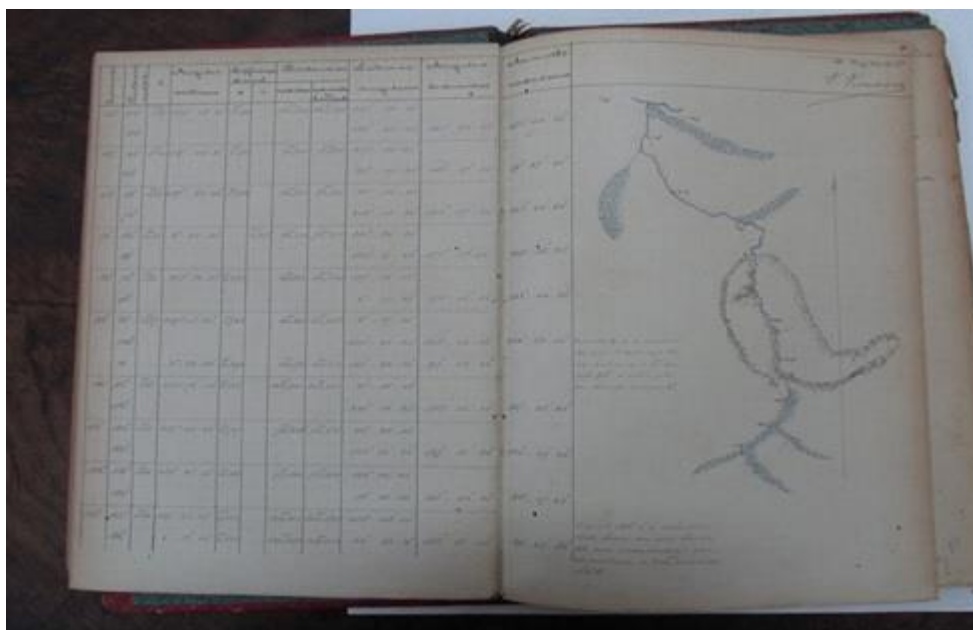
<sup>228</sup> Carta de detalhes, projeção poliédrica e zenital equivalente de Lambert para a projeção de conjunto.

<sup>229</sup> “Em 1896, como parte de um programa de modernização das Forças Armadas, foi criado o Estado-Maior do Exército, que encarregou sua 3ª Seção de organizar a Carta Geral da República, entre outras funções (Brasil, Ministério da Guerra, 1898, p.29)”. Especificamente a lei 403, de 24 de outubro de 1896, com instalação definitiva em 1898. Em 1915, a responsabilidade foi transferida para o Clube de Engenharia. (PEREIRA, BERNARDINO. Comissão da Carta Geral do Brasil – trajetória, contradições e memória {1903-1932}, 2016, p.135).

<sup>230</sup> GOMES, Maria do Carmo Andrade. Relatos, esboços e cadernetas de campo. *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 8 | 2017, posto online no dia 27 Junho 2017.



representativa do ato de “pôr” linhas na terra, consubstanciando, por meio da ciência, a imposição da propriedade privada e do espaço absoluto como constituinte do Oeste catarinense.



The image shows another open field notebook. The left page has a table with the following structure:

ESTACÃO	PUNTO VIZINHO	DEFLEXÃO		NÚMERO		DISTÂNCIA	ORIENTAÇÃO		OBSERVAÇÕES
		ESQUERDA	DIRREITA	LÍNEA	CALCULADA		°	AVO	
						146,00			
			15°05			157,00			
			82°05			161,00			
			74°41			228,00			
			110°41			520,00			
			105°38			1787,00			
						65,00			
						1.552,00			

The right page contains a hand-drawn diagram, possibly a plan or a map, with various lines and shapes, and some handwritten notes below it. There are two large red 'X' marks drawn over the bottom part of the page.

Figura 22: Imagens das cadernetas de campo. Na primeira imagem corresponde a uma das cadernetas usadas pela Comissão Mista Demarcatória Argentina-Brasil (Arquivo Histórico do Itamaraty); na imagem inferior corresponde a uma caderneta usada por uma empresa colonizadora (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

Os trabalhos das Comissões Demarcatórias das divisas entre os estados de Santa Catarina e Paraná, informados no documento denominado Relatório dos Trabalhos Executados pela Comissão de Limites Paraná – Santa Catarina (1920), foi dividido em 4 turmas de trabalho incumbidas de tarefas em comum e específicas. O relatório que apresenta informações detalhadas dos trabalhos também está composto pela descrição dos locais trafegados e seus entornos, bem como por fotografias. Os registros fotográficos estavam mais voltados à execução dos trabalhos, enquanto que as descrições consistiam em transcrições das leituras sociográficas que estes realizaram ao longo do percurso e do trabalho de 33 meses. Integravam informações sobre a proximidade dos rios à faixa fronteiriça, respectivas ilhas (possibilidades de navegação ou não), tipo de flora e fauna visualizada. Também foram produzidas cartas sobre os diferentes trajetos delimitados, que ao todo vão compor a fronteira entre estes estados. Igualmente foram produzidas plantas das cidades: Rio Negro/Mafra; Porto União/União da Vitória; Palmas (PR); da vila de Clevelândia (PR) e do povoado de Dionísio Cerqueira (SC) em escala de 1:5.000 (Figura 23).

A imagem a seguir, novamente um mosaico, traz como central a Carta Geral de Fronteiras, um dos principais produtos cartográficos que representam a efetivação do acordo entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Em torno da mesma, estão dispostas as plantas das cidades e vilas próximas à linha limítrofe: a vila de Palmas, importante centro de povoamento e controle territorial desde os tempos imperiais; a planta de Dionísio Cerqueira, vila criada após a partilha com a Argentina e que seria dividida novamente entre os dois estados envolvidos; a planta da vila de Mafra, constando o Rio Negro, o qual era usado como critério limítrofe defendido pelos catarinenses e que, após esse acordo, foi elevada a município. Logo assume um papel territorial e administrativo importante para os conjunto de políticas territoriais a posteriori do litígio; os membros da Comissão em Porto União posando ao lado de um marco recém inaugurado, uma vila importante e cobiçada por questões econômicas e administrativas e que teve notoriedade no âmbito social, pois esteve envolvida no Movimento Social do Contestado – compreende-se que é um registro fortemente simbólico que assinala não apenas o fim da querela, mas registro dos “vencedores contra a insurgência social”, da imposição da “ordem” naqueles “sertões” bravios; o sinal geodésico representando toda a minucia da ciência no processo de fazer o território, além de ser elemento indispensável ao longo de todo o trabalho *in loco* realizado e por fim, a assinatura do chefe da comissão General Albuquerque Souza que consta no relatório final dos trabalhos.

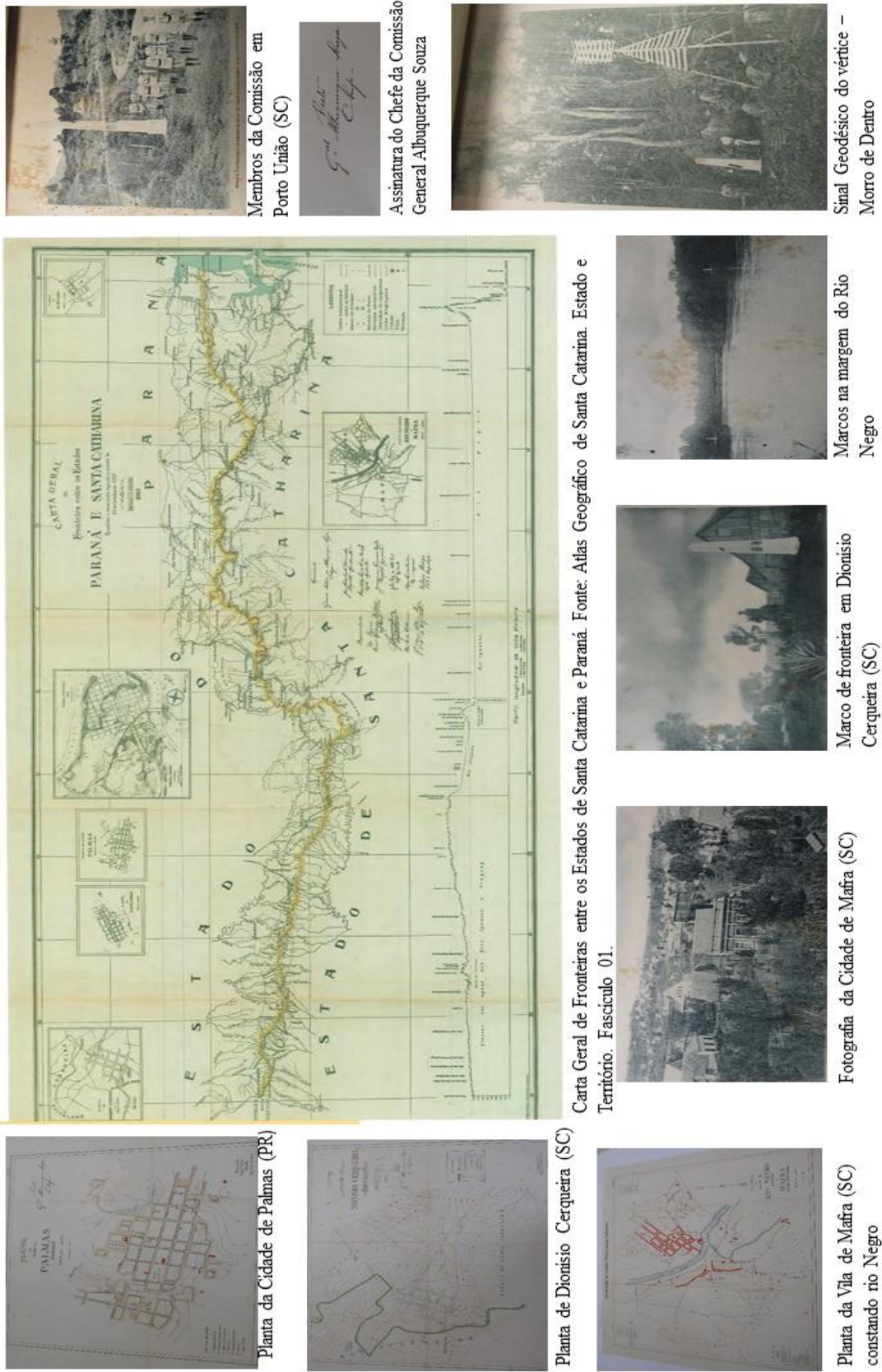


Figura 23: Mosaico de imagens referentes aos trabalhos demarcatórios da fronteira entre Santa Catarina e Paraná. Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina – Estado e Território – Fascículo 01; Florianópolis, 2013. SOUZA, 1920.

O objetivo da composição desse mosaico foi de indicar que por detrás da tradicional e já conhecida definição da linha limítrofe existe um conjunto amplo de trabalhos minuciosos, os quais também não são definidos aleatoriamente (por isso, as plantas das vilas e da cidade). Soma-se, ainda, a tentativa de acrescentar à nossa arguição que no processo de integração está envolvido a produção de conhecimentos corográficos, descritivos e que através da geometrização do espaço também está um importante elemento do controle e administração do território. O registro significativo dos lugares percorridos evidencia a necessidade que a territorialização do poder possui em relação ao conhecimento. A constituição de informações descritivas, cartográficas, e/ou estatísticas são elementos que conjuntamente compõe a imagem dos lugares, como permite a formação de um saber geográfico cada vez mais qualificado.

Os aspectos sociais também integravam este conjunto de descrições, acompanhadas da construção de juízos balizados pela ideologia hegemônica. As impressões percorrem as casas, seus cômodos e seus habitantes. Os adjetivos eram tanto mais positivos quanto mais próximos estavam do ideal de produção econômica voltada ao mercado. A origem étnica é a empregada como categoria determinante para explicitar a forma de organização social, colocando na população de origem brasileira igualmente o índio e caboclo. Para esse grupo, as descrições trazem informações de pobreza, pouca higiene, analfabetismo e (suposto) pouco apreço ao trabalho, que geralmente se reduz a roçados ou explorações de ervais. A explicação subentendida repousa em um determinismo biológico, como é possível constatar: “fieis aos hábitos que herdaram, dos quaes são victimas inconscientes, passam a existencia segregados da sociedade, em completo estado de atraso e miseria, de que não devem ser considerados os principaes responsáveis” (SOUZA, 1920, p.84). A população de origem polonesa é indicada como portadora de melhores hábitos que a brasileira, embora tivessem assimilado muitos hábitos dos próprios brasileiros. Possuíam relativa qualidade habitacional e alimentar. A descrição que permite um panorama da população alemã traz elementos de riquezas e prosperidade atrelados à afeição ao trabalho.

Vale salientar que algumas passagens estão em diálogo com o higienista Belisário Pena, médico sanitarista que efetuou expedições para conhecimento de partes interioranas do Brasil, defendendo junto a Arthur Neiva a tese de que a redenção econômica e social do país perpassava o investimento do governo na melhoria da qualidade de vida da população rural. O sanitarista é recuperado para endossar a ideia de determinismo biológico que fundamenta a interpretação exposta no relatório, conforme segue:

O mesmo facto, aliás interessante, que o ilustre hygienista Belisário Penna observou na população rural do litoral de Santa Catarina, quanto à influência que a origem dessa gente exerce sobre os seus costumes, nota-se também, com pequena diferença, na zona do primeiro planalto circumvizinha à linha divisória. (SOUZA, 1920, p. 83)

Dessa maneira, os trabalhos demarcatórios atendiam a outros interesses que extrapolavam a efetivação do acordo limítrofe, conforme pôde ser observado acima. Esse conhecimento predominantemente descritivo foi fundamental para orientar a implantação de atividades econômicas, bem como para a produção dos primeiros trabalhos de concessão de terras às empresas colonizadoras e dos trabalhos subsequentes: comercialização e medição dos lotes. A Figura 21 apresenta o registro das fazendas existentes na área limítrofe entre Paraná e Santa Catarina, que foi identificada pela comissão demarcatória.

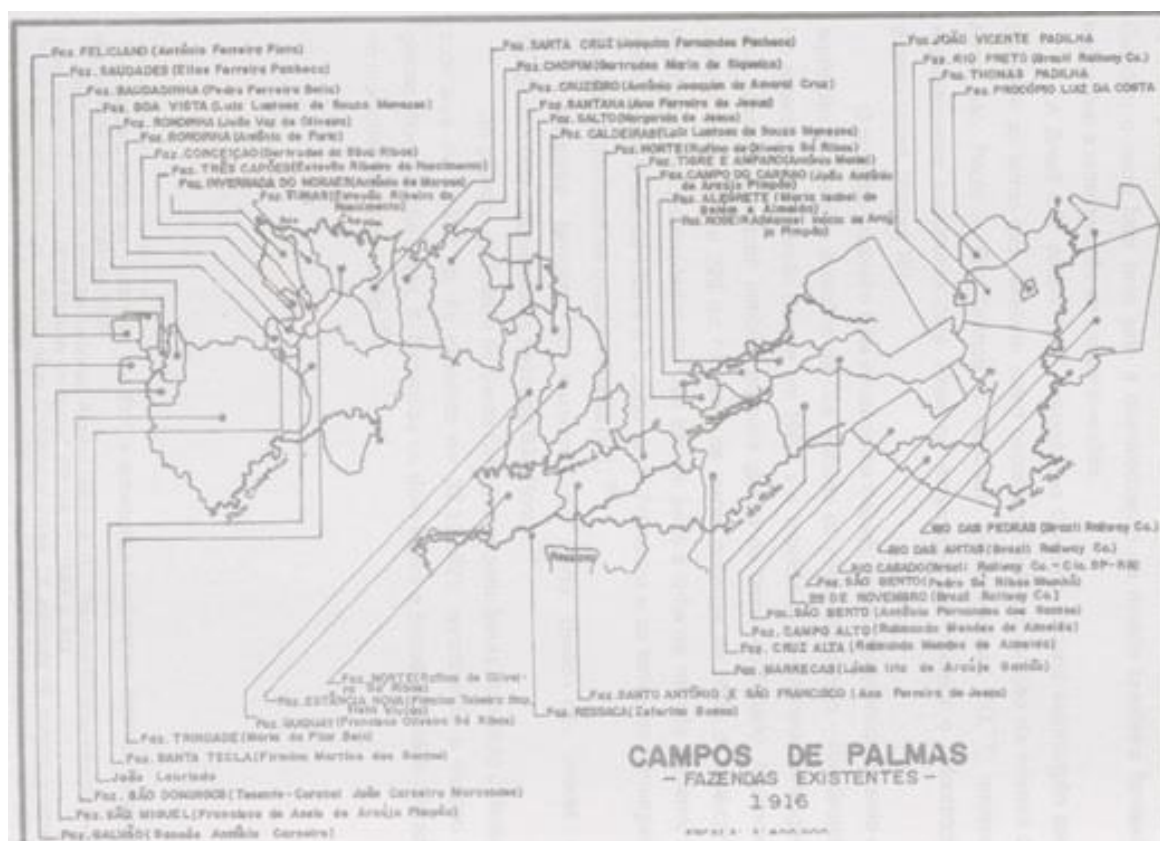


Figura 24: Fazendas Registradas pela Comissão Demarcatória em 1916. Fonte: PIAZZA, 1994.

A possibilidade de trabalhos cartográficos como este último terem servido de base para a comercialização e medição dos lotes durante a privatização de terras é, além de grande, mais uma temática que demanda uma investigação aprofundada. Ademais, os mapas cadastrais de propriedades (particulares ou do Estado) são registros histórico-geográficos das relações de poder na posse da terra, uma vez que são o próprio controle de acesso à terra.

Essa leitura também pode ser efetuada para o mapeamento das fazendas existentes na área litigiosa durante os trabalhos demarcatórios dos limites entre Santa Catarina e Paraná. Trata-se de um registro que além de servir para a comercialização, conforme já mencionado, representa procedimentos, estratégias e etapas das mudanças de relações com terra.

A atuação dos militares representou a possibilidade de ampliação do conhecimento existente – que ainda se restringia a antigos mapas sem reconhecimento mais detalhado – por meio do mapeamento de antigas e/ou novas estradas, do conhecimento descritivo do entorno e de caminhos, de estudos técnicos sobre a abertura de vias de transportes, da indicação topográfica, bem como do controle do acesso àquelas terras, uma vez que o registro cartorial representa a titularidade concedida.

Uma especificidade dos trabalhos da Comissão no processo de integração desse fundo territorial pode ser indicada como o levantamento das fazendas e dos títulos de terras existentes na faixa de fronteira, os quais foram concedidos antes do acordo limítrofe. Foi a partir desse levantamento das fazendas na faixa fronteira, adicionado ao cadastro dos títulos existentes junto à Colônia Militar do Chapecó<sup>231</sup>, que ambos os estados conseguiram realizar a identificação das áreas que poderiam ser concedidas como “terras devolutas” para os pagamentos das empresas de colonização e construtoras de vias.

Se entendermos que a forma como se representa a terra é intensamente influenciada por uma concepção que abarca uma miríade de práticas, essa postura interpretativa permite incorporar com maior alcance o que representava o ato de alinhar linhas na terra. A construção de um sistema de linguagem matemático como código semântico para entendimento do mundo era advindo de uma racionalidade lógica, nascente durante o século XVIII, que tinha como objetivo que todos os povos do mundo utilizassem o globo como padrão comum de medidas. Afinal, a terra era o elemento comum a todos os povos, o que tornaria tal medida eterna (ALDER, 2003). Sob inspiração do iluminismo, animados pela força revolucionária de entender o mundo, os povos<sup>232</sup> acreditavam que a eficácia dos padrões de medidas deveria operar por um conjunto de suposições compartilhadas – o que seria fundamental para elaborar acordos e fazer distinções. Visando romper com uma babel de dialetos de medidas, propunham uma linguagem universal que traria ordem às trocas de bens

---

<sup>231</sup> Possivelmente isso também se aplica em relação a Colônia Militar do Chopim no Estado do Paraná.

<sup>232</sup> Neste trecho faço uso das contribuições de Alder (2003) e é válido efetuar uma advertência: embora o autor use o termo “os povos”, ao longo do livro é notório que refere-se a um pensamento de uma intelectualidade ocidental que não condiz com o pensamento de tantos outros povos distribuídos pelo mundo, nem mesmo com os segmentos sociais europeus (camponeses, artesãos, etc.) que não estão vinculados com os intelectuais e poder.

e informações (ALDER, 2003, p.15<sup>233</sup>). A disseminação desse pensamento também era motivada pela esperança que induziria seus usuários a pensar o mundo de uma forma “racional e coerente”. Todavia, a implantação dessa nova racionalidade foi caracterizada pelo confronto não apenas entre formas de visões diferentes, mas também porque sua disseminação fez-se sob o signo da violência, que possui como exemplo emblemático a ideia de propriedade privada e exclusiva da terra. A implantação desse sistema fundiário era caracterizada, ainda, pela violação dos valores tradicionais e das cosmologias, destruindo a autonomia do pensar e interpretar o mundo, visando homogeneizar as formas de experienciar o espaço. O avanço desses sistemas de medidas está intrinsecamente relacionado à característica da sociedade que o propalava, em uma associação entre racionalidade instrumental e capitalismo, expressando os valores que eram paulatinamente impostos, afinal, como indica Alder (2003): “nossos métodos de medição definem quem somos e o que valorizamos”. Assim, essas medições de mundo, próprias da modernidade, se conflitavam com os cálculos enraizados no arcaísmo do caboclo no Oeste catarinense.

A proposição de entender as práticas espaciais de acordo com o contexto também pode ser ampliada aos registros existentes no acervo sobre a Colônia Militar do Chapecó. Entender esta como uma estrutura administrativa de uma formação territorial permite apreender que sua função não ficou restrita àquela finalidade frente ao litígio com a Argentina. No transcorrer do tempo de sua existência, os trabalhos somados e analisados em uma ótica que considera esse espaço-tempo como um fundo territorial em processo de integração, os trabalhos expedicionários (para reconhecimento da topografia apta a construção de vias, de terrenos aptos à determinados cultivos agrícolas etc.) são interpretados como portadores de interesses, de políticas, de desígnios. Mesmo que a Colônia Militar não tenha logrado êxito, ou mesmo que tais projetos tenham sido inscritos em descaminhos pela falta de orçamentos<sup>234</sup>, não são menos importantes se alterarmos o ângulo de análise e considerarmos as intencionalidades que portavam ou as ações que realizava enquanto esteve militarizada.

Dentre estas práticas que revelam a importância da Colônia Militar, destacamos as expedições exploratórias, os levantamentos topográficos, as demarcações e as incursões para conhecimento do espaço. Tratava-se de tarefas inscritas no projeto de dominar o território, de inserir referido fundo territorial ao conjunto de dinâmicas e fluxos produzidos na sociedade monetária. Assim, o ato de mapear significava

---

<sup>233</sup> ALDER, Ken. A medida de todas as coisas. A odisséia de sete anos e o erro encoberto que transformaram o mundo. Tradução Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro, Objetiva, 2003.

<sup>234</sup> Conforme capítulo 08.

(...) “conhecer”, “domesticar”, “submeter”, “conquistar”, “controlar”, “contradizer a ordem da natureza”. Ao conceito de *lugar* dos índios (cuja toponímia reflete profunda vivência do mesmo, expressando o seu caráter), sobrepôs-se o abstrato conceito de território do europeu, limitado por linhas imaginárias. (...) (BUENO, 2011, p.299)

O conceito de território, abstrato pela imposição de linhas imaginárias para definir seus limites, faz-se como materialidade a partir de um conjunto de práticas, dentre as quais, situa-se o ato de mapear e produzir imagens. Faz-se a partir do controle e da incorporação gradativa de seus fundos territoriais. Nessa perspectiva, o conjunto de dados registrados nas antigas e já consumidas cadernetas revela a tarefa do Estado de tornar conhecido seu território, definir seus limites, impor linhas e direções aos fluxos que eram produzidos nessa área.

A reflexão sobre o contraste entre as racionalidades que estavam sendo impostas também pode ser estendida para a presença de outras formas de diferentes naturezas até então inexistentes ou em pequena quantidade. A inserção gradativa de elementos arquitetônicos, com sua linearidade<sup>235</sup>, econômicos (culturas agrícolas e as manufaturas) e de sociabilidade decorrente (como as práticas militares, cultos, circulação de informações etc.) correspondem a formas que, pelo do desenvolvimento das funções a elas vinculadas, possibilitavam uma intensificação na apropriação do espaço no processo de formação do território. Outrossim, denunciam, por meio da mudança paisagística, o paulatino alcance do Estado sobre essas áreas.

Os traçados das vias nas vilas ou na Colônia Militar, as feições que os cultivos imprimiam na paisagem, bem como a linearidade das edificações em conjunto representavam a gradativa presença do Poder Central nos Campos de Palmas, contrastando com a relação e organização espacial tecida pelo caboclo ou indígena. Trata-se da expressão de uma racionalidade que endossava progressivamente a inserção dessa área ao projeto modernizador do território e da sociedade brasileira. É também muito evidente que era uma racionalidade divergente daquela que conduzia as práticas sertanejas e indígenas.

A imposição de uma visão e uma leitura espacial a partir da linguagem matemática pode ser identificada na partilha do povoado de *barracón*<sup>236</sup>, abordado no Capítulo 04. Ou ainda pode ser explorada a partir da leitura do “Mapa da distribuição magnética da serra divisória da fronteira entre Brasil e Argentina divisor das águas do S.(anto) Antônio do

<sup>235</sup>Igreja, teatro, tipografia, cadeia, ferraria, escola, armazéns (bélicos e comerciais), estação telegráfica, coletoria, além das residências. Fonte: Relatórios da Colônia Militar de Chapecó. Arquivo Histórico do Exército.

<sup>236</sup> Conforme apresentado no capítulo 04.



Pepery Guassu”, elaborada em 1902, assinada pelo astrônomo do Observatório Nacional Henrique Morize, cujo documento traz uma linguagem que passa a entender, ler, significar e representar uma paisagem natural por linhas (de diferentes cores), cálculos magnéticos, cálculos topográficos e um sistema geodésico a definir o “meridiano verdadeiro” (que corresponde ao Rio de Janeiro). Assim como os demais produtos cartográficos, a produção inicial desse mapa foi *in loco*, sendo possível localizá-lo em dois acervos: no Arquivo Histórico do Itamaraty e no Museu de Astronomia e Ciências Afins (imagem aqui usada).

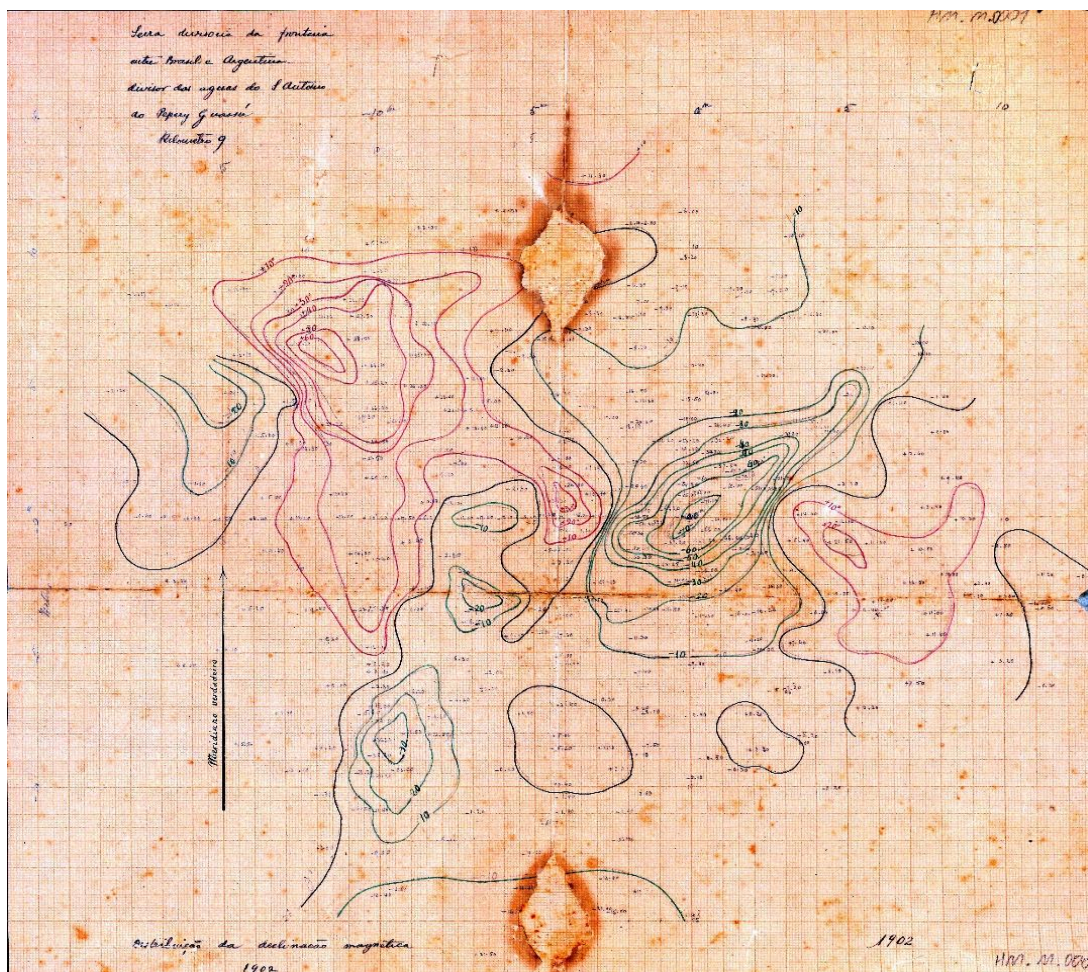


Figura 25: Mapa da distribuição magnética da serra divisória da fronteira entre Brasil e Argentina divisor das águas do S.(anto) Antônio do Pepery Guassu, quilometro 09. 1902. Fonte: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Fundo: Henrique Morize. Imagem: HM\_M\_0001.

Essa peça cartográfica, integrante dos trabalhos de demarcação dos limites internacionais, também discursa sobre as formas de ler e experienciar o espaço que estava em disseminação e imposição pelo Estado. Embora o conjunto de signos componha uma

linguagem específica, cuja leitura decorra do controle social de um capital<sup>237</sup>, a área representada corresponde a uma mesma paisagem formada por elementos naturais (bosques, rios, elevações do terreno etc.). De forma clara, as leituras desencadeadas a partir de cada representação são distintas, representam ideologias distintas, em que a transição de uma linguagem para outra, ou ao menos de seu domínio, exige um esforço linguístico e inteligível nem sempre facilmente apreensível. São traços, números e linhas que, ao se alinharem, norteiam o capital e a centralidade estatal. Também desnorteiam, desalinham as práticas que conformavam parte das formas de uso espaciais tecidas por populações ali residentes.

#### **06.02. Linhas, imagens e plantas cadastrais: a formação de um novo saber territorial**

A partir da promulgação da Lei de Terras (1850), a importância do controle territorial tornou-se elementar também para os processos econômicos. O que permite configurar que na transição do século XIX-XX, a construção de um acervo instrumental empregado para as práticas topográficas e agrimensuras foi pensando levando-se em consideração a necessidade de controle da propriedade civil, bem como do patrimônio estatal. A cartografia também foi um instrumento primordial para assentar uma estrutura fundiária, cujos pilares eram constituídos pela noção de propriedade privada e exclusiva da terra, bem como pela conservação do latifúndio. Harley (2005) lembra que esses cadastros se converteram em uma importante ferramenta para o desenvolvimento do capitalismo agrário na Inglaterra, não sendo diferente para as demais áreas incorporadas neste modo de produção.

Para o Brasil, a construção das plantas cadastrais foi, igualmente, o meio pelo qual oligarquia e Estado mantiveram uma estrutura social, marcadamente desigual. Também o controle do acesso a terra, apoiado nas plantas cadastrais, tornou-se meio para a criação de um espaço de produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno brasileiro, cujo abastecimento integrava os interesses da classe dominante. Essa produção foi viabilizada também pela comercialização de pequenos lotes de terras aos colonos-(i)migrantes. Isso, além de representar condições reais de pagamento por parte do comprador (o que também importava ao Estado) implicava na consolidação de pequenos proprietários que não representariam concorrência aos latifundiários. Orientados por diretrizes que visavam à manutenção da estrutura fundiária brasileira, as companhias colonizadoras fracionaram as

---

<sup>237</sup> Emprego capital na proposta de Bourdieu sugere: como conhecimentos, instrumentos e agentes que um indivíduo (ou grupo) pode usar para ingressar em um jogo no campo social.

glebas de terras como uma *colcha de muitos retalhos* que não representava concorrência ao latifúndio.

A Lei de Terras de 1850 (que atesta a noção de propriedade privada e aquisição onerosa) e a concepção de espaço absoluto reforçam a legitimidade da planta cadastral (e da necessidade de título da propriedade) como instrumentos para se resolver as questões litigiosas entre proprietários e posseiros – o que foi corriqueiro durante o avanço do processo de comercialização das terras no Oeste catarinense.

A transição para o regime privado da terra teve, no registro cartográfico, um importante instrumento de controle. Essa permuta é claramente visível se observamos que as indicações das fazendas se davam apenas pela inserção do nome do proprietário, às vezes associadas às condições topográficas (por exemplo a fazenda do Gregório ou serra do Gregório) do local em que a propriedade se situava. Em seguida, observa-se que conjuntamente com o nome, está a delimitação<sup>238</sup>. Para Black (2005), o mapeamento das terras é a resposta a uma demanda estatal e econômica. Entretanto, a precisão é muito mais uma demanda de origem social (dos capitalistas) do que necessariamente uma demanda das iniciativas administrativas internas do Estado.

A precisão demonstrou-se como um meio para maior exploração da terra, por assegurar os limites entre possíveis propriedades, evitando “áreas vazias”, ou posses cujas extensões eram delimitadas por elementos não estáveis (como bosques), não se permitindo identificar as reais limitações das propriedades. Ainda serviram para indicar o potencial de produção de cada área – elemento importante para atrair compradores. O controle do tempo e do espaço trouxeram uma “disciplinarização do espaço” (HARLEY, 2005, p. 91), em virtude de a inserção dos mapas cadastrais ter contribuído para impor, de forma autoritária, a propriedade privada da terra, gerando inúmeros problemas em relação às populações que ainda usavam-na sob o regime de posses ou consuetudinários, desencadeando conflitos de acordo com o avanço dessas linhas.

A definição das áreas para a implantação dos colonos, militares ou privados, demandava a medição dos lotes como uma tarefa indispensável, uma vez que evitaria a comercialização dúbia e o desenvolvimento de desentendimentos e obstáculos às atividades de mercancia. No relatório da Colônia Militar de 1891, mediante o registro da necessidade de mais funcionários para levarem adiante o trabalho de medição dos lotes – serviço imprescindível tanto para a regularização dos títulos de terras já concedidos, como para atrair

---

<sup>238</sup> Que pode ser identificada na Figura 29 sobre as grandes concessões do Estado.

e possibilitar a vinda de mais colonos-militares. *A medição dos lotes é de primeira necessidade a ser feita em qualquer colônia para que esses se tornassem verdadeiros possuidores e com gosto pelo trabalho*<sup>239</sup>.

No interior da estrutura administrativa das Colônias Militares, estas ficavam sujeitas a regulamentos próprios para a concessão de novos títulos de terras. A medição dos lotes estava parada devido a questões legais e burocráticas do governo, referindo-se aos decretos que não conferiam clareza aos procedimentos de medição e distribuição dos lotes. A exemplo: o Decreto 2502, de 16 de novembro de 1881, e o Decreto, de 7 de janeiro de 1885, eram suficientes apenas para o momento da fundação da colônia. Porém, tornavam-se vazios de conteúdo e eficácia com o desenvolvimento de outras medidas não restritas à fundação, como o tamanho dos lotes para serem destinados aos colonos. Ou seja, quais critérios deveriam ser observados nos colonos para atribuir-lhes o tamanho do lote, quando consideradas as atividades da agricultura e indústria pastoril, deixando a questão ao arbítrio da diretoria da Colônia – o que poderia gerar desencontros e desentendimentos. No relatório de 1898, 43 lotes achavam-se medidos e ocupados, mas havia cerca de 300 lotes que já estavam em uso de seus possuidores, mas que demandavam os trabalhos de medição e demarcação. A concessão para os filhos dos colonos deveria ser aprovada pelo Governo, que reconhece a concessão. Ainda destacava a necessidade de indicar, por meio de regulamento, qual órgão governamental seria responsável pela passagem do título provisório ao definitivo (quando assim era solicitado pela diretoria da CM). Os decretos cabíveis à singularidade da Colônia Militar foram solicitados em 1888 e 1894<sup>240</sup>.

Os objetivos do Estado de tornar o seu território e sua população legíveis com o uso da cartografia não seguiram um caminho linear sem se depararem com resistências ou obstáculos. Os impedimentos que caracterizavam a descontinuidade desse processo eram de diferentes naturezas, desde ausência de profissionais e questões financeiras a insurgências populares, dado que o avanço progressivo dessa cartografização correspondia, na prática, à própria expropriação dos sertanejos. Isso nos remete ao Movimento Social do Contestado<sup>241</sup>.

Por meio da constituição dos acervos cadastrais, o Estado atribuía continuidade ao controle da terra, que estava em curso desde a concessão dos títulos pela Colônia Militar do Chapecó. A partir do emprego de técnicas de mensuração do espaço, o controle espacial deixou de ser feito por referências passíveis de alterações (bosques), para ser realizado por

---

<sup>239</sup> Relatório da Colônia Militar do Chapecó. Ano 1891.

<sup>240</sup> Relatório da Colônia Militar do Chapecó. Ano 1898.

<sup>241</sup> Ver Capítulo 07.

uma linguagem matemática que fornecia mais certezas e homogeneização da relação com o espaço – o que o tornava conhecido e compreensível por culturas que já possuíam essa relação (como os imigrantes). A partir do emprego da ciência para conformar uma determinada visão de mundo sobre a relação com o espaço fundamentada na ideia de espaço homogêneo e passível de comercialização, teve-se como consequência o enrobustecimento da ideia de objetividade que era atribuída à técnica. Como consequência, esconderam-se nas entrelinhas as decisões sociais no desencadeamento da violência pelo confronto de mundos diferentes. Se considerarmos as plantas cadastrais como documentos histórico-geográficos com duas faces, naquela expurgada da historiografia do Oeste de Santa Catarina está o sertanejo ou indígena “empurrado” para frente ou “inserido” no mercado de trabalho assalariado que se recriava com as próprias empresas colonizadoras e atividade madeireira.

O arquivo cadastral, por mais desatualizado que pudesse ser<sup>242</sup>, permitia a existência de um acervo cartográfico a ser retomado posteriormente, servindo como bases para próximos reconhecimentos, medições e concessões. Essa memória administrativa também foi decisiva para o aperfeiçoamento do conhecimento cartográfico do território (GAUTREAU; GARAVAGLIA, 2011, p.92/93). Os acervos tornaram-se instrumentos importantes para o gerenciamento da terra (impostos e comercializações), portanto, o conhecimento do Estado sobre as terras está relacionado à qualidade do acervo que possui.

A demarcação permitiria melhor controle do fisco, o que resultaria na elevação dos valores dos cofres estaduais. Após as medições, as plantas cadastrais eram encaminhadas para a Diretoria de Terras e Colonização, pertencente à Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. O trabalho sobre a construção das plantas cadastrais e a construção de um acervo territorial diz respeito à gerência da terra. Embora correspondessem a um importante trabalho para o processo de gerenciamento territorial, não eram encaminhados/responsabilizados funcionários do Estado. Referida tarefa ficava a cargo dos agrimensores e agentes de terras das empresas colonizadoras (medição sistemática), apesar de estes se submeterem às determinações jurídicas do Estado, inclusive nos processos de ingerências e conflitos<sup>243</sup>. Os cadastros estatais eram, então, um agregado de planos cadastrais

---

<sup>242</sup> Se pensarmos nas questões de domínio científico no país nesse período em comparação com os países do Velho Mundo. Todavia, conforme salienta Figueirôa (1997) é preciso considerar as condições locais da produção científica, o que permite ressaltar a importância das diferentes técnicas e procedimentos empregados para fazer o território.

<sup>243</sup> Conforme Nota expedida pela Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura no ano de 1926, remetendo ao Art. 6º, do Decreto 200, de 10 de setembro de 1903. Na referida nota é reforçada a importância de um exame minucioso das informações das medições com o intuito de evitar a comercialização de terrenos já medidos ou no interior de outras propriedades.

individuais, enviados pelas colonizadoras. O que deixava o Estado dependente desse trabalho para formar o acervo original.

Havia uma atualização dos trabalhos de concessão, mediação e comercialização efetuada pela Diretoria de Terras e Colonização, como foi cobrado em 20 de junho de 1924 – o que permitia ao Estado um acompanhamento do avanço da privatização da terra. Adiciona-se, ainda, a consubstanciação de um acervo e de memória territorial. A correspondência de 17 de agosto de 1919, de origem da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, com destino à Diretoria de Terras e Colonização, evidencia a importância que a mensuração das terras desempenhou durante o processo colonizador, para elevar o controle fiscal.

No interesse de tornar mais eficaz a seção do fisco na zona em questão, procurando-se, pelo estudo topográfico, estabelecer barreiras ao desvio dos produtos pelo contrabando, seria de conveniência que essa Diretoria incumbisse ao Agente de terras de Porto União a tarefa de levantar, com possível urgência, uma planta topográfica do local em que se acha assentada a estação ferroviária d'aquela cidade, com a linha geral e desvio, armazéns de mercadorias etc., - indicando, se possível, os pontos de entradas e saídas das mercadorias sujeitas a despacho.

Essa planta, como lembra o Tesouro, deve destacar o território pertencente a este Estado e o pertencente ao Paraná, afim de ser possível o estudo dos modos como devem ser acautelados os interesses da Fazenda.

Logo que aquele Agente dê cumprimento a incumbência ora recomendada, deveis encaminhar a esta secretaria a planta em questão, para que o Tesouro possa tomar as medidas que julgardes necessárias<sup>244</sup>.

Nesse sentido, os processos de mensuração da terra e de confecção e uso de mapas tiveram papel primordial para ampliar o poder do Estado no controle do patrimônio territorial, bem como nos fluxos que circulariam pela área. Pode-se afirmar que há uma estreita relação do controle fiscal e tributário sobre os fluxos ou sobre o patrimônio, com as formas de controle para uso de caráter administrativo-fiscal. Essa cartografia do Estado, que redesenhava e alinhava seus limites, fronteiras e posses territoriais privadas é a elaboração de um novo saber, que exigia um exaustivo conhecimento do espaço sob sua jurisdição. Outro elemento importante é que, na construção dessa memória, houve a inserção de mapas com grande escala, que forneceram mais informações sobre determinados locais, como as plantas das cidades levantadas na demarcação limítrofe entre Santa Catarina/Paraná, bem como das plantas de cada gleba territorial colonizada pelas empresas.

A geometrização formava parte de um confronto entre diferentes maneiras de se conceber o espaço e a territorialidade para a produção do território. Assim, as plantas cadastrais construídas estabeleciam uma maneira de ver o território: ver a terra e as relações

---

<sup>244</sup> Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. APESC.

ambientais mediatizadas pelas linhas da propriedade exclusiva. Ancoradas na legislação, estabeleciam-se como formas de experimentar o espaço e a sociedade que dele fazia uso. Para aqueles em que essa relação já era parte de seus valores culturais (como os migrantes-colonos), em nada causava espanto ou dificuldade de entender os princípios que regiam essa concepção. Gradativamente, produzia-se um espaço geométrico, quantificável, que facilitava a comercialização do título que lhe dava acesso.

A disseminação dessa natureza de relação com espaço foi auxiliada pela imposição da standardização, assim como pela legitimação social da propriedade exclusiva, necessárias para se estabelecer a mudança da natureza do saber territorial. A legitimação social permitiu que, aos poucos, essa forma de relacionamento e de saber fossem acatados da maneira adequada de se relacionar com a terra.

As ferramentas de natureza euclidiana, como números, linguagem matemática e cálculos, permitiam a realização de operações cognitivas que codificavam o espaço a partir de sistemas de medidas padronizadas. Nessa perspectiva, havia uma relação entre a cartografia euclidiana e as demandas do capitalismo e do Estado territorial (sobretudo quanto à necessidade de limites internacionais precisos). Para além de um desenho da superfície terrestre de um Estado, isso implicava na atribuição de sentido no interior de uma ordem política e econômica que, a partir do conjunto ideológico que disseminava, também resultava em práticas sociais – consolidando cada vez mais essa forma de ver o território. Esse processo se inscreve na episteme do pensar capitalista, que demanda o controle do tempo e do espaço (HARVEY, 2011), o que teve vital importância para a comercialização das terras e da atribuição de fluidez ao espaço mediante a construção das vias de circulação.

Esse processo implicou no aniquilamento das formas de organização social dos indígenas e sertanejos, cujos usos tradicionais foram inseridos no âmbito criminal por não contemplarem as diretrizes da legislação territorial. As antigas medidas eram interpretadas como elementos do passado arcaico brasileiro. Balizadas pelo discurso da modernização do território e da sociedade, essas práticas foram consideradas elementos causadores do atraso, o que mantinha o “sertão” fora do tempo. Um exemplo que retratava com clareza a adoção de um sistema de padronização e destruía as práticas tradicionais disseminadas pelo interior do território brasileiro foi a Revolta dos Quebra-quilos (URICOECHEA, 1997; LIMA, 2012), como reação à adoção do Sistema Métrico Francês (1862) para a comercialização dos produtos. A mudança advinha do interesse em ampliar as relações comerciais com outras nações, condição não possível durante o período colonial. Para tanto, aderiu-se a esse sistema, que era o único aceito pela França e que outras nações já estavam adotando. A criação desse

sistema, avaliado cientificamente, visava à padronização das relações de comércio, rompendo com os sistemas métricos regionais que dificultavam a ampliação das relações comerciais. Além dos interesses mercantis, o sistema foi visto como uma das manifestações das inovações ocorridas na sociedade francesa<sup>245</sup>, o que trazia implícita a associação à modernização e ao progresso. A padronização que representava avanço das teorias científicas facilitaria a disseminação de outras inovações e viabilizaria a emancipação das heranças do passado feudal (no nosso caso, o rural arcaico), compreendido como atrasado (LIMA, 2012).

A paisagem que se exibia ao olhar do homem foi cobiçada em uma perspectiva controladora, dominadora, necessária à imposição de uma funcionalidade do mundo centrada na homogeneidade do tempo e do espaço. No interior desse pensamento tudo poderia ser matematizável, inclusive o próprio homem. O alinhar entre a superfície da terra e a abóboda celeste permitia, por tais linhas, alinhar referido espaço com a dinâmica econômica e política do Estado.

Em um somatório, os trabalhos topográficos executados no terreno como mapeamento e medições dos caminhos, identificação dos núcleos ou distritos, ressemantização dos topônimos (rios, serras etc.) eram porções do território que gradativamente deixavam de ser “espaços vazios” para serem inseridas num discurso geográfico que lhe atribuía papel na historiografia do Brasil. Uma história posta como fundação que seria, no futuro, continuamente retomada como mito fundante.

Esta geometrização do espaço formava o embate entre diferentes formas de conceber o espaço e a territorialidade dos grupos sociais. As formas como o mundo é representado supõem certos valores e maneiras de relacionar-se com o espaço. Essas concepções se estruturam em ideologias que inculcam determinados comportamentos sociais, atribuindo coerência entre os valores veiculados e a formação territorial. Como a Colônia militar do Chapecó foi implementada após a Lei de Terras (1850), percebe-se que a concessão do direito a terra envolveu os elementos da propriedade privada (como a delimitação precisa, título e a construção das plantas), com sua efetiva exploração. Esta última característica, própria do período colonial e imperial pré-1850 é retomada devido à conjuntura litigiosa. Dos interesses mais amplos, pode-se indicar a criação de um arsenal de conhecimentos (levantamentos topográficos, fluviais, descrições da paisagem, informações etnográficas etc.) que

---

<sup>245</sup> Essa informação pode ser ancorada em Nadal; Urteaga (1990). De acordo com os autores as primeiras discussões sobre a proposta de um projeto de centralização cartográfica foram discutidas na Assembleia revolucionária de 1789 para figurar a modernização do mapa francês e sobretudo, romper com o padrão do antigo regime. Em 1790, a Assembleia constituinte adotava um novo padrão de pesos e medidas a partir do sistema métrico.



subsidiariam a formação territorial com a construção das vias e infraestruturas de comunicação e refuncionalização (especialização produtiva) desse espaço assimétrico com o desenvolvimento da economia industrial.

Com o avanço do processo de mapeamento, também ocorreu a erradicação dos nomes dos lugares (sejam referências indígenas ou sertanejas), para ressemantizá-los de acordo com os valores da sociedade em expansão. Isso pode ser observado na nomeação de dois cerros em homenagens a figuras políticas brasileiras, como Duque de Caxias e Marechal Floriano, sendo que um desses locais seria escolhido para a construção da casa de pólvora da Colônia Militar do Chapecó. Ainda é possível observar: a *Serra del Sur* é registrada no território brasileiro como *Serra da Fartura*; a renomeação de Barracón, além de seu fraccionamento; a criação de novos municípios após os litígios, como Mafra<sup>246</sup>, Cruzeiro, Joaçaba e Chapecó; mudança dos nomes dos afluentes do rio Uruguai etc. Foi, sobretudo, com a atuação das empresas colonizadoras que a porção Sul dos antigos Campos de Palmas foi significativamente renomeada, articulando os topônimos com o discurso histórico-geográfico que gradativamente era tecido.

Mediante a comparação entre mapas, referências bibliográficas e documentações históricas é possível uma rápida identificação de manipulação de informações cartográficas sobre a localização e a extensão das áreas indígenas, as quais foram significativamente reduzidas após o início da colonização. Se considerarmos os arquivos do “Catálogo Seletivo de Documentos referente aos Indígenas no Paraná Provincial”<sup>247</sup>, é possível constatar que os Toldos Indígenas estavam localizados próximos às fazendas e áreas com povoados. E também é possível deduzir que nas áreas ainda não controladas localizavam-se as tribos que não eram submetidas à sociabilidade branca. No mapa sobre as concessões do Estado e as fazendas regulamentadas em 1920 é que foi possível identificar uma área com a designação “reservado para os índios”, cuja delimitação é imprecisa em relação à Fazenda Chapecozinho<sup>248</sup> e com extensões menores e em localização distinta, quando comparamos com o Mappa Etnográfico do Brasil Meridional de autoria de Curt Nimuendajú<sup>249</sup>. Essa reserva foi

---

<sup>246</sup> Em homenagem ao político catarinense que defendeu os limites propostos por esse Estado frente ao litígio com o Paraná.

<sup>247</sup> PARANÁ. Catálogo Seletivo de Documentos referente aos Indígenas no Paraná Provincial (1871-1892).

<sup>248</sup> Deve-se considerar que para essa pesquisa não foram analisados documentos cartográficos do Arquivo do Paraná, que poderiam fornecer outros resultados. Porém, o fato dessas ocupações não estarem informados em mapas destinados a circulação pressupõe um ocultamento intencional dessas informações para público que não sejam técnicos e funcionários do Estado. Esse silêncio cartográfico pode ser indicado como parte da consolidação do poder do Estado e também de um modelo de sociedade.

<sup>249</sup> Etnólogo de origem alemã, que conviveu com índios brasileiros de diferentes regiões – desde meridional até setentrional. O mapa é atribuído a Herman von Hering, porém, referida atribuição trata-se de um equívoco. Fonte: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em <http://www.etnolingua.org/doc:8>.

realizada pelo Decreto 07, de 18 de junho de 1902, pelo Governo do estado do Paraná. Esse decreto informa que aproximadamente 200 “almas” se achavam localizadas à margem esquerda do rio Chapecó, no município de Palmas (PR). Todavia, essas ocupações raramente aparecem em mapas após o acordo de limites de 1916, entre Paraná e Santa Catarina, o que demonstra um gradativo *silenciamento cartográfico* (HARLEY, 2005) da presença indígena após os acordos de limites que compuseram a formação territorial de referida área. Até a resolução desses litígios e, especialmente no litígio internacional, as indicações sobre a existência de indígenas pelos Campos de Palmas é consideravelmente significativa. A erradicação dessa informação é notória a partir da colonização, embora não na sua integralidade, como pode ser visto com a conservação do nome Chapecó para rios ou mesmo o município criado em 1917<sup>250</sup>.

É interessante destacar que em nenhum dos mapas analisados ao longo da pesquisa foi verificada a existência de áreas com a identificação que pudesse informar sobre a ocupação por sertanejos, nem mesmo a designação de faxinais. Em pesquisas que analisam os conflitos advindos da privatização da terra ou os pedidos de requerimentos para regularização das posses territoriais é possível constatar que o Estado tomava conhecimento das áreas ocupadas por esse segmento social, no entanto, são omitidas da cartografia. Esse ocultamento das posses sertanejas pode ser compreendido como intencional, parte intrínseca do projeto de formação territorial em curso.

Com o avanço da criação de núcleos coloniais, elevou-se significativamente a quantidade de topônimos atribuídos a lugares de acordo com as experiências, representações e ideologias dos agentes protagonistas da sociedade em expansão. Vale ressaltar que o ato de nomear também é um ato de apoderar-se do espaço, de tecer relações e projetos com o mesmo a partir da semântica incrustada no nome.

A criação da *id-entidade*<sup>251</sup> tem na ressamantização espacial um dispositivo importante, que servia para a produção de uma memória coletiva, ou em outros termos, para associação com o mito fundante do Oeste catarinense, ao se analisar um mapa dessa área. A atribuição dos nomes aos lugares “siempre han estado implícitos em la identidad cultural de la gente que ocupa a tierra. Dar un nuevo nombre a um lugar es un acto de posesión política ampliamente documentado en la historia de las colonizaciones” (HARLEY, 2005, p. 219).

---

<sup>250</sup> A conservação está muito atrelada a questão litigiosa de Misiones/Palmas, porque a manutenção desses nomes é a própria sustentação (ao longo da história) que referida área era de posse lusa-brasileira. Após 1930 com o Governo Vargas alguns nomes “indígenas” foram atribuídos a municípios (como Mondai, Itapiranga e Cunha Porã), mas a iniciativa estava voltada ao nacionalismo e não especificamente ao litígio.

<sup>251</sup> Mencionado no Capítulo 03.

Conforme destaca Zamorra (1993), nomear é consolidar um uso e um significado que se mesclam no espaço e no tempo, traduzir para a referência espacial o sentido que um lugar possui para aqueles que assim o nomearam. Inserido em um processo de formação territorial, são também procedimentos que consubstanciam a conquista, a formação, a apropriação desse espaço que ao mesmo tempo em que consolidava a ação estatal, era articulado com a memória social daqueles que ali habitavam ou passaram a habitar.

### **06.03. A criação de significações geográficas funcionais a formação territorial**

No processo de integração do território, também compõe o conjunto de práticas políticas a construção de imagens sobre os espaços a serem integrados. Deste modo a formação territorial comporta uma dimensão da geografia material e também daquilo que pode ser identificado como geografia imaterial. As ideologias geográficas possuem papel primordial por orientar as práticas sociais e relações. Servem, portanto, como norteadoras das leituras espaciais que os homens constroem. Nos processos de conquista ou formação territorial, a construção de imagens em relação à área cobiçada desempenha o papel de fomentar e justificar as práticas advindas dessa conquista. Posto isso, a confecção desses termos perpassa a formação do território, uma vez que desempenha papel estratégico para reiterar uma dada ideologia (e seus desdobramentos).

As imagens, significações e discursos, elementos constituintes das ideologias servem como forças impulsionadoras para a consolidação de interesses que estão diretamente relacionados às condições materiais de existência dos grupos que as realizam. Devido a este determinante das condições materiais, essa construção semântica pode ser tomada como fecundo material de leitura para apreender as intenções e expectativas do período em que decorre o processo. É possível observar que no recorte temporo-espacial realizado houve uma transição de três nomenclaturas para a área, com seus respectivos discursos, no decorrer do processo de inserção desse fundo territorial, e que desempenharam funções para consolidação dessa integração. De 1880 até 1916 predomina a nomenclatura Campos de Palmas, após é empregada de forma muito difundida a significação de sertão<sup>252</sup> e, gradativamente, surgem topônimos ou nomes para designar a sociedade advinda da colonização: Oeste catarinense,

---

<sup>252</sup> Legalmente a área já pertencia a Santa Catarina, portanto, correspondia ao município de Chapecó. Todavia, observa-se um emprego significativo nos discursos sobre essa área a partir da significação de sertão. Parece que o conteúdo semântico do município de Chapecó estava dado pela significação de sertão.

Chapecó (ou Velho Chapecó) e região Oeste<sup>253</sup>. A produção de representações e discursos correspondentes às ideologias em profusão são, além de óbvias, elucidações que visavam realizar um ajuste entre a imagem representada do espaço e as estratégias geopolíticas em questão. Diferentemente das semantizações que expressam relações construídas ao longo do tempo com um dado espaço, como os cronotopos (ZAMORRA, 1993) ou as paisagens místicas das populações tradicionais, as representações aqui mencionadas são designações que evidenciam a ausência de espontaneidade na relação com o espaço. Compete ressaltar que as ordens para a conquista dos Campos de Palmas, designados em mapas jesuíticos como Ibiturunas, ocorreram em 1808. Porém, sua efetivação deu-se apenas em 1840, possivelmente impulsionada pelo conflito civil no Rio Grande do Sul. É essa representação de Campos de Palmas que foi empregada para tentar demonstrar posse e domínio em uma área de jurisdição ainda incerta e cobiçada.

A identificação de *sertão* que foi empregada de forma profusa durante os processos de conquista territorial para o Oeste catarinense teve expressividade após a resolução dos litígios territoriais. Nos documentos cartográficos produzidos pelos militares da Colônia Militar do Chapecó é possível encontrar essa designação para as porções ocidentais. Isso pode ser observado na folha da 1ª seção do documento cartográfico identificado como Levantamento ou Reconhecimento Expedido da picada ou caminho que liga a Vila de Palmas à Porto União, assinada pelo Coronel José Bormann, diretor da Colônia Militar. A folha da primeira seção está na imagem a seguir, na qual é possível identificar a nomenclatura *sertão*, além do percurso efetuado pelos militares e assinatura que ratifica a autoria de Bormann.

---

<sup>253</sup> Em relação à *sertão*, embora a nomenclatura da unidade administrativa permaneça (Chapecó), é o conteúdo dela que muda. Essa mudança está atrelada com a colonização. A intensidade do processo de colonização é que demarca a transição de Chapecó-*sertão* para Chapecó-Chapecó.

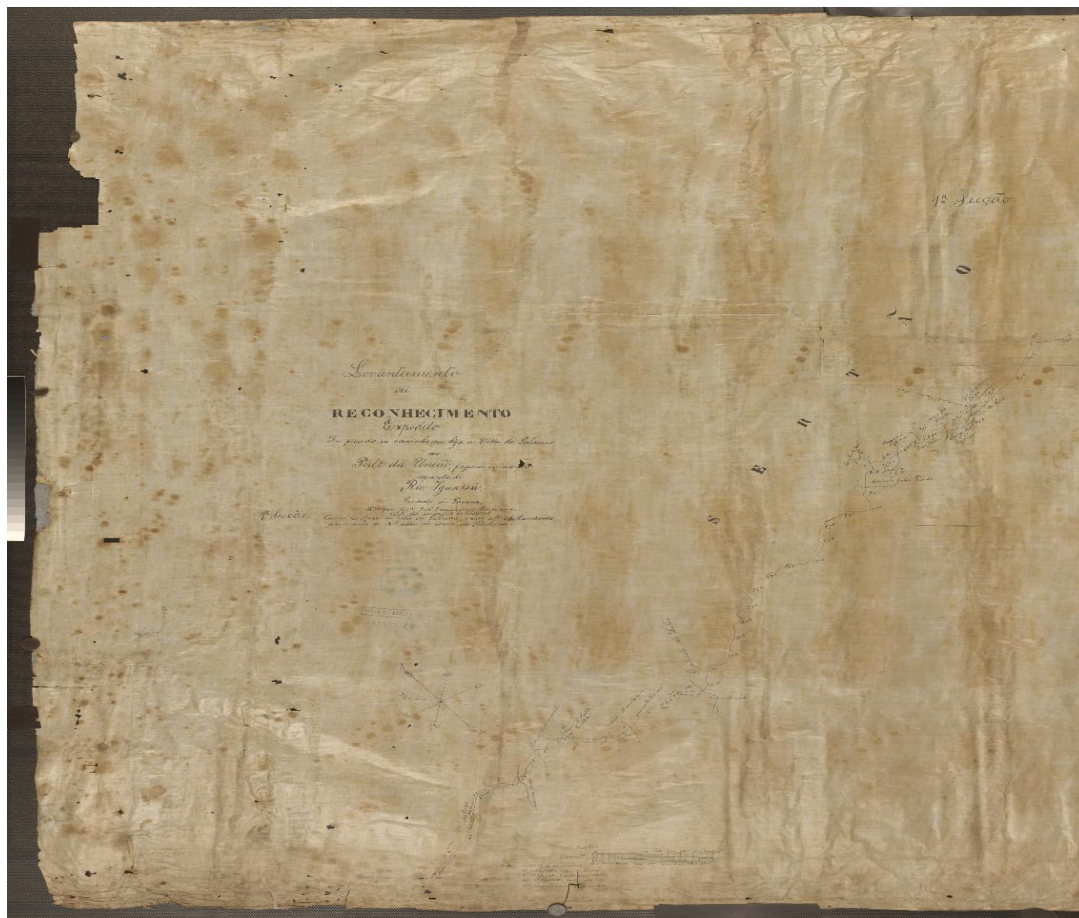
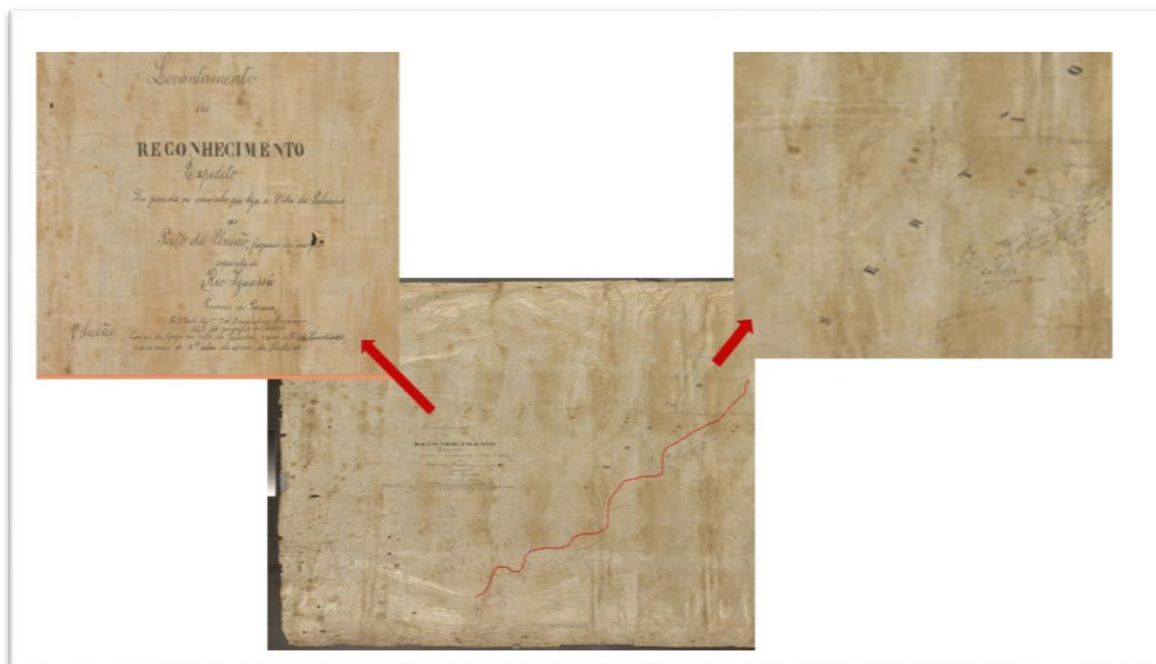


Figura 26: Levantamento expedido pelo Coronel José B. Bormann como parte dos trabalhos da Colônia Militar do Chapecó. Fonte: Arquivo Nacional.





adquire expressividade. O que é contraditório, mas totalmente sincrônico com as práticas de expansão.

Desse modo, o não emprego da designação *sertão* para uma área que poderia ser assim denominada, pois demandava intervenções para integração, configurava um posicionamento estratégico, inclusive para contrapor as alegações opostas que reiteravam o total abandono que o Império do Brasil havia relegado àquela zona, conforme Zeballos (1894) afirma no dossiê submetido ao arbitramento. Assim, a não identificação de uma área interiorana como *sertão*, mas somente sob identificação de Campos de Palmas, era um procedimento para denotar conhecimento territorial, evitando consolidar as proposições do oponente.

Foi somente a partir da implantação dos núcleos coloniais que a identificação de *sertão* tornou-se significativa, por meio dos discursos e das propagandas usadas pelas empresas colonizadoras e pelos políticos. É inegável que, após a resolução do litígio com o estado do Paraná, a necessidade de recriar topônimos foi sentida com maior pressão pelas oligarquias catarinenses para se refazer o discurso geográfico conforme a posse do Estado. A isso soma-se a necessidade de desvincular-se da associação da Vila de Palmas, que ficou sob tutela do estado paranaense.

Dessa forma, a designação de “sertão” presente nos documentos de caráter técnico, saiu dos gabinetes para endossar práticas políticas e econômicas nas primeiras décadas do século XX, sendo acompanhada da proposição de transformação espacial por povo ideal. Conforme Moraes, “sertão” está vinculado a uma área de expansão, indica uma direção para o avanço de uma dada sociedade. Na linguagem lusitana, “as terras interiorizadas, quiçá percorridas, mas não oficialmente mapeadas, dava-se o nome de sertão”. Essas geralmente eram as áreas “apartada do mar, & por todas as partes metida entre terras” – cabendo à ação humana dilatar os confins (BUENO, 2010, p.298). A identificação de áreas que foram assim chamadas não possui características naturais semelhantes que viabilize referida identidade, não sendo, portanto, uma obra da natureza (MORAES, 2003, p.02).

É válido assinalar que, predominantemente em tais áreas, havia o desenvolvimento de economia de autoconsumo, o que denota uma contradição importantíssima no emprego deste termo. A ausência nem sempre era somente da presença humana, mas de intervenções significativa nesta e que fosse em conformidade com as práticas capitalistas ou em diálogo com o eurocentrismo. Isso pode ser visto em Avé-Lallement ao afirmar que a região de Lages apresenta “um ar de profundo ermo e abandono. Em parte alguma se encontra uma casa, mas apenas, aqui e ali, vestígios de plantações (1980, p.31)”. Os vestígios de plantação poderiam corresponder aos roçados desenvolvidos na agricultura de autoconsumo – e que foram

transformados em uso ilegal e inadequado do solo pela Lei de Terras (1850). O trajeto de Lages a Sorocaba foi descrito por Saint-Hilaire como “sertão, imenso deserto de matas” (1972, p.233). Há, seguidamente, referências que buscam encontrar algum traço de civilização nos percursos. Na impossibilidade de identificá-los – impossibilidade porque não tinham as tradicionais características capitalistas – também não se percebe o tipo de vida que caracterizava as populações; não é exatamente ausência de pessoas, mas a inexistência de “vida civilizada”. Por não espelhar a imagem que o Ocidente construiu para falar de si e impor como percurso natural da humanidade, o que era diferente foi conceituado como pejorativo. Na visão do viajante, o que ameniza tal quadro desolador, é a possibilidade de alteração por imigrantes.

Para Miranda (2009), a “ausência de sinais de agricultura, pecuária, comércio, enfim, das formas capitalistas de produção, leva o viajante sempre a insistir na mesma imagem”, transformando aquelas áreas em desabitadas ou como entraves ao desenvolvimento da nação. Uma condição cuja reversão era indicada a partir de outra dualidade que acompanha os moradores sertanejos: o europeu e seus descendentes, como é possível constatar em Avé-Lallement:

Nunca vi tanta indolência ou melhor tanta preguiça como entre os camponeses de Lages. Não é notável, por exemplo, que na cidade central de um município onde pastam centenas de milhares de reses não se encontre uma libra de manteiga para comprar? (...)Se, aos homens indolentes enviassem, como concorrentes na terra alguns milhares de lavradores alemães, poderia haver uma completa transformação (1980, p.69).

Embora o ritmo social esteja muito interligado ao ritmo natural nessas áreas, é a ausência de intervenções humanas orientadas para práticas convergentes com o capitalismo e o eurocentrismo que qualificam tais lugares como *sertão*. São usados termos correlatos, como “áreas devolutas”, ou “vazios demográficos”, que também denotam a “invisibilidade” da presença humana. Para Moraes, o *sertão* não é um lugar, mas

uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. (2003, p.02).

É uma realidade discursiva empregada durante a formação territorial, apta a diferentes projetos, apesar de sempre constituir um conjunto de valores e juízos que qualificam uma área de expansão.



A conotação de deserto também é empregada com semântica semelhante. É informado como lugar maravilhoso por sua natureza, mas ao mesmo tempo cheio de perigos. Essa concepção é herdada do deserto bíblico judaico-cristão. Nessa visão, o deserto pode tanto ser lugar de refúgio para marginais como pode se regenerar (MIRANDA, 2009). No entanto, nos escritos dos viajantes acontece o inverso: não é o sertão-deserto que regenera o homem; mas o homem (distinto daquele que já o habita) que regenera o sertão, tirando-o do ermo, da barbárie e superstição que o caracterizam durante as expedições.

Mas aquelas belas regiões desérticas contêm os germes de uma grande prosperidade. Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal serviam de abrigo (...). Nenhum outro francês, antes de mim, jamais percorrera Minas Gerais, Goiás, S. Paulo etc. Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas, então, em verdadeiros impérios. E ficarão surpreendidas ao verificarem que, nos locais onde se erguerão então cidades prósperas e populosas, havia outrora apenas um ou dois casebres que pouco diferiam de choças dos selvagens (...); que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e das árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil. (SAINT-HILAIRE, 1975b: 14)

Gradualmente, determinadas áreas são transformadas em “sertão”, balizadas pelo desenvolvimento e pela direção da área de expansão de uma dada sociedade ou para novas ondas colonizadoras. O ato de transformar uma área em “sertão” corresponde a um “elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade” (MORAES, 2003, p.03). Assim, faz-se uma significação que opera pela contraposição de duas formas de ocupação do espaço: ou é qualificado como vazio, ou como atrasado/bárbaro. Neste último, é quando reconhece que referida área é ocupada, construindo-se uma argumentação que a descreve como pejorativa e a hierarquiza como inferior. Corresponde a uma estratégia retórica construída sobre a dualidade do discurso, pois para ser possível hierarquizá-la, é necessária a dualidade, na qual a outra face configura o modelo ideal de sociedade, aquela que é inspiração para comandar as alterações e a desconstrução do “sertão”. Adquiria predicativos de mobilidade –na medida em que a civilização/modernidade adentrava o interior, o “sertão” deslocava sempre a frente, em uma constante plasticidade. No pensamento social brasileiro, a dualidade predominante é a contraposição com o litoral, cuja organização sócio-espacial possuía mais elementos capitalistas e eurocêtricos, o que a possibilitava ser identificada como sinônimo de civilidade, ilustração ou modernidade. Para Vidal e Souza (1997), a literatura tematizou essa

representação como um problema e destino coletivo da nação. Para a autora, esses discursos são cartografias sociográficas que possibilitavam a orientação para ações políticas.

Com o conflito de Canudos (1896-1897), a ideia do sertão foi disseminada, consolidando na literatura uma significação empregada para diferentes regiões. Euclides da Cunha acompanhou as movimentações das tropas militares, tomando notas que resultaram na obra “Os sertões”. Escrita em 1902, transformou-se em um clássico acerca dos discursos construídos em relação ao sertão e ao sertanejo, considerando-os muito distintos, rudes e por vezes, condicionados pelo ambiente hostil, cuja hostilidade se acentuava com os ciclos da seca. O homem que aí habita também é nosso patrício, afirma Euclides, embora seja outro tipo de brasileiro, que não é um homem que perdeu as características de sua raça, mas que se mantém atrasado três séculos. Afirmava que não era um degenerado, mas um retrógrado (1988, p.20), afirmação que reitera a conotação de um passado ainda presente e, também, uma perspectiva evolucionista para o Brasil. Causava espanto ao autor o anacronismo que num “afloramento originalíssimo do passado” revela as “falhas de nossa evolução”.

No trecho acima é interessante destacar que o pronome “nossa” atribui sentido de totalidade, unidade e pertencimento. Noção vinculada às preocupações de cunho interno, pois mesmo com as referidas diferenças, coloca o sertão/sertanejo como integrante de um todo maior, que é a sociedade. É possível arriscar, ainda, que, num período em que muito se preocupava com a raça como elemento da construção nacional, Euclides deixa claro que o sertanejo é também brasileiro (nossos patrícios). Assim, as ações políticas em relação a eles deveriam ser pautadas em aproximar temporalmente aquele sertão às dinâmicas da sociedade litorânea – marcadamente capitalista, que estavam na costa. Fala, ademais, de incorporar aqueles “rudes compatriotas”; a incorporação dessas populações (também identificadas como tradicionais) sempre ocorreu de forma subalterna: mão de obra barata, instrução educacional precária, técnicas e educação que desconsideraram as peculiaridades locais. Indicada como negação da nacionalidade, a intervenção era proposta como urgente para corrigir aqueles desvios do projeto de nação subentendido nas aspirações motivadores das práticas territoriais.

Destaca-se, ainda, a noção de “evolução”. Com influências evidentes do Evolucionismo, propõe um pensamento que subentende um futuro a ser atingido/construído, e que o sertanejo, com todas as suas características, manifestava uma falha, um anacronismo no território. Embora patrício de nosso espaço, temporalmente estava muito distante. O sertão evidenciava o desequilíbrio social. É preciso salientar que esse sentido de nação almejada está construído sob elementos e estruturas que estão fortemente intrincadas num modelo de

economia e sua respectiva sociabilidade. O homem é sempre posto como um meio para determinados fins ou como obstáculo, e neste último caso, é sempre preciso ser eliminado.

Outro apontamento pertinente é que o mesmo é qualificado como superado, que sua extinção é uma questão de tempo – a ideologia dominante ressalta o próspero e benéfico trabalho do agente que realiza esta ação transformadora (colonizador, desbravador). Há nessa concepção uma perspectiva linear da sociedade, que inculca a ideia de que a transformação é irreversível. Portanto, desqualifica e criminaliza qualquer resistência a esta marcha, aliás marcha compreendida como inexorável à evolução da humanidade. Conforme indicou Chauí (2003), a proposição de um futuro inevitável, cuja gênese já está implantada, é uma das estruturas de argumentação em que a ideologia se apoia.

Ainda transitando na dimensão de tempo, há aqui o predomínio de uma perspectiva temporal em detrimento da espacial, uma vez que considera como válida “a marcha do tempo”, em vez de apreender as características espaciais. Isso também pode ser constatado quando há a preocupação de aproximar os “dois Brasis”, de transformar o atrasado, o passado, em condição semelhante ao litoral. Os habitantes, quando incorporados à nação, ainda são caracterizados como portadores de negatividade: integram e mantêm vivo um tempo arcaico, um tempo morto que entrava a civilidade do país.

Exemplo emblemático do uso dessa significação são as “impressões” elaboradas durante a *Viagem de 1929*, posteriormente circuladas no jornal “A República” de Florianópolis, apresentadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, disseminadas em livros e também através de um álbum de fotografias. A comitiva chefiada pelo governador do estado de Santa Catarina composta por diferentes profissionais e pessoas ligadas ao governo – historiador, chefe de polícia, agrimensores, consultor jurídico, deputados e outros – partiu de Florianópolis até Extremo Oeste catarinense. Os dois livros publicados são de “O Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista” de Arthur Ferreira da Costa, que foi publicada também no jornal “A República” de Florianópolis e “Aos espanhóis confinantes” de Othon Gama D’Eça. A conferência de José Arthur Boiteux intitulada “Oeste catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira”<sup>254</sup>, foi ministrada na Centro Catarinense, no Clube XII de Agosto (de Florianópolis) e na Sociedade de Geographia (RJ).

Decorrido pouco mais de uma década do início da colonização, aconteceu, então, a *Viagem de 1929*. Também chamada de Bandeira de Konder, em alusão às bandeiras vicentinas que adentravam sertões para a conquista territorial, divulgou como objetivos

---

<sup>254</sup> Ambos os textos estão publicados como fac-similar em CEOM, *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó, Argos, 2005.

oficiais: conhecer melhor a região interiorana; assinar convênio policial com o Rio Grande do Sul, acordado em Iraí (RS); efetuar decisões sobre estradas de acesso e questões limítrofes com o Rio Grande do Sul; organizar diretórios políticos; e implantar escolas primárias. Todavia, outros interesses também são apontados implicitamente como busca de maior controle e integração com população que residia em colônias implantadas em locais distantes (que buscavam na Argentina o comércio, educação e registros cíveis), bem como dissipar representações associadas ao conflito do Contestado e da Coluna Prestes<sup>255</sup>, o que, na visão do Estado, ameaçava o possível sucesso das colônias implantadas pela iniciativa público-privada, conforme pode ser localizada na seguinte passagem de Boiteux:

Acabo de citar, entre outros logares, Irany. Este nome, disse-o Othon d'Eça, levanta do fundo de nossa memória uma grande poeira de lembranças tristes. Recorda toda a tragédia imensa que tivera início entre aquelas coxilhas empenachadas de butiazeiros, no tempo do fanatismo alucinado de caboclos broncos mas intrepidos (BOITEUX, 1929, p.87).

Em quase trinta dias de viagem, em que se buscava representar um marco de passagem entre o abandono e o pertencimento à brasilidade, relatos e impressões vão transcrevendo o possível futuro promissor da região que os colonos migrantes estavam vislumbrando, com espaços que, até então, na concepção estatal, estavam entregues ao abandono e à criminalidade. Um dos relatos sobre a viagem foi feito pelo Chefe de Polícia do estado de Santa Catarina, Arthur Ferreira da Costa. A escrita deste menciona frequentemente a questão da criminalidade – possivelmente influenciada pela função desempenhada pelo mesmo. Sua narrativa menciona essa temática com frequência, relacionando-a com resquícios de um tempo que gradativamente transformava-se em passado, substituído por outro construído a partir dos colonos, marcado por progresso e civilização. Tais associações possuem afinidades com as demais leituras e interpretações construídas sobre áreas chamadas de sertões, conforme mencionamos no início deste item.

O combate ao banditismo e as garantias de vida e da propriedade foram bem e eficazmente orientadas com o Convenio policial e com o plano de criação da escolta volante, complementemente daquela medida. Com taes providencias o progresso, que ali vinha raiando, terá um rápido apogeo de grandeza e o nome do presidente Konder, que foi muito festejado, terá, no futuro, um echo memorável. (COSTA, 1929, p.20).

Do outro lado, em nosso território, fica o município de Chapecó, formidável em tamanho, com as margens do Uruguay já povoadas em muitos trechos, mas pontilhadas ainda de parcelas deshabitadas e selváticas. Ali o banditismo assentou sua tenda. (COSTA, 1929, p.26)

---

<sup>255</sup> A Coluna Prestes teve como percurso as estradas situadas no extremo-Oeste catarinense.

O convênio mencionado refere-se à acordo entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para facilitar a captura de foragidos da justiça. O que chama a atenção neste evento, é que o mesmo foi assinado no interior e não em uma das capitais estaduais, como era a prática corrente. Medida esta que servia para endossar a interiorização das autoridades e reforçar sua influência política sobre os povoados.

Outra passagem que chama a atenção é a atribuição de que futuramente a região poderia se tornar a capital econômica do estado. Esse discurso foi posteriormente apropriado pelas poderes locais para construir a identidade regional a partir da categoria trabalho (RENK, 2005).

As *thermas* do Chapecó representam uma das imensas riquezas daquela região privilegiada que ainda ha de ser, senão a capital política, pelo menos e *seguramente a capital economica de Santa Catarina*. Falta-lhe, em grande parte, contacto com a civilização, rodovias, ordem, garantias, justiça, instrução primária e cívica, brasileiras. Com seu gesto bandeirante, de difícil imitação pelo esforço, resistência e coragem que reclama, fez o presidente Adolpho Konder o descobrimento dessa zona (...). (COSTA, 1929, p.38, grifos nosso).

Nos escritos de Boiteux (1929), tal procedimento discursivo também se repete: é evidente a construção de enredo textual que contrapõe um tempo precedente marcado por adjetivos negativos em contraposição ao ambiente encontrado durante as visitas, bem como o futuro promissor que as colônias poderiam alcançar. Assim, o espaço é que tornou-se sujeito das condições que mencionava ao longo do texto, como na seguinte passagem:

E nesse querer encontrou s.exa. a força necessária para vencer, como venceu, a distância e a dificuldade de meios de comunicação para uma zona a que se abrem largos horizontes e admiráveis perspectivas, e na qual desabrocham reservas econômicas como que infundáveis. Região inculta e desconhecida, que, banhada pelos rios Uruguay, Pepery-guassú e Chapecó, é como que uma nova Canaan, convida, assegurando remuneradores resultados, a cooperação da intelligencia e do braço do homem disposto a trabalhar (BOITEUX, 1929, p. 7-8)

Apesar de ser mais descritiva, e de as manifestações de valores aparecerem com menos frequência, a imagem construída em relação ao “sertão” ou aos núcleos coloniais não é distinta daquela apresentada por Costa, como pode ser observado na seguinte passagem:

Influenciados pela constante corrente emigratória que procede do Rio Grande do Sul – e os novos colonos para as glebas catarinenses já são todos nascidos no visinho Estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, dispostas ao trabalho, levando aquelles rincões, ate há pouco incultos por

abandonados, a prosperidade e a riqueza – os referidos logares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso. (BOITEUX, 1929, pg 10)

“Incultos por abandonados” subtrai da historiografia catarinense o povoamento e as relações construídas pelo *ethos* caboclo. Desse modo, também adensava a sua contribuição no processo de ocultação das populações caboclas. Num contexto em que muitas viagens e incursões adentravam espaços desconhecidos para a interiorização do país, os sertanejos de Santa Catarina também recebiam das autoridades a sentença do seu desaparecimento.

Ainda falando deste evento simbólico de 1929, o encontro com autoridades locais, sejam políticos, religiosos, fazendeiros, comerciantes, órgãos do estado, estabelecimentos de serviços ou um encontro político com outro presidente de província – mas realizado no interior do estado, bem como os constantes registros fotográficos, sejam do encontro com estas autoridades ou ainda dos discursos que Konder realizava quando chegava aos núcleos coloniais, bem como nos marcos de fronteiras (com Argentina e com Paraná), em alguns dos riachos nomeados e registrados – são fatos que informam como existia uma preocupação saliente em conquistar, incorporar efetivamente este espaço e suas gentes, era preciso evidenciar que por onde passava a Bandeira deixava marcas da civilização. Também é oportuno salientar que o fato de os escritos de Costa terem sido publicados em jornal acabou atingindo um público maior do que se tivesse ficado restrito a um livro ou apenas as conferências – como foi feito por Boiteux. Tem importância nesta disseminação de valores, o álbum fotográfico que foi distribuído a algumas famílias.

É oportuno destacar, ainda, a necessidade de tornar conhecida uma região recentemente incorporada ao domínio das oligarquias catarinenses e recriá-la em conformidade com as aspirações das autoridades e fracções da classe dominante

. Tal afirmação decorre de que, embora a viagem ocorra da capital até o extremo Oeste, a maior parte dos registros fotográficos e das impressões refere-se à porção ocidental do estado. O nome atribuído ao livro de Costa e à conferência de Boiteux também se refere ao Oeste Catarinense, e não somente à viagem realizada pela comitiva.

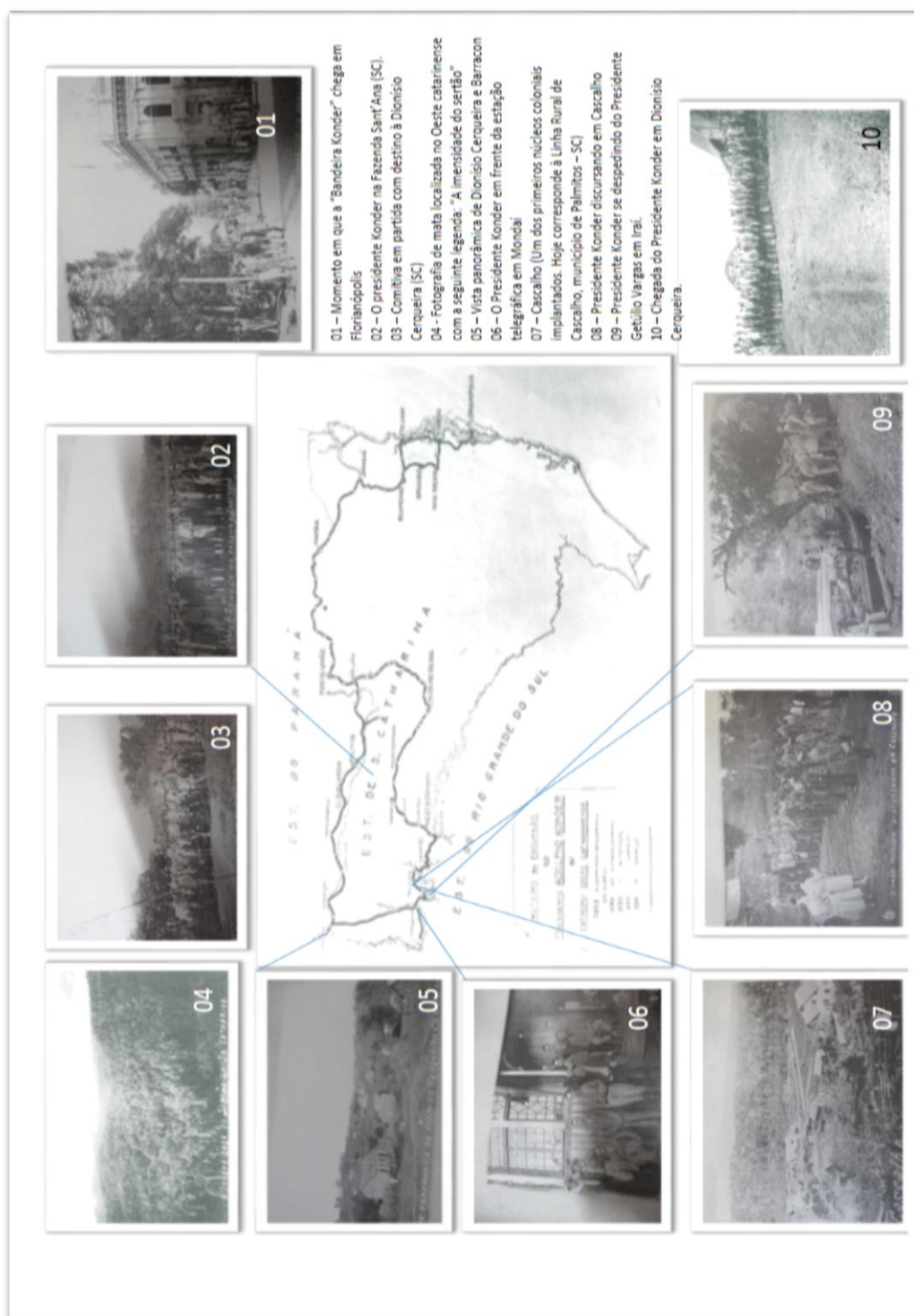


Figura 29: Mosaico de imagens relativas a Viagem de 1929. Fonte: CEOM, 2005. Org: Moraes, C.

A Bandeira Konder pode ser interpretada como um rito de conquista e de instituição, tomando os ritos como portadores de “propriedades de processos produtores de uma qualidade, pela transformação de fatos ordinários em extraordinários” (RENK, 2005, p.109) que tendem a “consagrar ou legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a

reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário” (BOURDIEU, 1996, p.97-98 apud RENK, 2005, p.110). Pode ser compreendida como um ato inaugural e de efetivação de posse (RENK, 120-121) por parte do governo catarinense – uma exibição de poder e instituição de uma referência de autoridade – uma conquista ancorada no conhecimento e no fazer ser conhecido.

A Bandeira Konder foi vista como uma conquista, se não mais de território, mas sim de pessoas, visava alargar e efetivar a influência do poder catarinense sobre os povoamentos que se mantinham ainda ligados ao espaço de origem (RS) ou com fortes laços de comércio com a Argentina. Deste modo, foram realizadas visitas a lideranças locais, coronéis da Guarda Nacional, gerentes das empresas colonizadoras e estabelecido contato com a população em geral mediante discursos realizados em espaços públicos.

A conquista populacional mencionada acima refere-se, em especial, ao caboclo que não estava integrado a sociedade de mercado, porque não partilhava dos procedimentos e costumes burocráticos necessários à consolidação do Estado em relação aos seus governados. Majoritariamente, o destino destas populações caboclas foi a expulsão de suas terras e a privação dos meios de autoconsumo – uma vez que os ervais também se tornaram particulares.

O emprego do termo *sertão* ou de termos que evocam o mesmo sentido (vazio demográfico, áreas incultas, devolutas etc.) durante o processo de comercialização das terras visava, também, atribuir coesão à “*linguagem, pensamento e ação*”, que é uma das funções da ideologia: fazendo acreditar que as terras eram efetivamente desocupadas ou que as moradias existentes efetivamente fossem ilegais<sup>256</sup>, negava o ato da expulsão dos moradores. Um discurso que deixa “no silêncio da moldura” o caboclo e o indígena, sua vida, valores culturais e economia; repousa nestes silenciamentos a “limpeza da área” efetuada pelas empresas colonizadoras na expulsão desses povos e deixa, ainda, nos silêncios, as considerações institucionais elaboradas frente à Questão de Palmas.

Sobre o emprego do termo *sertão* para designar áreas, convém indicar uma especificidade advinda do uso estratégico acomodada no contexto histórico-geográfico: predominantemente essa designação é usada diante das baixas interferências e da presença humana e, conforme esta última vai aumentando, o emprego do termo é reduzido. No entanto, se observarmos as designações realizadas antes e após 1920, depreende-se o contrário.

---

<sup>256</sup> Correspondiam a famílias de caboclos e indígenas que já residiam há gerações nestas áreas, todavia, sua forma de uso da terra foi transformada em ilegal pela Lei de Terras, uma vez que esta não reconhecia os roçados.



Percebe-se, então, que a designação de “sertão” como espaço não portador de elementos da civilização capitalista<sup>257</sup> também é aplicada para o Oeste catarinense, ao mesmo tempo em que se identifica a área como Oeste de Santa Catarina, ou município de Chapecó. Sendo esta última denominação claramente associada aos limites cartográficos demarcados após 1916, enquanto a primeira se refere a uma qualidade da área. Assim, a “barbárie/inculto” convive com o “progresso/moderno”, acima de tudo, nos primeiros anos de colonização e também para referir-se a uma condição do passado. É possível afirmar que sertão é empregado concomitantemente para o Oeste/Chapecó, mas expressando uma condição transitória, anacrônica, que remete ao passado, cuja conversão acontecerá mediante a implantação de núcleos coloniais e desenvolvimento da policultura para mercado interno. É por meio da associação desse topônimo, atribuído após a resolução dos litígios, concomitantemente à implantação de infraestruturas de transportes, controle fiscal, arranjos arquitetônicos, desenvolvimento mais intensivo de cultivos a modificar a paisagem, entre outros, que fazem com que emerja a interpretação de que o Oeste surge materialmente após a resolução dos litígios.

Ao colocarmos como a atribuição dessas três representações foi empregada por meio de uma relação muito estreita com as intervenções geoestratégicas, conforme o desenrolar da integração do fundo territorial, objetiva-se destacar, além da importância dos verbos aqui considerados (alinhar, conhecer, significar), como as diferentes representações empregadas, mesmo elucidando imagens distintas, são constituintes do mesmo processo. A geografia material é lida, representada e enunciada com base nos desígnios que recaem sobre o que está em observação, de acordo com as demandas para o controle do Estado e desenvolvimento da economia vigente.

---

<sup>257</sup> Tomo essa expressão emprestada de Fernandes (1981) para designar a associação entre valores sociais, organizações institucionais que convergem com a sociedade de mercado, favorecendo o desenvolvimento desta última.

## **Capítulo 07. As terras do “sertão” à espera dos “obreiros da nação”: Leis e agentes da comercialização de terras no Oeste catarinense**

Neste Capítulo, propõe-se a exposição de alguns agentes que orquestraram a colonização do Oeste catarinense, bem como de aportes jurídicos e relacionais que ancoraram a produção de espaço sob os moldes capitalistas, destacando-se as alianças políticas que funcionaram como domínio de classes.

A associação entre o público e privado consistiu prática elementar na formação territorial do Brasil (MORAES, 2002), de modo que ambos são agentes fundamentais nesse processo. Tal característica mostrou-se presente na configuração territorial do Oeste catarinense, em que empresas colonizadoras, de capital estrangeiro ou brasileiro, foram protagonistas dos trabalhos para concretizar a criação de núcleos coloniais nas terras devolutas do Estado ou assim concebidas. Essa organização entre Estado e empresas privadas de colonização, ancorada em legislações e em relações pessoais tecidas por motivações econômicas, atuava como modalidade de controle ou dominação de classe. Dentre as empresas que atuaram na comercialização de terras podem ser mencionadas a Brazil Railway Company, Companhia Territorial Sul Brasil, Colonizadora Bertaso, entre outras.

Uma análise das obras<sup>258</sup> que aborda especificamente a comercialização de terras no Oeste catarinense, ou mesmo no Meio Oeste, permite identificar como essa composição entre ideologia (que toma a terra, a natureza e a própria relação social por parâmetros mercantis), legislação (que vai representar essa ideologia, apoiando no seu poder coercitivo), interesses econômicos e balizas étnico-sociais (estas já apresentadas no capítulo 03) estava entrelaçada nas posturas do Estado frente às questões litigiosas de posses particulares. Esses fatores foram claramente empregados na solução de solicitações de regulação de posses, ou na concessão de áreas para comércio ou exploração dos recursos naturais. Nessas condições, a legislação mostrou-se como um importante fator extra-econômico para manutenção da estrutura social brasileira. Sustenta-se a assertiva porque a partir das alterações impostas pela legislação, levada a cabo com a atuação do poder coercitivo do Estado, ocorreu a (impossibilidade de acesso a terra e manutenção do latifúndio) expropriação das condições de reprodução social dos sertanejos, sitiantes, posseiros, entre outros, mediante sua separação de suas posses ou, ainda, da ruptura das antigas relações de produção de mantinham com o fazendeiro – esse passou a preferir a especulação da terra ao desenvolvimento da pecuária. Essas organizações

---

<sup>258</sup> RADIM, 2006; VALENTINI, 2009, WERLANG, 1992, MACHADO, 2004B.

sociais que foram expropriadas eram concebidas como atrasadas, como empecilhos ao desenvolvimento do país.

É por esse instrumento de poder burocrático-legal que se condicionam e delimitam os caminhos de construção do acesso a terra, bem como evidenciam-se as possíveis intencionalidades incrustadas em seus artigos e decretos. Apoiadas pelas letras da lei, as empresas colonizadoras atuaram e, sustentadas na instituição do patrimonialismo<sup>259</sup>, algumas relações foram tecidas no rol de estratégias empregadas por essas empresas para a obtenção de lucros e rendas – nesse ínterim, configuram-se como caminhos as relações políticas, a atuação junto ao capital bancário etc.

### **07.01. Terras para agricultura comercial: o fundamento da Lei Imperial de Terras**

Em meados do Oitocentos, a burguesia brasileira debruçou-se na tarefa de criar condições para o projeto de modernização econômica articulado com a manutenção do *status quo*, mediante os atos de legislar e de definir as condições sobre a estrutura fundiária do país. É consenso que a Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850, sob inscrição de nº 601<sup>260</sup>, foi importante dispositivo para estabelecer a concepção da terra como mercadoria. Referida Lei:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

---

<sup>259</sup> Para o conceito de patrimonialismo recorre-se a Fernandes parte das proposições weberianas, mas submeteu o conceito a singularidade do processo histórico brasileiro de formação da sociedade nacional. Para essa perspectiva patrimonialismo é a presença de interesses e autoridade pessoal na administração realizada pelo Estado, as quais deveriam ser objetivas ou impessoais. No caso do Brasil, o autor acredita na ideia de transposição e adaptação de um modelo administrativo português, que durante o período colonial e imperial privilegiou os setores ligados ao latifúndio, inclusive para conquista e manutenção do território. O domínio político desse conjunto de relações (Estado e latifúndio) é conservado até a instituição republicana e com a gradativa formação nacional esses domínios patrimoniais dispersos em ilhas pelo Brasil conformará a sociedade Estatal-Nacional. É sob essa nascente instituição que os interesses e propósitos patrimonialistas foram projetados, ampliando ainda mais a sua esfera de atuação. O Estado passa a assumir uma configuração de “amalgama” entre os princípios liberais e na prática era instrumentos de dominação patrimonialista; ao mesmo tempo que se colocava como instrumento para integração legal-racional da sociedade, correspondia na prática para servir aos propósitos econômicos bem delimitados pelas oligarquias agrárias. Ou seja, um novo e particular âmbito de dominação patrimonial. (FERNANDES, 1981)

<sup>260</sup> In: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

Nessas condições, a Lei Imperial de 1850 sobre terras pode ser compreendida como marco do desenvolvimento do capitalismo, em conjunto com o término (legal) do Regime Escravista de Produção (1888). A regulação da legislação territorial também se articulava com a transição do trabalho livre, sem causar desorganização da produção e sem efeitos catastróficos temidos tanto para as questões produtivas quanto para as sociais. O medo da deflagração de uma insurgência social estava influenciado pela Revolução Haitiana que foi realizada pelos escravizados durante os anos de 1791-1804, contra o jugo imposto pela França. Para Santos (1998)<sup>261</sup>, esse evento ocasionou inquietações em outras latitudes, que coincidindo parcialmente com a Revolução Francesa, transformava os princípios liberais e iluministas em abomináveis, sobretudo para aqueles que haviam construído a sociedade e o seu próprio papel social sob o signo da colonização e da escravidão. Assim, ante o medo de revoltas, revoluções e insurgências, a fração conservadora e agrária, em grande presença nos altos extratos do Estado Imperial, se organizou para conduzir a transição “com ordem” e sem colocar em risco as atividades econômicas.

A supracitada Lei Imperial, conhecida como Lei de Terras de 1850, definiu critérios para as correntes migratórias subvencionadas pelo Estado para formação do trabalho assalariado junto às fazendas, bem como para a implantação de pequenos proprietários em áreas consideradas “devolutas” para a produção de gêneros alimentícios voltados ao mercado interno. Para evitar que esses homens, assim como os demais pobres (ex-cativos, por exemplo) ocupassem as terras livres, foi necessário que o acesso a estas fosse controlado mediante legislação. Essa medida resultou na instituição do *cativeiro da terra*, conforme explica Martins:

Se, porém, as terras do país fossem livres, o estabelecimento de correntes migratórias de homens igualmente livres levaria, necessariamente, a que esses homens se estabelecessem como colonos nos territórios ainda não ocupados pelas grandes fazendas. Ao mesmo tempo, as fazendas ficariam despovoadas, sem possibilidade de expansão e de reposição de mão de obra. Por isso, a classe dominante instituiu no Brasil o cativeiro da terra, como forma de subjugar o trabalho dos homens livres que fossem atraídos para o país, como de fato o seriam às centenas de milhares até as primeiras décadas do nosso século [XX]. (MARTINS, 1980, p.73)

---

<sup>261</sup> Para um panorama do impacto da Revolução Haitiana nos demais países (EUA, Jamaica, Brasil e demais países da América do Sul) ver: Estilague Ferreira dos Santos. A revolução haitiana e suas repercussões. In: Dimensões – revista de História da UFES; nº7, 1998. Ver também: Nascimento, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840). In: Dimensões, vol. 21, 2008.

Sob os pressupostos do capitalismo e de uma ávida cobiça, a nova forma de propriedade desempenhou papel ímpar para preservar a ordem social e política constituída na economia colonial, na dependência externa e gravitando sempre em torno dos interesses das oligarquias agrárias. A legislação, fruto de ação e decisão humanas, logo suscetível a interesses do seu criador e executor, desconsiderou a realidade das variadas formas de organização socioespacial existentes no interior do país realizadas pelas populações tradicionais. Por outro lado, a aquisição por compra obriga a venda da força de trabalho ou transferência da renda da terra para pagamento do financiamento do imóvel. Serviu, ainda, por impulsionar a exploração da terra sob essa lógica, pois os contratos de financiamento da mesma para aquisição do título funcionavam como pressão extra-econômica para desenvolver a produção mercantil, dado que o seu não cumprimento automaticamente impunha sanções aos compradores.

Silva (1996) chama a atenção para a interpretação predominante que afirma que um dos grandes objetivos era vedar o acesso a terra ao imigrante<sup>262</sup>. O que é indicado com ênfase pela autora é a combinação de diferentes estratégias para atender aos interesses das frações dominantes. No que compete ao acesso ou não a terras aos imigrados, a autora afirma que a comercialização de pequenos lotes era um mecanismo para o Estado angariar fundos para financiar a modernização econômica e territorial, sobretudo a mensuração de terras e a importação de colonos. Logo, o “sucesso ou não desse empreendimento dependia das condições reais nas quais esses lotes seriam vendidos” (1996, p.136). A importância da efetividade dessa comercialização era ainda maior se considerarmos que o imposto territorial aprovado em 1843 foi invalidado em 1850. A inexistência desse tributo deixava evidente que a manutenção da estrutura fundiária era central no escopo das ações oligárquicas.

A Lei de Terras, em seu artigo 5º, estabelecia que as posses que se achavam cultivadas, ou aquelas adquiridas por ocupação primária, desde que também cultivadas, ou em princípio de cultivo, podiam ser legitimadas, todavia o possuidor era responsável por proceder à medição e demarcação, no prazo e na forma estabelecidos pelo Governo. Isso implicava em gastos que muitos posseiros não comportavam, em razão de muitas culturas serem para autoconsumo (RENK, 2006). Também, porque a imposição da padronização de medidas e a

---

<sup>262</sup> O impedimento desejado era para o acesso a terra por meio da posse – procedimento efetuado até então. Isso criava condições para os imigrantes mais abastados comprassem de imediato a terra ou a financiassem (acrescentando verbas aos minguados cofres imperiais), enquanto os mais pobres venderiam sua força de trabalho – assim como os demais trabalhadores nacionais - atendendo a demanda particular. De certa forma, era a construção de mecanismos que aproveitava do Outro conforme melhor convinha aos punhos que escreveram as leis.

relação privada com a terra não eram partilhadas pelos sertanejos, o que dificultava ainda mais o entendimento dos sentidos dessa mudança.

O Artigo 6º determina que

não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou de outras concessões do Governo, bem para a legitimação de qualquer posse, *os simples roçados*, derrubadas ou queimas de mattos ou campos, levantamentos de ranchos e outros actos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da *cultura efectiva* e morada habitual exigidas no artigo antecedente (BRASIL, 1850<sup>263</sup>)

Com isso, reforça-se a interpretação que concebe essa legislação como um instrumento para favorecer a grande propriedade, voltado para o uso mercantil da terra. Ela versa que somente era passível de legitimação o desenvolvimento de cultura efetiva – compreendida no seu referido contexto como destinada a fins comerciais, portanto desconsiderando os “simples roçados”, derrubadas ou queimadas de matos/campos, não dispendo de moradia habitual. Tais práticas tanto poderiam ser usadas como estratégias para se apossar de novos terrenos e requer legalmente titularidade, quanto como prática dos pequenos posseiros no desenvolvimento de seus cultivos.

Ao se considerarem as relações sociais e políticas, tecidas ao longo da constituição brasileira, que assinalam para intricada e complexa complementariedade do privado no público, fica evidente que essa dualidade formal do artigo 6º, representa o uso da instância jurídica para a construção de caminhos e alternativas que favorecessem a especulação de terras e o desenvolvimento da agricultura capitalizada.

Silva (1996, p.137) salienta que essa perspectiva teórica que acata unicamente a vedação ao acesso a terra não permite analisar a criação de um novo espaço de relacionamento entre os proprietários de terras e do Estado. Esse novo espaço de relações teve, no Decreto de 1854, sua maior expressividade, pois legislava sobre os processos de regularização das posses já realizadas, permitindo que esse procedimento fosse empregado como estratégia para acomodamento de interesses e alianças.

Em 1854, uma regulamentação estipulou, em seus artigos 19 e 20, auxílio aos novos colonizadores, estabelecendo, ainda, que o valor da venda de terras seria aplicado à medição das terras devolutas e, depois, à importação de colonos livres. A emigração europeia representava para o imigrante a possibilidade de ascensão social ou, ao menos, de melhores condições de vida. Desse modo, ela inseria-se no desenvolvimento do capital industrial, desempenhando ali papel bem definido, ou no regime de colonato ou na aquisição da pequena

<sup>263</sup> Fonte: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Grifos meus.

propriedade. Paralelamente, também mediava o crescimento e o fortalecimento das relações de âmbito econômico entre ambos os continentes. Esses aspectos tomados como positivos não podem ser compreendidos como capazes de protegê-los do movimento do capital, que tão logo forjou a mobilidade das Colônias Velhas no Rio Grande do Sul para, no mesmo movimento, buscar novos espaços para a reprodução social das unidades familiares que se formavam e expandiam e aprofundavam a organização social capitalista em outros lugares, como Oeste de Santa Catarina, do Paraná e Centro-Oeste brasileiro.

Se por um lado a proposta contida no art. 6º visava impedir a ocupação de áreas para especulação futura<sup>264</sup>, por outro impediu que o reconhecimento do direito aos posseiros mais empobrecidos quando recusava as posses com simples roçado. Adiciona-se aqui a combinação de uma leitura pejorativa em relação aos brasileiros, majoritariamente miscigenados, negros e/ou pobres, cuja combinação atuava como elemento extra-econômico no impedimento do acesso a terra.

A nova Lei pulverizava a concepção da terra como mercadoria, colocando-a, inclusive, como garantia para o sistema financeiro. A Lei de Terras proibiu a aquisição de terras devolutas, determinando, também, que essas fossem vendidas em regime de hasta pública, salvo em situações excepcionais. O valor mínimo dependeria da qualidade e localização das terras. Estipulava que os recursos provenientes da venda de terras deveriam ser aplicados na medição de terras devolutas e na transferência de colonos livres para o Brasil, o que evidencia a articulação das duas questões – venda de terras devolutas e colonização (MACHADO, 1999). Autorizava, também, a criação de uma Repartição Geral das Terras Públicas, com a finalidade de demarcar as terras devolutas e promover as colonizações.

A aquisição de empréstimos nos quais a terra era dada como hipoteca não era novidade em meados do Oitocentos, porém, com a nova legislação territorial, a hipoteca somente seria aceita mediante a apresentação do título de propriedade. Isso estimulou a aquisição por títulos de terras, mesmo que não cultivadas, para colocar como garantias jurídicas em negócios financeiros. Ao obrigar a obtenção do título da propriedade, também contribuiu para movimentações de créditos e, com isso, veio o desenvolvimento de atividades industriais, comerciais e, especialmente, de atividade financeira aplicada ao pequeno proprietário (geralmente a figura muito recorrente nesse caso é o colono). A hipoteca confere ao credor grande segurança jurídica, por outro lado, o devedor detém a posse do imóvel para desenvolver suas culturas, o que concede agilidade às transações econômicas. Essa condição

---

<sup>264</sup> E essa concepção é válida se considerarmos a necessidade do Estado angariar mais fundos.

possibilitava a movimentação de valores seja como renda da terra, seja como renda capitalizada. A hipoteca do imóvel rural, enquanto instituição jurídica, confere à terra um caráter capitalista, à medida que transforma os detentores de títulos em agentes que podem obter lucros pela possibilidade de controlar a produção ao manterem o monopólio da propriedade fundiária.

a terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é condição do usar e o usar é a realização do ter; no caso da terra, na sociedade capitalista (e é dela que estamos falando), não é necessário que estejam juntos (MARTINS, 1986, p.32/33).

O desejo do estabelecimento de uma corrente espontânea elevava as expectativas de desenvolvimento de núcleos coloniais nas porções meridionais do país que, se em um primeiro momento não estavam vinculadas às necessidades da grande lavoura, a longo prazo a origem do fornecimento de trabalhadores viria desses núcleos populacionais. Para Oliveira (1871), a introdução contínua pelo prazo de 4 ou 5 anos no Sul do Brasil, próximo às colônias já , além da formação de um mercado de “braços” para suprir os trabalhos da grande lavoura, indicava a “colonização de outras Províncias do Império se faça com extrema facilidade” (OLIVEIRA, 1871, p.16).

Observa-se que há uma reelaboração jurídica concomitante com as demandas sentidas pelas classes dominantes durante esse momento de transição. Em 1873, o Conselheiro Menezes e Souza foi responsabilizado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para apresentar no prazo de dois anos um projeto contendo medidas cabíveis para desenvolver a colonização e imigração no Brasil. Dentre as necessidades destacadas, atribuía proeminência ao aumento da população laboriosa, desenvolvimento da lavoura, aumento da riqueza pública e particular. Para o mesmo a reforma por que passava o país deveria preparar as instituições para modificar na tendência, índole e vocação do trabalho do brasileiro. Eram questões vitais relacionadas com o “futuro do vasto Império”. Deveriam ser apagados “todos os resquícios, de varrer da superfície do solo, os alicerces do antigo regime” e usar habilmente as heranças do passado e iluminar o futuro através do lume dos princípios modernos das aspirações do século (MENEZES E SOUZA, 1875, p.V).



Dentre as heranças do passado, com as quais a classe dominante haveria de atuar, situa-se a população. Elemento importante para esse projeto é o primeiro item analisado em um enredo que se entrelaça com as teorias e os temas raciais. A análise de Menezes e Souza (1875) possui dois pontos principais de sustentação: a ideia de perfectibilidade como caráter universal da humanidade e o imaginário cristão. A partir desses marcos, são tecidas considerações sobre a importância do povoamento da terra que sempre seguia a direção do Oriente para o Ocidente, em um processo que se fundem e desaparecem Estados, crenças e religiões, substituindo-se e aperfeiçoando-se. Esse movimento geográfico proposto, que possui o Oeste como ponto cardeal do povoamento, dialogava com a existência de vastos fundos territoriais ocidentais a serem incorporados ao longo da formação territorial do Brasil – aqui, os imaginários e as representações geográficas (como “sertão”) atuaram de forma significativa para endossar discursos como o de Menezes e Souza. Igualmente, indicam que a orientação Leste-Oeste que poderia ser lida como Europa-Brasil e consistia em um caminho designado pela providência para, da mesma forma, realizar a missão de povoar a Terra. Menezes e Souza prossegue afirmando que na história das civilizações, as raças teutônicas representam o princípio da independência – responsável pelo sucesso dos imigrantes, enquanto nas nações latinas há o princípio da dependência e proteção, da qual resulta o malogro. Associava a lei da perfectibilidade com a imigração – “a imigração é o meio providencial, pela qual a espécie humana cumpre essa lei instintiva de sua natureza e realiza, através dos séculos, a majestosa da civilização” (SOUZA, 1875, p.02).

Ao estudar o caráter brasileiro, Menezes e Souza (1871) propôs algumas medidas tendentes à modifica-lo, criando vocação para o trabalho técnico, necessário às transformações do regime que se instaurava. Afirmava que havia indicado “o que se devia fazer (para) aproveitarmos o liberto, o nacional e o aborígene como elementos de trabalho e como principalmente auxiliares do arroteamentos e cultura do solo” (SOUZA, 1875, p.VI). Na visão do autor o colono deveria ser colocado como proprietário do solo ou como industrial, sendo disponibilizadas instituições de crédito agrícola para melhor desenvolvimento da atividade. Já o trabalho assalariado rural poderia ser desenvolvido pelo brasileiro, acostumado ao trabalho pesado. Este, estimulado pela possibilidade de tornar-se proprietário com a venda da força-de-trabalho, abandonaria maus hábitos, como embriagues e samba, para dedicar-se ao labor.

É muito evidente o lugar marginal que ele designa aos negros, mestiços e indígenas em relação ao trabalho e à função social que os mesmos poderiam desempenhar. Para homem liberto afirmava:

Será fácil, ao ex-senhor contratar os serviços do ex-escravo, que, ligado pela afeição ao lar, onde sempre encontrou paternal tratamento, poderá, no gozo de seus direitos de cidadão e chefe de família, estimulado por trabalho remunerado e pelo amor da propriedade, multiplicar os frutos da sua atividade (SOUZA, 1875, p.171).

Tratava-se da redefinição das relações de trabalho, mas não necessariamente instaurava o trabalho assalariado como única modalidade. A permanência de condições análogas ao cativo, como o regime do colonato (MARTINS, 1996) foi um marco dessa transição e dessas políticas engendradas na transição. De modo igual, o pagamento feito em partes de produção, por dias de trabalho ou valor fixado antes da colheita, compunha as diferentes formas de obtenção da renda da terra que proprietários exerciam para sitiantes, posseiros e trabalhadores rurais.

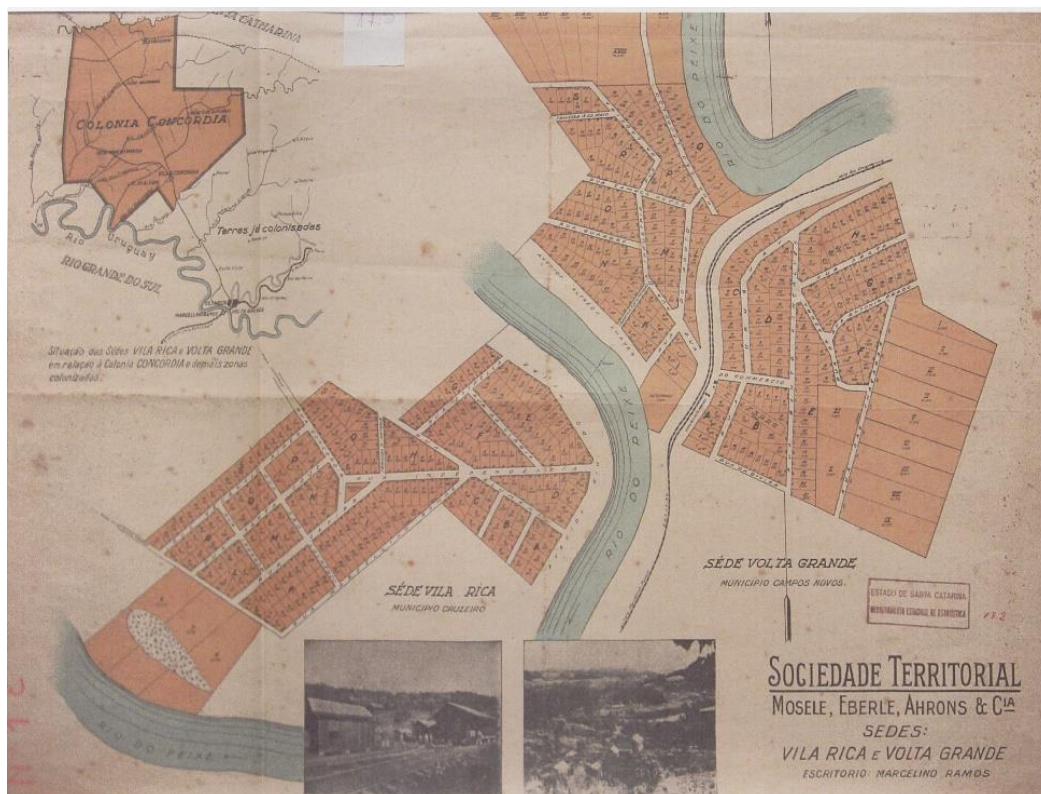
Ainda discorreu sobre a importância de estabelecer vias de comunicação motivadas sobretudo pelo processo de colonização (militar ou civil). Destacou a importância da representação dos caminhos existentes para adentrar o território, considerava importante exemplificar as facilidades de exploração e escoamento dos produtos. A partir de *Theses sobre a Colonização no Brasil*<sup>265</sup> é possível conceber como a disseminação de informações mais precisas sobre os terrenos comercializáveis era um fator considerado de grande relevância para bom andamento do processo imigratório. Em determinada passagem, Menezes e Souza (1871) demonstra curiosidade diante do fato que mesmo as repúblicas castelhanas serem mais acometidas pela instabilidade política e civil e isto ser amplamente divulgado no continente europeu, recebiam um contingente maior de imigrantes e era apontado como destino preferido. Observou, para isto, que essas repúblicas dispunham de uma considerável propaganda que articulava, também, informações geográficas: localizava no mapa o destino a que seriam encaminhados esses colonos; nos documentos constavam, ainda, as vias de acesso para os lugares nos quais seriam implantados os núcleos coloniais. Observadas estas estratégias, recomendava-se que as mesmas fossem assumidas pelo governo brasileiro, além de outras medidas mais específicas à colonização<sup>266</sup>.

O primeiro é o cuidado especial, que aplicam os povos do Prata em fazer conhecidos na Europa os seus respectivos Estados, **já mandando tirar e publicar plantas e cartas geográficas e topográficas de diferentes localidades**, acompanhadas de minuciosa notícias estatísticas; já encarregando eminentes sábios, a quem fornecem todas as informações, de escrever livros, como o excelente relatório de M. de Moussy, em que se patenteiam aos olhos do mundo os recursos e elementos de prosperidade, que encontrará o imigrante naquelas regiões (grifos meu; 1875, p.40).”

<sup>265</sup> Theses sobre a Colonização no Brasil – Projecto de solução as questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatório apresentado ao MACOP em 1875, pelo conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza. Typographia Nacional. Rio de Janeiro.1875 texto central?

<sup>266</sup> Medidas relativas ao orçamento para subsidiar tal evento.

O cuidado com a localização das colônias foi uma estratégia empregada além do período imperial. As propagandas realizadas para comercialização das terras no estado de Santa Catarina também usaram da construção de imagens, as quais poderiam fornecer mais argumentos para o comércio das terras, apoiadas, geralmente, nas informações de espaços com desenvolvimento significativo ao povoamento e das próprias vilas, bem como com indicação das vias de circulação que possibilitassem a locomoção de pessoas e mercadorias. As imagens a seguir eram empregadas como propagandas que exemplificam o que estamos abordando. A primeira imagem abaixo compõe os documentos da empresa colonizadora Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Cia<sup>267</sup>. Representa uma das composições possíveis, empregando-se informações geográficas, locacionais e iconográficas que eram empregadas nas propagandas para atrair colonos. Articulando partes de mapas (com indicação de terras já colonizadas, estradas e proximidades com o espaço de origem, passível de identificação pela localização da indicação “Rio Grande do Sul”), da planta cadastral da Colônia (que além de indicar os lotes, destaca os rios e as estradas), bem como pelo recurso da fotografia, possivelmente empregada sob a crença de um “registro do real”<sup>268</sup>.



<sup>267</sup> Com sede em Marcelino Ramos (RS) atuou no atual município de Concórdia – Santa Catarina, comercializando terras na gleba “Rio Engano”.

<sup>268</sup> Sobre o emprego de fotografias no processo de inserção do fundo territorial já foi abordado no Capítulo 06.

Figura 30: Uma das propagandas usadas pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia com emprego de mapas, plantas cadastrais e fotografias. Fonte: Ramos, 2006.

Enquanto que a segunda, uma litografia de 1898 pintada por Paul Kuscha, também foi usada para atrair colonos-imigrantes, tendo como espaço de circulação a Alemanha. O autor integrava uma família que possuía empresa colonizadora que atuava entre Alemanha-Brasil<sup>269</sup>. Essa segunda imagem explora a articulação entre cartografia e iconografia das paisagens, cujo conteúdo será mais bem explorada no Capítulo 09, sendo que por ora, interessa demonstrar como o mapeamento e a produção das cartas foram empregados não apenas por órgão oficiais vinculados à formação do território (como o MACOP), mas também pelos agentes particulares.



<sup>269</sup> Trata-se de uma descoberta recente desse material que foi realizada por Peninha Machado que integrou a exposição “As colônias alemãs no Norte do Estado de Santa Catarina”, feita em 2015 pelo Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 31: Litografia “Os assentamentos alemães no Norte do Estado de Santa Catarina, Sul do Brasil” de autoria de Paul Kuscha, casado com uma filha de dono de empresa colonizadora que autou na colonização de Joinville, Blumenau, Corupá e São Francisco do Sul. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

A Lei Imperial tratou de criar elementos jurídicos e instaurar condições para o controle do acesso da própria população a terra, servindo como importante instrumento de controle da estrutura social brasileira, sem representar possibilidades de ruptura à velha ordem. Nessas condições, com a instauração do regime republicano no qual foi construída a Constituição de 1891, a Lei Imperial foi mantida dado que ainda representava os interesses das classes dirigentes.

### **07. 02. Constituição de 1891: autonomia para as oligarquias regionais**

Com a entrada em vigor da Constituição Republicana de 1891, teve início um período de transição para legislar e administrar as terras devolutas, atribuindo aos estados federados a responsabilidade de proceder à colonização e comercialização de terras<sup>270</sup>. Isso porque as terras que não eram de faixas de fronteiras e nem de faixas da marinha foram repassadas ao patrimônio público dos estados, sendo estas áreas restringidas à União<sup>271</sup>. O art. 64 estabelecia que “pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (BRASIL, Constituição Federal de 1891, art. 64). Após essa data, cada estado passou a comandar uma política de concessão de terras, numa transferência maciça de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização, interessados na especulação imobiliária.

Essa transição da União aos estados federados possibilitou que a apropriação territorial fosse fundamentalmente vinculada ao histórico, aos contextos, às rivalidades políticas e aos interesses das oligarquias das antigas províncias. A descentralização do poder possibilitou a criação de constituições estaduais para normatizar os interesses e alguns trâmites necessários

---

<sup>270</sup> Com a nova legislação, aos Estados foi autorizada a cobrança de impostos para: exportação, imóveis rurais e urbanos, transmissão de propriedade, sobre indústrias profissões, taxas e selos, contribuição dos correios e telégrafos e sobre vendas mercantis (GALLO, 2014).

<sup>271</sup> O governo federal por sua vez atuou também, neste período intervindo na questão da ocupação das terras devolutas através a criação de dois órgãos: o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (1907-1911) e o Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (1910).

ao desenvolvimento desse processo. Isso também implicou em um acomodamento de interesses entre os grupos dominantes que atuavam nos campos político e econômico.

Os estados federados, ao encontrarem-se com autonomia para elaboração das respectivas legislações, mantiveram como pressuposto a Lei Imperial de 1850, considerando-a norteamento de princípio e norma, sobretudo quanto à revalidação de sesmarias, legitimação de posses e discriminação de terras devolutas, o que implica em similaridade nas legislações estaduais. Em alguns casos, o que difere das normativas sobre a terra recai apenas nas datas para regularização dos títulos de propriedade e medição (SANCHES, 2008, p.132). A descentralização induziu a buscar a constituição de processos díspares para legislar sobre a terra, o que não houve. Para Silva (1996), a manutenção desses princípios se deve ao fato de que as motivações que levaram à Lei Imperial ainda eram vigentes aos valores sócio-políticos e econômicos das burguesias, cuja célebre expressão de Martins (1986) explica: quando o trabalho não puder mais ser cativo, a terra terá de ser.<sup>272</sup>

Para o estado de Santa Catarina, dentre as principais diferenças em relação à Lei Imperial, mas análoga aos demais estados, está a contínua prorrogação dos prazos para regularização das medições e legitimação das posses. A exemplo, cita-se o Decreto nº 70, de 22 de maio de 1893, fixando nova data limite para as terras legitimáveis e prorrogando periodicamente o prazo até 1926 (SANCHES, 2008).

Silva chama atenção para o fato de que mesmo sendo válida a relação terra cativa-trabalho livre, deve-se considerar que os estados tiveram suas diferenças quanto à imigração e escravidão, logo, na forma como conduziram o processo de privatização das terras. Para Fernandes (1987), um dos motivos era que em algumas sociedades ainda mantinham-se os valores senhoriais como importantes elementos de distinção social, não desejando-se a substituição do trabalho assalariado e a constituição de pequeno comércio local por pessoas livres como modificações sociais que lhes trouxesse proveitos. O autor que visualiza nesse período a transição do senhor de terras para o fazendeiro (com postura empreendedora o que viabilizou a transição para o capitalismo no Brasil) ressalta que isso não foi unânime no território, de modo que em algumas regiões o desenvolvimento de políticas de imigração para alocação desses como assalariados foi menor. Dessa diferença regional, o autor atribui maior ênfase para o Sudeste com o desenvolvimento da cafeicultura e indústria com mão de obra assalariada.

---

<sup>272</sup> SANCHES, A Questão de Terras no início da República: o registro Torrens e sua (in)aplicação. Dissertação em Teoria Geral e do Direito. Faculdade de Direito. USP, 2008.

Um aspecto interessante a ser considerado é que a manutenção da via administrativa para outorgar legitimidade às posses estava relacionada aos interesses de ampliação dos espaços de poder, inclusive entre a área litigiosa entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Isso porque frente a um impasse, competia ao Presidente do Estado decidir, após percorrer os Serviços de Terras e a Assembleia Legislativa. Com isso, o papel central nas questões de terras ocupado por essa figura é inegável. A fração de classe dominante, representada em sua maioria pelos latifundiários, não possuía interesses em retirar dessa importante função os chefes estaduais da atribuição de legislar sobre impasses territoriais. Como se verá adiante, a concessão de títulos em zona litigiosa consistiu-se prática presente no espaço em questão. Essa estrutura legislativa e administrativa tornava coesas as relações entre oligarquia latifundiária, políticos e investidores industriais ou financeiros.

Para Silva (1996, p.252-253) isso encontra respostas nas articulações políticas que tornaram possíveis de serem realizadas mediante esta legislação.

Os chefes dos governos estaduais eram as peças-chave dos processos de legalização da propriedade rural, mas esses processos chegavam às suas mãos para que pusessem a sua assinatura, depois de percorrerem os meandros burocráticos dos Serviços de Terras de cada estado, seguindo os dispositivos votados pelas Assembleias Legislativas. O caminho percorrido iniciava-se nas municipalidades. [...] em muitos aspectos, porém, encontramos em relação à questão da terra uma regularidade e uma semelhança nas diferentes unidades da federação. [...] Em primeiro lugar, encontramos uma regularidade no que diz respeito à adaptação da Lei de 1850 aos interesses dos posseiros. Todos os estados alteraram a data de validade das posses, para efeito de legitimação. A lei de 1850, como sabemos, havia estabelecido 1854 (ano da sua regulamentação) como data limite para os processos de legitimação. Isso significa que as posses ocorridas após 1854 não podiam ser legitimadas dentro dos benefícios da lei. O máximo que uma legislação especial ainda no Império permitia era que os posseiros tivessem prioridade na compra de suas posses. Ao adotarem suas leis de terras, todos os estados alteraram essa data para pelo menos, 1889. Em casos significativos para muito mais tarde, por exemplo, 1920 [...] Ao mesmo tempo, dilataram os prazos para os pedidos de legitimação até o final da Primeira República (1930). Em segundo lugar, o processo de privatização das terras públicas continuou a ocorrer em todas as regiões. A passagem das terras devolutas para o domínio privado continuou ocorrendo por meio das invasões e ocupações que os particulares (posseiros) realizavam, sem que os poderes públicos tivessem as condições ou o desejo de impedir esse movimento. Em terceiro lugar, o caráter que assumiu o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado à emergência de um fenômeno sociopolítico de importância indiscutível na vida rural brasileira, que foi o coronelismo.

Para Silva (1996), a liberalidade em relação aos detentores de posses, principalmente grandes, foi a característica fundamental da legislação aprovada pelos estados sobre as terras devolutas sob seu domínio. Acrescenta-se que essa anuência quanto às posses, estava mediada por relações pessoais ou ainda por valores sociais e étnicos, mas amplificadas para âmbitos políticos, sendo essas características importantes diferenciadores para o tratamento das

questões fundiárias. Desse modo, as ocupações validadas não eram na totalidade dos pedidos encaminhados, mas a legalização das posses era balizada pela capacidade produtiva e por questões étnico-sociais do requerente.

Era de consciência do estado e das oligarquias que um posseiro, ou mesmo o funcionário ou agregado, não possuía capacidade onerosa para comprar terras, mesmo as devolutas que tinham os valores mais baixos do mercado. Essa impossibilidade era tanto financeira quanto legal e burocrática. Os senhores de terras, ao perceber a gradativa valorização territorial, adiantavam-se, portanto, nesses trâmites, requerendo áreas pertencentes aos posseiros e, mesmo que exigissem posteriormente, deve-se adicionar a esta análise o condicionante das relações clientelistas que forçavam o pêndulo das decisões a permanecer para a oligarquia. Esse cenário transformava todo o esforço do posseiro em um trabalho hercúleo e praticamente em vão, a partir do momento que sua terra adquiria uma valorização. Mais cedo ou mais tarde, a privatização das terras anunciada pelo trabalho de medição e demarcação dos lotes chegaria até ao lugar em que o posseiro havia construído sua vida (SILVA, 1983, p. 54). Para Prado Jr “a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais”.<sup>273</sup>

O coronelismo também é um elemento explicativo das determinações que pesavam sobre as decisões fundiárias: um sistema de poder que está majoritariamente atrelado à Primeira República (1889-1930), porém tratou-se de uma prática política presente nos períodos precedentes e após 1930. Uma engenharia social e política construída a partir da mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, que teve no regime republicano maiores condições de sua estruturação “com amplas condições de autonomia, adequadas ao exercício do mando local e regional, até mesmo base para as situações (e oposições) políticas estaduais (MACHADO, 2004, p.91)”. As alianças construídas a partir dessas relações usufruíam de nomeações para cargos estaduais (como delegado de polícia, juízes, promotores, coletores de impostos) e federais (coletores de impostos, agentes de correios, telegrafistas etc.), ou ainda da busca de verbas para investimentos nas suas regiões de influência

O coronelismo afirmou-se como um mediador entre as massas rurais (que seriam os possíveis eleitores) e os candidatos aos cargos na política estadual e federal, de modo, que exercia sobre os primeiros o mandonismo (um misto de “paternalismo” e coerção), enquanto que para os segundos esperava favores políticos em troca de sua fidelidade. A base do poder

---

<sup>273</sup> PRADO Jr., Caio. A questão agrária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 49-50.



desses coronéis era a grande propriedade fundiária, que também era habitada pelos peões, agregados e posseiros – famílias que construíam relações de lealdade e de mando, criando um ambiente de prestígio e poder. Esse era endossado na atuação dos coronéis para resolver questões de desentendimentos locais, arbitrando sobre as relações sociais. Assim, o poder dos coronéis se constituía a partir de diferentes elementos, passando desde o sistema eleitoral, milícias pessoais, das relações com subordinados até as transformações político-institucionais que afetaram o Estado. Transitando por diferentes âmbitos das relações possíveis, o coronelismo pode ser concebido como um “desdobramento de uma forma de dominação de classe” (MACHADO, 2004, p. 93)<sup>274</sup>, dado que utiliza desse conjunto de influências políticas, jurídicas e coercitivas para construir condições reais de manutenção da estrutura social.

O regime republicano possibilitou que essa dominação política de base patrimonial recebesse um revestimento moderno com uma fachada burocrática-racional-legal. É mister ter consciência que patrimonialismo e instituição não se constituíram como antagonismos. Isso pressupõe a existência de articulações políticas cujos enlaces afetariam o desenvolvimento jurídico, por consequência, os âmbitos sociais, culturais e até mesmo subjetivos dos indivíduos – dado que estão são vistos como meios para o enriquecimento da burguesia, constituindo relações e situações de extrema violência com rompimento de modo de vida anterior (valores consuetudinários), conforme é possível constatar nas diversas revoltas camponesas que demarcam a expansão geográfica do capitalismo e suas contínuas reestruturações.

Por trás dessa estrutura funcional brasileira, contradições internas movimentam o andar lento que continuamente realiza tortuosos caminhos de “modernização” sem desvincular-se da tradição. Inegavelmente, “o progresso ocorre no marco da ordem (MARTINS, 1980, p.30)”. Assim como a esfera de influência pessoal penetrava o ambiente e as normas do sistema racional, esse sistema não é tido apenas para representação política, mas como “complicados e tortuosos mecanismos de acumulação da riqueza (p.30)”. A modernização almejada na República foi no lastro da ordem e tradição. É no desdobramento do velho que surgiu o novo. Nesse conjunto de relações tecidas a partir dos interesses das frações de classe dominantes, ocorreu o processo de comercialização das terras devolutas do estado catarinense.

No olhar daqueles que buscavam efetivar o controle da terra, havia a necessidade de superar o status de abandono que esses lugares se encontravam, geralmente representados

---

<sup>274</sup> O autor indica José Ibarê Dantas (Coronelismo e dominação. Aracaju, Ed.UFS, 1986) como fonte com a qual estabelece diálogo para a concepção do coronelismo como sistema de dominação de classe.

como “sertão”. Compreendiam que somente através do crescimento econômico era possível alcançar progresso e civilização. São ideias que compartilhavam a compreensão da terra como mercadoria, como base para exploração econômica e que, portanto, cobiçavam o desenvolvimento, nessas áreas, de uma sociedade que também partilhasse desses valores, o que compreendiam como fundamental para desencadear o progresso. Ou seja, o crescimento do Estado, perpassava os grupos sociais que nele habitavam.

Só pelo povoamento rápido pode o Brasil conquistar o lugar a que tem direito no concerto das grandes Nações. [...] Aqui mesmo temos a prova das vantagens da introdução de braços para a exploração das riquezas das nossas terras. Sem isso, ainda hoje, muito pequeno seria ao progresso do Estado. Penso, portanto, que deveis autorizar o Governo a ceder à União, a título gratuito, as terras que ele quiser colonizar. Os lucros indiretos que o Estado alcançará com a sua produção, com o desenvolvimento do seu comércio e com a abertura de estradas por conta dos cofres federais, compensarão sobejamente o prejuízo resultante da cessão gratuita de terras<sup>275</sup>.

Nas duas primeiras décadas do século XX, era comum o governo de Santa Catarina reconhecer a falta de recursos para a realização das obras de infraestrutura, principalmente estradas – que por serem indicadas como essenciais, causavam preocupação para os governantes. Em 1922, Júlio Horn, Presidente do Congresso Representativo, sobre a situação do Oeste, afirmou que:

Na solução desse máximo problema de administração, de que depende em grande parte, o desenvolvimento das forças econômicas do Estado, o poder executivo, lançando mais recursos financeiros de que pode dispor, sem sacrifício de outros serviços públicos, não regateia elementos para concluir, dentro do quadriênio que termina em setembro vindouro, cerca de 2.000 quilômetros de estradas de rodagem, cuja construção se impunha como imperiosa e inadiável necessidade. Como seria impossível sem graves sacrifícios das finanças do Estado, levar à conclusão com os recursos ordinários, essa considerável extensão de vias de comunicação, adotou-se o critério de, em grande parte, pagar em terras devolutas as estradas que penetram e atravessam estas terras. Assim, foi alcançado o duplo objetivo de não sobrecarregar o erário público com despesas superiores às suas forças atuantes e de, desde logo, localizar nas terras marginais a colonização, que tão necessária é ao nosso desenvolvimento e progresso<sup>276</sup>.

Esse sistema de pagamento relegou aos empresários da colonização o controle das terras devolutas e, também, da própria configuração espacial. Radin (2006) destaca que em

<sup>275</sup>GOVSC-Men, 1911, p. 42. As autoridades estaduais buscavam, também, apoio junto ao governo federal para reativar a imigração e a colonização de áreas consideradas vazias. Segundo Petrone, isso ocorreu a partir de 1907, quando o Governo Federal precisou tomar uma série de medidas para promover a imigração, considerando que a experiência dos Estados, de assumir a responsabilidade de atração de imigrantes e criar núcleos coloniais, teria sido frustrante. Com isso a União interveio novamente no processo, mesmo que a responsabilidade continuasse vinculada à administração estadual. PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Tomo III, 2º Volume. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

<sup>276</sup>GOVSC-Mens. 1922, p. 38.

1921, as concessões e títulos expedidos somaram 809, que abrangiam uma área de 209.914 hectares. Já no Governo de Hercílio Luz, as “expediram-se títulos de terras, inclusive os destinados a pagamento de estradas, com a área total de 3.519.226 hectares” no ano de 1922. Em relação ao ano de 1925, salienta que “foram expedidos 450 títulos definitivos concernentes a área de 1.188.624 hectares”<sup>277</sup>.

Sob a alegação dessa necessidade, os interesses privados ainda enrobustecidos na velha (mas atuante) oligarquia estiravam seus projetos sobretudo para o controle de terra, tramando relações com os governantes. Faoro (1977) salienta que havia uma busca de lucros, seja pela via da especulação, seja pela via do desenvolvimento econômico ou sob o comando político. Inegavelmente as empresas colonizadoras desfrutaram de benefícios e privilégios, por meio de acomodação de interesses para aquilo que os governantes e ilustrados já apontavam como percursos necessários para o crescimento econômico, “modernização e civilização” do Estado, discutido no item seguinte.

### **07.03. Patrimonialismo no processo colonizador: as empresas colonizadoras.**

Com a resolução da questão limítrofe com o Paraná (1916) e ancorado na Constituição de 1891, o governo catarinense deu sequência à comercialização de terras que já vinha ocorrendo desde finais do século XIX, durante o regime imperial, porém mais localizada na região serrana (PIAZZA, 1994). Convém assinalar que no período de 1891 a 1916, os limites não estavam acordados, o que permitiu a concessão de títulos particulares de terras em estratégia para ampliação das fronteiras pretendidas entre os estados de Santa Catarina e Paraná, configurando um campo de disputas de poder e espaço. Após o acordo de limites (1916), Santa Catarina deveria respeitar as concessões de títulos realizadas no período precedente pelo Paraná. Para isso, a Comissão Demarcatória de Limites Estaduais efetuou o levantamento das fazendas existentes nas faixas de fronteiras dos dois estados, para identificar quais as porções de áreas que deveriam ser concedidas às empresas colonizadoras. O total de fazendas levantadas foi de 45 unidades (PIAZZA, 1994).

A seguir, está incorporada ao texto a Figura 32, na qual é possível observar as concessões de terras para as empresas colonizadoras (as vezes identificadas pelo nome da colônia, como Colônia Uruguai, situada na parte inferior e a direita da imagem), bem como as

---

<sup>277</sup> Cf. GOVSC-Men, 1922, p. 49, GOVSC-Mens. 1923, p. 51. A mensagem do ano de 1925 foi apresentada por Antônio Vicente Bulcão Vianna, Presidente Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina e, GOVSC-Mens. 1926, p. 53. Referentes aos anos de 1923 e 1924 e os de 1926 a 1930, não apresentam informação sobre a quantidade de terras tituladas ou o número de hectares titulados não é significativo.



Figura 33: Representação da mesma área, mas a partir de uma carta da localização das colônias militares nos Campos de Palmas. Fonte: Xavier, 2016.

A regularização e o reconhecimento das concessões efetuadas pela oligarquia paranaense ocorreram mediante a Lei nº 1181, de 4 de dezembro de 1917, cujo primeiro artigo afirma: “que todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficaram obrigados a registra-los, no prazo de 2 anos, a contar de primeiro de janeiro de 1918”. Além de regulamentar, possibilitava desapropriar aquelas que não haviam efetuado o pedido de reconhecimento. Para os títulos de terras expedidos pela Colônia Militar do Chapecó, foi autorizada a regularização somente em 1925, mediante a apresentação do título expedido pelo diretor, bem como dos documentos oficiais de medição e demarcação<sup>278</sup>. Algumas dessas fazendas (Fazenda Sargento, Campo Grande, São Vicente de Palma Sola, Campo Vicente, Araçá, Perseverança, Burro Branco, Primavera, Pimpão, São Domingos, Jardim, Fazenda do Norte, entre outras) foram posteriormente vendidas às empresas colonizadoras. As demais áreas, ocupadas por sertanejos, foram repassadas à *Brazil Development e Colonization Company*, Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, Empresa Bertaso e Maia e Cia etc. (WERLANG, 1992). A comercialização da concessão entre as próprias empresas também era efetuada, como foi realizado entre a Oeste e a Companhia Territorial Sul Brasil, e a *Brazil Raiwlay* para outras empresas (Chapecó-Pepery Ltda, Volksverein).

As concessões feitas pelo Estado eram de terras devolutas. Porém sob interesses de especulações de terras, foram desconsideradas majoritariamente as posses territoriais dos sertanejos, representando um avanço espacial gradativo e que cada vez mais reduzia as possibilidades de reprodução social, ou mesmo de deslocamento para outras áreas. As concessões podem ser observadas na Figura 34. Esse processo foi intensificado a partir do término do Movimento Social do Contestado e da demarcação das fronteiras estaduais.

O avanço do processo colonizador representou para os caboclos o início de um tempo marcado por violência e penúria, cujas consequências foram deixadas como heranças às gerações futuras. Juntamente à expansão da racionalidade econômica e à constituição formal e institucional das mediações políticas que se conflitavam com o predomínio de valores sociais articulados a imaginários, o dinheiro assumia formas ou associações a expressões do mal, devido à violência que acompanhava a expropriação (MARTINS, 2012, p.162).

---

<sup>278</sup> Em 1934, pelo Decreto 46 de 11 de julho, o Estado reconheceu a validade de todos os títulos dos lotes expedidos pela Colônia Militar.

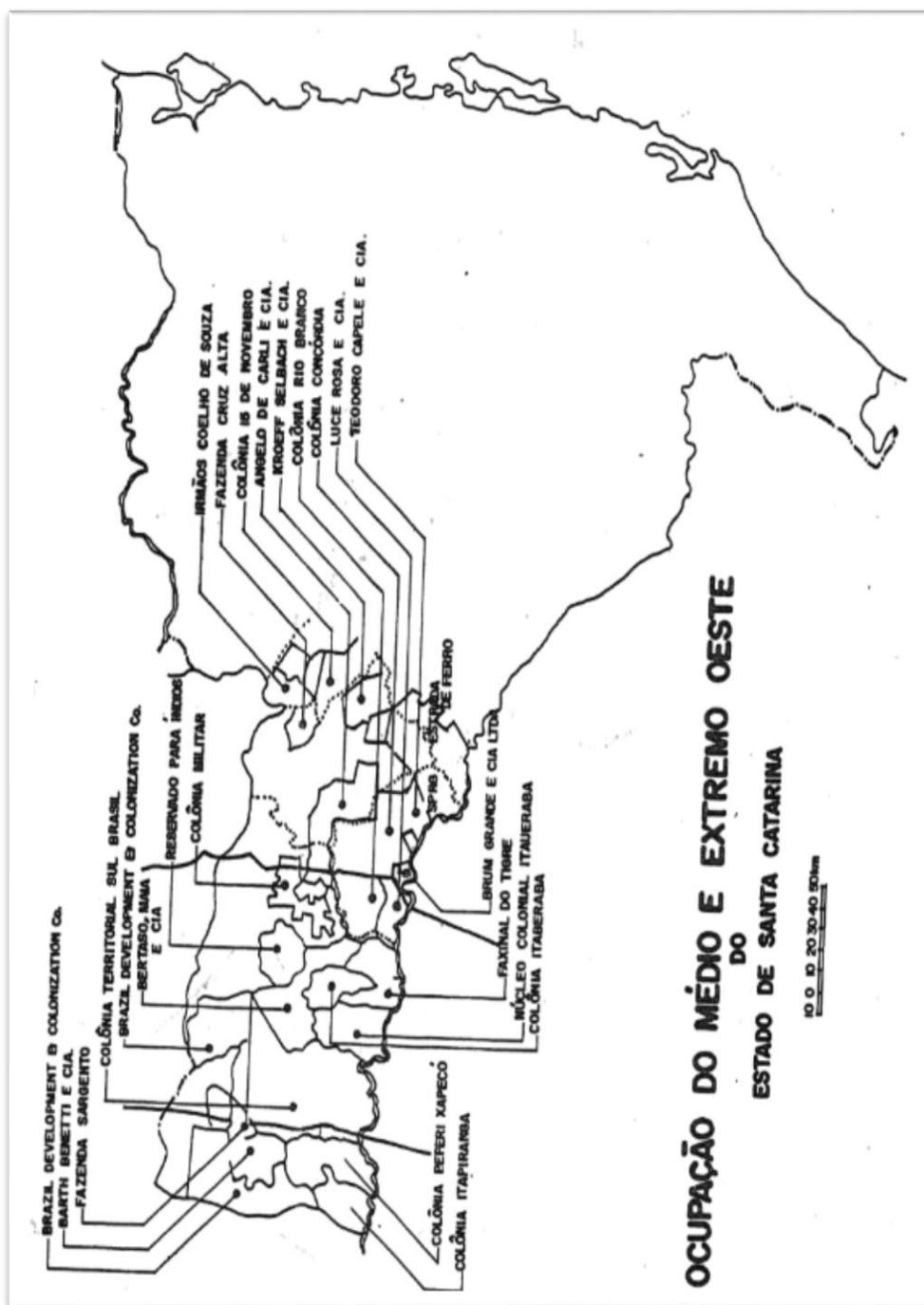


Figura 34 – Localização de algumas das concessões de terras “devolutas” do Estado e das fazendas. Fonte: PIAZZA, 1994.

Essas interpretações são decorrentes de uma sensação de inexplicável desmoralização, privação, provação, que impõem às vítimas da expropriação material e cultural uma certa compreensão apocalíptica dos acontecimentos, desencadeando também, um processo de estranhamento de si (MARTINS, 1993). A exploração dessas áreas que eram identificadas como devolutas, concedidas, sobretudo, à empresa *Brazil Raiwlay Company*, mas que na verdade eram habitadas por populações que ali residiam há gerações, foi a base para o desencadeamento do Movimento Social do Contestado. O Movimento ocorreu a partir de elementos bem circunscritos, porém também foi composto por características que demarcam a formação social brasileira, como a expropriação das condições para reprodução social, a violência e o coronelismo. É interessante destacar que tais fatos ocorriam em um momento de transição política entre dois regimes governamentais. Ainda sob os anseios da Revolta Federalista adicionada à indefinição limítrofe entre os dois Estados, formou um ambiente social e político intrincado frente a quaisquer ações que transcorriam. O regime republicano atribuía, formalmente, mais autonomia aos estados, mas ainda mantinha algumas questões sobre o poder central, como a indicação das autoridades para os governos estaduais – e esse era um ponto de instabilidade e descontentamento dos políticos meridionais. Conforme já indicamos, a política de comercialização das terras passou para os governos estaduais, elevando o poder dos coronéis, que diante da possibilidade de conduzirem essa política de acordo com interesses pessoais, representaram uma experiência de autoritarismo e violência para a população de caboclos, ervateiros, sitiante e pequenos proprietários espalhados pelas áreas que foram transformadas em devolutas<sup>279</sup>.

O elemento peculiar e local em torno do qual eclode o Movimento Social do Contestado é a atuação do monge José Maria que, além da representação espiritual, era curandeiro e orientava uma prática harmônica com a natureza e também tecia críticas aos eventos que indicavam o avanço da economia capitalista, como a ferrovia. Em 1912, um encontro festivo ocorreu no interior de Curitiba (SC). Devido ao prolongamento para além de quatro dias e ao aumento de pessoas que procuravam o monge, o evento foi visto com desconfiança pelas oligarquias locais, que ordenaram a dispersão do mesmo – que por ventura, rumaram aos Campos de Palmas, área litigiosa entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Esse deslocamento foi interpretado pela mídia e pela oligarquia paranaense como estratégia de Santa Catarina para criar confusão nessa área – associando erroneamente (ou estrategicamente) o ato a motivações políticas e territoriais. Diante da situação, a Força

---

<sup>279</sup> Fala de Machado no vídeo Contestado: uma guerra esquecida. In: Canal TV Brasil, 2014.

Policia do Paraná foi mobilizada para dissolver a aglomeração através de uma expedição preventiva, o que resultou em confronto<sup>280</sup>. No massacre em Irani-PR, o próprio monge João Maria foi assassinado, além do Coronel João Gualberto. É em virtude dessa movimentação na área fronteiriça que o Movimento é erroneamente reduzido a questões de limites, que embora também estejam presentes (seja pela movimentação, seja pela real indefinição acordada somente em 1916), não pode ser colocada como tal.

Passado mais de um ano, o grupo caboclo retorna a Irani, em razão dos sonhos de Theodora, nos quais o monge José Maria ordenava que os seguidores deveriam se reunir novamente em Taquarussú, interior de Curitiba. A partir de então, o movimento assume contornos sociais e políticos muito distintos do primeiro. Neste, predominavam elementos religiosos. Na segunda aglomeração, ele adquire consistência a constituição de um projeto caboclo, em torno de valores sociais muito distintos daqueles desejados pelas oligarquias. A criação de uma irmandade com sua própria utopia – ou como afirma Auras, a irmandade cabocla (AURAS, 2001<sup>281</sup>) transcrita na frase “quem tem moe, quem não tem moe também, e no fim, todos ficam iguais<sup>282</sup>” demonstrava os anseios construídos a partir de elementos da cultura local com a mudança da situação de espoliação que estavam vivenciando já há alguns anos. A constituição das cidades santas, entre os anos de 1913 e 1914, nas quais todos seriam iguais, era um projeto que afrontava o poder dos coronéis locais e que se espalhou pelo Vale do Rio do Peixe. A partir de 1914, adquire contornos econômico-políticos claros: um confronto entre ricos, donos de terras e despossuídos, cada vez mais espoliados das suas condições materiais e de reprodução social. E sob a chefia de Chiquinho Alonso, além da defesa, passaram a atacar os elementos e agentes que figuravam o estado, o capital e os coronéis localizados em vilas e cidades, mantendo sob cerco cidades como Canoinhas. Dominam Curitiba, Itaipolis, Papanduva, bem como estações da estrada de ferro e, por fim, quase conseguem dominar a cidade de Lages – importante ponto comercial e de poder estadual (MACHADO, 2004).

Totalizando em torno de 10 mil caboclos mortos, foi dizimado em 1916 e pode ser compreendido como um movimento que tentou romper com a tradição de dominação. E em virtude dessa característica, bem como por trazer sempre à memória a presença de uma população mestiça, cujos valores sociais destoavam daqueles tomados como manifestações da civilidade e modernidade, tendo sido amplamente divulgado apenas como um movimento de

---

<sup>280</sup> Identificado como Combate de Irani.

<sup>281</sup> AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis, Ed. UFSC, 2001.

<sup>282</sup> Refere-se ao ato de moer milho no pilão, que resulta na canjica ou quirera – alimento que é parte da culinária cabocla.



fanáticos e perniciosos ao desenvolvimento nacional, a presença de caboclos em outras áreas do estado de Santa Catarina foi identificada como indicação de barbárie e atraso.

De certa forma, é possível afirmar que em virtude dessa imagem negativa que gravita (va) em torno das populações não-brancas que demarcavam o imaginário social brasileiro, que foram agudizadas com esse movimento, a expulsão dos posseiros das áreas que estavam indicadas para colonização foi acatada como algo necessário fosse para desencadear o progresso, fosse para evitar a presença do “banditismo no sertão”<sup>283</sup> – sob esse discurso, a contínua expropriação adquiria conotações de contribuição social ao país. As discussões e contínuas preocupações com os “elementos indesejados” que feriam a “ordem pública” é um interessante registro para reforçarmos que para além do Movimento Social do Contestado, o processo colonizador foi demarcado por conflitos recorrentes.

No âmbito das rupturas visualizadas com a expansão do capitalismo, observa-se, ainda, o rompimento das relações sócio-políticas de subordinação em relação aos fazendeiros, as quais possibilitavam as bases do coronelismo na região. A venda das fazendas tornou dispensável o trabalho dos caboclos, o que resultou na perda dos postos de trabalho e também na ruptura de antigas relações sociais, como o compadrio. O estrangulamento desse tipo de relação de subordinação tornou-se evidente somente quando elas não foram mais realizadas ou adquiriram proporções elevadas: com a desproteção ante a expropriação. O rompimento dessa relação ocorre a partir da inserção de novos agentes – como o Estado, capital estrangeiro, as empresas colonizadoras e os colonos-migrantes. Os historiadores afirmam que é na Primeira República que o coronelismo vivencia seu apogeu. Entretanto, aqui compartilha-se a perspectiva de Douglas Monteiro, que compreende esse período como um momento de alteração no jogo das forças políticas, no qual observa-se a ascensão das oligarquias em detrimento do poder local. A partir desse quadro, o coronel teceu toda sorte de alianças e relações possíveis, conforme era de seu interesse: ora com o capital estrangeiro, ora com posseiros e peões etc. Essas novas relações, bem como o avanço das relações capitalistas de produção com os subordinados, destruíram muitas relações de compadrio, contribuindo para a insurgência das camadas desfavorecidas contra os superiores (MACHADO, 2004). As novas relações políticas e sociais construídas no dinamismo da expansão Hass (2001; 2013) chamam a atenção para uma outra variante do coronelismo no Oeste catarinense, constituída a

---

<sup>283</sup> A associação de “banditismo no sertão” pode ser encontrada nos artigos do IHGSC. Esse tema foi explorado por Delcio Marquetti em “Bandidos, forasteiros e intrusos – história do crime no Oeste catarinense na primeira metade do século XX”.

partir da atuação das empresas colonizadoras com os colonos<sup>284</sup>, em que se destacam diferentes figuras, em virtude das colônias e da atuação das colonizadoras.

À proporção em que se elevava a quantidade de terras comercializadas, também os posseiros aumentavam em número, em virtude de não serem mais incorporados aos trabalhos nas fazendas – as quais eram vendidas como glebas coloniais. Conjuntamente, os ervais localizados no interior dessas áreas eram transformados em bens privatizados, não sendo mais possível a colheita de forma gratuita. Houve um contingente populacional significativo que foi demitido da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e que destituído de condições financeiras para retornar ao local de origem, somou-se à massa de posseiros, pobres e marginalizados que progressivamente eram atingidos. Paralelamente, ocorre a expulsão dos posseiros de suas terras.

O locatário fica obrigado - (...) a promover a retirada dos intrusos que encontrar estabelecidos nas propriedades referidas, de modo que dentro de doze meses da data do presente contracto nenhum intruso mais se encontre nelas, salvo a cada um de tais intrusos a faculdade de regularizar a sua indevida ocupação, comprando a outorgante locadora, nos termos em que são vendidos lotes coloniaes, a área que ocupar”<sup>285</sup>

No registro acima, parte da cláusula de contrato entre a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e o Coronel Manoel dos Santos Marinho (Chapecó) menciona a possibilidade resguardada pela legislação para que o posseiro encaminhasse para a regularização prevista. Porém, compete salientar que a maioria dos posseiros não tinha conhecimento dos trâmites da legalização. Além do quê, esse capital social poderia ser completamente inútil, como salienta Werlang (1992). O destino já assumia contornos bem definidos: deslocamento e marginalização com perda, inclusive, das benfeitorias (conforme regularizado pelo Decreto de 31 de dezembro de 1925). A instituição de relações sociais e de propriedades construídas e legitimadas somente no universo letrado, inacessível à maior parte da população, além de impor as regras desconsiderando as práticas já adotadas, também servia para inculcar a inferioridade dos caboclos, ampliando gradativamente a violência sentida.

A concessão responsabilizava as empresas pelo processo colonizador quanto ao deslocamento dos colonos, comércio, propaganda e despesas com as demarcações. As empresas também deveriam realizar a construção das estradas; em contrapartida ficavam com a comercialização de madeira e ervais em alguns casos, além da especulação da terra. Os

<sup>284</sup> A ser abordado no final desse item.

<sup>285</sup> Conteúdo de cláusulas de contrato de arrendamento dos ervais existentes nos imóveis Peperly e Chapeco (comarca de Chapeco), entre a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e o Coronel Manoel dos Santos Marinho, in autos de Ação de Interdito Proibitório de 1922. In: Silva, p.62.

discursos que, por diversas razões, sustentam a assertiva de postura contribuidora para o desenvolvimento regional a partir dessas empresas só podem ser acatados dentro do campo ideológico da burguesia amplamente divulgado desde os finais do século XIX e que ainda ecoa em mentes, consubstanciando perspectivas. Fora desse universo de entendimento, essas afirmações não se sustentam. Se inseridas em outra visão de mundo diferente daquela sustentada pela oligarquia, torna-se evidente a postura violenta e de rapinagem assumida para com as pessoas (sertanejos e mesmo com os colonos-migrantes) e a natureza (seja pela extração de erva, de madeira, ou pela especulação da terra).

Essas companhias eram fundadas, envolvendo interesses para a aplicação do capital excedente, lançando mão dos interesses e do sistema financeiro (exemplificada pela presença de sócio que atuavam em bancos), bem como da proximidade com políticos. Sobre essas proximidades políticas e econômicas, é esclarecedora a seguinte passagem de Machado (2004, p.149):

O vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da Lumber enquanto exercia este cargo público. O coronel Henrique Rupp, superintendente municipal de Campos Novos, foi inspetor de terras da Brazil Railway também na mesma época em que exercia o seu mandato, no período em que esta companhia expulsava os posseiros e proprietários legítimos do vale do rio do Peixe. O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, era, em 1916, representante oficial dos interesses da Lumber junto ao governo de Santa Catarina.

De forma evidente, traz a aproximação e atuação conjunta do público e privado na construção dos espaços que demarcam a formação social brasileira. A proximidade com os políticos é característica do sistema sociopolítico do clientelismo que consiste em uma troca de favores políticos por benefícios econômicos, portanto, “é essencialmente uma relação entre poderosos e ricos e não principalmente uma relação entre ricos e pobres (MARTINS, 1994 p.29) ”, conforme é majoritário no coronelismo. A existência de um fenômeno não corresponde necessariamente à exclusão do outro, pois seus efeitos e suas relações são em polos distintos.

O maior objetivo das empresas que entravam nos negócios e trâmites de construção das estradas era conseguir, como forma de pagamento, glebas de terras para procederem à exploração da madeira e da colonização.

As empresas contratadas para a construção de estradas (ferrovias ou rodagens) recebiam como pagamento terras em áreas de valorização espacial, com a finalidade de revendê-las — às vezes com valores dez ou vinte vezes acima de seu custo obtido através dos requerimentos (SILVA, 1983). As terras requeridas não eram necessariamente próximas à estrada construída, mas localizadas em áreas privilegiadas para a especulação da terra e extração das riquezas

naturais. Mais uma vez é possível utilizar as práticas da *Brazil Raiwlay Company* como exemplo. Em 1917, após concluir a construção ferroviária do trecho Itararé - Porto União, requereu uma área de 1.506.097.000 m<sup>2</sup> que corresponde ao imóvel Pepey-Chaçecó, que foi concedida pelo Estado do Paraná. No ano de 1919, a BRC efetuou contrato com Coronel Manoel dos Santos Marinho para exploração dos ervais localizados nesse imóvel (SILVA, 1983).

O impasse acima mencionado indica a presença de relações entre interesses econômicos e políticos não apenas do lado catarinense, mas também do estado do Paraná em conjunto com a *Brasil Raiwlay Company*, dado que o vice-governador desse Estado também era advogado dessa empresa, conjuntamente com Nereu Ramos – este último tinha forte influência na esfera federal. Isso permite compreender como as disputas pelos limites entre ambos os estados era uma evidente manifestação tanto de espaços de poder, quanto para fins econômicos. Vale lembrar que a concessão de títulos de terras por um estado era uma prática para ampliar os limites de sua jurisdição, dado que a legislação tendia a reconhecer essas terras como de domínio do estado que concedeu o título. Após a resolução dos limites entre os dois estados, o estado catarinense ficou obrigado a reconhecer as concessões e os títulos expedidos pelo estado vizinho efetuados até o ano de 1916 (RAMOS, 2006).

As empresas que atuaram no Oeste Catarinense foram: Companhia Colonizadora Oeste Catarinense, a Bertaso e Maia, a Companhia *Brazil Development* e a subsidiária *Lumber*. A empresa Luce, Rosa & Cia. Ltda – com sede no Rio Grande do Sul, comercializou terras nesse estado e em Santa Catarina também. Adquiriu as terras da baronesa de Limeira, nas margens do rio Uruguai, nos atuais municípios de Arabutã, Itá e Chapecó. Posteriormente vendeu as terras para a Sociedade Bertaso, Maia & Cia. Também atuou a Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle & Irmão, sediada em São Paulo, dirigida pelo francês Theodore Jean Leon Capelle. A mesma detinha 1.244 lotes rurais; 75 lotes urbanos, três chácaras e mais 50 lotes da fazenda de Parampo. A empresa negociou com a *Brazil Development & Colonization Company* a gleba Rancho Grande, aproximadamente 32.500 hectares (COMASSETO, 2007<sup>286</sup>).

As companhias Chapecó-Pepery, Companhia Territorial Sul Brasil e a Barth-Benetti e Cia, também atuaram, porém, adquiriram as terras da *Brazil Development*, não recebendo diretamente do estado – deste modo, também não poderiam pagar as terras com trabalhos de

---

<sup>286</sup> A posse e a comercialização de terras na Colônia Rio Uruguai entre 1920 e 1950. In: Anais da ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História.

abertura de estradas<sup>287</sup>. A empresa *Volksverein für die Deutschen Katholiken*<sup>288</sup> fundada pelos padres da Cia de Jesus no RS, adquiriu 58.000,00 ha de terras da Empresa Chapecó-Pepery onde atualmente está o município de Itapiranga.

Dentre esse processo de privatização e colonização é amplamente conhecida a atuação da empresa *Brazil Railway Company*, pertencente ao oligopólio de Percival Faquhar, que foi protagonista para a integração desse fundo territorial, mediante a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. A mesma teve sua origem na concessão de privilégio, garantia de juros e terras devolutas, feita por Decreto nº 10.432, de 09 de novembro de 1889, visando à construção, ao uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo das margens do Itararé, finda em Sorocabana (em São Paulo) e finaliza em Santa Maria da Bocca do Monte (no Rio Grande do Sul), sendo constituída por diversos ramais.

Para a construção de toda a extensão dessa ferrovia, foram realizadas concessões a diferentes empresas, mas que possuíam em comum a presença de capital estrangeiro para realizar as obras. De Santa Maria da Bocca do Monte até Cruz Alta, ambas no Rio Grande do Sul, atuou a empresa *Compagnie des chemins de fer Sud-Ouest Brésiliens*<sup>289</sup>, de capital belga. Essa empresa havia inicialmente obtido a concessão de todo o trajeto, porém, houveram alterações. O trecho que atravessaria o território catarinense, margeando o Rio do Peixe foi realizada pela Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, que iniciou a construção em 1897 e finalizou em 1905. Após essa data a empreitada foi assumida pela *Brazil Railway*<sup>290</sup> que construiu a linha entre União da Vitória (SC) e Marcelino Ramos (RS), concluída em 1910. O ramal leste que ligava União da Vitória a Rio Negro, também de responsabilidade da BRC foi terminado em 1913 (MACHADO, 2004)<sup>291</sup>.

O grupo Faquhar estava organizado como trustes e cartéis a partir do setor industrial e financeiro; procurava espaços e negócios para exportação e concentração de capital. A empresa controlou obras de engenharia por praticamente toda a extensão territorial do Brasil, desde as porções setentrionais até meridionais, totalizando 138 empresas no período de 1905 a 1920 (WERLANG, 1992). Dentre essas atuações, a empresa controlou a construção da

---

<sup>287</sup> Com exceção da Cia Territorial Sul Brasil que em 1925 assumiu o ativo e passivo da Companhia Colonizadora Oeste Catarinense. HASS, 2001.

<sup>288</sup> Sociedade Popular para Católicos da Língua Alemã.

<sup>289</sup> Autorizada a funcionar no país pelo Decreto nº 919 de 24 de outubro de 1890.

<sup>290</sup> Os trabalhos em Santa Maria da Bocca do Monte (RS) foram iniciados em 1890. No ano seguinte os engenheiros João Teixeira Soares, Francisco Bicalho e Adriano Cunha Mello, cederam todos os direitos e vantagens que, pelo contrato com a empresa belga, receberam e referentes à concessão para construir a estrada de ferro ligando Itararé (SP) a Santa Maria (RS). Vale assinalar que em 1888 foram realizados estudos sobre a implantação dessa via. RAMOS, 2006.

<sup>291</sup> Para mais informações sobre *Brazil Railway Company* nesse trabalho pode ser consultado o capítulo 07.

ferrovia São Paulo – Rio Grande, que desfrutava de acordo de concessão das terras “devolutas”, que incluía sesmarias e posses, numa faixa de 30 km a cada lado da ferrovia – posteriormente a largura da faixa foi reduzida para abundantes 15 km.

A implantação da ferrovia consistiu em um fator de atração para desenvolvimento de atividades comerciais, industriais. As terras próximas foram cobiçadas seja pela exploração vegetal ou pela ligação entre a região e os centros comerciais como Curitiba e São Paulo, atribuindo impulsos à produção econômica e sociabilidade local. Tornou-se amplamente valorizada no âmbito imobiliário, o que aumentava significativamente as disputas pelo controle de terras, motivadas, sobretudo, pela interpretação de que as referidas terras eram aptas ao desenvolvimento agrícola.

Como o pagamento da construção da ferrovia ocorria através da concessão de terras para a comercialização, a empresa passou a estabelecer o controle das terras próximas (mas não apenas), utilizando diferentes artifícios, como a pressão às autoridades. A exemplo traz-se o Ofício encaminhado, em 1908, ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas da República e ao Presidente do estado de Santa Catarina para que o Estado não concedesse ou vendesse terras nas áreas em que a empresa possui direitos.

A Companhia Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande respeitosamente roga a V. Ex. que se digne a comunicar aos Senhores Presidentes dos Estados atravessados pelas linhas da Companhia o traçado das mesmas, e, ao mesmo tempo, solicitar deles que se abstenham de conceder ou vender terras devolutas na zona sobre a qual a Companhia tem os direitos exarados nos decretos 10.432, de 9 de novembro de 1889 e 3.947 de 7 de março de 1901, sendo que oportunamente, será dado conhecimento dos planos aprovados e se procederá à demarcação das terras que cabem à Companhia.<sup>292</sup>

Além dessas requisições, dirigia-se ao estado para exigir maior rigor na retirada dos “posseiros-intrusos”, ou ainda quanto à ação desses para com os empregados da empresa e dos colono-migrantes. A essa prática, também se soma a pressão recorrente na regularização e no controle das terras pretendidas pela empresa, o que parecia surtir efeito conforme desejado, dado que o estado acatava tais solicitações ou era conivente com os procedimentos que a mesma empregava para situações belicosas na posse de terras (RADIM, 2006; RENK, 2006).

Os conflitos com a população local são uma das grandes marcas da atuação das empresas colonizadoras, que para melhor desenvolvimento dos negócios fundiários, praticavam os atos de expulsão, conhecidos como “limpeza da área” (RENK, 2006). A imagem abaixo, que traz a mensagem dirigida pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

---

<sup>292</sup> Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Petição ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas da República. Cf. Of.PGSC/APESC, Florianópolis, set. – dez. 1908.

sob a direção da *Brazil Railway Company* expõe parte das práticas coercitivas, cujas assinaturas endossam o posicionamento do Estado frente à referido processo.

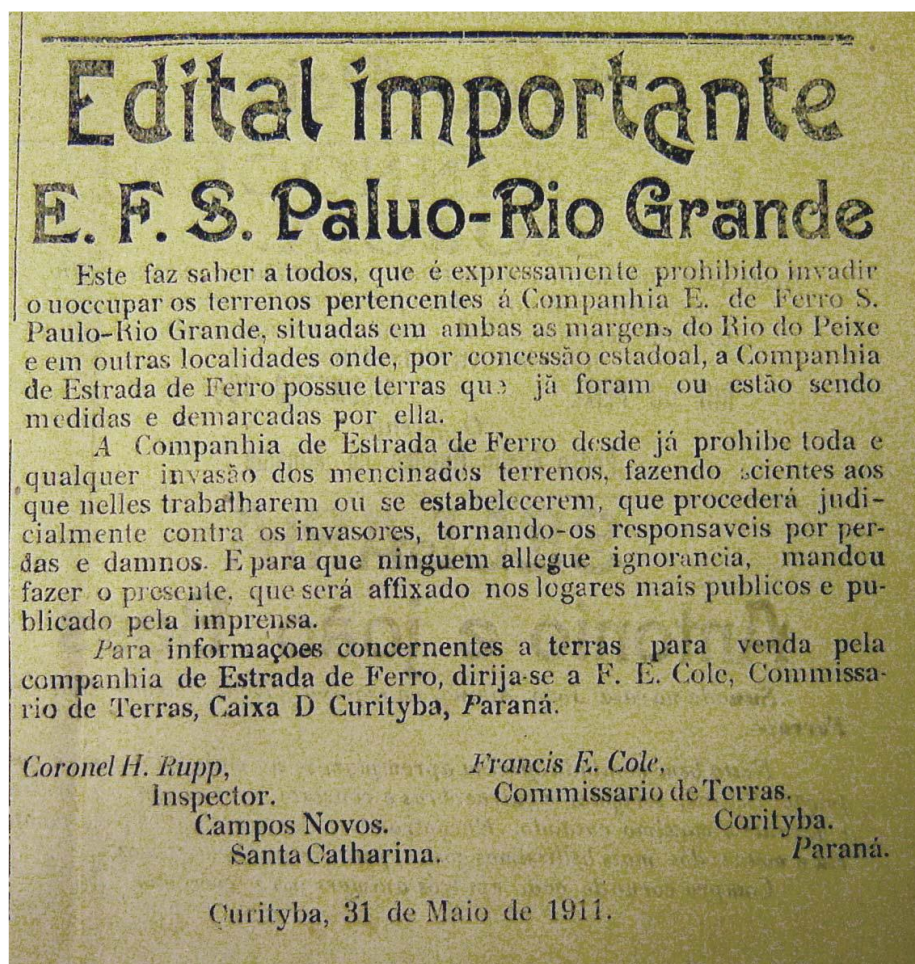


Figura 35: Foto do edital expedido pela Brazil Railway proibindo a ocupação e posse das terras situadas às margens do rio do Peixe. Fonte: BRANDT, 2007.

Para Santa Catarina, o Grupo Farquhar atuou no processo colonizador do Oeste e Meio-Oeste, fosse diretamente ao criar colônias através de suas subsidiárias *Brazil Development Colonization Company* e da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, fosse indiretamente através de contratos que firmou com empresas particulares (a maioria com sede no Rio Grande do Sul) para que essas efetuassem a comercialização. Própria de uma empresa pertencente a um oligopólio, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, instalou-se com significativa capacidade de beneficiamento de madeira, acima de 200.000 pés de madeira por dia. A sede principal estava em Três Barras – SC, e mais três madeireiras menores que auxiliavam no complexo extrativo – o total da área ocupada por esse estabelecimento tem divergências nos dados, porém há consenso da amplitude da floresta de

araucária que serviu para exploração por anos<sup>293</sup>. A abundância de madeira caracterizava, sobretudo, essa área de instalação da *Lumber*, de modo, que de 1912 a 1913 o lucro da empresa passou de 90.000 libras para 160.000 libras. O mercado comprador estava majoritariamente do outro lado do Atlântico (VALENTINI, 2009) e também a Argentina (SILVA, 1983), evidenciando a incorporação e o desenvolvimento industrial em novas áreas (HARVEY, 2006; MARX, 1967).

Além da exploração da madeira, também eram concedidas autorizações para a exploração de ervais, tornando-os privados, dificultando cada vez mais a reprodução social do sertanejo. É exemplar o caso da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, constituída a partir do político José Rupp, que assinou vários contratos para extração de mate, construção de estradas, colonização de terras e comercialização da madeira (WERLANG, 1992). Em 10 de janeiro de 1919, o estado concedeu, por arrendamento, os ervais localizados nas terras “devolutas” nas áreas situadas entre os rios Pepery-Guaçu, Uruguai, Capetinga e a divisa seca com Paraná para José Rupp, autorizando a exploração de ervais nessa região durante 8 anos, com direito ou preferência à renovação desse contrato. A área, coberta de araucárias e cedros, também era cobiçada para colonização e extração da madeira. No mesmo ano, assinou-se contrato para construção de estrada de Cruzeiro (Joaçaba) a Passos Bormann – nesse contrato o Estado pagava por metro e de acordo com a declividade do terreno. O montante do valor por essa construção que o estado acordou em pagar foi realizado em terras situadas entre os rios Antas e Chapecó, a começar nas margens do rio Uruguai para o norte na divisa seca. Para cada metro linear construído, o acordo rendia 10.000 metros quadrados de terras. Posteriormente, foi efetuada alteração no contrato, prolongando a estrada até o Pepery-Guaçu, na fronteira com a Argentina (WERLANG, 1992).

Para conseguir as referidas terras, propôs e selou com o governo a construção de estradas de rodagem de Cruzeiro a Passos Bormann, pela qual recebeu as terras entre os rios Antas e Chapecó. Posteriormente, a estrada foi prolongada até a fronteira com a Argentina. Em 1920, estabeleceu contrato prevendo a construção de estrada entre Eral Velho e Rio Canoas (Campos Novos – SC). Esse contrato seria usado também para requer mais terras da área já mencionada. Após selar os contratos, conjuntamente com Fidêncio de Sousa Hello Filho, mais os deputados estaduais Henrique Rupp Junior e Aberlado Luz<sup>294</sup>, a Empresa

---

<sup>293</sup> Os dados variam de 180.000 a 220.000 hectares. (VALENTINI, 2009).

<sup>294</sup> Filho de Hercílio Luz. Hercílio foi governador do Estado de Santa Catarina em períodos da privatização e colonização: 1894-1898, 1918-1922, 1922-1924. Foi engenheiro de obras públicas desse mesmo Estado em 1888, no ano seguinte assumiu a Comissão de Terras em Blumenau. Como é possível constatar, terras, família e políticas eram âmbitos muito próximos.



Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense foi formada, com sede e foro jurídico na cidade de Porto Alegre. Foi constituída para compra e venda de terras, construção de estradas, colonização de terras e exploração comercial e industrial. A nova sociedade incorporou todos os contratos que o sócio José Rupp havia firmado com o Governo catarinense. A empresa possui, ainda, mais cinco segundos sócios que entraram com o capital, enquanto os primeiros sócios entraram com as vantagens dos contratos já firmados.

No ano de 1922, o estado reincidiu o contrato para favorecer a *Brazil Raiwlay Company*. Como pagamento das obras já construídas, a Companhia Colonizadora Oeste Catarinense recebeu uma área de 2.772.835.111 m<sup>2</sup> situada entre os rios Chapecó, Antas e Uruguai. A área era dividida em 4 glebas de terras, das quais, uma foi posteriormente repassada à Companhia Territorial Sul Brasil. A área tinha capacidade para receber o montante de 15.000 famílias (WERLANG, 1992).

Enquanto o impasse entre a *Brazil Raiwlay Company* e a Companhia Colonizadora Oeste Catarinense não era resolvido, a primeira vendeu a concessão para a Peperi-Chapecó, que acabou realizando a colonização após aguardar a resolução. Posteriormente, a empresa Peperi-Chapecó foi comprada pela Wolkverein que assumiu os contratos e concessões da mesma.

O pagamento em terras consistiu em uma prática do estado para viabilizar a construção de estradas no interior do seu território. As obras executadas eram pagas com pomposas glebas de terras que rendiam volumosos lucros na venda dos lotes aos colonos-migrantes. Como um último exemplo: a Cia Oeste Catarinense recebeu uma área equivalente a 11.091 colônias de 25 hectares cada, localizadas entre os rios Chapecó, Antas e Uruguai como pagamento de obras executadas.

A valorização territorial realizada durante a implantação dos núcleos coloniais possibilitava a aplicação de significativas porcentagens de capital, tornando a atividade um negócio promissor e ambicionado. Nesse cenário de acirrada disputa pela terra, além dos conflitos com os posseiros, também configuravam conflitos entre as empresas colonizadoras. O que no contexto de indefinição territorial entre Paraná e Santa Catarina materializou-se na dupla concessão de uma mesma área a duas empresas distintas, cada uma apoiada em um governo estadual distinto. Como exemplo, há concessão que o estado do Paraná realizou em 1917 para a *Brazil Railway*, todavia as terras localizavam-se em território catarinense e já concedidos por esse estado à empresa nacional Oeste Catarinense.

A lucratividade fomentava disputas que acirravam a concorrência entre as empresas, dado que almejavam explorar as melhores áreas, predominantemente aquelas que possuíam

acesso a estradas, madeiras de lei e ervais. Esse choque de interesses fazia com que cada empresa buscasse forças na esfera política, em razão da proximidade de interesses e relações tecidas. Assim, não destoando da histórica colonização por ação conjunta entre público e privado, as concessões eram resolvidas em ambientes políticos também. A atuação conjunta do público e privado na colonização é uma característica da formação social brasileira que também era mantida no início do século XX, embora acobertada pela instituição legal-burocrática do Estado Republicano. Isso é perceptível nos esforços despendidos por figuras políticas<sup>295</sup> frente a um choque de interesses entre a *Brazil Raiwlay* e a empresa rio-grandense Oeste Catarinense, quando ambas receberam a concessão da mesma área, todavia, a primeira recebeu do Estado do Paraná (em 1917), enquanto a segunda do Estado de Santa Catarina (em 1920). O posicionamento do Governador Hercílio Luz em favor da Oeste é respondido por interesses conjuntos na atuação dessa empresa, conforme já evidenciamos com a proximidade de figuras políticas exatamente com essa Cia – no caso, Henrique Rupp. E também pela importância simbólica e política em manter a decisão sobre uma área que recentemente foi objeto de contestações geopolíticas.

Com o fim de desfazer confusões que estão sendo criadas pela estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande em torno de concessões feitas pelo governo do Estado, de terras devolutas, principalmente no ex-contestado, o governador declara que não reconhece quaisquer concessões feitas pelo governo do Estado do Paraná a essa Cia., e que hajam alterado as concessões federais que concederam direitos aquela Companhia. Outrossim declara que responde pela validade de todas as concessões que tem feito e promoverá todos os meios de segurança para que no território catarinense todos trabalhem sem receio de qualquer mistificação<sup>296</sup>.

O impasse entre as duas empresas foi resolvido somente após uma nova concessão de terras (três vezes maior do que a litigiosa) à *Brazil Raiwlay*, bem como outorgou-se a essa a concessão da construção da estrada de Cruzeiro até a fronteira com a Argentina – o que implicava em novo pagamento em terras. Antes de resolver o impasse sobre a área, a *Brazil Raiwlay* havia vendido a concessão para a Colonizadora Peperi-Chaçecó, que devido aos impasses teve prejuízos. Essas terras eram cobiçadas, além das riquezas naturais, também devido à presença estratégica da cidade gaúcha de Iraí, núcleo comercial importante para o desenvolvimento do processo colonizador.

---

<sup>295</sup> Refere-se ao governador catarinense Hercílio Luz, posicionado ao lado da Oeste Catarinense e a figuras de Afonso Camargo e Nereu Ramos – ambos advogados da *Brazil Raiwlay*. O primeiro era vice-governador do Paraná; enquanto que o segundo foi político da esfera federal, era filho de Vidal Ramos - governador catarinense nos anos de 1910-1914.

<sup>296</sup> Correspondência enviada pelo governador Hercílio Luz ao Ministro da Agricultura em 19 de fevereiro de 1922. Pasta 07, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre - RS. Apud: WERLANG, 1992, p.35.

A empresa Bertaso e Maia foi a única que transferiu sua sede para o Oeste catarinense. O capital acumulado com a implantação dos núcleos coloniais possibilitou a aplicação em outras atividades, como atividades industriais nos setores de cerâmica, moinho de trigo, frigoríficos, energia elétrica etc., que podem ser indicados como primeiros passos para a industrialização.

Conforme destacamos anteriormente, existia uma dialética entre as empresas colonizadoras e os interesses do estado. Isso foi exemplificado com a proximidade de alguns políticos com a criação dessas empresas. A Bertaso e Maia, além de distinguir-se das demais pela transferência de capital que realizou, também expressou com nitidez essa proximidade das ações e intencionalidades desses dois agentes mediante o desenvolvimento concomitante das atividades colonizadoras e o exercício de função pública local. Um dos sócios, Manoel dos Passos Maia, que já era Coronel na região Oeste, foi nomeado prefeito de Chapecó de 1917-1921, e em 1919 foi nomeado como Delegado de Polícia de Chapecó, o que permitia o harmonioso desenvolvimento dos interesses desses agentes frente aos possíveis conflitos<sup>297</sup>.

Em outras companhias é possível identificar a relação dos seus acionistas com as instituições financeiras, como é o exemplo da Cia Territorial Sul Brasil, cujos fundadores eram ligados ao Banco Nacional do Comércio, sucedido pelo Banco Sul Brasil. A Cia Sul Brasil foi sociedade anônima, formada a partir de acionistas gaúchos, e assumiu a concessão que pertencia à Companhia Colonizadora Oeste Catarinense – foi constituída em 1925<sup>298</sup>. Dos sócios, é interessante destacar Benjamin de Oliveira, Frederico Carlos Gomes e Emílio Gertrum, que também eram empresários ligados ao Banco Nacional do Comércio, depois sucedido pelo Banco Sul Brasil. Já o sócio Primo Teston era empresário do ramo madeireiro, já conhecedor da área de atuação, visto que já havia comprado vários lotes da Companhia Colonizadora Oeste Catarinense para comercializar madeira e terras. É também figura responsável pela concessão da estrada de rodagem de Mondaí a Barracão, na oportunidade da visita do Governador do Estado de Santa Catarina ao Extremo Oeste em 1929. Os demais sócios eram: Otto Niemeyer, General Adalberto Petraza, Frederico Dahne, Abílio Chaves de Souza, Jorge Julio Schilling, Adolfo Zimmermann, Fernando Sudbrack, Carlos Coelho de Souza, Leônidas Coelho de Souza e Arthur Schwein.

Conforme discorre Fernandes (1987), a disseminação da ordem social capitalista requer tanto a organização do espaço geográfico como a construção de uma esfera

---

<sup>297</sup> Para Hass (2001), a família dos Maia dominou politicamente a região por quase toda a década de 1920 até 1930.

<sup>298</sup> Que a partir dessa data sucedeu a empresa Oeste catarinense.

psicossocial convergente com o sistema. Nessa perspectiva, observa-se que além das práticas econômicas, também eram observadas as condições de organização da vida comunitária dos núcleos coloniais para evitar a falência – o que poderia prejudicar possíveis negócios futuros para as empresas que coordenavam o processo. É com esse intuito que se observa uma segregação dos colonos quanto a clero e etnia, tomando os recursos fluviais como limites dos núcleos<sup>299</sup> (WERLANG, 1992). Para exercer autoridade nesses núcleos, buscavam algumas pessoas que já tinham trabalhado ou vivido nas colônias velhas do RS, as quais pudessem exercer autoridade e coordenar a colônia. Foi o caso do Pastor Herman, que já havia atuado na Colônia de Wütterberg (Panambi – RS), do Padre Jesuíta Max de Lassberg, que atuou na colonização de Cerro Largo e Santo Cristo (RS), Monte Carlo e outros povoados de Misiones, foi posteriormente atuar em Itapiranga – SC.

A demarcação e comercialização dos lotes expandiam-se de forma significativa, sendo que em 1938, dos 277.283 hectares de domínio da Sul Brasil, 106.088 já estavam divididos, prontos para a comercialização. Os mesmos eram demarcados adotando como referência os cursos de água, que foram previamente levantados. Da margem de cada leito partiam os lotes até o encontro com os lotes de outros leitões, constituindo uma divisa seca (travessão), de modo, que ambos possuíam contado com os cursos de água – importante no uso das tarefas domésticas e para a criação dos animais. As empresas colonizadoras efetuavam demarcação de lotes urbanos, bem como a destinação de áreas para a implantação de infraestruturas (como praças públicas, igrejas, hospitais, escolas e cemitérios) cujos terrenos não eram cobrados pelo Estado, exigindo apenas o fornecimento da planta.

Esses dados sobre a implantação de órgãos do estado nos núcleos coloniais, na inserção de instituições que atuam na construção dos valores sociais, ou retomando Bosi, no cultivar pensamentos e leituras são questões pertinentes para além do processo colonizador. Situam-se como ações que perpassam o momento de sua inserção no espaço, pois ao orientar leituras sociográficas e valores sociais organizam uma esfera psicossocial convergente com os anseios que levaram à construção desses projetos territoriais e estatais. O estado tem nas instituições, como escolas, partidos, igrejas, os espaços de formação ideológica que podem acatar a ordem dominante. Vejamos que o exemplo de disseminação e enraizamento de uma cultura europeia com desenvolvimento de uma ordem social aquisitiva também foi parte da atuação dos clérigos de Santa Catarina, consistindo um importante elemento de poder social (SERPA, 1997). A ideologia, construída a partir das relações sociais entre as classes,

---

<sup>299</sup> Que hoje são os limites municipais em alguns casos.

considerando-se a construção desses enredos, os interesses e visões de mundo que a classe possui, através da disseminação de interpretações e leituras de mundo, visam assegurar a ordem vigente, mesmo quando suscetível a vicissitudes. Dessa forma, ideologia e domínio social possuem funções interdependentes, que se constituem reciprocamente. Assim, é uma das dimensões das relações sociais que contribui para manutenção da ordem, porque é um conjunto de ideias e interpretações que não permitem adentrar a essência das relações sociais, mas encontra, a partir da aparência dos fatos e eventos, a resposta para suas indagações.

E é por essa razão que, na criação desses núcleos coloniais estava acordada contratualmente a destinação de lotes para implantação de equipamentos urbanos locais, materializando a abstração estatal para que referidas instituições atuassem na continuidade ou mesmo na construção de interpretações mundanas que naturalizam a exploração, preservando as desigualdades – um dos pilares da economia capitalista. Essa manutenção é constituída não através da negação das desigualdades ou exploração, mas através da elaboração de argumentação que não permite adentrar na essência das relações sociais de produção, tais como aquelas estabelecidas em relação aos sertanejos e indígenas ao longo do processo colonizador.

Outro elemento importante para identificarmos a disseminação das ideologias é uma análise dos discursos presentes nas propagandas das empresas colonizadoras, em virtude que elas forneceram elementos imagéticos e discursivos que trabalharam as expectativas e leituras geográficas sobre as terras que poderiam ser ocupadas, temática que integra o Capítulo 09.

## Capítulo 08. Tecer: o verbo a costurar os sertões

No item “Uma cartografia da geografia material dos Campos de Palmas/Misiones em 1880<sup>300</sup>” foi indicada a existência de alguns caminhos criados a partir das atividades tropeira e ervateira. Inegavelmente, eram caminhos importantes, mas sem regularidade de fluxos, e não estavam incorporados ao sistema fiscal do Estado. Posteriormente, foi exposto no Capítulo 07 “Leis e agentes da comercialização de terras” que o pagamento da construção de estradas era efetuado através da concessão de terras “devolutas” para que as empresas realizassem a comercialização dos lotes rurais. Desse modo a construção de vias foi um negócio rentável, em virtude de o sistema de pagamento permitir a exploração de recursos naturais e especulação fundiária na implantação dos núcleos coloniais.

Esse item tem como objetivo analisar a construção dessas estradas de rodagens, estradas vicinais e ferrovias, construídas, sobretudo, a partir da expansão territorial do capitalismo. Este correspondeu a um processo elementar na inserção desse fundo territorial, considerando o âmbito material e imaterial. Isso ocorreu mediante a ruptura das barreiras geográficas e a atribuição de fluidez do espaço, regularidade dos fluxos, dinamicidade aos povoados já existentes (como a própria Colônia Militar do Chapecó, Palmas, Campo Êre e Nonohay<sup>301</sup> {RS}), bem como consubstancia a implantação dos núcleos coloniais. Paralelamente, implicava na criação de uma configuração socioespacial convergente com a produção de valor de troca, não apenas pelas redes construídas, mas pela refuncionalização espacial – o que pode ser compreendido como a produção do espaço. Efetua-se esse escopo levando em consideração as questões políticas e econômicas, de escala nacional ou internacional. Incorpora leituras e discussões de escala internacional que já estão consolidadas na literatura, portanto, apenas menciona-as sem explorá-las de forma mais exaustiva.

A imagem abaixo apresenta algumas das vias existentes no despontar do processo de integração desse fundo territorial à dinâmica político-econômica brasileira. A inserção da imagem tenta disponibilizar uma noção da quantidade de meios de circulação e deslocamento no início do processo, para que, ao final, seja apresentada uma imagem semelhante, mas acrescida de parte dos caminhos e estradas que no período de 1880-1940 foram acrescentados a essa rede de deslocamento.

---

<sup>300</sup> Capítulo 03.

<sup>301</sup> Relatório da Colônia Militar do Chapecó, 1891, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro.



Figura 33: Caminhos e vias em 1880. Em preto está indicado os caminhos das tropas no século XIX, cuja espessura da linha indica a intensidade de fluxo. Os pontilhados indicam caminhos de tropas alternativos e abertos após o trajeto principal. Em marrom está indicado o provável caminho criado para interligar Palmas a Misiones que foi construída por indígenas sob comando do Coronel Marcondes de Sá. Org: MORAES, C.

### **08. 01. Por terras, por águas: Os caminhos do domínio territorial e “descaminhos” do isolamento econômico dos Campos de Palmas em finais do século XIX**

A construção de sistemas viários era parte de um escopo de políticas que integravam a pauta de projetos para desenvolver elementos da modernização econômica e também da própria formação do território. Esse processo de construção viária foi intensificado no pós-1870, tanto pelo término da Guerra do Paraguai quanto em razão das mudanças substantivas provenientes dos investimentos dos cafeicultores paulistas na infraestrutura de transporte, ou pelas modificações na legislação monárquica que visava dar garantia de juros à construção de

ferrovias (SOUSA NETO, 2012, p.113), tendo nas terras devolutas um importante elemento de hipoteca (SILVA, 1996; VASCONCELLOS; NEVES; MELLO, 1895<sup>302</sup>). Portanto, as diferentes vias ou propostas de vias desenhadas sobre o território ou papel em que o mesmo estava inscrito podem ser compreendidas como parte do escopo de controle territorial e integração das economias alocadas em diferentes porções do Brasil – e deste com o mundo. Esse intento de domínio e exercício do poder a implantação de redes representava uma estratégia importante, articulada com o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas, conforme descrito por Moraes (1873, p.163):

Nenhum outro ponto do litoral e da serra do mar se presta mais vantajosamente à construção de uma estrada de rodagem à Curitiba e d’ahi a Cuiabá; e consultando os mapas das províncias se reconhecerá que essas estradas satisfará plenamente aos fins que deve-se ter em vista, quando se pretender *fazer respeitar pelas repúblicas visinhas os nossos limites ao sul e oeste*, e desenvolver a indústria e o commercio nestas vastas e férteis regiões que se estendem até esses limites.

Do mesmo modo, como o engenheiro Eduardo José Moraes<sup>303</sup> outros engenheiros se debruçaram sobre as informações geográficas do país para tecer algumas linhas imaginária, imbuídas de apresentar uma possível integração do território. Dentre eles podem ser destacados: João Ramos de Queiroz com planos propostos em 1874 e 1882; André Pinto Rebouças em 1874; Honorio Bicalho em 1881 e por fim, cita-se o Plano Bulhões, que foi elaborado de forma coletiva entre Antônio Maria de Oliveira Bulhões, Ferino Jose de Melo e Jorge Rademaker Grünewald<sup>304</sup>.

Para as terras meridionais do Brasil, especificamente para os Campos de Palmas ou o Vale do Rio Uruguai, todos os planos possuíam linhas imaginárias projetadas sobre referidas terras. Como exemplo, temos o Plano Rebouças, no qual a oitava e nona paralela passavam respectivamente: a) pelo vale do Iguaçu, ligando o porto de Antonina no Paraná ao porto de Hueso Parado e b) do vale do rio Uruguai, ligando o porto de Laguna (SC) ao porto de La Caldera no Chile. Ainda pode-se mencionar o Plano Bicalho, que propõe quatro grandes vias, sendo a Grande Central Sul (SP - RG) composta por um tronco ferroviário que, saindo na altura dos rios Tibai e Ivaí, passaria pela Vila de Palmas (SOUSA NETO, 2012).

Compostas por proposições voltadas somente à navegação ou combinação fluvio-ferroviária, mesmo com divergências, possuíam como abordagem convergente a construção

<sup>302</sup> Exposição Financeira e Técnica sobre Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, Rio de Janeiro, 1895.

<sup>303</sup> Nasceu na Bahia em 1830. Tornou-se bacharel em Matemática e Ciências Físicas, além de engenheiro pela Escola Central – Rio de Janeiro. Seguiu carreira militar, alcançou os cargos de 1º tenente do Corpo de Engenheiros e de general de brigada. Atuou na Guerra do Paraguai.

<sup>304</sup> Para mais informações ver: SOUSA NETO, 2012.



de enlaces entre áreas do território já conhecidas e dominadas com porções ainda incógnitas, por vezes designadas como sertões. Áreas não totalmente integradas, mas jamais esquecidas ou marginalizadas em projetos da soberania brasileira.

Esse desígnio de construir enlaces entre áreas distantes “no tempo e no espaço” é relevante para apreender a pertinência das redes para a conexão de fundos territoriais com a dinamicidade da economia naquele contexto. Até 1880, a concentração das ferrovias ocorria em três Províncias, sendo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo eram as maiores produtoras de café – produto principal da balança exportadora. Quando Bicalho elaborou o plano viário de 1882, adotava como princípio econômico que *transportar é produzir*, o que pode ser compreendido como proposição de “(...) conformar um sistema que elevasse a capacidade de explorar as *riquezas naturaes de paiz*, pondo em contato diversos pontos do território até aquele momento haviam ficado de fora, mesmo depois de oito anos da promulgação da lei de 24 de setembro de 1873” (SOUSA NETO, 2012. Grifos do autor)<sup>305</sup>. Essa mudança de abordagem de Bicalho (1881) pode ser compreendida como a percepção da necessidade de integração de áreas inexploradas ou com baixa exploração, deixando de atender exclusivamente aquelas áreas com produções já estabelecidas (SOUSA NETO, 2012). Isso representava, em outros termos, a intensificação da interiorização para liberação de ativos a serem integrados no sistema econômico. A isso, os Campos de Palmas figuravam-se como áreas adequadas para a amplificação, tanto pela reserva de madeira, pelo comércio de terras, bem como pelo domínio das Quedas do Iguaçu que correspondia como importante patrimônio a ser incorporado para a economia.

Durante o mesmo contexto dessas propostas técnicas de implantação de infraestruturas, os tradicionais caminhos implantados pela atividade tropeira consistiam ainda nas principais vias a interligar os Campos de Palmas com as demais províncias do Império. Na porção Oeste, a construção dos caminhos gerais detinha a finalidade de realizar o domínio gradativo da fronteira, conquistada através dos fluxos que faziam o trecho Sorocaba-Cruz Alta, Sorocaba-Missões e Sorocaba – Santa Maria (RS) tendo na Vila de Palmas um importante entreposto para abastecimento da tropa e descanso/invernada dos animais. Os caminhos das tropas tiveram a função de alargar o domínio luso-brasileiro e serviram como vias centrais para captar a circulação fomentada em finais do século XIX, facilitada com a implantação das colônias militares na área litigiosa e proximidades. Representaram

---

<sup>305</sup> A referida lei é garantia de juros, nº 2.450.

importantes intervenções no território. Porém, eram traçadas com características longitudinais, conservando o sentido Norte-Sul.

As estradas construídas nos Campos de Palmas não estavam traçadas para realizar uma integração com o litoral do estado, de modo que também conservavam o que já estava em andamento no litoral de Santa Catarina: predominava uma malha viária desarticulada, com exceção da Estrada Dona Francisca (GOULARTI FILHO, 2013) que interligava o planalto serrano até o litoral catarinense. Construídas para atender a interesses do poder central e das economias com maior participação na balança comercial, as principais vias brasileiras tinham como objetivo interligar localidades distantes e em outras províncias (como Viamão/RS-Sorocaba/SP), pois estavam traçadas conservando um sentido Norte-Sul (sentido longitudinal).

Diante desse contexto, a implementação de infraestruturas tornou-se fundamental para romper com a falta de controle do Poder Central brasileiro para com os Campos de Palmas, bem como para criar condições que representassem impulso às produções econômicas. A implantação das Colônias Militares, motivadas especialmente pelas questões litigiosas, também esteve vinculada à necessidade de criar tessituras que viabilizassem a circulação de mercadorias e informações entre os diferentes centros comerciais do país e mesmo entre os povoados das redondezas.

A criação de aparatos administrativos que interiorizassem a presença do estado também era motivada e estruturada a partir de questões econômicas, não sendo diferente para a criação das Colônias Militares que, ofuscadas pela pertinência da temática territorial e militar<sup>306</sup>, deixa de forma secundária a constituição de um economia local-regional como uma etapa importante para a própria formação do território. Embora esse anseio não logrou êxito<sup>307</sup>, a intencionalidade que o mesmo comporta corresponde a um conjunto importante de informações que pode ser analisado como informações que se esmiúçam sobre a constituição de uma tessitura, por meio da qual o estado ampliaria a sua presença e a intensidade do poder territorializado. De forma concomitante, serviram para ampliar a dimensão territorial da economia vigente, através da circulação de mercadorias, moedas, etc.

As redes geográficas que podem ser compreendidas como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (Correa,

---

<sup>306</sup> Faço essa afirmação observando trabalhos sobre as Colônias Militares, mas que não se referem a do Chapecó, devido a inexistência ou não localização.

<sup>307</sup> Relatório da Colônia Militar do Chapecó.1908.

2001, p. 106<sup>308</sup>) estão relacionadas às transformações espaciais, econômicas e sociais que são desencadeadas em espaços que passam a ser conectados pela mesma. O conceito possui longa data, tem como um dos principais atributos o destaque à conexão que implica em espaços diferentes. As interações estabelecidas entre as áreas conectadas permitem que sejam impulsionadas alterações sociais, culturais e geográficas, que se manifestam também através da paisagem.

A grande capacidade transformadora paisagística, social e organizacional que acompanha a implantação destas redes faz com que a importância da técnica como instrumento de transformação do espaço se sobressaia. Um exemplo pode ser buscado nas alterações advindas da implantação da linha férrea São Paulo – Rio Grande que atravessou o território catarinense. A partir do funcionamento dessa via de transporte, a organização social e comercial em torno dos caminhos das tropas foi à falência, devido à realocação do trajeto usado para deslocamento de mercadorias<sup>309</sup>. Desse modo, é comum atribuir uma considerável importância à capacidade de transformação que, ao aparato técnico (DIAS, 1995), aqui representado pelas estradas. Entretanto, é preciso não reduzir esse predicativo unicamente à sua dimensão tecnológica. Não obstante, é pertinente considerar que essa tecnologia, sem a dimensão social, perde totalmente a sua potencialidade de efetivar alterações, dado que são produtos sociais. Considerar esses elementos no entendimento da organização espacial realizada com as redes evita que se caia em afirmações que subentendem sua relação de causalidade linear entre transformação e tecnologia.

A implantação das colônias militares na área fronteiriça, dentre os seus objetivos, também portava a função de desenvolvimento econômico, demográfico e o desenvolvimento de uma configuração geográfica que reforçasse a presença do estado não apenas na localidade, mas na sua área. Todavia, conforme foi destacado, a partir da análise dos relatórios da Colônia Militar do Chapecó, eram intensos e insistentes os reclames sobre as inviabilidades e os obstáculos para alcançar os objetivos vinculados à produção, cujas causas recaíam diretamente sobre a inexistência de estradas que conseguissem romper com as barreiras geográficas. Se os caminhos construídos pelos engenheiros militares auxiliaram na conquista territorial frente às requisições da República Argentina, para o objetivo econômico foram insuficientes. Aqui, as condições de localização eram determinantes sobre o desenvolvimento comercial, pois implicavam em queda na taxa de lucro ou renda da terra do

---

<sup>308</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. Dimensões de análise das redes geográficas. In: *Trajetórias Geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 108-118.

<sup>309</sup> MACHADO, 2004B.

colono-militar, dado que o custo da circulação compete a este e não ao comprador. A reclamação predominante sobre as implicações que a ausência de vias trafegáveis exercia na economia local, deixa notório que a queda da taxa de lucro era um fator com influência significativa na decisão de não produzir para além do consumo próprio e local<sup>310</sup>.

O predomínio de economias de pequena escala, voltadas ao mercado local ou, quanto muito, ao mercado interno provincial ou dos arredores<sup>311</sup>, resultava em um baixo ritmo de acumulação. Consequentemente, isso representava uma dificuldade “acumulativa” para a construção de um sistema de transporte integrando as localidades catarinenses ou mesmo outras vias que pudessem se conectar com outros centros consumidores maiores. Deve ser considerado, ainda, que boa parte da comunicação realizada nesse período era por meio da via marítima, e nas porções interioranas, dava-se pela via fluvial ou pelos parcos caminhos. Essa condição criava alguns enclaves com pouca comunicação entre si, conectados apenas décadas mais tardes.

A exploração de erva-mate demandava a construção de vias para o deslocamento do produto. Mas, mesmo que com grande intensidade de circulação e com rotas de penetração na floresta, eram comunicações temporárias. Isso porque tratavam interações descontínuas no tempo, talhadas pela sazonalidade do período da colheita, o que implicava na construção de picadas para deslocamento da erva, que após o período da safra voltavam a serem cobertas pela flora local. Dessa mesma atividade, pontilhavam portos de embarcação às margens dos afluentes do Rio Uruguai e do Rio Paraná, porém, voltados para a porção Oeste, de modo que parte delas permaneciam de costas para o litoral.

A medida que o complexo ervateiro era incrementado nessa área e entorno, também resultava na elevação da presença de ancoradouros (pequenos portos) nos dois lados da fronteira, porém, eram predominantemente vinculados à ervateiros argentinos – dos quais se destacam as figuras de Nunes Gibaya e Domingos Barthe<sup>312</sup>.

A presença de estrangeiros em território compreendido como brasileiro (pelo governo central), sem o controle dos fluxos que circulavam na área, ressaltava a condição de soberania imprecisa em uma área muito cobiçada. Essa condição pode ser observada no teor do ofício

---

<sup>310</sup> Constatação obtida a partir da leitura dos relatórios, cujo eixo predominante das reclamações é sobre o efeito da ausência de estradas.

<sup>311</sup> Como Nonohay (RS) ou Boa Vista (PR).

<sup>312</sup> De acordo com Alcaráz (2013), tanto Nunes Gibaya quanto Domingos Barthe realizaram aquisição de terras na área litigiosa, bem como a exploração de madeiras.

encaminhado por Jesuíno Marcondes<sup>313</sup> para o Presidente da Província do Paraná, em 1880, no qual dava ciência a este último de que os ervais das localidades de Formigueiro até a Campina de São Pedro, em Campo Erê (que pertence aos Campos de Palmas), estavam habitados por “foras da lei”, desde negros brasileiros foragidos da Província de São Pedro, a argentinos e uruguaios.

Logo, essa circulação, mesmo que muito vinculada com as sazonalidades de exploração dos ervais, representava um agravante para o controle dos espaços interioranos, principalmente pelo litígio territorial existente. Nessa perspectiva, a criação de estradas e/ou unidades administrativas<sup>314</sup> representava a possibilidade de ampliar as condições materiais de exercício do poder. É interessante retomar que o acesso ao Mato Grosso era realizado por via fluvial, sobretudo pelo Rio Iguaçu. Este e o Rio Uruguai eram rios primordiais para o controle, por parte do poder central, sobre o Rio Grande do Sul, cuja importância consubstanciava o fundamento para requisição dos Campos de Palmas defendida por Rio Branco<sup>315</sup>.

Concebidas como fundamentais para o desenvolvimento das colônias, Alferes Neves (1891) criticava a atitude do Império de criar referidas unidades sem dotá-las de condição para comunicação, restringindo esta às poucas vias de cargueiros e picadas. Como exemplo de interiorização a ser seguida tem-se a comparação às políticas territoriais realizadas nos Estados Unidos do Norte, no qual o governo “bem avisado nunca funda uma colônia sem primeiro ter feito vias de comunicação”<sup>316</sup>, sendo feito ao contrário no Brasil. Aqui o governo gasta dinheiro com a instalação da colônia, sustento dos colonos-militares, mas que na inexistência de vias, acabam por produzirem gêneros apenas para trocar entre si.

A condição das vias existentes no período era identificada como uma das as principais causas da produção de autoconsumo verificadas nesse lugar.

A lavoura na colônia pode-se dizer está ainda n'um estado rudimentario, devido sem duvida a falta de vias faceis de commucação, que diminuindo o frete da mercadoria incitaria o agricultor ao trabalho e ao plantio de cereais que poderiam vender por preços remuneradores em diferentes mercados<sup>317</sup>.

---

<sup>313</sup> Filho do Barão de Tibagi, era pertencente a oligarquia paranaense. Foi nomeado em 1864 como Ministro do Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Em 1878, 1879 e 1882 foi vice-presidente e presidente da Província do Paraná até a queda do regime imperial.

<sup>314</sup> Como foi realizado com a criação das colônias militares, abordadas no Capítulo 06.

<sup>315</sup> Funda ainda o seu direito na posição especial desse território, que lhe é indispensável para a sua segurança e defesa e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira. Aceita, porém, todos os documentos históricos em que a República Argentina procura basear a sua reclamação. Esses documentos são os Tratados de 1750 e 1777, as instruções expedidas aos comissários demarcadores e um mapa oficial de 1749 (RIO BRANCO, 2005, p.69/70).

<sup>316</sup> Relatório 1891.

<sup>317</sup> Idem.

Dos gêneros de primeira necessidade (registrados no almoxarifado), destaca-se que o seus preços sofriam elevação extraordinária<sup>318</sup> e a falta desses gêneros era grande. O abastecimento, raro e de elevado preço, encontrava algum refúgio quando conseguia comercializar com o Rio Grande do Sul. Porém, os levantamentos frequentes daquele estado representavam um impedimento ao desenvolvimento comercial local, além dos riscos de saques no deslocamento. Situação semelhante era vivida em Passo dos Carneiros<sup>319</sup>, no qual viajantes e tropeiros eram amarrados, saqueados e as casas sendo postas em chamas – o que disseminava pânico e afugentava a comercialização com produtos, elevando ainda mais a escassez e o isolamento da Colônia Militar do Chapecó.

A criação das estradas estava compreendida como “único meio de imprimir-lhe um progresso real e assegurar-lhe futuro auspicioso”. A não realização desse empreendimento foi ocasionando desânimo nos colonos, pois o comércio tornou-se inviável, restringindo-se a produção para autoconsumo familiar e comércio local, ou seja, produção de pequena escala como feijão, milho e verduras. Esse não incentivo à uma produção comercial e de maior escala está relacionado ao fato de que a produção só se realiza com o consumo final, demandando, portanto, o transporte como etapa fundamental para a realização da mercadoria. De acordo com Alferes Neves, muitos moradores da fronteira com o objetivo de melhorarem de vida acabavam

(...) estabelecendo-se como colonos na nova colônia, pois, contavam que dentro de pouco tempo boas vias de comunicação, isto é, boas estradas rasgassem o sertão e elles assim podessem dedicando-se a agricultura, transportar os seus produtos para os três mercados consumidores mais próximos: Palmas, Boa Vista e Nonohay. Nos relatórios, em officios, em cartas officiaes, a directoria não cessavam de pedir recursos para a abertura de estradas, pois fundar Colonias nos confins do país sem dota-las de boas estradas de comunicação é (ilegível) e pueril.

Em meio às referidas reclamações que o diretor Bormann deixa registrado que (possíveis) grandes projetos de agricultura de larga escala (como a cana de açúcar) eram cobiçados para os Campos de Palmas, reforçando a associação entre economia e a política de expansão territorial. Na interpretação desse engenheiro, a inexistência de estradas acabava por representar um prejuízo ainda maior para o estado, pois na impossibilidade de desenvolvimento comercial e aquisitivo, alguns colonos-militares, desanimados pelo estado pela impossibilidade de desenvolvimento comercial e aquisitivo, motivados pelo desgosto e penúria optavam por fugir da Colônia de coisas fugiam do sítio. Porém, haviam sido

<sup>318</sup> O cargueiro que em 1882 custava 15 mil réis, estava em 1891 em 45 mil reis, triplicando de valor. Relatório de 1891.

<sup>319</sup> Vilarejo situado no interior do atual município de Chapecó.

remunerados pelo estado em período anterior e, por fugirem, não pagavam as indenizações aos cofres públicos conforme acordado.

O engenheiro propunha, ainda, que a implantação de um batalhão militar na colônia poderia reverter essa situação, pois elevaria o número de consumidores para quem os colonos pudessem comercializar e, com isso, imprimir mais movimentação na Colônia. Ao mesmo tempo, informava da necessidade de empregar os soldados na abertura das estradas para os referidos povoados mais próximos, o que acabava por contemplar duas temáticas pertinentes: circulação e produção.

Os trabalhos técnicos de reconhecimento dos terrenos, mensuração e exploração de possíveis vias, considerando o potencial de ampliação das conexões com as demais vias já existentes, ou ainda estradas que possibilitassem o tráfego de transporte com maior capacidade integravam os trabalhos técnicos cabíveis ao corpo de engenharia que atuava junto a Colônia Militar do Chapecó. No relatório de 1891, informa o Alferes Neves que parte dos colonos-militares se dedicava à construção da estrada de Nonohay (RS) a Palmas, dando-lhe larguras adequadas para melhor circulação<sup>320</sup>, passando no interior da área circunscrita da colônia. A construção de picadas, estradas de largura inferior, aptas a transportes e deslocamentos filiformes, era construída até o Irany, local indicado para a produção de cana e também tabaco. A construção de estradas também servia para abrir locais aptos a lavouras e cultivos, o que permitiria o desenvolvimento de gêneros para abastecimento interno, bem como criar elementos que poderiam servir como atrativos para novos colonos. Portanto, o trabalho dos engenheiros consistia, também, em avaliar a potencialidade de uso dos terrenos que encontravam durante as expedições, para que também os usos agrícolas ampliassem a área sob controle militar.

Em 1900, visando identificar estradas alternativas que pudessem conferir maior trafegabilidade e mobilidade à fronteira foi efetuado um “reconhecimento pelo terreno do divisor das águas do Chapecosinho e Irany”, atingindo a Fazenda São Cristóvão na estrada em construção de Porto União para Palmas. A existência de arroios que eram intransponíveis em períodos de chuvas, forçava a contínua busca de caminhos que se tornassem carroçáveis apenas com o serviço do desmatamento e destocamento, sem despender serviços e despesas com a construção de pontilhões.

A descoberta e exploração de terrenos que pudessem servir de vias era uma tarefa que integrava os interesses da política Imperial e Republicana nos seus primeiros anos.

---

<sup>320</sup> Largura uniforme de 40 metros.

Como o meu empenho consiste no descobrimento, digo, consiste em descobrir terreno que, só com derrubada do matto e destocamento se torne caminho carroçável, resulta que tenho de prosseguir ainda pelo divisor das águas, afim de ver se o terreno se presta até a chegada a um passo, que sei estar nas condições desejáveis, e é situado acima do que pouco citei. Até onde deve partir o ponto do reconhecimento não apresenta o terreno explorado uma única serra e tem o caminho 54 km, aproximadamente de extensão. Nos últimos 18 km penetrei no terreno que no Mappa do Estado do Paraná, organizado pelo engenheiro militar Alberto Ferreira de Abreu, está figurado, a margem esquerda do Chapecosinho, sob a epigraphe – Sertão desconhecido, Índios Coroados. Esse sertão era com effeito desconhecido, mas se contem índios coroados eles se acharão entre o Irany e o rio do Peixe ou além, isto é, muito ao Sul do Rio do Mato<sup>321</sup>.

A passagem acima, de autoria do Coronel Freitas<sup>322</sup> evidencia a importância da cartografia e da produção do conhecimento geográfico para o desenvolvimento das intervenções e operações de formação territorial. Esse fazer cotidiano da ciência, do mapeamento e dos levantamentos para projeção de estradas resultou em um importante acervo de saberes técnicos que poderiam ser retomados em momentos posteriores, como na projeção das estradas de rodagens.

Até o final do ano de 1903<sup>323</sup>, as vias de comunicação existentes e indicadas nesse relatório totalizavam seis, cujos trajetos e características estão abaixo descritos:

- i) **Caminho A** – Caminho antiquíssimo, de cargueiro, para Nonohay, passando por Passo Bormann (rumo ao Sul e ao Rio Grande do Sul). É secular e primitivamente aberto, que tem servido por longos períodos para estabelecer comunicação com o Rio Grande do Sul. Atravessava uma zona com topografia acidentada, onde se encontra as extensas serras do Gregório e do Tigre, diversos cursos d’água que são intransponíveis em dias chuvosos, impedindo a comunicação por 2 a 3 dias.
- ii) **Caminho B** – Estrada carroçável, em construção, também para Nonohay, passa por Goyo-Ên – segue abaixo do caminho A. Essa estrada foi aberta pelos engenheiros militares da CM, possuía largura de 10 metros com destacamento de 4 metros. Com extensão de 63 km, segue da Colônia até Goio-Ên, “há cinco pontilhões já construídos, faltando abrir uma extensão de 9 km para que todo ele se torne carroçável. Esta estrada mediante a realização deste trabalho, facilitará imensamente a comunicação desta região com o Rio Grande do Sul e concorrerá muitíssimo para o desenvolvimento da Colônia e para a facilidade do movimento de tropas desta fronteira para aquele Estado e, portanto, a de operações de guerra. Cumpre notar que estou mandando abrir um ramal que, partindo desta estrada vai entroncar no caminho “A”, além das ditas Serra do Gregório e do Tigre e dos mencionados cursos d’água, que com as chuvas impedem o trânsito. Este ramal passa por terreno carroçável e põe a Colônia em comunicação, por caminho carroçável com o Passo Bormann.
- iii) **Caminho C** - Caminho de cargueiro para Palmas, transpondo diversos cursos d’água, cujos principais são Chapecosinho e Chapecó, que se passa em balsas.

<sup>321</sup> Relatório de 1900. Arquivo Histórico do Exército do Brasil.

<sup>322</sup> João José de Oliveira Freitas nascido em São Borja (RS), em 16 de novembro de 1846. Foi Engenheiro Militar, atuou na Guerra do Paraguai. Foi Diretor da Colônia Militar do Chapecó de 1898 até 1903, quando assumiu a diretoria da Colônia Militar do Alto Uruguai

<sup>323</sup> O último relatório arquivado no AHEX, datado de 1908, não informa nenhuma outra estrada, apenas que as mesmas recebem os trabalhos de conservação.



- Atravessa terreno muito acidentado, que embaraçam às vezes o trânsito por alguns dias;
- iv) **Caminho D** - Caminho também de cargueiro para Boa Vista, que parte do caminho C, à margem direita do Chapecó. É muito melhor que o caminho C, pois é situado em terrenos de campos, porém ainda faltava trabalhos que o tornassem totalmente carroçável;
  - v) **Caminho E** - Caminho ainda de cargueiros, que passa por um lugar nominado Ressaca (que dista seis léguas da Colônia), atravessando os rios Chapecosinho e Chapecó, em lugares onde não há balsas, e só as vezes se encontram canoas. Depois do lugar *Ressaca* atravessa térreo acidentado e é muito pouco transitado.
  - vi) **Caminho F** - Caminho também de cargueiros, que partindo do caminho E, no Ressaca, segue em direção ao caminho de cargueiros que vem do (rio) Jangada e que sai dos Campos de Palmas passando por Cotia (Cutia) a Palmas.

Dos caminhos acima descritos, aqueles identificados como “B”, “E”, “F” eram construções resultantes das intervenções dos engenheiros militares, dado que os demais trechos foram reaproveitados das construções anteriores, tecidos pela atividade das tropas, bem como pela exploração realizada por Marcondes de Sá. O que se observa é que o trabalho executado pautava-se, muitas vezes, em conferir melhorias às estradas já existentes, ou em buscar trajetos cujo deslocamento seria menos dificultoso, porém, conservado os mesmos “nós da tessitura” – como o somatório das estradas “B” e “C” que possuem a mesma direção que as antigas estradas das tropas.

As épocas de chuvas transformavam esses caminhos em lamaçais intransponíveis, que se constituíam em obstáculos frente aos rios que nesse mesmo período também impediam a travessia. A inexistência de recursos financeiros para realizar a construção de pontos que viabilizassem o deslocamento nas áreas menos movimentadas forçava a busca por percursos cujo deslocamento era menos dificultoso devido às condições topográficas. Isso implicava em caminhos e vias tortuosos, cujas curvas aumentavam o tempo de permanência em seus trajetos. O caminho “F” tinha como finalidade encurtar as distâncias entre a Colônia Militar e a Vila União da Vitória, situada a distância de 18 km da cidade de Palmas.

A baixa integração viária também era sentida e reclamada pelo Governo do Estado catarinense conforme pode ser visto no trecho abaixo:

Excepção feita da via-ferrea D. Thereza Christina, que liga o lugar Minas, do município de Tubarão, aos portos de Imbituba e Laguna, servindo às cidades deste nome a do Tubarão, com uma extensão total em tráfego de 116 km 340, a demais viação do Estado consiste em estradas de rodagem e em caminhos para cargueiros e carros sem mola.

Muito se têm esforçado os poderes estadoaes para dotar o Estado com uma conveniente rêde de viação, capaz de bem servir a todos os seus centros povoados e de contribuir para o desenvolvimento dessas nossas grandes extensões territoriais, que ainda jazem incultas por falta de comunicações fáceis que as ponham em

contacto com os mercados consumidores do interior e do litoral (MENSAGEM GOVSC, 1900, p. 21).

Esses parques caminhos de cargueiros e vias que, adicionados ao tipo de transporte utilizado para deslocamento das cargas, eram insuficientes para impulsionar o crescimento econômico, não deixavam de ser significativos, sobretudo quando consideramos a necessidade de exercício de poder na zona fronteira. A mobilidade é elemento intrínseco de uma estratégia geopolítica, o que reforça a importância da circulação (RAFESTTIN, 1993, p.202) enquanto elemento que consolida o poder<sup>324</sup> e que possibilita, também, a comunicação<sup>325</sup> – outro elemento fundamental para o controle de posses espaciais e formação territorial. Isso porque a construção de tessituras implica não apenas em uma diferenciação funcional, mas também na construção de uma rede hierárquica, que contribui para ampliar a presença do estado nessa área, permitindo assegurar o controle, tomando-as posteriormente como meios para impulsionar a inserção.

Outra questão importante a ser considerada é entender o sistema de circulação na perspectiva territorial, militar, social e demográfica. As estradas não se reduzem apenas ao incentivo ou à manutenção do fluxo mercantil, porém também serviam para disseminar culturas e fixar populações. Na lógica “civilizadora do progresso”, as estradas também eram instrumentos que possibilitavam abrir frentes para dizimar populações nativas ou as populações tradicionais, compreendidas como bárbaras e arcaicas em suas relações com a terra e sua cosmologia, conforme sugeria a ideologia da Modernização cuja pintura de John Gast tão bem representa<sup>326</sup>: conforme avança a ferrovia, os sertões são iluminados com a “civilização” que avança sobre as áreas ignotas. As estradas abriam, então, fendas na mata para introduzir novos padrões de consumo e estilos de vida, para criar clareiras que passavam a serem demarcadas pela presença de arquiteturas que denunciavam o elemento humano desejado nos projetos de modernização do país: voltado para a produção mercantil matizada pelas expectativas criadas pela política do embranquecimento do Brasil.

Nessa perspectiva, eram também artérias que representavam a presença do “progresso” adentrando em áreas “atrasadas”. Essa conquista da natureza possuía nas estradas de rodagens e, em especial na ferrovia São Paulo-Rio Grande a materialização das expectativas que enrobusteciam essa ideologia. Porém, a degradação socioambiental era

---

<sup>324</sup> “É verdade que a circulação é a imagem do poder e há poucas chances de ser de outra maneira, pois a circulação, no sentido em que a definimos, é visível pelos fluxos de homens e de bens que mobiliza, pelas infraestruturas que supõe” RAFESTTIN, 1993, p.202.

<sup>325</sup> Aqui é importante efetuar uma consideração: que comunicação não fica restrita à infraestrutura da circulação, pois podem operar por redes diferentes, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico.

<sup>326</sup> A pintura pode ser visualizada consultando o Capítulo 04.

intrínseca a essas artérias que quando penetram em florestas, mangues, restingas ou em outras áreas ainda intactas, também ceiva a existência dessas (DEAN, 1996)<sup>327</sup>.

A ideologia civilizatória correspondeu a um conjunto de valores que foi tomado como parâmetro para tecer parte dos discursos dos dois países na resolução da Questão de Palmas. Igualmente, essa concepção da organização social e geográfica também esteve presente nas interpretações sobre a importância da construção das estradas. Isso se deve ao fato de que são estas que auxiliam na integração do fundo territorial à economia, cuja materialidade estava nas próprias vias bem como nos vilarejos, nas lavouras cultivadas com fins comerciais (que produzem outra paisagem) que seriam criadas ou refuncionalizadas a partir da inserção de redes que fomentassem a produção.

A integração econômica, realizada, acima de tudo, por meio do sistema viário, seria satisfatoriamente alcançada com a importação de capitais para subsidiar o projeto de modernização do território, composto pela construção de várias obras de infraestruturas (viárias, portuárias, reformas urbanas etc.), das quais nos interessa, em especial, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Esta, partindo de Sorocaba (SP), alcançaria o centro do território do Rio Grande do Sul, especificamente Santa Maria. Em ambas as extremidades é possível observar outras vias que se conectavam a essa estrada férrea, conforme pode ser procedida a leitura na imagem a seguir. Ainda ao longo da ferrovia é possível identificar a localização dos lotes para colonização, os quais estão destacados.

---

<sup>327</sup> Especificamente sobre a devastação natural do Oeste catarinense pode ser consultado BRANDT, Marlon. Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina. 2012, 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

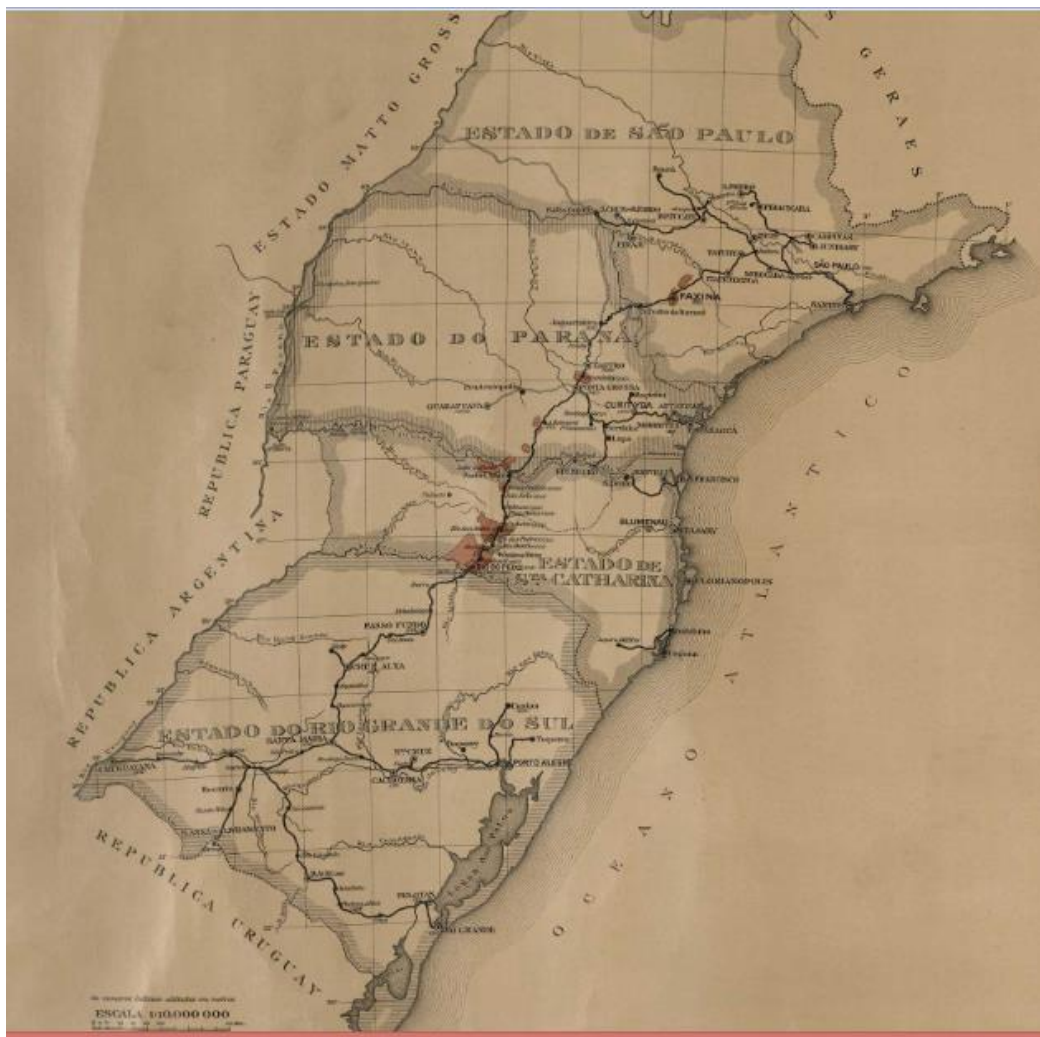


Figura 37: Parte da Carta da Colônia do rio do Peixe confeccionada pela Brazil Railway Company, que contém a seguinte identificação: “Schema da Parte do Sul do Brazil demonstrando a localização geral e linhas da Brazil Railway Company”.

### **08.02. Caminho de ferro, mais caminhos por terra: intensificação da integração do fundo territorial por meio do ajuste espacial**

A construção de redes geográficas para romper com a barreira da distância é uma etapa fundamental para integração de um fundo territorial, pois a construção de caminhos que permitem fluxos com maior regularidade, bem como que impõe uma força centrípeta a esses fluxos, contribui para o exercício do poder sobre a área incorporada, conforme pode ser apresentado no Capítulo 06, quando, por meio de estudo topográfico, visava à indicação de

perfil apto à construção de estradas para melhor controle do fisco e das comercializações<sup>328</sup>. Também é importante no desenvolvimento econômico, porque o transporte e a comunicação são essenciais para que ocorra a realização do capital, dado que o produto só está acabado quando estiver no mercado (MARX, 1973: 533-534). O que implica em elevar as condições de comercialização dos produtos dos colonos-militares. Todavia, a construção desse sistema de engenharia corresponde a capital imobilizado, o que implica que nem sempre ocorre a criação dessa infraestrutura, mesmo que ela seja, potencialmente, uma fonte de acúmulo de capital futuramente. Nessas circunstâncias que o Estado atua na produção, mediante a construção das condições que tornam o espaço fluido para que os custos da produção possam ser reduzidos – e isso implica que a construção desses sistemas de engenharias possa ser contínua, conforme o avanço tecnológico na área de transportes.

Para o caso em análise, observa-se que o estado não aplica diretamente os seus parques fundos, mas a partir do sistema de arrecadação construído através da regularização fundiária (emolumentos e demais tributos fundiários), comercialização das terras “devolutas”(dadas como pagamento pelas obras de infraestrutura) e da concessão de exploração dos recursos naturais para atrair o investimento do capital, seja estrangeiro (como a *Brazil Railway Company*) ou nacional (como a praticamente todas as demais empresas colonizadoras mencionadas no capítulo anterior) e, conseqüentemente, concretizar o projeto de modernização do território. Conforme foi visto no Capítulo 07, o estado repassava essa construção de infraestruturas para as empresas colonizadoras que recebiam como pagamento terras devolutas. Logo, o grande patrimônio do estado, usado para atribuir fluidez ao espaço do “sertão” catarinense, era formado por suas próprias terras devolutas, ou terras apropriadas dos posseiros e dos indígenas. Acrescenta-se, ainda, como benefício oferecido pelo Estado brasileiro, a garantia de recebimento dos juros em caso de prejuízo como ocorreu no contrato com a *Brazil Railway Company* (MACHADO, 2004).

Assim, o aperfeiçoamento dos transportes e dos meios de comunicação é compreendido como um procedimento necessário para redução dos custos da circulação. A necessidade de promover o aprimoramento nas condições de transportes e nos meios de comunicação está relacionada ao desenvolvimento gradativo de produção baseada no valor de troca. Vejamos o exemplo do Fundo Territorial Oeste catarinense: durante o período da Colônia Militar do Chapecó, embora evidente e claro o intuito de crescimento econômico

---

<sup>328</sup> Refere-se a transcrição da correspondência de 17 de agosto de 1919, de origem da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura com destinatário a Diretoria de Terras e Colonização, consultada no APESC.

local a partir das produções agrícolas e pequenas manufaturas instaladas, a necessidade de elevar a velocidade e as opções de escoamento tornou-se mais crucial com a comercialização das terras via colonização. Isso para tornar possível que efetivamente o colono-migrante submetesse a renda da terra para pagamento do imóvel, e igualmente pela inserção de gêneros alimentícios ao mercado consumidor concentrado, em sua maioria, em cidades que comportavam o desenvolvimento industrial. Complementando o desenvolvimento territorial do sistema, a redução nos custos da realização via circulação cria condições para a produção de novos espaços para a acumulação de capital (HARVEY, 2005).

Outro obstáculo para a circulação de mercadorias é o tempo de giro (tempo de produção mais tempo de circulação) do capital nessa forma, quando se depara com distâncias e sistemas de transportes que colocam em risco as potencialidades de lucro/renda, dado que quanto mais tempo leva para chegar ao mercado consumidor, menor é a taxa de lucro/renda. É em virtude da taxa declinante, que significativa parte dos colonos-militares não se empenhava no desenvolvimento mais considerável de valores de troca: faziam apenas para o mercado local ou de arredores (vilas próximas). Conforme lembra Harvey (2006, p. 50) “quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual da mais valia”. E isso era posto como uma barreira importante que desembocava no perecimento das Colônias Militares e dos desígnios de povoamento que também as motivaram. Os caminhos existentes, mesmo destinados ao deslocamento de cargas, eram estreitos e muitas vezes compostos por obstáculos como arroios e serras, o que dificultava ainda mais o transporte. Em períodos das cheias, alguns locais dessas vias ficavam intransponíveis devido aos lamaçais, forçando a busca de passagens alternativas. Isso representava elevar o tempo de giro dos produtos destinados à Colônia Militar ou saídos desta, o que em conjunto implicava no desestímulo para as trocas comerciais.

Quando ocorre o inverso, ou seja, quando são criadas condições para que as mercadorias fluam com mais rapidez, eleva-se a produção de excedente e intensifica-se o processo de acumulação. Assim, “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade [...] pela qual o mesmo pode ser alcançado” (MARX, 1973, p.538). Por implicar na taxa de lucro, a redução do tempo de circulação das mercadorias funciona quase como um imperativo no sistema. Para exemplificar como isso é possível, é necessário realizar um comparativo entre as condições de transporte em três momentos do Oeste catarinense.

- a) Momento 01 - durante a Colônia Militar do Chapecó, as estradas eram de cargueiros ou picadas, usando-se como meio de transporte a tração animal, o que implicava em maior tempo de deslocamento e baixa carga transportada;
- b) Momento 02 - após a década de 1930, com paulatino incremento de estradas de rodagem entre os núcleos e significativa ampliação das estradas vicinais no interior das colônias, as quais possibilitam transporte por carroções e caminhões, sendo que estes últimos permitiram uma desvinculação com o transporte animal. Esse tecido viário estava interligado à ferrovia SP-RG, o que mesmo com obstáculos de condições climáticas que afetam produtos perecíveis, já possui maior rapidez de giro que o “Momento 01”;
- c) Momento 03 - Se avançarmos um pouco para além do recorte final do espaço-tempo aqui proposto (1940) e nos situarmos a partir de meados da década de 1950, o que se visualiza na região Oeste, além da policultura, é o desenvolvimento do binômio produtivo milho-suínos (BAVARESCO, 1995), associado à instalação de moinhos e abatedouros/frigoríficos. A partir de 1955, estes passaram a contar com empresa área local<sup>329</sup> para deslocamento dos próprios produtos, bem como para prestação de serviço de transporte. Essa sequência: transformação da matéria prima, deslocamento de produtos refrigerados (o que exige tecnologia específica para o transporte) e, além da própria circulação de mercadorias (seja transformada ou *in natura*), possibilitaram gradativamente a intensificação da produção agroindustrial que obviamente implica em condições paisagísticas, sociais (trabalho) e econômicas.

Porém, a construção dessas vias em território catarinense esteve dependente do capital estrangeiro, sobretudo a ferrovia. Enquanto queixas de falta de recursos abarrotavam os relatórios das Colônias Militares ou nas mensagens do Governo catarinense, a servir como pistas sobre as finanças, o acúmulo de capital em terras do Velho Mundo era posto em tensão com a inexistência de espaços europeus para consumação desses valores (LÊNIN, 2012; ARRIGHI, 2008). Esse acúmulo de capital passou a ser investido em infraestruturas em países periféricos, uma prática que não passou despercebida pelo governo do estado de Santa Catarina, conforme pode ser lido na mensagem abaixo, durante o Governo de Hercílio Luz:

---

<sup>329</sup> Sadia S.A Transportes Aéreos.

Tive esperanças, que me pareceram bem fundadas, de que os contractos lavrados com os Sr. Caurau, Frederico von Ockel e W.Sellin para a construção de vias férreas que ligassem a bahia de S.Francisco à cidade de Blumenau e esta ao Rio Negro e a Campos Novos, iriam ter solução pratica, *diante do interesse que despertaram nas praças européas* (Grifos meu. GOVSC-Mens. 1921).

Essa prática não ficou restrita ao estado catarinense. Em finais do século XIX, algumas economias europeias, com destaque para a inglesa, vivenciavam um período de superprodução de capital, o que permite ser caracterizado como uma crise na realização, em virtude que há um excedente relativo à capacidade real de reinvestimento desse. Essa situação originava uma crise interna, que dentre as alternativas possíveis para resolução é a *incorporação de novas áreas no circuito da economia*. Esse excesso de capital decorre do acúmulo de capital produtivo em um momento antecedente, composto por um excessivo investimento que conduz a uma economia capitalista desenvolvida em determinados espaços e, por outro lado, é caracterizado por um subconsumo no estágio presente (ARRIGHI, 2008).

Como ressalta Harvey (2005), o capital acumulado em forma física - como carros ou vestuários - não pode ser transformado diretamente em outro capital fixo (ferrovias, portos etc.). Todavia, as instituições financeiras detêm a capacidade de gerar crédito proporcional ao capital excedente realizado na produção de outras mercadorias (como os carros e vestuário acima citado), oferecendo-lhe a entidades capazes de investir em infraestruturas que, por sua vez, podem produzir um novo espaço.

Nessas condições o progresso da acumulação pressupõe e depende da existência dos seguintes elementos: (a) mão de obra disponível acima da demanda evitar elevação nos salários (que podemos traduzir no referido contexto de finais do Oitocentos como uma significativa existência trabalhadores na Europa atravessados pela penúria própria da concentração de capital); b) existência de matérias-primas em quantidades suficientes para o desenvolvimento das atividades produtivas, bem como de infraestruturas (cuja tradução espaço-temporal da nossa pesquisa pode ser descrita com a significativa existência de madeiras para um período em que essa era a principal fonte de energia doméstica e industrial; a existência de terras para especulação e outras possíveis concessões mais localizadas como os ervais); c) existência de mercado consumidor para absorver as mercadorias produzidas que em condições de esgotamento devem ser recriadas ou buscadas em outros espaços (nos fundos territoriais em integração).

Para que ocorra esse ajuste espacial, ampliando a esfera de atuação do sistema, é fundamental a construção prévia de instituições financeiras para que o capital financeiro possa ser realizado. O capital em forma física que não pode ser transformado diretamente em outro



capital fixo, pode ser convertido em capital financeiro a partir da atuação das instituições financeiras, pois estas possuem a capacidade de gerar crédito proporcional ao capital excedente realizado na produção de outras mercadorias (como os carros e vestuário acima citado) oferecendo-o a entidades capazes de investi-los em infraestruturas que por sua vez podem produzir um novo espaço. Esse montante de capital financeiro acumulado pode servir para especulação na construção de novas configurações espaciais, permitindo a ampliação do comércio (criação de um novo mercado consumidor) e da produção. A empresa *Brazil Railway Company* que foi a concessionária autorizada a explorar da linha férrea São Paulo-Rio Grande por 90 anos foi formada com a contribuição de capitais ingleses e franceses.

A exportação do capital super-acumulado possui um papel fundamental na construção de estruturas geográficas que permitem a expansão territorial do capitalismo. Para ocorrer a transferência de capital acumulado do setor produtivo para o setor financeiro, é fundamental a existência do sistema de crédito, de modo que se pensarmos na relação do capital financeiro com o ajuste espacial, percebemos que é fundamental, também, na estruturação geográfica durante a expansão, para os investimentos de capital importado que adquire formas de ferrovias, estradas de rodagens, imóveis e serviços públicos etc.

Assim, o sistema de crédito, ao permitir a transformação de capital produtivo em financeiro, bem como ao possibilitar que este possa ser aplicado na construção de infraestruturas nas áreas recém-incorporadas, como os fundos territoriais, pode ser indicado como importante elemento do sistema capitalista para superar as barreiras de circulação e também na esfera da troca que caracterizava esses fundos antes da integração – como visualizamos nas mensagens que constam dos relatórios da Colônia Militar do Chapecó.

O que se percebe é que para romper as barreiras geográficas impostas pela localização, a importação de capital estrangeiro para implantação de infraestruturas para tornar o espaço fluido foi crucial. Ao mesmo tempo esse contexto acaba por relacionar uma área periférica como o Meio Oeste e Oeste catarinense como alternativa a acumulação de capital financeiro nos países centrais<sup>330</sup>, situando-se como a continuidade para o sistema. Aqui é importante considerar que para que os antigos Campos de Palmas servissem a continuidade do sistema, como ambiente de reprodução das relações de produção, é imprescindível considerar que ocorre a implantação das infraestruturas e também dos núcleos coloniais houve a produção de um espaço cuja dimensão social, cultural, política e propriamente espacial viabilizasse a

---

<sup>330</sup>Como teorias intermediárias está a da localização, análise dos investimentos fixos e imobilizados, e a criação da paisagem geográfica que facilita a produção e a circulação. Ver Harvey. A produção capitalista do espaço.

elevação da produção que, na divisão territorial do trabalho, coube à referida área: predominantemente a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno<sup>331</sup>.

A incorporação de novas áreas, como o Oeste catarinense, no circuito capitalista representava uma condição necessária para a resolução das crises internas do capital: a superacumulação na economia europeia. Em finais do século XIX, existia uma quantidade significativa de países cujo sistema capitalista teria “amadurecido excessivamente” (LÊNIN, 2012, p.94), o que resultava em um obstáculo para a própria economia. Desses países, podem-se destacar Inglaterra, França e Bélgica, países que através de agentes privados estiveram diretamente presentes na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que é fundamental para a inserção do Oeste catarinense na economia capitalista<sup>332</sup>. O amadurecimento a que se refere Lênin é o acúmulo de capital produtivo que não dispõe mais de mercado consumidor, nem de espaços para que possa ser realizada a consumação do capital na circunscrição da economia de mercado já amadurecida. Essa condição de super acumulação é um obstáculo significativo para a continuidade do ato de “acumular mais do mesmo” (WALLERSTEIN, 1985). Representa a construção de uma clausura totalmente incompatível com as condições necessárias para a reprodução ampliada de capital.

Ao mesmo tempo em que fornece alternativas ao acúmulo de capital, dando direcionamento a reinvestimentos na construção espacial, através de obras de infraestrutura, também indica a construção de relações de poder entre os países mediante a presença de capital estrangeiro – o que Lênin (2012) identificou como imperialismo e que Harvey destaca como imperialismo do tipo capitalista (HARVEY, 2005). Em um ângulo geográfico pode ser lido como a incorporação daquelas áreas que ainda não possuem produção capitalista ou que não estão submetidas à essa dinâmica produtiva, que para o Oeste catarinense pode ser representada através das práticas dos sertanejos<sup>333</sup>, as quais eram do tipo não-capitalista, mas incorporadas à economia capitalista pela mercadoria e notoriamente realizadas em baixa escala produtiva quando comparada à produção camponesa do colono-migrante.

---

<sup>331</sup> Vale a pena lembrar que essa produção de gêneros alimentícios não seguiu sempre um percurso linear e crescente. Alguns núcleos coloniais durante os primeiros anos de instalação conseguiam realizar apenas a troca nas vendas (bodegas e casas de secos e molhados) de produtos por mercadorias não produzidas na unidade familiar, sem emprego de dinheiro.

<sup>332</sup> Conforme foi apresentado no Capítulo 07, pelo Decreto nº 919 de 24 de outubro de 1890, a empresa Compagnie des chemins de fer Sud-Ouest Brésiliens, de capital belga foi autorizada a funcionar e tão logo assumiu a construção da Ferrovia São Paulo-Rio Grande.

<sup>333</sup> A produção simples é tem como finalidade contemplar o autoconsumo daqueles que a praticam, sem visar a produção para acumular capital (como a reprodução ampliada). A comercialização de excedentes ocorre para aquisição de produtos que não são produzidos pela unidade familiar, de modo, que é através da comercialização desses que esse modelo de produção não-capitalista está articulado (mas não dependente) da produção capitalista. Convém assinalar que os núcleos coloniais criados por colono-migrante também era produção familiar, com traços de produção camponesa, porém, a intensidade com a economia capitalista era maior.

O desenvolvimento do capitalismo possui uma dimensão territorial que pode ser traduzida como a incorporação contínua de espaços não-capitalistas para essa dinamicidade de produção de valor de troca (LUXEMBURG, 1988; MARTINS, 2012). Essa condição é perceptível claramente diante de conjunturas críticas da reprodução ampliada, que buscam fora da economia de mercado as alternativas para solucionar temporariamente e espacialmente as crises. Esse movimento é identificado como a expansão geográfica do capitalismo, que ocorre mediante processos de ajuste espaciais ou *spatial fix* (HARVEY, 2006), que implica (m) em uma produção espacial convergente com o sistema hegemônico. É nessas condições que algumas regiões do Brasil foram lançadas ao mercado mundial como um espaço ideal para a aplicação de capitais que se avolumavam em outras porções continentais. Nestas, o acúmulo de capital financeiro sem atividades para investir em solo pátrio representava a constituição de uma crise interna ao capitalismo, miravam para os espaços “vazios” como possíveis locais de investimentos. Além do que esses mesmos espaços, identificados como “desertos” populacionais, eram situados como alternativa para amenizar a pressão demográfica no Velho Mundo. Essas novas alternativas geográficas eram visualizadas como a possibilidade de atribuir continuidade ao acúmulo de capital e por outro lado, também produz configurações que viabilizam o êxito desse ajuste espacial.

A exposição das possibilidades de investimentos e exploração da natureza existente em solo brasileiro consistia em prática adotada há algum tempo. Estratégia propagandística que tinha nas Exposições Universais um contexto privilegiado para disseminação de informações que poderiam conduzir ao selamento de acordos comerciais. O vínculo entre esses eventos e a disseminação das informações referentes ao Brasil pode ser apreciado na seguinte passagem sobre a Exposição de 1876:

(...) certo é que o Brasil, antes de 1876, era muito menos conhecido e apreciado pelo povo americano. A Exposição de Philadelphia, para a maioria deste, foi uma revelação da cultura inellectual do Império e de seus progressos industriais. Disso dão alta prova os jornaes e cartas (...)<sup>334</sup>.

Para compreendermos a construção dos núcleos coloniais no Oeste de Santa Catarina a partir de 1917, a proposta de Harvey mostra-se interessante, pois permite considerar os interesses e *desígnios* das medidas políticas internas no desenvolvimento desse processo. No Capítulo 04, ao qual incorporamos algumas passagens do Conselheiro Menezes e Souza sobre as ideias e os projetos para a imigração e colonização no Brasil, está muito claro que um dos

---

<sup>334</sup> BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura de 1876, p.45. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>. No mesmo relatório informa ainda que couberam 02 diplomas premiados de honra, pelo café e essências florestais.

objetivos partilhados é a construção de um fluxo migratório interno e regular para o povoamento do amplo território do Brasil. Creio, portanto, que essa passagem, escrita em 1876, conseguiu “prescrever” uma proposta de atuação das medidas políticas vinculadas aos processos econômicos, sociais, demográficos e fundiários que compõem a formação territorial do Brasil meridional naquele momento, mas que visavam a um *continuum* quando pensado nos demais fundos territoriais<sup>335</sup>. São eventos que possuem sim um conjunto de elementos de participação externa (representado pelo capital estrangeiro sobretudo), mas orquestradas pelos projetos e intervenções brasílicas<sup>336</sup>.

Desse modo, pode-se afirmar que a acumulação de capital ocorrida em alguns países da Europa está relacionada à produção do espaço que foi impulsionada no Oeste de Santa Catarina durante o processo de integração deste fundo territorial. Dado que é através dessa expansão territorial que o capital pode ser consumado por meio da construção de redes geográficas (ferrovia São Paulo-Rio Grande e outros ramais interligados) e novos espaços de produção, o que atribuirá continuidade ao acúmulo de capital. Este corresponde às modificações advindas da implantação dos povoados nas glebas de terra comercializadas que também representam novos mercados consumidores de algumas mercadorias<sup>337</sup>.

A demanda do sistema é pela construção de uma estruturação em que a acumulação de capital seja sempre uma possibilidade futura (por isso a necessidade de cria-lo como espaço consumidor e produtor). Ocorria que o Brasil, assim como os demais países periféricos, ainda possuía uma estrutura produtiva muito vinculada às atividades agropecuárias e nos moldes do arcaísmo, da economia simples ou economia natural. Portanto nessas condições, seria quase inviável a exportação de mercadorias se não houvesse uma alteração nas estruturas produtivas e também na sociabilidade da população que residia nessas áreas consideradas como “sertões”. Nessa perspectiva, torna-se relevante a exposição de Fernandes (1981), quando

---

<sup>335</sup> Que não tardaram a serem incorporados na economia capitalista como a ocupação do Centro-Oeste a partir de 1940, na conclamada Marcha para o Oeste feita pelo presidente Getúlio Vargas.

<sup>336</sup> Outra proposta que poderia ser indicada como aporte teórico para explicar esse movimento espacial é a Teoria Moderna da Colonização de Marx. Essa expõe que para resolução das crises internas do sistema o capitalista implanta empresas rurais em países periféricos, sendo necessário também **recriar as condições de produção capitalista** (como privatização da terra e instituição do trabalho assalariado). Ocorre que para a criação das colônias no Oeste de Santa Catarina são compostas por proprietários brasileiros (em menor proporção por imigrantes) e que a produção pode ser caracterizada como não-capitalista mas articulada ao capitalismo conforme proposto por Martins (2012) e Tavares dos Santos (1978), enquanto que Marx enfatiza o proprietário internacional. Devido à essas particularidades, a proposta do ajuste espacial de Harvey ao meu ver é mais cabível para o caso em estudo.

<sup>337</sup> A economia desenvolvida nos núcleos coloniais conforme será mostrada **adiante** pode ser considerada como camponesa, com pouca comercialização se comparada com a produção de essência capitalista, porém, já representava um incremento significativo se comparado com a prática econômica dos caboclos.

disserta sobre a formação da sociedade burguesa no Brasil, considerando as reestruturações produtivas e também do próprio Estado forjado concomitantemente:

As principais pressões modernizadoras provinham da formação e da consolidação de uma ordem social nacional. Criar um Estado nacional ou forjar uma Nação significa organizar o espaço econômico, social e político de uma forma peculiar. Não só se torna necessário imprimir regularidade e eficácia a certos serviços, certos tipos de comunicação ou de contato ou de contatos e a certas instituições integrativas de âmbito nacional; *é preciso assimilar a tecnologia que torna possível semelhante organização do espaço econômico, social e político, na qual se funda o conhecimento a capacidade de previsão e o controle dos homens sobre os processos econômicos, sociais e políticos que operam dentro desse espaço*, preservando ou alternando seu padrão de equilíbrio segundo objetivos ou direções determinados pelo querer coletivo (Grifos meu. FERNANDES, 1981, p. 65).

Essa assimilação de tecnologia para tornar possível a organização social e (produção) do espaço pode ser interpretada tanto para a demanda sentida por parte do estado ao adotar estratégias e instrumentos que paulatinamente formavam o território, como das práticas desenvolvidas pelos sujeitos paradigmáticos (RAFFETIN, 1993), os quais são envolvidos pelos discursos de sentido coletivo (pátria, nação etc.) e do modelo ideal de construtor do país (bandeirante, imigrante, fazendeiro etc.), cujos parâmetros eram convergentes com os valores da economia em expansão.

A construção de infraestruturas que atribuem vigor e regularidade à circulação é elemento crucial para a expansão, bem como é importante para desestruturar os modelos de sociabilidade que não eram convergentes com os cânones do projeto político-econômico em expansão. Conjuntamente com a mobilidade de capital, que beneficiava a reprodução ampliada, circula a interpretação de que gradativamente o progresso adentra áreas até outrora “abandonadas”. As ferrovias foram símbolos do progresso que trazia áreas incultas e abandonadas para a “Civilização”. As estradas que serpenteavam caminhos, interligando clareiras na mata e, gradativamente, a inserção de construções humanas que se distinguiam por sua geometria eram tomadas como manifestações de modernidade e civilidade dentro da retórica capitalista e estatal.

No século XIX, as ferrovias e os navios a vapor fizeram do Globo uma economia única, com grau de interação desconhecido até então. Nos lembra Hobsbawm (1996) que ao final da década de 1870 “as partes mais remotas do mundo [começaram] a ser unidas por meio das comunicações que não tinham precedentes em termos de regularidade, capacidade de transportar quantidades imensas de mercadorias e de pessoas e, acima de tudo, velocidade”. Dando uma expansão significativa ao comércio mundial, com o aumento em torno de seis vezes (ARRIGUI, 2008, p.253; HOSBAWM, 1996, p.50-54).

Quando constituídos esses novos espaços de produção, como os núcleos coloniais que recebem populações excedentes, bem como constituídos pelo consumo dos volumes de capital dos centros de acumulação, funcionam como resultados de uma acumulação passada e como condição para acumulação adicional de capital<sup>338</sup>. O que ocorre seja pelo desenvolvimento de atividades industriais que continuam a absorver capital na implantação de infraestruturas, seja porque se tornam mercados consumidores de mercadorias (desde as mais simples, como as ferramentas para a lavoura, como para a montagem das serrarias, moinhos etc.). Ao colocar uma quantidade significativa de pessoas em nova área, além de garantir a transferência da renda da terra, também cria ao mesmo tempo um novo mercado consumidor de mercadorias e produtor de gêneros alimentícios (não produzidos nas grandes fazendas). A expansão geográfica é uma condição necessária para acumulação de capital, que também pode vir acompanhada pela intensificação da atividade social (elevação da capacidade produtiva, criação de novos desejos etc).

Nessa linha interpretativa, outro elemento importante para liberação desses ativos, é a ruptura de “barreiras ideológicas” (HARVEY, 2005; ARRIGHI, 2008). Essas podem ser compreendidas como as concepções que são divergentes às demandas da produção de valor de troca. Daí a importância de discursos como Civilização, Modernidade, Progresso, que em um exemplo especificamente mais geográfico pode ser indicado na significação de *sertão* usado para qualificar pejorativamente áreas que não possuem formação socioeconômica capitalista.

É por esse processo que é encontrada a chave explicativa para as relações imperialistas na lógica capitalista e o acúmulo de capital em períodos que precedem, demarcados por acúmulo de capital produtivo. O termo “fix” remete à fixação (fixação, ajuste, conserto) de capital na e sobre a terra, caracterizando a construção de infraestruturas (portos, ferrovias, estradas, redes telegráficas etc.) evidenciando uma dependência da acumulação de capital com a construção de um ambiente em que ao consumir capital, permitirá a continuidade do sistema. É através da fixação de algumas infraestruturas no espaço que o capital se move pelo espaço em busca de lucro (HARVEY, 2006, p.99-100). A construção da ferrovia SP-RG, ou mesmo das estradas de rodagens, que funcionavam como ramais que ligavam ao tronco ferroviário SP-RG, consumiram volumes significativos de capital em maquinários, peças etc. Por outro lado, o mesmo termo “fix” como conserto, remendo ou ajuste evidencia o elo entre o alívio para a “sobrecumulação” e a dimensão espacial.

---

<sup>338</sup> HARVEY, 2005.

Isso implica a eliminação das barreiras espaciais, produzindo o efeito da “aniquilação do espaço através do tempo”. A ideia de Harvey (2011) ao empregar esse termo, não reduz apenas a noção de distância, ao espaço relativo, mas na produção de um espaço que viabilize a circulação de capital em um intervalo de tempo mais curto<sup>339</sup>. Em outras palavras, isso implica no controle do espaço e do tempo (HARVEY, 2011<sup>340</sup>). Defender que a anulação do espaço pelo tempo se dá numa perspectiva somente do espaço relativo, com a noção de distância, é imaginar que a circulação ocorre em um espaço abstrato, suspenso do real. Ora, para que a circulação desfrute de maior velocidade ou mesmo que seja inserida em novos espaços, é necessária sua produção para referidas condições, das suas infraestruturas – da produção de um artefato que sirva como ferrovia, de uma reconfiguração espacial para implantação de uma estrada de rodagem e isso não se dá “suspenso” – está incrustada no espaço.

A construção da ferrovia SP-RG, articulada a um sistema de pagamento em terras devolutas para constituição de núcleos coloniais implica claramente em um processo de *spacial fix*. As estradas de rodagens, conjuntamente com a ferrovia, funcionam como redes entre nós e tessituras que conseguem atribuir fluidez ao espaço, tornando passível de circulação de mercadorias, capitais e pessoas. Rompem as barreiras geográficas que acarretavam a queda da taxa de lucro, processo concretizado somente mediante a importação de capital. Intrínseco a esse *spacial fix* ocorre a expropriação dos sertanejos e/ou posseiros – que será abordado no capítulo “Cultivar”. É também nesse mesmo capítulo que será apresentada algumas evidências da produção do espaço no interior da lógica econômica que florescia na transição do XIX para o século XX.

### **08.03. Tempos e espaços entre as “costuras”: algumas leituras possíveis**

Conforme exposto no subitem anterior, a queda da taxa da renda era um fator fundamental que desmotivava o desenvolvimento de uma agricultura de larga escala, restringindo à produção para abastecimento local e mercados mais próximos. Por outro lado, o fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, o interesse do estado elevar o

---

<sup>339</sup> A importância de reduzir esse tempo dispendido no deslocamento pode ser identificado nos contínuos trabalhos de exploração de vias alternativas para os caminhos já existentes conforme consta nos relatórios da Colônia Militar, conforme o registro de 1898: “sem estas communicações é impossível a colônia progredir, tudo o que se fiser não passará de palliativo, de um alívio temporário que apenas retardará mais um pouco a sua ruína completa”.

<sup>340</sup> HARVEY, David. O enigma do Capital e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

povoamento como estratégia de controle espacial<sup>341</sup>, em conjunto com o interesse de comercializar as “terras devolutas” do estado para obtenção de recursos pressionavam para que a implantação de núcleos coloniais nessa área fosse concretizada. Ainda pode ser acrescentado como mais um fator para impulsionar a ocupação na área objeto de estudo o desenvolvimento da economia industrial sobretudo no Sudeste – a qual demandava a produção de gêneros alimentícios a baixos valores para abastecer os trabalhadores assalariados. Esse conjunto de pleitos foi alcançado com a construção das estradas e seria por meio dessas que o estado garantiria condições para que os colonos-migrantes efetuassem o pagamento da terra – pois viabiliza a comercialização.

Assim, as intervenções territoriais mencionadas acima não pareciam desconexas das políticas não-territoriais. Ao contrário, somavam-se para além de uma mera operação quantitativa e resultavam em alterações qualitativas, por meio de uma combinação de diferentes tempos inscritos ainda no espaço: por terras os antigos caminhos das tropas, os levantamentos topográficos efetuados pelos militares, o conhecimento geográfico dos agrimensores que indicavam as vezes novas estradas, as vezes projeções sobre as antigas aberturas. Por águas, as flotilhas e canoas seguiam pelo curso dos rios ainda durante as primeiras décadas da colonização, atribuindo continuidade ao meio de transporte empregado pelos confins de Palmas. Por águas, também não se pode esquecer dos vapores e do volume crescente de balsas<sup>342</sup> sobretudo durante a extração madeireira que seguiam pelo rio Uruguai até os mercados compradores – predominantemente no mercado argentino.

A ferrovia SP-RG foi uma infraestrutura que alterou a dinamicidade do entorno e das regiões próximas, como o Oeste catarinense. Não apenas pela ligação estabelecida, mas sobretudo pela alteração no tempo e na capacidade de transporte representou a criação de condições para elevar a circulação de mercados e outros fluxos tanto no sentido Norte-Sul, colocando essa região em comunicação com centros comerciais. Essa rede viária foi tecida a partir da combinação das modalidades fluviais com terrestres – sendo que estas estradas de rodagens e ferrovias também reconfiguravam os fluxos no sentido longitudinal. Também representaria a falência dos antigos caminhos das tropas e da vida social construída em torno dessa atividade (MACHADO, 2004).

As primeiras estradas de rodagens construídas concomitantemente à implantação dos núcleos coloniais estavam localizadas praticamente na porção meridional da região Oeste,

---

<sup>341</sup> Motivado sobretudo após o Movimento Social do Contestado (1912-1916).

<sup>342</sup> Corresponde a aglomerado de troncos de madeiras reunidas semelhante à jangadas, que desce o rio, após, é desmanchada e comercializada a madeira que a compunha. Ver BELLANI, 1991.



deslocando ao Norte somente na proximidade com a Argentina, margeando o limite construído. Isso acarretou a distribuição das sedes dos núcleos e também seguiu esse mesmo padrão, de modo que os aglomerados pontilham as margens do Uruguai. Esse padrão de distribuição sofre uma alteração a partir de 1940, momento em que é registrada a comercialização de terras para localidades que podem ser identificadas como centro-norte<sup>343</sup>.

A partir das informações sobre as concessões cedidas para empresas é possível identificar a construção das seguintes estradas de rodagens<sup>344</sup>:

- i) De Cruzeiro a Passos Bormann (atual Chapecó), passando por Xanxerê (antiga Colônia Militar do Chapecó) – construída pela CCOC;
- ii) De Passos Bormann até o atual município de Mondaí, interiorizando ainda mais as possibilidades de comunicação, dado que referido núcleo colonial situava-se quase na fronteira com a Argentina. Foi construída pela Brazil Railway Company;
- iii) De Mondaí até Baracão, trecho que margeia a fronteira com a Argentina, deslocando de Sul à Norte a concessão inicial foi para a CCOC, porém, como em 1925, a Cia Territorial Sul Brasil “comprou” o ativo e passivo daquela<sup>345</sup>, a construção foi executada por essa última.
- iv) De Herval Velho a Canoas (total de 84 quilômetros, incluindo 148 metros de obras de arte como pontilhões e pontes) construída pela CCOC.
- v) De Goio-Ên a Passo dos Índios de extensão de 25 quilômetros, posteriormente foi ampliada e incluída uma ponte sobre o rio Irany foi construída pela empresa Luce, Rose e Cia;
- vi) Estrada de Cruzeiro a Xanxerê composta de 55 quilômetros foi construída pela empresa Luce, Rose e Cia<sup>346</sup>

As estradas vicinais eram construídas por diferentes agentes, desde empresas colonizadoras ou mesmo organizada pelos colonos. A *Brazil Development & Colonization Company* construiu um total de 114 quilômetros de estradas vicinais, distribuídas nas seguintes colônias: Rancho Queimado (25,9 quilômetros), Quinze de Novembro (53,4

<sup>343</sup> A exemplo dos atuais municípios de Maravilha, Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta e outros localizados na porção noroeste.

<sup>344</sup> WERLANG, 1992; HASS, 2001; RADIM, 2006; VALENTINI, 2006; RAMOS, 2006.

<sup>345</sup> Ramos chama a atenção que possivelmente foi uma sucessão entre pessoas, dado que os sócios permaneceram praticamente os mesmos, sendo que apenas os catarinenses deixaram a Sociedade.

<sup>346</sup> As estradas indicadas em “iv, v, vi” parte das informações foram obtidas em Radin (2006).

quilômetros), Rio Preto (11,6 quilômetros), Rio Engano (14,6 quilômetros) e Rio das Antas (7,3 quilômetros)<sup>347</sup>.

Ainda é possível identificar outras estradas estaduais que ampliavam a rede de locais conectados à área recém incorporada ao patrimônio do estado catarinense. Eram elas, em 1927:

- i) De Florianópolis a Pepery composta por 413 quilômetros;
- ii) De Florianópolis a Porto União (via Joinville) composta por 588 quilômetros;
- iii) De Goio-Ên a Clevelândia (via Xanxerê) com extensão de 30 quilômetros;
- iv) De Baracão a Rio do Sul composta por 90 quilômetros<sup>348</sup>;

As estradas internas nos povoados e núcleos eram construídas predominantemente pelos colonos. Essas estradas, cuja importância estava mais atrelada ao uso cotidiano e entre os colonos, somavam-se a toda tessitura que gradativamente era esboçada sobre o já estava se configurando como Oeste catarinense, imprimindo uma funcionalização convergente com os interesses das autoridades políticas da esfera estadual ou federal.

Um olhar sobre o “Mapa do Estado de Santa Catarina de 1927”, apresentado nas páginas seguintes, logo torna perceptível que existe uma quantidade superior de estradas de rodagens construídas no Oeste, quando comparada à quantidade daquelas acima descritas, informando sobre suas construtoras. Fica aberta, aqui, uma demanda de pesquisa que possa trazer mais informações sobre as localidades interligadas a partir de cada construção, somando-se a essas aqui sintetizadas e também há outros trabalhos existentes que abordam a totalidade do território catarinense<sup>349</sup>. Quanto às informações que aqui conseguimos apresentar, considerando a atuação dos engenheiros militares mediante alocados na Colônia Militar do Chapecó e também das empresas colonizadoras que alinhavaram o território catarinense é possível tecer algumas considerações. Em um primeiro momento, apenas reiterar o que de certa forma foi exposto ao longo de todo este item: a mudança qualitativa advinda da intensificação da construção de diferentes vias que foram tecidas no decorrer do processo de integração do Fundo Territorial Oeste catarinense. Por meio de formas que representavam temporalidades distintas, mas interconectadas por vias que se arraigavam na terra, sem desatentar para os caminhos fluviais possíveis, observa-se o incremento das

<sup>347</sup> GOVSC-Mens. 1926, p. 45-53

<sup>348</sup> Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Veículos terrestres e estradas de rodagens em 1927. Rio de Janeiro, 1929, p.76.

<sup>349</sup> Como Goularti Filho; Messias; Almeida com o trabalho “Integrando o território catarinense: a construção da estrada de Lages” que também apresenta informações pertinentes ao entendimento do papel da viação na formação territorial de Santa Catarina.

comercializações. É possível afirmar que retomarmos o próprio processo de venda da terra, que somente seria efetivado se existisse condições do deslocamento dos seus compradores.

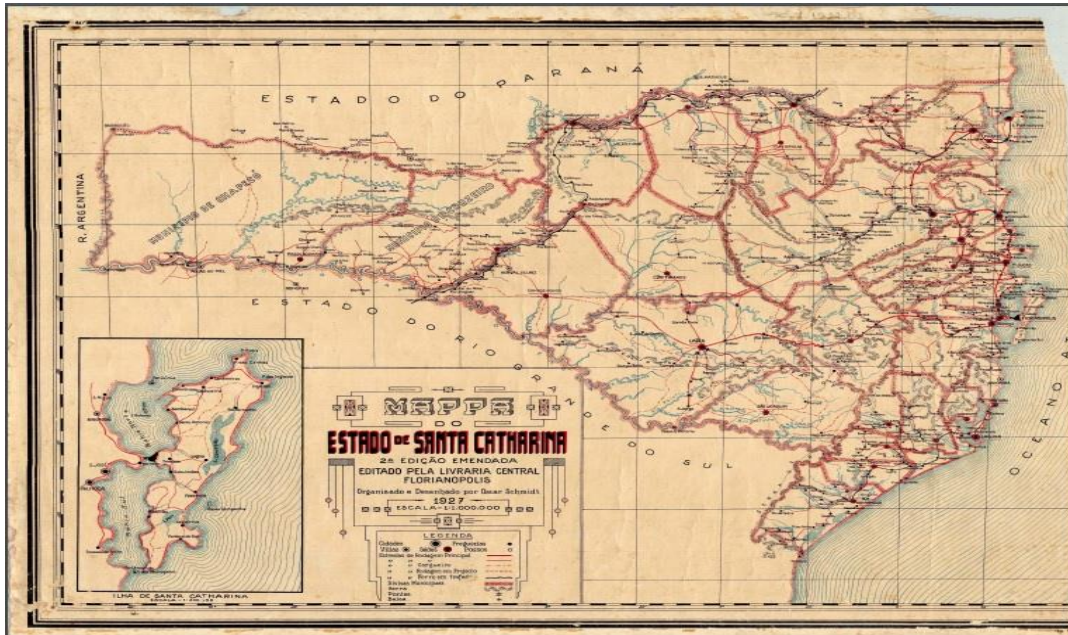


Figura 38: Mapa do Estado de Santa Catarina em 1927, com destaque para as comunicações construídas até o período. Fonte: Arquivo Digital de Mapas catarinenses. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/sc/sc000.html>

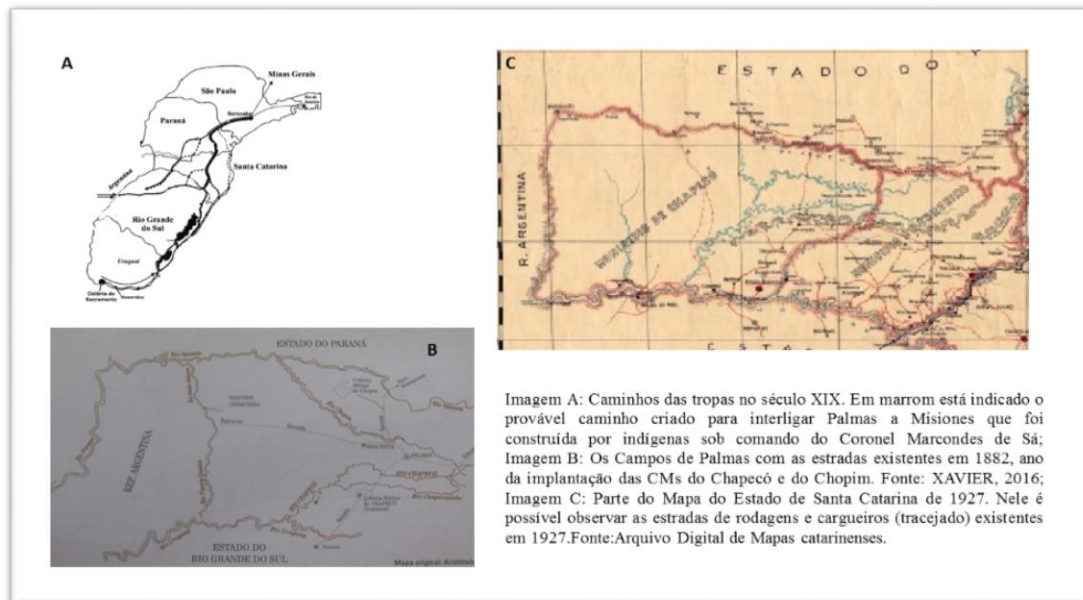


Figura 39: Mosaico comparativo de imagens das vias em 1880, 1882 (Campos de Palmas) e 1927 (Oeste catarinense). Org: Moraes, C.

A Figura 39 tem como objetivo possibilitar uma comparação entre diferentes momentos quando considerarmos a construção viária, retomando a mesma imagem que

representa os caminhos em 1880 (Imagem A), o incremento de alguns caminhos e estradas efetivamente construídos durante a atuação dos engenheiros militares (Imagem B) e, por fim, uma imagem (C) de parte do Mapa do Estado de SC – 1927, com destaque para as estradas de rodagens construídas e estradas de cargueiros (tracejado), que é possível estabelecer uma comunicação com a ferrovia São Paulo-Rio Grande (linha preta).

A composição de uma tessitura que articula diferentes modalidades de transporte pode ser identificada se observamos as estradas de rodagens interligadas com a ferrovia, sobretudo na porção Sul do município de Cruzeiro. Trata-se de um desenho que representa a efetivação dos desígnios de criar um espaço produtor de gêneros alimentícios que fossem comercializados em centros urbanizados. Também representam a intensificação da circulação de outros fluxos possíveis: novos colonos, vendedores, informações, mercadorias etc.

A criação das sedes dos núcleos coloniais próximo ou às margens do Rio Uruguai, que inicialmente foi assim efetuado para facilitar o deslocamento e assentamento dos colonos, contribuiu para a instalação de portos para escoamento da madeira, sendo os seguintes portos: Itapiranga, Mondáí, Passarinhos (Palmitos), São Carlos, Caxambú do Sul, Chalana e Porto Goio-Êm (os dois últimos em Chapecó). Empregados predominantemente para comercialização de madeira para a Argentina, passando pelos portos de Uruguaiana, Itaquí, Barra do Quaraí e Passo de los Libres, tinha uso sobretudo durante o período das enchentes. Apesar de possuir um uso temporário e vinculado a condições climáticas permitiam outra opção de mobilidade. Outros rios menores, como o Chapecó e Irani, também eram usados para deslocamentos da madeira até chegar nesses Portos, nos quais eram construídas as balsas ou jangadas para posterior deslocamento final. Na Figura 40 estão representados antigos ancoradouros que na década de 1940, foram criados oficialmente como Portos de Pinho<sup>350</sup>, bem como as estradas terrestres.

---

<sup>350</sup> Resolução nº 10, 03 de setembro de 1943. No ano de 1926, foi encaminhado Projeto de Lei que visava fixar a tributação estadual sobre as madeiras exportadas nas estações fiscais do município de Chapecó. Belani, 1991.



Figura 40: Destaque para a região Oeste catarinense a partir do “Mapa do Estado de Santa Catarina em 1927”, com as vias de comunicação existentes ao final da integração do FTOC, com as estradas construídas (ferrovia em preto, estradas de rodagens em vermelho contínuo, estradas de cargueiro em vermelho tracejado) e prováveis caminhos construídos pelos engenheiros militares durante atuação da Colônia Militar do Chapecó em verde – sobrepondo estradas de rodagens. Em marrom está a estrada construída por Marcondes de Sá em 1868. A mesma possui um prolongamento em verde, pois parte da Vila de Palmas. Os pontos em azul corresponde aos ancoradouros usados para transporte da madeira, que da esquerda para direita corresponde a: Itapiranga, Mondaí, Passarinhos, São Carlos, Caxambu do Sul e dois portos em Chapecó, sendo: Chalana e Porto Goio-Ên. Org: autora. (as linhas em verde, marrom e vermelho no sentido Mondaí-Barracão são intervenções da autora).

Para uma comparação sobre as intersecções entre os antigos caminhos existentes em 1880, quando inicia o recorte temporal dessa pesquisa com aqueles identificados no final de 1940, também é possível tecer algumas considerações. A direção das vias de maior comunicação que passavam pela antiga Colônia Militar do Chapecó, bem como por Passos Bormann (que posteriormente corresponderá a sede do município de Chapecó) foram reaproveitadas quando ocorreu a construção das estradas de rodagens. A Figura 37 apresenta em verde as possíveis estradas que existiam até 1903 e que constam no relatório da CM do Chapecó de referido ano. Na mesma imagem constam as estradas de rodagem, cargueiro e ferrovia existente em 1927, quase duas décadas após o início do ajuste espacial nos Campos de Palmas e Vale do Rio do Peixe. Por fim, é possível identificar a localização dos Portos de Pinho.

As linhas que representam as possíveis estradas em 1903 foram redesenhadas sobre o mapa seguindo o curso das estradas de rodagens existentes em 1927, cujo traçado coincide com a descrição/direção encontrada no relatório de 1903. Desse modo, o real caminho pode ter sido outro, visto que os percursos escolhidos para construção de vias dependiam muito da descoberta de condições geográficas (sobretudo topográficas) mais adequadas à modalidade de cada via de comunicação. Bem como, dos interesses e leituras daqueles que se dedicavam a escolher os caminhos. Porém, as localidades e direções conectadas são as mesmas. Ou seja, se existem possibilidades de erros entre os traços inseridos nessa imagem com aqueles que realmente correspondiam aos caminhos feitos ou usados pelos engenheiros militares, as localidades conectadas são as mesmas – e isso é uma informação mais segura de se identificar<sup>351</sup>. Essas permanências de conexões entre referidas localidades também nos informam sobre a sua importância ao longo de todo o processo de integração desse fundo territorial. As antigas vilas criadas ainda no período imperial, como Vila de Palmas, Vila de Boa Vista, povoado de Campo Erê, povoado de Passos Bormann, Vila de Nonohay (RS), bem como o povoado constituído a partir da Colônia Militar do Chapecó, serviram como apoio para o desenvolvimento de políticas territoriais e não territoriais – como a colonização, mensuração da terra, delimitação das divisas entre Santa Catarina e Paraná – para que de forma cumulativa, a infraestrutura construída para atender sobretudo escopos geopolíticos servisse de alicerce para a formação interna do território.

---

<sup>351</sup> Nos relatórios constam apenas as descrições dos percursos, sem a existência de documentos cartográficos que pudessem fornecer mais precisão do trajeto. A descrição mais detalhada é aquela do relatório de 1903, que consta nesse trabalho.

Ao analisar a Figura 40 é possível observar algumas diferenças na estruturação da malha de estradas construídas e representadas. Na parte ocidental do Vale do Rio do Peixe, situada entre a ferrovia São Paulo – Rio Grande e a estrada tropeira-militar de Nonoahy (RS) a Palmas (PR) (identificada em verde), constata-se maior existência de vias no sentido Leste-Oeste, as quais se comunicam com outras no sentido Norte-Sul. Essa disposição de comunicação atribuí para esta área maior conectividade e fluidez espacial, o que possivelmente impactou em um desenvolvimento mais rápido da territorialização do poder quando comparado às duas áreas situadas às suas margens. Destas, uma é a porção do extremo Oeste, delimitado pela fronteira internacional com a Argentina e pela estrada tropeira-militar a Leste. Esta área possui o padrão de orientação das estradas no sentido Norte-Sul, o que influenciou para que ao longo da fronteira fossem criados povoados, facilitando o controle desta faixa.

Ainda nesta área, há a construção de uma estrada de rodagem no sentido Leste-Oeste que margeia todo o Rio Uruguai, o que foi um facilitador para o povoamento da faixa situada nas proximidades deste Rio (que pode ser identificada pela disposição dos núcleos coloniais). Isso sugere que a circulação ficava concentrada também no Sul desta área, cujos fluxos tendiam para mercados situados no Rio Grande do Sul (como São Borja) e na Argentina (Posadas, sobretudo) em virtude da facilidade para deslocamento pelos Portos de Pinhos. Nesta porção extremo Oeste, a disposição destas estradas conserva algumas áreas isoladas ou de difícil comunicação, permanecendo, portanto, as barreiras geográficas – já mencionadas ainda durante a Colônia Militar.

## Capítulo 09 – Cultivar: a terra e o mito fundante

No Capítulo 06, discorreu-se sobre a criação dos discursos e significações funcionais que no interior de desígnios políticos serviram para consubstanciar o desenrolar da integração do fundo territorial. Da precisão inscrita em *Campos de Palmas*, de *sertão* a *Chapecó/Oeste catarinense* foram construídas leituras, imagens e práticas convergentes com aquilo que a ideologia discursava. A presente exposição tem dentre seus objetivos evidenciar como a construção das significações em relação aos seus habitantes é parte das ideologias geográficas que constituem a formação territorial do Brasil, articulando alguns elementos mais específicos à porção meridional do país, enquanto outros são elementos que referentes à expansão geográfica do capitalismo. Sabe-se que esses processos não transcorriam em vazios geográficos, ao contrário, eram espaços de reprodução social de pelo menos dois grandes grupos já mencionados ao longo do trabalho: caboclo e indígenas (que possuem distinções internas). Logo, para esses grupos, o avanço das linhas que partilhavam espaços em lotes representava a redução das suas condições de vida, ou poderíamos afirmar que o avanço da expansão territorial do capitalismo haveria por terminar o *tempo da fatura* para que outros grupos sociais pudessem encontrar motivos para ainda esperar a *cocagna*. A construção de tessituras que atribuíram fluidez ao espaço também produziram rupturas em antigos enlances sociais e espaciais. A não designação desses povos em mapas<sup>352</sup> que visam focar o avanço de um evento capitalista ou a representar o “novo” recém criado município tende à produção de estímulos que dificultam de relacionar o explícito e o oculto no mapa, a evitar de colocar em um mesmo plano de entendimento as contradições estabelecidas. Para os agentes da colonização, tratava-se do avanço do progresso, da civilização que, com suas luzes, iluminou os “sertões” do poente.

O desdobramento dos eventos que compõem a inserção do fundo territorial Oeste catarinense revela um conjunto de forças que usufruem uma permanência relativa e com dimensões constantes, que sob formas renovadas expressam a experiência do mundo moderno em uma escala regional. Experiência construída a partir de agentes internos que, localizados na periferia (do capitalismo), atuavam como responsáveis por direcionar o lastro para atingir o “Progresso” e as “Luzes”. A presença do homem ocidental foi inserida com objetivos e esperanças de romper com as condições precedentes, com o passado “bafiento” (BOSI, 1992) que era incomodo às classes dominantes. O branqueamento populacional, desejo frente à

---

<sup>352</sup> Conforme já trabalhado em capítulos anteriores.



mestiçagem demográfica, era a expressão máxima da aspiração de uma plena ocidentalização nesses espaços. Impulsionado pela reestruturação econômica que forjava a constituição de um mercado nacional, o homem ocidental é visualizado como apto ao desenvolvimento dessa etapa, que traz como características principais: o trabalho assalariado, a ampliação da propriedade privada e a disseminação da ordem social competitiva.

A colonização foi também uma convocação para a construção de sociedades a partir da tentativa de homogeneização do espaço e das relações sociais. Termo esse que deve ser compreendido a partir das articulações que incorpora, domina e reorganiza o diferente, bem como pode eliminá-lo quando não é proveitoso. Um termo e um processo que não pode ser compreendido de forma enclausurada na sua grafia, mas a partir das hierarquizações entre grupos sociais, espaços e culturas. Um convite e (tentativa de) homogeneização que tem seu quinhão na ocidentalização do mundo – em um momento em que a Europa, representada pelas instituições estatais nas demais porções do globo, já tinha ocupado os bastidores, porém deixou como levedura para a continuidade as ideias e discursos, as quais acabaram por servir para a disseminação ideológica. Os primeiros decênios dos núcleos coloniais, se escritos sem o esplendor que costumeiramente lhes era embutido, pode ser uma história de frustrações, dadas as dificuldades enfrentadas pela comercialização sem a desobrigatoriedade do pagamento da terra, pelo desdobramento da vida na sua dimensão mais cotidiana - que só não é assim percebida porque a exploração ganha contornos heroicos.

Nessa perspectiva, discorre-se sobre as leituras sociais tecidas em relação aos caboclos e colonos-migrantes, consistindo em uma expressão do conflito advindo das diferentes formas de organização social desencadeadas a partir da privatização da terra. Essas leituras tecidas e inseridas com fortes ingredientes de animosidade e desprezo para o grupo já residente funcionam como ferramentas ideológicas que definem os papéis e hierarquias dos grupos interferindo nas relações sociais estabelecidas. Ao final do item, tenta-se mostrar como essas representações também estruturam relações de poder, outorgando aos “desbravadores” (e agentes que adotam postura semelhante) a função de direcionar a sociedade, seja como modelo, seja através das instituições políticas locais.

#### **09.01. Retratos do paraíso e das “terras de fertilidade”: discursos a tecer o comércio e *cultivar* significações**

[...] A América, o que será esta América? Que seja uma grande Cocanha? Acho que sim [...] deve ser um jardim de delicias. Eu penso, ainda, que é uma grande cidade, na qual os pobres são conduzidos de

automóvel em busca de fortuna [...] Deve ser uma enorme feira, onde quem compra barato, paga pouco, e quem não compra nada, fica com seu dinheiro, conforme dizia o meu padrinho. Que linda coisa a América! A América, dizia avô, é para as crianças como uma grande praça cheia de doces e basta plantar uma moeda para que nasça uma bela árvore e todos podem trepar a ela e apanhar quanto dinheiro quiserem até encher os bolsos<sup>353</sup>.

A epígrafe acima demonstra a associação entre o mito medieval da cocagna com a descoberta do continente americano. A mesma pode ser indicada como emblemática para a temática que pretende-se abordar neste item: a articulação entre ideologias com o espaço, especificamente no Oeste catarinense. Essa articulação era empregada como estratégia para elevar a comercialização das terras. A circulação desses conteúdos estava muito atrelada aos interesses econômicos, objetivando, portanto, romper com as barreiras ideológicas que poderiam atuar como obstáculos à comercialização. Para atrair maior número possível de compradores as empresas colonizadoras articularam elementos textuais e/ou visuais que davam ênfase aos desejos e necessidades dessas populações com a possibilidade de materializar esses anseios nesses novos espaços.

As propagandas eram veiculadas individualmente ou inseridas em editoriais de jornais que circulavam sobretudo no Rio Grande do Sul. De forma geral, é possível identificar uma semelhança no conjunto de informações que as empresas lançavam mão para conquistar compradores. Essas propagandas eram feitas por moradores das novas colônias, que acabavam atuando como agenciadores, mas em especial por pessoas ligadas às empresas colonizadoras (sócios-proprietários ou funcionários). Além da disseminação oral, também era usada a versão impressa, que circulava isoladamente ou em jornais locais ou regionais. Em sua maioria, indicavam a existência de terras de grande fertilidade, com clima favorável, lotes territoriais localizados próximos à estrada de ferro e demais estradas vicinais, bem como relacionavam a possibilidade de comercializar com centros urbanos. Também traziam informações demográficas, como a existência de povoamento próximo, credo religioso e etnia dos demais colonos, igrejas, escolas, hotéis etc. Em linhas gerais, pode-se afirmar que forneciam um panorama geral daquilo que existia e também inculcavam expectativas quanto aos tempos vindouros nessas terras.

Ao objetivar elevar a comercialização dos lotes rurais, as empresas lançavam em suas propagandas elementos linguísticos e discursivos que iam de encontro aos anseios de uma sociedade em um dado tempo, reforçando o ambiente cultural em que estavam inseridos.

---

<sup>353</sup> Passagem da obra de Aquiles Bernardi. Nanetto Pipetta. Porto Alegre/Caxias do Sul. 1988, p.48. In: RADIM, 2006.

Desse modo, acabavam por reforçar visões estereotipadas da área a vir ser ocupada, articulando promessas de futuro promissor e, mesmo, espaços fantasiosos. A geografia do fantástico, em proporções de escalas menores e menos pomposas, se comparada aos grandes mitos nacionais<sup>354</sup>, também se fazia presente para atingir não os grandes heróis da pátria, mas o agente paradigmático (RAFFESTIN, 1993)<sup>355</sup> que, ao buscar condições para sua reprodução social, acabava por construir o território.

Objetivavam com essas estruturas argumentativas criar um quadro imaginário favorável em que anunciavam, numa composição literária ou visual, que os elementos reais ganhavam contornos lapidados pela pretensão de riqueza. O que se visualiza nas imagens é a composição de um discurso que tenta manipular símbolos, para mediar o ato de comprar o leitor. Enquanto se situa como estratégia mercadológica, também se situa como discurso coextensivo da ideologia dominante, tecidos nas entrelinhas entre a escrita ou imagem e os valores e as necessidades dos sujeitos que a contemplavam. Através desta postura persuasiva visavam “interferir sobre o trabalhador com a finalidade de dirigir seu trajeto migratório, esquadrihá-lo espacialmente quando da sua chegada, e decidir sobre o seu jeito de tratar a terra, inculcando-lhe o desejo de retirar lucratividade dela, e de subir na vida” (LENHARO, 1986, p.03)

Destaca Radim (s/d; 2006), que as propagandas circuladas no jornal *Stafetta* Riograndense se apoiavam no mito topológico da cocagna. Esse mito consiste em um produto social medieval de uma sociedade imaginária, almejada por pobres e excluídos da terra e de outros bens. O que esse lugar utópico possibilitaria viver era marcado pela abundância, sem o extenuante trabalho e com plena liberdade. O mesmo surgiu em um período em que tais elementos eram exatamente o oposto: havia considerável miséria, fome e perseguições morais às pessoas. O desenvolvimento do capitalismo industrial recriou, de certa forma, circunstâncias concretas que remetiam aos mesmos desejos tecidos no período medieval. Encontrar essa terra paradisíaca era a possibilidade de reverter a realidade concreta – um desejo comum para uma população em meio às mudanças econômicas e sociais que configuravam o capitalismo europeu.

---

<sup>354</sup> Como o mito do bandeirante que associa a conquista das porções continentais do Brasil à ação dos bandeirantes, as quais serviram também para estimular uma profícua produção do pensamento social em associar a essência da nacionalidade brasileira à contínua conquista das porções internas do território brasileiro. Ver: Sílvia Lopes Raimundo, *Bandeirantismo e identidade nacional*, *Terra Brasilis* [Online], 6 | 2004; <http://terrabrasilis.revues.org/375>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.

<sup>355</sup> Agente paradigmático corresponde aos agentes que acabam consolidando um projeto, mas cuja coordenação, elaboração do mesmo não parte desse agente, mas sim de outro, identificado como sintagmático.

Franco Jr. (1998) expõe que a localização da cocagna<sup>356</sup> que teve maior aceitação e disseminação foi aquela associada ao continente americano. Essa aceitação deve-se à exaltação causada pelo conhecimento de um novo continente e o todo o conjunto de novidades (saberes, informações, etc) e poder econômico obtido a partir da incorporação desta área. Convém, então, assinalar que a presença desse mito de terras férteis e abundância é registrado nos imigrantes do século XIX, bem como nos seus descendentes nas décadas seguintes, que ainda conservavam dos seus grupos familiares e comunitários valores e aspirações em comum. Radin (s/d, pg.149) salienta que:

no final do século XIX, os recrutadores do Norte italiano, que buscavam trabalhadores para emigrar ao Brasil, comparavam a América a Cocanha, sinal que esse discurso encontrava ressonância na população local. Para aquelas pessoas atormentadas pela fome na sua terra natal, a identificação da América como o *paese di Cuccagna*, ainda que soubessem de sua não verossimilidade, talvez tenha sido estimulante por exprimir a reivindicação do desejo insatisfeito<sup>357</sup>.

O mito é inserido no universo da materialidade histórica de grupos sociais mediante um conjunto de expectativas que articula os desejos de vida boa, fartura e bonança com a imagem da fertilidade e uberdade das terras no Oeste de Santa Catarina. A disponibilidade desse conjunto de benefícios funcionava, portanto, como compensação a concretude que viviam. E ainda servia como estímulo e direção pedagógica para experienciar aquele espaço recém “conquistado” de forma convergente com o projeto de modernização em curso.

Havia uma necessidade clara de positivar a imagem da região para melhor desenvolver os negócios de terras, embasando-se, sobretudo, nas dimensões econômicas, contemporâneas e futuras. A isso, somam-se elementos comuns ao projeto de civilização e modernização do país, que se estirava sobre espaços e habitantes desde meados de 1870 (MACHADO, 1995). Desse modo, a ação das empresas colonizadoras não representava uma oposição aos anseios gestados nos espaços burocráticos do Estado, ao contrário, eram complementares – o que reforça que a colonização no Brasil, desde o século XVI foi uma empreitada conjunta entre o Estado e o poder privado.

Observa-se então, uma apropriação desse imaginário e do conjunto de expectativas para a organização semântica das propagandas usadas para vender os terrenos. A textualidade era composta pela referência aos elementos sociais dos novos aglomerados que eram construídos, atribuindo destaque à fertilidade da terra, seu povoamento e a existência das

<sup>356</sup> O autor do mito não é conhecido. Depois de algumas décadas sendo disseminado somente através da oralidade, no século XIII o mito foi escrito no francês arcaico e sob a forma de versos no *Fabliau de Cocagne*.

<sup>357</sup> A propaganda das companhias de colonização para a venda dos lotes rurais no Meio Oeste catarinense. Revista Esboços/UFSC, nº 11.

redes geográficas que evitam isolamento populacional – algo indesejado pelos migrantes. A propaganda da Colônia Bom Retiro (Figura 36) indicava que a mesma “está situada à 75 quilômetros da ferrovia São Paulo –Rio Grande e servida de quatro estações ferroviárias. Cada lote rural está distante menos de 10 km de estradas, as quais são todas carroçáveis, e que “che servono per il facile trasporto dei prodotti<sup>358</sup>”.

As questões de acesso eram elementos importantes e que eram exploradas na imagem circulada para propaganda – pois facilitaria o deslocamento das produções, condição fundamental para o pagamento da terra e aquisição de demais produtos. Observa-se a indicação da ferrovia ou de estradas vicinais, que por vezes estavam articuladas à localização ou informação de terras já colonizadas. Esta última informação era importante, porque significava a existência de populações já estabelecidas e a existência de equipamentos públicos e de comércio próximos.

A mesma propaganda da Colônia Bom Retiro (Figura 41) informa que “são 2.500 colônias com 50 mil braças cada uma, coberta de mato virgem e de madeira de lei, além da presença de belos pinheiros. Atribui destaque as terras aráveis, “não se vê um terreno íngreme”. A possibilidade de comércio era uma questão importante, predominantemente indicada através da associação entre os recursos naturais disponíveis para comercialização (madeiras de lei, pinheiros etc.) e com a indicação de abundância de água, sem deixar de mencionar anteriormente uma variada possibilidade de produtos cultiváveis: cana de açúcar, tabaco, feijão, milho, entre outros. O que possibilitaria um elemento para um futuro ótimo e seguro, dado que também estavam localizadas próximas aos centros de consumo - *Sono dunque di un futuro ottimo e sicuro, per que si trovano piu vicine di questi ai due grandi centri di consumo, oltre che essere incomparabilmente ferili e pui como da lavora*<sup>359</sup>.

A recorrência da fertilidade das terras é majoritária, até mesmo porque se destinavam a atividades agrícolas. Também é possível encontrar essa ênfase na propaganda da Empresa Colonizadora *Nardi, Rizzo, Simon & Cia* (Figura 42), que segundo a mesma comercializava terras de “straordinaria fertilitá<sup>360</sup>” no “fertilíssimo vale do rio Uruguai”, o que a tornava apta para culturas de cereais e vinho, com florestas virgens das “melhores qualidades”. Buscava sustentação para sua argumentação afirmando que referidas informações já eram reconhecidas<sup>361</sup>.

<sup>358</sup> “O que serve para facilitar o transporte dos produtos”. A frase é retirada da propaganda.

<sup>359</sup> Eles são, portanto, um futuro muito bom e seguro porque estão localizados nas proximidades de dois grandes centros de consumo, além de ser incomparavelmente fértil para o trabalho.

<sup>360</sup> Extraordinária fertilidade.

<sup>361</sup> Sono terre di straordinaria fertilitá, bem riconosciuta.

**H. Hacker & Cia. Porto da União**  
**Colônia Bom Retiro**  
**2500 LOTTI COLONIALI**

La Colônia BOM RETIRO é situada, per un'estensione di 75 Km., ai lati della ferrovia S. Paulo-Rio-Grande e è servita da 4 stazioni, fra cui Capinzal e Herval (Stato di S. Catharina).

Sono 2.500 colonie di 50 mila braccia cadauna di terre fertili, coperte da *matto* vergine dei più apprezzati legnami (*madeiras de lei*) e in certi punti vi sono anche belle pinete (*pinheiras*). E' TUTTA TERRA ARABILE, NON VI SONO TERRENI SCOSCESI E SASSOSI, E LE COLONIE SONO LOCALIZZATE DA 10 A 20 Km., IL MASSIMO, DALLA STRADA FERRATA, essendo tutte servite da buone strade carreggiabili, che conducono ai nuclei e che servono per il facile trasporto dei prodotti. I nostri terreni sono adatti alla coltivazione dell'erba spagna, canna da zucchero, grano turco, fagioli, tabacco etc. Le acque sono abbondanti e buonissime e il clima molto salubre.

I maggiori centri di consumo sono S. Paulo e Rio de Janeiro, alle cui capitali va la maggioranza dei prodotti esportati dal nostro Stato. I prodotti della colonia Bom Retiro si trovano quasi a mezza strada di qui a S. Paulo e pertanto con poco più di metà spese di trasporto saranno mandati a S. Paulo, rivertendo in profitto dell'agricoltore la differenza.

SONO DUNQUE DI UN FUTURO OTTIMO E SICURO, PERCHE' SI TROVANO PIÙ VICINE DI QUESTE AI DUE GRANDI CENTRI DI CONSUMO, OLTRE CHE ESSERE INCOMPARABILMENTE PIÙ FERTILI E PIÙ COMODE DA LAVORARE. La Stazione Capinzal si trova a sole 2 ore di ferrovia da Marcelino Ramo.

I reverendi Padri Francescani ancora quest'anno apriranno un Convento ed un Collegio nella nostra colonia. I nostri nuclei coloniali hanno chiesa e scuola.

Nella colonia BOM RETIRO già vi sono centinaia di famiglie italiane ed allemanne e si trova in franco progresso.

Coloni, chiedete le informazioni, che desiderate delle nostre terre, ai nostri Agenti.

Agente in: Garibaldi Sg. Ercole Doglia, Carlos Barbosa: S. Albini Giacomoni, Silva pinto: Sg. Angelo Provenzi, Bento Gonçalves: Sg. Amadeo Arioli, Nova Roma: Sg. Napoleone Compagnoni, Alfredo Chaves: Sg. Enrico Martini, Monte Veneto: Sg. Antonio Rech, Bela Vista: Sg. José De Conti, Capoeiras: Sg. Silvestro Ghedini, Antonio Prado: Sg. Riccardo Zanotto, Nova Bassano: Sg. José Somavilla, Marau: Sg. Julio Borella, São Luiz do Guaporè: Sg. Carlos Barbieri, Guaporè: Sg. Agostino Tramontina, Esperança: Sg. Antonio Zandavalli, Anta Gorda: Sg. Carlo Moro, Nova Brescia: Sg. Eduardo Amadori, Mussum: Sg. Giovanni Patuzzi, Santa Thereza: Sg. Ermelindo Picc'nini.

(d. n. 44. 26 v.)

Figura 41: Propaganda da Colônia Bom Retiro em Concórdia – SC.  
 Fonte: RADIN, 2006.

**EMPRESA COLONIZADORA**

**Nardi, Rizzo, Simon & Cia.**

proprietaria da **COLONIA RIO BRANCO**

Município do Cruzeiro — Estado de Santa Catharina.

Sono in vendita 1900 LOTTI di 10 *alqueiros* cada uno, sul margine del Rio Irany, nella fertilissima valle del Rio Uruguay, confinanti con le terre, già tutte colonizzate, della Companhia Luce Rosa.

Sono terre di straordinaria fertilità, ben riconosciuta, adatte alla coltura di cereali e del vigneto. Foresta vergine (matto branco, madeiras de lei, das melhores qualidades).

La COLONIA RIO BRANCO è collegata per mezzo di due ottime comodissime strade di carretta e di automobili alle stazioni ferroviarie di BARRO e PAIOL GRANDE, dalle quali è distante circa 60 chilometri, essendo già in costruzione la grande strada carrozzabile, che attraversa la colonia fino alla sede centrale e che parte dal porto Uvá, sull'Uruguay, passando per Nova Milano.

In queste terre non vi sono intrusi, e il compratore all'atto di pagamento riceverá il suo TITOLO DEFINITIVO di assoluta proprietà.

Per iniziare la colonizzazione, si fanno prezzi di favore.

SULLA STRADA GERAL	3:000\$000
1 a 3 CHILOMETRI ADDENTRO	2:800\$000
PER I RESTANTI	2:100\$000

Per informazioni rivolgersi ai soci e agenti:

A. Rizzo & Irmão, Porto Alegre e Caxias — Fidelis Simon, Porto Alegre — Dr. Gino Battocchio, Bento Gonçalves — Jordão M. Spader, Bento Gonçalves — João Simon & Cia., linha Paolina (Bento Gonçalves) — Alberto Morasutti e Guilherme Rizzo, Guaporè — Henrique Nardi, linha 15 (Guaporè) — Giovanni Romanin, Soledade — Abel Fornari, Anta Gorda — Albano Davi, Prata, Araça e Protasio Alves — Eugenio Nardi, Estação Barro, Paiol Grande e in Itá (sede della colonia Luce, Rosa & Cia.) Oswaldo Ribeiro.

**Escripório da Empresa in GUAPORÉ.**

Sono incaricati di dare tutte le informazioni necessarie e di accompagnare i coloni compratori e pretendenti fino alle terre:

In Paiol Grande, Henrique Barbieri — In Barro, Pedro de Paris — In Itá, Pedro Paludo. (48-a.)

Figura 42: Propaganda da Colônia Rio Branco, localizada no município de Cruzeiro – SC. Fonte: RADIM, 2006.

Na imagem de terras férteis, que possibilitaria aos seus proprietários riqueza e fartura, realidades integrantes da *cocagna* eram retratadas com intensidade. Outro benefício indicado frequentemente eram os ganhos imediatos possíveis com a exploração das madeiras, também destaque nas propagandas – o que serviria de recursos até a realização das safras agrícolas. Os

anúncios faziam acreditar em um mundo encantado (RADIM, 2006), que acabavam por criar, direta ou indiretamente, uma imagem positiva relacionada às aspirações dos colonos. Esse tipo de conteúdo ofertava elementos que alimentavam não somente o imaginário, as esperanças construídas em torno do imaginário, mas também o comércio.

Visando atribuir credibilidade ao conteúdo em circulação e, com isso, adquirir confiança dos futuros compradores, havia menções à existência de famílias alocadas (“terras já colonizadas”). Com isso, passavam a informação que tratava-se de espaços civilizados, às vezes indicando a inexistência de “intrusos” ou aportando-se na etnia e no credo religioso das famílias já residentes na colônia ou nas proximidades – “Nella colonia BOM RETIRO, già via sono cintinaia di famiglie italiane ed allemane e si trova in franco progresso”<sup>362</sup>.

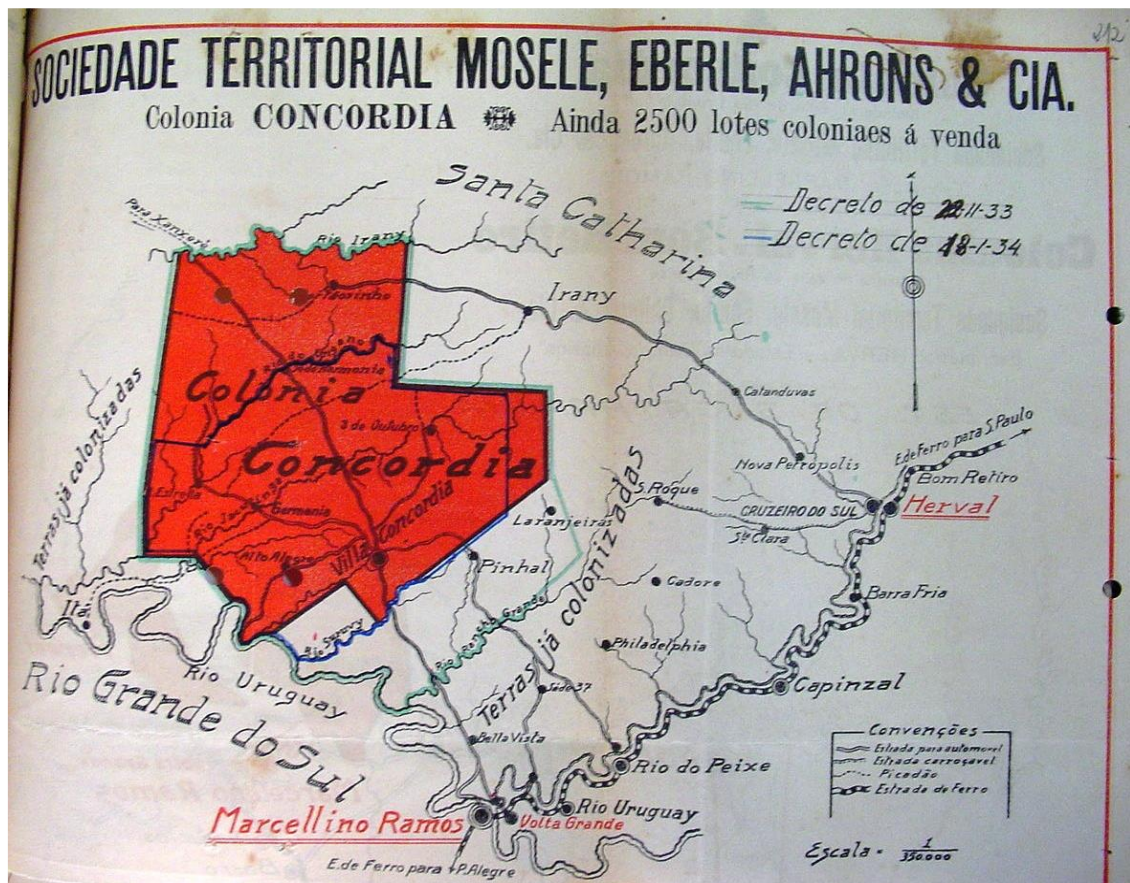


Figura 43: Propaganda da Colônia Concordia. As áreas ao lado da colônia em comercialização, está a inscrição “terras já colonizadas”. Fonte: RADIN, 2006.

Algumas propagandas, mesmo que para comércio nacional, eram feitas em língua estrangeira, como a italiana (a exemplo das propagandas que circulavam no jornal Staffetta

<sup>362</sup> Em colônia Bom Retiro, há centenas de famílias italianas e alemães, e está em franco progresso.



Riograndense), ou germânica – como o caso da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., que produziu um pequeno livro (22 páginas) sobre a sua colônia, com o título *Kolonie Concordia. Munizip Cruzeiro – Staates Santa Catharina, Brasilien*, demarcando claramente o público alvo que visavam atingir. Na Figura 43, é possível verificar a construção a imagem dispendo das informações de povoamento com a inscrição de terras já colonizadas de ambos os lados da Colônia; sedes de povoados, vias de comunicação para todas as orientações e quantidade de lotes para comércio.

Quando apareciam informações sobre os antigos moradores (indígenas e caboclos), a associação ocorria conservando-se elementos negativos atribuídos ao sertão. Na composição discursiva, esses adjetivos pejorativos quase sempre vinham acompanhadas de informações que sugeriam o oposto para referir-se ao processo colonizador: a possibilidade de riqueza se os moradores fossem trabalhadores, a exemplo dos descendentes de europeus. Nas entrelinhas desse tipo de mensagem, pode-se inquirir sobre a indução de ações, ou retomando Chauí, sugestão de um discurso prescritivo que confiava ao colono a transformação do sertão em espaços promissores, daquilo que se entendia por progresso e civilização. Aqui é possível recorrer novamente às palavras de Costa (1929), quando da viagem de 1929 identifica os colonos-migrantes como obreiros da civilização que transformariam o sertão até “a pouco inculto”, em um “verdadeiro éden”.

A menção a uma geografia fantasiosa é retomada aqui como parte de um discurso que é composto também a partir de elementos locais ou regionais. Por exemplo, oferecendo no Oeste catarinense a possibilidade de encontrar situações geográficas ou edáficas já não mais existentes no Rio Grande do Sul, ocasionadas pelo esgotamento do solo, fechamento da fronteira agrícola etc. Nodari destaca que

Era dado a entender a esses colonos através de diferentes meios, pelos quais eles avaliavam as condições da região, que poderiam manter as suas famílias unidas devido à fartura de terras e que teriam condições de construir comunidades de acordo com a sua cultura étnica, fosse ela ítala ou teuta. [...] Essas informações que permitem uma escolha e uma avaliação sobre o Oeste de Santa Catarina chegavam até as pessoas através de agentes das companhias colonizadoras, de cartas familiares e de amigos que já haviam migrado, notícias e propagandas publicadas nos jornais e anúncios nos rádios, livros, manuais, panfletos, almanaques e pregação de padres e pastores.

As propagandas lançavam mão de conteúdo persuasivo, empregando vários superlativos, como é possível constatar na propaganda abaixo que se refere à Colônia Irany:

A terra da colônia Irany se presta admiravelmente ao cultivo de qualquer cereal. Muito vantajosa é também a indústria da erva-mate, a qual é abundantíssima pela enorme quantidade de árvores ali existentes. E, encontrando-se já estabelecidas em Herval importantes firmas compradoras de erva-mate, o colono poderá obter imediatamente lucro, sem prejuízo do cultivo da terra. Além disso, é vendida a preços sempre mais altos que aqui [no RS] e, por isso o colono pode fazer uma idéia de quanto vale essa indústria. O cultivo da alfafa é também uma fonte de riqueza, sendo um produto abundante e procuradíssimo, pois é exportado para São Paulo. Grandes pinheiros e belíssimos campos para pastagens...<sup>363</sup>

Nos finais do século XIX, circulou em terras germânicas uma litografia de autoria de Paul Kuscha, que foi encomendada pela Sociedade Harmonia-Lyra, de Joinville-SC, a qual mostrava de forma conjunta o local de colonias alemãs e algumas paisagens encontradas nestas colônias.



Figura 44: Os assentamentos alemães no norte do Estado de Santa Catarina (Sul do Brasil), datada de 1898.

Composta por mapa e pinturas, traz aspectos de Joinville, Blumenau, Corupá e também São Francisco do Sul. O mapa que centraliza a disposição das imagens foi

<sup>363</sup> COLÔNIA Irany: *município di Cruzeiro, Stado di Santa Caterina*. Staffetta Riograndense, Caxias do Sul, 13/04/1927, p. 4. Grifos no original. Fonte: RADIN, 2006, p.101.

encomendado em um empresa de cartografia europeia. Em torno do mesmo, estão dispostos pequenos “retratos do paraíso” que informam as possíveis paisagens a serem encontradas nas colônias germânicas. Possui importância a similaridade das construções com a arquitetura germânica, o que reforça uma interpretação sobre as possibilidades de construir em solo sul-brasileiro o modo de vida semelhante ao qual desenvolviam na Europa. Essa associação é interessante quando pensarmos na importância que possuía a expansão das relações de produção capitalista para que efetivamente este espaço em transformação atendesse as demandas da burguesia. Assim, longe de ser apenas uma questão fortuita, essa disposição das imagens e da cartografia direciona uma determinada leitura do processo de imigração, bem como, também exerce influências sobre as expectativas construídas para este solo.

Pode-se visualizar na Figura 44 que as informações registradas permitem uma construção imagética de um espaço, caracterizada por materialidades humanas<sup>364</sup> com composições estéticas similares às construções germânicas. É perceptível, ainda, que predomina uma ideia uniforme quanto à topografia dos terrenos nos quais estavam assentadas as aglomerações urbanas – isso era uma questão importante observada pelos migrantes, sobretudo no que se refere às atividades rurais. A composição visual não deixa de indicar as possibilidades de deslocamento e acesso presentes nos assentamentos.

Embora não integre o Oeste, a colonização ali empreendida tinha alguns aspectos em comum com aquela verificada com as demais porções territoriais do Brasil meridional, principalmente quanto aos aspectos étnicos e a instituição de estrutura fundiária baseada na pequena propriedade. O recurso a uma composição visual que explore significativa a estética paisagística com a associação de desejos e expectativas possíveis de realização em novos espaços parece ter sido prática recorrente nas diferentes empresas colonizadoras ou sociedades que auxiliavam esse processo.

A construção de discursos é importante balizador da conduta dos indivíduos e atua como prescrição comportamental ou reguladora de práticas. Os elementos que compõem essa significação interna remetem, predominantemente, a comportamentos sociais que convergem com as diretrizes do sistema capitalista. Dentre esses, é possível destacar o trabalho como redenção individual, que permite o crescimento econômico das unidades familiares. Aqui, tanto o trabalho quanto a produção estão presentes em ambos os grupos sociais; ambos executam seus trabalhos, ambos realizam suas produções. Todavia, o grande divisor dessa valoração é aquele que, desde sua dimensão imaterial, está embutido de fins capitalistas.

---

<sup>364</sup> A linearidade das infraestruturas

Conforme já mencionado anteriormente, esses princípios e essas práticas que tanto conseguem compreender os sistema legal-burocrático do acesso à propriedade territorial, bem como as práticas desenvolvidas para efetivar esse acesso, que pode ser traduzido como a produção da renda da terra para pagamento da dívida territorial, foram os grandes nortes que influenciaram na escolha dos grupos para efetivarem a imigração. E alguns decênios após o início da empreitada, embora com as falências, os obstáculos e abandonos, inegavelmente o projeto elaborado pelo Estado adquire materialidade com as práticas que para o grupo interno, pareciam óbvias, corriqueiras.

Para Seyferth (1982, p.3), a ideia de trabalho, ou vocação para o trabalho e progresso a ele associado, está no centro do discurso da constituição da frente de expansão<sup>365</sup> agrícola realizada pelos colonos de origem germânica. Esse elemento permite uma identidade a partir de um comportamento, e não necessariamente da sua ligação com o solo ou com a etnia. Essa aceção facilita a inserção desses às práticas e aos comportamentos do *mundo civilizado*. O uso da terra e de técnicas que elevavam a produtividade era adotado, aceito e propagado como manifestação da “evidente superioridade” daqueles “de origem”.

É também por meio do trabalho que está relacionada a almejada ascensão social, que os beneficia com a autonomia do trabalho no Brasil, dado que conseguem a propriedade da terra, sendo, portanto, proprietários e não mais subordinados às condições de marginalização social que haviam marcado as gerações anteriores. Conjuntamente com o elemento trabalho, a propriedade da terra acabou por se transformar, também, em parte da identidade dessas populações. De modo que o acúmulo de capital para conseguir mais terras para viabilizar a reprodução social dos filhos é aceito como inerente aos costumes e às necessidades da vida (RENK, 2006).

A atividade agrícola, alicerçada à pequena propriedade, era a grande aposta para o desenvolvimento da economia do estado, a qual também era avaliada sobre o embate entre o arcaico e o moderno. Na literatura acadêmica, é reconhecido que o desenvolvimento de uma agricultura científica/moderna foi desencadeado a partir de meados do século XX. Mas em momentos precedentes é possível encontrar preocupações com as técnicas empregadas nessa atividade. Esse olhar que avalia as práticas econômicas pelo ângulo do acúmulo de capital já havia sido registrado por Saint-Hillaire na sua passagem por Lages, constatando que não havia nem transformação mais básica de alguns produtos possíveis de serem produzidos nas circunscrições locais.

---

<sup>365</sup> O conceito de frente de expansão é elaborado por antropólogos para designar o deslocamento da população civilizada, compreendendo a expansão territorial do capitalismo como fronteiras de civilização.

Ao descrever as principais dificuldades para o desenvolvimento da atividade agrícola no estado, o Vice-Governador Vidal Ramos Junior aponta algumas das medidas pensadas para contornar esses obstáculos.

As medidas que, a meu ver, mais podem contribuir para esse fim são: a redução gradual dos direitos de exportação, especialmente dos que incidem sobre produtos cujos similares gozam de isenção, ou pagam taxas reduzidíssimas em outros Estados; o *ensino profissional prático, encaminhado especialmente no sentido de demonstrar aos agricultores as vantagens da aplicação de modernos métodos da cultura e de aparelhos aperfeiçoados, que tomam a produção mais fácil e por isso mesmo mais barata*; a introdução de reprodutores para o melhoramento das raças de gado existentes, pois é sabido que a indústria pecuária tem grande valor como auxiliar da agrícola; a instituição de prêmios para estimular a produção e o aperfeiçoamento dos produtos e do modo de acondicioná-los, o que é de muita importância para *alcançarem vantajosa colocação nos mercados consumidores*; a propaganda para o alargamento do consumo de alguns dos nossos produtos, especialmente o mate; e, finalmente, *a boa conservação das vias de comunicação existentes e a construção de novas*. Uma outra providência urgentíssima e de grande alcance para incremento da nossa agricultura é a que diz respeito à facilidade de transporte para os mercados consumidores. A navegação costeira, como é feita atualmente, não satisfaz as necessidades do comercio exportador<sup>366</sup> (Grifos meu. SANTA CATARINA, 1904).

Os destaques efetuados na citação remetem a alguns temas já abordados, como o da construção de redes geográficas para impulsionar uma produção do espaço convergente com os interesses do capital, e particularmente para a temática que agora abordamos é sobre o objetivo de introduzir procedimentos e técnicas modernas para aperfeiçoar a produção e reduzir os custos.

A preocupação de qualificar as técnicas produtivas é antiga, surgida em meados do Oitocentos com a iniciativa de Fritz Müller<sup>367</sup>, sistematizada em 1895 com a criação da Estação Agronômica e de Veterinária do Estado<sup>368</sup>, implantada no Vale do Rio dos Cedros, localidade de Blumenau. Posteriormente, essa instituição passou a dispor de um aparato estatal voltado para pesquisa e extensão rural. Na concepção dos políticos do estado, essa tarefa de disseminar técnicas modernas da agricultura era uma empreitada desenvolvida satisfatoriamente pela entidade. Conforme o Governador Felipe Schmidt

Vão adiantados os trabalhos desse estabelecimento agrícola, cujos resultados não podem ser de prompto surgir. Entretanto, vae já a escola chamando a atenção dos lavradores, que começam a procural-a para ahi receberem praticamente as lições *que mais tarde de grande proveito lhes serão, applicadas às suas lavouras*. (MEN.GOV.SC.1900, p.17).

<sup>366</sup> SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1904 pelo Vice - Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior mudando a Estação Agronômica de Blumenau para a parte mais conveniente nos arredores desta Capital. Mensagem, Florianópolis, 1905.

<sup>367</sup> De origem germânica, o naturalista migrou para o Brasil em 1852, fixando residência na Colônia Blumenau, atuando como professor de Matemática e Ciências Naturais na Estação Agronômica e Veterinária do Estado. Formou-se em Matemática e Ciências Naturais (Universidade de Berlim).

<sup>368</sup> A Estação foi criada no Governo de Hercílio Luz, que também tivera formação acadêmica na Europa e também na área agrícola, o que pode ter funcionado como facilitador para atribuir importância para a Estação.

Com a economia estreitamente vinculada às atividades agrícolas e extrativas, a elevação da produtividade, na visão do estado, tinha como principal empecilho o abandono das práticas arcaicas e a adoção de novas medidas de tratamentos culturais e cultivares. É do mesmo governador a manifestação de descontentamento diante do desenvolvimento dessa atividade.

Em minha anterior mensagem, tive ocasião de referir-me ao estado de abatimento em que se acha a lavoura no Estado, faltando-lhe todos os meios de poder desenvolver-se. Insisto em pedir-vos medidas seguras para salvá-las de iminentes ruínas e espero que para isso contribuireis, provocando, além de outras medidas, a criação de estabelecimento de crédito, destinados a auxiliar os nossos lavradores. (MEN.GOV.SC.1900, p.17)

Não sendo distinto das demais instituições e organizações políticas e científicas do período, buscava na Europa a inspiração e renovação do conhecimento. De modo que a conjuntura científica europeia pode ser indicada como um elemento fortemente influenciador nos objetivos da Estação. A melhoria das produções também implicava na conquista de mercados consumidores para os produtos tropicais, inclusive o mercado do Velho Mundo, facilitado pela existência de vínculos já criados com a imigração, que permitiam a criação de condições para circulação de informações. No início do século XX, a economia do estado de Santa Catarina baseava-se, principalmente, nas atividades primárias, que propiciavam as maiores fontes de arrecadação de impostos<sup>369</sup>.

Nessas condições, fica evidente que o gradativo desenvolvimento dessas atividades nas diferentes colônias que eram criadas no início do século XX era um desejo advindo dos projetos de modernização e ansiado pelos mecanismos de tributação do estado catarinense, visto que a elevação dos fluxos resultaria em maiores arrecadações.

Prosseguindo chegamos a Xaxim, onde os irmãos Lunardi (Pedro, Giacomo, João e Antônio) formando uma empresa colonizadora, estão implantando o progresso: ali já se encontram: um engenho de serra, uma fábrica de moer café, uma olaria, uma ferraria, uma sapataria, uma alfaiataria, uma fábrica de caramelos, uma fábrica de gazosas e licores, um moinho de trigo (BOITEUX, 1931, p.12)

Essas optimas terras precisam ser povoadas de colonos e de gado. Que riqueza immensa está sendo ali inaproveitada! (COSTA, 1929, p.66)

---

<sup>369</sup> Os principais produtos exportados eram aguardente, arroz, açúcar, banana, café, charutos, couro de boi, farinha de mandioca, feijão, fumo de corda e em folha, madeira serrada, manteiga, mate, milho, ovos, peixe em conserva, produtos suínos, etc. SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1904 pelo Vice - Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior mudando a Estação Agrônômica de Blumenau para a parte mais conveniente nos arredores desta Capital. Mensagem, Florianópolis, 1905.

Esse projeto de modernização e também das técnicas produtivas acabou por agregar maior valorização das práticas espaciais e econômicas dos (i)migrantes de origem europeia, tornando ainda mais demarcada a divisão social entre esses e os caboclos. A valorização desses grupos sociais como os construtores do progresso, “obreiros da nação”, além conferir uma gradativa internalização à identidade desses sujeitos, também era ardidamente empregada pelas empresas colonizadoras, conforme pode ser observado na Figura 42, que traz o brasão da empresa Colonizadora Bertaso, a qual remete ao cultivo da terra e à diversidade de plantas, o que pode ser identificado quando observamos as diferenças dos ramos, plantas e árvores que compõem a imagem. À esquerda está um detalhe do certificado atribuído aos alunos formados nos colégios agrícolas no início do século XX. A composição dessa imagem é feita pelo agricultor na tarefa da semeadura, visto que carrega uma “bolsa” usada para o transporte das sementes. Atrás e abaixo deste estão alguns produtos que podem ser associados como frutos do trabalho (produtos tropicais e temperados) e, por fim, ao lado e em postura que remete o ato de semear está uma figura que lembra a deusa romana Ceres<sup>370</sup>. Deusa das plantas que brotam, em especial os cereais, a mesma possuía mais doze deuses menores que a auxiliavam no desenvolvimento dos trabalhos agrícolas. A sua imagem remete ao significado do seu nome, crescer, desenvolver, incutir a função da levedura – associações muito próprias para a agricultura e também para o período de mudanças disseminadas e associadas aos colonos – denominação que até atualmente os agricultores do Oeste catarinense empregam para atribuir a si próprios.



<sup>370</sup> Embora munida de um objeto que remete a cornucópia de modo que poderia fazer referência a deusa romana Fortuna, vale lembrar que está cega e é representada com uma venda aos olhos. Características que não encontramos na figura representada, além que a legenda confirma que se trata de Ceres.

Figura 45: Mosaico com detalhe de certificado de Técnico Agrícola e a Direita Brasão da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. A legenda na imagem a esquerda pode ser interpretada como “Ceres exercendo sua função”. Fontes: RADIM, 2006; CEOM.

Conforme foi demonstrado no primeiro item deste Capítulo, a associação de uma dada produção espacial, demarcada pela transformação e exploração da natureza como percurso para atingir uma condição social próxima a *cocagna*, perpassava o trabalho, as técnicas, o efetivo desenvolvimento da agricultura. Para o Oeste catarinense, foi possível encontrar registros sobre a construção da *Katholischer Geselleverein Kolping*, fundada em 1931, em Porto Novo (Itapiranga). Conservando os princípios da primeira associação, a Associação Kolping em 1847 na Alemanha, estava voltada a proporcionar aos jovens aperfeiçoamentos e instruções para o mercado de trabalho, lazer e educação religiosa.

Desse modo, as práticas espaciais que implicavam na associação entre desenvolvimento econômico e progresso com os colonos, acabavam por colaborar de forma significativa para a consolidação do discurso do mito fundante, que considerou agentes e figuras que compuseram a colonização os responsáveis pelo crescimento do Oeste catarinense, reforçando a postura interpretativa que entende a formação desse espaço a partir da sua integração econômica e territorial.

Em um somatório (que adiciona as expectativas tecidas ainda nos espaços de debates e decisões políticas com a construção material de um espaço que efetivamente o capital adquira maior mobilidade), isso é posto como a prova plena que realmente o diferenciador do *sertão* e do progresso é o trabalho nos moldes capitalistas. O desenvolvimento econômico que parte dessas famílias atinge geralmente é usado como o legitimador que essas condutas são corretas, são forjadas como a comprovação da coerência do discurso proferido pelas autoridades políticas. Obviamente, serviu para justificar, também, a violência desenvolvida em relação aos indígenas e caboclos.

Essa prova pode ser identificada nas leituras de Costa (1929) e Boiteux (1929):

Mondahy é surpreendente. Colonia fundada em matta aberta há sete anos, encontramos ali traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, systematização das energias, ordem admirável. Terras ricas e gente idônea, que hão de cooperar para que floresça e avulte um importante núcleo de cultura e de riquezas humanas. A colonização de alemães e de brasileiros, vindos estes do Rio Grande do Sul, especialmente Carazinho e Nova Wurtenberg. O elemento imigratório germânico não é representado pelo “rebotalho das grandes cidades da Europa”, como muitas vezes acontece. Longe disso. Aquelles imigrantes são, em grande numero, de alto nível social allemão, levados para ali pelo vendaval da ultima guerra. (COSTA, 1929, p.18)

E, assim visitamos S. Carlos, Palmitos e Passarinho, colmêas em franca atividade, onde uma gente provida e sabia vae construindo o seu favo de ouro. Vale a pena vê-



las. Alimenta-as uma gleba feraz; orientam-n'as espíritos de *elite*, com a consciência lúcida e nítida dos destinos humanos (grifos em itálico do autor; grifos negrito nosso; BOITEUX, 1929, p.15)

O domínio semântico construído por referidos enunciados recorre frequentemente à associação entre os termos ou correlatos, como civilização, trabalho, ordem, cooperação (dedicação), patriotismo e futuro promissor. Essa composição argumentativa inculca relações entre esses elementos, forjando uma costumeira e recorrente associação, cuja contínua presença nos discursos e na historiografia forjam narrativas que são tomadas como verdadeiras.

#### **09.02. Rupturas e expropriação: elementos constituintes da colonização no e do Oeste catarinense**

O desenvolvimento da colonização consistiu um evento que impulsionou a produção de leituras etnosociais entre os grupos que passaram a conviver, as quais serviram para que houvesse uma reconstrução dos elementos de identidade. A identidade é parte do sistema cultural das sociedades e pode articular tanto os costumes como a construção, a invenção a partir de novas situações. Pode ser concebida como um jogo simbólico, movido entre a leitura do Outro e autoleitura, refletindo a forma como os grupos mantêm e constroem suas fronteiras socioculturais. Para o caso em tela, observa-se que essa construção abarca elementos tanto étnicos, culturais, como também espaciais, especificamente, as relações com a terra que conjuntamente investem de novos significados. Uma construção dinâmica, mas nem por isso harmoniosa ou mesmo capaz de apreender as contradições situadas como pano de fundo. Essas leituras são importantes, pois quando compreendidas como representações, as mesmas passam a constituir um conjunto de significados que ensinam/orientam o conjunto de relações estabelecidas entre esses sujeitos, emergindo do âmbito imaterial. Desse modo, pode-se acatar que essas representações são estruturadas (dotadas de externalidade e integrantes de uma visão de mundo) e são também estruturantes, capazes de produzir realidades concretas (BOURDIEU, 2012).

Dentre esses elementos interessa para este item o contato e a violência presentes durante a transformação das terras comunais em devolutas, sua posterior colonização e os primeiros anos de convívio. Encontros marcados por leituras similares, como há séculos o capitalismo histórico vem entabulando na sua contínua expansão geográfica, inscrito na dualidade interpretativa: barbárie. A expansão da ocupação sempre se constitui como um

ambiente em que o conflito assume proporções horrendas, transformando esses espaços em ambientes da criação do Outro, bem como do desvelo dos sujeitos nos *confins do humano* (MARTINS, 2012). Isso porque, para o capitalismo, o momento da expropriação e a acumulação primitiva (no interior da reprodução ampliada) são o mesmo evento. Portanto, traz intrínseca a degradação do humano, ao retirar suas condições de reprodução social. Constituídas como áreas de fronteiras, são ambientes em que sociedades distintas se confrontam pelo mesmo espaço, configuram fronteiras entre mundos diferentes, em que circulam através do embate não apenas desejos pelos mesmos objetos, mas valores, práticas e culturas distintas que são dizimadas frente a intolerâncias e violência de quem está se expandindo. A destruição do Outro não transcorre somente da violência física, mas da privação de meios de existência material e imaterial, reduzindo a existência desses sob condições subalternas e indignas.

Conforme indicado no Capítulo 04, as territorialidades construídas até a colonização estiveram atreladas às atividades pecuárias, extrativas e de produção de policultura para autoconsumo. Quanto aos aspectos demográficos e suas variantes interpretações, é válido indicar que as classificações construídas no bojo das relações sociais se estruturavam a partir dos aspectos sociais e étnicos, sendo incoerente reduzir as predicções somente por aspectos étnicos. Devido aos objetivos desta Tese, é interessante explorar com mais atenção o grupo social identificado como “caboclo”, às vezes identificado como “sertanejo, luso-brasileiro ou nacional”<sup>371</sup>. A antropóloga Renk (2006), na obra “A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense”, realizada pelo uso de história oral, salienta que os mesmos se nominam como brasileiros e que a nomenclatura “caboclo” e todo o conjunto de termos cognatos derivados dessa significação são realizados pelos colonos-migrantes, sendo majoritariamente tratados sob essa nomenclatura. A identificação para esse grupo social é construída a partir da articulação de condições sociais, étnicas e culturais, sendo as pessoas identificadas como mais pobres da totalidade populacional da região ou, ainda, subordinadas às atividades e relações com os fazendeiros. Como atividade mercantil, são referenciadas a prestação de serviços junto às fazendas de pecuária (POLI, 1987; RENK, 2006), bem como a execução da colheita de ervais para algum ervateiro (RENK, 2006). Com o advento da colonização, mesmo com a inserção de um novo grupo social, os caboclos continuariam inseridos em relações assimétricas<sup>372</sup>, desenvolvendo uma estrutura social, econômica,

---

<sup>371</sup> Essa identificação não se refere apenas a questões biológicas, o caboclo como resultado da miscigenação do branco com o índio), mas as atividades econômicas, culturais, religiosas, etc que os caracteriza.

<sup>372</sup> Essas relações assimétricas são quando se refere a laços e trocas entre diferentes grupos sociais.

cultural e política que favorecia a ampliação de relações de poder de determinados grupos – como os colonizadores, fazendeiros locais e em menor proporção os colonos.

Não é raro encontrarmos expressões sobre a demografia que coincidem com aquela defendida pelo estado e pelas oligarquias estaduais/nacionais sobre a ocupação nos “sertões” em questões numéricas. É inegável que existe uma diferença significativa de cifras quando comparada o momento de antes e após a colonização. Indiferente da expressividade ou não das posses, eram espaços fundamentais para a reprodução social, o que justifica a legitimidade de sua devida manutenção. Acatar a necessidade de expressão numérica é acatar uma concepção de hegemonia, de homogeneização, descartando a diferença de olvidar que determinadas expressões e eventos sociais não podem ser *medidos com fitas métricas*, mas pela intensidade e importância para quem as vive.

Mencionada como ocupação entre os dois movimentos populacionais (entre indígena e o colono-migrante), é insistente a suposição de que a organização social cabocla é uma *fase* do povoamento dos espaços<sup>373</sup>. Essa organização social e espacial não pode ser compreendida apenas como um momento e uma modalidade de ocupação do espaço, como se necessariamente fosse temporária e precedente de outra forma mais qualitativa ou desenvolvida. É um modo de ser e de viver no espaço. A sua desestruturação decorre da expansão de novas formas de ocupação que tenta impor a homogeneização dos espaços e o assentamento de relações mercantis, porém esse *des-fazer* não é um movimento interno da população, mas consequência da expansão do capital que força a sua migração.

Nessa linha de pensamento, entende-se que reconhecer a existência de diferentes territórios no interior do território estatal possa ser mais explicativo das formas de apropriação do espaço desenvolvidas pelos caboclos<sup>374</sup>. Permite apreender a forma como essas populações se apropriavam do espaço a partir dos seus valores e não balizados pela perspectiva estatal e burguesa que compartilhava a noção de propriedade privada e exclusiva alicerçada a um pensamento cartesiano do espaço. Assim, a noção de espaço absoluto próprio das plantas cadastrais que avançaram sobre as terras comunais não explica o princípio e sentido que fundamentam a relação que os caboclos teciam com a terra e demais elementos naturais. Se pensarmos na “sazonalidade” das suas ocupações, o que às vezes confere um adjetivo de

---

<sup>373</sup> Como exemplo é possível citar Poli (1987) e Renk (2006). Ambos são autores que trazem como enfoque principal de análise a marginalização social (e teórica) em relação aos sertanejos/caboclos, mas em determinadas passagens fazem uso de referida expressão. Associada a interpretação de mito fundante concernente a colonização (não defendida pelos autores supramencionados, mas assim já enraizada no pensamento social-regional), mesmo que não intencionalmente, colabora para sustentar a perspectiva de transitoriedade da ocupação cabocla como um elemento interno e próprio da mesma.

<sup>374</sup> HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

seminomadismo ocasionado pela colheita da erva-mate, percebe-se o quanto as designações criadas no interior do pensamento modernizador conflitaram com a realidade encontrada. Para entender o movimento realizado pelas ocupações, deve-se considerar que a colheita da erva implica um descanso de alguns anos para a recomposição da massa foliar da mesma para que esteja apta a uma nova colheita. Isso implicava que a territorialidade desses podia ser vinculada, também, ao deslocamento espaço-temporal para localizar manchas de ervais aptas à colheita. O que nos faz pensar que além de uma relação própria com o espaço (de cunho relacional e não absoluto como propõe a noção cartesiana), a dimensão temporal também é fundamental para entender que a territorialidade cabocla se inscreve nesse caso, numa relação que vivencia o tempo de forma distinta daquela imposta pela lógica disseminada pela sociedade ocidental<sup>375</sup>.

A referência ao semi-nomadismo também é relacionada à busca de novos ervais, dado que a erva precisa de um intervalo de três anos para nova safra. Entretanto, isso não era majoritário, conforme destacado acima. É preciso ter cautela nas afirmações que realizamos a partir das bibliografias que consideram a área com povoamento rarefeito. Não apenas porque esse discurso era defendido pelas oligarquias estaduais, mas também porque demanda, ainda, uma pesquisa com maior profundidade em relação aos pedidos de regularização de posses, o que poderia precisar a existência de moradores. Renk (2006) menciona o encaminhamento de pedidos de regularização de terras logo após a incorporação do Oeste a Santa Catarina. As terras requeridas situavam-se em povoamentos em Limeira, Catanduvas, Passo Bormann, Xanxerê, além de outros situados ao longo da Estrada das Missões<sup>376</sup>.

A expansão do capital transforma esses ambientes em espaços de “fronteira” a partir da visão do projeto civilizatório e modernizador partejado pela burguesia nacional, composta com a disputa ideológica e discursiva do que é humano e aquilo que é selvagem, a separação da cultura e da natureza – essa última associada sempre a elemento para dominação. Não se concebe que os mundos postos nessa expansão são compostos por diferentes formas de relação da sociedade com a natureza. Portanto, são culturas diferentes, não sendo válido nem

---

<sup>375</sup> Novamente reitero que embora o colono-migrante também manteve uma prática socioespacial camponesa, incorporava outros elementos, como a propriedade privada e exclusiva, associações (como as cooperativas) e sobretudo pela intensidade da exploração da terra e dos recursos naturais.

<sup>376</sup> Tomando unicamente o exemplo do Faxinal do Tigre, em Chapecó, em 1919, são encaminhadas mais de noventa solicitações de compra das terras ocupadas nessa localidade. O tempo de posse, constante nos pedidos, varia de 25 a mais de 50 anos. As áreas oscilavam de 10 a 6100 hectares. Estes requerimentos foram, invariavelmente, indeferidos, pelo fato de a terra ter sido titulada pelo Paraná e revalidada por Santa Catarina (RENK, 2006, p.119, nota de rodapé).

coerente colocá-las em uma mesma linha evolutiva, determinando proximidades à condição humana.

A literatura é unânime quanto às distintas e contraditórias formas de organização social e espacial dos caboclos, quando comparados aos colonos-migrantes. Os primeiros, não regidos pela ordem social aquisitiva, desenvolviam produção de valores de uso através da produção de autoconsumo, tendo a erva-mate como atividade principal, de onde obtinham dinheiro para compra de produtos que não produziam: sal, querosene, tecidos etc. Deve ser considerado que era, sobretudo, por meio da comercialização da erva que esses grupos estavam inseridos no sistema capitalista, não sendo plausível afirmar que os mesmos eram totalmente isolados à modalidade de organização econômica. Conforme destaca Martins (1996), o desenvolvimento de produções através de relações não-capitalistas não impede que essas mercadorias, e por conseguinte quem as produz, sejam incorporadas.

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relação pré-capitalistas, mas também a criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado (...). O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro temos circulação da mercadoria subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada à circulação. (MARTINS, 1996, p.21)

A forma de vida e de ocupação do espaço destoava daquela desejada para o projeto de modernização – não exatamente em razão da inserção ou não no sistema capitalista de produção. Isso porque é possível afirmar que esses caboclos estavam incorporados à economia monetária mediante a troca de mercadorias. Porém, faziam-na em proporções pequenas, devido às suas concepções culturais e organização social. Em sua maioria eram posseiros, não compartilhando a compreensão da terra como mercadoria, nem visualizando a natureza como elemento para contínua acumulação de capital, nem mesmo a produção e acúmulo de capital era o imperativo do cotidiano (FERNANDES, 1981). Das produções realizadas, estas eram destinadas para autoconsumo, o que era identificado como roçados – os

mesmos roçados que a Lei de Terras<sup>377</sup> desconsiderava como forma de uso adequada e suficiente para garantir a propriedade territorial.

Além da referência à roça desenvolvida pela unidade familiar, também é possível encontrar a referência para o sistema de faxinais<sup>378</sup> (RENK, 2006), que consiste em uso coletivo de faixas de terras para desenvolvimento de sistema agrosilvopastoril.

Além da rotação de terras, a população local foi apresentada como itinerante. Internamente há relatos de mudanças realizadas. Nem todos, no entanto, mudavam-se tão frequentemente. A casa e as terras de criar tinham uma certa imobilidade, ao passo que as terras de plantar apresentavam maior rotatividade. Mudavam de casa, sim, mas com menor frequência que a mudança de roça. (RENK, 2006, p.108)

Para Sahr; Sahr (s/d), os faxinais correspondem a uma formação socioespacial constituída a partir da ocupação desenvolvida pelos jesuítas localizados nas Missões do Paraguai, mas considerando o novo contexto e os domínios culturais dos indígenas, bem como os elementos espaciais próprios da floresta de Araucária. A autora que dedica mais seus estudos aos faxinais existentes no Sudoeste do Paraná afirma que esse sistema foi também adotado e adaptado pelos colonos-migrantes de origem ucraniana, polonesa e alemã, extrapolando a associação desse sistema aa componentes étnicos ou raciais, como é referenciado quando se aborda Santa Catarina.

Os faxinais são resultado de uma forma própria forma de conceber as relações com a natureza, muito próxima ao valor de uso, na qual a terra não é reduzida à propriedade, mas também a construção de relações culturais e de identidade, tecidas no coletivo. Essa diversidade advém da racionalidade que constitui as práticas socioespaciais dessas comunidades, o que reflete uma história e cultura próprias, atualmente ainda presentes em comunidades rurais.<sup>379</sup>

A leitura que os caboclos efetuaram da expropriação nos mostra a compreensão da sua forma de relacionar-se com a terra, com os recursos naturais e sua compreensão do tempo/espço. Essa concepção não coincidia com as representações das empresas colonizadoras, nem da burguesia nacional/estadual, nem dos colonos-migrantes. A

<sup>377</sup> É interessante ressaltar que a legislação corresponde à um tipo específico de representação social, pois visa orientar e acondicionar as práticas sociais de acordo com o seu significado. É uma representação constituída com elementos de punição e criminalização, o que intensifica a sua aceitação (e naturalização). Ainda é oportuno retomar que essa representação social, passível de determinar punição, foi instituída por sujeitos vinculados com o monopólio dos meios de produção.

<sup>378</sup> Predominantemente essa referência é para localidades situadas no Vale do Rio do Peixe, todavia incorporamos ao texto pela possibilidade da mesma ter sido desenvolvida devido às semelhanças da organização social dos grupos que residiram em ambas áreas de referência.

<sup>379</sup> Ver Sahr (2008). Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais.

privatização da terra, como haveria de ser, configurou-se divisor temporal da forma de vida e mundo construída e vivida por esse grupo. No “tempo d’antes” a terra era do Estado, mas também do ocupante: “naquele tempo diziam, pra que comprar? É do Brasil. Ninguém comprava. Tinha fartura de terra. Enjoava aqui, ia para lá. Depois, foram entrando os gringos, com ganância de terra, a terra foi escasseando”<sup>380</sup>. Esse duplo pertencimento não era conflitante. Essa interpretação pode ter duas relações: a primeira refere-se a uma compreensão do uso da terra construída durante a monarquia, que conformou a própria visão do caboclo em relação ao uso do imóvel; a segunda é que, sendo área litigiosa com a Argentina, talvez essa associação fosse construída a partir a concessão de títulos de terra efetuada pela Colônia Militar do Chapecó.

A expansão territorial do capitalismo intensificada nos primeiros decênios da república implicou a desestruturação do modo de vida desse grupo e a desarticulação da organização espacial. Essa ruptura, bem como o contato com colonizadoras e colonos-migrantes, também alterou as condições de sua subjetividade: identidade, religiosidade, etc., afetando o universo simbólico, interpretando-o negativamente. Os elementos que eram tomados como símbolos de riqueza e fartura para a burguesia representavam uma condição concreta de penúria e pobreza aos caboclos. Para estes últimos, o modelo ideal de vida consistia em organizar suas produções, religiosidades e territorialidade a partir do ritmo vinculado ao ciclo da natureza, aos cultivos e à colheita da erva, sem presença de uma lógica externa que alterava essa forma de relação com o tempo e espaço. Identificavam a colonização como marco temporal que assinalava a transição dos tempos de “fartura e folga, em oposição ao tempo da careza”<sup>381</sup> – evidenciando a dificuldade de reprodução social a partir do avanço da organização espacial colonizadora, afirmavam que “era tudo pobre, mas pobre era modo de dizer, porque tinha fartura de comida, de terra e de saúde” (RENK, 2006, p.140).

A materialização do ajuste espacial<sup>382</sup>, intensificada sobretudo após o término do Contestado (1916), tinha em uma das suas faces a consumação de capital – via construção da ferrovia, especulação de terras, estradas de rodagens, etc. – na outra face está situada a destruição de sistemas sociais cuja base econômica pode ser considerada como natural<sup>383</sup>, ou ainda como destaca Martins (1996), compostas por relações sociais não-capitalistas de produção. É na incorporação de sociedades desde comunidades primitivas até a produção

<sup>380</sup> Depoimento que consta em Renk (2006, p.125).

<sup>381</sup> Refere-se aos valores elevados exigidos em dinheiro para adquirir produtos.

<sup>382</sup> Trabalhado no Capítulo 08.

<sup>383</sup> Os objetivos econômicos frente à economia natural são: apossamento direta das fontes de forças produtivas, como terras, florestas, minérios, vegetais exóticos, etc; liberar força de trabalho; introduzir economia mercantil; separar agricultura do artesanato.

artesanal e camponesa que “prossegue a marcha do processo de acumulação capitalista” (LUXEBURG, 1988, p.31). Esse meio que seria buscando incessantemente, dadas as necessidades de crescimento e expansão, conforme a seguinte afirmação:

Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial (LUXEMBURG, 1988, p.31).

Dentre as possíveis considerações a serem realizadas diante dessa condição de expropriação como um componente intrínseco às condições de reprodução do capital está expressar a proposição de que a natureza desse sistema é essencialmente espoliadora<sup>384</sup>. Nessa perspectiva, ao avaliarmos o trecho de Luxemburg acima exposto e pensarmos acerca da expropriação dos caboclos e do modelo social que foi posteriormente implantado, pode ser lançada a indagação sobre a conformidade ou não dessa assertiva para o caso em análise, em razão de o modelo desenvolvido não ter sido essencialmente capitalista, mas constituído por elementos que o caracterizavam como agricultura camponesa, com a manutenção da força de trabalho familiar, de relações e festividades muito vinculadas aos ciclos da natureza ou agricultura. Nesse caso, o trabalho camponês ficou subordinado ao capital (SANTOS, 1978). Para explicar isso, convém recorrer novamente a Martins e Fernandes. É o primeiro autor, que teorizando a partir das condições concretas de reprodução socioeconômica no Brasil, que coloca em destaque o caráter não conflituoso entre relações não-capitalistas e produção capitalista.

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro temos circulação da mercadoria

---

<sup>384</sup> A acumulação por espoliação pode ser compreendida como uma recorrente e persistente prática predatória de “acumulação primitiva” como um caráter permanente. Todavia, como a mesma é dotada de continuidade no desenvolvimento territorial do capitalismo, Harvey propõe desvincular de uma expressão que remeta a ideia de gênese.



subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada à circulação. (MARTINS, 1996, p.21)<sup>385</sup>

Dessa forma, as condições de inserção de mercadorias que existiam durante a ocupação cabocla foram mantidas após a criação dos núcleos coloniais: a inserção no modelo socioeconômico deu-se mediante a comercialização de mercadorias. Todavia, essa manutenção foi caracterizada pela elevação na quantidade e variedade de produtos e atividades que passaram a ser elaboradas, bem como pela constituição de um mercado consumidor também dotado de maior variedade e intensidade – e isso se constitui um diferencial na busca de uma explicação sobre a importância dos valores sociais no desenvolvimento do projeto de modernização do território. Se a universalização (ou elevação) do trabalho assalariado era uma necessidade para o desenvolvimento industrial, a constituição de espaços sociais que se dedicassem à produção de gêneros alimentícios era também uma necessidade, não sendo, portanto, uma condição anacrônica ou deformada da manutenção desse sistema camponês de produção.

Outra questão a ser pensada sobre o desenvolvimento dessas comunidades alicerçadas nos núcleos coloniais é questionar se as mesmas representam uma ruptura quanto às estruturas sociais internas. Deve ser considerado que durante a transição escravismo-capitalismo, notou-se considerável plasticidade para as acomodações nas relações comerciais (exportações e importações), todavia com menor elasticidade, quando não rígidas, para os dinamismos internos – cujo exemplo central é a permanência da escravidão e, também a organização do território de forma a sustentar a concentração das terras. Isso deve-se ao fato de que as relações do dinamismo interno implicavam na manutenção do monopólio, bem como em questões de status, os quais mesmo que simbólicos possuíam poder de influenciar a política, revertendo esse simbolismo em benefício econômico (privilégio). A ordem escravocrata se abriu aos novos padrões de organização e produção com certas resistências, tecendo amplos debates em ambientes decisórios (assembleias, por exemplo, câmara de deputados, ambientes resguardados pela ciência) para pensar e projetar o futuro. A ordem burguesa não nasce como um novo, mas como uma reelaboração nos estamentos senhoriais, atacando o “novo” somente

---

<sup>385</sup> Sobre análises que se pautam efetivamente no reconhecimento dos requisitos históricos e funcionais de cada lugar, é interessante recorrer a Fernandes, quando o mesmo discorre sobre as análises que pecam por desejar reconhecer no histórico brasileiro o mesmo contexto daquele ocorrido na Europa. “Sob esse aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil. Esse padrão, pelo menos depois da Independência, envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida, imperantes no chamado “mundo ocidental moderno. Portanto, não seria em elementos exóticos e anacrônicos da paisagem que se deveria procurar as condições eventuais para o aparecimento e o desenvolvimento da “burguesia (1981, p.17) ”.

a partir da existência de caminhos claros e seguros para realizar a transição sem jamais tocar nas estruturas de poder. Nas interpretações construídas nessas condições, a livre iniciativa ou mesmo a propriedade privada a partir do trabalho (posse) são reinterpretadas à luz da visão senhorial: elas são redefinidas econômica e politicamente a partir dos interesses patrimoniais, usando da estrutura legal, de modo que não abra caminhos para um novo agente, mas qualifique apenas o velho. Assim, a implantação do minifúndio ocorria como a criação de um espaço de produção de gêneros alimentícios necessários às áreas de industrialização, logo, se inscreviam nas próprias necessidades da economia nascente. Fernandes (1981) evidencia que sobre a figura do imigrante é mais difícil se alinhar considerações, pois foram muitos os comportamentos que, inclusive, diferenciam-se de acordo com o lugar de inserção. Pode-se afirmar que as considerações do autor se referem às cidades já existentes e com certa dinâmica econômica, nas quais o imigrante passa a ocupar funções assalariadas - embora o autor tenha mencionado a importância do imigrante para ocupar os espaços “vazios”. Essa figura é importante tanto nas condições concretas quanto imateriais. Na primeira, além da venda da força de trabalho, o imigrante “rompe” com a ordem senhoril, pois não a toma como valor moral, o que direciona suas ações é a possibilidade de acumulação de riquezas. É um dos agentes importantes para a disseminação da ordem competitiva. Enquanto o fazendeiro do café (empreendedor) atua nos altos escalões da economia e dos postos de mando e decisão política, o imigrante atua mediante uma transformação social, porém nos extratos sociais mais baixos. Mas quando decide participar da vida política, já detendo capital, acaba se inserindo nas relações de poder já existentes – de modo que não ocorre o rompimento do patrimonialismo<sup>386</sup>. Afirma Fernandes (1981) que quando uma sociedade absorve o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca desenvolve uma ordem social típica, que por sua vez organiza institucionalmente o padrão e equilíbrio dinâmico. Inerente a este sistema há integração, funcionamento e diferenciação *que se ajusta* às potencialidades econômicas e socioculturais *já existentes*<sup>387</sup>. O ajuste aqui não é apenas das potencialidades, mas também das diretrizes de socialização já existentes: negros, mestiços e pobres livres que eram apresentados não apenas como gêneros humanos em condição de atraso na perspectiva histórica da linearidade ocidental, mas de grupos sociais aos quais recaem uma interpretação

---

<sup>386</sup> A exemplo disso pode-se recorrer a figura já mencionada nesse trabalho que é o colonizador Bertaso que acende ao poder local do Oeste com vínculos com as oligarquias estaduais como Vidal Ramos.

<sup>387</sup> É nessa possibilidade de ajuste as condições socioculturais já existentes que a ordem social competitiva é um conceito importante para possibilitar uma compreensão que considere o desenvolvimento da economia de capital com as particularidades da superestrutura de cada FES, o que permite explorar as articulações e combinações efetuadas.

da indignidade de usufruírem de certos elementos da sociedade em formação: trabalho assalariado e propriedade privada.

Para o desenvolvimento da ordem social competitiva ou ordem da civilização burguesa que se pretendia expandir no Brasil, os valores tradicionais das sociedades que ocupavam a área foco de estudo não eram suficientes para absorver as diretrizes econômicas e de controle social que estavam em dispersão. Assim, a inserção de pessoas que já partilhavam dos valores do mundo social moderno (FERNANDES, 1981, p.17) pode ser compreendida como estratégia para incrementar significativamente a absorção desse padrão de comportamento (a ordem aquisitiva), de modo que efetivamente ocorresse a elevação do potencial econômico e de controle social sobre esses espaços<sup>388</sup>, dado que o desenvolvimento da economia capitalista envolve e se desenrola através dos comportamentos coletivos, que detenham sincronia com os interesses da burguesia. Tratava-se da produção de circunstâncias que, de forma cumulativa e gradativa, conformavam a sociedade nacional. Essas mudanças sociais almejadas, por mais diluídas, frágeis e longas que sejam, não são operacionalizadas *sem a constituição de uma base psicocultural e política* (FERNANDES, 1981, p. 21). Nessa perspectiva, é possível afirmar que a expropriação cabocla correspondia à própria ruptura das barreiras cosmológicas<sup>389</sup> que pudessem servir de entrave ao desenvolvimento do projeto de modernização e integração desse fundo territorial para a economia e sociedade brasileiras.

Os brasileiros são associados à falta de valores de câmbios, de cuidados com a propriedade, além de preguiça e resignação à pobreza. Claramente trata-se de choque de organização social – cosmogonia diferente que foi utilizada para efetivar a expropriação de suas posses territoriais e fazer de seu modo de vida/organização social uma condição subalterna/inferior aos demais tipos humanos de origem. Compreendidos como proximidade à natureza e portadores do atraso, eram concebidos como tipos humanos que devem desaparecer do espaço nacional com a gradativa assimilação dos valores ocidentais em expansão, inclusive através da sua incorporação mediante a venda da força de trabalho. Essa venda de força já era

---

<sup>388</sup> Vale salientar aqui, que o desenvolvimento do capitalismo e os valores capitalistas (o espírito como designa Fernandes) são formações que se entrelaçam e amadurecem concomitantemente a partir das práticas em um dado contexto psicossocial. Ou seja, não há burguês pronto, acabado e que nessas condições inculca o sistema. São co-formações.

<sup>389</sup> Faço referida afirmação tomando como parâmetro a exposição de Harvey, a qual destaca que como procedimento necessário a incorporação de novas áreas ao circuito de produção capitalista está a ruptura de barreiras ideológicas (que nesse caso poderia ser compreendido como a produção de discursos que visavam incentivar a ocupação do Oeste catarinense). Como o termo ideologia refere-se mais ao conjunto de ideias e representações dotadas de caráter político, visando orientar coercitivamente práticas e sendo que o que visou designar é o conjunto de ideias, representações e valores dotados de maior espontaneidade (do que aqueles comparados com ideologia) opto por identifica-los como barreiras cosmológicas (cuja principal concepção é a terra livre).

realizada junto às fazendas de pecuária (POLI, 1987; RENK, 2006), bem como com a execução da colheita de ervais para algum ervateiro (RENK, 2006), função na qual eram identificados como “tarefeiros”, porém se tornou mais expressiva nas primeiras décadas do século XX.

A legalização das terras dos posseiros era dificultada não só pela concepção de que essa não era mercadoria, mas também de uso coletivo ou ainda por não possuir o capital exigido para a aquisição. Os pedidos de legalização solicitados pelos caboclos foram majoritariamente negados (WERLANG, 1992; RENK, 2006) sob a alegação de que as terras já estavam tituladas. Essa titulação foi concedida à burguesia, com acesso aos círculos de informação e poder, que titularam enormes extensões de terras para posteriormente especulá-las com a revenda a empresas colonizadoras ou ainda diretamente aos colonos.

A requisição de terras foi realizada por alguns posseiros<sup>390</sup>, porém os pedidos foram indeferidos sob a alegação de que as terras requeridas não eram devolutas, mas pertencentes a outros proprietários – sem sombras de dúvidas essas terras integram as grandes concessões realizadas pelo Estado. Em alguns desses requerimentos é possível identificar que a área é maior do que aquela identificada pelo Estado como adequada à implantação das famílias dos colonos (25 a 30 hectares), isso pode ser explicado pelo sistema de faxinais que abrange extensas áreas de terras.

A expropriação foi prática recorrente das empresas colonizadoras, materializada sob diferentes formas. Em alguns casos, era disponibilizada a proposta para que o posseiro realizasse a compra, entretanto, somente após o pagamento da maior parte do valor da terra. Essa exigência tornava a aquisição inviável, o que era, de fato, o objetivo das empresas. Essa afirmação se sustenta ao considerarmos que para as aquisições realizadas por colonos-migrantes, o contrato estipulava o pagamento em vários anos, além de não exigir a entrada de valor (WERLANG, 1992, p.75/76). Às vezes, é registrada a aquisição da posse do caboclo pela colonizadora, em troca de baixos valores, irrisórios, quase simbólicos (RENK, 2006; WERLANG, 1992). Para evitar que o mesmo retornasse para requerer sua antiga residência, as companhias obrigavam a assinar documentos nos quais assumiam o compromisso de não retornar. Ao passo que a colonização se materializava, mais consciência o caboclo obtinha da inviabilidade de sua reprodução social no Oeste catarinense, de modo que a migração se tornou uma alternativa para evitar o confronto com as colonizadoras, além da insegurança que

---

<sup>390</sup> Bernadino Guilherme Zeferino requereu área localizada em Faxinal do Tigre; Christino José Leite requereu 100 hectares em Chalana; Ernesto José de Paula requereu 80 hectares em Chalana; Emiliano Siqueira requereu 60 hectares em Faxinal do Tigre.

passavam a viver. Conforme a privatização da terra ia se deslocando em direção ao noroeste catarinense, aumentava-se a concentração de posseiros que eram expropriados<sup>391</sup>. As lembranças da violência transcorrida durante o Contestado também influenciavam o deslocamento desse grupo social.

Para evitar obstáculos à comercialização de terras, algumas empresas colonizadoras realizavam ações visando à expulsão dos caboclos antes de inserir o colono-migrante. Essa prática foi identificada como “limpeza da área” (RENK, 2006). A convergência dos sistemas culturais entre a empresa colonizadora e o colono-migrante fazia com que essa prática violenta não fosse suscetível ao estranhamento. Isso porque para o colono-migrante, o domínio da terra era comprovado pela posse do título – uma prática incompreensível (e negada) para o caboclo naquele momento. Para as expulsões de grupos menores, o recurso empregado recaía no âmbito da coerção simbólica, usando dos valores imateriais para efetivar o objetivo de forçá-los a abandonar a terra.

Passaram a amedrontá-los por três sextas-feiras consecutivas. Para isto tomavam um ou dois corvos, besuntando-os em óleo, amarrando-lhes um pano oleado e incendiado. Soltando a ave em área próxima àquela ocupada pelos posseiros, os colonos sincronizavam os riscos de fogo no céu com urros em uma lona improvisada de megafone, “para dar a impressão de que era o diabo, anunciando o fim do mundo”. No entendimento do ator a prática foi eficaz, de modo que os renitentes fugiram, assustados. Numa avaliação na época do trabalho de campo, a atitude foi reconhecida como errada, mas fora indispensável naquele momento para não comprometer a colônia nova. (RENK, 2006, p.122/123)

A violência simbólica<sup>392</sup> foi um instrumento empregado ao longo de todo o processo de colonização, tanto por meio da imposição de um sistema burocrático e jurisdicional não acessível aos posseiros quanto pelo uso agressivo e artiloso dos valores e das crenças locais como evidenciado no trecho acima. As crenças locais e a religiosidade (predominantemente o catolicismo popular) eram considerados pejorativos, também elementos que revelavam o arcaísmo dos sertões catarinenses<sup>393</sup>. Mesmo assim esses valores foram tomados como

<sup>391</sup> Em 1931 já tinha estrada até Saudades. Lá morava umas 3 a 4 famílias brancas. Caboclos tinha bastante. Eles não tinham escrituras. Aos poucos, as famílias brancas iam comprando. Os caboclos vendiam seus direitos, só que o colono tinha que comprar a terra da Companhia. Entrevista de Ervino Hoss in Werlang, 1992.

<sup>392</sup> Bourdieu (1989) conceitua violência simbólica ou (poder simbólico) como aquela que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas de comunicação e do conhecimento, do desconhecimento, do reconhecimento e também do sentimento. Muitas vezes suave e invisível as suas próprias vítimas. Conjunto de relações sociais que pelo princípio do simbólico exerce sua lógica de dominação. Que objetiva impor uma ordem gnossológica que permite o exercício da dominação, através do conhecimento e da comunicação, que passam a ser fundamentais para a reprodução da ordem social.

<sup>393</sup> Reproduz-se aqui trecho de autoria de Boiteux que expressa como a religião e a postura política dos sertanejos/caboclos frente a expropriação, especialmente no Movimento do Contestado, foi interpretada e assim

artifícios para consecução de interesses da “limpeza da área”. A prática da atemorização como instrumento para expulsão dos posseiros foi, possivelmente, empregada em outras localidades durante a atuação das colonizadoras, não sendo restrita a Vargeão (SC). Nessa perspectiva, podemos conceber o poder simbólico como o instrumento que, pela enunciação, pelo fazer ver e crer em algo, ou ainda pelo poder de transformar a cosmovisão alheia, permite obter aquilo que é obtido pela força (física ou econômica) que se exerce somente quando for ignorado como arbitrário. É pertinente salientar que o mesmo se constitui não em um campo ou outro, mas na relação entre aqueles que exercem o poder e aqueles que estão sujeitos. É nesse campo relacional que se produz a crença, aqui a crença da legitimidade das palavras enunciadas e igualmente a crença naquele que as profere. São relações que envolvem a perda cultural, a redefinição de costumes e tradições. Isso decorre porque essas mudanças acarretam a desagregação de grupos apoiados em estrutura de vínculos familiares e consuetudinário. Em alguns casos, ocorre a produção de consciência de proximidade de fim dos tempos.

Assim, eles foram expropriados também das outras formas de relações sociais, como a prática religiosa, em que a romanização era desenvolvida pela Igreja Católica na Prelazia de Palmas. Embora pudessem ainda praticá-la, essas pessoas passaram a ser concebidas como pejorativas e expropriadas do domínio da prática religiosa, passando a ser interpretada como profana. Portanto, é visualizado uma apropriação simbólica, não exatamente das práticas, mas da autoridade em relação as práticas religiosas.

As capelas, após serem submetidas ao controle da paróquia, articulavam o cotidiano nas colônias, vinculando a disseminação de valores morais e educacionais. De certa forma, auxiliavam no controle social e na introdução da racionalização das práticas sociais – tirando-as da esfera popular e introduzindo-as na divisão administrativa da Igreja. Em vez de incorporar o caboclo, estigmatizou-o ainda mais e não incorporou, pois este sempre ficou marcado pelas diferenças étnicas, sociais e de poder econômico. Diel (2001) destaca que para a região dos Campos de Palmas a Igreja, durante os primeiros anos da colonização, estava mais interessada em proteger os migrantes-colonos do “acaboclamento” do que propriamente realizar uma integração entre as diferentes práticas religiosas (DIEL, 2001, pg.118). Desse modo, foi realizado um “transplante” das práticas desenvolvidas nos locais de origem desses migrantes (DIEL, 2001, pg.118) e não uma reorganização a partir da realidade encontrada. A falta de sensibilidade ao Outro, ao não-europeu, é uma característica que acompanha as

---

por longo tempo narrada: “Acabo de citar, entre outros lugares, Irani. Este nome, disse-o Othon d’Eça, levanta do fundo da nossa memória uma grande poeira de lembranças tristes. Recorda toda a tragédia imensa que tivera início entre aquelas coxilhas empenachadas de butiazeiros, no tempo do fanatismo alucinado dos caboclos broncos mas intrépidos.” (1929, p.10).

práticas religiosas da Igreja desde as chegadas dos missionários nos tempos coloniais, fazendo com que a violência fosse um elemento presente no processo civilizador.

O deslocamento ao Paraná, ou a ocupação das áreas menos valorizadas (com declividades acentuadas), passou a ser a alternativa possível para buscar condições de viabilizar a reprodução social dos expropriados. Outra parte seguiu como trabalhadora para a indústria madeireira, ou trabalhadora nas colônias, trabalhando por dia ou outras formas de trabalho não-capitalista (por porcentagem, empreitada etc). Igualmente, trabalhavam para as empresas colonizadoras na abertura de estradas de rodagem, demarcação de lotes, derrubada e escoamento de madeira. Isso implica a construção/imposição de perspectivas que acabam por outorgar as práticas violentas: “aceitação” de trabalhos menos remunerados, que foram impostos como alternativas diante da expropriação. Daí em diante, não seriam nada mais que grupos sociais inferiores, compreendidos como capazes somente de produzir culturas inferiores. Também foram “relocalizados” no novo tempo histórico constituído em torno da privatização e do discurso oficial: desse momento em diante passaram a ser o passado indesejado, majoritariamente esquecido, lembrado para executar serviços com remuneração menor. Porém, permanecem e são reconhecidos em dados sobre assimetrias sociais ou na diferenciação socioespacial (REICHERT, 2008) ao ocuparem ambientes naturalmente frágeis e sem infraestrutura básica, deixando-os em situação de vulnerabilidade socioambiental. Para os espaços rurais, além da precária condição da infraestrutura, também ocupam as áreas íngremes, menos agricultáveis.

No pensamento ocidental, construído a partir de elementos capitalistas, essas duas condições (salário e propriedade) eram associadas ao homem branco, de modo que elas eram inconcebíveis se relacionadas à maioria da população já residente. Na mentalidade ocidental, foi criada uma divisão natural de bens, riquezas, culturas e aptidões que reproduzem o padrão forjado para o mundo. Era cogitada a divisão e hierarquização dos bens e das funções no Oeste catarinense, situando a propriedade, o empreendimento e o protagonismo da construção da Nação aos colonos-migrantes. Latouche (1996) e Wallerstein (1985) ressaltam a importância que a associação entre o valor (inclusive o remunerado) e a etnia desempenhou para a expansão desse modo de produção. Essa associação destacada por Wallerstein (1985) e Latouche (1996), é constatada no documento *Theses sobre a Colonização no Brasil* (MENEZES E SOUZA, 1875), em que, ao discorrer sobre o mestiço, negro e índio, o raciocínio perpassa sempre a prestação de trabalho, recaindo sobre o imigrante a pequena e média propriedade – agrícola e industrial. Corresponde ao que Wallerstein (1985) chama de etnização do trabalho, caracterizada pela articulação de elementos étnicos com a

proletarização do trabalho, impondo desvalorização ao trabalho de etnias consideradas inferiores. Reservando para certos grupos étnicos o desempenho de determinados papéis econômico-profissionais, quando comparado a outros grupos. Essa organização proveu de fornecer mão de obra suficiente em cada categoria aos níveis da expectativa de renda. De acordo com Wallerstein (1985), a etnicidade facilitou a mobilidade geográfica da mão de obra, pois:

Sob a pressão de condições econômicas variáveis, tudo o que se exigia para mudar a alocação da força de trabalho era que alguns empresários individuais liderassem a redistribuição geográfica ou profissional, e fossem por isso recompensados, e logo ocorria prontamente um “impulso” natural para a transferência de locação de outros membros do grupo étnico, na economia-mundo (WALLERSTEIN, 1985, p.65).

O movimento populacional pode ser identificado como uma continuidade na dominação ocidental nesse novo fluxo do século XIX. Contudo, trata-se de uma dominação mais insidiosa, dado que seus pilares são de natureza simbólica. Se apoia na ideia de um modelo ideal de organização social, sob regime político independente (embora em uma condição heteronômica e periférica), no qual o desfrute da liberdade e da igualdade formal entre seus membros é recorrentemente resgatada como dissimulador das desigualdades sociais.

A constituição dessa concepção hierarquizada sob conotações racistas não foi uma unanimidade ou invenção regional. Articula elementos comuns à visão eurocêntrica disseminada aos diferentes quadrantes da economia do mundo, como também enlaça aspectos regionais (a identidade assentada no trabalho). Convém retomar que nas propagandas efetuadas pelas empresas colonizadoras, bem como nas Exposições Universais, a imagem do Brasil e de seus habitantes nacionais não diferia daquela inculcada para as interpretações do Oeste catarinense: se a terra era fértil, rica, o seu habitante era preguiçoso, indolente e delinquente. A narrativa regional para explicar o momento fundante retomava com fôlego e ênfase os referidos aspectos, conforme Picoli reconstitui muito bem:

E os imigrantes chegaram. Em verdade a grande maioria era composta por migrantes. Fizeram-se pioneiros. Desbravadores. Legítimos bandeirantes na heroica faina de civilizar este sertão. Com eles o progresso, as estradas, o trabalho. E os frutos deste. A verdadeira religião, livre dos fanatismos tão comuns por estas bandas. A ordem. A lei. Com muito sacrifício e honestidade, do nada construíram uma terra próspera. Estes valorosos heróis são fortalezas de integridade moral. Faróis onde antes só havia escuridão (PICOLI, 2011, p. 01/02).



Alguns elementos presentes na descrição que Picoli (2011) efetua não são restritos ao espaço-tempo em análise. Os termos, as práticas subentendidas nas palavras e a violência como elemento constante são familiares para um leitor que se debruça tanto sobre a chegada do ibérico na América, no quinhentismo, quanto sobre a chegada dos outros europeus no século XIX. A ideia de civilização, por exemplo, é posta na narrativa ocidental como o “grande fardo do homem branco”, que para libertar o homem das trevas em que estava imerso, lançava-se no desbravamento de terras intocadas, ou quanto muito habitadas por selvagens. A salvação do mundo e das almas, nesse mesmo projeto, era efetuada por imposição, pela cruz e espada, da “forma correta” de “salvar a alma” e compreender o mundo.

Acredita-se que estas imagens veiculadas por práticas ideológicas atuaram como importante elemento na produção e na significação deste espaço. Propõe-se ainda que estes discursos informam de forma implícita (mas persuasiva) que a distância deste “lugar utópico” seria diminuída através o desenvolvimento de um trabalho subordinado ao capital. Mediante da significação atribuída para esse movimento e para as possibilidades de ascensão social nestes núcleos coloniais, pode-se afirmar que o discurso propagandístico além de persuadir a migração (NODARI [s/d]; RADIN, 2006), também inculcava acerca da relação homem com a natureza propondo a dominação desta última. O chamado “desmatamento civilizador” como era identificada a destruição da mata para desenvolvimento da agricultura, também compartilha da mesma ideologia que foi veiculada pela pintura “American Progress” de John Gast: que civilização e natureza estão em polos distintos, no qual o alcance da civilização só é possível mediante o desenvolvimento de um único modelo de sociedade. Os discursam propunham que a qualquer um era possível transformar aquele “sertão” em áreas produtivas, desde que desenvolvidas as práticas espaciais e laborativas convergentes com a economia monetária. Esse conteúdo discursivo é próprio da conjuntura, visto que esta última estava caracterizada pelo espraiamento populacional para vários lugares do mundo, alargando a presença ocidental para vários lugares<sup>394</sup>.

Prosseguindo com uma análise geral destes discursivos é possível afirmar que os mesmos produziram significações nas expectativas nutridas pelos migrantes, influenciando no conteúdo destas esperanças. Com esse procedimento de interferir perspectivas, também houve uma orientação nas práticas desenvolvidas, que como consequência tem-se a funcionalização

---

<sup>394</sup> É válido reforçar que a ampliação da extensão territorial do capitalismo via povoamento era de interesse internacional e não somente da burguesia brasileira. A isso podemos retomar do Capítulo 04, que o povoamento foi um ponto argumentado tanto pelo Brasil como pela Argentina. O interesse por detrás do espraiamento de pessoas com valores ocidentais é a ampliação do próprio capitalismo através da mobilidade das relações e valores capitalistas (MARX, 1999).

espacial de acordo com a ideologia dominante. Ao acatar referida sugestão e desenvolver práticas espaciais que a concretiza, acabaram por produzir um modo de vida que ampliou a área de domínio das relações sociais capitalistas ou subordinadas a esta última. Com o tempo esta ideologia de converter a natureza em mercadoria moldou o “sertão”: elevada presença humana, mais caminhos, a organização do trabalho, terras cultivadas, organização de festejos, construções, etc. E como parte do processo de transição da condição de fundo territorial para uma área já integrada na economia, o termo “sertão” começa a ser usado para designar o tempo passado, enquanto que para designar os lugares com as mudanças advindas desta incorporação são empregados os novos topônimos criados. Desde modo, conjuntamente com os topônimos já consagrados antes da colonização (como Passos Maia, Passo Goio-Ên, etc.), os lugares que comportavam as mudanças advindas da expansão territorial do capitalismo passaram a ser identificados com nomes que remetem a presença do colono-migrante. Como exemplos pode-se recorrer a criação e nomes dos Distritos que eram criados no interior no município de Chapecó ou ainda o nome das comunidades rurais. Neste último caso, o nome poderia ser hagiotopônimo, local ou país de origem dos migrantes, ou ainda registra o nome dos primeiros moradores<sup>395</sup>.

---

<sup>395</sup> Acerca da nomenclatura dos lugares, sobretudo dos municípios é possível destacar que no Estado-Novo houve incentivo para uso de nomes com origem indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, neste estudo, refletir sobre as limitações de abordagens investigativas que adotam a compreensão do Oeste catarinense a partir da colonização, situando esta última como o evento fundante de referida região. Essa postura acaba por reproduzir um processo de silenciamento que uma série de eventos e agentes foram condicionados. Também se teve como objetivo apresentar uma proposta alternativa de estudo com o intuito de superar esta interdição, mediante o emprego do conceito de fundo territorial ao espaço-tempo do Oeste catarinense entre 1880/1940.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo foi possível reiterar que a ideia de início do Oeste catarinense a partir da colonização implica em um ângulo de análise que não permite incorporar eventos importantes da formação territorial, os quais foram fundamentais para conformar a realidade que atualmente caracteriza esta região. Estes eventos, embora primordiais, sofreram um processo de silenciamento advindo da significação que o evento da *colonização* recebeu a partir do discurso oficial e da historiografia. Esta significação ao mesmo tempo que atribui um conteúdo semântico para a colonização como momento fundante, também implica na produção de silêncios para o conteúdo histórico, geográfico, social, antropológico, etc., que ocorreu antes deste movimento migratório. A existência deste silêncio não significa necessariamente que estes eventos são totalmente desconhecidos ou que sua existência seja negada. O que acaba por ser ocultado quando se propõe que estes eventos não integram a história do Oeste de Santa Catarina é as relações de poder, os conflitos, os interesses, as práticas de violências, que estão articulados nestes acontecimentos. Aqui vale retomar que o silêncio é produzido também no entremeio das palavras (ORLANDI, 1992), um silêncio que pode ser produzido segundo nossos métodos e fundamentações teóricas adotados para estudar algo.

Com o intuito de apresentar uma proposta alternativa, a qual deveria explorar as relações entre os eventos que o discurso oficial insiste em considerar como momentos desconexos e sem relação, foi proposto o emprego do conceito de fundo territorial para caracterizar o Oeste catarinense no período de 1880-1940. Essa sugestão requer a adoção de uma perspectiva histórica para subsidiar o entendimento dos processos geográficos, acatando a ideia de movimento como intrínseco as categorias de estudo. Deste modo, ao mesmo tempo que o estudo analisa processos mais genéricos relacionados com o espaço, também permite ajustar o ângulo de análise para a dimensão histórica que está relacionada com a formação do

território – um processo dotado de especificidade e que tem nas condições econômicas e políticas importantes elementos da sua formação. Conforme salienta Moraes (2002) são dois níveis de abordagem: um mais genérico, dialoga com os macroindicadores que delimitam as estruturas de funcionamento; e outro que corresponde à “malha fina do desenrolar das conjunturas” (MORAES, 2002, p.60) e atribui ênfase à atuação política.

Outro norteamento importante para desenvolver esta pesquisa foi a adoção da categoria de ideologias geográficas (MORAES, 1996) como elemento constituinte da formação territorial. Esse procedimento investigativo permite uma postura analítica que congregue tanto a produção dos arranjos espaciais nos processos de territorialização como também os discursos e representações que são veiculados com o intuito de inculcar, de moldar, de interferir na forma como os sujeitos sociais se relacionam com o espaço. As ideologias geográficas são o conteúdo das representações coletivas que impulsionavam a transformação ou acomodamento do/no espaço. Como é uma categoria que possibilita analisar a partir dos desígnios que moldam planos e projetos para um determinado espaço, tem como mérito a incorporação dos valores e interesses que norteiam as ações. Estes projetos, mesmo quando são fracassados ou mesmo quando ficam restritos ao papel, devem ser compreendidos como eivados de valores e leituras espaciais que revelam as intenções que determinados grupos constroem para certas porções do espaço. Deste modo, estes planos são importantes materiais para elucidar os processos territoriais.

A disseminação de discursos coextensivos a ideologia dominante tinha como objetivo de inculcar comportamentos, orientar práticas e leituras sociogeográficas em sujeitos (os agentes sintagmáticos, na leitura de Raffestin [1993]), afim de atribuir concretude aos projetos elaborados pela classe dominante. Destes desígnios, alguns podem ser retomados: conquistar a soberania sobre os Campos de Palmas frente ao litígio com a Argentina, impulsionar e direcionar o fluxo migratório para povoamento do Oeste catarinense, colocar em silêncio as populações caboclas e indígenas mediante a identificação dessa área como *sertão* (que remete a área desocupada), inculcar um modelo ideal de relação com a natureza (quando reforça a associação de progresso e civilização com o desenvolvimento de atividades econômicas de grandes intervenções na natureza e norteadas para atender o comércio), etc. Observou-se que o ajuste dos discursos e representações conforme avançava a integração do fundo territorial é uma importante evidência que os eventos que ocorreram antes da colonização e aqueles que ocorreram após integram um mesmo processo.

De importante contribuição para demonstrar a relação entre os eventos no intervalo do tempo de 1880 a 1940, é o conceito de práticas espaciais. Seguindo a proposta de Moraes

(2002), a qual sugere a adoção de uma abordagem histórica, as práticas foram identificadas por *verbos*, visando destacar que as mesmas devem ser compreendidas como formadoras deste movimento de transição de um fundo territorial para a região Oeste. Embora foram apresentadas separadamente uma das outras, ao longo da pesquisa ficava clara a relação estabelecida entre elas. As práticas espaciais escolhidas são exatamente aquelas fundamentais para que este fundo territorial fosse integrado.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que estas práticas possuem aproximação nos eventos e muitas vezes, um mesmo fato apresenta mais que uma prática para ser efetivado. Essas aproximações entre são constantes e recorrentes ao longo do todo o processo de integração, cuja aproximação pode ser melhor analisada de acordo com o enfoque que o pesquisador escolher. Torna-se importante ressaltar que as práticas espaciais indicadas compõem conjuntamente o processo de integração deste fundo territorial e não apenas uma ou outra. Como exemplo dessa articulação tem-se o caso da construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande, a qual intensificou as conexões necessárias para elevar a territorialização do poder e expansão territorial do capitalismo. Todavia, a construção desta rede geográfica só foi possível mediante a produção de saber relacionados ao espaço, que identificamos como *alinhar* e *conhecer* (conforme consta no Capítulo 06).

Uma consideração que deve ser destacada é que este processo de integração não ocorreu somente a partir de influências internas do território e de agentes brasileiros, mas também com a presença e atuação de agentes internacionais, sobretudo o capital financeiro internacional. Essa condição fica evidente mediante a atuação da *Brazil Raiway Company* na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, concretizando o que Harvey (2006) define como ajuste espacial do capitalismo.

Portanto, pode-se afirmar que é fundamental entender este processo a partir da articulação de diferentes escalas geográficas (SMITH, 2002), articuladas a partir da diferenciação espacial (SMITH, 1988) intrínseca ao espraiamento da economia mercantil. Essa diferenciação espacial a qual nos referimos é a funcionalização por qual o fundo territorial passou mediante a atuação de diferentes agentes (colonos-militares, sitiantes, caboclos, colono-migrante) até o assentamento da economia camponesa subordinada ao capital com a criação dos núcleos coloniais.

A adoção do conceito de práticas espaciais também permitiu considerar as relações espaciais a partir das diferentes naturezas do espaço (HARVEY, 2010). A imagem do Oeste catarinense com significativo fracionamento do espaço representado através das plantas cadastrais era algo que chamava a atenção, sobretudo indagando como que de um espaço

quase ignoto pelas autoridades do Estado (inclusive chamado esta região de sertão) passou desta condição de pouco conhecimento e pouco controle para a um notório retalhamento espacial? A curiosidade acerca dos procedimentos e caminhos tomados para realizar o mapeamento e levantamento topográfico instigou de forma significativa o andar desta pesquisa. A transição de um espaço com posses indicadas somente por nomes para um espaço com lotes retilíneos, delimitados e regularizados evidenciam a transição de relações espaciais de natureza distinta. Grande parte das posses que existiam quando este espaço era identificado como Campos de Palmas e/ou sertão, eram dotadas de uma natureza relacional (nos mapas apareciam apenas com a localização ou o nome da fazenda escrito próximo a esta localização), que posteriormente foi substituída por uma natureza absoluta – esta última fundamental para o controle do espaço (que aparece nos documentos cartográficos através das delimitações bem definidas) <sup>396</sup>. No estudo dessa prática de alinhar e conhecer é incontestável a importância que os engenheiros militares alocados na Colônia Militar do Chapecó desempenharam. E esta atuação dos militares é praticamente desconhecida quando se busca as bases histórico-geográficas para discorrer sobre a formação do Oeste de Santa Catarina. Sem sombras de dúvidas, é um campo temático, conjuntamente com todo o processo de racionalização das relações espaciais correspondem a temáticas que precisam ser melhores estudados e incorporados aos saberes sobre esta região.

Aliás, a carência de estudos que abordam algumas temáticas aqui vistas é um fato a ser destacado. Acerca disto é possível fazer dois apontamentos. O primeiro é sobre a dificuldade que isso implicou para o desenvolvimento desta pesquisa. Embora a quantidade de temáticas é grande, a quantidade de estudos existentes é exatamente o oposto, o que tornou esta pesquisa trabalhosa e, implicou também na forma como abordamos os assuntos aqui. A descrição excessiva presente nos capítulos teve como objetivo organizar um conjunto de informações a partir das quais desenvolvemos a reflexão acerca das práticas espaciais e sua implicação no processo de formação territorial. O segundo apontamento, relacionado com o anterior, é exatamente sobre o amplo campo de pesquisas que está aberto. Esta afirmação é válida se pensarmos em estudos com o objetivo de aprofundar a temática que compõe esta tese, seja para explorar outros enfoques, estudar agentes e eventos de forma mais aprofundada.

---

<sup>396</sup> Na dúvida acerca da comparação aqui proposta, poderá o leitor comparar a imagem que contém parte da Carta Corográfica do Paraná (1882), atentando que nesta só a localização da Colônia Militar, mas não está designada a delimitação da área que pertence a Colônia Militar e posteriormente analisar a figura que contém a “Localização das Fazendas, Colônias e concessões territoriais no período de 1910-1920”, atentando para a delimitação das posses. A existência destes limites territoriais expressa uma grande mudança na natureza da relação com o espaço.

Por fim, pode-se constatar que existem relações fundamentais entre os eventos (como os dois litígios, a atuação dos engenheiros militares, povoamento caboclo) que estavam privados da condição de pertencer a formação do Oeste catarinense. A identificação destas relações torna evidente o processo de silenciamento que os mesmos sofreram mediante a significação da *colonização* como momento fundante desta região. As relações entre estes eventos podem ser apreendidas conforme o ajuste teórico e metodológico que é adotado para conduzir os processos investigativos. É por esta razão que a identificação deste espaço-tempo (1880-1940) como *fundo territorial em processo de integração*, é uma proposta interessante, pois trabalha com a ideia de transição de uma condição espacial a outra. Tem ainda o mérito de incorporar nessa transição, as relações de poder e os conflitos que constituíram essa formação territorial.

Por fim, ainda é necessário apontar duas considerações. A primeira é ressaltar que o estudo realizado não teve a pretensão de esgotar as discussões, pesquisas e reflexões que podem ser construídos a partir da problemática proposta aqui. A segunda consideração é que pela decisão de arriscar uma perspectiva distinta daquelas que existem, nos deparamos com muitas dificuldades, de modo que, o resultado que apresentamos neste momento, está também composto por falhas e mesmo fraqueza de algumas passagens. A necessidade de iniciar um caminho não percorrido antes, conduziu um cansativo (porém necessário) trabalho de *campear* pequenas (mas importantes) informações, vasculhar incessantemente arquivos, para posteriormente, novamente buscar a resolução de perguntas sem cair em perspectivas que poderiam reforçar a “moldura” teve como produto um trabalho com fraquezas. Porém, este mesmo trabalho, propõe um convite para a percorrermos caminhos não trilhados para olharmos para o mundo para além das “molduras” e ouvir, ler e indagar o conteúdo dos documentos, mapas, sujeitos, etc., para assim, dar voz aos silêncios produzidos pelos dizeres do discurso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade potuária, século XVIII. GEOUSP, Espaço e Tempo, pg. 13-25, 2000.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Revista Ilha de Santa Catarina; 2º sem/2005.

AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. Mastering space: hegemony territory and international political economic. London, New York, Routledge, 1995.

ALCARÁZ, Alberto Daniel. La gestacion de una elite local durante la explotacion yerbatera-maderera en el Alto Paraná (1870-1920) - Domingos Barthe um representante paradigmático. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Antropologia Social. Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.

ALDER, Ken. A medida de todas as coisas. A odisseia de sete anos e o erro encoberto que transformaram o mundo. Tradução Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro, Objetiva, 2003.

ALLIÈS, Paul. L'invention du territoire. Presses universitaires de Grenoble. 1980.

AMADO, Janaina. Região, sertão e nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.08, n 15. p.145-151;1999.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. De Buenos Aires à Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizadas à terra do mate (1882-1898). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Integração da América Latina. USP.2014.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. Misiones ante o avanço brasileiro: a fronteira Brasil-Argentina na visão de Juan Bautista Ambrosetti (1891-1894). Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

ARAS, Lina; CHAVES, Cleide Lima. Salvador, Montevideu e Buenos Aires (1808-1889). s/d.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Ed.Perspectiva S.A. São Paulo – SP, 1988

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI. Boitempo, Rio de Janeiro, 2008.

AVÉ-LALEMENT, Robert. Viagens pela Província de Santa Catharina, Paraná e São Paulo (1858). São Paulo; Ed. USP, 1980.

AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis, Ed. UFSC, 2001.



BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et all. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAGNO, Silvana; EWALD, Ariane Patrícia. Lembranças do país da cocanha entre os descendentes de imigrantes de italianos no início do século XX: o Brasil imaginado. Estudos e pesquisa em Psicologia, UERJ, ano, 9, nº 01, 2009.

BARROS, Manoel. Memórias inventadas: as infâncias de Manoel de Barros. Ed. Planeta. São Paulo, 2008.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. Ciclos Econômicos Regionais. Modernização e empobrecimento do Oeste catarinense. Argos, Chapecó, 2005.

BLACK, Jeremy. Mapa e história: construindo imagens do passado. Editora da USC. Bauru, SP, 2005.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e balseiros no rio Uruguai (1930-1950). In: Cadernos do CEOM – Ano 19, n.23. CEOM: 20 anos de memórias e histórias no Oeste de Santa Catarina.

BELLANI, Eli Maria. Madeira, Balsas e balseiros no rio Uruguai: o processo de colonização do Velho município de Chapecó (1917/1950). Dissertação em História, Florianópolis, 1991.

BRANDT, Marlon. Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina. 2012, 332 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BOITEUX, José Arthur. Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. (1929) In: CEOM. A viagem de 1929. Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Ed. Argos. Chapecó. 2005.

BOITEUX, José. Santa Catharina-Paraná. Questão de Limites. Rio de Janeiro. Typographia d’A Tribuna. Rio de Janeiro, 1890.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Leitura Sociológica de Franz Kafka – Curso de 08/12/1990. In: Sobre o Estado. Pierre Bourdieu. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. Companhia das Letras. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 10<sup>a</sup> ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

BRÜGGMANN, Adelson André. A sentinela isolada. O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (184-1883). Dissertação – UFSC, Florianópolis, 2013.

BUENO, Beatriz Picoloto Siqueira. Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). EdUSP, São Paulo, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. São Paulo, 2000.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GAUTREAU, Pierre (Org). Mensurar la tierra, controlar el territorio. America Latina, siglos XVIII-XIX. PosHistoria Ediciones. Rosário. 2011.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

CARVALHO, Elisabeth Santos. O Barão Do Rio Branco e a política de aproximação com os Estados Unidos. In: (<https://bndigital.bn.br/artigos/>)

CAPEL, Horácio. Geografia Contemporânea – Ciência e Filosofia. Tradução: Jorge Ulisses Guerra Villalobos, Ed.UEM, Maringá, 2010.

CAPEL, Horácio. O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Trad. Jorge Ulises Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 1999.

CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema. Circunstâncias da cartografia no Brasil oitocentista e a necessidade de uma Carta Geral do Império. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.37-49; jan/jun. 2012.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2003.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

CEOM. A viagem de 1929. Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Ed. Argos. Chapecó. 2005.

COMASSETTO, Carlos Fernando. A posse e a comercialização de terras na Colônia Rio Uruguai entre 1920 e 1950. In: Anais da ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História.

CORRÊA, Roberto Lobato. Dimensões de análise das redes geográficas. In: Trajetórias Geográficas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. p. 108-118.

CORREIA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto. Restauração Republicana e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Diário de Cultura*. Diário Catarinense. 05/nov/1994, p. 2. apud SERPA, 1996, p.65.

COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste catharinense – visões e sugestões de um excursionista (1929). In: CEOM. A viagem de 1929. Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Ed. Argos. Chapecó. 2005.

COSTA, Licurgo. Um cambalacho político. Editora Lunardelli, Florianópolis, 1987.

CUNHA, Euclides. Os sertões. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1988.

DELSON, Roberta Marx. Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII. Brasília, CIORD, Alva. 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo; Alameda, 2005.

DIEL, Paulo Fernando. A relação da reforma católica com o catolicismo popular caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958). Cadernos do CEOM, ano 14, nº13, Unoesc – Chapecó, jun/2001.

ESCOLAR, Marcelo. Crítica do Discurso Geográfico. Ed. Hucitec. SP.1996.

ERTHAL, Rui. Geografia Históricas – Considerações. In: GEOgraphia, ano 5, vol.09, p.29/39, 2003.

ESPIG, Márcia Janete; MATIAS, José Eduardo Lovatel. O jornal “A Federação” e o Movimento do Contestado: possibilidades de uso pelo pesquisador. In: ESPIG, Márcia Janete. (Org). Notícias de uma guerra centenária: o Movimento do Contestado através do jornal “A Federação” (1912-1916). São Leopoldo. Ed.Oikos, 2013.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Vol. 02. Ed. Globo, Porto Alegre, 1995.

FARAGE, Nádia. As muralhas do sertão – os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Dissertação de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1986. 563f.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Terceira edição. Zahar Editores, 1981.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. El (de)sertão de Brasil: una cartografía em formación, siglos XIX y XX. In: BONASTRA, Quim; JORI, Gerard (eds.). Imaginar, organizar y controlar el territorio. Icaria. Barcelona, 2013.

FIGUEIROA, Silvia Fernanda de Mendonça. As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934). Ed. Hucitec. São Paulo. 1997.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Cocanha: as várias faces de uma utopia. Ed. Ateliê, São Paulo, 1998.

FREITAG, Liliane. Extremo-Oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação. Tese de Doutorado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. 2007.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 15ª edição. 1977.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville  
In: Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 66-83.

GALLO, Fabricio. Uso do Território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das transferências intergovernamentais voluntárias entre União e Municípios. Tese de Doutorado. Instituto de GeoCiências. UniCamp, Campinas, 2011.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo as províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado Nacional brasileiro (1826-1854). Tese em História Econômica, USP, São Paulo, 2012.

GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: Anais do Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. 2011.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Relatos, esboços e cadernetas de campo. *Revista Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 8 | 2017.

GONÇALVES, Janice. Escavar o chão da história: Lucas Alexandre Boiteux, IHGSC e a Pequena Pátria Catarinense. In: *Revista Expedições*, vol.08, n.02, Morrinhos/GO, 2017.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. *Boletim Campineiro de Geografia*. V.02, nº03, 2012.

GOULARTTI FILHO, Alcides. A estrada Dona Francisca na formação econômica de Santa Catarina. In: *História Revista*. Vol.19, nº 01, 2014.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

HARLEY, J. Brian. La nueva naturaliza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía. Compilación de Paul Laxton. Fondo de Cultura Económica. México, 2005.

HARLEY, J. Brian. Mapas, saber e poder. *Confins* [Online], 5 | 2009, posto online no dia 24 de Abril 2009, consultado o 12 Outubro 2014. URL : <http://confins.revues.org/5724> ; DOI: 10.4000/confins.5724

HARVEY, David. O espaço como palavra chave. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.) *David Harvey: a critical reader*. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. 2010.

HARVEY, David. O enigma do Capital e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. AnnaBlume. São Paulo, 2005.

HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapecoense. Um estudo de poder local 1945-1965. Argos, Chapecó, 2001.

HERMES, João Severino da Fonseca. O litígio entre Brasil e a República Argentina – a questão do território de Palmas. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*. Edição especial em homenagem a memória do Barão do Rio Branco. Tomo LII, 1945.

HOBBSAWN, Eric. Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1980.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, T. A invenção das tradições. Tradução: Celina Cardim Calvalcante. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.

HOBBSAWN, Eric. A era do capital. 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. In: Estudos Avançados, 10 (26), 1996.

JANCSÓ, István. Brasil: a formação do Estado e da Nação. Hucitec, São Paulo; Ed. Unijui. Ijuí/RS, 2003.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. Ed. Ícone. São Paulo, 2007.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul.- dez. 2009.

KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822), pp. 110-123 in Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades; Ano 12, nº 24. Segundo semestre de 2010.

LABALE, Alejandro Gonzáles. Linhas e encruzilhadas, espaço social em um ponto da fronteira Brasil-Argentina. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 1996.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França – Campinas, 1988.

LATOCHE, Serge. A ocidentalização do mundo. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

LEFEBVRE, Henry. Espaço e política. O direito a cidade II. Ed. Humanitas, Belo Horizonte, 2016.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50). Revista Brasileira de História. São Paulo, v.06, nº 12, pp.47-64, 1986.

LÊNIN, Vladimir. Imperialismo. Estágio superior do capitalismo. Expressão popular. São Paulo, 2012.

LIMA, Viviane de Oliveira. Revolta dos Quebras-Quilos. Levante contra a imposição do Sistema Métrico Decimal. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH – RJ, s/d, p.1/12.

LOIS, Carla Mariana. La invención del desierto chaqueño. Una aproximación a las formas de apropiación simbólica de los territorios del Chaco em los tempos de formación y consolidación del Estado Nación Argentino. In. Scripta Nova, Barcelona, vº 38. 1999.

LOIS, Carla Mariana. O mapa, os mapas. Revista Espaço e Cultura. UERJ; Jul/Dez, 2014.

LOIS, Carla Mariana. Los mapas y las cosas. In: Geografías imaginarias: Espacios de resistência y crisis em América Latina. Sierra, Marta (ed). Editorial Cuarto Propio, Santiago de Chile.

LOIS, Carla Mariana; VARGAS, Hector Mendoza. Viejos temas, nuevas preguntas. In: LOIS, Carla Mariana; VARGAS, Hector Mendoza. Historias de la Cartografía Iberoamericana. Nuevos caminos, viejos problemas. México, UNAM, p.9-20, 2009.

LOTIERZO, Tatiana. Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, São Paulo, 2013.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. Plural. Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v.17, n.2, p.129-142, 2011.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital. Vol II. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

KROETZ, Lando Rogério. As estradas de ferro do Paraná (1880-1940). Tese de Doutorado. USP, 1985, 201fls.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil. 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Ed.Unicamp, Campinas, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina, posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-Oeste no final do Império e Início da República (1854-1912). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

MAFRA, Antônio Dias. Aconteceu nos ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – Região Sul do Vale do rio Negro. Dissertação. UnC, Canoinhas – SC, 2008.

MAGALHÃES, Gildo. Energia, industrialização e a ideologia do progresso. Revista Projeto História, São Paulo, nº 34, pg.27-47, jun.2007.

MAGNOLLI, Demétrio. O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo, Ed. Moderna, 1997.

MARQUETTI, Delcio. Bandidos, forasteiros e intrusos – história do crime no Oeste catarinense na primeira metade do século XX. Argos, Chapecó, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Crítica da Filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feurbarch, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo

Alemão na dos seus diferentes profetas. Volume 01. 4ª Ed. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Livraria Martins Fontes. 2007

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial. Access – Editora, Rio de Janeiro, 1994.

MARIA RÉ, Flávia. A distância entre as Américas: uma leitura do Pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. USP, 2010.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. Hucitec, São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. 6ª edição. Hucitec, São Paulo, 1996.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. Editora Contexto, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. Ed. Unesp; Edições Facamp. 2ª edição. Campinas, São Paulo, 2009.

MELO, Nildo Aparecido. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no Norte do Paraná. Revista GeoAtos. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 58-76.

MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina (1889-1900). Dissertação de Mestrado (UFSC). Florianópolis, 1979.

MILIA, Juan Guillermo. Geopolítica del limite y frontera de la argentina. Editorial Duken, Buenos Aires, 2015

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. O deserto dos Mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagens do início do século XIX. Revista História, São Paulo, 28 (2), 2009, p.621-643.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias geográficas. São Paulo. Hucitec.1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e história no Brasil. São Paulo, Hucitec; AnnaBlume. 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo. Hucitec, 1984.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia Histórica do Brasil. Capitalismo, território e periferia. São Paulo. Anna Blume, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. “O sertão: um ‘outro’ geográfico”. Revista Terra Brasilis. Rio de Janeiro, 2003, p.II – 23.

MORAES, Eduardo José. A via de comunicação com Mato Grosso. Memória apresentada ao Governo Imperial pelo Engenheiro Eduardo José de Moraes, Rio de Janeiro, Tipografia Comercial, 1873.

MOREIRA, Precila Katia. Do processo criminal às páginas jornalísticas: aspectos de religiosidade popular em Palmas (PR) em 1907. In: Cadernos do Ceom. Edição História e Imprensa. História e Imprensa – v. 30, n. 47 (Dez/2017).

NADAL, Francesc.; URTEAGA, Luis. Cartografía y Estado. Los mapas topográficos nacionales y la estadística en el siglo XIX. In: Revista Geocrítica, 88, 1990.

NADALIN, Sergio Odilon. A demografia numa perspectiva histórica. Belo Horizonte, 1994.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização no Exército brasileiro (1850-1881). Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em História. PUC-RS, Porto Alegre, 2015.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791-1840). In: Dimensões, vol. 21, 2008.

NEVES, MELLO, Exposição Financeira e Técnica sobre Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, Rio de Janeiro, 1895.

NOBRE, Paulo José Lisboa. Eletricidade, engenharia e defesa ambiental: mudança de rumo no desenvolvimento brasileiro (1900-1934). Anais do Simpósio Internacional de Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas in America y Europa. Universidad de Barcelona, 23-26 enero de 2012.

NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. Revista Esboços. Dossiê Migrações. [s/d]

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. O lugar da fronteira na Geografia de Pierre Monbeig. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Os 120 anos da guerra civil de 1893. In: Revista Historiae, Rio Grande, v.04, nº 02, pg.137-147, 2013.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2001.

ORLANDI, Enni Puccinelli. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Ed. Unicamp, Campinas, 1992.



PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.3, p.112-124, dez/2005.

PEREIRA, Sergio Nunes; BERNADINO, Maria Gabriela. Comissão da Carta Geral do Brasil – trajetória, contradições e memória {1903-1932}. In: *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v.29, nº 01, jan-jun, 2016.

PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v.11, p.299-318, jan/dez 2004.

PICOLLI, Bruno Antônio. Sono tutti buona gente: a invenção da superioridade italiana. In: *Revista Semiva*. Vol 10. 2º Sem/2011.

PESAVENTO, Sandra. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. V.2, p.151 – 167 jan/dez 1994.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. A ideia republicana no Brasil através de documentos. São Paulo: Alfa-ômega, 1973, p.60.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Um “desejo de cidade”. Um “desejo de modernidade” (Chapecó – 1931-1945). Dissertação em História. UFSC, 2008.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Tomo III, 2º Volume*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POLLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do Ceom*. Ano 19, número 23. Argos, Chapecó, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ed. Ática, São Paulo. 1993.

RADIN, José Carlos. *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*. Tese em História. UFSC, 2006.

RADIN, José Carlos. A propaganda das companhias de colonização para a venda dos lotes rurais no Meio Oeste catarinense. *Revista Esboços/UFSC*, nº 11.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva do centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Miriam; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (Orgs.). *Chapecó 100 anos: Histórias plurais*. Ed. Argos, 2017.

RAMOS, Gracinda Clara Pereira. A formação do território de Santa Catarina com base na concessão das terras públicas. Tese (doutorado) UFSC, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, 2006.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional, *Terra Brasilis* [Online], 6 | 2004; <http://terrabilis.revues.org/375>; DOI: 10.4000/terrabilis.

REICHERT, Patrício. Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto-Novo: a segregação social do caboclo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, 2008.

RENK, Arlene. A luta da erva. Um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense. 2ª ed. Revisada. Argos, Chapecó, 2006.

SAES, Décio Azevedo Marques. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. In: Boletim Campineiro de Geografia, v.06, n01, 2016.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. Companhia das Letras, São Paulo. 2011.

SAHR, Wolf-Dietrich; SAHR, Cecília Luiza Löwen. A problemática “espaço/território” a partir de geografias existenciais. As comunidades existenciais. (s/d)

SAHR, Cecília Luiza Löwen. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 2 (2): 213-226, jul./dez., 2008

SANCHES, Almir Teubl. A questão de terras no início da República: o Registro de Torrens e sua (in) aplicação. Dissertação de Mestrado em Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, USP, 2008.

SANTOS, Tavares dos. Os colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1984.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. A revolução haitiana e suas repercussões. In: *Dimensões – revista de História da UFES*; nº7, 1998.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: *GEOSUP – espaço e tempo*, São Paulo, nº 32, p.89-109.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERPA, Elio Cantalício. Igreja e poder em Santa Catarina. EdUFSC, Florianópolis, 1997.

SERPA, Elio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. In: *Revista de Ciências Humanas*, vol14, número 20, Florianópolis, 1996.

SILVA, Augusto; ROSA, Adenilson da. Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região. In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011)

SILVA, Ligia Maria Osório da. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Campinas, Ed. UniCamp, 1996.

SILVA, Cristiani Bereta. Nação, região e unidade nacional. Uma leitura baseada em dois livros didáticos de História publicados na Primeira República. In: *Revista Brasileira de Educação*, vol19, nº57, Florianópolis, 2014.

SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, Unicamp, 1996

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 135-159, 2013

SILVA, Cristiani Bereta da; PERIN, Iara Steiner. Intelectuais catarinenses e a “missão civilizatória” da Primeira República. In: *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas*, 19 a 22 de agosto de 2012. UDESC, Florianópolis, SC

SOUZA, Fabio Feltrin. Uma argentina imaginada: a imagem do rapto e discurso nacional do século XIX. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol11, ano XI, nº 02. Jul/Dez 2014.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual e combinado. Natureza, capital e a produção do espaço. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. In: *Terra Livre*. Ano 18, nº19, jul/dez 2002, p.127-146

SOUVI, Susana. La federalización de Misiones. In: *Dossier. Reflexiones en torno a los estudios sobre Territorios Nacionales*. Buenos Aires, Argentina, 2010.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Planos para o Império. Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). Alameda. São Paulo. 2012.

SOUZA, Candice Vidal. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. In: *Sociedade e Cultura*, 1 (1), p.55-61, jan/jul, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil. 2005.

SOUZA, A.M. Dos ervais ao mate: possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação de erva-mate no Norte catarinense. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. 124f.

SUSSEKIND, Flora. Introdução a América Latina: males de origem. In: Santiago Silviano (Org.). *Interpretes do Brasil*. Vol. 01. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000

SZESZ, Christiane Marques. A INVENÇÃO DO PARANÁ: O discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920). Dissertação. Curso de Pós-Graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997

TORRAL, André. Imagens em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). Humanitás/FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

TURNER, Frederick Jackson. El significado de la frontera en la historia americana. Original *The Frontier in American History*, Nueva York, Henry Holt and Company, 1321, p. 038," Tradução de Ana Rosa Suarez. In: *Secuencia* (1987), 7, enero-abril, 187-207. ISSN: 0186-0348, ISSN electrónico: 2395-8464. DOI: <http://dx.doi.org/10.18234/secuencia.v0i07.170>

URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial – a burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX. Ed. Difel – RJ/SP. 1987.

VALENTINI, Delmir José. Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil. A instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). Tese em História. PUC – RS. 2009.

VASCONCELLOS, Mario de Barros e. O Barão do Rio Branco: uma biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954.

VERÍSSIMO, Érico. O tempo e vento. O continente. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

VICENZI, Renilda. Mito e história na colonização do Oeste catarinense. Argos, Chapecó, 2008.

VIDAL E SOUZA, Candice. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Ed. Da UFG, Goiania, 1997.

VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. *Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil* ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, p.31/38.2009

WERLANG, Alceu Antônio. A colonização às margens do rio Uruguai no Extremo Oeste catarinense. A atuação da Cia Territorial Sul Brasil – 1925/1954. Dissertação em História. UFSC, 1992.

WERLANG, Alceu Antônio. A colonização do Oeste catarinense. Argos, Chapecó, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel – O capitalismo histórico. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

ZAMORA, Margarita. Para uma cartografia das descobertas: mapas/viagens/texto. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 38, dez.1993.

ZUSMAN, Perla; MINVIELLE, Sandra. Sociedades Geográficas y delimitación del território em la construcción del Estado-Nación argentino. s/d. Disponível em: [www.educ.ar](http://www.educ.ar)

ZUSMAN, Perla Brígida. *Tierras para El Rey*. Tese de Doutorado, Barcelona, Universidade Autònoma, 2000.

XAVIER, Mario. *O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó*. Florianópolis, Insular, 2016.

## FONTES

ARGENTINA/BRASIL. Relatório dos trabalhos demarcatórios. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro, RJ

ARGENTINA/BRASIL. Livro de Atas da Segunda Partida. Comissão de Limites entre o Império do Brasil e a República Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rio de Janeiro, RJ

ARGENTINA/BRASIL. Livro 05 (431.07) da Questão de Limites entre Brasil e Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

ARGENTINA/BRASIL. Livro 05 (431.03) da Questão de Limites entre Brasil e Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

ARGENTINA/BRASIL. Livro 05 (Livro 452.5). Cadernetas de Campo. Questão de Limites entre Brasil e Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

ARGENTINA/BRASIL. Diário (Livro 432. 02). Questão de Limites entre Brasil e Argentina. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

MOUSSY, Martin de. Carta da Província de Corrientes do Território de Misiones. In: ARGENTINA. Descrição Geográfica e Estatística da Confederação Argentina.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Tradução: Teodoro Cabral – Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, São Paulo; Ed.USP, 1980.

BRASIL, Constituição Federal de 1891, art. 64.

BRASIL, Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

BRASIL. Relatório do Ministério da Agricultura de 1876, p.45. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

BRASIL. Carta “Brazil – Linhas telegráficas”. 1875. Imperial Instituto Artístico. Disponível na Biblioteca Luso-Brasileira. Coleção Biblioteca Fluminense.

BRASIL. Correspondência de 17 de agosto de 1919, de origem da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, com destino à Diretoria de Terras e Colonização de Santa Catarina. APESC

BRASIL. Correspondência de 17 de agosto de 1919, de origem da Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura com destinatário a Diretoria de Terras e Colonização. APESC.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Veículos terrestres e estradas de rodagens em 1927. Rio de Janeiro, 1929, p.76.

BOITEUX, José. Santa Catharina-Paraná. Questão de Limites. Rio de Janeiro. Typographia d’A Tribuna. Rio de Janeiro, 1890.

BORMANN, José. Levantamento expedido pelo Coronel José B. Bormann como parte dos trabalhos da Colônia Militar do Chapecó. Arquivo Nacional do Brasil.

CARVALHO FILHO, João Batista da Costa. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Francisco Xavier da Silva- pelo secretário de obras públicas e colonização. João Baptista da Costa Carvalho. Curitiba: Imprensa Paranaense em 25/10/1895. p. 47

D'ANVILLE. Carta “Le Paraguay – Surtes memoires des RR.PP Jesuites – Parte S. D’Anville, 1733”. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores.

MAFRA, Manoel da Silva. Exposição Histórica-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sobre a Questão de Limites com o Estado do Paraná. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1899.

Mapa Geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba e seu prolongamento até a Foz do Rio Iguassu nos limites do Império com as Repúblicas Argentinas e do Paraguay. Companhia Geral de Estradas de Ferro Brasileiras, 1883.

“Mapa dos Campos de Palmas e territórios contíguos” (1843) de Tito Alves de Brito (disponível no site Biblioteca Digital Luso-Brasileira) ou ainda do “Mapa do Estado do Paraná” (1896) de autoria de Alberto Ferreira de Abreu, Cândido Ferreira de Abreu e Manuel Ferreira Correia.

MARCONDES DE SÁ, Manoel. Relatório sobre explorações dos “certões” que medeiam a Província do Paraná e Corrientes, 1864. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

MARCONDES DE SÁ, Manoel. Mappa da exploração no sertão compreendido entre a Província do Paraná e a República de Corrientes praticada por M. Marcondes de Sá por Ordem do Governo Imperial nos anos de 1863 e 1864. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

MENEZES E SOUZA, João Cardoso de (Barão de Paranapiacaba). *Theses sobre a Colonização no Brasil* – Projecto de solução as questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatório apresentado ao MACOP em 1875, pelo conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza. Typographia Nacional. Rio de Janeiro. 1875

MONTEIRO, Luis José. Relatório sobre abertura de uma picada desde o Chagu até o rio Paraná” pelo Major do Corpo Imperial de Engenheiros, 1848 ou 1849. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, RJ.

MORIZE, HENRIQUE. Mapa da distribuição magnética da serra divisória da fronteira entre Brasil e Argentina divisor das águas do S.(anto) Antônio do Pepery Guassu, kilometro 09. 1902. Fonte: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Fundo: Henrique Morize. Imagem: HM\_M\_0001.

PARANÁ. Carta Corográfica do Paraná, ano de 1882. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

PARANÁ. Catálogo Seletivo de Documentos referente aos Indígenas no Paraná Provincial (1871-1892).

Relatórios da Colônia Militar do Xapécó [vários anos]. Fundo Colônias Militares, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro.

RIO BRANCO, Barão do. Mensagem encaminhada a Salvador de Mendonça. Dezembro de 1894. Biblioteca Nacional do Brasil. Acesso: <https://www.bn.gov.br/>

RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Exposição dos trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos que serviram de base à Carta Geral do Império exibida na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1876.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. *Questão de Limites – República Argentina*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem de Curitiba e Santa Catarina*. Tradução: Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed.USP, 1978.

SANTA CATARINA. Nota expedida pela Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura no ano de 1926, remetendo ao Art. 6º, do Decreto 200, de 10 de setembro de 1903. APESC.

SANTA CATARINA. Mappa das Questões de Limites entre Paraná e Santa Catharina, demonstrada na evolução da geografia política do Sul do Brasil. Fonte: Arquivo Digital de Mapas Catarinenses. Secretaria do Estado do Planejamento. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/mapas/>

SANTA CATARINA/PARANÁ. Desenhos [mapas]. Comissão de Limites Paraná – Santa Catarina. Mapoteca da APESC.

SOUZA, Albuquerque. Relatório dos trabalhos executados pela Comissão de Limites Paraná – Santa Catarina. Biblioteca Nacional.

VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938 (Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanaraba e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937), Brasil: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getuliovargas/discursos-1/1937/08.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getuliovargas/discursos-1/1937/08.pdf/at_download/file)

WERNECK, Hermegildo Luiz dos Santos; KRAUSS, Carlos. Apontamentos Relativos às Explorações no Império. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório do Anno de 1865. 1866*.

ZEBALLOS, Estanislao. Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de limites con el Brasil em el Territorio de Misiones. Washington, 1894.

## MENSAGENS

### PARANÁ.

Mensagem do Governador da Província do Paraná, Lamemha Lins à Assembleia Legislativa da Província. Ano de 1876. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

### SANTA CATARINA

GOVSC-Men, 1911, p. 42. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Mens. 1922, p. 38. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Men, 1922, p. 49. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Mens. 1923, p. 51. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Mens. 1926, p. 53. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Mens. 1921. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Mens, 1900, p. 21. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

GOVSC-Mens. 1926, p. 45-53. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>